

# ANAIIS

## XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO-OESTE

Oralidades dissidentes,  
Narrativas plurais



# **ANAIIS**

## **XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO-OESTE**

### **ORALIDADES DISSIDENTES, NARRATIVAS PLURAIS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
GOIÂNIA  
2024**

# XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO-OESTE

ORALIDADES DISSIDENTES,  
NARRATIVAS PLURAIS

8 a 12 de Maio  
UFG - GOIÂNIA

REALIZAÇÃO E APOIO:



Acesse aqui a programação:



Arte de divulgação do XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste: oralidades dissidentes, narrativas plurais, realizado de 8 a 12 de maio de 2023, nas dependências da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Goiânia.

## **ORGANIZAÇÃO**

Prof. Dr. Cristiano Nicolini (Faculdade de História - Universidade Federal de Goiás)

Profa. Dra. Cristina Helou Gomide (Faculdade de Educação - Universidade Federal de Goiás)

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (Faculdade de História - Universidade Federal de Goiás)

Prof. Ms. Oslan Costa Ribeiro (PPGH - Universidade Federal de Goiás)

## **INSTITUIÇÃO**

Universidade Federal de Goiás

## **EDIÇÃO DOS ANAIS**

Wemerson dos Santos Romualdo (Edição)

Taís Nathanny Pereira da Silva (Revisão)

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

N644 Nicolini, C. Gomide, C. H. Langaro, J. F. Ribeiro, O. C.

Anais – XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste: oralidade dissidentes, narrativas plurais / Cristiano Nicolini; Cristina Helou Gomide; Jiani Fernando Langaro; Oslan Costa Ribeiro. – Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2024.  
Formato digital (PDF)

ISBN 978-65-00-91203-6

1. História 2. Oralidade 3. Memória

I. Título II. Anais

CDD 904. 981

ISBN 978-650091203-6



9 786500 912036

Os textos contidos nesta obra são de responsabilidade dos autores.  
Os Coordenadores foram responsáveis pela reunião dos textos, disponibilização para os editores e orientações, logo, informações contidas, ortografia, estrutura e metodologia estão a cargo de cada autor, separadamente.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Apresentação</b> .....  | 10  |
| <b>História Oral, fonte de pesquisa com sujeitos não escolarizados</b> .....   | 11  |
| <i>Adilson dos Reis Felipe</i><br><i>Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani</i>   |     |
| <b>A valorização de Patrimônios Subversivos em sala de aula: Artes Visuais na Independência do Brasil</b> .....  | 22  |
| <i>Ana Beatriz Bernardes</i>   |     |
| <b>Memórias dos Professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de Gurupi-TO: nuances de uma experiência com a História Oral</b> .....                            | 29  |
| <i>Daniele Gonçalves Lisbôa Gross</i><br><i>Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida</i>  |     |
| <b>Viola de Buriti: memória, oralidade e tradição</b> .....  | 45  |
| <i>Diego Silva Brito</i><br><i>George Leonardo Seabra Coelho</i>   |     |
| <b>A resistência dos povos indígenas: as políticas indigenistas no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil</b> .....   | 56  |
| <i>Eduarda Sousa Fideles</i>   |     |
| <b>O acervo do cineasta Jesco Von Puttkamer, das gravações cinematográficas, aos diários de campo: o uso da História Oral na formação do acervo</b> .....                  | 70  |
| <i>Eduardo de Souza Barros</i><br><i>Keley Cristina Carneiro</i>   |     |
| <b>A enxada, suor, letras e lágrimas: o uso da História Oral em uma pesquisa sobre as formas educativas dos movimentos sociais do campo em Itauçu-GO (1950-2000)</b> ..... | 84  |
| <i>Elisabeth Maria de Fátima Borges</i>  |     |
| <b>A entrevista narrativa como recurso de promoção da igualdade de gênero no meio acadêmico na área de Ciências e Matemática</b> .....                                     | 92  |
| <i>Estael de Lima Gonçalves</i><br><i>Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes</i>   |     |
| <b>Rompendo a margem no Ensino de História: confluências entre História Oral, História Pública e História do Tempo Presente</b> .....                                      | 100 |
| <i>Gabrielle Gomes Oliveira</i><br><i>Márcia Santos Severino</i>   |     |
| <b>Grilagem, torturas e outras mazelas sociais narrativas do romance de Bernardo Élis</b> .....  | 112 |
| <i>Ginegleyson Amorim da Costa</i>   |     |

|  |            |
|--|------------|
| <b>Considerações sobre o testemunho na História Oral .....</b>   | <b>127</b> |
| <i>Joshua Almeida Chimiti</i>  |            |
| <b>A História Oral enquanto campo de produção do conhecimento na História da Educação .....</b>  | <b>137</b> |
| <i>Júlio Resende Costa</i>   |            |
| <i>Sônia Maria dos Santos</i>  |            |
| <b>O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e as obras de Wes Gama: por um futuro ecológico .....</b>  | <b>157</b> |
| <i>Lara Marinho Souza</i>  |            |
| <i>Ana Beatriz Bernardes</i>   |            |
| <b>Decolonialidade: a lógica das relações de poder e a busca pela emancipação .....</b>  | <b>166</b> |
| <i>Liliane Ferreira Mendes Campos</i>  |            |
| <b>Memória de imigrantes espanhóis chegados a Goiânia na década de 1960: relatos sobre as motivações para emigrar e processos de aculturação .....</b>                 | <b>178</b> |
| <i>Liz Fernandes de Paula</i>  |            |
| <i>Antón Corbacho Quintela</i>   |            |
| <b>“Há nos objetos memórias de você”: o terreno literário como espaço frutífero para a reflexão da (e na) História .....</b>   | <b>193</b> |
| <i>Lucas Ferreira Rodrigues</i>  |            |
| <b>História e memória: a cidade de Trindade – GO e o seu pioneirismo institucional escolar .....</b>   | <b>204</b> |
| <i>Luciana Luiza da Silva Soares</i>   |            |
| <i>Maria Zeneida Carneiro Magalhães de Almeida</i>   |            |
| <b>Às mulheres indígenas: sobre protagonismo de fala e autobiografia .....</b>   | <b>211</b> |
| <i>Márcia Maria Gonçalves de Oliveira</i>  |            |
| <i>Magda Sarat</i>   |            |
| <b>Folia do Divino em Matrinchã (GO) e seus rituais finais no distrito de Jeroaquara (Santa Rita) .....</b>  | <b>219</b> |
| <i>Maria Joaquina Marques da Silva</i>   |            |
| <b>Mulheres indígenas nos espaços de poder: uma análise da trajetória das organizações comunitárias ao Congresso Nacional (1986/2023) .....</b>                        | <b>231</b> |
| <i>Mary Jones Rocha da Silva</i>   |            |
| <i>Maria Cristina Nunes Ferreira Neto</i>  |            |
| <b>As feiras livres da Praça do Bicalho e das entrequadras da QND de Taguatinga Norte: espaços de memória, identidade e representações na ocupação da cidade .....</b> | <b>241</b> |
| <i>Mayara Freire Costa</i>   |            |

|   |     |
|---|-----|
| <b>História Oral – contribuições teóricas e metodológicas para a construção de exposições no Museu Histórico de Jataí</b> .....   | 255 |
| <i>Michael Douglas dos Santos</i>   |     |
| <b>Protagonista: por um feminismo latino americano</b> .....  | 265 |
| <i>Millena Gonçalves Magalhães Brandão</i>  |     |
| <b>O Papel da História Oral na construção da memória sobre as mostras de Teatro em Anápolis na década de 1980</b> .....   | 276 |
| <i>Moisés de Oliveira Melo</i>  |     |
| <b>Jóquei Clube de Goiás: o aristocrático primeiro clube social e esportivo de Goiânia</b> .....  | 283 |
| <i>Natane Rincon Azevedo</i>  |     |
| <b>História e memória do Colégio Estadual Manoel Ayres – Rio Verde - GO</b> .....   | 296 |
| <i>Nívea Oliveira Couto de Jesus</i>  |     |
| <b>“Que eu não perca a fé, a esperança e o amor por Deus e pela vida”: uma análise dos pedidos de oração enviados ao Santuário Basílica do Divino Pai Eterno de Trindade, Goiás, Brasil na interface entre memória, oralidade e catolicismo popular</b> ..... | 307 |
| <i>Paulo Afonso Tavares</i>   |     |
| <b>Memória das pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás: o debate entre fontes diretas e indiretas e seu sentido na memória e na História</b> .....   | 319 |
| <i>Rafael Oliveira Faria</i>  |     |
| <b>“Retratos do Benzer”: valorização através da oralidade</b> .....   | 329 |
| <i>Raíssa Santos José</i>   |     |
| <i>Lucinete Aparecida de Moraes</i>   |     |
| <b>A valorização da memória da Casa da ponte – Itauçu/GO: a História Oral como meio de salvaguardar da História Local</b> .....   | 342 |
| <i>Raíssa Santos José</i>   |     |
| <b>Chica Machado e a persistência da memória frente ao apagamento da História</b> .....   | 350 |
| <i>Renata Rosa Franco</i>   |     |
| <b>A memória Coletiva da Lagoa do Mato: uma análise a partir dos quadros sociais</b> .....  | 364 |
| <i>Roseli Ramos de Oliveira</i>   |     |
| <i>José Alves Dias</i>  |     |
| <b>Pesquisa e ensino de História: uma relação possível</b> .....  | 374 |
| <i>Ruan Lucas Marciano</i>  |     |
| <b>Estátuas como narrativas históricas: análise da escultura produzida por José Carlos da Silva e sua representatividade social</b> .....   | 383 |



*Silvia Ayabe*

**Narrativas da viagem de Belo Horizonte à Aparecida do Taboado: diário de bordo das Irmãs Batistinas** ..... 393

*Tânia Regina Zimmermann*

*Íris Cristina Gomes do Nascimento Ferreira*

**A licenciatura intercultural indígena e o processo de valorização da tradição oral no âmbito da educação escolar** ..... 401

*Thalia da Costa Carvalho*

**Rituais para Iemanjá às margens do Rio Paraguai na cidade de Corumbá-MS** ..... 416

*Thaylla Giovana Pereira da Silva*

*Álvaro Banducci Júnior*

**“Sou mulher, sou benzedeira”: a construção do sagrado e dos espaços de fé** ..... 424

*Verônnica Teles dos Santos Silva*

**A História Oral como metodologia de ensino: uma análise a partir da construção do Museu Virtual de Ceilândia - DF** ..... 431

*Vinícius José Duarte de Oliveira*

## APRESENTAÇÃO

Os últimos dez anos da história do Brasil foram marcados por uma ascensão conservadora que, em seu bojo, trouxe o desejo e a prática política – muitas vezes violenta – de silenciamento de dissidências, associada à tentativa de construção de narrativas únicas para a história. Tais versões, apresentadas como “verdadeiras”, possuem o desejo de debelar as múltiplas possibilidades de interpretação da história, instalando em seu lugar um tempo linear e homogêneo, lido e narrado sob um prisma ideológico conservador que tende a recusar a observância dos aspectos metodológicos tão caros ao ofício de historiar. Essas construções visam naturalizar a desigualdade social e a degradação ambiental que marcam o tempo presente, bem como intentam invisibilizar mulheres, LGBTQIA+, comunidades tradicionais, povos originários, dentre outros tantos sujeitos históricos.

*O XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste: oralidades dissidentes, narrativas plurais*, realizado de 8 a 12 de maio de 2023, foi uma proposta de insurgência contra essas tentativas de simplificação do estudo da história. Para tanto, pretendeu colocar em foco as dissidências e a pluralidade narrativa que a história oral e as oralidades nos trazem em toda sua potência. Consoante com os objetivos traçados pela Associação Brasileira de História Oral – ABHO para os anos de 2022 a 2024, o evento pretendeu fortalecer, na região Centro-Oeste do Brasil, as conexões entre a história oral, a história pública, a educação básica e o ensino de história, os arquivos e instituições de salvaguarda da memória e, principalmente, as comunidades vulneráveis. Dessa maneira, objetivou-se criar um espaço para reflexão e debate entre historiadores oralistas, dando especial visibilidade a temas convergentes com a proposta do evento. Com isso, ambicionou-se evitar o apagamento dos muitos presentes que saturam a atualidade do tempo histórico, para que os futuros possíveis também sejam múltiplos.

Estes anais, por seu turno, integram tais esforços e buscam registrar muitas das discussões que ocorreram durante o evento. Embora saibamos ser impossível preservar uma memória integral do encontro, nos contentamos em poder eternizar parte das férteis e profundas reflexões desenvolvidas na ocasião.

*A Comissão Organizadora*

*Goiânia, 15 de janeiro de 2024*

# HISTÓRIA ORAL, FONTE DE PESQUISA COM SUJEITOS NÃO ESCOLARIZADOS

*ADILSON DOS REIS FELIPE<sup>1</sup>*

*ROSEMEIRE DE LOURDES MONTEIRO ZILIANI<sup>2</sup>*

Pretende-se, com este artigo trazer à baila a importância da história oral realizada com sujeitos não escolarizados como metodologia de pesquisa que atualmente ganha espaço nas academias em especial relacionadas à “História do Tempo Presente”. Espera-se que este contributo possa estimular e despertar nos pesquisadores em educação a notoriedade em registrar a história do presente na perspectiva de que as fontes estão ao alcance do historiador sendo elas orais ou iconográficas que permitem ao mesmo tempo em que pesquisa o historiador produz suas fontes. Pesquisar a história é estabelecer um diálogo entre o passado distante com o tempo presente entendendo que a “História” em qualquer tempo representa as tensões, descobertas e conhecimentos relativos ao passado da humanidade. Aquele que narra revive as histórias estagnadas nas memórias e permitem o registro para que não sejam apagadas pela ação da temporalidade. Ancoramos a escrita em: Pesavento (2005), Meihy (2007), Burke (1991), Thompson (1992) Chartier (1993) e demais, na perspectiva de entender a função da história oral na contemporaneidade.

**Palavras chaves:** História oral, tempo presente, historiador, educação.

Em pleno século XXI, não é difícil encontrar entre nós sujeitos que não foram alfabetizados/escolarizados sendo reconhecidos como analfabetos o que deixa o Brasil em uma situação preocupante. Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2019)<sup>3</sup>, apontam que o analfabetismo em regiões em um país com proporções continentais apresenta dados preocupantes sendo que a Região Nordeste acumula um índice de 13,9%, as Regiões Sudeste e Sul empatam com 3,3%. Já a Região Norte a taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%.

Estes dados de acordo com a PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019), ilustram que o Brasil permanece com índices preocupantes de sujeitos sem acesso à educação e consequentemente muitas Políticas Públicas de estado e de governo não estão

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados do PPEDU - Programa de Pós-graduação em Educação, Bolsista CAPES, e-mail. adil.sonfelipe@hotmail.com. Endereço para acessar Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8682849391982106>.

<sup>2</sup> Professora doutora da FAED – Faculdade de Educação da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: rosemeireziliani@ufgd.edu.br Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3469398097820732>

<sup>3</sup> Dados obtidos representa apenas uma amostragem com sujeitos com 15 anos ou mais o indica é que considerando o vasto território brasileiro e as desigualdades sociais e econômicas esses percentuais podem apresentar os valores. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html> Acesso em: 31/03/2023.

sendo eficazes. O MEC – Ministério da Educação e Cultura, reconhece que esses índices preocupam, sendo assim realiza monitoramentos e ações afirmativas para minimizar esses números e garantir acessibilidade e permanência dos estudantes na escola, porém ainda há muito o que se fazer.

A preocupação que lateja é de que maneiras os historiadores podem trabalhar com os sujeitos não escolarizados de forma a registrar suas experiências e aprendizados para que as mesmas não se percam no tempo. Uma das possibilidades, ancora na história oral como metodologia aplicável por meio das narrativas e histórias de vida.

Durante muito tempo, pensar em estudar a história era comum aos historiadores e pesquisadores o uso de material concreto, documentos impressos e palpáveis e visitas em museus. Muito do que era investigado, estava ali codificado nos escritos de outros que registraram suas impressões que eram as fontes de pesquisas.

Tal rigorosidade em considerar o uso das fontes pelos historiadores, começou a ser vista, entendida e tratada de forma diferente, a partir da década de 1920, quando historiadores franceses criaram a Escola dos Annales sendo um movimento renovador e impactante sobre a historiografia, pois falar e registrar a história era algo que abarcava mais amplitude com outras possibilidades de estudos utilizando outras fontes<sup>4</sup> que dessem conta de evidenciar a ação humana Burke (1991).

Por meio de outras abordagens começaram a confrontar e considerar as demais fontes que até então não eram trabalhadas com o devido valor, logo com a nova inserção a possibilidade de evitar a limitação aos documentos escritos e paulatinamente a examinar diferentes vestígios históricos que possam corroborar com a pesquisa no intuito de compreender a história.

Gradativamente as pesquisas que se inserem no campo com a temática relacionada a “História da Educação” vem se firmando e consolidando em diversos espaços acadêmicos distribuídos no território brasileiro, tendo como característica marcante a organização de grupos de estudos e pesquisas sobre vários vieses.

Temos como exemplo que ilustra esse momento a Coletânea de artigos organizada por: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano “FONTES E MÉTODOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO” (2010), oriundos da UFGD – Universidade

---

<sup>4</sup> Ao mencionar outras fontes estamos evidenciando as diversas possibilidades em utilizar os registros orais: testemunhos, gravações, imagens, cartas entre outros que foram ampliados com o advento da Escola de Annales, possibilitando aos pesquisadores em especial aos que advogam na história da educação, realizarem suas abordagens e pesquisas sem que estejam engessados.

Federal da Grande Dourados. Na obra é possível verificar a importância e caráter pedagógico contidas nas reflexões metodológicas, uso das mais variadas fontes sem jamais se esquecer do papel fundamental do pesquisador em História da Educação.

Inicialmente é oportuno sinalizar que a história oral passa pelas entrevistas na produção de dados logo, o pesquisador vai em “busca de pistas” Ginzburg (1989), o historiador que investiga os fatos deve observar as várias pistas e sinais o que dá indícios e não respostas prontas e acabadas de um passado que não foi contado, mas existiu, sendo assim, as narrativas se encarregam de trazer a lume o passado na história oral momento em que permite ao narrador rememorar e verbalizar, e ao pesquisador, este que tem a oportunidade de (re) constituir o passado de outrem, trazendo informações antes ocultas do mundo real, mas presentes nas vivências experienciadas pelos sujeitos.

Trabalhar com história oral, não é dar voz aos sujeitos não escolarizados. Esse movimento, representa uma estratégia que permite utilizar filmagens nas entrevistas, ouvir histórias impregnadas de subjetivismo e experiências únicas. É ter acesso a documentos dos sujeitos colaboradores, momento em que testemunham acontecimentos e modos de vida na história contemporânea.

Ao narrarem suas experiências, os entrevistados traduzem para a linguagem o que vivenciaram, seleção e organização de eventos de acordo com o significado dado. Esta linguagem funciona em cristalizar imagens que remetem e que novamente significam, experiência comum a todas as narrativas, mas talvez, não estamos prestando atenção suficiente no que se refere a importância das linguagens que representam as nominadas "fontes orais".

A história contada oralmente mesmo que sendo uma representação na “História” dá indícios de que é tão antiga quanto à humanidade. O que não resta dúvida em conformidade com (Meihy, 2007, p. 93), é que “esse processo histórico primeiramente passou de boca em boca através das manifestações por meio da verbalização/oralidade que acompanharam a evolução humana por séculos até que a escrita fosse desenvolvida e a codificação acontecesse”.

Durante anos, pesquisadores voltaram seus interesses em pesquisas que abordam a história, memórias reconhecendo o valor como fontes de pesquisa em uma vertente que cada vez mais desperta e aguça o interesse dos pesquisadores em especial na área educacional com todas suas demandas e potencialidades.

Reconhecido mundialmente como sendo um dos maiores expoentes da historiografia Jacques Le Goff, enreda em sua obra *História e Memória* (1990), tendo como foco do debate a relevância das fontes históricas e dos registros. O historiador defende a importância da passagem da oralidade para a escrita, porém deixa claro que deve haver uma coexistência entre ambas, pois uma não anula a outra, logo reafirma que “não há sociedade sem história” e essa história pode ser repassada de forma documental escrita ou por meio da oralidade.

Caso haja discriminação relativo as fontes orais em detrimento aos documentos escritos, as pesquisas que se utilizam dessa metodologia na perspectiva daqueles que nutrem resistências com as fontes orais “eles” podem ver fragilidades que comprometem o andamento e veracidade da pesquisa. Para os pesquisadores em história da educação do tempo presente percebesse uma proximidade com as fontes e possibilidades de registrar o que antes era apenas repassado oralmente para as gerações futuras.

Trabalhar com a história oral representa possibilidades investigativas em história educacional em especial com sujeitos que não utilizam a forma escrita para perpetuarem sua cultura ou modos de vida que fatalmente podem se perder no tempo, ou seja, foram vividos, porém se perderam por falta de registros.

Felipe (2018), Cita como exemplo na dissertação de mestrado “Narrativas de formação de famílias ciganas em Pires do Rio - GO (2000-2017)”, o uso característico da oralidade dos ciganos para repassar seus aprendizados, pois eram considerados na antiguidade como ágrafos<sup>5</sup>, logo “a documentação sobre ciganos é escassa, dispersa e parcial” (Teixeira, 2009, p. 12). Assim como os povos ciganos, há outros povos e culturas dispersas pelo mundo e suas experiências, tradições e vivências têm sido perpetuadas ao longo dos séculos por meio da história oral. Nesse imbricamento de ideias contemporaneamente, bem próximo de nós temos os sujeitos não escolarizados que por motivos diversos não tiveram acesso à educação formal, no entanto, suas experiências formativas fora dos espaços institucionalizados precisam ser registradas para não ficarem no esquecimento vítimas das modernidades.

Citamos como exemplo os ciganos, no entanto ao considerar a história do tempo presente tendo o pesquisador a oportunidade de estabelecer um diálogo direto com seus entrevistados que

---

<sup>5</sup> Que não tem representação escrita; que não está escrito nem pode ser representado por meio da escrita. Que não possui sinais gráficos. Que não tem uma forma escrita; sem registro escrito: cultura ágrafa. <https://www.dicio.com.br/agrafo-2/> Acesso em: 21 de março de 2023.

ao verbalizarem suas vivências e experiências, estão revivendo a história que será registrada pelos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Vários documentos podem servir de fontes de pesquisas para a história do tempo presente como, por exemplo: fotografias, diários, livros didáticos, gravações, cadernos de alunos, planos dos professores, documentos iconográficos, arquivo pessoal ou das unidades escolares, depoimentos de professores e alunos entre outros. Nesse sentido tais documentos representam a materialidade para realizar pesquisas com sujeitos escolarizados. Para os não escolarizados/analfabetos a estratégia e metodologia deve ser outra sendo a oralidade uma ótima estratégia.

Para este objeto de estudo o que consegue dar conta de trazer elementos confiáveis são as fontes orais, as narrativas, histórias de vidas contadas pelos sujeitos narradores conforme suas vivências e experiências formativas adquiridas naturalmente no convívio familiar, social, no trabalho ou na igreja, no dia a dia.

As histórias de vida como verdadeiras fontes orais do tempo presente, possibilitam um estudo mais centralizado nas ciências humanas, pois fornecem a possibilidade de investigar e explicar eventos, acontecimentos, ou costumes de determinada pessoa ou grupos sociais. Isso significa que cada sujeito representa uma história diferente e ao narrar torna-se colaborador de suas vivências escolares ou não, interações sociais, familiares, políticas, religiosas ou como vivem.

As narrativas representam o testemunho dos eventos vivenciados pelos sujeitos e representam a história do tempo presente de pessoas singulares, anônimas, com ou sem representatividade social<sup>6</sup>, política, econômica ou religiosa, no entanto manifestam por meio do aprendizado da vida uma cultura peculiar que ao serem disseminadas compõem um ciclo maior que juntas, vão reescrevendo a história de vários sujeitos.

Somos e fazemos história em qualquer período ou época, somos seres sociáveis, e culturais, construímos e destruímos, amamos, odiamos, somos emotivos, céticos, acreditamos e duvidamos é isso que faz com que cada sujeito seja singular, assim nessa singularidade suas histórias e experiências fazem a diferença em uma sociedade.

---

<sup>6</sup> Ao utilizarmos o termo “sem representatividade” a ideia é que sujeitos não escolarizados/analfabetos que laboram em atividades as quais não necessitam de comprovação de escolarização geralmente ficam a margem da sociedade não sendo valorizados financeiramente pelo que produzem enquanto força de trabalho.

A história de cada sujeito ou civilização faz parte da “História Cultural” em quaisquer momentos, nesse sentido para realizar abordagem com essa envergadura há de se trazer à tona o indivíduo como sujeito da história. (Pesavento, 2005, p. 118).

Considerando a importância das fontes orais (Bosi, 1994, p. 85), contribui e diz: “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e transforma em experiência dos que os escuta”.

Bossi (1994), enfatiza a importância das fontes orais que no passado foram questionadas sobre a idoneidade e credibilidade, no entanto essas fontes são vivas e representam uma expressiva contribuição para a pesquisa historiográfica em diversas áreas do conhecimento o que podem possibilitar ao pesquisador utilizar-se de gravações e depoimentos reais de suas fontes.

No que se referem às narrativas sendo fundamentais para o pesquisador que optar pelo método narrativo, (Delory-Momberger, 2008, p.37), enfatiza que “é a narrativa que faz de nós o próprio personagem de nossa vida; é ela, enfim, que dá uma história a nossa vida: não fazemos a narrativa de nossa vida porque temos uma história; temos uma história porque fazemos a narrativa de nossa vida”.

Fica evidente que a autora valoriza o “narrar” sendo a história repassada pela oralidade, no entanto há a necessidade de perpetuar a história das narrativas para que não se percam e levem com elas o esquecimento de muitos aprendizados e experiências de vida.

Entre o método e metodologia com pesquisas utilizadas com os “não escolarizados” pelos breves, porém pontuais argumentos apresentados, inferimos que as fontes orais representam indubitavelmente serem uma grande aliada do pesquisador que gradativamente torna-se indispensáveis no tempo presente.

Devido às muitas viabilidades apresentadas como documentos utilizados na história do tempo presente, tem o pesquisador a possibilidade manusear e produzir suas próprias fontes documentais para realizar a investigação por meio delas, logo trabalhar com história oral proporciona a produção do registro real adquiridos por meio das inúmeras narrativas, sendo estas construções memoriais que acontecem de formas, individuais e coletivas, Le Goff (1990).

Em suma, pesquisas que são fundamentadas em narrativas representam os testemunhos das histórias de vida sendo registros do tempo presente, relatos, documentos relevantes que contribuem significativamente para um embasamento no sentido de legitimar a história do tempo presente e desconstruir ideias arcaicas que permeiam a historiografia e educação.



Chartier (1993), aborda sobre a proximidade que o historiador tem com o seu objeto sendo contemporâneo uma relação de proximidade que auxiliam e proporcionam melhor entendimento da realidade, assim ao utilizar fontes próximas o pesquisador pode desmistificar entendimentos que não são somente subjetivismos, são histórias reais contadas pelos atores principais.

“o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do Revista Historiar, ano I, n. I (2009) 12 historiador e aqueles que fazem a história” (Chartier, 1993, p. 8).

Dado a importância desta aproximação acreditamos que pesquisas em educação com a utilização das fontes orais ou documentos que foram e estão sendo produzidos na contemporaneidade representam um avanço momento em que o pesquisador tem acesso direto a essas fontes e pode investigar por outras perspectivas e caso determinada situação não clarificou pode o pesquisador voltar as fontes e produzir novos documentos.

Para (Clandinin e Coonnely, 2015, p. 48), “o método narrativo é o fenômeno é também o método das ciências sociais” entendendo que elas sempre estiveram e estão presentes na vida do homem. A história da humanidade passa pelas narrativas em diferentes contextos sociais, políticos, geográficos, econômicos ou educacionais.

No decorrer dos anos, considerando o avanço em pesquisas educacionais com abordagens no tempo presente, as histórias de vidas, as fontes orais enfatizando o método narrativo têm-se a experiência acumulada com a incidência de quatro décadas especificamente em estudos historiográficos.

Dado essas informações, percebemos a importância das fontes orais para as pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento, no entanto para os não escolarizados representa uma forma eficaz para o pesquisador que deve ficar atento ao rigor científico da produção de dados.

## **FONTES DA HISTÓRIA ORAL**

Sarat e Santos (2010), ao publicarem o artigo intitulado “HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS DA PESQUISA” na Coletânea

“FONTES E MÉTODOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO” da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados anunciam que:

O nascimento da História Oral se dá na metade do século XX como uma técnica de produção de documentação histórica, criada por Alan Nevis em 1948, historiador da Universidade de Columbia, que começou a gravar depoimentos de pessoas importantes na vida americana. (Sarat, Santos, 2010. p. 49).

Os autores sinalizam que esta vertente de pesquisa começou de forma modesta e citam diversos pesquisadores enfatizando que trabalhar com a história oral é para muitos recorrer as entrevistas como forma de registrar as narrativas dos sujeitos colaboradores. Tal método é fundamental, pois há entre nós diversos sujeitos que tem habilidade em expressar pela oralidade, no entanto não possuem ou tem acesso com outros documentos ou não são escolarizados.

Há de se considerar que a oralidade tanto quanto as demais fontes utilizadas na historiografia, deve ser submetida aos rigores científicos que a academia exige para garantir a pertinência da pesquisa, logo, não pode ser utilizada de maneira banal, aleatória ou indiscriminada, considerando que mesmo sendo um depoimento não representa a verdade plena e absoluta muito verificada nas fontes documentais.

A fala é uma das formas de comunicação mais antiga que existe, nesse sentido, por meio dela, as histórias que foram verbalizadas exerceram e permanece exercendo um papel fundamental na disseminação do aprendizado, desenvolvimento e perpetuação da cultura. Ao ouvir, contar/ou recontar histórias, os sujeitos estão desenvolvendo e exercitando a criticidade.

Somos sim, por natureza contadores de histórias. Essa habilidade característica dos seres humanos, permitiu que os aprendizados e experiências dos mais velhos fossem socializadas com os mais jovens, no entanto muito se perdeu por falta de registros.

Após vários séculos de evolução e com o surgimento da escrita, possibilitou que registros fossem realizados e contemporaneamente nas “Ciências Humanas” o uso das fontes orais ganham lugar de destaque sendo uma estratégia de pesquisa.

Meihy (2007), advoga que a década de 1980, foi um período crucial para o desenvolvimento das pesquisas que envolvem a história oral representando uma das novas possibilidades aliadas as criações de revistas especializadas e linhas de pesquisas que impulsionaram no meio acadêmico o interesse pelas “pesquisas orais”

Nessa tessitura, Meihy (2007), divide a história oral em: culturalista sendo aquela que analisa os aspectos culturais que para o autor estaria limitada, por outro viés, a instrumental sendo

aquela de caráter técnico metodológico sem que haja a menção e especificidades com o confronto de outras fontes documentais.

Com base nessa divisão apresentada por Meihy (2007), acreditamos que para realizar pesquisas com sujeitos não escolarizados o ideal seria a aplicação de ambas, ou seja, jamais desconsiderar os fatores culturais ou desprezar o caráter técnico e científico da metodologia aplicada.

Ano após ano a história oral vem se firmando no meio acadêmico sejam nas mais diferentes áreas do conhecimento em especial na educação por com pesquisas nas humanidades referentes a: “Pedagogia, Sociologia, História, Filosofia” entre outras. Dado essa exemplificação muitos questionamentos emergem aos pesquisadores que se aventuram a militar no campo da História oral. É função das pesquisas com história oral apenas manter e preservar a oralidade? Acreditamos que não, porém este questionamento fica em aberto para outras pesquisas e inferências.

Thompson (1998), informa que há aqui uma relação de poder a nível acadêmico que se difere do tradicionalismo, onde a intencionalidade ancora em codificar a fala dos narradores sendo uma das possíveis versões da realidade, pois [...] permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (Thompson, 1998, p. 25) Mais adiante o autor deixa claro que ao utilizar as fontes orais como metodologia de pesquisa há a transformação dos “objetos de estudo em sujeitos” (Thompson, 1998: p. 137).

Realizar pesquisas com as fontes orais representam na visão de Meihy (2007), p.13) o “registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana; entrevistas, gravações musicais, ou, de modo geral, tudo que é gravado e preservado e constitui um documento oral”. Fica claro que para a historiografia o pesquisador tem um amplo leque de fontes sendo a mais utilizada as entrevistas, pinturas, gravações, mapas, relatos.

Ao trabalhar com fontes históricas entendemos que elas representam possibilidades, pois são matérias-primas que impregnadas de vestígios e características dos acontecimentos do passado remoto ou contemporâneo. Isso implica que por meio delas, pesquisadores são capazes de realizar suas investigações por meios dos indícios para então tentar compreender a história de determinada civilização, grupo social ou pessoa.

Seidman, (1991), postula que no momento em que o pesquisador realiza a entrevista é porque há interesse nas histórias vivências e experiências dos outros. Utilizando-se desse recurso por meio da história oral há uma ressignificação do fazer ciência sendo o pesquisador aquele que

não se abstém da neutralidade, pois a pesquisa torna-se reflexiva, crítica em detrimento a prática social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o desenvolvimento desta escrita foi possível perceber que a história da humanidade é contada, e recontada em conformidade com cada momento histórico, logo é fundamental situar o sujeito nesse contexto para que o mesmo assuma o protagonismo como transformador dessa história. Não é dar voz a esses sujeitos e sim, valorizar suas experiências e histórias de vida no campo acadêmico, sendo aquelas que mesmo não passando pela escolarização institucional podem contribuir para o entendimento de como o processo educativo acontece ou por qual motivo ele não aconteceu no olhar e narrativas dos sujeitos narradores.

Propiciou ter um entendimento mais amplo do valor das fontes orais que balizam as pesquisas em “História da Educação” no tempo presente, sim, o tempo presente se faz também com as narrativas de vários sujeitos, saberes e entendimentos.

É fato que esse ensaio não tem a intencionalidade de esgotar ou apontar caminhos a serem seguidos nas pesquisas e escritos educacionais do tempo presente, mas sim sinalizar um contributo da importância e rigor em laborar com fontes orais e narrativas em pesquisas, especialmente registrar o conhecimento adquiridos daqueles que não dominam a escrita e/ou se dominam não foram codificados.

## **REFERÊNCIAS**

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa, Bertrand Brasil, 1993.

CLANDININ, D. Jean. COONNELLY, F. Michael. **Pesquisa Narrativa: Experiência e História em Pesquisa Qualitativa**. 2ª Ed. rev.- Uberlândia: EDUFU, 2015.

COSTA, J. C., MELO, J.J.P, FABIANO H. L. **Fontes e métodos em história da educação**. / Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. –

Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. 350p. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/fontes-e-metodos-em-historia-da-educacao-celio-juvenal-costa-jose-joaquim-pereira-melo-e-luiz-hermenegildo-fabiano-orgs.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2023.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto**. Tradução de Maria da Conceição Passegi, João G. da Silva Neto, Luis Passegi. São Paulo: Paulus; Natal: EDUFRN, 2008.

FELIPE, Adilson dos Reis. **Narrativas de formação de famílias ciganas em Pires do Rio - GO (2000-2017)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás – Unidade Acadêmica Especial de Educação, Catalão, Programa de Pós Graduação em Educação, Catalão, 2018.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990.**

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo 2007. Acesso em: 22 mar. 2023.

SEIDMAN, I. E. **Interviewing as qualitative research**. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press, 1991.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil: uma breve história**. 2ª ed. Belo Horizonte. Crisálida, 2009.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

# A VALORIZAÇÃO DE PATRIMÔNIOS SUBVERSIVOS EM SALA DE AULA: ARTES VISUAIS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ANA BEATRIZ BERNARDES<sup>7</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar, debater e construir conhecimento a respeito de três obras de arte visuais que têm como temática a Independência do Brasil. As obras de arte estão presentes na vida escolar e ilustram livros didáticos e slides e por isso as considero importantes documentos históricos que devem ser analisados criticamente com rigor teórico-metodológico historiográfico, e não como meras “ilustrações”. Aqui, será discutido o processo da Independência sob a perspectiva da História da Arte, começando pelo cânone o Grito do Ipiranga (1888), em contraponto a obra Sessão de Conselho de Estado de Georgina de Albuquerque (1922) e, por fim, a recente obra Preservação ou Morte do artista Mundano (2020).

## DIÁLOGO ENTRE O CÂNONE E A OUSADIA

Não é objetivo deste texto fazer uma extensa descrição e análise iconográfica da obra de Pedro Américo [figura 1], ainda sim, é relevante rememorá-la e direcionar um olhar mais crítico. Tal cuidado foi feito recentemente pelas pesquisadoras Lilia Schwarcz, Lúcia Stumpf e por Carlos Lima Jr. na obra *O Sequestro da Independência* (2022). No livro, destrincham o tema da Independência do Brasil, aproveitando da data, sob diversos aspectos, inclusive capítulos específicos para as representações visuais deste evento. Ao falar da pintura, comentam: “O projeto era ambicioso, pois visava dotar a paisagem da cidade com um edifício público que faria as vezes de *monumento*; um lugar feito para celebrar a memória oficial da Independência do Brasil,

---

<sup>7</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela (PPGH-UFG) e graduada licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (FH-UFG-2022).

destacando a cena paulistana.” (SCHWARCZ, *et al*, p. 78, 2022, *grifo meu*). O “Grito” enquanto quadro, foi de fato um projeto. Meticulosamente calculado em cada centímetro, cada cor e linha.

Vale destacar a figura central e heroica do então príncipe regente Pedro, futuro d. Pedro I, a frente de outros homens a cavalo, porém que não estão fardados, eles são a elite política e agrária do Brasil, homens brancos descendentes de portugueses. É para eles que olhamos primeiro. Já no terreno mais baixo às margens do rio, há a cavalaria pomposamente vestida em agitação, conferindo movimento ao quadro. É interessante notar que os soldados em primeiro plano estão soltando fitas dos uniformes (vermelha e azul) que representavam Portugal, transmitindo visualmente a ruptura política. Também, podemos reparar que há transeuntes que estão à margem do quadro indicando uma população civil passiva ao “grande dia”, temos um tropeiro mais a frente que cumpre a função de guiar nosso olhar para a cena mais importante. E claro, não há mulheres na cena, talvez alguma dentro da casinha ao fundo, bem escondida da história. Tudo isso foram escolhas do pintor.<sup>8</sup>

Figura 1



Independência ou morte. Pedro Américo, 1888. Óleo sobre tela. 415x760. Museu Paulista da USP, São Paulo, São Paulo, Brasil.

<sup>8</sup> Nos livros, as autoras e o autor demonstram como o próprio artista teve de produzir material escrito para justificar algumas de suas escolhas para o quadro, deixando claro que não buscou a verdade nua do fato, e sim algo que cumprisse um propósito moral e político específico. (SCHWARCZ, *et al*, p. 86, 2022).

Esse quadro representa um grande herói viril que se coloca como líder da nova nação, como grande proclamador do nascimento de um país livre e próspero. O que esse quadro não mostra, é a escravidão, o crescimento do latifúndio, o genocídio indígena, a perpetuação do patriarcado, dentre tantas outras estruturas coloniais que não foram quebradas, pelo contrário, foram muito bem preservadas pela monarquia “brasileira”. É este o quadro que costuma estar nos livros didáticos, aulas temáticas, matérias de jornais e outros veículos de comunicação quando o assunto é “Independência”.

A obra de Pedro Américo, foi planejada como representante clássica da emancipação brasileira, o quadro foi por décadas amplamente reproduzido em livros didáticos e outros materiais que se propunham a falar sobre o tema. É uma obra em estilo neoclássico/europeia que inventa uma independência heroica e pacífica valorizando os “*sucessos políticos do império do Brasil*” (José da Silva Lisboa, *op. cit.*, seção III, caps. XI e XII p. 52ss (*Apud OLIVEIRA, 2011, p. 29-29*) e do imperador d. Pedro I

No primeiro centenário da Independência, em 1922, foi pintado o segundo quadro analisado aqui. Trata-se de uma obra que foi caracterizada pela historiadora Ana Paula Cavalcanti Simioni como uma “discreta ousadia” (SIMIONI, 2002) por ver em Leopoldina “a arquiteta intelectual do movimento que conduz à emancipação política do país (...)” (SIMIONI, p. 287, 2019), no seu trabalho, Georgina de Albuquerque subverte o papel do herói para a futura imperatriz.

A obra [figura 2] se passa em um ambiente completamente diferente, doméstico e com outros personagens, desta vez, a no momento princesa regente Leopoldina, que protagoniza a cena segurando as cartas que foram enviadas à Pedro por ela e por José Bonifácio, comunicando a iminente invasão portuguesa e a necessidade de se tomar uma atitude mais drástica.



Figura 2



Sessão do Conselho de Estado. Georgina de Albuquerque, 1922. Óleo sobre tela. 210x265. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Leopoldina não aparece nem um pouco frágil, dócil, submissa ou passiva. Ela ainda se destaca por suas feições, as cores de suas roupas e a luz incidindo diretamente sobre ela, esses elementos não são os mesmos que definem a imagem de d. Pedro no *Grito*, lá ele é central, mais alto, a cavalo, de espada em punho: os signos falocêntricos repetidos pelos artistas de formação neoclássica europeia. Eles não são líderes pelos mesmos motivos, não são pintados pelos mesmos motivos, e não representam a mesma coisa, embora ambos os quadros falem da Independência.

Isso aplicado e discutido em sala de aula, significa a construção de figuras heroicas plurais ou até mesmo O Questionamento Sobre A Importância Deles, Ampliando A Consciência Histórica (Schmidt e Urban, 2016) dos alunos para que percebam outras narrativas e outras formas de heroísmo. Não é sobre dar a espada para Leopoldina, e sim sobre mostrar que ela não precisa desses signos para ter encabeçado intelectualmente desse grande evento.

## PATRIMÔNIO E SALA DE AULA

Em ambos os quadros temos a monarquia liderando esses acontecimentos a fim de manter seu poder sobre o território da colônia e seus recursos (humanos e naturais). Como toda obra histórica, esses quadros representam recortes da realidade, foram feitas escolhas de estilo, de cenário, de cores, personagens, ambientação, composição de cena e até mesmo o tamanho da pintura foi pensado. Todos esses elementos influenciam diretamente no impacto que a obra vai causar, principalmente a quem está diante das telas. E esses são alguns cuidados primeiros que devemos tomar ao tratar de um patrimônio em sala de aula.

Quando se trata do espaço escolar, muitas vezes as pinturas são tidas como mera ilustração e no pior dos casos como representação fiel à realidade. Essas pinturas normalmente aparecem em livros didático ou nos slides dos professores, em ambos os casos, os aspectos físicos podem se perder, seja pela diagramação, pela qualidade da impressão ou do projetor *data show*. Ou seja, ao trazer patrimônios para sala precisamos nos atentar aos seus aspectos físicos e simbólicos.

Considerando que ambas as pinturas apresentadas anteriormente relacionam-se com a temática da memória, o cuidado ao abordar em sala de aula deve ser redobrado, tanto no sentido de problematizar e assegurar que os alunos produzam conhecimento autônomo sobre, tanto de proporcionar uma experiência prática de imersão na obra.

Um exemplo de como trabalhar os aspectos físicos de uma obra em sala seriam convidar os alunos para o pátio ou alguma área aberta e pedindo que eles demarquem com fita ou até mesmo colando cartolinas, as reais dimensões das pinturas e começar a conversa a partir daí. Trazendo perguntas iniciais como: como vocês acham que foi a experiência de pintar a tela? Quanto tempo demorou? Como acham que é ver ela pessoalmente, que lugar do museu vocês acham que ela está? Que impacto cada pintura causa? Vamos comparar o tamanho das duas, qual chama mais a atenção em um museu? Quais são as funções que cada uma das pinturas cumpre?

Outra perspectiva também seria recriar os quadros com os estudantes interpretando os papéis, buscando recriar as vestimentas e as posições de elevação e/ou destaque. Para além de simplesmente posar como o quadro, os estudantes podem se aprofundar na visão de cada personagem, e buscar construir juntos quais seriam as falas e pensamentos de cada um ali, além de se questionar: quais personagens estão faltando?

## O QUESTIONAMENTO DO CÂNONE

A última pintura a ser analisada aqui é o recente quadro “Preservação ou Morte” [figura 3] do artista Mundano. O artista contemporâneo compartilhou seu trabalho através das redes sociais em 2020 quando o mundo enfrentava a pandemia de Covid-19. No mesmo ano, uma importante liderança indígena brasileira faleceu devido à esta doença e a precariedade da situação sanitária indígena.

Figura 3



Preservação ou Morte. Mundano, 2020. Acrílica, Spray e lama de Brumadinho sobre reprodução da tela “Independência ou Morte” de Pedro Américo (1888). 90 x 167. São Paulo, Brasil.

A obra foi pintada como um manifesto. O artista imprimiu uma reprodução do Grito do Ipiranga e utilizando acrílica, spray e tintas naturais feitas da lama dos desastres de Brumadinho-MG, ele pintou o cacique Aritana Yawalapiti e comentou:

A ideia é fazer uma homenagem ao grande líder do Parque Indígena do Xingu, o saudoso cacique Aritana Yawalapiti, que tive o privilégio de conhecer pessoalmente no PIX em 2011. Aritana não era apenas o cacique etnia Yawalapiti mas sim de todo o Xingu. Ele ajudou os irmãos Villas-Boas a fundar o Parque Indígena do Xingu, maior reserva indígena do mundo. Cacique Aritana infelizmente foi mais uma vítima fatal da covid19, mas uma vítima do genocídio indígena que começa assim que os portugueses pisam nessas terras indígenas. Nesta obra ele está do tamanho do seu legado e lutando pela vida, que só virá através de preservação. (MUNDANO. *Preservação ou Morte*. São Paulo, 7 set 2020. Instagram: @mundano\_sp.)

Ainda há muitas perguntas a serem feitas para essa obra, ela instiga questionamentos sobre o próprio marco da Independência, para quem foi? Por quem foi? Quais foram as memórias oficiais construídas através de certos patrimônios, e nesse caso de pinturas históricas? O quão “libertador” foi de fato o 7 de setembro? O que realmente foi deixado no passado colonial e o que se permaneceu? Além da possibilidade de levar a questão indígena para além dos estereótipos e do apagamento, afinal, onde estavam todos esses povos durante o Império? E hoje? A divisão temporal de antes do 7 setembro e depois do 7 setembro faz sentido para os povos indígenas, para as populações negras? Faz sentido ainda usar o quadro do Pedro Américo para falar de independência de um Brasil universal? Faz sentido usar o quadro Mundano?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUNIOR, C. L. SCHWARCZ, L.M. STUMPF, L.K. **O Sequestro da Independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1 ed, 2022.

MUNDANO. **Preservação ou Morte**. São Paulo, 7 set 2020. Instagram: @mundano\_sp. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CE0dtVXn4jD/?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ%3D%3D> > Acesso em: 02 mai 2023.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil 1808/1831**. In: GRINGERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, vol. 1, p. 15-54.

POLLOCK, Griselda. La heroína y la creación de un canon feminista. In: REIMAN, Karen Cordero e SÁENZ, Inda (Orgs.) **Crítica feminista en la teoría e historia del arte**. México, Universidad Iberoamericana-Biblioteca Francisco Xavier Clavijero, ISBN: 978-968-859-633-3.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, abr./jun. 2016. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.46052>.

SIMIONI, Ana Paula. Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, outubro, 2002.

SIMIONI, Ana Paula. **Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp, 1 reimpr, 2019.

# MEMÓRIAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO DE GURUPI-TO: NUANCES DE UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL

*DANIELE GONÇALVES LISBÔA GROSS*<sup>9</sup>

*MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA*<sup>10</sup>

O presente estudo refere-se a um relato de experiência sobre a utilização de fontes orais em uma dissertação de mestrado que trata das histórias e memórias dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de Gurupi-TO, na qual utiliza-se dos procedimentos metodológicos da História Oral. Assim, objetiva-se apresentar uma experiência concreta sobre a utilização da história oral em busca da compreensão da identidade e *habitus* professoral advindos das memórias dos professores.

**Palavras-chave:** Educação Física. História Oral. Histórias e Memórias. Ensino Médio.

## INTRODUÇÃO

A História Oral tem sido utilizada na produção de diferentes pesquisas no campo da Educação Física (Souza, Vargas e Capraro, 2019), assim como, os seus procedimentos têm sido significativos para a elaboração de projetos em diversas áreas do conhecimento humano. Nesse sentido, é possível perceber que a memória se torna imprescindível, uma vez, que na história oral, a memória é o ponto de partida, “a qual se vale da expressão verbal para dar sentido ao encontro de pessoas interessadas em apresentar versões” (Meihy e Seawright, 2021, p. 21).

Tomando nota das indicações propostas por Meihy e Seawright (2021), a história oral tem um papel importante nas buscas por histórias e memórias que tratam especificamente de uma temática, como é o caso da pesquisa a ser apresentada neste relato. Além de tratar da história de vida de indivíduos ou grupos sociais, também é possível desenvolvê-la por meio de uma temática que orientará a entrevista e o tratamentos das narrativas.

---

<sup>9</sup> Mestranda em Educação pela PUC-Goiás, bolsista capes e professora de cargo efetivo da rede estadual de ensino do Tocantins.

<sup>10</sup> Pós-doutora em Educação pela Universidade Autónoma de Madrid-UAM. Professora Adjunta efetiva da Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da PUC/Goiás.

Sabendo disso, optou-se por apresentar os caminhos percorridos para o desenvolvimento da dissertação de mestrado “História e Memória dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de Gurupi-TO” que utilizou-se, principalmente, dos procedimentos metodológicos da História Oral Temática para o encontro com os entrevistados e para a busca pelas suas memórias, no intuito de desvelar as histórias e as memórias dos Professores de Educação Física do Ensino Médio de escolas públicas e privadas de Gurupi, buscando evidenciar os nexos culturais da relação com o seu processo de formação em três tempos de vida com as práticas pedagógicas atuais.

Levando em consideração os caminhos percorridos para a constituição da pesquisa e o trato dados às histórias e memórias advindas dos professores de Educação Física, procura-se responder às seguintes questões: Como se desenvolveu a pesquisa em história oral sobre os três tempos de vida dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de Gurupi-TO? E, ainda, quais seriam as contribuições da História Oral para o desenvolvimento desta pesquisa?

Para isso, o presente relato tem como objetivo primeiro, apresentar uma experiência concreta sobre a utilização da história oral em busca da compreensão da identidade e *habitus* professoral advindos das memórias dos professores de Educação Física de Gurupi-TO. Além de, descrever os caminhos percorridos para a realização da pesquisa, desde a constituição do corpus escrito ao tratamento das narrativas e; refletir sobre as contribuições da História Oral para alcançar as lembranças e memórias dos professores de Educação Física nos três tempos de vida: jovem secundarista, acadêmico da graduação e profissional docente.

Trata-se, contudo, de um relato de experiência delineado pelos procedimentos metodológicos em História Oral utilizados no constructo de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/Goiás, na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, vinculada ao Diretório e Grupo de Pesquisa “Educação, História, Memória e Culturas em diferentes espaços sociais”. O relato estruturou-se em dois momentos, o primeiro que apresenta os caminhos percorridos, do *corpus* escrito ao *corpus* oral e, o segundo que faz uma reflexão sobre história oral e suas nuances na pesquisa.

## OS CAMINHOS PERCORRIDOS DE UMA PESQUISA EM HISTÓRIA ORAL

Inicialmente torna-se importante destacar como aconteceu o processo de construção da pesquisa como um todo, partindo da temática e dos pormenores textuais que apoiaram o desenvolvimento da história oral que viria, por conseguinte.

Como se sabe, os pesquisadores que trabalham com a história oral, a utilizam como “prática geradora de documentos e de registros que se explicam pela comunicação” e acontecem em uma sequência de acontecimentos, iniciando com a construção do projeto como plano efetivo de trabalho – que deve ser enunciado por um tema, acompanhado de justificção, hipótese que auxilia na construção da problemática, objetivos, critérios e parâmetros próprios para determinado fim (Meihy e Seawright, 2021, p. 12).

O projeto em história oral é o instrumento norteador que ajuda a planejar o trabalho de pesquisa, delineando a proposta a ser desenvolvida, a justificativa/fundamentação, os meios operacionais, a questão da forma e a evidência dos objetivos por meio de hipóteses de trabalho (Meihy e Holanda, 2022, p. 43).

Tomando como ponto de partida, o projeto elaborado, pode-se dizer que foi composto pela temática “História e Memória dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de Gurupi-TO”, pela justificção que se valeu da ordem pessoal, social e científica, as quais podem ser delineadas da seguinte forma: enquanto relevância social procura-se contribuir para a formação dos futuros profissionais de Educação Física e fazer com que os professores atuantes nos diferentes espaços entendam mais a fundo a relação existente entre a sua história, suas memórias com a sua prática pedagógica no que se refere ao Ensino Médio. Além de mostrar o quão importante as memórias, a trajetória pessoal e profissional, o *habitus*, as experiências e as vivências, são importantes para o que o presente e o futuro reserva. Em se tratando da relevância pessoal, esse estudo pode proporcionar um maior entendimento de como têm sido o processo de formação do profissional de Educação Física para o Ensino Médio, seja ele de construção pessoal, social e/ou cultural, pode ainda, contribuir para que se entenda o quão importante a trajetória histórica, os nexos culturais e as experiências vividas são, para a prática docente atual.

Sua relevância científica se apresenta no trato dos resultados obtidos ao que se refere à formação do profissional de Educação Física para atuar no Ensino Médio e as práticas pedagógicas relacionadas ao seu conhecimento empírico. Pode despertar ainda,



o interesse de instituições de ensino superior a preparar melhor os acadêmicos que saem para o mercado de trabalho, assim como de instituições que oferecem o Ensino Médio, de fazer com que os jovens secundaristas não se deparem com problemas que poderiam ser de fácil solução, na sua caminhada acadêmica, porém não o é, por não compreender o processo como um todo, por não ter alcançado uma experiência e um conhecimento mais aprofundados para tal.

Sem contar que, utilizar a história oral como método pode tornar o trabalho ainda mais relevante, uma vez que a evidência<sup>11</sup> oral, que é capaz de transformar os objetos de estudo em sujeitos “contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (Thompson, 1998, p. 137).

É justamente, a partir desta justificção descrita no projeto de pesquisa, que se delimita a constituição e os usos do *corpus* documental. Na verdade, o que considera *corpus* documental para Meihy e Holanda (2022), seriam aqueles que acompanham as narrativas, documentos que tenham sido compartilhados pelos entrevistados a fim de acrescentar à discussão. Notadamente, não foi utilizado nenhum recurso documental, neste sentido, uma vez que os documentos que foram importantes para esta pesquisa partiram de legislação, propostas curriculares e documentos norteadores educacionais que são disponibilizados pelas instituições as quais os entrevistados fizeram parte, tanto no Ensino Médio, quanto no Ensino Superior, e que podem de alguma forma contribuir e acrescentar à discussão. Assim, pode-se considerar a pesquisa como história oral pura, advinda apenas das narrativas e do diálogo entre entrevistado e entrevistadora.

Conseqüentemente, após a definição destes mecanismos, torna-se relevante a escolha do tipo de história oral pretendida. Neste caso, utilizou-se da história oral temática, uma vez que ao construir o roteiro de entrevistas, que seria aplicado ao grupo de professores de Educação Física, se propõe a apresentação da trajetória de vida acadêmica de formação docente dos professores em três tempos de vida, desde quando se veem jovens secundaristas, perpassando pela formação profissional na universidade e findada na prática docente atual.

Após estas definições, determinou-se uma problemática, no sentido de entender os caminhos a serem percorridos, e ajustar as perguntas para o roteiro de entrevistas que relacionassem à temática da pesquisa. Assim, a pesquisa foi norteada pela seguinte problemática: quais os entrelaçamentos de saberes e práticas tecidos pela história e as

---

<sup>11</sup> Termo utilizado por Thompson (1998, p. 138-196) para tratar dos registros e fontes orais alcançadas pelas entrevistas gravadas.

memórias de Professores de Educação Física, nas trajetórias de seus percursos de formação, desde sua condição de Jovem Estudante do Ensino Médio (lembranças das aulas de educação física, práticas corporais e esportivas), transitando pela Formação Superior até a Prática como Docente.

Concomitantemente, se define os objetivos a partir do estabelecimento das questões pertinentes advindas do ponto zero e da delimitação do *corpus* documental. Estes devem ser claros e diretos, já que vão funcionar como parâmetro para os demais encaminhamentos. Assim, utilizou-se como objetivo geral da pesquisa, desvelar as histórias e as memórias dos Professores de Educação Física do Ensino Médio de escolas públicas e privadas de Gurupi, buscando evidenciar os nexos culturais da relação com o seu processo de formação em três tempos de vida com as práticas pedagógicas atuais. Especificamente, tratou-se de desvelar a história e memória dos Professores de Educação Física, a partir de suas lembranças da disciplina, sob o olhar de quando jovem secundarista; resgatar o processo de formação destes profissionais, quando de suas memórias como universitário com destaque para o currículo, tendências teóricas predominantes e campos profissionais; e, caracterizar, mapeando-se as práticas pedagógicas dos docentes de Educação Física do Ensino Médio e suas relações com as histórias e memórias dos três tempos de vida.

Por fim, um projeto em História Oral deve descrever a operação a ser realizada, para Meihy e Holanda (2022, p. 50), explicita o “como fazer”, que são os passos cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, “nesse estágio é preciso admitir conceitos apropriados para dar complexidade ou dimensão ao projeto de história oral”, trata-se de três conceitos fundamentais em uma escala de hierarquia, a comunidade de destino, a colônia e as redes.

A comunidade de destino tem sua base em dois pressupostos: a base material e a base de fundamento psicológico, de gênero e orientação. Concentrando a temática nas histórias e memórias dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de Gurupi-TO, pode-se dizer que a delimitação da comunidade de destino de base material está na Educação Física e nos profissionais inseridos na área e a base psicológica está nas experiências vividas no Ensino Médio, tanto como jovem secundarista quanto como professor ou professora.

A colônia que delimita ainda mais os participantes inseridos na pesquisa, como parte dividida para possibilitar o entendimento do todo pretendido, está nos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio e, a rede, como subdivisão da colônia,

se apresenta sempre plural e é um segmento ainda mais restrito do todo, no caso da referida pesquisa, as redes são aquelas, representadas aqui pelos professores que estão, atualmente, desenvolvendo suas atividades em escolas públicas e privadas que oferecem Ensino Médio em Gurupi-TO.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* ESCRITO**

Para a realização da pesquisa, considerada histórica e que tem um enfoque qualitativo, os procedimentos metodológicos adotados se organizaram da seguinte forma: um *corpus escrito* de duas naturezas: a literatura específica que se utilizou de livros, teses, dissertações, artigos científicos e a documental que se utilizou de documentos oficiais, legislação, propostas e diretrizes curriculares, além de outros arquivos que remetiam ao tempo indicado pelos entrevistados e, um *corpus oral* de entrevistas abertas e semiestruturadas que foram gravadas e transcritas a partir da catalogação e sistematização de fontes orais.

A constituição do *corpus escrito* se deu nos dois capítulos iniciais e nas entrelinhas que nortearam a discussão das narrativas obtidas através das entrevistas. Assim, descreve-se a seguir como foi realizada a pesquisa literal/bibliográfica e documental utilizadas para: 1) resgatar o processo histórico constitutivo da profissão professor de Educação Física e a inserção da referida disciplina no âmbito escolar, tanto no Brasil como no Estado do Tocantins; 2) analisar e apreender a reconfiguração do Ensino Médio, na atual legislação e nos atuais documentos norteadores, a fim de compreender o impacto dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da Educação Física no âmbito escolar.

No capítulo inicial foi construída uma cronologia desde o surgimento da Educação Física, ainda considerada ginástica, até a sua obrigatoriedade no ambiente escolar instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Como base cronológica utilizou-se dos escritos de Ramos (1983), Oliveira (2004), Soares (2004; 2012), Castellani Filho (1988), Darido e Sanches Neto (2005), Bracht (1997), Benvegnú Júnior (2011), Arantes (2008), Lima (2015) dentre outros, que teceram discussões acerca do processo histórico de constituição do campo da Educação Física.

Logo, o segundo capítulo chega para dar continuidade, se até o findar do capítulo anterior tratava-se do processo histórico até a implantação da LDB, neste momento, abordaria o período pós LDB, buscando uma possível configuração contemporânea ao

campo da Educação Física. Para discorrer sobre o assunto, optou-se por utilizar de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, aprofundando nos descritores, História da Educação Física e Novo Ensino Médio, no intuito de entender se os documentos que norteiam o novo Ensino Médio sofreram impactos dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da Educação Física? E, ainda, quais são os traços constitutivos da história da Educação Física que impactaram a reconfiguração do novo Ensino Médio?

Contudo, todo esse processo de leitura e produção bibliográfica foi importante para que fosse possível aprofundar no processo constitutivo histórico da Educação Física como área do conhecimento, sua inserção na escola e, mais especificamente no âmbito do Ensino Médio, já que este é de maior relevância na pesquisa que se descreve neste relato. Notadamente, a área tem um longo caminho histórico e evolutivo que demanda de incansáveis pesquisas, que não se findará com a conclusão deste trabalho, mas, no que tange aos objetivos propostos, acredita-se ser possível alcançar respostas com o que foi possível construir até aqui, embora ainda existam muitas divergências ao que se refere às novas configurações que o Ensino Médio tem adotado e os rumos que são prometidos à Educação Física.

## **A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* ORAL E A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

Para alcançar os objetivos propostos, o *corpus* oral constituiu-se a partir das fontes orais que narraram sobre a sua história e memórias do seu processo formativo, desde quando jovens secundaristas, perpassando pela trajetória acadêmica e finalizando com a prática docente atual.

Trata-se de uma pesquisa que envolveu oito professores de Educação Física que atenderam os seguintes critérios iniciais: ser graduado em Educação Física (Licenciatura ou Licenciatura Plena) de ambos os sexos, atuar no Ensino Médio (Regular e/ou Técnico) há pelo menos um ano e, aceitar participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Diante disso, os professores foram submetidos a entrevistas, como afirma Meihy e Holanda (2022) a história oral como método, privilegia a entrevista como essencial, além de tornar o entrevistador responsável por formular entrevistas como o ponto principal da pesquisa. Todavia, cabe ressaltar que a história oral deve abranger muito mais do que somente a utilização da entrevista, é abarcada por todo processo, desde a construção do projeto, planejamento, formas de

recolha das entrevistas até a passagem do oral para o escrito, como concretização de um *corpus* documental passível de análise.

Assim, o trabalho que se apresenta, foi desenvolvido a partir de etapas e, chegado o momento da pré-entrevista, como uma etapa auxiliar para a entrevista que “sempre decorre de circunstâncias preestabelecidas e planejadas”, como afirma Meihy e Seawright (2021, p. 111). Nesse momento, optou-se por utilizar, inicialmente, de uma abordagem por meio de um roteiro de entrevista criado na Plataforma *Google Forms*, desenvolvido a partir de questões geradoras que delinearão a identificação pessoal e a construção do perfil, suscitados por questões objetivas e subjetivas que contemplavam a primeira etapa da pesquisa, sendo elas: Data de nascimento? Naturalidade? Onde reside? Onde cursou o Ensino Médio? Quando formou no Ensino Médio? Quando ingressou e formou no Ensino Superior? Onde cursou o Ensino Superior? Onde trabalha? Enquadramento funcional? Quanto tempo trabalha com o Ensino Médio? Tem experiências anteriores com o Ensino Médio? Onde? Quando? Por quanto tempo?

O principal motivo desse primeiro contato ser remoto, de forma *on-line*, foi em virtude do momento pandêmico<sup>12</sup> que se instaurou no país naquele momento, todavia, foi necessário e fez com que fosse possível alcançar um número expressivo de participantes, já que o contato presencial seria inviável. Importante destacar que todos os professores convidados a participar da pesquisa eram do convívio social da entrevistadora, por também fazer parte do quadro de professores de Gurupi-TO que atuam na Educação Física do Ensino Médio, não sendo necessário, um momento inicial para apresentações. Embora tenha sido um contato à distância, os entrevistados foram informados de todas as implicações que norteiam a pesquisa, tanto ao que se refere às técnicas legais, quanto aos aspectos éticos inerentes a abordagem em história oral.

Sendo assim, ficou mais fácil o contato inicial e o envio das primeiras questões em formato de link, por meio de um aplicativo de mensagens (*Whatsapp*). A opção pelo aplicativo, foi no intuito de facilitar a visualização das questões em qualquer lugar e horário, além de também contribuir para que seja respondido da melhor forma possível e no tempo determinado por cada um dos participantes, sem nenhuma intervenção externa. Este foi o momento decisivo do quantitativo de entrevistados que aceitaram participar da

---

<sup>12</sup> Os anos de 2020 e 2021, principalmente, foram marcados por uma onda de covid-19, em que grande maioria de brasileiros seria acometido de um vírus gravíssimo que acarretou a necessidade de isolamento social, fazendo com que se ficasse maior tempo em casa e sem contato com o mundo externo.

pesquisa, uma vez que, foram contactados 14 professores, de acordo com os critérios preestabelecidos, e somente 8 professores se prontificaram.

A segunda etapa, de forma presencial, foi realizada com entrevista aberta e semiestruturada, com o auxílio de um gravador de áudio e um diário de campo, com o propósito de registrar o máximo de informações dos participantes e para possíveis e importantes apontamentos. O local e o tempo destinado à entrevista foram delimitados pelo próprio entrevistado ou entrevistada de modo que não comprometeu o desenvolvimento de suas atividades.

Vale lembrar que as entrevistas de memória de expressão oral, “são mais longas e menos limitadas por pautas ou pelas urgências do momento”, é preciso que se dê oportunidades de se recordar, pensar na vida, na temática sugerida/questionada, nas tradições advindas do tempo e relações. Embora seja planejada, as entrevistas devem ser realizadas sem limitação de tempo e de questões, uma vez que a entrevistadora precisa dominar a temática abordada para que seja capaz de considerar novas questões e o diálogo que pode ser acrescido à entrevista. Por esses motivos, Meihy e Seawright (2021) sugerem um roteiro que contenha, uma pergunta de corte comum a todos os entrevistados, que se decida se haverá novas questões durante as narrativas, de acordo com o diálogo que for surgindo e, se utilizará de estratégias para a obtenção de outras informações para além da entrevista convencional.

Nesse sentido, ao contactar os professores, ficou claro que suas respostas seriam gravadas e que seria um diálogo pontual, sobre os seus três tempos de vida: a sua formação quando jovem secundarista, quando acadêmico do ensino superior e sobre sua atual prática docente. Todavia, poderia haver outras interrogações conforme a entrevista fosse acontecendo, tanto que a entrevistadora, considerou importante questionar sobre as suas influências e motivações para cursar o curso de Educação Física, obtendo assim, respostas significativas e relevantes para a pesquisa.

Chegado o momento de encontrar com os entrevistados, foi necessário agendar data, horário e o local que o deixasse mais à vontade para gravar sua narrativa. Alguns professores optaram por suas casas, outros o ambiente de trabalho, escolas ou espaços de trabalho, e, ainda teve aqueles que optaram por um ambiente neutro, fora de suas casas e fora do local de trabalho.

Para que se obtivesse melhor qualidade de áudio e entendendo que as implicações técnicas são importantes no processo, assim como afirma Alberti (2021, p. 64) “em se tratando de uma gravação, em áudio [...], a entrevista de história oral requer cuidados

especiais tanto para sua produção como para sua preservação”, utilizou-se de um aplicativo de gravação baixado da loja de aplicativos *Apple Store* para o *iphone* modelo 11, com boas especificações e funções.

Cabe ressaltar que antes de iniciar a gravação das entrevistas foi necessário observar o ambiente, a fim de adaptar o espaço aos propósitos da entrevista, sem que haja interrupções, ruídos indesejados e condições externas que poderiam intervir na gravação. O aparelho de gravação também foi testado, atentando-se à memória, ao nível de bateria e à qualidade dos microfones e gravação. Casos externos foram registrados em diário de campo, mesmo não tendo sido relevantes ou impeditivos para a boa realização da gravação e da entrevista, este foi um suporte imprescindível para os registros das entrevistas.

Embora informações como data, hora, local e duração da entrevista seja registrado nas gravações pelo aplicativo, foram também realizadas algumas incursões no diário de campo, a fim de registrar as expectativas que antecedem a entrevista e as impressões e experiências vivenciadas durante e após a realização desta. “Com isso, sabe-se que os contatos e diálogos preparatórios para as entrevistas importam para a compreensão do percurso na constituição das redes em história oral” (Meihy e Seawright, 2021, p.124). Os registros ainda foram importantes para a composição da história narrada e para a constituição das categorias a serem analisadas.

Por se tratar de um momento importante e de total significado para a pesquisa, foi construído um roteiro de entrevista que serviu como um ponto de partida para a interlocução a ser desempenhada pela pesquisadora. Este roteiro foi estabelecido em consonância com o que se buscava com a pesquisa, tanto ao que se refere à problemática quanto aos objetivos propostos, sendo construído gradativamente conforme as etapas de aprofundamento da temática acontecia. Assim, o roteiro de entrevista, que serviu de apoio para as demais interrogações, constituiu-se de itens que traria maior proximidades com os três tempos de vida do professor de Educação Física, sendo eles: 1) Identificação (Construção do perfil); 2) História e memórias do Ensino Médio (enquanto jovem secundarista); 3) História e memórias do Ensino Superior (Formação Profissional); 4) A prática docente atual.

Por meio deste, então, foram colhidas narrativas de oito professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de escolas públicas e privadas de Gurupi-TO. Todos eles com mais de um ano de atuação na referida etapa e disciplina, formados na área e com experiências enquanto jovem secundarista e acadêmico de graduação, no próprio

Estado em que atua, o que, de uma forma ou de outra, contribuiu para ampliar e se compreender determinadas interpretações do(a) próprio(a) entrevistado(a) no contexto da prática docente atual, até suas possíveis relações de outros acontecimentos e processos dos quais foram sendo narrados.

Sobre a entrevista, pode-se considerar que os trâmites técnicos e éticos foram realizados em concordância e consentimento com cada um dos entrevistados, não houve nenhum episódio que desqualificasse nenhuma das partes. Foi um processo tranquilo, sem desistências, sem nenhuma intercorrência que invalidasse as narrativas registradas, os entrevistados são pessoas conhecidas da entrevistadora e, talvez, esse tenha sido um dos pontos positivos para se conseguir maior abertura, tanto na disponibilização para participar da pesquisa, quanto de narrar questões individuais e particulares de sua trajetória de vida e formação.

Por se tratar de uma pesquisa em história oral do tipo temática, não seria necessário que acontecessem vários encontros, uma vez que o momento de contato com os entrevistados foi suficiente e, as narrativas coletadas foram significativas para alcançar categorias relevantes e mais ainda, incidiram em uma discussão que alcançou os objetivos e problemática, propostos. Como afirmam Meihy e Seawright (2021, p. 117) “as entrevistas únicas são marcações pontuais da memória, e, assim, contribuem para a reflexão das especificidades ou condições gerais nas quais as histórias são contadas”.

Ao final de cada entrevista, foi solicitado aos professores participantes que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), acrescido dos agradecimentos por dispor do seu tempo para o diálogo e ainda, por confiar sua história de vida e formação para a realização desta pesquisa. Foi gratificante o acolhimento e receptividade de todos.

## **TRATAMENTO DAS NARRATIVAS NA CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL**

As gravações salvas em arquivos digitais foram tratadas a partir do processo de passagem do oral para o escrito. Esse processo se deu em três momentos a partir da proposta de Meihy e Seawright (2021): Transcrição: todas as informações que foram obtidas pela Plataforma do *Google Forms*, juntamente com as informações acrescentadas da entrevista presencial e das anotações contidas no diário de campo foram transcritas, ou seja, foram coladas as palavras ditas em estado bruto, o mais próximo possível de como



foram emitidos; Textualização: foi realizado um aprimoramento do texto a fim de obter maior clareza no produto textual, eliminou-se as perguntas, erros gramaticais foram corrigidos e palavras sem peso semântico foram reparadas. Transcrição: transformou-se o produto textual para que as sensações e a atmosfera da entrevista estivessem postas, teatralizando e recriando o que foi dito para uma boa comunicação com o leitor.

A cada entrevista realizada, imediatamente, realizou-se a transcrição, reproduzindo integralmente a fala dos professores, independente dos termos utilizados, das gírias ou outros aspectos inerentes à linguagem falada, acrescentando-se informações contidas nos diários de campos no que tange à linguagem não verbal, gestos, emoções, silêncios etc. Foi um processo delongado, por ser combinado de uma riqueza de detalhes com a inexperiência da entrevistadora em colocar todas as informações contidas nas entrevistas para o computador.

Após esse feito, de posse do documento oral sem nenhum tratamento, foi preciso adaptá-lo para a forma escrita, em que são realizados ajustes e correções, quanto à concordância, palavras repetidas, algumas gírias em excesso e outras colocações não usuais, o que é chamado de textualização. Esse material foi então, salvo separadamente, ficando arquivado, um com a transcrição detalhada e integral, outra com ajustes e adaptações de linguagem, textualização.

À posteriori, os dados foram organizados em um documento à parte, em que se apresenta a transcrição, com todas as falas ditas de forma literal; outro em que foram feitos ajustes para melhor leitura e interpretação das informações, a textualização e; um último arquivo foi acrescentado a transcrição de alguns trechos, àqueles que seriam importantes de serem apresentados no decorrer do texto.

## **A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ORAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA DISCUSSÃO**

Primeiro, com a leitura e organização das narrativas dispostas, iniciou-se o processo de categorização e análise. Nesse momento, a análise como fase final de aplicação do projeto planejado, acontece “depois de constituídos os documentos derivados de entrevistas e estabelecidos os critérios de diálogos com outras séries documentais”, e por implicar em partes constitutivas de um todo, a entrevista foi analisada a partir de temas relevantes para a pesquisa, mas, que adentrasse nos três tempos de vida de cada um dos professores (Meihy e Holanda, 2022, p. 131).

Considerando que a entrevista e a proposta do estudo seria tratar da história e a memória dos professores de Educação Física em três tempos de vida, optou-se por distribuir as narrativas, as categorias e a análise, em blocos, para que fossem compreendidas como uma trajetória, uma cronologia de vida e formação dos entrevistados. **Bloco I** - A construção do Perfil dos Professores de Educação Física; **Bloco II** – Apresentação e análise das lembranças por meio de narrativas; **Bloco III** – Relação das Histórias e Memórias com a Prática Docente;

Tratou-se de contemplar as Histórias e as Memórias da Formação do Professor de Educação Física (Ensino Médio e Superior), com o propósito de serem apreendidos os entrelaçamentos e os alcances do processo histórico e de suas memórias de todo um itinerário de vida e estudo, presentes ou não, na prática docente atual.

Para que se possa compreender a temática em questão, advinda das narrativas dos professores envolvidos, utilizou-se da distribuição em blocos, para que se pudesse dar o devido valor a cada etapa e a cada história e memória narrada no que tange os três tempos de vida dos professores de Educação Física atuantes no Ensino Médio de escolas públicas e privadas de Gurupi-TO.

Para a constituição do bloco I, optou-se por apresentar uma breve biografia do professor no sentido de “compreender melhor o relato de sua experiência, seu discurso e suas referências mais particulares”, como afirma Alberti (2021, p. 173-174).

Assim, construiu-se tabelas que demonstravam uma cronologia de nascimento até a atual prática docente. Neste primeiro momento de biografização e apresentação dos entrevistados, as tabelas foram um meio facilitador encontrado para exibir as respostas obtidas e categorizá-las de forma que fosse possível construir a identidade e o perfil dos professores de Educação Física. A discussão nesta etapa partiu do momento histórico do professor em paralelo com a trajetória da Educação Física no ambiente escolar, seus entraves e nexos culturais envolvidos.

Por se tratar de uma busca pela identidade e perfil dos participantes, tornou-se imprescindível que se destacasse os conceitos de identidade cultural, social e profissional, principalmente nos escritos de Hall (2006), Dubar (2005) e Schaffel (2002). Foi partindo destes conceitos que se adentrou na constituição histórica e perfil identitário dos professores de Educação Física, se apresentou o perfil utilizando-se dos aspectos biográficos juntamente com sua atual posição no ímpeto da instituição, se utilizou dos anos de nascimento em consonância com o desenvolvimento das metodologias de ensino da Educação Física, àquelas que foram surgindo no decorrer dos anos, já que a proposta

inicial seria dar maior ênfase aos procedimentos e métodos de aplicabilidade de suas aulas, todavia com o decorrer das entrevistas, novas temáticas e outros destaques foram tomando esse espaço. Além disso, foi importante vislumbrar os passos evolutivos da Educação Física, também em cada período, ao que se refere às leis e normatizações que politicamente, a área foi sendo delineada para o âmago das escolas e, apresentar os espaços sociais de onde vieram, os professores e, onde foram sendo inseridos para a prática atual docente, assim como, a sua condição dentro da instituição.

O segundo bloco, foi o mais extenso, no sentido de tentar aprofundar na formação pessoal e profissional dos entrevistados, a fim de considerar os assuntos mais importantes que foram sendo citados durante a entrevista. As tabelas também foram importantes nesse momento para se apresentar as narrativas e as categorias, inicialmente, advindas do período de formação do jovem secundarista no Ensino Médio, àqueles que se apresentam advindos de escolas públicas e/ou privadas, àqueles que destacaram às suas marcas de um passado com questões positivas e negativas da sua formação, àqueles que tiveram motivações ou não para continuar o caminho para a formação profissional em um curso superior.

As categorias que foram surgindo deste bloco, propiciaram uma discussão acerca do *habitus* do indivíduo, que poderia já estar relacionado, ou não, com a prática docente. A análise e a discussão a partir desse momento, levou em consideração tanto a identidade social, cultural e profissional que foi se constituindo, quanto a proposição de se desenvolver o *habitus* professoral a partir desse período de sua vida. Tais discussões partiram da consonância com aspectos relacionados aos escritos de Bourdieu (2013; 2019), Tardif (2014), dentre outras proposições advindas da referida temática.

No que tange à formação profissional advinda da trajetória acadêmica no Ensino Superior, novas categorias foram encontradas e discutidas, também no sentido de entender a trajetória de formação do professor, com destaque para o currículo, tendências teóricas predominantes e campos profissionais advindos dos seus conhecimentos nesta fase. Discutiu-se sobre o processo evolutivo da graduação em Educação Física, o espaço do professor em formação, a legislação vigente para a época, assim como os projetos dos cursos, principalmente aqueles que foram frequentados pelos entrevistados, no Estado do Tocantins. Houve ainda, uma abertura para as questões de *habitus* que podem ter se constituído no período de formação para a docência, bem como influências e motivações advindas do campo que estaria inserido.

O bloco III, por fim, apresenta as narrativas que os professores descrevem a sua atual prática docente em consonância com a sua trajetória de formação profissional, circunscreve uma discussão sobre quais seriam as influências advindas da sua formação que estariam se concretizando na prática docente atual, no sentido de entender se o processo formativo de quando jovem secundarista e acadêmico universitário teria sido significativo para a forma como desenvolve suas aulas atualmente.

E é por isso, que se apresentou questões de *habitus* professoral, tentando fazer uma ponte de ligação entre o que se pretendia no passado, a partir das lembranças, com o que se propõe atualmente, como professor inserido em uma instituição que oferece a Educação Física para o Ensino Médio.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Fazer uma linha do tempo e/ou uma cronologia, mostrando como foi o percurso do professor que atua na Educação Física atualmente em consonância com o desenvolvimento da Educação Física Escolar no Brasil foi um grande desafio, uma vez que, as transformações pessoais e profissionais que vão se constituindo ao longo da vida de um professor não anda em consonância com o desenvolvimento da profissão, suas normas, legislações e até as questões de poder inseridas nas instituições.

Trabalhar com a história oral, no sentido de se fazer entender a trajetória, a história e as memórias dos professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio de escolas públicas e privadas de Gurupi-TO, foi importante, pelas inúmeras possibilidades de se adentrar nas melhores e, quem sabe, piores lembranças, até mesmo, para que o próprio entrevistado possa se entender dentro do âmbito o qual escolheu ou talvez, foi levado pelas condições sociais lhes impostas.

Entende-se que a Educação Física tem uma história complexa e que ainda precisa ser explorada e, correlacionar com a história de vida e carreira profissional dos professores é bem mais interessante do que se imagina. Talvez com esse estudo, uma pequena parcela possa se interessar em aprofundar no assunto com outros atores sociais e até no amago de diferentes instituições de ensino e de outros componentes curriculares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. revista e atualizada, 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021. 384p.

ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. *In: Revista Digital* - Buenos Aires - Ano 13 - nº 124 - setembro de 2008. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>  
Acesso em: janeiro de 2022.

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944)**. Brasília, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UnB.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. 3ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial, Brasília, 1996.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. 18ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 1988. 93p.

DARIDO, S.C.; SANCHES NETO, L. O contexto da Educação Física na escola. *In: DARIDO, S. C., RANGEL, I. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p.1-24.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed., 9ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2022.

SCHAFFEL, Sarita Léa. A identidade profissional em questão. *In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Reinventar a escola*. 3ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 3ª edição. Campinas-SP: Autores Associados, 2004. 143p.

SOUZA, Maria Thereza Oliveira; VARGAS, Pauline Iglesias; CAPRARO, André Mendes. Reflexões sobre a produção de pesquisas pautadas na história oral em periódicos de estratos superiores na área da Educação Física. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, 2019.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista brasileira de Educação**, v. 13, n. 5, p. 5-24, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17<sup>a</sup> ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014. 325p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

# VIOLA DE BURITI: MEMÓRIA, ORALIDADE E TRADIÇÃO

*DIEGO SILVA BRITO*<sup>13</sup>

*GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO*<sup>14</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste artigo é propor um caminho para investigar a identidade cultural da comunidade Quilombola Barra do Aroeira por meio dos instrumentos musicais. Dentre os diversos instrumentos encontrados nessa comunidade quilombola, podemos citar pandeiros, caixas de folia, tambores diversos e Viola de Buriti. Para os limites desta pesquisa, lançaremos mão da Viola de Buriti como artefato musical e cultural que será investigado por meio de nosso arcabouço teórico-metodológico, o qual será apresentado ao longo desta escrita.

A escolha pela Viola de Buriti se dá pelo envolvimento que o autor deste artigo tem com esse instrumento há, pelo menos, 15 anos. A Viola de Buriti é um instrumento muito peculiar e que acompanha minha trajetória profissional como educador musical com foco em instrumentos tradicionais tocantinenses. Há 7 anos desenvolvo o Projeto Vereda, um projeto de educação patrimonial e musical, com ênfase no aprendizado de ritmos, construção de instrumentos e músicas tradicionais tocantinenses. Esse projeto é realizado na Escola Municipal Crispim Pereira Alencar, no distrito de Taquaruçu, em Palmas/TO. A Viola de Buriti é protagonista como único instrumento melódico presente no Projeto Vereda. Esse projeto surgiu em 2016 com o objetivo de difundir patrimônios materiais e imateriais da cultura tocantinense, em especial as técnicas de fabricação e execução musical com a Viola de Buriti, pandeirões de folia, tambores de barro e de madeira. Possibilitamos às crianças e aos adolescentes uma experiência de desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e de expressão cultural por intermédio da música e das

---

<sup>13</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins (PPGHispam-UFT), membro do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS) e idealizador/coordenador do Grupo Vereda.

<sup>14</sup> Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins (PPGHispam-UFT), Líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS) e Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Tocantins (NEAB-UFT).

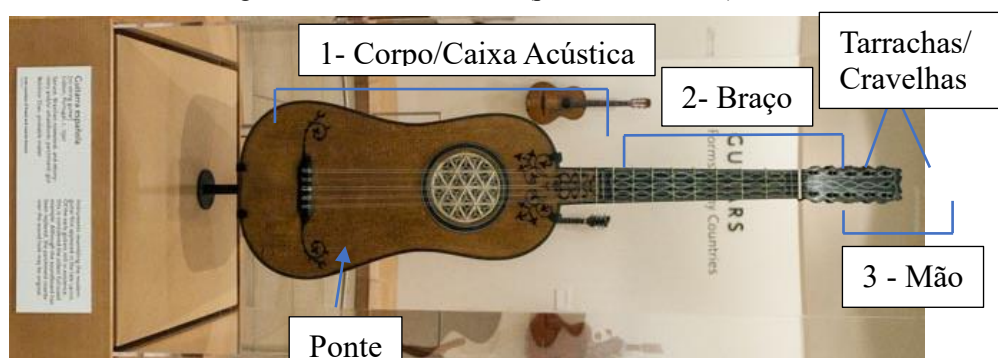
danças tradicionais, estimulando a auto-organização comunitária para a manutenção dessas expressões culturais.

Para o desenvolvimento deste texto, partiremos de numa perspectiva histórica e cultural e, assim, optamos pelos estudos das oralidades. Neste sentido, defendemos a necessidade de investigar as histórias dos silenciados, as memórias individuais e coletivas, bem como as relações entre os sujeitos e o instrumento musical em tela. Para tanto, apresentaremos alguns elementos que contribuirão para o desenvolvimento desta pesquisa. Sendo assim, dividimos este texto em três partes: “A Viola de Buriti: breve histórico”, “História Oral como caminho metodológico” e “Memória individual e memória coletiva”.

## A VIOLA DE BURITI: BREVE HISTÓRICO

A viola chegou ao Brasil no século XVI por meio de colonos oriundos de diferentes regiões de Portugal, principalmente da região Norte. Aos poucos ela foi adentrando e se espalhando por toda a colônia. A viola era um instrumento bastante popular em Portugal, apesar do fato de cada região possuir diferentes estilos, sem fugir de um padrão tradicional. De modo geral, a viola pode ser dividida em 3 partes: 1) Corpo ou Caixa acústica, onde fica fixada a ponte que dá segurança às cordas; 2) Braço, por onde passam as cordas; 3) Mão, onde fixam as tarrachas ou cravelhas que servem para dar tensão e afinação às cordas. Vejamos de forma mais visual na imagem a seguir:

Imagem 1 – Viola de 5 ordens (padrão tradicional)



Fonte: Viola de 5 ordens por Belchior Dias (Lisboa, 1581). Royal College of Music, Londres.

Viola, Viola Pinho, Viola Caipira ou Viola Sertaneja, Viola de Arame, Viola Nordestina, Viola Cabocla, Viola Cantadeira, Viola de Dez Cordas, Viola Chorosa, Viola de Queluz, Viola Brasileira, dentre outras, são as denominações mais comuns para um dos principais instrumentos da música popular brasileira. Apesar das diferentes denominações, ao longo do



processo histórico da chegada da viola na América portuguesa, o instrumento praticamente manteve sua estrutura básica, conforme a Imagem 1. Porém, as tradições musicais foram se alterando, conforme a realidade de cada região e os diferentes níveis de interação com culturas distintas. Essa miscigenação também propiciou, embora casualmente, o surgimento de outros tipos de violas<sup>15</sup>, tais como a Viola de Buriti, a Viola de Cocho, a Viola de Cabaça e a Viola de Bambu (Corrêa, 1994).

Nossa pesquisa trabalhará com a Viola de Buriti. Ela é uma viola rudimentar feita a partir do talo da folha da palmeira tradicional das veredas<sup>16</sup> do cerrado brasileiro. O talo da palmeira do buriti é um material versátil e resistente<sup>17</sup> e, acima de tudo, possui excelente capacidade acústica<sup>18</sup>, o que colabora com a construção do referido instrumento. Esse é um instrumento exclusivo de algumas regiões localizadas do Cerrado Brasileiro, mais precisamente no estado de Goiás, Piauí, Maranhão e Tocantins. Recortando nossa pesquisa para o estado do Tocantins, constatamos que a Viola de Buriti pode ser encontrada em comunidades quilombolas na região do Jalapão (TO) como, por exemplo, a Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins.

Marcos Bonilla (2018) desenvolveu um inventário participativo que compôs o processo de patrimonialização da Viola de Buriti pelo IPHAN e se encontra na câmara técnica do Departamento de Patrimônio Imaterial, que é responsável por analisar todos os documentos e emitir parecer técnico analisando a pertinência do pedido de registro. O autor não nos dá como certa a origem da viola, mas afirma que já na década de 1940 o modelo de Viola e Rabeca de buriti já circulava entre os sertanejos e indígenas da margem leste do Tocantins, incluindo indígenas da etnia krahô (Bonilla, 2018). Em visitas recentes e em conversas com anciãos indígenas das Etnias Krahô<sup>19</sup> e Xerente<sup>20</sup> tocantinenses, esses depoentes nos afirmaram que a Rabeca e a Viola eram instrumentos utilizados em cerimônias tradicionais até meados da década de 1980. No entanto, não temos informações concretas dos motivos pelos quais levaram à não utilização desses instrumentos nessas comunidades.

---

<sup>15</sup> Todas elas são violas singulares com especificidades sonoras e de construção rústica.

<sup>16</sup> Terreno alagadiço ou brejo, normalmente localizado perto da encosta de um rio e encoberto por uma vegetação rasteira. [Regionalismo: Minas Gerais e Centro-Oeste] no cerrado, fluxo de água cercado por buritis (planta). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vereda/>

<sup>17</sup> É também utilizada para a fabricação de móveis e até mesmo embarcações como balsas e canoas.

<sup>18</sup> Capacidade de amplificar o som produzido com a retirada da parte esponjosa que fica dentro do talo, deixando somente a 'caixa acústica' que produz esse efeito de amplificar o som.

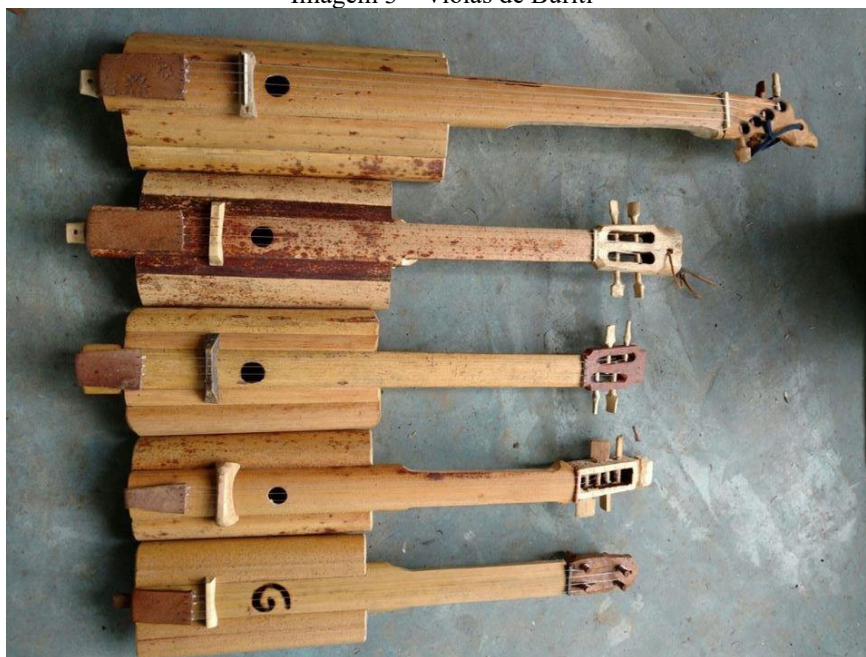
<sup>19</sup> Etnia indígena que vive na Terra Indígena Krahôlândia situada nos municípios de Goiatins e Itacajá no Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/krah%C3%B4/>

<sup>20</sup> Xerente é uma etnia indígena que habita áreas próximas à margem direita do rio Tocantins, no município de Tocantínia, no estado do Tocantins, distribuídos em 33 aldeias. Falam a língua akwê (ou akwê) da família linguística Jê, do tronco macro-Jê. A nome de sua reserva é Funil.

Bandurra, Violinha de Vereda, Rebeca, Machetinho e Violinha de Buriti, esses, dentre vários outros nomes, se referem à Viola de Buriti. Essas diferentes nomenclaturas se dão de acordo com a região de fabricação da viola. Ela é composta de três talos de buriti: um talo central maior que cumpre a função de braço para a viola; e outros dois talos menores (que são do mesmo tamanho entre eles), um que forma a caixa acústica e ou o corpo do instrumento. As únicas partes que não são feitas de buriti são: a mão, as tarraxas ou cravelhas, e a ponte (parte que oferece suporte para as cordas). Esse instrumento é composto geralmente por quatro cordas, mas também existem exemplares com cinco. As cordas utilizadas geralmente são linhas de pesca de tensões variadas e com afinações semelhantes às da viola caipira. Não existe tonalidade específica para afinar a Viola de Buriti. A afinação varia de acordo com o seu tamanho e tensão das linhas de pesca escolhidas como cordas.

É um instrumento classificado como não temperado, ou seja, o braço é liso, não possui marcações de divisões de tom e semitom, como o ukelele e o cavaco, por exemplo. Ela possui braço liso como o violino. Portanto, é necessária uma destreza maior para se manter afinado e para montar os acordes. Vejamos alguns exemplares na imagem a seguir:

Imagem 3 – Violas de Buriti



Fonte: Acervo particular do autor.

Nos últimos anos, percebemos que o número de violeiros diminuiu bastante, muitos deixaram de tocar e outros faleceram. Uma das hipóteses para a diminuição da utilização da Viola de Buriti é de que com a popularização das violas caipiras e violão, se tornou mais prático adquirir um desses instrumentos. Outro caminho apontado por moradores – em conversas

recentes – da comunidade quilombola Barra do Aroeira está no fato de que a diminuição das veredas – devido à urbanização e represamentos de nascentes – é outro fator que pode acarretar na diminuição da produção desses instrumentos.

Os poucos mestres violeiros que ainda restam estão concentrados em comunidades quilombolas nos estados de Goiás (Comunidade Kalunga) e, principalmente, no Estado do Tocantins, na região do Jalapão, Serras Gerais e entorno. Toda essa região é formada por serras arenosas e alagadiças, as tradicionais veredas, lugar em que a planta é nativa.

A permanência dos usos da Viola de buriti no Estado do Tocantins se dá principalmente nesses povoados, que se estão na região do Jalapão, leste do Tocantins até o extremo sudeste, na divisa com o estado de Goiás. Porém, na região do sudeste Tocantinense, o uso da Viola de Buriti nos festejos tradicionais diminui drasticamente a cada ano. Nas maiores cidades dessa região, como Natividade, a Viola de Buriti já não está presente praticamente em nenhum festejo tradicional. Desde o falecimento do Mestre Coquelino Rumão, em 2014, não se tem notícia de outro tocador de Viola de Buriti nessa região que participe dos festejos, nos afirma a produtora cultural Simone Camelo, Presidente de honra da Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA).

Mestre Nilo Rodrigues, da Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, é um artista violeiro e compositor. Aprendeu a tocar e a fazer a Viola de buriti com sua mãe, Dona Marina Rodrigues. Já tocou em diversos eventos pelo Brasil, como Encontro de Culturas da Chapada dos Veadeiros (GO), na Mostra de Música Instrumental e Cultura Popular do Tocantins (TO) e Café Com Viola (TO). Mestre Nilo será um dos personagens centrais desta pesquisa<sup>21</sup>. Outros mestres importantes como Silva Rodrigues, Canhotinho da Viola, Zé Raimundo e Genésio Rodrigues serão personagens importantes nesse cenário cultural da Viola de Buriti na comunidade Quilombola Barra do Aroeira.

Atualmente não temos mais do que 20 tocadores e fazedores de Viola de Buriti atuantes no Tocantins. Por isso, manter viva essa tradição cultural é um dos grandes desafios desse momento em que o risco da perda de mais mestres é real e iminente. A Viola de Buriti se encontra em processo de patrimoniamiento pelo IPHAN, tendo sido executado um Inventário Participativo no Povoado Mumbuca-TO. Sendo assim, a relevância deste projeto se dá no

---

<sup>21</sup> Natural da Comunidade Quilombola Mumbuca, no Jalapão, Maurício Ribeiro foi um dos maiores artistas violeiros de buriti do Tocantins. Participou de diversas apresentações e oficinas musicais pelo Brasil. Em 2015, participou do projeto “Sonora Brasil”, pelo SESC, se apresentando em 100 cidades de todo o Brasil, difundindo a Viola de Buriti. Infelizmente, o Mestre Ribeiro faleceu vítima de COVID-19 em 2021, deixando uma lacuna enorme na história da Viola de Buriti.

registro e mapeamento dessas memórias por meio da oralidade, que garante a preservação e ressignificação simbólica das heranças culturais por intermédio da Viola de Buriti.

## HISTÓRIA ORAL COMO CAMINHO METODOLÓGICO

A Oralidade está presente na humanidade, pois é por meio dela que as tradições culturais passam de geração em geração, assim como as cantigas de roda e a capoeira. Em nossa pesquisa, entendemos que as oralidades são importantes para alcançarmos as representações culturais proporcionadas pela Viola de Buriti, pois as comunidades tradicionais mantêm e ressignificam suas tradições culturais com o uso da oralidade.

A oralidade é importante para as pessoas se colocarem enquanto grupo e para expressarem suas vivências. Spivak (2010), professora indiana, trás importantes reflexões sobre o silêncio imposto às pessoas colonizadas, no sentido de destacar que a oralidade de pessoas subalternas não é validada na ordem colonial. Isso implica dizer que o discurso produzido em comunidades tradicionais não é hegemônico, não é legitimado pelas estruturas de poder e, por esse motivo, tais sujeitos estão em um lugar de maior dificuldade para falarem por si.

Apesar do reconhecimento de tal dificuldade, convém destacar que não deve haver silêncio compulsório às comunidades tradicionais. Ao falarem, tais sujeitos podem se colocar na contramão da ordem colonial e do saber dominante, expressando seus próprios saberes. Como enfatiza Ribeiro (2017),

será que o subalterno nunca rompe o silêncio? Tanto Patricia Hill Collins quanto Grada Kilomba consideram problemática essa afirmação de Spivak do silêncio do subalterno se esta for vista como uma declaração absoluta. Para as duas pensadoras, pensar esse lugar como impossível de transcender é legitimar a norma colonizadora, pois atribuiria poder absoluto ao discurso dominante, branco e masculino. Collins acredita que validar esse discurso como absoluto significaria também acreditar que os grupos oprimidos só podem se identificar com o discurso dominante e nunca serem capazes de pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos (Ribeiro, 2017, p. 74).

A escritora negra Djamila Ribeiro (2017), valendo-se dos escritos de outras escritoras negras, destaca a importância do reconhecimento do lugar de fala das minorias sociais e políticas. Em sua visão, mulheres negras falam a partir de determinada vivência, comunidades rurais falam a partir de uma visão não individual, mas de seu lócus de pertencimento. Assim, há maior propriedade para falar de si e de seu espaço, pois “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (Ribeiro, 2017, p. 69).

A historiadora Verena Alberti (2020) nos aponta que o costume de ouvir testemunhas ou atores sobre determinados acontecimentos ou conjunturas é um fato antigo e nos remonta aos primeiros Historiadores da Antiguidade clássica como Heródoto e Tucídides. No entanto, desde o século 18, quando a História passou a ser notada como ciência, os métodos de se escrever e pensar sobre História se modificaram, abandonando as oralidades e se dedicando aos estudos de fontes escritas. As modificações metodológicas permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado por meio da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa.

A história Oral se aprimorou e ganhou espaço metodologicamente a partir do desenvolvimento da *École des Annales* nas décadas de 1920 e 1930, com seu viés interdisciplinar, renovador e abrangente. O início da consolidação da História Oral como uma metodologia e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, se deu a partir de meados do século 20 com a produção dos arquivos orais ou documentos sonoros gerados pela invenção do gravador de fita em 1948. Para entender um pouco melhor os caminhos da História Oral como metodologia de pesquisa, faremos uma breve cronologia.

De acordo com o historiador francês Philippe Joutard (2006), existem quatro gerações de historiadores orais nos Estados Unidos da América. A primeira geração é conhecida como História Oral Moderna e teve início no ano de 1948 com a formação, nos EUA, do Columbia University Oral History Research Office, programa de História Oral da Universidade de Columbia fundado por Allan Nevins e Louis Starr em Nova York. A preservação dos vestígios dos tempos passados, gerado por esses documentos sonoros, a partir dessa época, é de uma característica multidisciplinar que cabe a um pesquisador, arquivista, historiador, etnólogo ou sociólogo (Voldman, 2006).

Na Europa, nesse mesmo período, aconteciam experiências com a História Oral, como, por exemplo, a coleta de relatos dos chefes da Resistência Francesa no imediato pós-Guerra, ou a transcrição de testemunhos sobre a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, como nos relata a historiadora Verena Alberti (2004). Vemos por esses exemplos que a História Oral, nessa primeira, geração está claramente ao lado dos notáveis de vida pública e política, ao lado das ciências políticas.

A segunda geração começa a partir do final dos anos 1960, quando se desenvolveu uma nova concepção muito mais ambiciosa. Começou a se aproximar dos excluídos, ou seja, membros de grupos sociais que não deixavam documentos escritos sobre suas práticas culturais e sua própria maneira de ver o mundo (Alberti, 2008). Dentro dessa perspectiva, o historiador francês Phillipe Joutard (2006) diz que esse modelo de História pretende ser um modelo

militante, pretendendo dar voz aos “povos sem história, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres” (Joutard, 2006, p. 8).

Essa geração ficou conhecida como História Oral militante, onde se propunha uma História vinda de baixo em contraposição à “História das elites”, como vinha sendo praticado. Um dos questionamentos acerca desse período é o perigo da polarização entre História de “baixo” versus História de “cima”. Dar voz às minorias, porém, é um ato que acaba reforçando as diferenças sociais, reforçando o estigma de soberania, como afirma Verena Alberti (1989). Nesse caso, é o pesquisador que concede aos “de baixo” a possibilidade de se expressarem, pois eles são incapazes de fazê-lo por si sós! (Alberti, 1989, p. 3). Todavia, estamos conscientes de que quando se trata das populações originárias, essa oralidade é sempre tutelada e colocada como objeto, e nunca como método.

Já na década de 1970, após o sucesso dessa História Oral militante, houve tentativas de sistematizar a metodologia da História Oral. O ano de 1975 marca a mudança da segunda para a terceira geração da História Oral. Um dos acontecimentos desse ano foi a realização do XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, onde realizou-se uma mesa-redonda intitulada “A História Oral como uma Nova Metodologia para a Pesquisa Histórica” (Joutard, 2006). Foi também lançado nesse mesmo ano um manifesto como meio de a História Oral ser estudada a partir da perspectiva das classes populares, pois os registros eram feitos apenas para finalidades de registrar feitos dos personagens notáveis como políticos, chefes de estado e autoridades.

No Brasil, a História Oral também chegou em 1975. Ao detalhar os acontecimentos desse ano de introdução da História Oral no Brasil, Verena Alberti (2008) nos diz que em

7 de julho a 8 de agosto daquele ano, foi realizado o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais formado em dezembro (GDCS), do ano anterior por representantes de quatro instituições: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (Alberti, p. 155, 2008).

Os anos de 1980 foram ricos em colóquios internacionais da história oral, dando continuidade ao seu fortalecimento enquanto ciência, possibilitando a criação de uma verdadeira comunidade de História Oral. Artigos e coletâneas importantes foram publicadas, reunindo nomes expressivos da época, como números especiais das revistas *Annales* (1980), *Cahiers Internationaux de Sociologie* (1980), *Dados* (1984), *Actes de la Recherche en Sciences*

Sociales (1986) e Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Présent (1987) (Alberti, 2008, p. 161).

Nos anos 1990, falar da história oral como método historiográfico já não representava um fato novo, com propostas sugestivas e procedimentos atraentes ou inéditos no ofício de historiar (Lozano, 2006). Nesse período se inicia a quarta geração da História Oral. Estamos inseridos em um mundo de som e de oralidade, “influenciada nos Estados Unidos pelos movimentos críticos pós-modernistas, o que se traduz na valorização da subjetividade, consequência ou mesmo, para alguns, finalidade da História Oral” (Joutard, 2006, p. 45).

A História Oral chega ao século 21 iniciando um quinto momento, o qual é “catalisada pelas discussões da História Pública assim como pelas novas tecnologias, que colocam em questão novas formas de gravação, interação, preservação e difusão das narrativas orais e audiovisuais” (Almeida; Fonseca, 2021, p. 446). Portanto, a História Oral é mais do que uma técnica específica de enquête narrativa, pois tornou-se uma centelha para compartilhamento de experiências com profunda ressonância e sabedoria pessoal. Com o uso das entrevistas vamos nos aproximar de acontecimentos, diferentes visões de mundo de pessoas que testemunharam e contam suas memórias acerca da Viola de Buriti com a finalidade de fortalecimento dessa tradição cultural.

A escolha da História Oral como metodologia se justifica por duas características: primeiramente o olhar aos excluídos da história (negros, proletários, mulheres, indígenas). Outra característica relevante da História Oral é um complemento da primeira, que trata do seu caráter social abrangente que devolve a história às pessoas, lhes garantindo um passado, lhes garantindo uma construção de futuro (Thompson, 1998).

## **MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA COLETIVA**

A memória é dinâmica e incessante e atua por meio de conexões. Nem tudo que se vive se é armazenado na memória tal como foi vivida, assim, a memória emerge por intermédio da sociabilidade. A memória é finita e só possível em comunicação com outrem, nos afirma Cartoga (2015).

Fernando Cartoga (2015) nos remete ao sujeito/memória. As memórias que o socializa são adquiridas a partir de uma memória coletiva. Para o autor:

O sujeito, mesmo antes de ser um eu, já está, a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a

sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo (Cartoga, 2015, p. 8).

Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que a coletividade das comunidades Quilombolas possui memórias coletivas ligadas a essa placenta de memória que já vem passando de geração em geração como os fazeres e saberes culturais, no nosso caso, memórias acerca da Viola de Buriti.

A memória individual, como nos aponta Cartoga (2015), está imbuída de um pertencimento a uma memória coletiva social do contexto sociocultural de uma época, de um determinado grupo social, dentre outras características. Portanto, estamos sujeitos a sermos influenciados e a influenciarmos os grupos aos quais nos identificamos e pertencemos. Portanto,

a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica das memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção devido a incessante mudança do presente em passado e as alterações ocorridas no campo das representações (ou representificações) do pretérito (Cartoga, 2015, p. 11).

O sentimento de pertencimento a uma comunidade são resquícios das memórias herdadas que continuam a reverberar as tradições seculares que transpassam gerações, sempre se projetando no futuro a partir do presente. Com a investigação das memórias culturais da Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, pretendemos absorver informações importantes dessas memórias coletivas acerca dessa tradição cultural tão singular que é a Viola de Buriti. Entendemos que a História Oral é um dos caminhos para que possamos trabalhar e problematizar historicamente essas memórias.

O linguista alemão, Andreas Huyssen (2015) considera que, no Ocidente, na década de 1960, seguindo um rastro da descolonização e com o surgimento de novos movimentos sociais, os discursos de memória passaram a ser ressignificados. Nesse âmbito, o olhar para as tradições culturais virou um foco. Portanto, esse interesse de “volta ao passado” começa a ganhar força e espaço na historiografia. Surge um contraponto com a cultura modernista com ideias positivistas que idealizavam o futuro possível. A busca de outros protagonistas para a ‘mesma história’, desde então, com ponto de vista diferente além de histórias alternativas e revisionistas, passaram a ser considerados.

É também nesse período que se inicia o segundo movimento da História Oral, justamente no momento em que a Escola dos Annales publicava uma nova coleção histórica,



“Demografia e sociedades”, que tinha um número expressivo de monografias com enfoque na história social e regional (Burke, 1991).

O crescente interesse e revalorização da memória, tanto como na esfera individual como na esfera coletiva e, também historiográfica, é um dos fenômenos socioculturais e políticos mais importantes das últimas décadas. Com o boom da História Oral, a partir da década de 1980, Seixas (2001) afirma que:

A historiografia vem afirmando noção diversa; ela toma consciência de que a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo – aqui se inscreve a novidade da crítica – que coloca a história como senhora da memória, produtora de memórias (Seixas, 2001, p. 39).

A memória, portanto, constitui-se por meio da interação feita a partir do presente, em diferentes situações, individuais e coletivas para investigar e problematizar fatos e situações ocorridas no passado. As narrativas elaboradas pela memória, os fatos, as pessoas e os acontecimentos, aparecem de forma explícita, visível, palpável, manifesta e/ou encobertos, implícitos, blindados de silêncios e de esquecimento.

A Viola de Buriti está presente na memória afetiva, na Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, unindo sensação e emoção. Sensação de pertencimento, pois as cantigas emanadas cantam lembranças de tempos outros, da natureza, de fatos e da realidade sertaneja. Esse movimento gera a tradição. Essa memória cultural que refere a lembranças objetivadas e institucionalizadas, que são armazenadas e/ou repassadas e reincorporadas ao longo de gerações.

## CONSIDERAÇÕES

Oralidade, memória e tradição são termos indissociáveis e, intrinsecamente, estão interligados. As memórias são passadas de geração em geração por meio da oralidade, nos permitindo entender fatos sobre nós e fortalecer, assim, a nossa consciência histórica. A investigação, a partir da História Oral, dessa rememoração relacionada à Viola de Buriti e todo o imaginário que envolve esse instrumento, nos trará um universo de possibilidades de registrar e lidar com essas memórias culturais. Rememorar é um ato político, com potencialidades de produzir um “despertar” dos sonhos, das fantasmagorias, para a construção das utopias. Rememorar significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e

sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro.

Portanto, essa investigação nos trará novos futuros possíveis com as memórias narradas. É um caminho para a preservação e ressignificação dessa tradição cultural que é a Viola de Buriti.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI V. Fontes Orais. Histórias dentro da História In: **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 155, 2008.

ALMEIDA J. R. FONSECA V. L. História Oral: Dimensões públicas no Tempo presente. In: **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol 34, nº 74, p.445-449, setembro-dezembro 2021.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989 / tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARTOGA, F. **Memória, história e historiografia** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia – Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015.

JOUTARD, P. História oral: balanço da Metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos & abusos da história oral**/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. - 8. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. (p. 43-62).

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos & abusos da história oral**/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. - 8. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. (p. 15-26).

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Rio de Janeiro: Ed. Letramento, 2017.

SEIXAS J. A de. Percursos de Memórias em Terras de Histórias: Problemáticas Atuais. In: **Memória e (res) sentimento** – Indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

# A RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS: AS POLÍTICAS INDIGENISTAS NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL- MILITAR NO BRASIL

EDUARDA SOUSA FIDELES<sup>22</sup>

A partir da perspectiva do período da Ditadura Civil-Militar, o objetivo é analisar a resistência dos povos indígenas no território brasileiro, com base no livro *O Movimento Indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)* (2021), que evidencia a memória dos sujeitos que foram assassinados por se colocarem em defesa das comunidades e da vida dos povos indígenas neste período de luta e repressão política. Utilizou-se o método da pesquisa bibliográfica e documental, com base em fatores históricos, sociais e políticos, com o intuito de entender as graves violações aos direitos dos indígenas. Além disso, é necessário dar ênfase as políticas indigenistas promovidas pelo regime militar, e a ocupação das terras indígenas pelo militares, pois, essa ocupação era realizada com base na repressão e ataque a esses povos. Logo, esse período ditatorial alcançou todos os pilares históricos da sociedade brasileira e, os povos indígenas foram um desses, que tiveram sua história a partir da década de 1960 marcada por tanta crueldade, quanto das suas terras como de si mesmos como sujeitos históricos. Com isso, busco evidenciar a atuação e o lugar desses indivíduos dentro do contexto histórico em que foram inviabilizados por agentes militares e por toda uma época.

**Palavras-chave:** Indígena; Ditadura Civil-Militar; Resistências; Memória, Políticas Indigenistas.

## INTRODUÇÃO

No final da década de 1960 houve um período de agitação para os indígenas e o indigenismo brasileiro, no qual, houve muita violência contra as pessoas e seus territórios, os jornais brasileiros e a imprensa internacional não paravam de noticiar casos escabrosos de massacres e violações de direitos. Os militares no poder, no ano de 1964, estavam ansiosos para alterar a política indigenista, pois acreditavam que o velho Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, estava contaminado pela corrupção e por “elementos” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), justamente o partido que sofrera o golpe em 1964. Mas “os militares precisavam de fatos para dar legitimidade a legalidade à extinção do órgão indigenista e criar um novo instrumento mais ajustado as proposições ideológicas e políticas do regime militar” (Brigheti; Heck, 2021, p. 15).

---

<sup>22</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Graduada no curso de Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)- Câmpus Goiânia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: eduardafideles01@gmail.com

Conforme Julia Corne e José Fernando da Silva (2022), as ações oficiais dos governos brasileiros junto aos indígenas, especialmente, a partir do projeto urbano-industrial de 1930, expressou um resultado dúbio, particularmente no período do regime militar. Mas com o intuito de reforçar e legitimar seu projeto socioeconômico, no decorrer do período do Estado Novo (1937-1945), a imagem do indígena foi trabalhada de maneira a folclorizá-lo e romantizá-lo, conforme os aspectos e estereótipos estabelecidos pelos brancos governantes.

Além disso, foi a partir de 1964 que se reforçou a imagem dos povos indígenas como vilões, como inimigos internos, que impossibilitavam e dificultavam o desenvolvimento e crescimento econômico nacional. É nesse contexto que o movimento indígena desperta, assumindo um protagonismo e rompimento com a noção de tutela, importante para a criação política da categoria.

O objetivo dessa pesquisa é evidenciar a resistência dos povos indígenas a partir dos relatos de sujeitos que se colocaram em defesa dessa comunidade e de seus territórios, além de dar ênfase as políticas indigenistas no período da Ditadura Civil-Militar. No qual, o “esquecimento” desses sujeitos nos remete à necessidade e o interesse que o estado teve em relação as suas riquezas, ao seu poder sobre os bens naturais das terras indígenas, pois apagar esses indivíduos da memória da população do país é uma maneira de deslegitimação dos seus processos de luta.

## **A HISTÓRIA INDÍGENA NO PERÍODO DO REGIME MILITAR**

Após o golpe de 1964, os militares que assumiram o governo brasileiro, implantaram um regime militar e teve como ideia defendida, extinguir o indigenismo, mas com o objetivo de compreender este sob a lógica do desenvolvimento autoritário, que foi implementado neste período de luta e repressão política. Paulo Cesar Gomes e Carlos Trinidad (2022) argumentam que, os militares não observaram o impacto que a opinião pública internacional teria sobre uma questão com alto poder mobilizador de grupos progressistas de diversos países do mundo, principalmente os europeus e os Estados Unidos da América. Com isso,

as denúncias acerca das atrocidades cometidas contra os povos indígenas ultrapassaram as fronteiras brasileiras por meio da ação de ativistas, acadêmicos, jornalistas, exilados, missionários, entre outros, tornando-se um dos grandes desafios que o Estado brasileiro se viu obrigado a enfrentar desde meados dos anos de 1960, mas, especialmente, ao longo dos anos 1970. Cenas brutais de ataques a territórios indígenas e a consequente aceleração do genocídio desses povos – severamente atingidos desde os primeiros momentos da colonização portuguesa- vieram à tona em 1968 com a divulgação dos

resultados das investigações feitas pelo procurador Jair de Figueiredo Correia, documento que ficou conhecido como Relatório Figueiredo. Essas informações chegaram à Europa e aos Estados Unidos, o que gerou fortes críticas ao governo brasileiro por parte de organizações internacionais, grupos da sociedade civil, políticos e veículos da imprensa (Gomes; Trinidad, 2022, p. 3).

Esse relatório, ou seja, documento foi encomendado pelo próprio governo brasileiro com o intuito de investigar as práticas corruptas no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fortalecendo assim o discurso anticorrupção que favorecia a Ditadura Civil-Militar no Brasil. De acordo com Corne e Silva (2022), nesse relatório está documentado uma série de denúncias de violência nas comunidades indígenas, sendo elas: estupros, violência, escravidão, matança de comunidades inteiras, além da apropriação e venda das terras indígenas retratadas com detalhes de crueldade.

As agressões e os massacres foram cometidos por pessoas comuns, não se tratava de um caso patológico, de sujeitos que eram psicopatas “e que atacavam os índios, mas de pessoas normais, que tinham família, que frequentavam a Igreja, tinham conta no banco e faziam carinho em seus filhos e, de repente, essas pessoas estavam envolvidas” (Freire, 2015, s/n apud Corne; Silva, 2022, p. 389). Esses fatores levam a refletir que o documento tenha sido idealizado com pretensões políticas pelo governo militar da época, no qual, esse relatório é criado para reafirmar a bandeira de combate à corrupção usada para justificar a concretização do golpe militar de Estado.

A relação que o território brasileiro mantém com suas populações indígenas é muito peculiar, pois relegados pelos governantes aos interiores mais remotos do país, os povos indígenas foram perdendo sua presença com o avanço tecnológico e a crescente depredação de um extrativismo cada vez mais industrializado. Mesmo com tudo isso, estes povos têm conseguido manter uma presença especial na maneira como a sociedade brasileira se enxerga historicamente, mas para preencher os vazios afetivos, os brasileiros têm vivido a necessidade de dar lugar a uma população considerada historicamente problemática e marginal, em uma relação que transcendeu a conquista e a dominação desses povos indígenas.

Desde o século XVI, o Brasil já usava a figura do indígena para justificar as explorações, conquistas, filosofias, ciências e a religiosidade, já, no século XIX, os povos indígenas foram expostos como símbolos de um Brasil ávido por liberdade, mas, como ferozes obstáculos ao progresso da nação brasileira em um mimetismo simbiótico com uma natureza perigosa e selvagem. Logo, “os povos indígenas eram definidos como puros paladinos da natureza [ou

mesmo como] inimigos internos, instrumentos da cobiça internacional sobre a Amazônia” (Cunha, 1992, p. 123 apud Gomes; Trinidad, 2022, p. 15).

Desse modo, conforme Rafael Cabral e Vitória Larissa de Moraes (2020), as reações dos indígenas e das entidades da sociedade civil de proteção aos direitos indígenas foram imediatas e levantaram um problema relevante, mas ignorado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a ditadura militar também incluiu esses povos indígenas dentro do marco da Doutrina da Segurança nacional (DSN), considerando eles os inimigos internos, com tendência a impedir o desenvolvimento do país.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) funcionou até 1967, já no período do regime militar, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa fundação surgiu em meio a um complexo legado deixado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mas que na essência não se diferenciou muito de outros problemas comuns à gestão indígena, pois os objetivos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), “que atendia aos reclamos de uma política fortemente marcada pela perspectiva assimilacionista, e do Ministério do Interior se compenetraram com os planos de defesa nacional, construção de estradas, hidrelétricas e ocupação territorial por meio de fazendas” (Cabral; Moraes, 2020, p. 111).

Os povos indígenas foram vítimas de remoções compulsórias no período de 1965 até 1984, caso desejassem ter sua ocupação tradicional reconhecida, deveriam ter continuado a reivindicar a terra da qual foram expulsos pelo período de 4 a 22 anos, dependendo do caso. Cabral e Moraes (2020) apresenta que, a solução não parece muito prática, tampouco viável para aqueles que se encontrava em situação de vulnerabilidade após terem sido vítimas das arbitrariedades cometidas pelo governo ditatorial. No qual o Ato Institucional nº 5 foi aprovado e marcou o começo de uma política indigenista inda mais agressiva, inclusive com a criação de presídios específicos para os povos indígenas, logo, “dois anos depois foi editado o Plano de Integração Nacional (PIN), responsável por promover uma possível ocupação da Amazônia, que era vista como verdadeiro vazio populacional, ignorando totalmente a existência de índios na região (BRASIL, 2014a apud CABRAL; MORAIS, 2020, p. 115).

## **AS POLÍTICAS INDIGENISTAS: LUTA E RESISTÊNCIA EM MEIO AO CENÁRIO POLÍTICO**

A política indigenista do estado brasileiro acentuou e incorporou a proposta de promover a assimilação dos indígenas e eliminar antigas aldeias coloniais que tinham sido introduzida pelas reformas pombalinas, no século XVIII. Contudo, Maria Regina de Almeida (2012)

discorre que, o Diretório dos Índigenas, legislação indigenista lançada naquele período, tenha sido extinto pela Carta Régia de 1978, muitas de suas diretrizes continuaram vigorando no decorrer do século XIX.

A ausência de uma política indigenista de caráter geral que só seria estabelecida em 1845, com o Regulamento das Missões, não impediu que a política assimilacionista fosse mantida e incentivada, dando sequência às propostas de Pombal. Porém, tal como no período anterior, diferentes procedimentos tinham que ser adotados para lidar com populações indígenas muito diversas, com diferentes níveis de inserção nas sociedades envolventes. Para os povos do sertão previa-se o aldeamento, mediante a criação de missões religiosas e presídios militares, com recurso às guerras justas quando se julgasse necessário; para os aldeados, já considerados civilizados, propunha-se a assimilação, com a distribuição de parcelas individuais de suas antigas terras coletivas que seriam extintas com as antigas aldeias. Guerras violentas, criação de novos aldeamentos e extinção de antigos foram práticas que coexistiram e se sucederam ao longo do século XIX. Todas visavam a um mesmo fim: a ocupação das terras indígenas e a transformação de seus habitantes em cidadãos e eficientes trabalhadores para servir ao novo Estado (Almeida, 2012, p. 25).

Os indígenas das aldeias desenvolveram suas próprias maneiras de compreensão a respeito da vida na qual se inseriam, a partir do contato com os diversos agentes sociais com os quais conviviam, sobre os direitos que lhes tinham sido concedidos e sobre as suas possibilidades de ação para obtê-los. Suas demandas fundamentavam-se basicamente em direitos assegurados pela legislação da Coroa Portuguesa por sua condição diferente da dos outros vassallos do rei. Além do mais, a afirmação da identidade indígena elaborada dentro das aldeias coloniais iria se tornar necessário instrumento de reivindicação política por parte desses indígenas.

A política indigenista tinha como objetivo acelerar o processo denominado de desindianização, no qual “havia um constante incômodo com a proteção dada às terras indígenas, sendo assim, a solução encontrada foi a adoção de políticas que visassem abolir de maneira concreta os detentores desses direitos (Brasil, 2014a apud Cabral; Morais, 2020, p. 115).

A questão das políticas indígenas girou sempre em torno do poder de exploração da terra, o que respaldava a reivindicação dos antigos colonos de terem para si as terras dos indígenas que estavam vivendo nos aldeamentos administrativos pelos jesuítas. De acordo com Maria José Gomes (2017), a política indigenista sempre assumia um caráter ambíguo, e partiu da criação de muitas leis que apresentavam objetivos duvidosos, com isso, a legislação ora

protegia os indígenas e ora escravizava, beneficiando interesses dos colonos para dominar e assim estabelecer limites.

Essa ambiguidade das políticas indigenistas introduzidas pela Coroa Portuguesa, permite-nos uma contextualização envolvendo a questão indígena, na qual a legislação é baseada e incorporada a partir do tema central, que visa o controle do índio como o principal objetivo. Nesse contexto, os aldeamentos eram pontos tidos como estratégias para facilitar o escoamento das especiarias das colônias para abastecer o mundo civilizado, além de ser uma forma de colocar juntos todos os índios amigos, com o intuito de civilizar outros índios que tivessem interesse em ser aldeados [...]. Os aldeamentos indígenas teriam que obedecer a alguns critérios: os índios eram considerados livres; a sua mão de obra seria remunerada; a defesa seria feita pelos gentis, principalmente nas fronteiras; ajudaria os colonos a desenvolver as riquezas das colônias; desbravaria suas terras juntos aos colonos; se converteria a religião católica, para torna-se civilizados (Gomes, 2017, p. 27-28).

Assim, os indígenas teriam que sair das suas aldeias e se juntarem aos colonos nos aldeamentos das colônias portuguesas, isto é, para fazerem parte das colônias seria preciso a conversão ao cristianismo, tornando os povos indígenas aldeados e civilizados, mas isso aconteceu até meados do século XVIII, período em que os processos políticos do Brasil tiveram outros caminhos. Mas com o desenvolvimento dos aldeamentos, era necessário contato e convivência, e para isso foi importante introduzir as políticas indigenistas, sobretudo, que a Coroa havia outros interesses por trás dessa política aparentemente benéfica para os indígenas. Que no final do século XVIII e início do século XIX questionava muito sobre o que fazer com os indígenas, “considerados selvagens, que estariam resistindo ao acesso dos sertões no Brasil. Uma da solução a ser feita seria escravizá-los, ou torná-los indígenas aliados aos colonos como mão de obra” (Gomes, 2017, p. 28).

Mas ao chegarem no século XIX, esses indígenas continuavam agindo em defesa de suas terras e aldeias conforme essa cultura política. Após a independência, o novo estado imperial brasileiro viu-se diante do desafio de criar a nação e o povo brasileiro, até então, inexistentes. Com isso, “era necessário criar no país uma unidade territorial, política e ideológica, gerando uma memória coletiva que unificasse as populações em torno de uma única identidade” (Almeida, 2012, p. 27).

Diante disso, a grande diversidade de populações indígenas no território brasileira complicava não somente a aplicação de uma política de caráter geral, como também a construção de uma única imagem de indígena condizente com as ideias da nova nação brasileira. Visto que,



do ponto de vista político, pregava-se o assimilacionismo, com procedimentos diversos, como já vinha ocorrendo desde o período pombalino. Do ponto de vista ideológico, discutia-se a possibilidade de tornar o índio símbolo nacional. O desafio era grande e as divergências, muitas. Afinal, os índios ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias. Como transformá-los em símbolo nacional se eram considerados inferiores e ameaças ao desenvolvimento e progresso econômico do Estado? Certamente, esses índios não serviam para simbolizar a nação, nem tampouco para compor o projeto de construção da memória e história coletivas do novo Estado (Almeida, 2012, p. 27-28).

Foi essa imagem idealizada dos povos indígenas que permitiu, no plano ideológico, transformá-lo em símbolo nacional, pois essa imagem pouco teria relação com os reais habitantes dos sertões e das aldeias do Império. Discutiam essencialmente se os indígenas deveriam ser integrados na sociedade de maneira violenta ou pacífica, tendo em vista que, as concepções ideológicas e políticas sobre os povos indígenas se relacionavam e eram fundamentalmente influenciadas pelas realidades econômicas e sócias do novo Estado.

Assim, para as populações indígenas das aldeias, em contato com a sociedade colonial por um período de três séculos, o desafio era de continuar existindo como comunidades no momento em que o novo Estado acentuava a política assimilacionista que visava extingui-los como etnias diferenciadas. Pois a legislação indigenista do século XIX incentivava o processo de individualização das terras indígenas com um discurso humanitário que tinha o intuito de integrar os indígenas em igualdade de condições transformando-os em cidadãos.

No ano de 1861, a questão indígena passou à esfera do Ministério da agricultura e Obras Públicas, o que destaca para a associação entre política indigenista e as questões agrárias. Em diversas regiões do Império, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, a questão indígena tornava-se uma questão de terras. No qual, o Regulamento das Missões de 1845 e a Lei de Terras de 1850, complementada com o regulamento de 1854, reafirmaram o conteúdo do Diretório de dois importantes aspectos: incentivavam a proposta e continuavam garantindo o direito dos índios às terras coletivas enquanto eles não atingissem o chamado estado de civilização, sobretudo, “dava aos índios das aldeias possibilidades e continuarem reivindicando, por intermédio da lei, os direitos que lhes haviam sido garantidos” (Almeida, 2012, p. 31).

A partir do golpe de 1964, as políticas empreendidas pelo Estado, alicerçadas em discursos de exaltação ao progresso e ao desenvolvimento econômico, além dos valores guiados pela segurança e soberania nacional, trouxeram grandes consequências aos povos indígenas. De acordo com Felipe Prado (2018), sobretudo, os planos de militarização estiveram presentes nas

políticas indigenistas com particularidades em diferentes momentos, principalmente, no período da ditadura.

Ao compreender as questões de militarização das políticas indigenistas no período da Ditadura Civil-Militar, pode-se identificar a grande influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), pois o processo de militarização dos povos indígenas e dos territórios ocupados por estas populações é intensificado no período conhecido como “milagre brasileiro”, marcado pelo desenvolvimento econômico e a expansão das frentes desenvolvimentistas sobre os novos territórios, principalmente na região da Amazônia. Assim, “na conjuntura do “milagre”, avanço econômico e com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), com a repressão e remoção dos óbices e ameaças aos objetivos nacionais, não fica difícil enxergar aí a preocupação com a questão indígena” (Prado, 2018, p. 83).

O governo brasileiro colaborou efetivamente para que os direitos das populações indígenas fossem abnegados por meio dos interesses econômicos do desenvolvimento nacional, que foram influenciados pelos preceitos e direcionamentos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Com a ideologia proposta por essa doutrina e com a noção de “inimigo interno”, a imagem dos indígenas passa a ser vista pelo governo militar como um risco à segurança e à nacionalidade, passando a condição de virtuais inimigos internos, sob a suspeita ou alegação de que poderiam ser influenciados por interesses estrangeiros ou por seus territórios estarem localizados no caminho de algum projeto ou das grandes obras incorporadas ao discurso de desenvolvimento econômico ou por conter riquezas naturais. Relacionado a esse contexto, “o desenvolvimentismo da era militar veio a recortar territórios indígenas, desalojar vários povos e os levar mesmo à beira do extermínio” (Davis, 1978, p. 105 apud Prado, 2018, p. 92).

## **A MEMÓRIA DOS SUJEITOS EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS**

No período de chumbo da ditadura militar e na embrionária e frágil abertura democrática, que mais estava para continuidade da ditadura, várias pessoas foram assassinadas por sua posição em defesa dos povos indígenas. O objetivo é abordar a biografia de pessoas que foram assassinadas por se colocarem em defesa das comunidades e dos povos indígenas. De acordo Brighenti e Heck (2021), são pessoas que se opuseram ao regime vigente, que não aceitavam ver os indígenas sendo vítimas de alguns poucos interesses econômicos, que não admitiam um Estado omissivo e tolerante às injustiças.

Tendo em vista que, os governos militares foram os grandes responsáveis por esses crimes ao não aplicar a lei e, assim, permitir o surgimento de esquadrões da morte ou mesmo

grupo armados que agiam ao arrepio da lei. O primeiro indígena que lutou pelos seus povos, foi Ângelo Kretã (1952-1980),

a vítima era liderança do povo Kaingang, vivia na Terra Indígena Mangueira, Sudoeste do Paraná, local que até hoje conserva a maior reserva de araucária do Brasil, com 9.976 hectares. Em 12 de maio de 1949, um acordo é celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o governador do estado do Paraná, Moises Lupion. A área de 9.976 hectares é expropriada dos indígenas e entregue ao “grupo econômico Forte-Khury que, [comprou por três milhões de cruzeiros], em 1961, a vendeu [um mês depois de ter adquirido por cinquenta e oito milhões de cruzeiros] a F. Slaviero & Filhos Indústria e Comércio de Madeiras. Em 1963, quando da ocupação, o Grupo Slaviero expulsou violentamente os índios da área [...] chegando a queimar-lhes as casas. Durante um ato público realizado em Curitiba no dia 23 de dezembro de 1979, Ângelo Kretã se manifestou para mais d 1.000 pessoas que ocupavam o auditório, dizendo que “nós vamos ocupar a qualquer momento a área de 8.976 hectares que nos foi roubada pelo Grupo Slaviero” (Kretã, 1980, p. 15 apud Brighenti; Heck, 2021, p. 90).

Mas aos 28 anos de idade, Ângelo Kretã era cacique em sua comunidade, participou de forma ativa nos processos que os próprios povos indígenas denominaram de “desintrusão” das terras indígenas no Sul do Brasil e era vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o único partido de oposição tolerado pelo regime militar, onde aglutinavam-se os opositores ao regime. Pois,

a ação política de Kretã provocou a ira em diversas pessoas e entidades. Além do conflito com o governo do estado e com firma Slaviero, “paulatinamente, passou a se opor a diversas práticas rotineiras implementadas pela Funai consideradas degradantes pelos indígenas, como o trabalho forçado, a cadeia indígena, a utilização do tronco, a presença na TI de serraria dirigida pela Funai, a transferência dos recursos oriundos da exploração de madeira de lei e de outros recursos naturais para a Gestão do Patrimônio Indígena em Brasília” (Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, 2017, p. 192 apud Brighenti; Heck, 2021, p. 90).

Ele sabia que estava ameaçado de morte, aliás, eram várias pessoas que desejavam sua morte, mas ele não temia. Mas na ação para retirada dos invasores da TI Rio das Cobras (PR), declarou ao Cineasta Zelito Viana que, “acredito muito na minha gente, [...] como índio e como cacique de uma terra Kaingang eu morro, derramo meu sangue, mas sempre pensando no meu povo” (Kretã, 1979 apud Brighenti; Heck, 2021, p. 90).

Kretã, já tinha alertado as demais lideranças de que sua morte não deveria parar a luta, pois já está ameaçado de morte há seis anos, mas agora mais violentamente. Assim, na noite de 22 de janeiro de 1980, “o cacique e três soldados da PM caíram numa emboscada, quando uma

jamanta [carreta], ao desviar de um volks deixado abandonado na estrada, colidiu com o carro que ocupavam” (Boletim do CIMI, 1980, p. 7 apud Brighenti; Heck, 2021, p. 90). Kretã, morreu no dia 29 de janeiro de 1980 em um hospital de Curitiba.

Várias manifestações e atos de solidariedade foram realizados solicitando apuração rigorosa a esse crime, assim, o processo resultou em diversos problemas, mas, por fim, ninguém foi punido. A Comissão Estadual da Verdade reexaminou o caso e observou que a morte de Kretã teria sido resultado de uma emboscada destinada a matá-lo. Pois

defende que o caso não pode ficar no esquecimento, “recomenda que seja reexaminado o episódio, que pode contemplar prática criminosa, resgatando-se a verdade do propósito da eliminação de importante liderança indígena”, justamente por se opor aos discursos oficiais. Recomenda também “o empenho do governo brasileiro, no sentido de esclarecer as verdadeiras circunstâncias da morte desta liderança, é medida que se impõe” (Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, 2017, p. 201 apud Brighenti; Heck, 2021, p. 90).

Em relação aos 9.976 hectares de terra Kaingang tomadas pelo governo Lupion, somente em 1974, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entrou na justiça reivindicando a devolução das terras expropriadas de Mangueirinha, no qual, essa área foi restituída após um longo processo judicial que tramitou junto à Justiça Federal no Paraná.

O outro indígena que foi marcado para morrer foi o indígena, Bororo Cristino Koge Kudugodu (1928-1876), que completaria 39 anos, no dia 27 de outubro de 1976, nascido na aldeia Meruri (MT), e o Padre Salesiano Rodolfo Lunkenbein, que tinha 37 anos, nascido em Doringtadt, na Alemanha, são episódios que se unificam pela causa a que lutavam. Assim, Kudugodu defendia o povo, onde nasceu e aprendeu os costumes, a língua e tudo que precisava para sobreviver, já, “Lunkenbein ou Koge Ekureu (Peixe Dourado), como carinhosamente lhe chamavam os Bororo, aprendeu na vivência com os Bororo que a amar outras maneiras de vida distintas daquela de sua infância” (Brighenti; Heck, 2021, p. 92).

Este afirmava que aprendeu muito com esse povo, foi viver entre eles por opção, pois assim o quis, fazia pouco mais de uma década. No qual, foram assassinados no mesmo dia e na mesma hora, pelo mesmo episódio, por gente querendo tomar as terras dos Bororo e dispostos a tudo para não serem contrariados, isto é, os assassinatos aconteceram na Colônia Meruri, ou Missão Salesiana, dentro da TI Meruri, município de General Carneiro (MT). Sobretudo,

Koge Ekureu, quando decidiu ir para a Missão Salesiana em Meruri, imaginou que seu trabalho seria apenas catequisar e converter indígenas ao cristianismo. Quando se deparou com a realidade, percebeu que o sentido da missão seria outro. Não tinha sentido converter ao cristianismo pessoas que mantêm uma

espiritualidade profunda, mas que estavam impedidos de exercê-la por conta da violência externa. Os Bororo tinham sido expulsos de suas terras. As invasões constantes de posseiros, seguidos de fazendeiros, limitavam drasticamente a sobrevivência física e cultural desse povo [...]. Depois de muita luta dos Bororo com a Funai, finalmente estavam demarcado a terra por eles reivindicada [...]. Porém, colocaram camponeses como testas de ferro para justificar a expropriação da terra indígena com apelo social e depois tomar posse definitiva [...]. Dos 81 mil hectares garantidos aos Bororo desde o início do século XX, restavam apenas as terras onde se encontrava a missão e algumas glebas não agricultáveis; as melhores terras para atividades agrícolas estavam nas mãos dos fazendeiros (Brighenti; Heck, 2021, p. 92).

A comunidade sabia que precisava do apoio de todo o movimento indígena para conseguir suas terras e volta. Contudo, a terra foi demarcada e hoje está na posse dos Bororo, pois o processo judicial que buscava responsabilizar e punir os agressores e assassinos de Rodolfo e Simão não resultou em conclusão positiva, ou seja, ninguém foi punido e o processo foi arquivado.

Por último é importante dar ênfase a história do Guarani Nhandeva Marçal de Souza Tupã'i (Pequeno Deus do Trovão), que afirmou “Eu sou uma pessoa marcada para morrer”, que aos 63 anos de idade conhecia muito bem a história de sofrimento do povo Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Além disso,

foi testemunha das inúmeras expulsões e massacres que ocorreram contra seu povo, dos confinamentos nas reservas, da exploração ilegal de madeira, do trabalho escravo, do tráfico de meninas Guarani, do desflorestamento e do gado pisoteando a terra sagrada, depois o trator eliminando as últimas árvores que restavam. Com a eliminação da floresta, foram-se o rio, o peixe, os animais, os remédios... Os fazendeiros esperavam que os Guarani também fossem eliminados. Mas eis que surgem vozes que não querem se calar, que fazer ecoar no mundo as injustiças. Marçal levou seu protesto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, em 1980, discursou para o Papa. Era incansável na defesa de seu povo (Brighenti; Heck, 2021, p. 94).

Marçal, vivia e trabalhava como enfermeiro no Tekoha Campeste, profissão recebida através de um curso oferecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele ficou desde que foi expulso pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano de 1978, da Terra Indígena de Dourados, justamente por denunciar as falcatruas com as quais não estavam de acordo. Assim,

em Campeste, apoiou a retomada da terra onde nasceu e de onde foram expulsos seus “patrícios”, como chamava os membros de seu povo. Denominada Pirakuá, a terra havia sido retomada por 45 famílias. Marçal era a voz de defesa do grupo. Ele tinha sido ameaçado de morte diversas vezes. Inclusive alguns dias antes do assassinato vieram oferecer Cr\$ 5 milhões de cruzeiros para que ele convencesse o grupo a desistir da luta. Oferta que poderia

vir de alguém que tinha muito interesse na área. Mas não havia dinheiro que pagaria a justiça e a terra de seu povo. Marçal recusou a oferta e permaneceu na luta. Na noite do dia 25 de novembro de 1983, quando ainda se encontrava na farmácia da aldeia Campestre, dois pistoleiros armados desferiram cinco tiros (Brighenti; Heck, 2021, p. 94).

Diante desse fato, a sociedade brasileira e mundial reconheceu em Marçal Tupã'i a voz dos Guarani e Kaiowá, o grito que não aceita injustiça, pois houve diversas manifestações pedindo justiça a ele. Seu assassinato não esmoreceu a luta Guarani, e a Aty Guasu, apoiada por Tupã'i, hoje em dia é uma organização forte que dá esperança ao povo Guarani e Kaiowá. Porém, as retomadas de terras continuaram, algumas áreas foram regularizadas, outras estão em processo, mas o mais importante é a esperança de reconquistar as terras roubadas em um passado recente e convertê-las novamente em Tekoha. No qual, “diversas outras lideranças Guarani e Kaiowá foram assassinadas desde 1983 na luta pela terra, mas eles têm certeza de que muitos outros se levantarão” (Brighenti; Heck, 2021, p. 95).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciar a história dos povos indígenas emerge uma responsabilidade social, visto que, o historiador deve ser um propagador do conhecimento. Pois o período da Ditadura Civil-Militar no território brasileiro tomou uma grande proporção em relação a exploração da terra dos povos indígenas e por uma intensa violação aos seus direitos, particularmente no que tange à tradição e a cultura.

Vale salientar, que a partir dos relatos e da memória dos indígenas que vivenciaram esse período de repressão, compreende-se que houve assassinatos, torturas e perseguição aos povos indígenas e as suas terras. Assim, percebe-se que os indígenas que habitavam aqueles territórios tiveram suas histórias e memórias levadas ao esquecimento, além disso, foram tratados de maneira irregular pelos próprios órgãos direcionados a proteção desses povos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios da história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v, 1, n.º. 2, p. 21-39, 2012.

**BOLETIM DO CIMI**. Brasília: Cimi, v. 9, n. 62, 1980.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos. Brasília, 2014a.

BRIGHENTI, Clovis Antônio; HECK, Egon Dionisio (Orgs). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. PDF (266 p.): il.

CABRAL, Rafael Lamera Giesta; MORAIS, Vitória Larissa Dantas de. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: Tensões sobre desenvolvimento e violação de direitos humanos. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. ii, n. 1, p. 106-122, jan./jun. 2020.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná/Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban**. São Paulo: TikiBooks, 2017.

CORNE, Julia de Souza; SILVA, José Fernando Siqueira da. Questão Indígena e ditadura cívico-militar (1964-1985) no Brasil. **Serv. Soc. Ver.**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 381-400, jul./dez. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, SMC, Companhia das Letras. 1992.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre: O desenvolvimentista e os Índios no Brasil**. Tradução de Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FREIRE, R. B. Relatório Figueiredo: mais de sete mil páginas sobre a violência contra indígenas no Brasil. **Entrevista especial com José Ribamar Bessa Freire**. Instituto Humanista Unisono. 2015.

GOMES, Maria José da Silva. **Comunidades indígenas: Histórias silenciadas na ditadura militar (1964-1985)**. Monografia (Licenciatura em História). Cajazeiras, 2017. 61 f.: il.

GOMES, Paulo Cesar; TRINIDAD, Carlos Benitez. A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 35, jan./abr. 2022.

KRETÃ, Ângelo. Depoimento. In: VIANA, Zelito. **Terra dos índios**. Documentário audiovisual. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1979.

PRADO, Felipe Sousa. **O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu- PR, 2018. 183 f.: il.

# O ACERVO DO CINEASTA JESCO VON PUTTKAMER, DAS GRAVAÇÕES CINEMATOGRAFICAS, AOS DIÁRIOS DE CAMPO: O USO DA HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DO ACERVO

*EDUARDO DE SOUZA BARROS<sup>23</sup>*

*KELEY CRISTINA CARNEIRO<sup>24</sup>*

O presente estudo tem como objetivo principal compreender como a metodologia da história oral foi utilizada na confecção do acervo do fotógrafo e cineasta Jesco Von Puttkamer, propondo uma forma de gestão integral do acervo, usando as técnicas da arquivologia e da ciência da informação, já que o acervo está interligado, respeitando os princípios da proveniência e dos fundos documentais. Como objetivo secundário, analisar a legislação arquivística, o direito do (ao) patrimônio cultural, seus status constitucional como fundamento da gestão arquivística, independente do tipo de acervo, desde que seja composto por documentos de arquivo, em seus mais diversos suportes, como é o caso do acervo objeto do presente estudo. O citado acervo é composto por filmes (86 horas de gravação áudio e vídeo), áudios, fotografias (150.000) e diários de campos (303) referentes à 62 sociedades indígenas, entre o período da década de 1960 a 1990. Faz-se necessário abordar algumas categorias, como: arquivo, patrimônio cultural, memória, história oral, para assim facilitar a compreensão dos aspectos jurídicos e dos fundamentos da gestão desse complexo acervo, isto é, entender o arquivo como um lugar de memória, assim como um lugar de exercício de poder e, a partir desse estudo, busca-se desvelar à relação entre a legislação arquivística e o direito do(ao) patrimônio cultural. Trata-se de pesquisa descritivo-exploratória, privilegiando-se, porém, o aspecto bibliográfico, com análise do acervo de Jesco Von Puttkamer, além de documentos internos do IGPA/PUCGO, textos de arquivistas, historiadores, juristas, sociólogos e da legislação. Os resultados encontrados evidenciam que o cineasta, Jesco Von Puttkamer, utilizou-se a metodologia da história oral na constituição, de parte do seu acervo, mesmo que não fosse seu objetivo ou que o mesmo tivesse conhecimento dessa metodologia. Os resultados também permitem afirmar, que a legislação arquivística, é o fundamento para a gestão de acervos arquivísticos, já que os princípios fundamentais da arquivologia, foram explicitados em lei, e que esses princípios devem ser seguidos na organização de quaisquer acervos, para uma gestão documental, que seja, ao mesmo tempo eficiente e preserve o patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Arquivo; Legislação Arquivística; Patrimônio Cultural; Memória.

## INTRODUÇÃO

O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – IGPA, vinculado a Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, é uma instituição que se destinava ao ensino, à pesquisa e à extensão nos campos da Antropologia, Arqueologia e Meio Ambiente, atualmente com foco na pesquisa e na gestão, produção, preservação, conservação e divulgação dos acervos

---

<sup>23</sup> Arquivista e Advogado. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – Promep do Campus Cora Coralina, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>24</sup> Keley Cristina Carneiro (Professora da graduação em História e do Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio Cultural – PROMEP do Campus Cora Coralina, da Universidade Estadual de Goiás – UEG).



imagéticos por intermédio do Núcleo de Documentação Audiovisual. Possui acervos arqueológicos e etnológicos (indígena e de cultura popular), acervos técnicos e científicos e acervo audiovisual, sendo este último constituído por fotografias, *slides*, filmes e fitas cassetes, que são produtos de pesquisas e/ou doados por profissionais.

O IGPA hoje abriga diversos acervos, além do acervo arqueológico, o acervo do cineasta e fotógrafo Jesco Puttkamer, cuja doação se iniciou em 1978, o acervo do cineasta Adrian Cowell<sup>25</sup>, do sertanista Francisco Meirelles, além das coleções do arqueólogo Mário Ferreira Simões composta por diários de campo e bonecas Karajá, confeccionadas entre 1958 e 1959, também a coleção Acary de Passos Oliveira, professor da PUC-GO e UFG, onde foi o primeiro diretor do Museu Antropológico, além de sertanista e advogado, composta por slides e diários de campo sobre povos indígenas brasileiros, coletados nos anos de 1970 e 1980.

O cineasta e fotógrafo Jesco Von Puttkamer, trabalhou da década de 1960 até a década de 1990 como fotógrafo e cineasta das expedições realizadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI<sup>26</sup>, com participação do IGPA e da BBC de Londres.

Os acervos que estão sob a guarda do IGPA, são riquíssimos, principalmente o acervo do cineasta e fotógrafo Jesco Puttkamer, enquanto funcionário do IGPA, no período de 2003 a 2010, trabalhei diretamente com os diários de campo, que somam 303 unidades e são o bem cultural estudado e objeto do presente artigo.

O acervo em questão, pode-se afirmar, é importantíssimo para a formação de um patrimônio cultural brasileiro, fazem parte da memória de 62 povos indígenas com as quais Jesco Puttkamer teve contato, sendo considerado Bem Cultural, que pode ser definido:

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (Carsalade, 2016, p. 14).

Portanto, sendo classificado como Bem Cultural, deveria estar sujeito ao controle por parte do Estado, devido a sua importância e sua relevância nacional.

---

<sup>25</sup> O Acervo foi doado ao IGPA/PUC-GO e seu transporte e organização foi patrocinado pela Petrobras através do projeto “Histórias da Amazônia - 50 Anos de Memória Audiovisual.

<sup>26</sup> A FUNAI foi criada em 1967 para substituir o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910 para implementar a política indigenista brasileira, que idealizou o lugar do índio na Nação brasileira e definiu as normas administrativas pelas quais essas deveriam ser tratadas. Foi a chamada doutrina da proteção fraternal ao silvícola, sistematizada, divulgada e colocada em prática pelo engenheiro-militar Cândido Mariano da Silva Rondon, primeiro dirigente do SPI. (OLIVEIRA, 1995: 04)

Como bem lembra Pollack (1989, p. 8-9) “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc.”, nesse sentido, a preservação de acervos históricos em geral, e em específico, do acervo do fotógrafo e cineasta Jesco Puttkamer, é de fundamental importância para a preservação da memória e da identidade de 62 povos indígenas, com as quais o referido fotógrafo teve contato durante sua carreira.

Trata-se de pesquisa descritivo-exploratória, privilegiando-se, porém, o aspecto bibliográfico com análise do acervo localizado no IGPA/PUC-GO, textos de historiadores, juristas, arquivistas, museólogos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, e de textos legais. A pesquisa foi desenvolvida de maneira qualitativa e quantitativa, seguindo as orientações de (GIL, 2002, p. 44-45) sendo portanto, uma pesquisa bibliográfica e documental.

## **DISCUSSÕES CONCEITUAIS SOBRE HISTÓRIA ORAL**

Segundo a historiadora e Antropóloga Verena Alberti, que tem vasta experiência em pesquisas com história oral, já que por muitos anos, foi pesquisadora e Coordenadora do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ela define

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado. Inicialmente sua aplicação se dava principalmente nos campos da sociologia e da antropologia e na constituição de bancos de entrevistas, como o da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, criado em 1948. Até os anos 70, a história oral não tinha muitos adeptos na própria história porque havia um certo fetichismo do documento escrito – o fato de ser escrito garantia, segundo se pensava, a objetividade do documento, enquanto uma entrevista gravada estaria carregada de subjetividade. Hoje já é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico – isto é, de que se deve tomá-la como dado objetivo para entender por que determinados acontecimentos ou conjunturas são interpretados de um modo e não de outro. (Alberti, 2000, p. 1)

O acervo do cineasta e fotógrafo Jesco Puttkamer, documentou de maneira presencial, costumes, rituais, festas, cantos, cerimônias fúnebres, alimentação, de 62 povos indígenas, o acervo audiovisual, de fotografias e diários de campo é fundamentalmente o ato de documentar essas tradições orais, para a posteridade, e como o próprio Jesco havia previsto, muitos dessas

tradições orais se perderam, principalmente com o estreitamento do contato desses povos indígenas com o chamado homem branco.

## **DISCUSSÕES CONCEITUAIS SOBRE IDENTIDADE, CULTURA, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL**

Para entender a riqueza do acervo, e toda sua complexidade, é necessário trabalhar alguns conceitos e sua relação com o acervo, conceitos como Identidade, Cultura, Memória e Patrimônio cultural.

O conceito de identidade é complexo e envolve diversas áreas, principalmente as áreas da psicologia<sup>27</sup>, antropologia e sociologia, sendo segundo a historiadora Kalina Vanderlei Silva (2021, p. 202) “uma preocupação recente, para historiadores, desenvolvida principalmente por aqueles que trabalham com interdisciplinaridade”.

O sociólogo jamaicano e Inglês Stuart Hall, (2006, p. 10-13) apresenta três concepções de identidade, que são do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e por fim, do sujeito pós-moderno.

Já para o historiador francês Jacques Le Goff, uma das características fundamentais da identidade é a memória, cujo tema, será tratado a frente, ele afirma que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (2013, p. 435)”.

A identidade tem diversas características, usando livremente o pensamento da Antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2018), podemos afirmar que as principais características da identidade são: A identidade é uma construção social, ou seja, não é algo natural, assim como a cultura (como veremos adiante); A identidade é um fenômeno contrastivo, ou seja, eu crio minha identidade por contraste a alguém, não é essencial; A identidade é alterativa, ou seja, a pessoa pode mudar de identidade dependendo do local, no PROMET sou aluno do mestrado, no banco em que eu trabalho, sou atendente do FGTS e Bolsa Família, mas para os meus filhos, sou pai, ou seja, nós construímos várias identidades.

O conceito de cultura, que é utilizado na área interdisciplinar de patrimônio cultural é o conceito de cultura da Antropologia, assim como o conceito de identidade, o conceito de cultura é complexo e envolve diversas áreas, principalmente as áreas da psicologia, antropologia e

---

<sup>27</sup> Quando me refiro a psicologia, isso inclui a psicanálise, a psiquiatria e a neurociência.

sociologia, filosofia, comunicação e história, mas o que será trabalhado nesse artigo, será o conceito antropológico de cultura.

Nesse sentido, ninguém melhor do que o Antropólogo Roque Laraia<sup>28</sup>, ilustre professor emérito de Antropologia da Universidade de Brasília, para dizer o que é cultura, em seu já consagrado livro “Cultura um conceito antropológico” que será a base do conceito e características da cultura descritas a seguir.

Segundo Laraia (2001, p. 25) a origem do termo cultura usado na antropologia é bem definida, vem de

Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês Culture, que "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".<sup>1</sup> Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

Mas então, o qual o conceito de cultura? Não existe um consenso na Antropologia e sim diversos conceitos, que o Laraia faz citação como do conceito de cultura de Claude Lévi-Strauss (Laraia, 2001, p. 61)

que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir na estruturação dos domínios culturais — mito, arte, parentesco e linguagem — os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.

Segundo Laraia a Cultura opera no dia a dia das pessoas de cinco maneiras: 1) A cultura condiciona nossa visão de mundo. (2021, p. 67-68); 2) A cultura interfere no plano biológico (2021, p. 75); 3) Os indivíduos participam de uma maneira diferente da sua cultura (2021, p. 80); 4) a cultura tem uma lógica própria (2021, p. 87); 5) A cultura é dinâmica (2021, p. 94).

A discussão sobre a memória é importantíssima para a questão do patrimônio cultural, ainda mais em se tratando de um acervo documental, cuja existência é memória individual, coletiva, social de 62 sociedades indígenas e também memória institucional do IGPA.

Jacques Le Goff (2013, p. 387) deixa claro a importância do conceito de memória quando afirma “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

---

<sup>28</sup> O Professor Roque Laraia foi meu colega de trabalho no IGPA/PUC-GO, onde era professor de Antropologia no Mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural.

Para Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei<sup>29</sup>, citada por Câmara (2015, p. 80)

A memória é um fator de ligação psíquica coletiva em uma sucessão que visa neutralizar os efeitos da interrupção de uma trama; só quando a memória se torna objeto de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de ordem. Instituir, portanto, é ordenar. Mas a memória possui também algo de acidental, de circunstancial, já que não é apenas um meio de consagrar a continuidade, a duração, ou ainda de criar vínculos.

Os arquivos históricos, são antes de tudo, instituições de memória, pois preservam documentos, que segundo Lee Goff expõe a necessidade de perceber o documento como uma construção, como um “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento (Le Goff, 2003, p. 536).

Segundo Pierre Nora, os lugares de memória “vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos” (Nora, 1993, p. 21).

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 22).

No mesmo sentido, Michael Pollak (1992, p. 207) nos lembra que os arquivos são entendidos como lugar de conservação da memória

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.

É perceptível que os arquivos, sejam públicos ou privados, devem ser entendidos como lugares de memória, mas também como lugares de poder, onde a própria prática arquivística,

---

<sup>29</sup> Bibliotecária. Doutora em comunicação e cultura (ECO-UFRJ). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

aparentemente fundada apenas na técnica, esconde o exercício de um grande poder, o poder de decidir o que será lembrado (direito à memória<sup>30</sup>) e o que será esquecido (direito ao esquecimento), além é claro, do poder de decidir quem ter acesso e quem não tem.

A despeito da importância do conceito de memória, temos que ter em mente, os perigos do uso da memória e sua manipulação, pois tanto a memória individual, quanto à memória coletiva podem ser manipuladas, como bem lembra a psicóloga e professora Ecléa Bosi (2003, p. 21).

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.

O termo Patrimônio cultural é complexo e vem da palavra patrimônio, de origem latina e relacionada ao direito civil, utilizada no império romano, conhecido pelo seu avançado direito civil que influenciou quase todos os países ocidentais, que tem o direito romano como origem, como Portugal e Brasil. Segundo o antropólogo Antônio Motta (Sansone & Furtado, 2014, p. 379)

Em épocas passadas, o termo patrimônio (*patrimonium*), de origem latina e corrente a partir do século XVI, remetia essencialmente à ideia de propriedade (bens materiais) transmitida hereditariamente a um determinado grupo em linha sucessória, princípio que pauta ainda hoje, no direito civil, as regras sobre heranças. Nos séculos subsequentes houve um progressivo deslizamento dessa noção que, do domínio estritamente privado, inerente ao grupo familiar (*pater famílias*), começou também a contemplar a ideia de esfera pública (coletividade) cujo corolário, a partir de então, firmou-se no pressuposto do legado histórico transmitido pelos antepassados.

A noção de patrimônio cultural, como bem lembra Marcia Chuva (2011, p. 147) é historicamente constituída e tem se transformado com o tempo, se dividindo em patrimônio cultural material e imaterial, divisão essa que segundo a autora, não tem razão de existir, mas que baliza as estruturas administrativas das instituições que cuidam do patrimônio até os dias atuais.

Foi na Constituição de 1934 que o termo patrimônio aparece pela primeira vez<sup>31</sup>, no artigo 148 dentro do capítulo II da Educação e Cultura,

---

<sup>30</sup> A constituição garante uma série de Direitos, e ao constitucionalizar o patrimônio cultural brasileiro, deixa claro que um desses direitos é o Direito à memória, o direito de conhecer seu passado, o direito de saber de onde veio, não só individualmente, mas coletivamente.

<sup>31</sup> O termo patrimônio não aparece na Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824, mais a ideia de patrimônio aparece, dentro da expressão *archivo público* no Art. 70. Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no

Cabe à União, aos Estados e Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

O patrimônio cultural brasileiro é dividido em material e imaterial, conta com um órgão de proteção chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, os bens materiais tanto móveis quanto imóveis, são classificados em quatro livros do tomo, essa classificação não é fruto do acaso e sim uma determinação legal do Decreto-Lei no 25/1937. Já os bens culturais de natureza imaterial, foram reconhecidos pelo artigo 216 da Constituição Federal, e regulamentados pelo Decreto 3.551/2000 que criou quatro livros de registro.

Olhando o aparato legal relativo ao patrimônio cultural, fica claro que a tese de Chuva (2011, p. 147) que afirma que o conceito de patrimônio é historicamente constituído e tem se transformado com o tempo é verdadeira, visto que, somente bens culturais materiais eram considerados patrimônio cultural, e a partir da constituição federal do Brasil de 1988, também os bens culturais imateriais, esse movimento não ocorreu só no Brasil, ele vem de convenções internacionais e da experiência de outros países.

Essa mudança, de um conceito excludente para um conceito de patrimônio cultural mais inclusivo, democrático e plural, decorre do desenvolvimento e da divulgação do conceito antropológico de cultura, lendo o livro do Antropólogo Roque Laraia, fica claro, que com a difusão do conceito antropológico de cultura, e o conseqüente declínio do etnocentrismo, manifestações culturais de povos periféricos, e de outras religiões, começaram a ser vistos como merecedores de proteção pelos órgãos do patrimônio cultural.

## **OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO COMO PATRIMONIO CULTURAL**

Os documentos de arquivo, fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, e tem status constitucional, mas nem sempre foi assim, quando da criação da SPHAN, atual IPHAN, a preocupação estava em proteger bens culturais materiais, móveis e imóveis, com foco nos bens imóveis.

Se o termo patrimônio apareceu primeiro na constituição de 1934, foi na Constituição de 1946, que o termo documento apareceu pela primeira vez, no artigo 175 que diz:

---

Archivo Publico, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se pública.

As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sobre a proteção do poder público (Art. 175º da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946).

A Constituição Federal de 1988, veio trazer mesmo que de forma apenas aparente, um certo norte ao que deve e o que não deve ser preservado, o artigo 216 da Constituição Federal, veio disciplinar o que pode ser considerado Patrimônio Cultural Brasileiro

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A constituição garante uma série de direitos, e ao constitucionalizar o patrimônio cultural brasileiro, deixa claro que entre esses direitos está o direito a cultura e o direito a memória

Portanto, mesmo com a Constituição Federal determinando o que pode ser considerado patrimônio cultural brasileiro, e é inegável que existe grande parte de subjetividade, sobre quais bens deverão ser preservados e quais bens não serão preservados, claramente há relação de poder envolvida nessas escolhas, e isso inclui os arquivos.

O texto constitucional, deixa claro no inciso IV do artigo 2016 que os documentos fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Já o parágrafo segundo do mesmo artigo, deixa claro que é de responsabilidade da administração pública a gestão da documentação governamental, inclusive com a obrigação de disponibilizar meios para a consulta, seja para fins de informação, seja para pesquisa histórica.

Mas o que seria documento? Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística todo documento é uma “unidade de registro de informação, qualquer que seja o suporte ou formato” (p. 73).

Já Lee Goff expõe a necessidade de perceber o documento como uma construção, como um “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento (LE GOFF, 2003, p. 536). Além disso, Lee Goff (apud Miranda 2012, p. 902)



considera que os documentos são “antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, de uma sociedade que o produziram (1996, p. 547).

Leandro Karnal (2021, p. 9) deixa claro que o documento é a base para o julgamento histórico, é a pedra fundamental do documento histórico, e que segundo ele, discutir o que é um documento histórico é estabelecer qual memória deve ser preservada pela história.

Atualmente, os arquivos são regulados pela Lei 8.159/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

A Lei define o que são arquivos, a responsabilidade por sua gestão, a diferença entre arquivos públicos e privados, a forma de gestão, discorre sobre as instituições arquivísticas, além de criar o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

Os dois primeiros artigos da Lei 8.159/1991 definem a obrigação do poder público em relação a gestão documental e a definição do que sejam arquivos, já o são fundamentais para a sua compreensão

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 11 - Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 15 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Já o artigo 11 define o que são arquivos privados, e o artigo 15 regula os acervos privados identificados como de interesse público, esses acervos documentais, o podem ser franqueados (concessão do direito de uso) pelo proprietário, ou podem ser doados ou depositados (emprestados) a título revogável as instituições de arquivos públicos, essa opção favorece aqueles acervos cujos proprietários não tem condições ou não tem interesse em manter a guarda, independente do motivo.

## **A GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO, FÍLMICO E DE DIÁRIOS DE CAMPO**

O acervo do cineasta e fotógrafo Jesco Von Puttkamer, deve ser compreendido como como um acervo complexo, plural, rico tanto do ponto de vista cultural, quanto do ponto de vista econômico, já que existe, toda uma legislação de direitos autorais, que tem impacto direto sobre o acervo fotográfico e filmico, inclusive sendo fonte de renda para o IGPA.

O acervo do Jesco Puttkamer tem 86 horas de gravações, 150 mil imagens e 303 diários de campo, que retratam 62 povos indígenas, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Amazonas. A importância do acervo é imensurável, visto que documenta o primeiro contato com diversos grupos indígenas, documenta seu modo de vida, que vai desde o nascimento, até a morte, passando por questões como alimentação, cultos, festas.

Além disso, o acervo contém informações valiosas sobre a política indigenista da Funai nesse período, claramente orientada pelo desenvolvimentismo e progresso do governo militar da época.

O IGPA, com raras exceções, mantém seu acervo com recursos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, o que inclui os salários dos funcionários administrativos e professores, que cuidam quase que exclusivamente do acervo.

O IGPA possui um Museu, o Centro Cultural Jesco Puttkamer - CCJP, que funcionava no imóvel que o fotógrafo Jesco Von Puttkamer, morou por mais de 40 anos, no entanto, antes da sua morte, o imóvel foi doado para a PUC-GO, e posteriormente reformado e transformado em Museu, e que devido a pandemia da Covid 19, e a crise decorrente dela, o museu está fechado e o prédio está à venda.

Era no CCJP, que parte do referido acervo era divulgado em exposições permanentes e exposições itinerantes, o museu recebia anualmente milhares de visitantes, em especial, alunos de escolas públicas, da região da grande Goiânia.

O CCJP, não era apenas um local de divulgação da obra do Jesco, é também um espaço de memória do próprio Jesco, ou seja, entende-se que o próprio CCJP faz parte do acervo.

As fotografias foram organizadas a partir das diversas etnias, e estavam em um local separado, de onde estavam os rolos de filmicos e os diários de campo, foco da presente pesquisa, sendo assim, percebi que o acervo era muito complexo, que os diversos tipos documentais não poderiam ficar no mesmo ambiente, e que exigiria técnicas de acondicionamento diferentes, e que não era possível fazer referências entre as diversas partes do acervo.

Os 303 diários que foram encontrados, que se referem ao período de 1969 a 1991, a organização feita pelo próprio autor dos diários foi respeitada, cuja divisão era por volume, em alguns casos, um diário tratava de diversos assuntos, mas em alguns casos, ele tinha um assunto principal, que normalmente era colocado na capa do diário, grande parte dos diários já tinha

tido suas capas trocadas, mas nenhum funcionário do IGPA soube falar quando essa restauração teria sido feita.

A parte mais importante no trabalho com os diários, é a descrição seguindo os princípios e normas da arquivologia, para posterior elaboração de um guia de arquivo, o trabalho havia sido interrompido em 2010 com minha saída do IGPA/PUC-Goiás, foi retomado e está em pleno andamento, fruto da pesquisa para a conclusão do relatório técnico e apresentação do produto (Guia de arquivo do acervo de diários de campo) no Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (Promep) da UEG.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a arquivologia e o trabalho do arquivista, na organização do acervo documental, essa dicotomia entre fontes orais e fontes escritas não tem relevância, ou seja, os documentos tem o mesmo valor arquivístico, a crítica das fontes deve ser aplicada a todas as fontes, independe se orais ou escritas, nesse sentido, a história oral é uma excelente metodologia de constituição de acervos para o estudo da história, sendo que parte do presente acervo, foi constituído com o uso da história oral.

O acervo fotográfico, fílmico e de diários de campo do fotografo Jesco Puttkamer é complexo, é culturalmente diverso, tem variedades de suportes documentais, grande parte constituído de vídeos e gravações de 62 grupos indígenas, tendo usado vídeo e áudio para documentar tradições orais, muitas das quais já se perderam.

Os arquivos, as bibliotecas, os museus, os centros de documentação, sejam públicos ou privados, devem ser compreendidos como lugares de memória, mas também, como lugares de poder, pois o exercício pratico da gestão documental, supostamente fundada apenas na técnica, implica o exercício de um grande poder, o poder de decidir o que será lembrado (direito a memória) e o que será esquecido (direito ao esquecimento e/ou simplesmente silenciamento), além é claro, do poder de decidir quem terá acesso e quem não terá.

Entende-se que é necessário ampliar as pesquisas sobre o acervo fotográfico, fílmico e de diários de campo do fotografo Jesco Puttkamer, sobre as modernas técnicas de armazenamento de acervo, e também sobre a legislação relacionada ao patrimônio cultural em específico na arquivologia, visto que os princípios da arquivologia que orientam a gestão documental estão definidos na legislação, mesmo que essa, no caso, a da Lei 8.159/1991 seja praticamente desconhecida entre os estudiosos do patrimônio cultural, os juristas e, para não dizer, dos próprios profissionais de arquivo.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. 49 p. (Série Publicações Técnicas, n. 47)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes. Tratamento documental**. 2<sup>o</sup> edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 320pp.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 15/ de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Constituição . Acesso em 20 de abril de 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) Acesso em 20 de abril de 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) . Acesso em 20 de abril de 2023.

BRAISL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em 20 de abril de 2023.

CÂMARA, Rafael Silva da. **Concepções teóricas sobre a matéria: análise das bibliografias das disciplinas dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil / – Recife: O Autor, 2015. 125 f.: il., fig.**

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA\\_Marcia\\_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf). Acesso em 20 de abril de 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 11. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A Memória Evanesciente. In: PINSK, Carla; LUCA, Tania Regina de. – **O Historiador e Suas Fontes**. – 1ª ed. 7ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** / 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5º ed.– Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 20 de abril de 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de - " **Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito**". 1995 In: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto44/FO-CX-44-2762-2000.pdf> Acesso em 21 de abril de 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**. RJ, vol.2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) . Acesso em 07 de setembro de 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992

PUTTKAMER, Jesco. **Os últimos dias do Eden**. São Paulo: Ed. Terra Virgem, 2005.

SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** /; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz ; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos, - 3, ed. 10ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Ser brasileiro: Qual a minha identidade?** YouTube, 16 de jan. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rbg8NyUxCic> . Acesso em 21 de abril de 2023.

## **A ENXADA, SUOR, LETRAS E LÁGRIMAS: O USO DA HISTÓRIA ORAL EM UMA PESQUISA SOBRE AS FORMAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM ITAUCU-GO (1950-2000)**

*ELISABETH MARIA DE FÁTIMA BORGES<sup>32</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

Analisando o século XX Hobsbawn (2002) o apresenta como um dos séculos mais revolucionários, e credita isso ao fato de que nele populações primitivas tomaram consciência política. Grupos sociais, antes marginalizando ocuparam seus espaços enquanto sujeitos da história e exigiram seus direitos - desde a educação até os direitos trabalhistas (Arroyo, 2012). Os camponeses fazem parte de um destes grupos e é sobre eles que versará essa comunicação oral, especificamente sobre os movimentos sociais do campo do município de Itauçu-GO.

O sociólogo José de Souza Martins (1989) revela o viés fatalista que a grande maioria das pesquisas voltadas para o campesinato geralmente se pautam, e assim vêem como inútil a luta dos camponeses e sua resistência ao avanço da expansão capitalista. Vistos de forma pejorativa e como símbolos do atraso, essa classe social após a década de 1980 começa a se tornar objetos de pesquisa que olham a sua história de forma diferenciada.

Esta comunicação visa compreender a importância da história oral em uma pesquisa desenvolvida sobre os camponeses no município de Itauçu em minha dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Mostrarei a relevância da história oral como uma possibilidade de dar voz aos sujeitos do campo e entender o movimento que eles fizeram durante o processo de participação nos movimentos sociais do campo na região: Ligas Camponesas, Movimento de Educação de Base (MEB) e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Veremos como os camponeses foram se tornando sujeitos ativos de sua história, além de destacar como a participação em movimentos sociais possibilitou a esses sujeitos a aquisição do saber social, que tanto os ajudou na luta por seus direitos.

O papel educativo da luta social e do partido é analisado por Loureiro (1988) que defende a tese de que a luta social deve ser considerada uma prática político-pedagógica, portanto, educativa.

---

<sup>32</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Faculdade de Inhumas FacMais

Já Arroyo (2012) nos leva a problematizar a importância de se olhar o pensar/fazer pedagógico que ocorre através das presenças/consciências de outros sujeitos na agenda política, social ou pedagógica. É essa a proposta dessa pesquisa. Mostrarei que ao participarem das Ligas Camponesas, MEB e CEB's os camponeses de Itauçu foram se tornaram “outros sujeitos”, que passaram a se reconhecer como sujeitos sociais, de pensamentos, saberes, memória e identidade construídas em um contexto de expropriação e de luta por seus direitos.

## LIGAS CAMPONESAS EM ITAUÇU

A expansão do capitalismo pelo campo em Goiás acarretou significativas mudanças no meio rural, a elevação dos custos da produção agrícola é uma delas, uma vez que o capital precisa produzir lucro para pagar a renda da terra. Isso levou ao início do processo de expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais do campo, surgindo o confronto direto entre os trabalhadores rurais e fazendeiros. (Borges, 2005). Foi neste contexto que as Ligas Camponesas chegaram a Itauçu na década de 1950.

Devido ao confisco dos documentos relativos às ligas camponesas em Itauçu resta aos pesquisadores a busca da metodologia da História oral. Ao analisar a importância do uso da história oral nas pesquisas Thompson (1998, p. 337) afirma que: “a história oral devolve a história às pessoas, em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

Portanto como aporte para a construção deste campo metodológico, apropriamo-nos de conhecimentos da história oral. Os diálogos com os personagens que vivenciaram a história destas estratégias de luta pela renda da terra em Itauçu através das Ligas Camponesas foram sendo desvendadas através da história oral. No entanto, este não foi um processo fácil de ser conduzido pelo trauma que as prisões dos camponeses pela polícia federal em 1964 acarretaram na população local.

A atuação das Ligas Camponesas em Itauçu, coordenadas por Sebastião Bailão culminou na criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, que é considerada a segunda maior organização das Ligas do estado. Essa associação é apresentada como uma das duradouras e atuantes da época, e que em seus oito anos de existência teve grande expressividade na articulação dos trabalhadores rurais do sul do estado. (Borges, 2005; Duarte, 1988; Guimarães, 1988; Pessoa, 1999).

A pesquisa sobre essa associação teve muitos obstáculos, além da escassa bibliografia, a extinção dos seus documentos escritos pela ditadura militar foi um deles. Existe na cidade apenas uma escritura de um lote comprado para erguer a sede da associação. Assim, essa pesquisa teve na história oral seu grande aporte.

Todavia, conseguir com que as pessoas falassem sobre as Ligas foi uma tarefa árdua. Ficou nítido o medo das pessoas. Uma questão problematizadora surge: por que esta associação ficou esquecida? Sabemos que existem esquecimentos forçados, os ‘apagamentos’, ou seja, promoção de censuras que obstaculizam o conhecimento de um fato. Meihy (2002) nos mostra que a história oral é muito interessante nestes casos uma vez que pode atuar permitindo que, mediante a memória, o conhecimento do passado proibido volte e seja questionado. Thompson (2002) nos alerta sobre a importância da história oral que consegue reunir um material histórico novo que se não fosse por ela estaria perdido com a morte de protagonistas.

Essa amnésia social é abordada por Menezes (1992) que defende que não é suficiente ao pesquisador dar voz aos silenciados, é preciso ainda que ele seja capaz de perceber as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento, bem como de suas regras e jogos, buscando entendê-las. Assim, cabe ao pesquisador tentar entender as condições em que socialmente se produz o silêncio, seja por pressão coletiva ou seja mesmo conveniência individual.

Este silêncio dos trabalhadores rurais e da população itauçuense que tentou esconder esse fato de sua história, durante todos estes quarenta anos e as sua resistência em colaborar nas entrevistas são fundamentadas nas lembranças traumatizantes que muitos acreditavam ser, em 2005, época que fiz a pesquisa, ainda algo comprometedor, que poderia, quem sabe levar a novas prisões.

Pollak (1989) aborda que esse silêncio tem razões políticas e pessoais, porque os pais desejam poupar seus filhos de crescerem na lembrança de suas feridas. “O silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1989, p. 6). Assim a ocorre a emergência de certas lembranças e a distinção entre as conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas são importantes para se reconhecer a que ponto o presente colore o passado, defende Pollak.

Ao tentar ocultar a atuação das Ligas Camponesas em Itauçu, com o silêncio e o esquecimento, que a população local acredita ainda hoje ser algo que compromete a imagem da cidade. todavia como afirmava Bailão, o líder das Ligas Camponesas em Itauçu, esse movimento social, apesar de suas falhas, conseguiu “abrir a picada da organização dos trabalhadores rurais para que outros seguissem com a estrada”. (Borges, 2005, p. 59).



Analisando o papel das Ligas no processo de organização e de conscientização dos camponeses itauçuenses é preciso reconhecer que esse trabalho permitiu que estes trabalhadores rurais saíssem de seu isolamento e começassem a se reunir e organizar, partindo de uma consciência de si mesmo para uma consciência de grupo. Portanto, faz mister o reconhecimento da importância do saber social gestado entre os trabalhadores itauçuenses com as experiências das Ligas Camponesas e do Movimento de Educação Base (MEB) – outro importante elemento que será nosso próximo tópico.

## **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE**

Criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB) visava desenvolver um programa de educação de base, através de escolas radiofônicas. A Igreja Católica em parceria com o Estado, assim a sua execução contou com o apoio de vários ministérios e órgãos federais e estaduais. Esse apoio ocorreu através de financiamento e de cessão de funcionários.

Para viabilizar a radiodifusão o Ministério de Viação e Obras Públicas emitiu a concessão dos canais de radiodifusão, visando agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas. Inicialmente o MEB era um programa cuja planejação seria com duração de cinco anos. Previam-se a instalação de 15 mil escolas radiofônicas já no primeiro ano. A CNBB cedia ao governo federal a rede de emissoras filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC), e também firmava o compromisso da aplicação das verbas recebidas do poder público, e também se comprometeu a mobilizar pessoas voluntárias para atuar nas escolas como monitores. (FÁVERO, 1994).

O MEB tinha vários objetivos que iam desde a execução de um programa intensivo de alfabetização, oferecer uma formação moral e cívica, empreender uma educação sanitária, uma iniciação profissional agrícola, além da promoção social. Assim a MEB visava, através da escola radiofônica, suscitar a organização da comunidade, para que ali se desenvolvesse o espírito de iniciativa, algo que acreditavam ser essencial para a promoção de reformas de base, como a da estrutura agrária brasileira. Mas também existia ali o viés religioso uma vez que o MEB pretendia também promover o desenvolvimento espiritual do povo, que fosse capaz também de preparar a comunidade para a melhoria econômica das regiões subdesenvolvidas, assim por trás também havia a intenção de ajudar na defesa de ideologias que eles acreditavam ser incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade, como as Ligas Camponesas. (Borges, 2005; Favero, 1994). O município

de Itauçu que fazia parte da Arquidiocese de Goiânia foi um dos locais escolhidos para a implementação do MEB.

Ao participarem dos movimentos sociais do campo: Ligas Camponesas e MEB os camponeses adquiriram uma nova e importante forma de saber: o saber social (Borges, 2005).

Mas há um tempo nas lutas e um tempo para o aprendizado coletivo. A continuação da prática e o acúmulo de experiências permitem um salto na consciência, na socialização política. Trata-se da formação de um saber social com os elementos da prática de luta e com os recursos da própria cultura do grupo. A reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a afirmação do perfil cultural dos trabalhadores, a incorporação de um novo saber obtido na luta e seu uso político pelos movimentos sociais são, sem dúvida, algumas das questões mais importantes que decorrem irrupção das classes subalternas subalternas na arena política, do seu exercício da cidadania. (Grzybowski, 1990, p. 60).

Grzybowski nos apresenta a perspectiva de que ao participar dos movimentos sociais os sujeitos adquirem o “saber social”. Esse conceito é definido por ele como “o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses” (Grzybowski, 1990, p. 50). Trazendo esse conceito para o município de Itauçu percebe-se que a participação dos camponeses nos movimentos sociais lhes proporcionou um novo saber, que se distingue do saber escolar por não ser sistematizado.

As práticas educativas que ocorrem fora do ambiente escolar, como as que ocorrem nos movimentos sociais são de suma importância e merecem ser pesquisadas. No caso do município de itauçu a participação dos camponeses nestes movimentos sociais constituíram verdadeiras “escolas da vida”, pois ali eles aprenderam a ler, mas também a se situar no mundo, a se posicionar, a exigir seus direitos, aprenderam a ser pessoa, grupo, cidadão (Mascarenhas, 2004). Foi participando dos movimentos sociais que os camponeses itauçuenses se reconheceram como sujeitos de direitos.

O MEB foi um movimento social que também sofreu forte repressão da Ditadura Militar, no ano de 1967. Essas prisões desmontaram toda a organização dos camponeses em Itauçu, que somente foram retomadas anos depois com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que será nosso próximo tópico. Devido ao confisco dos documentos do MEB pela Ditadura Militar a história oral foi de extrema importância na pesquisa desta temática. Através dela pude dar voz aos camponeses que tiveram sua história silenciada, muitos não contavam isso nem a seus próprios filhos, como diz Polacck a memória, o esquecimento e o silêncio.

## COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: A FÉ QUE MOVE MONTANHAS, TRATORES E CAMINHÕES

As CEB's é uma expressão religiosa da mobilização popular que surgiu na década de 1960 em toda a América Latina. Elas se constituem em um jeito de ser Igreja que surgem pela força do Espírito Santo, assim partem das propostas de renovação da Igreja promovida pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 - 1965) e depois foram incentivadas pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), e confirmadas pelas Conferências de Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

A estrutura das CEB's é apresentada por Boff, L. (1986, p. 94) como constituída por um grupo de 15 a 20 famílias, mais ou menos, que se reúnem em torno da Palavra de Deus para expressar e alimentar sua fé, discutir, à luz desta palavra, seus problemas e ajudar-se mutuamente.

Existe uma conexão entre as CEB's e a Teologia da Libertação, tanto que na América Latina, um não pode ser pensado sem o outro, uma vez que ambos fazem parte de um mesmo processo de mobilização do povo, que é também um movimento que parte do próprio povo. Enquanto as CEB's representam a prática da libertação popular, a Teologia da Libertação é a teoria desta prática (BOFF, L., 1986).

Arroyo (2012) nos mostra que para as teorias pedagógicas tornou-se uma questão político-epistemológica reconhecer ou ignorar essas pedagogias de libertação/emancipação. E que o desafio é: como reconhecer com um olhar positivo essas pedagogias, buscando entender que saberes, culturas, identidades são produzidas na diversidade de lutas pela libertação/emancipação? A participação dos camponeses itauçuenses nas CEBs os trouxe novamente para o palco de suas lutas de resistência contra a exploração capitalista, na luta por seus direitos.

O método das CEB's "Método ver, julgar, agir" muito contribuiu para que esses camponeses voltassem a ser protagonistas nas lutas por seus direitos. A primeira fase - ver - significa que os sujeitos devem procurar ver a situação de sua vida, os problemas que estão enfrentando. A segunda fase - julgar - parte-se das seguintes problematizações: por que está acontecendo assim? qual é a raiz deste problema? o que Jesus disse desta situação? quais os interesses que estão em jogo? nesta fase os camponeses julgavam seus problemas, é a fase da problematização. A última etapa do método - agir. é aquela em que unidos eles procuram descobrir soluções concretas para os problemas. Nesta fase se estabelecem os planos de ação, que ocorrem a partir de questionamentos: como Jesus agiu perante uma situação como essa? como ele gostaria que agissemos agora? É nessa última fase que ocorre o planejamento das ações para o enfrentamento dos problemas. (Borges, 2005).

As CEB's foi um movimento social que promovia um processo educacional, uma educação não escolar, ao assumir uma postura formadora, na perspectiva de conscientização, aqui os camponeses passassem de sujeitos passivos a sujeitos ativos de sua história.

E foi participando das CEB's e através do método "Ver-julgar-agir" que os camponeses itauçuenses foram identificando seus problemas e buscando soluções: para resolver a falta de trator montaram a Associação Sebastião Rosa da Paz, e com a ajuda de uma ONG alemã a MISEREOR compraram um trator, que pagaram tocando uma roça comunitária, em forma de mutirão. Anos depois, para eliminar o problema do atravessador, que ficava com grande parte dos lucros das colheitas, compraram um caminhão, novamente com a ajuda da ONG alemã e pagaram o financiamento tocando a roça comunitária. Para resolver o problema da limpeza do arroz, onde o dono da Máquina ficava com metade dos grãos, compraram uma máquina de beneficiar arroz, e assim um a um os problemas eram resolvidos. Os camponeses denominavam suas conquistas de "ferramentas", assim o trator, o caminhão, a máquina de limpar arroz, o sindicato, tudo eram ferramentas que eles usavam na luta por seus direitos.

Arroyo (2012) problematiza sobre o que há de revolucionário para o pensar/fazer pedagógico nessas presenças/consciências de outros sujeitos na agenda política, social ou pedagógica. E mostra que nesses movimentos sociais os autores trazem histórias de processos formadores em contextos concretos, sociais, políticos, econômicos e culturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa corrobora a tese de Arroyo (2012, p. 86) de que existe uma virtualidade formadora da vida produtiva, e mostra que as "pedagogias dos movimentos trazem a centralidade dos processos de produção, as relações produtivas na terra, no trabalho e seus produtos (...) o que há de mais radical nessas pedagogias das marchas, das místicas, e dos rituais da vida e do trabalho é trazer às teorias pedagógicas a centralidade da pedagogia da produção do viver".

Essa pesquisa veio corroborar ainda a tese da importância ímpar que a história oral exerce em casos, como esse de escassez, de ausência ou apenas pela necessidade das pesquisas de dar voz aos sujeitos silenciados em suas histórias, tal como o é os camponeses itauçuenses.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOFF, Leonardo. Qual é a contribuição dos militantes cristãos na política partidária? **Revista Fé e Política**, n. 2, p. 5-20, 1986.
- BORGES, Elisabeth Maria de. **Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento Camponês**. Goiânia: UFG, 2005 (Dissertação de Mestrado em História).
- DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FAVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base 1961-1966**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás: 1954/64**. Goiânia: Cegraf, 1988.
- MARTINS, José de Sousa. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: [s.n.], 2002.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999b.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Tradução de Lolio L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

# **A ENTREVISTA NARRATIVA COMO RECURSO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO ACADÊMICO NA ÁREA DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

*ESTAEL DE LIMA GONÇALVES,  
MARA RÚBIA DE SOUZA RODRIGUES MORAIS*

Este artigo busca apresentar a entrevista narrativa como recurso de pesquisa em prol da promoção da igualdade de gênero no meio acadêmico na área de Ciências e Matemática. Postula-se, aqui, a produtividade desse recurso de coleta de dados mediante suas possíveis contribuições para as pesquisas de caráter qualitativo que busquem a desestruturação de processos hegemônicos e excludentes de quaisquer tipos. Essa técnica de coleta de dados permite dar voz a grupos historicamente marginalizados ou sub representados, permitindo que suas histórias, percepções e perspectivas sejam ouvidas e consideradas.

A entrevista narrativa é uma técnica de coleta de dados em que o entrevistador conduz uma conversa com o entrevistado para obter informações detalhadas sobre sua história de vida, suas experiências e percepções. Ao contrário de outras técnicas de entrevista, a entrevista narrativa é menos estruturada e permite que o entrevistado forneça uma narrativa fluida suas experiências.

Jovchelovitch e Bauer (2015) entendem a entrevista narrativa como um recurso diferencial em projetos em que se tratam diferentes versões, sejam elas dos fatos em si, sejam elas das percepções, e aqueles que articulem história de vida e contextos sócio-históricos. Segundo esses autores.... “grupos sociais diferentes constroem histórias diferentes, e as maneiras como elas diferem são cruciais para se aprender a dinâmica plena dos acontecimentos” (Jovchelovitch e Bauer, 2015, p. 103). Entendemos que a percepção dos autores cabe perfeitamente em relações dicotômicas como as de gênero.

Diante disso, a pesquisa qualitativa, sobretudo em ciências humanas e sociais, tem muito a ganhar com as possibilidades que essa linha de trabalho permite. Lilia Schraiber (1995), pensando a relação da pesquisa qualitativa com a entrevista narrativa, destaca que “[...] o relato oral [é] a apreensão da subjetividade na forma de um pensamento externalizado, vale dizer, a narrativa. Trata-se, assim, da objetivação de pensamentos, por meio da construção de um pensar” (Schraiber, 1995, p.63).

Assim, entendemos a entrevista narrativa como uma técnica valiosa para a compreensão profunda da experiência humana e para obter informações ricas e detalhadas sobre o tema de pesquisa.

## **DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO ACADÊMICO NA ÁREA DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE**

As percepções e perspectivas que apresentamos aqui referem-se às leituras preliminares relativas às nossas expectativas de pesquisa para a análise da interferência das chamadas “questões de gênero” nas trajetórias das mulheres que praticam a docência em Ciências e Matemática no ensino superior federal em Jataí-GO, aqui contemplando os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Química e Matemática. Com um estudo sobre o percurso e a atuação das mulheres professoras nos cursos de graduação, realizado a partir da coleta de dados com entrevistas narrativas e a análise destes discursos, da perspectiva dos Estudos de Gênero, acreditamos ser possível compreender as subjetividades envolvidas nas relações profissionais dessas mulheres e, a partir disso, formatar recursos e ações que promovam a igualdade de gênero no meio e fomentem a atração de mais mulheres para essas carreiras.

No Brasil, as mulheres tiveram acesso à educação escolar a partir do ano de 1887, com a Lei Geral da Educação, que permitiu as escolas femininas de primeiras letras. Só em 1971, com a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi possível que o secundário feminino abrisse o acesso ao ensino superior. Antes disso, algumas mulheres driblaram o sistema e alcançaram o ensino superior de outras maneiras. Exemplos disso foram a primeira brasileira graduada em Medicina, nos Estados Unidos, em 1882, e a primeira brasileira graduada no Brasil, em 1887 (Rosemberg, 2016).

Melo e Rodrigues (2018) lembram que só no século XX as mulheres avançaram nos sistemas educacionais e chegaram às universidades - “instituições estas que configuram o passaporte para o ingresso na carreira científica”. As autoras destacam que os espaços científicos ainda são redutos masculinos em todo o mundo:

Há quase uma "invisibilidade" das mulheres nos campos dos saberes científicos - da matemática, ciência considerada pelos antigos como a ferramenta para a explicação do mundo, aos demais campos científicos, nos quais observa-se que a presença feminina aparece esparsa ao longo dos séculos. (Melo e Rodrigues, 2018, p. 42)

Em 2019, mais de 550 mil brasileiras se graduaram, são quase 170 mil mulheres a mais que homens, segundo dados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2020). No entanto, quando verificamos dados referentes ao total de docentes em exercício é possível identificar que 55,89% deles são homens.

Nos últimos anos a participação feminina cresceu nas áreas STEM (do inglês *Science, Technology, Engineering and Mathematics*), mas uma recente pesquisa realizada por docentes da Universidade de São Paulo (USP) revela que há cerca de 40 mil docentes atuando no Brasil na área de Ciências Exatas e da Terra e que, destes, 66,86% são homens, o que atesta a desigualdade de gênero na área (Tuesta et al, 2019).

Outra maneira de estudar as diferenças de gênero entre os cientistas brasileiros é analisar a composição de gênero da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Os representantes mais importantes da comunidade científica brasileira são admitidos como membros após um rigoroso processo de seleção. Seus participantes têm um papel de liderança no avanço das atividades científicas e tecnológicas do país. A ABC interage com o governo federal e suas agências, identificando prioridades de pesquisa em várias questões de interesse nacional, focadas no desenvolvimento econômico e no bem-estar da população. O estudo de "*Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science*", publicado na revista científica Peer J., em 2017, revelou que, naquele momento, havia 126 membros femininas (14%) da Academia Brasileira de Ciências.

É importante ressaltar ainda que a ABC tem, pela primeira vez, em seus 105 anos de existência, uma mulher para o cargo de presidente da entidade. A cientista biomédica Helena Bonciani Nader, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi escolhida presidente para o triênio 2022-2025, rompendo com uma longa tradição de ocupação masculina da cadeira e contribuindo para o debate sobre estereótipos de gênero nas ciências.

Os dados nos revelam que o machismo é um problema social persistente e que pode afetar a forma como as pessoas escolhem suas carreiras. Perdura a mentalidade de que algumas profissões são "de homens" e outras "de mulheres", o que pode levar a estereótipos de gênero e preconceitos na escolha profissional.

Algumas profissões são frequentemente associadas aos homens, como engenharia, ciência da computação, física, agronomia, enquanto outras são vistas como "femininas", como enfermagem, assistência social e educação. Essa divisão por gênero pode fazer que as mulheres sejam desencorajadas a seguir carreiras em áreas que são dominadas por homens, ou mesmo que enfrentem discriminação e hostilidade em suas carreiras.



A constituição sociocultural de crenças limitantes sobre as habilidades e competências das mulheres pode afetar sua autoestima e autoconfiança no momento de escolherem uma carreira. As mulheres podem ser incentivadas a buscar profissões consideradas mais "adequadas" para o seu gênero, e podem não ser "levadas a sério" ou receber o mesmo reconhecimento que seus colegas do sexo masculino.

O condicionamento desde tenra idade, inclusive a partir de uma pretensa diferença cognitiva entre homens e mulheres, leva à crenças como a de que mulheres são menos inteligentes. Estudo divulgado pela revista Science em 2017 revelou que até os cinco anos a percepção de meninos e meninas sobre suas capacidades cognitivas é equivalente, mas que, logo depois, a partir dos seis anos, as meninas passam a se achar menos capazes do que os meninos.

Para Souza (2013),

A fabricação da diferença entre menino e menina consolidou-se na escola, assim como a fabricação de diferenças religiosas, de raça, de classes sociais, de hierarquias. Há na instituição "escola" uma vontade avassaladora de classificar sujeitos na tentativa de uma organização social, inclusive no que diz respeito às atribuições de corpos.[...] Fruto dessa vontade de classificar sujeitos, para afirmar com veracidade aptidões atribuídas a meninos e meninas, é facilmente possível encontrar livros, artigos em revistas ou em páginas da internet, que articulam dados científicos valendo-se da autoridade científica para garantir afirmações a respeito dos cérebros feminino e masculino relacionando habilidades (Souza, 2013, p. 33).

Yuval Harari, no conhecido "Sapiens: uma breve história da humanidade", questiona: [...] existem também explicações biológicas para a primazia dada aos homens sobre as mulheres?" (Harari, 2020, p. 161). Pensando o tema, o autor acaba por nos levar a ideia de 'mito biológico', que seria uma construção social do determinismo dos papéis a partir da biologia.

Para Harari,

Como podemos diferenciar aquilo que é biologicamente determinado daquilo que as pessoas apenas tentam justificar por meio de mitos biológicos? Um bom princípio básico é "a biologia permite, a cultura proíbe". A biologia está disposta a tolerar um leque muito amplo de possibilidades. É a cultura que obriga as pessoas a concretizar algumas possibilidades e proíbe outras. (Harari, 2020, p. 162)

Existem várias maneiras pelas quais a ideia de brilhantismo relacionada ao gênero é introjetada nas crianças, e isso pode ter um efeito imediato em seus interesses e escolhas futuras. Por exemplo, as crianças podem absorver estereótipos de gênero por meio de brinquedos, livros, mídia, experiências escolares e interações sociais. Quando as crianças são expostas a mensagens culturais que associam brilhantismo com características masculinas, elas podem internalizar a ideia

de que meninos são naturalmente mais inteligentes ou talentosos em áreas como matemática, ciência e tecnologia.

Esse tipo de ideia pode ter um efeito imediato no interesse das crianças por determinadas atividades. Quando as crianças acreditam que certas áreas requerem habilidades que elas acreditam não possuir, elas podem se desinteressar ou evitar tais atividades.

É importante ter em mente que os estudos sobre ciência, educação e o papel social de homens e mulheres são algo que vem sendo discutido a partir de discursos científicos dominantes, ou seja, predominantemente masculinos. Contrapor tais construções é algo que pode ser feito a partir de dados e vivências de mulheres que atuam nesses locus e constroem as relações de gênero e trabalho cotidianamente.

Assim, localizar as mulheres como sujeitos do discurso sobre si próprias é essencial para alcançar a transformação social necessária para a efetiva igualdade de gênero.

## **NARRATIVA COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO ACADÊMICO NA ÁREA DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

Os estudos de gênero surgiram no final do século XX como um campo de estudo interdisciplinar, incorporando teorias e métodos de disciplinas, como: antropologia, sociologia, psicologia, história, literatura, filosofia, ciência política, entre outras. Eles se concentram em temas como masculinidade e feminilidade, identidade de gênero, sexualidade, diversidade de gênero, discriminação de gênero e a luta pelos direitos das mulheres e de outros grupos marginalizados.

Os estudos de gênero visam a examinar como a identidade de gênero é construída social e culturalmente, bem como de que forma as relações de poder são formadas em torno do gênero. Eles também investigam a maneira como as expectativas sociais em torno do gênero, influenciam a vida das pessoas, incluindo as desigualdades de gênero e a violência de gênero, as hierarquias e relações de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Joan Scott (1995) pontua o uso do termo e sua importância enquanto categoria:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. (Scott, 1995, p.72)

Desde a década de 1960, as teóricas feministas têm questionado a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e biológicas, argumentando que essas diferenças são construídas socialmente e que o gênero é uma construção social. Assim, o gênero é entendido como uma categoria que designa os papéis, comportamentos e características considerados apropriados para homens e mulheres em uma determinada sociedade.

Para a historiadora Joan Scott (1995, p.85), o uso do termo gênero configura parte da “[...] tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”.

A partir dessa perspectiva, a produção do conhecimento a partir da categoria gênero implica em uma reflexão crítica sobre como as relações de gênero são construídas e mantidas em diferentes áreas do conhecimento, como na história, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na economia, entre outras.

Em sua análise, Scott destaca em seus estudos as diversas apropriações que o termo sofreu e como isso impacta na produção do conhecimento a partir dessa categoria. Nesse sentido, ela afirma:

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (Scott, 1995, p. 75)

A produção do conhecimento a partir da categoria gênero pode, e deve, ser uma ferramenta importante para a promoção da igualdade de gênero e para a transformação das relações sociais de gênero. Ao compreender como as relações de gênero são construídas e mantidas, é possível identificar estratégias para a mudança social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para mulheres e homens.

Ao tratar de sua própria definição de gênero, Scott (1995) destaca que a visão sobre gênero deve incluir as relações mais complexas da sociedade moderna como aquelas que se constituem no mercado de trabalho, na educação e no sistema político

Nessa perspectiva, a narrativa se apresenta como uma ferramenta importante nos estudos de gênero, pois as histórias que contamos sobre nós mesmos e sobre os outros podem ser moldadas por

nossa compreensão de gênero e sexualidade. Por meio da análise de narrativas, os estudiosos de gênero podem examinar como as experiências individuais são modeladas pelas normas sociais de gênero e como as pessoas negociam, desafiam ou reforçam essas normas em suas vidas cotidianas.

Uma das maneiras pelas quais a narrativa é usada nos estudos de gênero é através da análise de histórias pessoais ou testemunhos de pessoas que experimentaram discriminação ou violência com base em sua identidade de gênero. Essas histórias pessoais podem ajudar a desafiar os estereótipos e preconceitos associados a certas identidades de gênero e a promover a compreensão e a empatia em relação a indivíduos marginalizados.

A partir das questões postas, a proposta que construímos é um estudo sobre o percurso e a atuação das mulheres professoras nos cursos de graduação das áreas de Ciências e Matemática das instituições federais de ensino superior de Jataí-Goiás a partir da perspectiva dos Estudos de Gênero.

Devido à sua capacidade de reprodução, as narrativas têm o potencial de capturar as circunstâncias em que um pesquisador pode desejar investigar as conexões entre experiência e linguagem, estrutura e eventos, ou mesmo situações coletivas que envolvem memória e ações políticas. As narrativas são uma forma fundamental para os seres humanos experimentarem e significarem o mundo, indo além de uma simples descrição de suas vidas. Ao repensarem suas histórias - aquelas que contam e ouvem - os indivíduos refletem sobre quem são e constantemente reconstróem significados acerca de si mesmos.

Campos e Furtado (2008), a partir de uma revisão bibliográfica sobre correntes de estudos das narrativas, afirmam que:

A narrativa - sendo linguagem - deve sua inserção na economia textual ao diálogo com outros textos e ao conjunto de características sócio-históricas que localizam um contexto. A narrativa abre-se à interpretação ao mesmo tempo em que estabelece condições para sua circulação, recepção e produção. Assim, articula relações de poder, políticas, identitárias, do contexto, percebidas tanto diacrônica quanto sincronicamente, o que denota a complexa relação das narrativas com os discursos sociais. Na relação entre texto, narrativa e discurso poderiam ser vistas as condições para inserção e circulação dos dizeres sociais, das ideologias e das realidades da vida cotidiana. (Campos e Furtado, 2008, p.?)

Assim, a tese deste trabalho é que, ao incorporar vozes que muitas vezes são marginalizadas, negligenciadas ou sub-representadas, é possível promover uma educação mais inclusiva e plural, que valorize a diversidade e o respeito às diferenças. E isso é especialmente importante em áreas do conhecimento em que as mulheres têm sido historicamente sub-representadas, como nas ciências e na matemática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Rosana Teresa Onock; FURTADO, Juarez Pereira. Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 42, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/4705>. Acesso em 26 mar.2023.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. In: GASKELL, George.; BAUER, Martin. **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. **Apresentação de Maria Margaret Lopes**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 15, 2008.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SOUZA, Luiza Gabriela Razêra de; OLIVEIRA, Moisés Alves de. A Matemática Como Discurso: uma análise da relação mulher-matemática na obra O Homem Que Calculava, de Malba Tahan. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 33, n. 64, p. 871-891, ago. 2019.

TUESTA, Esteban Fernandez et al. Análise da participação das mulheres na ciência: um estudo de caso da área de ciências exatas e da terra no Brasil. **Em Questão**, v. 25, n. ja/abr. 2019, p. 37-62, 2019 Tradução. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245251.37-62>. Acesso em: 06 mar. 2023.

VALENTOVA, Jaroslava; OTTA, Emma; SILVA, Maria Luiza; MCELLIGOTT, Alan. Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science. **PeerJ**, 5, 2017. Tradução. Disponível em: <https://peerj.com/articles/4000/>. Acesso em 20 mar. 2023.

# ROMPENDO A MARGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONFLUÊNCIAS ENTRE HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

GABRIELLE GOMES OLIVEIRA<sup>33</sup>

MÁRCIA SANTOS SEVERINO<sup>34</sup>

Este artigo visa explorar a relação entre História Oral, História do Tempo Presente, História Pública e o *site* Museu da Pessoa. A História Oral, em seus aspectos metodológicos, visa resgatar a memória individual e coletiva por meio de entrevistas com pessoas que viveram determinados períodos históricos. A História do Tempo Presente, por sua vez, concentra-se no estudo e na interpretação de eventos recentes e contemporâneos. Já a História Pública é a prática de envolver o público no processo de produção histórica, buscando promover o acesso e a participação ativa na construção do conhecimento histórico. O *site* Museu da Pessoa é um exemplo de plataforma online que utiliza essas abordagens para criar um espaço de compartilhamento de histórias pessoais, tornando-se um importante recurso para a preservação da memória e para a construção de narrativas históricas inclusivas e diversas.

**Palavras-Chaves:** História Oral; História Pública; História do Tempo Presente; Museu da Pessoa.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o ensino de história no Brasil enfrenta diversas questões e desafios. Desde o modelo inicial proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX, houve muitas mudanças na forma como a disciplina é pensada para o ensino básico e no sistema educacional, em geral. O modelo de ensino bancário, que tratava a história como um conjunto de fatos e datas a serem memorizados pelos alunos, veio sendo questionado e substituído por abordagens e metodologias como a história-problema, a educação histórica, a didática da história e a crítica marxista no ensino de história, entre outras.

Apesar dos esforços de professores e pesquisadores, ainda existem resquícios desse modelo bancário na forma como a história é ensinada, com uma visão que privilegia a história dos “vencedores” e desconsidera a história dos marginalizados.

---

<sup>33</sup> Mestranda do mestrado profissional em Ensino de História-ProfHistória pela Universidade Federal de Goiás-UFG e bolsista FAPEG.

<sup>34</sup> Mestranda do mestrado profissional em ensino de história — ProfHistória da Universidade Federal de Goiás, professora de filosofia e história da rede de ensino básico do Distrito Federal.

O desafio atual é construir uma disciplina escolar que mostre aos estudantes que eles também são sujeitos históricos, permitindo uma reflexão crítica sobre o passado e o presente através da perspectiva dos diferentes grupos sociais que compõem a nossa sociedade. Para atingir esse objetivo, é preciso reconhecer a importância de incluir a história dos marginalizados, como a história dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das mulheres, dos LGBTQIA+ e outras minorias, na narrativa histórica. Além disso, é fundamental valorizar a história oral e outras fontes não convencionais, que permitem a ampliação das perspectivas e a inclusão de diferentes vozes na construção do conhecimento histórico. Somente assim, será possível construir uma história mais plural, crítica e consciente do mundo em que vivemos.

No programa nacional de mestrado profissional em Ensino de História, o ProfHistória, temos feito esforços para pensar a disciplina de História como um construtor de consciências históricas diversas e reflexivas, em uma perspectiva dialógica e fundamentada não apenas na dimensão reflexiva, mas também nas práticas. Nosso *locus* privilegiado de atuação é o chão da escola, e nosso objetivo é que essa perspectiva alcance não apenas os professores, mas principalmente os estudantes do ensino básico brasileiro. Nesse sentido, esse visa dialogar com três perspectivas importantes para a História na atualidade, para além do nosso campo de ensino de História: a história oral, a história pública e a história do tempo presente, considerando-as como vertentes que potencializam a visibilidade dos diferentes sujeitos históricos.

Optamos por essa abordagem, pois entendemos que elas podem trazer contribuições importantes para o ensino de História. Para demonstrar essa contribuição, utilizaremos como exemplo o projeto para educadores do Museu da Pessoa, que é uma proposta de História Pública construída de forma virtual e colaborativa a partir do registro de histórias de vida. Esse projeto permite que qualquer “pessoa comum” registre seu legado por meio da história oral. Além disso, o projeto promove diversas iniciativas, como o projeto educativo que permite que educadores de todo o país criem núcleos do Museu em suas escolas, promovendo o envolvimento da comunidade escolar em um diálogo muito profícuo com a história do tempo presente.

## **RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A HISTÓRIA PÚBLICA**

A história é construída a partir de diferentes fontes, metodologias e campos de pesquisa. Entre elas, a História Oral desempenha um papel fundamental ao possibilitar o resgate de narrativas individuais e coletivas que muitas vezes são deixadas de lado ou ignoradas pelos registros históricos

convencionais. Através das entrevistas e testemunhos de pessoas que vivenciaram determinado período, a História Oral visa ampliar a compreensão do passado, enriquecer as narrativas históricas e proporcionar uma visão mais inclusiva da história.

No entanto, a história não é apenas uma disciplina que visa compreender o passado. A História do Tempo Presente surge como uma abordagem concentrada no estudo e na interpretação de eventos recentes e contemporâneos. Ela visa analisar as transformações sociais, políticas e culturais que ocorrem no presente, permitindo uma reflexão crítica sobre o presente e suas conexões com o passado.

O estudo da História do Tempo Presente, que durante muito tempo foi objeto de resistências e interdições por professores, entrou na ordem do dia no Brasil com a ampliação do acesso à internet. Não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema da História Pública, com produções focadas em construir diferentes narrativas sobre os mesmos conceitos históricos, se tornando assim um desafio para os historiadores e professores, do ponto de vista ético e político (Delgado; Ferreira, 2013).

A História Pública surge como uma resposta ao desafio de tornar a história mais acessível e relevante para o público. Essa abordagem envolve o engajamento ativo do público no processo de produção histórica, rompendo com a ideia de que a história é um domínio exclusivo dos especialistas. Por meio de exposições, projetos educacionais, mídias digitais e outras formas de comunicação, a História Pública tem em vista democratizar o conhecimento histórico, promover a inclusão de diferentes perspectivas e ampliar o diálogo entre academia e sociedade.

A História do Tempo Presente e a História Pública estão intimamente relacionadas, já que ambas buscam tornar-se a história acessível e relevante para um público mais amplo. A abordagem da História do Tempo Presente em sala de aula permite que os alunos reflitam sobre questões contemporâneas a partir de uma perspectiva histórica. Enquanto a História Pública permite a interação entre o meio escolar e as reflexões elaboradas no meio acadêmico de forma mais ampla, acessível e compreensível por diversas multimídias.

O boom de memórias, o interesse crescente do grande público pelo passado, tem ampliado o espaço dos historiadores nos meios de comunicação e nas publicações para o grande público. Para Lucchesi (2014, p.39) a tecnologia é que permite aproximar a História Oral da História do Tempo Presente, bem como da História Pública.

Ao mesmo tempo, entretanto, coloca o desafio de ter de transpor e adequar seus conhecimentos para se comunicar com um público não especializado, o que, muitas vezes, os leva



à tentação de recorrer a fórmulas simplistas e incompatíveis o saber histórico, no qual, diante de diversas narrativas o testemunho é utilizado como verdades absolutas.

Para Rovai (2018) tanto a História Pública como a História Oral exigem um cuidado ético precioso, sem pretensões de síntese, sem ignorar conflitos e sem banalizar as tensões sociais. Sua prática deve atentar à pluralidade de vivências, à interação com a sociedade civil, com a autoridade compartilhada nas decisões sobre o que se deseja coletivamente que seja conhecido e reconhecido e sobre as disputas entre elas. Trata-se do respeito sem se deixar seduzir pelas grandes histórias, pela tecnologia, pelo mercado, pelo simples entretenimento. (Rovai, 2018)

Para Linda Shopes (2016, p. 71) a História Pública como a História Oral são pérolas de um mesmo colar, no qual, ao mesmo tempo que são divergentes com características únicas, são compatíveis ao ampliar a produção histórica para diferentes públicos. Nesse artigo, colocamos a pérola da História do Tempo Presente no mesmo colar, ao perceber que a História do Tempo Presente é um campo de disputa narrativa pública entre as permanências e rupturas do passado e o presente.

Dito isso, a memória e a identidade desempenham papéis centrais na História Oral, História Pública e História do Tempo Presente. Essas abordagens históricas estão preocupadas em compreender como a memória coletiva e individual moldam a identidade das pessoas e das comunidades ao longo do tempo. Além disso, elas partilham a mesma preocupação com audiência ao estudarem como e por que as sociedades lembram ou esquecem do passado de acordo a certas narrativas em detrimento de outras.

O *site* Museu da Pessoa é um exemplo de iniciativa que trabalha com a memória e pode ser utilizado em sala de aula para debater a interação entre a História Oral, História Pública e História do Tempo Presente através da sua Tecnologia Social de memória. Fundado em 1991 no Brasil, o Museu da Pessoa é um museu virtual que tem como objetivo principal a preservação e a valorização das histórias de vida de pessoas comuns. O *site* funciona como uma plataforma *online* onde as pessoas podem compartilhar suas experiências, memórias e histórias, contribuindo para a construção de um acervo histórico diversificado e multifacetado.

A tecnologia social de memória do Museu da Pessoa reúne práticas, conceitos e princípios para fomentar o registro, a preservação e a disseminação de memória de famílias, grupos, organizações e comunidades. Em 2021, ao completar 30 anos o Museu da Pessoa publicou um relatório de impacto que analisou qualitativamente as mudanças que as pessoas em contato as histórias de vida do museu tiveram em sua forma de pensar ou agir, no qual 97,7% aprimorou sua qualidade de escuta; 98% percebeu sua relevância social e se sentiu motivada a intervir socialmente

contra a intolerância; 98,9% ampliou sua empatia com as pessoas em sua diversidade; 100% aumentou sua compreensão sobre questões sociais que levam à intolerância, como discriminação e desigualdade.<sup>35</sup>

Diante dos resultados apresentados no relatório pode se afirmar que o Museu da Pessoa pode ser utilizado nas aulas de história, como uma ferramenta digital para romper com as margens impostas pela historiografia tradicional. No qual, através da metodologia da História Oral e da mobilização da memória é possível ampliar e apresentar os diversos sujeitos históricos e suas narrativas aos alunos.

Para Lucchesi (2014, p.49):

É necessário frisar que embora esses projetos colaborem para a formação da consciência histórica de quem acessa as narrativas publicadas, é a memória que está em causa nos seus acervos, não o que pode conhecimento histórico ser produzido a partir deles. No entanto, deve-se observar o potencial das coleções e percursos temáticos – que ensejam a construção de sentidos e de narrativas históricas, tomando testemunhos orais como matriz – para se aproximarem mais de trabalhos historiográficos que operam com metodologias da história oral e que já podem usufruir do ambiente colaborativo favorecido pela rede.

Dito isso, é através da mediação do professor que a utilização do Museu da Pessoa na aula de história deve ser realizada com definição de objetivos e metodologias que respeitem o rigor ético e científico do saber historiográfico. Algo que é fundamental tanto na História do Tempo Presente como na História Pública.

## **METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL**

A História Oral é uma disciplina ou campo de estudos que utiliza entrevistas como principal instrumento metodológico de pesquisa. Por meio de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, os pesquisadores buscam recolher informações e relatos sobre eventos passados a partir da perspectiva dos entrevistados. Essa abordagem permite resgatar memórias individuais e coletivas que, muitas vezes, não são encontradas em fontes escritas ou oficiais. Nas palavras de Ronald Grele,

A História Oral é uma abordagem essencial para a investigação histórica, pois dá voz aos protagonistas da história. Ela desafia as narrativas dominantes e permite que as vozes marginalizadas e silenciadas sejam ouvidas, proporcionando uma compreensão mais inclusiva e multidimensional do passado. (Grelle *apud* Magalhães, 2020, p. 564).

---

<sup>35</sup> MUSEU DA PESSOA. **Relatório de Impacto do Museu da Pessoa**. 2021. Disponível em: [https://museudapesoa.org/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-avimpecto-museu-da-pessoa\\_02-05-2021-3.pdf](https://museudapesoa.org/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-avimpecto-museu-da-pessoa_02-05-2021-3.pdf).

As entrevistas de História Oral são realizadas com pessoas que vivenciaram determinado período histórico ou que têm conhecimentos relevantes sobre determinado tema. Os entrevistados podem ser testemunhas oculares de eventos importantes, participantes de movimentos sociais, imigrantes, veteranos de guerra, entre outros. Ao dar ouvidos a diversas vozes e experiências, a História Oral visa incorporar perspectivas subalternas e marginais que são frequentemente negligenciadas nos relatos históricos tradicionais. No entanto, é importante salientar que nem sempre a condição de subalternidade do entrevistado confere à entrevista tons contra-hegemônicos.

## **HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**

A História do Tempo Presente é uma abordagem concentrada no estudo de eventos contemporâneos e recentes. A História do Tempo Presente visa analisar e interpretar os acontecimentos que ocorrem em tempo real em um passado recente. Isso permite uma reflexão crítica sobre as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais em curso, conectando-as com o passado e oferecendo *insights* para compreender o presente. Como salienta o historiador François Hartog,

A História do Tempo Presente busca compreender o passado recente, os eventos e as mudanças que moldaram o mundo em que vivemos hoje. Ela nos desafia a refletir sobre a nossa própria história e a entender as complexidades e os legados das transformações sociais contemporâneas. (Hartog, 2013, p. 103).

Ao estudar o tempo presente, os historiadores enfrentam desafios específicos, como a abundância de informações disponíveis e a rápida evolução dos eventos. Além disso, o historiador do tempo presente precisa lidar com questões éticas e políticas que podem estar mais presentes quando se trata de eventos recentes e controversos. No entanto, a abordagem do tempo presente oferece a oportunidade de explorar e analisar eventos e processos históricos em desenvolvimento, contribuindo para a compreensão dos desafios e dilemas da sociedade contemporânea.

## **HISTÓRIA PÚBLICA E O *SITE* MUSEU DA PESSOA**

A História Pública é uma prática que tem em vista envolver o público no processo de produção histórica. Essa abordagem reconhece que a história não deve ser uma disciplina isolada e restrita aos acadêmicos, mas sim um campo de conhecimento compartilhado por todos. A História Pública visa estabelecer diálogos e parcerias entre acadêmicos, museus, instituições culturais,

educadores e o público em geral, a fim de promover uma compreensão mais abrangente e crítica do passado e também do presente. A historiadora Ana Maria Mauad assim se refere à História Pública,

A História Pública no Brasil tem um papel fundamental na democratização do conhecimento histórico, ao buscar formas de aproximação e diálogo com diferentes públicos, promovendo a valorização das memórias coletivas e a construção de uma história mais plural e inclusiva (Mauad *et. al.*, 2016, p. 9).

O *site* Museu da Pessoa<sup>36</sup> é um exemplo concreto de como a História Pública pode ser colocada em prática. A plataforma online do Museu da Pessoa permite que qualquer pessoa compartilhe suas histórias de vida, tornando-se uma testemunha da história contemporânea. O *site* é dividido em diferentes seções temáticas e possui um acervo rico em relatos pessoais, fotografias, documentos e vídeos.

Entre as iniciativas do museu estão: programação cultural com exposições, cursos, *podcasts*, mostras colaborativas; programa conte sua história que faz o registro, sistematização e divulgação de histórias de vida; publicações (livros e guias de acervo); exposições físicas e virtuais de temas construídos a partir de histórias de vida; centros de memória (preservação da memória de organizações); legado familiar (construção do legado familiar a partir de pesquisa); projetos educativos (formação de professores, educadores, lideranças comunitárias e públicos diversos na tecnologia social da memória); memória de organizações; memória e território (pesquisa e mobilização em territórios utilizando a tecnologia social da memória e multiplicação e redes (formação metodológica para grupos locais para criação de núcleos do Museu da Pessoa).

A criação do Museu surge a partir de uma exposição sobre memória e imigração em 1991 no MIS (Museu da Imagem e do Som) em São Paulo onde foi inaugurado um espaço para que toda e qualquer pessoa pudesse contar sua história. Essa iniciativa, por sua vez, se inspirou no projeto: “Heranças e lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro” ocorrida em 1989 com a gravação de 200 horas de história de vida de judeus imigrantes, que resultou em um livro e exposição no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e na criação de acervo com pastas com a história de cada entrevistado.

Ao longo de sua trajetória o museu também criou práticas educativas propostas no “projeto educativo”<sup>37</sup> que possibilita às pessoas, grupos e instituições a apropriação das metodologias que envolvem a produção, preservação e socialização de histórias de vida. Aqui cabe um importante

---

<sup>36</sup> Confira em: **MUSEU DA PESSOA**. Disponível em: Home - Museu da Pessoa

<sup>37</sup> **MUSEU DA PESSOA. Sobre o Educativo**. Disponível em: <https://museudapessoa.org/educativo/sobre-o-educativo/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

destaque ao uso das histórias de vida como ferramenta educacional. Um exemplo a que damos destaque neste artigo é a exposição virtual “Vidas Femininas”<sup>38</sup> que usa narrativas de histórias de vida de mulheres comuns para possibilitar abordagens transversais para conteúdos de diferentes objetos de conhecimento. Feita a partir de mulheres comuns, a exposição mostra marcas da presença feminina na história do Brasil e gerou uma publicação com instrumental didático que pode auxiliar o professor do ensino básico no seu trabalho em sala de aula a partir das histórias de vida.

Aqui cabe falarmos de um importante aspecto do Museu da Pessoa que é o trabalho com as histórias de vida, elemento e abordagem do conhecimento muito mencionada no site do Museu. Segundo Kramer,

A história de vida é uma abordagem que busca compreender a experiência humana a partir das narrativas individuais. Ela nos permite reconstruir trajetórias pessoais, dar voz aos sujeitos e analisar as relações entre as dimensões pessoais, sociais e históricas que moldam a vida das pessoas (Kramer, 1999, p. 55).

Essa definição nos permite pensar importantes aproximações entre a História Oral e a história de vida. A história de vida não necessariamente usa a metodologia empregada na História Oral, no entanto, acreditamos que toda História Oral é também história de vida, justamente pela dimensão histórica que ambas as abordagens encerram.

A história de vida, como campo de pesquisa, emergiu como uma resposta à necessidade de compreender a singularidade das experiências humanas. Ao contrário de abordagens que se concentram em eventos históricos macroestruturais, a história de vida concentra-se na vida individual e nas narrativas pessoais como uma maneira de acessar a compreensão mais profunda da existência humana. Essa abordagem é particularmente útil para examinar as complexas interações entre o indivíduo e a sociedade, considerados fatores como classe social, gênero, etnia e contexto histórico.

Essa abordagem tem raízes profundas em várias disciplinas, como a antropologia, a sociologia e a psicologia. Na antropologia, a pesquisa etnográfica começou a valorizar as narrativas pessoais como uma forma de compreender as culturas estudadas. A sociologia, por sua vez, passou a adotar a história de vida como uma maneira de examinar as desigualdades sociais e as experiências de grupos marginalizados. Na psicologia, a história de vida foi adotada como uma abordagem terapêutica, permitindo que os indivíduos explorassem suas próprias trajetórias e desenvolvessem uma compreensão mais profunda de si.

---

<sup>38</sup> MUSEU DA PESSOA. **Vidas Femininas**. Disponível em: <https://museudapessoa.org/exposicoes/vidas-femininas/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Existem várias abordagens na pesquisa de história de vida, cada uma com suas ênfases e métodos particulares. A história de vida é um campo interdisciplinar por natureza, aproveitando conceitos e métodos de diversas disciplinas para analisar as trajetórias de vida. Por exemplo, a sociologia fornece uma compreensão do contexto social e das estruturas de poder, enquanto a psicologia contribui para a compreensão dos processos individuais e das dinâmicas emocionais. A antropologia, por sua vez, traz uma perspectiva cultural e histórica para a análise de narrativas pessoais.

Na disciplina de história, a história de vida pode contribuir como elemento importante para o desenvolvimento da aprendizagem histórica de estudantes e público no geral, visto que, enseja a percepção de que a história não é só realizada por grandes personalidades políticas e mostra a historicidade e agência de todos os sujeitos. Essa interdisciplinaridade enriquece a pesquisa em história de vida, permitindo uma visão mais abrangente da complexidade humana.

A pesquisa em história de vida revela as histórias individuais e coletivas que, muitas vezes, são negligenciadas pelas abordagens históricas tradicionais. Essa abordagem interdisciplinar tem contribuído significativamente para o nosso entendimento da experiência humana, fornecendo *insights* valiosos sobre como as pessoas constroem suas identidades, enfrentam desafios e moldam suas vidas em diferentes contextos.

Um exemplo que podemos utilizar para demonstrar a importância das narrativas de histórias de vida é o da entrevista, presente na exposição virtual supracitada ‘Vidas Femininas’, onde analisamos o depoimento de Roseni L.<sup>39</sup> intitulado “mulher não precisa estudar”. Roseni é uma mulher carioca nascida na periferia do Rio de Janeiro em fins dos anos de 1950 e nos conta como seu avô, responsável por sua criação à época de sua infância, acreditava que o estudo era desnecessário para as mulheres.

Ao longo da narrativa de Roseni é possível perceber as questões sociais e de gênero envolvidas na sociedade carioca e, por extensão, na sociedade brasileira da época. Essa narrativa permite ao professor, que queira trabalhar esse contexto em sala de aula no ensino básico, promover debates acerca de diversas questões sobre a história do Brasil. Ademais, a exposição tem várias entrevistas de mulheres ditas comuns, mas com depoimentos que permitem escamotear vários aspectos da questão social brasileira.

---

<sup>39</sup> A entrevista pode ser acessada através do site do Museu da Pessoa no seguinte link: <https://museudapessoa.org/para-educadores/vidas-femininas-edicao-para-professores/>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

Além das entrevistas presentes na exposição virtual, o Museu produziu um material paradidático<sup>40</sup> dando aos professores diversos roteiros de análise e proposição de atividades para a sala de aula. Na introdução do material, é possível ler,

Professora e professor, os roteiros seguintes permitirão explorar as histórias da exposição com suas turmas, sejam as de ensino fundamental 2 ou de ensino médio. Visitando a exposição virtual, vocês poderão refletir junto com as/os estudantes sobre as questões apresentadas nos relatos, que estão categorizadas na exposição em “sentimentos”, “temas” e “roda do tempo”. Leiam juntos/as e debatam as histórias de mulheres reais, como Ana Fontes, Luakam Anambé, Xica da Silva, Alice Freitas, Dilma Campos, Gabriela Augusto, Rafaela Otaviano, Beatriz Virgínia, Lenice Viegas e tantas outras que construíram o seu desenvolvimento pessoal, profissional e da sua comunidade. Vejam que há também no site da exposição um material para ampliação dos estudos, organizado em forma de linha do tempo, com marcos da presença feminina na história do Brasil (Museu da Pessoa, 2023, p. 3).

Ao compartilhar suas histórias no Museu da Pessoa, os participantes têm a oportunidade de serem ouvidos e valorizados, contribuindo para a diversidade e multiplicidade de narrativas históricas. Além disso, o site promove o diálogo entre gerações, culturas e diferentes grupos sociais. Favorecendo a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e plural e pode ser um importante instrumento para o trabalho com História Oral, História Pública e histórias de vida no ensino básico, estimulando os estudantes a se verem enquanto sujeitos da e na história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Oral, a História do Tempo Presente, a História Pública e o *site* Museu da Pessoa são abordagens e recursos importantes para a construção de narrativas históricas mais amplas, inclusivas e dinâmicas. Através da História Oral, é possível resgatar memórias individuais e coletivas essenciais para entendermos o passado. A História do Tempo Presente nos desafia a refletir criticamente sobre os eventos contemporâneos e suas conexões com o passado.

Já a História Pública e o Museu da Pessoa promovem o engajamento do público na produção e no compartilhamento de histórias, democratizando o acesso ao conhecimento histórico e ampliando a dimensão colaborativa na história. O Museu da Pessoa exemplifica como essas abordagens podem ser implementadas em uma plataforma digital, oferecendo um espaço de compartilhamento e diálogo que amplia a participação e a diversidade na construção do

---

<sup>40</sup> MUSEU DA PESSOA. **Vidas femininas**: edição para professores. São Paulo: Museu da Pessoa, 2023. Disponível em: <https://museudapessoa.org/para-educadores/vidas-femininas-edicao-para-professores/>. Acesso em: 25 maio 2023.

conhecimento histórico e esses elementos são fundamentais para desenvolver a aprendizagem histórica reflexiva de estudantes do ensino básico.

Enquanto o ensino de história tradicionalmente se concentra na transmissão de fatos e eventos históricos, a abordagem da história de vida visa trazer uma perspectiva mais pessoal e humanizada para o ensino de história. Quando aplicada ao ensino de história, a história de vida oferece uma abordagem mais inclusiva e engajadora, permitindo que os estudantes compreendam melhor o impacto dos eventos históricos nas vidas das pessoas comuns. Ela pode promover uma conexão entre os alunos e os assuntos históricos, tornando-os mais envolvidos e interessados na aprendizagem.

Por seu turno, ao incorporarem a história de vida no ensino de história, os professores podem usar uma variedade de recursos, como entrevistas com pessoas, leitura de memórias, análise de diários e cartas, além de materiais multimídia, como fotografias e vídeos. Esses recursos ajudam a trazer a história para a sala de aula de uma forma mais tangível e significativa.

Ao explorar as histórias de vida, os alunos podem desenvolver habilidades de pesquisa, análise crítica e empatia. Eles podem aprender a considerar diferentes perspectivas e a compreender que a história é moldada por uma multiplicidade de experiências individuais. Além disso, a história de vida permite que os estudantes percebam a continuidade e a mudança ao longo do tempo, bem como a complexidade das interações sociais e culturais.

A relação entre história de vida e ensino de história também tem o potencial de promover a valorização da diversidade e a inclusão de diferentes vozes históricas. Ao explorar as histórias de pessoas de diferentes origens étnicas, sociais, culturais e econômicas, os estudantes podem ampliar sua compreensão da história global e reconhecer as contribuições de grupos que podem ter sido marginalizados ou negligenciados nos currículos tradicionais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, v.2, n.4, p.19-34,2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. São Paulo: Autêntica, 2013.

KRAMER, Sônia. **Histórias de vida: teoria e prática**. São Bernardo do Campo: Celta, 1999.

LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 39-69, 2014.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Entrevista com Ronald Grele: considerações sobre História Oral. **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, Vol. 21, p. 559- 573, 2020.

MAUAD, Ana Maria *et al* (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia social da memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias**. [S.l.]: ABravídeo; Fundação Banco do Brasil, 2009. Disponível em: <https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/Livro-Tecnologia-Social-da-Memoria.pdf>.

MUSEU DA PESSOA. **Vidas femininas: edição para professores**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2023. Disponível em: <https://museudapessoa.org/para-educadores/vidas-femininas-edicao-para-professores/>. Acesso em: 25 maio 2023.

MUSEU DA PESSOA. **Relatório de Impacto do Museu da Pessoa**. 2021. Disponível em: [https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-avimpecto-museu-dapessoa\\_02-05-2021-3.pdf](https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-avimpecto-museu-dapessoa_02-05-2021-3.pdf).

ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, p. 71-84, 2016.

# GRILAGEM, TORTURAS E OUTRAS MAZELAS SOCIAIS NARRATIVAS DO ROMANCE DE BERNARDO ÉLIS

GINEGLEYSON AMORIM DA COSTA<sup>41</sup>

Uma análise da Literatura Engajada em Bernardo Élis, particularmente sua novela, escrita nos fins da década de 1940, *A terra e as carabinas*. Ela foi publicada em forma de folheto, periodicamente, no Jornal Estado de Goiás. Observamos que essa literatura foi feita para um objetivo específico, visto que o autor estava ativo no Partido Comunista Brasileiro (PCB), refletindo seus ideais e denúncia social na referida obra. O estudo apoia-se teoricamente na História Cultural, o que possibilita utilizar a literatura como fonte histórica de pesquisa. Demonstraremos como as narrativas dos personagens refletem uma representação daquela sociedade brasileira, também transcorreremos como o historiador pode usar a literatura como documento. Exporemos de forma sucinta como essa obra de Bernardo Élis relata a práticas da grilagens, torturas e outras mazelas sociais no início dos anos 50, faremos uma intersecção possível entre a literatura enquanto “ficção” e seu poder de simbolização da realidade histórica relatando várias mazelas sociais, faremos uma revisão da literatura a partir do referencial teórico do materialismo histórico dialético, tomando como principais autores: Almeida (1970), Barreto (2010), Burke (2005), Cavalcante (1999), Denis (2002), Dowbor (1985), Élis (1965, 1987), Figueiredo (2004), Galdino (1986), Hobsbawn (1998), Maia (2008), Martins (1999), Palmar (2012), Pesavento (2005), Sampaio (2003).

**Palavras-chave:** Bernardo Élis; Grilagem; Literatura; História; Mazelas sociais.

Nesta obra literária, *A terra e as carabinas*, o autor opta por narrar e não somente descrever, participar e não apenas observar. Esse romance elaborado em aspecto de novela, com suas cenas muito bem definidas, possui dezesseis capítulos. Foi publicado nos folhetins de “O Estado de Goiás” e “Goiânia” entre 1951-1953 (Almeida, 1970, p.224). Depois, reeditado em *Obra Reunida de Élis* em 1987 – Coleção Alma de Goiás e novamente em 2005 pela editora R&F patrocinadora ACBEPC.<sup>42</sup>

Para entender melhor os processos históricos, o historiador precisa ser como um médico analisando os sintomas de uma doença, semelhante ao detetive, observando as pegadas ou marcas

---

<sup>41</sup> Doutorando em Educação pelo PPGE – PUC Goiás, mestre em história pela PUC – Goiás (2013), especialista em formação de professores história cultural (2010) e docência universitária (2007), graduado em Pedagogia (2014) e História (2007). Tem experiência na área de Educação, Pesquisas em: Educação, Sociedade e Cultura. Membro do grupo de pesquisa: Juventude e Educação (PPGE-PUC-GO).

<sup>42</sup> Associação Cultural Bernardo Élis dos Povos do Cerrado, antiga casa de Bernardo Élis, transformada em museu em homenagem ao escritor, localizada no Jardim América, rua: C-237 Qd.540 n°189, está responsável por cuidar, manter e disponibilizar ao público o que restou em Goiás de seu acervo pessoal, bem como troféus e prêmios que conquistou ao longo de sua vida literária, em 2020 essa associação tornou-se o *Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado* (ICEBE).

deixadas, como crítico de arte, o historiador não se atém apenas ao primeiro plano ou a aparência de um conjunto que se dá a ver, segundo uma primeira impressão; busca o segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto (Pesavento, 2005 p.64).

O contexto histórico e social da obra remete às décadas de 1940-1950, em que o cenário político-social brasileiro passava por muitas transformações, principalmente no Brasil Central, onde prevalecia o poder dos coronéis, a região era abandonada pelo governo prevalecente e isolada dos grandes centros urbanos.

Os personagens estão inseridos em um local longe da civilização, dos acontecimentos do mundo cosmopolita, no ermo onde estão retraídos, sozinhos, configurando um povo sofrido e esquecido. O autor suscitou como ponto principal as relações sociais de produção no campo, no estado de Goiás, tendo como protagonista em sua obra: Totinha, camponês, explorado por aquele que detinha o poder, o coronel Jeromão, analizaremos o romance de Bernardo Élis no vies da história cultural, observando os resquícios de fontes da sua época, conforme o historiador Peter Burke: A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo. (Burke, 2005, p.32).

## **NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO ESCRAVO E HOSPITAIS PRECÁRIOS**

Compreendemos que a noção de literatura engajada, assim como a de engajamento é, com efeito, suscetível de duas acepções que, no uso, raramente são distinguidas: a primeira tende a considerar a literatura como fenômeno historicamente situado essa obra de Bernardo Élis entra nesta concepção conforme:

Jean-Paul Sartre e à emergência, no imediato pós-guerra, de uma literatura passionalmente ocupada com questões políticas e sociais e desejosa de participar da edificação do mundo novo anunciado, desde 1917, pela Revolução russa, a segunda acepção propõe do engajamento uma leitura mais ampla e flexível e acolhe sob a sua bandeira uma série de escritores, desde Voltaire e Hugo a Zola, Péguy, Malraux ou Camus, preocuparam-se os defensores de valores universais, tais como a justiça e a liberdade, e, por causa disso, correram frequentemente o risco de se oporem pela escritura aos poderes constituídos (Denis, 2002, p. 17).

O personagem principal desse enredo chama-se Totinha. Ele é negro, analfabeto, lavrador, casado com Bila e mesmo tendo filhos, morava no paiol com a família na Fazenda Retiro de Jeromão. Chamavam-no de camarada, andava descalço no curral, e esse regime de camaradagem representava a produção nas terras de um proprietário em troca de uma parcela da produção total.

Nessa relação de trabalho, o camarada, fica impedido de sair do trabalho e abandonar a fazenda, pois já devia dinheiro ao patrão, que trata de endividar o camarada lentamente, passando a utilizar o trabalhador sem que tenha que pagar pelo seu trabalho. Acabava tornando-se um escravo devido à dívida que não conseguia pagar:

Devido a essa labuta, no Retiro quase não parava camaradas, empreiteiro, arrendatário ou trabalhador em geral. Permanecia ali um Damas, um Cassimiro, um Pertença e um Totinha por que não podia mesmo sair. Totinha, por exemplo, devia a Jeromoão duzentos mil réis. Não conseguia pagar nunca essa quantia que agora já subia a quase trezentos com os juros e adiantamentos. Fazia dois anos que estava ali sem ver um níquel sequer, só trabalhando para pagar os gastos, e cada vez a conta subindo. Bem que tentou fugir, certa vez. Mas Jeromoão deu parte à polícia, dois soldados o trouxeram de volta para o Retiro, como um negro fujão (Élis, 1987 v. II, p.5).

Essa prática foi comum em Goiás e no Brasil, nos lugares onde os trabalhadores prestavam serviços no campo. O censo agrícola do IBGE de 1940 demonstra o grau de dependência da população em relação aos grandes donos de terra:

[...] 66,95% da população ativa ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura pertencente às categorias dos empregados e parceiros (não proprietários); somando-se os pequenos proprietários (até 50 ha), cuja situação em muitos lugares é de todo precário, aquela percentagem sobe a 90,12%.[...] não será difícil, diante de dados tão impressionantes e referentes à população ativa, avaliar a situação de dependência da gente que trabalha no campo, já que, em termos de generalização, pouca diferença existe entre a miséria do proletário rural e a do parceiro e do pequeno proprietário. Não há, pois, que estranhar os votos de cabresto (Figueiredo, 2004, p.195).

Um personagem que passa pela conscientização, como Totinha, e reflete junto com o protagonista sobre aquela situação é sua esposa Bila. Quando ela morava na fazenda, “não tomava banho, cabelos cheios de piolhos, os filhos viviam em situação miserável, reclamava que aquela situação era “mais pio que o inferno”. Totinha a enganava dizendo: “Aminhã, Aminhã!, sempre a ludibriava”(ÉLIS, 1987 v. II, p.8). Todas essas condições eram evidentes reais nas décadas de 40-50, principalmente nos municípios interioranos. Conforme relato de Figueiredo:

Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os colonos ou parceiros e mesmo pequenos sítiantes estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios frequentemente trabalham sob salário. Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. **Completamente analfabeto**, ou quase, **sem assistência médica**, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita, a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, **tem o patrão na conta de benfeitor** (Figueiredo, 2004, p. 194). Grifo nosso.

Agora chegamos ao dono da Fazenda Retiro: “Jeromoão, era forte, disposto, usava chapéu na cabeça, roupa grossa de algodão, precata de couro cru, facão a cinta, tendo sete filhos, acordava

de madrugada e forçava todos a trabalhar” (Élis, 1987 v. II, p.4-5). Isso ocorria no curral e no engenho, explorando todos desde os filhos e principalmente os arrendatários, podendo com certeza ser considerado um “coronel”.

Menciona o romance apenas alguns nomes dos filhos de Jeromoão: “Bento cuidava do engenho na parte da fabricação do melado, para produção da rapadura, Rute grandalhona, fala grossa, organizava os bois para moer a cana-de-açúcar no engenho” (Élis, 1987 v. II, p.7-9). Os bois usados no engenho possuíam nomes: “Chitado e Cheiroso, eram mal tratados e recebiam ferroadas para trabalharem mais rápido” (Élis, 1987 v. II, p.10).

Nesse momento, o autor esclarece como estava a condição econômica do Estado de Goiás nas primeiras décadas do século XX, confirmando os historiadores:

As três primeiras décadas do século XX não modificaram substancialmente a situação a que Goiás regredira em consequência da decadência da mineração no fim do século XVIII. Continuava sendo um **estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural**, com uma **economia de subsistência** (Palacín; Augusta, 1994, p. 89). Grifo nosso.

A economia assentava-se, basicamente, na pecuária – qualitativamente inferior – com **métodos bastante primitivos**. A **agricultura** se desenvolveu apenas até o **nível de subsistência**, não apresentando participação na receita do estado (Cavalcante, 1999, p. 82). Grifo nosso.

Totinha estava “cansado devido ao excesso de trabalho (no engenho e curral), os bois aceleraram e ele não conseguiu acompanhar seu ritmo sua mão é triturada até os punhos no engenho” (Élis, 1987 v. II, p.11).

Os lavradores eram muito explorados conforme sua fala: “Trabalhamos desde que a estrela desaparece do céu, até que ele surja de novo no céu. E não temos comida, não temos casa, não temos saúde, nem aprendemos a ler!” (Élis, 1987 v. II, p.57). A historiadora Janaina Amado, em suas pesquisas, mostrou que essa era a condição de muitos lavradores:

Se o lavrador não tem a terra, minha amiga, pode esperar: ele vai viver a vida inteira [...] naquela pobreza, a vida inteira [...] sofrendo. Quem não tem terra, é como quem não tem mãe: fica jogado no mundo. Nós não conseguia livrar dos patrão, dos fazendeiro, da miséria [...] (Amado, s/d, p. 14,22-23).

Visto que Dr. Macioso intimou a Jeromão, este cortou imediatamente os gastos com Totinha e na Casa de Saúde o médico recusa fazer seu tratamento. O que se visa no sistema capitalista é o dinheiro, que descriminaliza cruelmente as pessoas, o que fica claro em sua declaração:

Você tem dinheiro para custear a continuação do tratamento? Totinha: Quer dizer que o dinheiro assim limpo, doutor, eu não tenho. Mas o doutor Macioso, isto é, o doutor Agostinho vai cobrar de Jeromoão dez contos de réis pelo desastre e

[...] O médico interrompeu: Não serve não. Não serve. Eu trabalho é para ganhar dinheiro [...] Virou as costas, a enfermeira chamou o novo cliente (Élis, 1987 v. II, p.22).

Observamos neste momento como é malévolos o sistema capitalista, onde as pessoas são tratadas como mercadorias, o mais importante é o ter e não o ser, as pessoas são valorizadas por sua condição social e não por seu caráter. O escritor faz uma dura crítica ao sistema capitalista, no qual, conforme o economista Dowbor: “O modo de produção capitalista caracteriza-se justamente pela profunda injustiça na repartição dos sacrifícios de criação do capital, e dos benefícios da sua aplicação” (Dowbor, 1985, p. 90).

Outra surpresa teve o protagonista quando retornou a casa do seu parente: Damas trouxera sua esposa Bila e os filhos. Foram expulsos por Jeromão. Veva ficara horrorizada, toleraria até o outro dia. Então Damas e Totinha procuram o Dr. Macioso para ajudá-los com algum dinheiro. Novamente ele os engana, escrevendo algo em um papel, colocando no envelope e entregando a Totinha.

A situação aproxima-se do modo como, conforme Figueiredo, as Santas Casas de Misericórdia funcionavam. Ali os excluídos recorriam para tratamento de saúde, mas eram maltratados nesses estabelecimentos, chegavam em péssimo estado de saúde. Isso ocorreu no início do século XX década de 1950 e continua no século XXI, foi relatado:

Com exceção de um reduzidíssimo número de técnicos o restante era constituído de carvoeiros, alimentadores de fornalhas, fazendo serviços quase suicidas pelas bronquites, pneumonias, reumatismos, que iam contraindo [...] **quando chegavam eram para formar filas nas clínicas gratuitas da Santa Casa de Misericórdia, como indigentes.** Todos, ou quase todos, **analfabetos, supersticiosos, tímidos, humilhados por palavrões e insultos depreciativos.** Ignorância total (Figueiredo, 2004 p.355-356 - grifos nosso).

O texto acima reafirma a situação dos pobres nas cidades, onde viviam quase como escravos, totalmente explorados. Muitos passavam fome. A família de Manezinho estava nessa situação, também não conseguiam tratamento na Santa Casa, e não eram tratados com dignidade.

Por não conseguir ajuda financeira do Dr. Macioso, o protagonista fez acordo com Damas para vender sua égua (o meio de transporte utilizado por eles). Combina de pagá-lo assim que recebesse indenização. Vendem e dividem o dinheiro. Totinha comprou latas velhas, panelas de barro, sacos de cimento vazios e paus, para fazer um puxado na casa de Manezinho para abrigar a família.

Após procurar emprego por muito tempo, conseguiu alguns remédios de um funcionário

da Santa Casa para vender, e quando não vendia procurava emprego. Não conseguia devido à burocracia, e a sua atual condição de deficiente. Toda a família passava fome, viviam em condições sub-humanas.

Sempre procurava Dr. Macioso, que o enganava com sua conversa macia, o ludibriava, e nunca ajudava:

Como rotineiramente colocava um cigarro em sua boca, falando muitas mentiras, por fim o incentivava a pedir esmolas, Totinha ficou chateado no momento, mas com tanta argumentação do Dr. Macioso, faria, mas no último caso (Élis, 1987 v. II, p.27-28).

## NARRATIVAS DE GRILGENS JUDICIALIZADAS E TÉCNICAS DE TORTURAS

Observamos claramente em seus escritos de Bernardo Élis um engajamento que significa voltar a se interrogar sobre o alcance intelectual, social ou político de uma obra, sem algo mais preciso, em outros termos a problemática do engajamento surge “a partir de um sentimento de falta ou de dificuldade: a literatura, tal como a modernidade a concebe, não é naturalmente “ramificação” sobre o político (ela não é a priori um discurso político) e não é certo que a separe assim do universo social” (Denis, 2002 p.12).

Então neste momento o autor relata por meio de Totinha que os roceiros desconfiavam da “justiça, pois Juízes, Promotores, e até as pessoas que faziam as leis eram da confiança dos ricos, e estavam pagos para defender os ricos e oprimir os pobres. Por isso, eles não obteriam justiça” (Élis, 1987 v. II, p.44). O interessante que alguns historiadores como José de Souza Martins, analisando os conflitos no Brasil pela posse da terra fez o seguinte comentário sobre Goiás, particularmente sobre a região norte do estado e Amazônia Legal:

Em Trombas, se **os grileiros**, e entre eles também **autoridades, inclusive membros do judiciário, atuavam no terreno da ilegalidade**, também os posseiros estavam privados de instrumentos legais de propriedade. Portanto, sua luta não se desdobrava no interior das instituições, da lei e da ordem. Eles pleiteavam, implicitamente, uma ampliação da concepção de direito à terra, de modo que seus direitos fossem reconhecidos (Martins, 1999, p. 65). Grifo nosso.

A grilagem de terra na Amazônia Legal não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma “ação nefasta de maus brasileiros”, mas faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política. Grilagem é problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, ela é planejada e estimulada. (Asselin, 2009, p. 18).

Percebemos que os “roceiros eram perseguidos pelos fazendeiros, onde tomavam a safra inteira para pagamento de uma dívida de mentira, deixando o trabalhador na miséria, outro

colocava seus bois de carro dentro do seu canavial” (Élis, 1987 v. II, p.44). Migraram muitas famílias para o Norte de Goiás, com o passar do tempo, houve uma disputa pelas terras que foram ocupadas por lavradores, devido à valorização, provocada pela construção da BR- 14, conhecida como Belém – Brasília. Queriam tomar a terra deles de forma ilícita.

Sobre a região no norte de Goiás, hoje os municípios de Trombas e Formoso, naquele momento dois povoados do município de Amaro Leite, o historiador Maia explica como chegaram os lavradores aquela região:

Esta propaganda, realizada através do rádio, atraiu para região toda sorte de camponeses, esperando conseguir um sonhado pedaço de terra, livre da intermediação dos latifundiários e com todas as condições de produção. Ao chegarem à região, os camponeses se defrontaram com uma realidade completamente diferenciada, na qual as oportunidades de acesso à terra eram bastante restritas. Neste momento, alguns foram orientados a se dirigirem para o Norte do Estado, onde havia a possibilidade da posse de terras devolutas. No movimento do deslocamento, encontraram uma grande quantidade de terras livres, que já contavam com a ocupação de alguns posseiros. A chegada deste novo grupo provocou uma movimentação populacional e uma valorização das terras (Maia, 2008, p.11).

Essa situação piorava para os lavradores, pois do lado dos fazendeiros, estava o poder público, como o judiciário e a polícia, e um aparato de advogados peritos na grilagem de terras. Totinha continua “O jornal noticiou que o doutor Agostinho dos Anjos, vulgo Macioso, estava perseguindo pequenos proprietários de sítios vizinhos da fazenda N. S. Perpétuo Socorro, afim de obrigá-los a deixar as terras que ocupavam” (Élis, 1987 v. II, p.44,45), compreendemos então:

“Dono é quem desmata”, disse um dos denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) na operação Castanheira, frase emblemática da situação que perdura na Amazônia desde as políticas da ditadura, tão bem descrita nesta obra de Mauricio Torres, Juan Doblaz e Daniela Fernandes Alarcon. Situação em que o Estado aplica políticas públicas equivocadas e estimula, a partir de uma visão triunfalista e violenta de desenvolvimento, a formação de grupos criminosos, a pretexto de colonizar a Amazônia. Ato contínuo, alegando combater os crimes que estimulou, o mesmo Estado legitima e regulariza as pretensões dos grupos criminosos, por isso mesmo, a cada ciclo mais poderosos econômica e politicamente (Torres, 2017, p. 226).

Agora neste episódio o escritor e advogado Élis, conhecedor das leis, mostra a verdadeira face do Dr. Macioso. “Grileiro”<sup>43</sup>, embora não menciona o termo grilagem dentro

---

<sup>43</sup> A novela Pantanal escrita por Benedito Ruy Barbosa e exibida na Rede Manchete em 1990, depois com um remake da telenovela em 2022, também aborda essa questão da grilagem com personagem de nome: Tenório que é o vilão, personagem interpretado por Murilo Benício, os escritores da novela, abordaram essas questões, embora romantizam as narrativas de seus personagens, não mostrando realmente as grandes questões da grilagem em terras devolutas no Brasil.



do livro, fica evidente na forma em que a personagem expulsa os pequenos proprietários, querendo aumentar sua propriedade. Em duas apresentações de futuro lançamento do livro *A terra e as carabinas*, que não ocorreu, houve os comentários:

Também a luta heroica dos posseiros, acudados pela **ganância dos grileiros** que a rápida valorização das terras do planalto de repente sobressalta e aguça, impondo ao autor o tema e ambiente em que sua imaginação parece comprazer-se, resulta nesse meio tempo em tumultuosa novela que em título: *A Terra e as Carabinas*, se esboça e começa a circular, em capítulos soltos, num semanário político da província (ÉLIS, 1965 p.1). O público teve-o em capítulos, no rodapé do jornal: *O Estado de Goiás, logo, refundido, será lançado pela Editora Olympio*. Seu conteúdo é vazado na luta heróica dos posseiros antigos, que a **ganância dos grileiros** pôs em recuo desoladamente, abandonavam o que lhes pertencia em fuga forçada e dolorosa. E a marca do suor e do sacrifício, através dos quais conseguiram o que lhes pertencia por direito, vai colorindo de amargura o roteiro dessa outra obra que traz, também, como as outras, a marca do sucesso (Almeida, 1970 p. 46-47). Grifo nosso.

Élis não conseguiu publicar sua obra em forma de livro naquele momento, apenas em 1987, em obra reunida. Mal sabia ele que o “grileiro”, que explorou aquela região do norte de Goiás, seria considerado o maior grileiro da história do Brasil recente. Poucos sabem quem foi o personagem goiano responsável por uma das maiores redes de grilagem de terras devolutas no Brasil. Ele nasceu em Ipameri, foi registrado como João Inácio. Descreve Sampaio:

Paralelamente à função de serventuário desse cartório, passou a exercer outra atividade muito mais lucrativa: a de grileiro. De início grilou terras em Porangatu e depois aumentou seu raio de ação, atuando em todo o país. Com o húngaro naturalizado brasileiro Arpad Szuecs, o americano Stanley Amos Seling e Sebastião Peixoto da Silveira, compôs uma sociedade para grilagem de terras, especialmente no norte de Goiás. Prosperou rápido o negócio e passou a contar com a colaboração de profissionais: agrimensores, para alterar limite de terras, o engenheiro Getúlio de Siqueira, que fabricava mapas, e advogados, para orientação nas falcatruas. Depois de griladas, eram as terras divididas em lotes de 500 a 200 acres, que eram então vendidos até nos Estados Unidos. (22.345 hectares ou 8.938 hectares). —De grileiro provinciano, João Inácio deu um enorme salto, passando a ocupar as páginas dos jornais, mesmo de outros países (Jornal Folha de São Paulo, 28/01/1968) (Sampaio, 2003 p.58-59).

Esse acontecimento foi tão grave que se instaurou uma CPI<sup>10</sup>, para apurar o que estava ocorrendo:

A atuação sempre crescente do grupo acabou por repercutir na Câmara dos Deputados, onde se instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar as denúncias. Com o andamento das investigações, constatou-se que a venda de terras brasileiras para estrangeiros correspondia a um quinto do território nacional, com aproximadamente de 160 bilhões de metros quadrados. Descobriu-se também que - O pico da Neblina – quase foi negociado e chegou a ser objeto de apropriação pelo grileiro João Inácio [...] Constatou-se também que os maiores proprietários estrangeiros de terras no Brasil são: Lancashire inc com 978 mil hectares; Daniel Jerris com 427 mil hectares; James Pryan 232 mil

hectares; Pert Cornelius com 205 mil hectares e Toishiro Miamoto com aproximadamente 139 mil hectares [...] Na verdade, em todas essas negociações figuravam os nomes de Inácio, Stanley Amos Selling e de Arpad Suecs (Jornal Folha de São Paulo, 28/01/1968) (Sampaio, 2003 p.59-62).

A grilagem, conforme, essas fontes tornou-se um problema internacional. Os grandes trustes e cartéis procuram outras fontes de recursos nos países subdesenvolvidos para explorarem cada vez mais, isso ocorreu e continua acontecendo em todo o mundo, principalmente no continente africano. Voltando ao episódio em que Totinha está na cidade, morando com a família de Carijó e trabalhando no jornal comunista (mantido pelo PCB) o narrador continua:

Damas e o vendeiro procuram Totinha para receber a dívida, não tendo dinheiro passa uma declaração para receber do Dr. Macioso, até receber a indenização, vão a Dr. Macioso ele os engana e afirma que Totinha não possuía nenhum direito pois de propósito colocou braço em engenho para receber indenização, se quisessem poderiam deixar declaração tentaria receber dele, pede para registrarem queixa na polícia [...] sendo preso o protagonista em sua casa pela polícia e levado a delegacia passando por severas torturas psicológicas e físicas: pescoções pontapés, quando Damas o encontra não concorda com a ação da polícia de o torturarem, o capitão pede ao soldado para tirar Damas imediatamente da cidade, enquanto Totinha continua no xadrez, levam ele para interrogatório, o capitão Siqueira queria força-lo a assinar papel incriminando Carijó de criminoso perigoso, que a oficina do jornal era um depósito de armas e munições e que Carijó, Jacinta, Belisário e Benedita planejavam matar as autoridades para saquear as casas comerciais, negou a assinar **falsas acusações**, dez soldados armados apoiavam a tortura (Élis, 1987 v. II, p.78-80).

Lembremos que no período da escrita dessa obra os brasileiros estavam sob o governo do presidente General Eurico Gaspar Dutra que foi uma extensão do governo de Getúlio Vargas na questão política e administrativa. Ocorreram “prisões arbitrárias, torturas, banimentos e abusos de poder dos escalões subordinados. A pressão policial foi total, a liberdade de pensamento e de reunião foi abolida e as lideranças populares mais expressivas acabaram eliminadas” (Galdino, 1986 p. 02). Um dos que foi “severamente perseguido durante esse período, sendo deputado do PCB e depois cassado em 1947 [...], preso por um ano e meio por falsas acusações, Gregório Bezerra, torturado também após o golpe de 1964” (Calado, 2006 p. 72-74), o autor continua narrando a tortura por que passava Totinha:

Após negar assinar o levam para cela usam outras formas de tortura: deixam com fome, **usam palmatória**, algemam pés e mãos, vendam os olhos, tampão na boca, o espancam tanto que perde a consciência, depois o colocam no carro com os olhos vendados, com o carro em movimento saem da cidade, começam seus torturadores a conversar a forma que o mataria, falam de um **ciganinho que o mataram com mais de 20 tiros**, Totinha conheceu um camarada cujo corpo havia sido queimado com ponta de cigarro, tentou fugir mas lhes dão

vários pontapés. Vinha-lhe à lembrança as passagens da vida de Luiz Carlos Prestes, de Júlio Fuchik, de **Olga Benário Prestes**, trechos que ouvira ler em várias reuniões. Somos milhões no Brasil, no mundo. O espancam novamente tiram do carro e o prende em poste com vendas nos olhos, ameaçam que se voltasse a cidade morreria, consegue se libertar, fazia dias que não se alimentava, que não dormia em cama, que não tomava banho, encontrou um rego de água, lava o rosto e entra em uma fazenda (Élis, 1987 V.II, p.77 – 81). Grifo nosso.

A sobrevivente dessas perseguições narrou à história de seus pais Luiz Carlos Prestes e Olga Benário durante o período do Estado Novo governo de Getúlio Vargas, em seu livro “A Era dos Extremos”, o historiador Eric Hobsbawm comentou sobre Olga Benário e Luís Carlos Prestes:

Olga Benário, filha de um próspero advogado de Munique [...] Ela iria ver-se organizando a Revolução no hemisfério ocidental, ligada e afinal casada com Luís Carlos Prestes líder da longa marcha insurrecional pelos sertões brasileiros, que havia convencido Moscou a apoiar o levante no Brasil em 1935. O levante fracassou e Olga foi entregue pelo governo brasileiro à Alemanha de Hitler, onde acabou num campo de concentração [...]. Depois que tenentes rebeldes brasileiros como Luís Carlos Prestes passaram dos caminhos do sertão para o comunismo em fins das décadas de 1930, nenhum grupo esquerdista importante escolheu o caminho da guerrilha em outra parte [...] (Hobsbawm, 1994 p.79, 85).

Não esquecemos a forma como o protagonista foi torturado. Deixaram-no com fome, “usaram palmatória, algemaram os pés e mãos, vendaram os olhos, tamparam a boca, o espancaram tanto que perdeu a consciência, foram utilizados esses métodos pelos militares após o Golpe de 1964, com mais requintes de crueldade” (Barreto, 2010, p. 64-71). Comentando sobre tipos de tortura usados durante a ditadura civil-militar, Aluizio afirmou:

A Palmatória era como uma raquete de madeira, bem pesada. Geralmente, este instrumento era utilizado em conjunto com outras formas de tortura, com o objetivo de aumentar o sofrimento do acusado. Com a palmatória, as vítimas eram agredidas em várias partes do corpo, principalmente em seus órgãos genitais [...] De certa forma, falar de Tortura Psicológica é redundância, considerando que todo o tipo de tortura deixa marcas emocionais que pode durar a vida inteira. Porém, havia formas de tortura que tinham o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos (Palmar, 2012, p. 6,9)

O nosso protagonista foi abandonado próximo à “Fazenda N. S. Perpétuo Socorro. Balbino com seu rosto morto, sendo o gerente, o dono Dr. Macios critica os comunistas e tenta enganá-lo. Totinha volta a morar no paiol, lhe dão uma roça para cuidar, sua família é trazida da cidade” (Élis, 1987 V.II, p. 84-85). A situação dos que moram ali condiz com o nome Perpétuo Socorro,

pois vivem em condições desumanas. Dr. Macioso tenta novamente ludibriá-lo com falsos raciocínios, que “poderia ficar rico e crítica os comunistas que comiam criança viva. Totinha compreende e observa que as pessoas eram severamente escravizadas neste sistema capitalista, não queria ficar rico explorando outros, compreende que está inserido em um sistema” (Élis, 1987 V.II, p. 85-88).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa obra é tão rica em detalhes de sua época início dos anos 50, chegamos a algumas reflexões importantes. A literatura pode tranquilamente ser usada como fonte histórica, mas lembremo-nos de que não foi elaborada para esse fim. O historiador pode usá-la para compreensão melhor de um momento histórico, realizando uma intersecção dela com fontes confiáveis, “[...] ao trabalhar com a Literatura como fonte, o historiador se depara, forçosamente, com a necessidade de pensar o estatuto do texto e realizar cruzamentos entre os dois discursos, em suas aproximações e distanciamentos” (Pesavento, 2005, p. 84). Bernardo Élis, único goiano que pertenceu à Academia Brasileira de Letras, foi um escritor que relatou o pertencimento de seus personagens o local distante, o “ermo”, que não possuía apoio das autoridades. Essa era a realidade da região central do Brasil naquele tempo. Suas primeiras obras, pertencem à linha do Realismo Socialista, pois era militante do PCB e fazia engajamento de sua literatura com objetivos claramente ideológicos.

Nesta obra o autor realizou a representação de nossa sociedade por meio dos personagens, mostrou a condição econômica do Estado de Goiás e Brasil, que se mostrava bastante atrasada pela existência do coronelismo, de hospitais em péssimo estado de funcionamento. Os governantes eram omissos, em suma descreveu denúncias sociais em seus livros, o grileiro da ficção existiu em Goiás, sendo considerado pela CPI como o maior do Brasil. Apesar disso, o judiciário era corrompido pela influência dos grandes fazendeiros, comerciantes e governantes. Eles gananciosamente tomavam as terras dos lavradores, devido à valorização das terras que possuíam, um claro direito de posse pelo tempo de permanência, que, gananciosamente, tomavam as terras que os lavradores possuíam por um claro direito de posse pelo tempo de permanência, quando constatavam a valorização que estas terras haviam alcançado.

Essa literatura engajada por pessoas do PCB, forneceu o ideário socialista como meio de resolver os problemas de Goiás e do Brasil. Élis colocou os personagens que tinham esses ideais como iguais, não existindo distinção racial e social.

Narrou e confirmou a situação de escravidão que viviam os lavradores sendo severamente explorados, ao ponto de tornarem escravos dos grandes fazendeiros. Estes cobravam exorbitante taxa de arrendo, chegando de 50% a 70%, quando a legislação do Estado de Goiás permitia a cobrança de 20%. Então, com o apoio do PCB, se organizam e planejam resistir à cobrança do arrendo, tentamos decifrar um pouco a história desta década de 1950, pesquisa inacabada podendo outros historiadores decifrar melhor os códigos contidos nesta obra literária, na prática, sua obra consiste em uma literatura engajada compreende uma grande diversidade de formas, exprimindo-se em “gêneros (romance, teatro, ensaio, panfletos) e em outros meios de comunicação (jornais, revistas, livros) muito variados para que se possa *a priori*, isolar o perfil ideal de uma obra engajada” (Denis, 2002 p.45).

Portanto, a obra *A terra e as carabinas* constitui uma fonte para o historiador perceber melhor os episódios da nossa história, de Goiás e do Brasil, pois, existindo uma lacuna não compreensível de fontes, deve-se agir como detetives: buscar pistas, tentar a intersecção de fontes para a compreensão mais cabal das lutas ocorridas em nossa sociedade, essa obra do escritor Bernardo Élis com seu olhar sagaz, aborda perspicazmente as maiores mazelas do Brasil como: preconceito social e racial, analfabetismo, trabalho escravo, corrupção do judiciário, grilagem de terras devolutas, falta de moradia a classe trabalhadora e hospitais precários, o qual perpétua até o nosso século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Nelly Alves de. **Presença literária de Bernardo Élis**. Goiânia: UFG, 1970.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos sobre quatro regionalistas**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1985.
- AMADO, Janaína. **Eu Quero Ser Uma pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil**. Mimeografado s/d.
- AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. In: **Revista História**, UNESP, 1995 p125-136.
- ASSELIN, V. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- BOSI, Alfredo, **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. "Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras" in **Dialética da Colonização**, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goês de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Gregório Bezerra: um lutador do povo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9 ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- COSTA, Ginegleyson Amorim da. **Como os meios de comunicação retrataram a revolta de Trombas e Formoso**. Monografia, Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 2005.
- DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- DOWBOR, Ladislau. **O Que é Capital**. São Paulo: Coleção -Primeiros Passos, 1985.
- ÉLIS, Bernardo. **Ermos e Gerais**. São Paulo: Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, 1944.
- ÉLIS, Bernardo. A terra e as carabinas. In: **Obra reunida de Bernardo Élis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. (Coleção Alma de Goiás).
- ÉLIS, Bernardo. **A vida são as sobras**. Organização de José Lino Curado. Goiânia: Kelps, 2000.
- ÉLIS, Bernardo. **A terra e as carabinas**. Goiânia: R & F Editora, 2005.
- HOBSBAWM, Eric J.; RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século xx:1914-1991**, São Paulo:

Companhia das Letras, 1994.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os Donos da Terra: A Disputa pela Propriedade e Pelo Destino da Fronteira- A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2008 [Tese de Doutorado].

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso - Ensaios de Sociologia Lenta**. 2º Edição. São Paulo. Editora HUCITEC, 1999.

NASSER, Consuelo (Coord.). **Alfredo Nasser: o líder não morreu**. Goiânia: Líder, 1995.

PALACÍN Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant.,anna. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALMAR, Aluizio. **Torturadores**. Brasil, 2012. Disponível: <http://www.historiadigital.org/ditadura-militar/10-torturas-da-ditadura-militar>. PLATÃO, **A República de Platão**, 6º ed. Ed. Atena, 1956, p. 287-291.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A História da Resistência dos posseiros de Porangatu - GO (1940-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

TORRES, Mauricio **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense** / Mauricio Torres, Juan Doblás, Daniela Fernandes Alarcon. São Paulo: Urutubranco, Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.

UNES, Wolney (org.). **Bernardo Élis: vida em obras**. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

VICENTINI, Albertina. **Regionalismo literário e sentidos do sertão**. Sociedade e Cultura, Goiânia, vol. 10, n. 02, jul/ dez 2007, pp. 187-196.

VICENTINI, Albertina. **O sertão e a literatura**. Sociedade e Cultura, Goiânia, vol. 01, n. 01, jan/ jul, 1998, pp. 41-54.





# CONSIDERAÇÕES SOBRE O TESTEMUNHO NA HISTÓRIA ORAL

*JOSHUA ALMEIDA CHIMITI<sup>44</sup>*

O presente artigo trata-se de uma pesquisa em construção para a disciplina de mestrado História Oral, ministrada pelo professor Jiani Fernando Langaro. O artigo em questão tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o testemunho enquanto fonte da História Oral, refletindo sobre problemas como a falibilidade da memória, a distorção intencional dos fatos, a reminiscência afetada pelo presente e pela relação entrevistador-entrevistado. Levando em consideração a inserção tardia do Brasil no campo da história oral, procuro pensar uma breve trajetória dos estudos de história oral a partir do trabalho de Sônia Maria de Freitas. A História Oral no Brasil não se estabeleceu sem percalços em seu caminho, muitos historiadores mostraram resistência, especialmente no que concerne a subjetividade das fontes. Visando discutir sobre e procurando subjetividade, a imaginação e a ficcionalidade nas narrativas orais parto das considerações de Alistair Thomsom e Silvia Salvatici, discorrendo sobre seus trabalhos.

**Palavras-chave:** subjetividade, testemunho, identidade.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o testemunho na História Oral, levando em consideração as problemáticas referentes ao uso de fontes orais. A princípio, utilizo de autores que se estabeleceram enquanto referência na área de História Oral na academia para mapear uma breve trajetória da mesma, pensando as dificuldades e percalços que os historiadores orais tiveram de enfrentar ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas.

Em um segundo momento penso a partir de duas problemáticas: no que interessa à história os relatos de homens comuns? De que maneira utilizar desses relatos? (que podem ser imprecisos, falsos, moldados pela percepção de mundo do entrevistado, manipulados pela memória) A partir de uma análise das considerações de Thomsom procuro pensar no papel da subjetividade nos relatos orais e como podemos construir conhecimento histórico a partir desses.

---

<sup>44</sup> Mestrando na Universidade Federal de Goiás (UFG).

## UMA BREVE TRAJETÓRIA DA HISTÓRIA ORAL

De acordo com Freitas, a História Oral se trata de um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. A autora pontua como a História Oral tem uma abrangência multidisciplinar, podendo ser utilizada em várias áreas como: Psicologia, Sociologia, História, Antropologia, Linguística entre outras.

Denominamos de moderna História Oral àquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método. (Freitas, 2006, p. 12).

Atualmente é muito frequente observarmos o uso de entrevistas em meios de comunicação diversos, como jornais, rádio e televisão. Freitas afirma que por mais que existam profissionais em específico na imprensa escrita que se aproximem do trabalho da História Oral, com investigações profundas sobre temas sociais, essa não é a via de regra. Pelo contrário, a autora afirma que na mídia, o que prevalece são entrevistas muitas vezes superficiais, apressadas, marcadas pelo imediatismo da notícia.

Procurando traçar uma trajetória da História Oral, Freitas remonta ao ano de 1948, quando o professor Allan Nevis lançou o *The Oral History Project*, na *Columbia University* em Nova York. Segundo a autora essa revista hoje tornou-se referência fundamental da área, devido ao seu expressivo acervo, o dinamismo de seus projetos, a questão das minorias, dentre outros motivos.

Levando em consideração o cenário britânico, Freitas pontua a década de 60, mais especificamente na Universidade de *Essex* na Grã-Bretanha, que buscava o testemunho de pessoas comuns, marginalizadas pelo poder, enquanto a história oral norte-americana se preocupava com os homens socialmente reconhecidos. Nesse sentido, a autora destaca as contribuições de Paul Thompson com seu livro *A Voz do Passado*, que se tornou referência ao método e teoria da História Oral.

No que concerne o cenário brasileiro, Freitas pontua que uma das primeiras experiências com a História Oral no Brasil ocorreu no Museu da Imagem e do Som – MIS/SP (1971), que tem se dedicado à preservação da memória cultural brasileira. A autora ressalta o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC, enquanto a mais relevante experiência de História Oral no Brasil desde sua fundação em 1975.

Segundo a autora é perceptível como a História Oral tem despertado interesse no pesquisador brasileiro. Isso pode ser percebido pela proeminência de trabalhos que utilizam a

História Oral como instrumento de pesquisa e fonte documental. A partir disso a década de 90 presencia alguns encontros nacionais que tratam da História Oral, como por exemplo “História Oral na voz de Paul Thompson” do primeiro semestre de 1991, ou então o Congresso 92 na USP. Esse desenvolvimento acadêmico acaba culminando na criação no ano de 1994 da Associação Brasileira de História Oral.

Todavia, por mais que a história oral tenha garantido cada vez mais espaço dentro da academia brasileira, sendo cada vez mais debatida nos âmbitos da historiografia brasileira contemporânea, Freitas ressalta como ainda há autores que ainda não aceitam a história oral pela seletividade, alegando falibilidade das fontes. Esses partem de uma tradição historiográfica que privilegia os documentos escritos.

Segundo Freitas, alguns dos fatores que justificam a resistência à história oral na academia brasileira, o fato da academia, sobretudo a uspiana, ter tido na sua origem uma forte influência francesa, seguindo pressupostos do “positivismo” ou da “Nova História”, grande parte da produção teórica da História Oral ser produzida na língua inglesa, e ainda não foi traduzida para o português, e por fim uma penetração tardia da História Oral no Brasil que data dos anos 80 e anos 90 que pode ser relacionado aos desdobramentos do golpe militar de 1964.

Thomsom afirma que nos últimos anos os historiadores orais, tem relutado em aceitar o testemunho oral como “voz do passado”, preferindo explorar os processos de afloramento de lembranças e recompor as reminiscências por eles registradas. A partir de uma análise das transformações da história oral ao longo das últimas décadas, Thomsom reflete sobre as diferentes abordagens e suas questões éticas e epistemológicas.

Segundo o autor, na década de 70, a revitalização da História Oral na Inglaterra e na Austrália foi muito influenciada pela crítica de historiadores tradicionais que trabalham com documentos escritos. Suas críticas normalmente consistiam na falibilidade da memória, seja pela sua deterioração física ou pela nostalgia, ou até mesmo tendências pessoais tanto do entrevistador quanto do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado.

Thomsom pontua como a partir desse criticismo os autores dos primeiros manuais de História Oral desenvolveram um critério para avaliar a confiabilidade da memória oral, todavia ressaltando que os documentos impressos também poderiam ser tendenciosos e seletivos. Os autores utilizaram da psicologia social e da antropologia, para mostrar como determinar as tendências e fantasias da memória, assim como a importância da retrospectiva e a influência do entrevistador no processo de afloramento de lembranças. Baseados na sociologia, adotaram métodos e desenvolveram regras para verificação de confiabilidade e da coerência intrínseca de

suas fontes. Estes novos critérios forneceram indicações sobre como interpretar as reminiscências e como combiná-las com outras fontes históricas para descobrir o que ocorrera no passado.

Entretanto, Thomsom afirma como essa tendência de defender a História Oral como outra fonte histórica para descobrir “o que realmente aconteceu” levou ao descaso por outros aspectos e valores do testemunho oral.

Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. (Thomsom, p. 52, 1997)

Nesse sentido, segundo Thomsom a tentativa de precisar os critérios e eliminar as “distorções” da memória acabou limitando as possibilidades da História Oral, que tinha uma potência justamente nas subjetividades.

## **A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE**

Portelli no texto *A Filosofia e os Fatos* (1996) pensa sobre a relação entre os fatos e a memória na história oral. Segundo o autor a contemporaneidade frequentemente sofre de um problema de má interpretação que consiste em compreender o testemunho como algo autêntico, fiel à experiência histórica, uma tomada de consciência imediata, em contraposição a divisão do trabalho entre o materialismo das fontes e a intelectualidade do historiador e sociólogo. Portelli afirma como o eixo no qual gira a questão se dá pela utopia da objetividade: de um lado a objetividade da fonte e de outro a objetividade do cientista com seus procedimentos neutros e assépticos.

No entanto quando tratamos de história oral nos deparamos com um paradoxo, uma vez que as fontes são pessoas, e nenhuma pessoa aceita reduzir a sua vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros. Portelli afirma que com os fatos carrega-se implicitamente a filosofia, não obstante a própria motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos. Nesse sentido, vale ressaltar o papel da subjetividade, que segundo o autor, é o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem significado à própria existência e à própria identidade, ou seja, constitui por si mesmo o argumento. Portelli afirma como tentar excluir a subjetividade configura em tentar distorcer os fatos.

Levando em consideração a subjetividade presente na história oral, cabe o questionamento, de que maneira podemos tirar conclusões generalizadoras de um episódio individual?

Segundo Portelli, uma forma de se abordar esse problema é levar em consideração que a subjetividade existe e constitui uma característica indestrutível dos seres humanos. A tarefa do historiador não deve ser exorcizar a subjetividade, e sim a de distinguir regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la.

Portelli argumenta que por mais que a fonte oral abra espaço para incertezas, se não há certeza do fato, há a certeza do texto. Ou seja, se por um lado não podemos estar completamente seguros do depoimento do entrevistado, pois ele pode ter interpretações erradas sobre o acontecimento, confundir suas lembranças ou até mesmo estar inventando, por outro lado podemos ter a consciência de que o que foi contado o foi de forma verdadeira.

Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados com técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis, elaborados por disciplinas precisas como a linguística, a narrativa ou a teoria da literatura. (Portelli, 1996, p. 4).

Acerca disso, Thomsom pontua que na década de 80, um grupo que manifestou diversas críticas a História Oral fora o Grupo de Memória Popular Britânico do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birgminham, influenciando ativistas da História Oral. Naquele contexto o grupo em questão se interessava na relação entre reminiscências pessoais e relatos coletivos sobre o passado e nas ligações entre nacionalismo, nostalgia e reminiscências. Em paralelo a isso surge um crescente número de historiadores interessados nos processos subjetivos da memória e as relações entre memória, narrativa e identidade.

A princípio essas novas abordagens teóricas foram muito criticadas por profissionais da História Oral. Porém no final dos anos 80 os historiadores orais ingleses e australianos estavam cada vez mais influenciados pelas novas abordagens sobre reminiscências e subjetividade. Partindo dessa premissa, Thomsom afirma como nos últimos anos, os historiadores orais de outros países vêm desenvolvendo métodos de entrevista e abordagens analíticas mais amplas, pensando a questão da reminiscência e da subjetividade. Nesse sentido na prática da análise do testemunho oral se tornou tão relevante quanto o relato em si o processo de afloramento de lembranças.

## ESTUDOS DE CASO, IDENTIDADES E MEMÓRIA A PARTIR DE THOMSOM E SALVATICI

Para demonstrar as novas abordagens Thomsom faz uma breve apresentação de seu próprio trabalho, onde ele entrevistou soldados australianos veteranos da Grande Guerra, chamados de *Anzacs* ou *diggers*. Através das entrevistas Thomsom queria analisar de que forma as experiências e memórias dos soldados se enquadravam nas lendas sobre suas vidas. O processo de entrevistas permitiu a Thomsom observar um certo contraste entre as experiências vividas pelos *diggers* da classe trabalhadora e a lenda dos *Anzacs*. O autor pode perceber que havia pouco romantismo e heroísmo nas histórias dos ex-combatentes, por mais que existisse o elemento do espírito de igualdade e companheirismo, normalmente a ênfase dos relatos era diferente das histórias convencionais.

A partir disso Thomsom localiza as memórias dos veteranos da classe trabalhadora enquanto uma memória esquecida e até mesmo contraditória. Porém, para além da contradição havia entrevistas que indicavam como as reminiscências dos soldados trabalhadores estavam entrelaçadas com a lenda de sua vida. Segundo o autor, algumas entrevistas pareciam ter sido tiradas diretamente do script do filme de guerra australianos *Gallipoli*. As lembranças se reformulam e se ressignificam de acordo com eventos do cotidiano e com as emoções.

Thomsom revela como se interessava por compreender de que maneira a lenda dos *Anzacs*, influenciava ou não os ex-combatentes. Para isso, o autor utiliza o conceito de composição, segundo ele, nós compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. Thomsom faz menção ao grupo Memória Popular que afirma que a exposição pública do passado é utilizada como apoio ao constante processo de dar sentido as experiências sociais. Muitas vezes nossas experiências pessoais não se traduzem pela linguagem e imagens públicas, gerando tensão, essas experiências não lembradas, podem acabar se manifestando em outras épocas e lugares. As memórias que escolhemos para recordar e relatar, e como damos sentido a elas são coisas que podem mudar com o passar do tempo.

A partir disso, Thomsom ressalta a importância de compreendermos como as reminiscências podem variar dependendo de nossa identidade pessoal. Essa perspectiva nos leva a um sentido mais psicológico da composição, a necessidade de compor um passado que possamos viver. Segundo Thomsom, nossa identidade molda nossas reminiscências; a pessoa que julgamos ser no momento altera o que julgamos ter sido. Da mesma maneira, existem várias formas segundo as quais nossas reminiscências podem tumultuar e colocar em xeque nossas identidades. Porém, nossas tentativas de recompor um passado nunca são inteiramente bem-

sucedidas, e o resultado é uma ansiedade não-resolvida e identidades fragmentadas e contraditórias.

Partindo dessa premissa, Thomsom identifica outro significado de composição no qual o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências é na verdade, um processo inteiramente público. Para o autor, existe uma necessidade de adequar e compor as nossas memórias aos mitos socialmente aceitos, caso contrário as reminiscências podem ser temerárias e dolorosas. Sendo assim, da mesma forma como buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal dentro da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências.

Thomsom, no seu processo de entrevistas pode observar as diferentes estratégias utilizadas para lidar com as memórias de guerra e as diferentes formas de lembrar. Segundo o autor, ele procurou sugerir a partir dos seus questionamentos e perguntas que os aspectos da vida dos entrevistados dos quais tiveram dificuldade de falar antes eram de importância histórica, e em certos casos, ajudavam a reafirmar o valor daquelas lembranças. Segundo o autor, as entrevistas contribuíram para superar o silêncio sendo um importante acontecimento em termos de verbalização e afirmação de suas memórias do tempo de guerra. Nesse sentido, Thomsom afirma como a natureza de aceitação pode ocorrer durante uma entrevista de História Oral e ter um efeito importante sobre o tipo de reminiscência trazida à tona.

Acerca disso parto das considerações de Salvatici no texto *Relatando a memória. Identidades Individuais e coletivas na Kosovo de pós-guerra: os arquivos de memória* (2003) onde a autora analisa as diferentes narrativas que surgem no processo de entrevistas. Os relatos e memórias dos sobreviventes de guerra permitem observar a construção de diferentes narrativas onde suas fragmentações seguem rupturas e continuidades produzidas e/ou reforçadas pela experiência de conflito e pela construção de memórias nas comunidades kosovares, tanto no nível individual quanto no nível coletivo.

Salvatici pontua como grande parte dos entrevistados fizeram da guerra o centro da conversa e, em alguns casos os pesquisadores não conseguiram abordar outras questões. Segundo a autora, essa centralidade provavelmente se deve à importância dessa guerra na construção de uma memória coletiva albanesa kosovar. Nesse sentido, a rememoração do passado se funde com aflição, dor e angústia. Nesses casos, os sobreviventes normalmente acreditam que seria melhor esquecer os eventos traumáticos, para poder remover sua dor e superar o trauma.

Partindo dessa premissa, surge uma discussão no interior do grupo que analisava as entrevistas, por um lado argumenta-se que as pessoas não deveriam ser levadas a retornar as

suas experiências dolorosas, respeitando suas necessidades de esquecer, nesse caso o não-lembrar torna-se recurso, por outro lado temos a perspectiva de lembrar enquanto um dever social. Não se pode esquecer do massacre e violência a qual o povo albanês fora submetido. Nisso, o indivíduo sacrifica seu desejo de esquecer e dá prioridade aos objetivos da comunidade nacional. A autora ressalta como o sujeito individual deixa de lado sua postura pessoal em favor da construção de uma dimensão coletiva, o que acaba reforçando um sentido de pertencimento a uma comunidade nacional, aparentando ter efeitos consoladores e terapêuticos.

A partir disso, nota-se a construção de uma auto-representação coletiva que tem como pedra fundamental o vazio, o sofrimento psicológico que assolava os sérvios kosovares. Salvatici, cita um exemplo pontual de Tanja que apresentou suas condições de vida em Pristina como especialmente difíceis, mas estendeu essa experiência a todos os sérvios que moravam na região. A autora enfatiza a maneira como o sofrimento psicológico fora colocado como uma experiência comum a todos os sérvios que moravam em Kosovo, adquirindo as características de uma doença endêmica. “Ao longo das entrevistas, a autorrepresentação sérvia kosovar de vítima se tornou um conceito guarda-chuva, estabelecido para abranger o mal-estar provindo de outras fontes.” (Salvatici. p.21. 2003)

Diante disso, Salvatici comenta como atribuir o sofrimento passado e as lutas presentes a uma causa que diz respeito a uma comunidade inteira, uma preocupação coletiva, acaba elevando à dor, luta e o sofrimento de uma esfera individual à uma esfera pública, o que tem resultado em segurança e apoio. Porém, esse discurso coletivo falha em reconhecer as individualidades, a variedade dos contextos familiares e sociais e a especificidade das necessidades do indivíduo.

Por outro lado, as entrevistas revelaram diferentes memórias do passado e percepções variadas do presente, expressando a complexidade da situação. A autora localiza o conflito enquanto um espaço que produz e gera luto, angústia e dor, mas que permite outros efeitos, como espaços de autonomia e conflitos entre realidades diferentes. Salvatici, percebe o surgimento de uma pluralidade de vozes que surgem no contexto das fronteiras marcadas por experiências individuais, como também por aquelas criadas por gênero e divisões geracionais e socioculturais. Essas novas vozes nos permitem enxergar contradições, lacerações e rupturas produzidas pela experiência da guerra.

Partindo dessa premissa, a autora analisa como esse processo bem como a percepção dele pode gerar um senso de desorientação, perda e incoerência, e podem ser vividos muitas vezes com dificuldade, dor e um sentimento de culpa em níveis individuais ou coletivo. Todavia, esses processos são relevantes pois reintroduzem as pluralidades formando um



obstáculo à construção de uma identidade coletiva, monolítica e baseada numa homogeneidade interna da comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto o artigo procura tecer algumas considerações sobre o papel da subjetividade nos relatos presentes na história oral. Muitos dos detratores da História Oral compreendem a subjetividade presente nos relatos orais como algo que os torna necessariamente falíveis, inconfiáveis, incapazes de se aproximar a uma história “que aconteceu de fato”. Freitas localiza esses críticos em um espectro mais positivista da escrita da história, que tem como fonte privilegiada o documento impresso. Nesse caso, um primeiro argumento em defesa da História Oral poderia elaborar como as fontes impressas escritas também são seletas e precisam sim ser criticadas e questionadas.

Todavia, levando em consideração um crescimento acadêmico e reconhecimento pelos pares, a História Oral dispensa uma defesa da subjetividade das suas fontes, sendo mais interessante refletir sobre como trabalhá-la metodologicamente. De acordo com Portelli, tentar eliminar a subjetividade acaba por distorcer os fatos. Diante desse problema, Portelli comenta que, se não possamos precisar sobre o fato narrado, podemos ter a certeza do fato em si. Ou seja, o depoimento, com todas as suas falhas, se trata de um dado objetivo e como tal pode ser analisado a partir de técnicas e procedimentos de alguma forma controláveis.

A partir disso, Thomsom em seu trabalho entrevista soldados veteranos de guerra e procura compreender suas memórias e relatos em contraposição com a lenda dos *Anzacs*. Essa análise permitiu a Thomsom, compreender o papel da memória para a constituição da identidade e como as próprias reminiscências alteram a mesma. Diante das perspectivas de guerra memórias individuais se chocam com memórias coletivas, gerando contradições e rupturas. Ir contra o mito socialmente aceito pode ser doloroso, nesse sentido, ter suas memórias validadas e compreendidas representa um importante passo para muitos dos entrevistados em ordem para que eles pudessem elaborar melhor suas próprias identidades.

Partindo dessa premissa, no texto de Salvatici, podemos observar como uma das formas de lidar com a experiência traumática dos sobreviventes do Kosovo foi construindo uma identidade coletiva que tem como base o sofrimento psicológico pelo qual passaram. Transpor as dores, luto e lutas diárias da esfera individual para a pública pode proporcionar um certo acalanto e conforto, porém reduz as individualidades, nesse sentido dar valor as demais vozes marginalizadas nesse processo se faz extremamente importante. Por mais que seja doloroso

lidar com as rupturas, compreender os indivíduos a partir de suas próprias histórias evita uma homogeneização da identidade transformando a comunidade em identidade coletiva.

A partir disso, uma das potências da História Oral reside justamente em conseguir se voltar a história de pessoas comuns, marginalizadas e muitas vezes esquecidas pela história. Conseguir observar os seus relatos analisando suas subjetividades e suas reminiscências e como isso pode reforçar ou ir contra os mitos coletivos e os problemas que isso acarreta nível individual, contribuindo tanto para a formação de identidades, quanto para contradições, TRAUMAS E RUPTURAS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, UFF, v.1, n.º 2, pp. 59-72, 1996.

SALVATICI, Silvia. Relatando a memória. Identidades individuais e coletivas na Kosovo de pós-guerra: os arquivos da memória. **Projeto história**. São Paulo, n. 27, pp. 9-47, 2003.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, n.º 16, pp. 277-296, fevereiro de 1998.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, n.º 15, pp. 51-71, abril de 1997 Alistair

# A HISTÓRIA ORAL ENQUANTO CAMPO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

## ORAL HISTORY AS A KNOWLEDGE PRODUCTION FIELD IN THE HISTORY OF EDUCATION

## LA HISTORIA ORAL COMO CAMPO DE PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

*JÚLIO RESENDE COSTA<sup>45</sup>*  
*SÔNIA MARIA DOS SANTOS<sup>46</sup>*

Por meio de uma pequena discussão epistemológica sobre a História Oral, o texto discutiu e analisou a relevância das fontes orais na pesquisa histórica e sua contribuição para a historiografia da educação. O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e recorreu ao uso de fontes bibliográficas como percurso metodológico. Sufocada pelos postulados positivistas, a História Oral ressurgiu como estratégia de pesquisa em história a partir da década de 1950, ganhando vigor acadêmico nas décadas seguintes. A história é um fenômeno vivo, dinâmico. Os fatos históricos não estão encerrados em si mesmos. Dessa premissa decorre a necessidade de repensar o passado. À medida que o passado é revisitado, ele revela descobertas inéditas para a história da educação. As fontes orais diferem-se das fontes tradicionais porque não são encontradas ao acaso e nem em estado bruto: são produzidas coletivamente, por meio da relação dialética entre entrevistador e entrevistado, em um movimento mediado pela memória e pela linguagem. A memória é o elemento dinamizador do relato que dá origem ao documento oral, inédito e revelador. A relevância acadêmica, histórica e social do documento oral está intimamente ligada à suficiência investigativa do pesquisador, sua competência para recompor eventos passados e acuidade para analisar e interpretar o relato oral. A História Oral não nega as fontes documentais clássicas. Ao responder interrogações que as fontes tradicionais não conseguem elucidar, ao preencher as lacunas apresentadas nos documentos impressos e/ou escritos, a História Oral dialoga com outros tipos de fontes, suscita novas indagações e abre horizontes e perspectivas de abordagem e interpretação do fenômeno histórico. Percorrendo esse caminho, as fontes orais permitem elucidar uma história ainda não conhecida ou parcialmente explicada pelas fontes clássicas.

**Palavras-chave:** Historiografia da Educação. História Oral. Memória.

Through a small epistemological discussion about Oral History, the text discusses and analyzes the relevance of oral sources in historical research and their contribution to the historiography of education. The study is characterized as qualitative research, of a descriptive nature and resorted to the use of bibliographic sources as a methodological path. Suffocated by positivist postulates, Oral History

---

<sup>45</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2022). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras (2016). Coordenador da Banca Permanente de Avaliação do Centro Estadual de Educação Continuada Monsenhor Geraldo Mendes Vasconcelos. E-mail: jresendecosta@gmail.com

<sup>46</sup> Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (1995). Professora Titular aposentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: soniaufu@gmail.com

resurfaced as a research strategy in the history from the 1950s onwards, gaining academic vigor in the following decades. History is a living, dynamic phenomenon. Historical facts are not closed in on themselves. From this premise arises the need to rethink the past. As the past is revisited, it reveals unprecedented discoveries for the history of education. Oral sources differ from traditional sources because they are not found at random or in their raw state: they are produced collectively, through the dialectic relationship between interviewer and interviewee, in a movement mediated by memory and language. Memory is the dynamic element of the story that gives rise to the oral, unpublished and revealing document. The academic, historical and social relevance of this oral document is closely linked to the investigative sufficiency of the researcher, his competence to recompose past events and acuity to analyze and interpret the oral report. Oral History does not deny the classic documentary sources. By answering questions that traditional sources are unable to elucidate, by filling in the gaps presented in printed and/or written documents, Oral History dialogues with other types of sources, raises new questions and opens up horizons and perspectives for approaching and interpreting the historical phenomenon. . Following this path, oral sources make it possible to elucidate a story not yet known or partially explained by classic sources.

**Keywords:** Historiography of Education. Oral History. Memory.

A través de una pequeña discusión epistemológica sobre la Historia Oral, el texto discute y analiza la relevancia de las fuentes orales en la investigación histórica y su aporte a la historiografía de la educación. El estudio se caracteriza como una investigación cualitativa, de carácter descriptivo y recurrió al uso de fuentes bibliográficas como vía metodológica. Asfixiada por los postulados positivistas, la Historia Oral resurgió como estrategia de investigación en historia de la educación a partir de la década de 1950, cobrando vigor académico en las décadas siguientes. La historia es un fenómeno vivo y dinámico. Los hechos históricos no están encerrados en sí mismos. De esta premisa surge la necesidad de repensar el pasado. A medida que se revisa el pasado, se revelan descubrimientos sin precedentes para la historia de la educación. Las fuentes orales se diferencian de las fuentes tradicionales porque no se encuentran al azar o en estado bruto: se producen colectivamente, a través de la relación dialéctica entre entrevistador y entrevistado, en un movimiento mediado por la memoria y el lenguaje. La memoria es el elemento dinamizador del relato que da origen al documento oral, inédito y revelador. La relevancia académica, histórica y social del documento oral está íntimamente ligada a la suficiencia investigativa del investigador, su competencia para recomponer hechos pasados y la agudeza para analizar e interpretar el informe oral. La Historia Oral no niega las fuentes documentales clásicas. Al responder preguntas que las fuentes tradicionales no logran dilucidar, al llenar los vacíos que presentan los documentos impresos y/o escritos, la Historia Oral dialoga con otro tipo de fuentes, plantea nuevos interrogantes y abre horizontes y perspectivas para abordar e interpretar lo histórico. fenómeno. . Siguiendo este camino, las fuentes orales nos permiten dilucidar una historia aún no conocida o parcialmente explicada por las fuentes clásicas.

**Palabras clave:** Historiografía de la Educación. Historia oral. Memoria.

## APONTAMENTOS INICIAIS

A historiografia baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer de origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como performance. Por isso, os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conservando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. [...] Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do

historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada (Portelli, 2010, p. 216).

A partir desse excerto, provocamos uma pequena discussão epistemológica sobre a História Oral. Reconhecemos a relevância dos debates travados nas diversas gerações da *École des Annales* para o surgimento, consolidação e afirmação da História Oral como campo legítimo de produção do conhecimento e apropriação do *status* acadêmico. As discussões travadas no interior da *École des Annales* foram fundamentais para que a História Oral se afirmasse enquanto método e/ou metodologia de pesquisa em história da educação.

O texto analisou e discutiu, sucintamente, a contribuição e relevância da História Oral e das fontes orais para a historiografia da educação. O estudo recorreu às fontes bibliográficas, à metodologia qualitativa de pesquisa e se caracterizou pela natureza descritiva.

Enquanto fenômeno vivo e dinâmico, a história não se encerra em si mesma. Necessita ser sempre pensada. Desse princípio decorre a necessidade de repensar o passado. À medida que o passado é revisitado, ele revela descobertas inéditas para a história da educação.

## **HISTÓRIA ORAL: CAMPO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

Portelli (2010) alerta que a História Oral não é a história da estória, mas uma nova forma de se fazer a história a partir de uma relação dialógica entre dois sujeitos. Trata-se de uma relação de confiança mútua entre os dois sujeitos (entrevistado e entrevistador). A História Oral fundamenta-se no eu que passa a conhecer o outro e se projeta nele para produzir a sua narrativa.

A História Oral tem suas raízes no desenvolvimento da linguagem humana. A oralidade foi uma das primeiras estratégias utilizadas pelos grupos sociais para registrar os eventos, sobretudo nas sociedades pré-letradas. Para Thompson (1992, p. 45), “na verdade, a História Oral é tão antiga quanto a própria história. Nesse estágio, toda a história era História Oral” (Thompson, 1992, p. 45).

Embora tenha sido utilizada como metodologia de pesquisa a partir da década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa, a História Oral foi introduzida na academia brasileira a partir dos anos 1970. Após sua inclusão no campo das metodologias de pesquisa em ciências sociais, a História Oral conquistou a adesão de inúmeros pesquisadores, dos mais diversos campos do conhecimento, permitindo analisar diferentes temáticas, mas “somente no início dos anos 90 a

história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa” (Ferreira; Amado, 2006, p. ix).

Dependendo da forma como é utilizada na pesquisa em história da educação, a História Oral pode ser concebida como método, metodologia ou técnica de produção e tratamento de dados e informações. Para Santos e Araújo (2007, p. 194) “utilizada como técnica, a História Oral é subsidiária de outra fonte. Comporta-se, no entanto, como recurso importante para completar falhas ou lacunas constantes de outra documentação”. Em outro trecho, os autores afirmam:

Na acepção de método, tem o seu lugar como fonte principal da investigação e envolve um conjunto de entrevistas, que funciona como amostragem significativa, expressiva, pela qual, elementos essenciais do universo em análise devem estar presentes. Como método, configura-se, então, como o fundamento da pesquisa com procedimentos claros (Santos; Araújo, 2007, p. 194).

A História Oral tem como base o relato, a narrativa. A narrativa tem sua origem na memória e se constitui a partir da relação dialógica entre os sujeitos, narrador e entrevistador, dentro de um contexto de pesquisa de campo, no qual “os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal” (Portelli, 2016, p. 15). A narrativa não é um documento estático, que nasce da coleta pura e simples de informações, mas um processo e uma *performance* (Portelli, 2016).

A memória é imprescindível para a produção de uma narrativa. Bosi (1994) é enfática ao afirmar que a lembrança não é um fragmento da consciência que foi descartado e depositado em um inconsciente inacessível. A lembrança está sempre “viva” e pode, a qualquer momento, ser resgatada e integrada ao consciente:

Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. Esse estado, porque está abaixo da consciência atual (“abaixo”, metaforicamente), é qualificado de “inconsciente”. O mal da psicologia clássica, racionalista, segundo Bergson, é o de não reconhecer a existência de tudo o que está fora da consciência presente, imediata e ativa. No entanto, o papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é sobretudo o de colher e escolher, dentro do processo psíquico, justamente o que não é a consciência atual, trazendo-o à sua luz. Logo, a própria ação da consciência supõe o “outro”, ou seja, a existência de fenômenos e estados infraconscientes que costumam ficar à sombra. É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória (Bosi, 1994, p. 51-52).

A memória é o catalisador da História Oral que se materializa sob a forma de linguagem verbal, que ganha sentido e significação ao longo de um diálogo. Sem a memória, não há relato

oral, pois, “a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo” (Arendt, 1992, p. 31).

Portelli (2010, p. 19) destaca que “os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador”:

A oralidade, então, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado. A forma dialógica e narrativa das fontes orais culmina na densidade e na complexidade da própria linguagem. A tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes (Portelli, 2016, p. 21).

Produzir história por meio de relatos orais subsidiados pela memória, suas lembranças e esquecimentos, é uma tarefa árdua para o historiador. Articular a fala do depoente com o objeto de investigação e dar sentido e significado a essa narrativa requer, além do pleno domínio da técnica da História Oral, habilidade e acuidade investigativa do pesquisador.

Recuperar o passado, seja ele individual ou coletivo, por meio da memória configura-se atualmente como um dos caminhos mais difíceis e desafiadores, porém possíveis, para a redescoberta dos processos de representação social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição de projetos que relacionam passado, presente e futuro (Sampaio; Dantas, 2020, p. 63).

A memória, fundamento da História Oral, não é um arquivo estanque, composto por dados desconectados entre si. Quando evocada, a memória traz ao discurso lembranças ricas e variadas. Essas lembranças estão impregnadas de informações e, à medida que são acionadas e articuladas, adquirem significância e sentido. A História Oral:

É história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado (Portelli, 2016, p. 18).

Portelli (2016, p. 10) argumenta que “a história oral, então, é primordialmente, uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas”. O autor alega que, enquanto

arte da escuta, a História Oral se estrutura em uma cadeia de quatro relacionamentos, articulados entre si:

1. A relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo);
2. A relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória);
3. A relação entre a esfera pública e a esfera privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e suas histórias;
4. A relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (Portelli, 2016, p. 12).

A narrativa não se encerra em si mesma. Não se trata de um momento estanque de uma entrevista em que dois sujeitos, entrevistado e entrevistador, cumprem papéis totalmente distintos, sem entrelaçamentos. Portelli (2010, p. 213) nos fala que “entre/vista significa olhar entre: é uma troca de olhares”.

Segundo Bom Meihy e Seawright (2020), a finalidade das propostas que utilizam a História Oral deve responder a objetivos bem definidos no planejamento. Deve, também, justificar sua intencionalidade por meio de nexos entre uma cadeia de questões que se complementam na estrutura do projeto, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Elementos de coerência interna de um projeto com História Oral

| QUESTÃO    | AUTOR  |
|------------|--|
| De quem?   | Torna possível garantir a escuta para quantos tenham intenções e predisposições de fala a respeito de experiências alinhadas à proposta.             |
|            | Recomenda aqueles que, aparentemente, a juízo do oralista em pesquisa prévia, têm a maior reserva de memória entre os colaboradores.                 |
| Como?      | Sugere escolhas procedimentais apropriadas à história oral.  |
|            | Indica vieses adequados para o respectivo tratamento das gravações, seguido de validação e eventuais análises.                                       |
| Quando?    | A primeira temporalidade é relativa ao tema, que é quando o assunto emerge e é justificado.  |
|            | A segunda temporalidade pressupõe abordar os ajustes imediatos e práticos dos cronogramas e mutualidades.  |
| Por quê?   | Foca em perspectivas abrangentes, como resultantes de impactos sociais de longo alcance, ou dramas particulares que refluem à comunidade de destino. |
| Por quem?  | Remete ao conceito de colaboração.   |
|            | Pressupõe operações conjuntas: quando um narrador fala, por quem ele fala e quem fala nele?  |
| Para quem? | Destina-se ao público, mas, antes, é devolvida para e com os colaboradores.  |
|            | O oralista preza por propostas de políticas públicas ao encontro de grupos vulneráveis ou que se identificam com os variados reclamos sociais.       |
|            | As entrevistas ganham destinação social – incomodam grupos estabelecidos   |

Fonte: Adaptado de Meihy e Seawright (2020)



Tomando emprestado as palavras de Bom Meihy e Seawright (2020), os projetos de pesquisa em História Oral são proposições formais de investigação com uma finalidade articulada aos objetivos definidos no planejamento. Por meio da História Oral, as experiências e vivências dos sujeitos são passíveis de transformação do estado abstrato (vivência) para o concreto (escrita).

Transposto para a forma escrita, o oral ganha materialidade documental, condição que legitima a mudança de uma situação abstrata, solta, para outra, material. História oral é, pois, o movimento de transformação da circunstância natural à sua desnaturalização: da fluidez verbal para a formatação escrita, tudo graças à transferência do oral para outro suporte, material (Bom Meihy; Seawright, 2020, p. 31).

Ao transcrever a narrativa, o historiador deve ter o cuidado para conservar a linguagem utilizada pelo narrador, pois ela dá significado para o discurso e permite fazer outras leituras e interpretações (PORTELLI, 2016). É justamente essa riqueza polissêmica que caracteriza a História Oral, emprestando a ela peculiaridades que não são encontradas em outras fontes.

Na obra “A memória entre política e emoção”, Passerini (2011)

“[...] considera a memória como forma de subjetividade, já que a memória narrativa de que trato só se constitui como diálogo, como troca entre sujeitos diferentes. Por consequência, a dimensão na qual essa memória se situa compreende sempre dois polos: um individual e um coletivo, que interagem e se influenciam mutuamente (Passerini, 2011, p. 7).

O trabalho do investigador que tem a História Oral, como método ou metodologia de pesquisa, avança para além da tarefa de coletar dados ou informações orais do outro, com vistas à produção de uma fonte. Sua participação neste processo não se restringe ao ato de perguntar, observar, ouvir e gravar. O pesquisador é um coautor do produto final da História Oral.

Portelli (2010, p. 19-20) declara que o entrevistador “assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que ‘recolher’ memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação”.

Quando realiza entrevistas, certamente o historiador deve trabalhar segundo suas técnicas próprias, mas também deve ter em mente dois outros procedimentos, tomados de empréstimo a disciplinas vizinhas: por um lado, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise. Para ele, não se trata de propor interpretações

da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato (Voldman, 2006, p. 38).

Depreende-se que as fontes orais não são achadas ao acaso, em estado “natural”, por persistência do historiador. Elas são o resultado de uma relação estabelecida dialogicamente, em uma via de mão dupla, na qual os sujeitos se percebem, analisam um ao outro e interagem entre si, balizados pela entrevista.

[...] as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na pesquisa feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (Portelli, 2016, p. 10).

O gravador média a sessão, mas há uma intersubjetividade que entrelaça o momento da entrevista e a relação entre os dois sujeitos. Essa intersubjetividade é responsável pela construção do documento a ser construído, enquanto produto da História Oral.

[...] a situação de entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediados pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno desse objeto os dois se olham. A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções (Portelli, 2010, p. 20).

Ao optar pelo uso de fontes orais, o historiador deve planejar seu trabalho procurando articular três aspectos diferentes, porém articulados entre si, e que constituem a trajetória a ser percorrida em busca do conhecimento: um evento histórico (fato do passado), um evento presente (narrativa) e uma relação dinâmica entre eles. Assim, o investimento intelectual do historiador oral envolve a recomposição de eventos pretéritos, a interpretação e análise crítica da entrevista e a maneira como esses eventos estimulam a produção de uma memória e a narrativa que dela decorre (Portelli, 2016).

Com foco na memória e sua potencialização de contar a história sob uma perspectiva distinta da história oficial, a História Oral pode revelar aspectos desconhecidos e permitir novas análises e compreensão do passado a partir de sujeitos excluídos da história ou que tiveram

suas vozes silenciadas. Segundo Portelli (2016, p. 15), as “fontes orais nos ajudam a questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à História e o que não diz”. Nesta direção, Matos e Senna (2011, p. 96) assinalam que “a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos”.

Em seu ofício de investigação, o historiador deve lançar mão de diversos tipos de fontes (materiais e imateriais): escritas, iconográficas e orais. Para Portelli (2016, p. 9), “as narrativas orais e os testemunhos que constituem a história oral não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador”. Assim como as outras, as fontes orais exigem do investigador acuidade crítica e interpretativa. Assim, o pesquisador pode extrair do relato os aspectos mais importantes para a construção do documento, uma vez que as narrativas trazem consigo nuances de representatividades.

[...] as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é este o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e forma particulares (Portelli, 2016, p. 10).

As fontes orais oferecem subsídios para o historiador complementar uma história sabida, abrir horizontes ou perspectivas para uma história ainda não conhecida. A narrativa não é o fim em si mesma, mas um dos caminhos para a construção de um documento histórico. Para Cruikshank (2006, p. 153), “qualquer interpretação de mitos que se valha de significados superficiais ou óbvios é incorreta, porque a realidade está em um nível mais profundo do conhecimento”.

A entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a consequente crítica interna e externa a essas fontes é que possibilita ao historiador construir seu trabalho historiográfico, ou seja é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais e não a fonte por si só como sugere o termo história oral (Selau, 2004, p. 218).

As entrevistas são técnicas que produzem fontes preciosas para o historiador que deseja investigar eventos pretéritos. Para Alberti (2004, p. 78), “convém lembrar que as entrevistas,

como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado”, ciente de que “o passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras”.

Na entrevista, aspectos particulares e gerais se articulam e se interpenetram entre uma fala do depoente e sua memória diante do contexto histórico em que essa memória foi retomada. As falas são produzidas em um plano sócio-histórico que faz uso da memória e da palavra, o que implica no trabalho com o que é dito e com o não dito, com o que é silenciado. Em suas pesquisas sobre migração feminina na Europa, Passerini (2011, p. 113) observou que “em encontros orais, as hesitações e resistências têm significado, pois chamam a atenção para o não dito ou para o que ainda não está completamente articulado”.

O objeto resultante da História Oral consiste em um documento produzido conjuntamente entre o entrevistador e o entrevistado. A narrativa é uma produção que deve obedecer a critérios éticos que incluem a anuência do depoente para publicação do relato. Segundo Santos e Araújo (2007), “os documentos de História Oral são resultados de relatos, de projetos compartilhados, em que entrevistador/pesquisador e entrevistado/narrador são envolvidos e, nesta perspectiva, possuem aspectos individuais e coletivos”. Os autores prosseguem afirmando que “tais entrevistas são gravadas, transcritas, conferidas e com autorização para serem usadas” (Santos; Araújo, 2007, p. 192).

A transcrição da entrevista requer alguns cuidados por parte do entrevistador. Somente ele presenciou a narrativa e pôde observar alguns detalhes que podem passar despercebidos na fala ou na escrita:

Em relação a transcrição, é voz unânime entre os especialistas da área que esta se faça imediatamente após a realização da entrevista e que seja feita por pessoa diretamente envolvida no processo, prioritariamente o entrevistador. Toda entrevista é revestida de uma gama de detalhes: são sorrisos, lágrimas, gestos, reticências que devem ser anotadas pelo entrevistador (Souza, 1997, p. 62).

Na perspectiva de alguns pesquisadores positivistas, a História Oral pode conter nuances de afetividade. Na percepção desses historiadores, essa suposta subjetividade pode comprometer a elucidação da verdade:

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos nos fiar em narrativas orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer” os fatos (Portelli, 2016, p. 17).

Em contraponto, inúmeros pesquisadores discordam do posicionamento de historiadores clássicos. Bédarida (2006) argumenta que a veracidade da História tem origem na interação entre os componentes do passado, da forma como ele chega ao historiador por meio de indícios e a capacidade do pesquisador em reconstruí-lo e atribuir a ele clareza e inteligibilidade. Para o historiador, “a objetividade absoluta não existe”, tal como os positivistas a desejavam (Bédarida, 2006, p. 222).

As fontes escritas e não-escritas não são concorrentes entre si. Na verdade, são formas de expressão e linguagem humana. Apesar de se materializarem por processos distintos, elas se interpenetram, intercomplementam-se, vinculam-se e dialogam entre si. Uma fonte não se sobrepõe à outra. As fontes, independentemente do suporte de sua produção, partilham um mesmo objetivo, que é a comunicação. Essa assertiva é endossada na citação de Calvino (2006):

Se sentimos tão intensamente a incompatibilidade entre o escrito e o não-escrito, é porque estamos hoje muito mais cientes do que é o mundo escrito; nunca podemos nos esquecer de que é feito de palavras, de que a linguagem é empregada de acordo com suas próprias técnicas e estratégias, de que os significados e as relações entre os significados se organizam segundo sistemas especiais; estamos cientes de que, quando uma história nos é contada (e quase todo texto escrito conta uma história [...]), essa história é acionada por um mecanismo, semelhante a outros mecanismos de outras histórias (Calvino, 2006, p. 142-143).

Debater a objetividade da História Oral não ocupa mais o foco das preocupações dos autores que “desconfiam” de sua fidedignidade enquanto fonte. Essa é uma discussão secundária no meio acadêmico, sem espaço para formar posicionamentos a favor ou contra a História Oral, ou tentar atribuir a ela uma posição de segunda classe dentro da hierarquia do conhecimento (Camargo, 1994).

Pensar se a História Oral é objetiva ou não, seria realmente pouco relevante, na medida em que nenhuma fonte é objetiva. Toda fonte, em princípio, é provida de objetividade, mas é também um fator de desconfiança e, evidentemente, pode ser um indutor do equívoco (Camargo, 1994, p. 78).

Ao analisar a fecundidade da História Oral, François (2006) explica que suas contribuições para a historiografia e os debates que ela suscita no meio acadêmico atraem seus praticantes e, sobretudo, todos os historiadores. Declarando que é mais um observador atento e interessado na temática, o autor reconhece que a História Oral contribuiu para ampliar sua concepção de História.

Conheço poucos setores da pesquisa histórica que atualmente esclareçam melhor do que a história oral como a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórica sobre as problemáticas e os métodos estão indissociavelmente ligadas, e que demonstrem de maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre o resultado de sua elaboração pelo historiador: em suma, que a história é construção. Embora não seja praticante da história oral, reconheço de bom grado que aprendi muito sobre a história e a profissão de historiador graças à história oral (François, 2006, p. 13).

O ceticismo que assombrou alguns historiadores mais antigos, encontra-se diluído, pois “a oposição à evidência oral baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios. Os historiadores da geração mais antiga [...] ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método” (Thompson, 1992, p. 103). Para o autor, “uma das grandes vantagens da História Oral é que ela possibilita ao historiador compensar o viés presente nas fontes históricas habituais” (Thompson, 1992, p. 167).

Duby (1991) faz uma reflexão crítica acerca dos posicionamentos e condicionantes positivistas sobre as fontes orais, conforme declarado a seguir:

Pela minha parte, quis, talvez mais na esteira de Lucien Febvre que de Marc Bloch, voltar às fontes narrativas e lê-las de outro modo. A História positivista, fundamentalmente baseada em factos, tinha-os interrogado de uma maneira quase policial, na vã esperança de atingir a realidade dos factos. Ora, é menos a realidade dos factos que me interessa do que a maneira como as testemunhas, os autores desses grandes textos narrativos tomaram consciência dos factos que relatam. Eu situo a minha observação a um nível que é o do imaginário colectivo. E, neste domínio, os textos dos historiadores antigos não são os únicos dignos de atenção, mas todo o conjunto de documentos em que se revela o imaginário, a literatura hagiográfica, por exemplo, em resumo, os inumeráveis textos em que se exprime a visão que os homens do passado tinham da realidade concreta (Duby, 1991, p. 42).

Toda fonte provém do fazer humano e, por esse motivo, está marcada por subjetividade. Por ser produzida pelo sujeito histórico, toda fonte apresenta subjetividade e pode não ser totalmente confiável (Camargo, 1994). Ao ser produzido, o documento ou outra fonte, não está totalmente livre de um viés que, durante sua produção, acabou deformando sua essência original.

Thompson (1998) afirma que não há fontes totalmente seguras. Tanto o oral como o escrito, podem ser alterados, deturpados e corrompidos. Para o autor, todas as fontes são vulneráveis a esses vieses, e “o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado” (Thompson, 1992, p. 145).

O verdadeiro objetivo dos sociólogos da história de vida, ou do historiador oral, deve ser revelar as fontes de viés, mais do que pretender que elas possam ser eliminadas, por exemplo, com “um pesquisador sem um rosto que exprima sentimentos” (Thompson, 1992, p. 158).

A mesma cautela que o historiador deve ter ao trabalhar com as fontes orais também deve ser aplicada à análise das fontes documentais, pois “não é por acaso que esses documentos e registros vieram a estar ao dispor do historiador. Houve um objetivo social por trás de sua criação original, tanto quanto de sua posterior preservação” (Thompson, 1992, p. 145).

Endossando o posicionamento de Thompson (1992), Portelli (2016) questiona e argumenta:

Como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte (Portelli, 2016, p. 17-18).

Prosseguindo seu discurso, Portelli (2016) salienta que as fontes orais se distinguem das fontes tradicionais pelo seu movimento, sempre mediado pela memória e pela linguagem incrustadas na narrativa. É esse movimento que empresta às fontes orais um caráter de dinamismo e fluidez:

Em segundo lugar, e mais importante, os trabalhos em história oral mais avançados criticamente e mais conscientes metodologicamente reorientaram essa questão: o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem (Portelli, 2016, p. 18).

Ao utilizar as fontes orais em seu trabalho, o pesquisador deve estar atento ao contexto em que tais fontes foram produzidas. A análise dessas fontes é uma tarefa essencialmente qualitativa, e o “trabalho com a pesquisa qualitativa exige que o investigador se preocupe em compreender os eventos investigados, a partir sempre de seus contextos, sendo necessário, assim, uma descrição detalhada das condições de produção” (Alves, 2016, p. 3). A História Oral, como método ou metodologia de investigação, possui natureza qualitativa. Segue os postulados e princípios teórico-metodológicos adotados na pesquisa qualitativa.

[...] a entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a consequente crítica interna e externa a essas fontes é que possibilita ao historiador construir seu trabalho historiográfico, ou seja é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais e não a fonte por si só como sugere o termo história oral (Selau, 2004, p. 218).

O emprego da História Oral na investigação requer do pesquisador domínio de sua estrutura teórico-metodológica, formas de abordagem e interpretação dos resultados obtidos por meio das narrativas. Requer do investigador crença nessa técnica como estratégia para a produção de fontes. A História Oral não rivaliza, nem nega documentos escritos, iconográficos ou outras fontes. Pelo contrário, a História Oral se articula com as outras fontes na busca pela interpretação do fenômeno e elucidação da verdade. A fonte oral preenche lacunas, responde questões e esclarece pontos obscuros na história que as fontes tradicionais não conseguem desvendar ou explicar.

A opção pela História Oral pressupõe um intenso trabalho de preparação, o que inclui o prévio levantamento de dados que subsidiará o roteiro de entrevista. Exige do entrevistador acuidade investigativa, objetividade e clareza na condução das entrevistas, pois “delas depende a construção convincente de seu discurso” (Janotti, 2008, p. 10).

Ao optar pela História Oral, o pesquisador deve dominar a estrutura teórico-metodológica dessa técnica, suas formas de abordagem do problema e saber interpretar, criticamente, os resultados obtidos com as entrevistas. Por meio das narrativas de sujeitos que vivenciaram fatos históricos, a História Oral fornece elementos altamente significativos no processo de investigação do passado, permitindo reconstruir a história a partir de informações ou dados que nem sempre são encontrados nos documentos escritos tradicionais.

A história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias (Chartier, 2006, p. 217).

As fontes e os documentos orais proporcionam dinamicidade e movimento à pesquisa em história da educação. Matos e Senna (2011, p. 96) assinalam que “a fonte oral pode



acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos”.

Tomamos emprestadas as indagações feitas por Rémond (2006, p. 207), merecedoras de reflexão: “É necessário esperar o desaparecimento dos últimos sobreviventes, daqueles que poderiam testemunhar? É o aniquilamento da memória pessoal? É preciso esperar que os fenômenos estudados sejam fenômenos consumados?”

Com foco na memória e sua potencialização de contar a História sob uma perspectiva distinta da história oficial, a História Oral pode revelar aspectos desconhecidos, favorecer nova leitura, análise e produção historiográfica, pois ‘a história não nos pertence, ela pertence a todos, aos magistrados como aos cidadãos. É um bem comum, cada um tem direitos sobre sua história e devemos ser os representantes da sociedade’ (Rémond, 2006, p. 208).

Sob essa possibilidade, a História Oral traz à tona uma nova percepção do fato histórico e aprimora a compreensão do passado a partir de micro-histórias, de narrativas de sujeitos ou grupos sociais excluídos do processo histórico e que tiveram suas vozes abafadas. Para Wolfromm (1991, p. 65), “uma das novidades da historiografia actual é a de nos mostrar como viviam os homens no dia a dia. Os desconhecidos, aqueles de quem nunca se fala, que não são célebres”.

A importância de (re)pensar o passado reside no fato de que ele sempre revela algo inédito para as gerações atuais, imersas no hiato entre o passado e o presente. Para Arendt (1992, p. 37), o passado nunca passou... é uma força que “ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de se esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado”. O tempo não é um *continuum* ininterrupto... ele está dividido entre duas partes, e é nesse interstício que o homem se posiciona, não como o presente, mas como uma lacuna no tempo que se concretiza por meio do estranhamento frequente e posicionamento diante do passado e do futuro. É a inserção do homem no tempo que provoca essa partição: passado, presente e futuro (Arendt, 1992). Fundamentada nos estudos e reflexões de Arendt (1992) Passerini (2006, p. 214) conclui que a lacuna “não é um mero intervalo, mas um campo de forças gerado pelo esforço do homem para pensar”.

Parafraseando Certeau (1982), a apresentação do passado tem como regulamento geral a crença de que ele é o discurso do inerte, do estático, do inanimado, representado por aquele que não se faz presente. É a linguagem, esse mecanismo sistemático de comunicar ideias e emoções, seja pela palavra ou pela ação, que produz sentido e atribui significância ao que é narrado, tornando-o pensável e inteligível. O autor diz que “o espaço do discurso remete a uma

temporalidade diferente daquela que organiza as significações de acordo com as regras classificatórias da conjugação” (Certeau, 1982, p. 54).

Para Certeau (1982), o discurso é mediado pela linguagem entre o morto e o vivo, entre o dito e o não dito, entre o dizer e o fazer. Nesse movimento dialético, insere-se um terceiro elemento, o passado, que empresta as condições necessárias para que o enunciado ou proferido torne-se um objeto passível de análise.

O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto que o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes. [...] O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele é o enunciado do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no não-dito (Certeau, 1982, p. 56).

A História Oral não é apenas a história do passado. Ela é, também, uma história do tempo presente. Provoca a leitura, interpretação e compreensão do tempo pretérito como um fenómeno vivo, dinâmico e não encerrado. A História Oral pressupõe entender a história como um processo em contínua construção, uma tessitura produzida por muitas mãos, individual e coletivamente, ilustres ou modestas, na celebridade ou no anonimato.

## APONTAMENTOS TRANSITÓRIOS

A História Oral tem suas origens no desenvolvimento da linguagem humana. Antes da escrita, foi a principal técnica utilizada pelos grupos sociais para preservar a memória histórica. Mesmo após o surgimento da escrita, a invenção da imprensa e o surgimento da *internet*, a História Oral permanece como uma relevante técnica de pesquisa e registro da história, em especial nas sociedades não letradas.

Durante muito tempo, a pesquisa em história da educação se sustentou, basicamente, em fontes documentais tradicionais. Ao responder interrogações que as fontes clássicas não conseguem elucidar, ao preencher as lacunas apresentadas nos documentos convencionais, a História Oral se constituiu em alternativa metodológica que dialoga com outros tipos de fontes tradicionais. Nesse sentido, a História Oral torna-se um instrumento de pesquisa imprescindível para a investigação em história da educação.

Embora as fontes documentais clássicas tenham se afirmado, desde o positivismo, como o principal arcabouço a ser explorado pelos pesquisadores da educação, a necessidade de se

compreender o fenômeno educativo pretérito a partir de questionamentos cada vez mais complexos impôs a necessidade de diversificar as fontes de pesquisa. Muitas perguntas não encontram respostas nos documentos tradicionais.

A relevância de (re)pensar o passado reside no fato de que ele sempre revela algo inédito para a historiografia da educação. O depoimento é mediado pela linguagem entre o dito e o não dito, entre a fala e o silêncio. Nesse sentido, o silêncio em uma pergunta feita ao entrevistado também é revelador, pois traz à tona elementos passíveis de serem considerados e analisados. A partir da micro-história, as fontes orais abrem novos horizontes de compreensão do passado por meio da escuta de sujeitos ou grupos sociais silenciados e/ou excluídos do processo de construção da história.

Ao planejar uma pesquisa com foco na utilização de fontes orais, o historiador da educação deve estruturar sua entrevista buscando associar três aspectos que se inter-relacionam: o passado (fato histórico), o presente (narrativa) e a relação viva e dinâmica entre eles. Nesse movimento, a fonte oral fornece elementos significativos para o pesquisador complementar uma história parcialmente sabida, abrir novas perspectivas de compreensão da história da educação e, ainda, trazer à tona indagações que possibilitem elucidar uma história ainda não conhecida.

A narrativa é construída e produzida por dois sujeitos, em uma relação dialética e dialógica estabelecida entre entrevistado e entrevistador. O documento resultante da História Oral ganha sentido e significação ao longo do diálogo. Terá relevância documental como fonte se o depoimento estiver articulado com o objeto de investigação e se o pesquisador possuir, além de acuidade investigativa, pleno domínio da técnica na História Oral. Por isso, as fontes orais não são encontradas ao acaso, *in natura*, como os documentos tradicionais.

A História Oral tem como fundamento a produção de uma narrativa por um sujeito que viveu um determinado momento da história. Nesse sentido, a memória é o recurso mais importante para a produção de um relato oral. A memória não é um arquivo composto por dados desconectados e desarticulados. Ao ser provocada, a memória traz para o depoimento lembranças impregnadas de informações preciosas para a história da educação. Dessa forma, a memória é o elemento dinamizador do relato que dará origem a um novo documento, inédito e revelador, uma produção conjunta, resultante do diálogo entre os dois sujeitos.

Cabe ao pesquisador mergulhar nesse universo de informações resgatadas pela memória, recompor a trama do tecido histórico e encontrar a resposta para seus questionamentos. Essa descoberta torna-se possível à medida que o entrevistador provoca a memória do entrevistado por meio de perguntas que entrelaçam as falas do depoente com o

objeto de pesquisa. A consistência e relevância do documento produzido pelas fontes orais requer investimento intelectual do historiador. Ou seja, envolve a recomposição de eventos passados, a análise crítica da entrevista e sua interpretação sistemática.

A História Oral não se restringe a contar o passado. Ela é a história presente, entendida como um fenômeno dinâmico e não encerrado. Por isso pressupõe a leitura, a análise e a compreensão do fato pretérito como um evento vivo, não encerrado e parcialmente explicado pelas fontes tradicionais. A História Oral pressupõe, também, conceber a história como um processo contínuo, produzido por muitas mãos, por vários grupos sociais, muitos deles no anonimato.

Na pesquisa em história da educação, a História Oral não se apresenta como uma metodologia que nega as fontes documentais clássicas. Ao responder interrogações que as fontes tradicionais não conseguem esclarecer, ao preencher as lacunas apresentadas nos documentos impressos e/ou escritos, a História Oral se constitui como alternativa metodológica que dialoga com os outros tipos de fontes e possibilita novas perspectivas de abordagem e interpretação do fenômeno histórico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL, 3., e ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 4., 2016, Ituiutaba, MG. **Anais** [...]. Ituiutaba: UFU – Campus Pontal, 2016. p. 1-9. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro William Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992. 352 p.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-229. 277 p.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020. 192 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 139-147. 277 p.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-99. 157 p.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 345 p.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218. 277 p.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 149-164. 277 p.

DUBY, Georges. A história: um divertimento, um meio de evasão, um meio de formação. *In*: LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy; DUBY, Georges; CERTEAU, Michel de; VEYNE, Paul; ARIÈS, Philippe; NORA, Pierre. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 41-43. 89 p. (Coleção Lugar da História).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Apresentação. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. vii-xxv. 277 p.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 3-13. 277 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O livro *Fontes Históricas* como fonte. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); BACELLAR, Carlos; GRESPLAN, Jorge; NAPOLITANO, Marcos; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; FUNARI, Pedro Paulo; LUCA, Tania Regina de; BORGES, Vavy Pacheco; ALBERTI, Verena; BACELLAR, Carlos. **Fontes históricas**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-22. 302 p.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PASSERINI, Luiza. A “lacuna” do presente. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 211-214. 277 p.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 236 p.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258 p.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 203-209. 277 p.

SAMPAIO, Débora Adriano; DANTAS, Esdras Renan Farias. Memória e representações: entre lembrança e esquecimento. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 03, n. 03, p. 62-75, set./dez., 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/581/613>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, n. 6, p. 191-201, jan./dez., 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282/289>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SELAU, Maurício da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/articulo/view/486>. Acesso em 05 fev. 2023.

SOUZA, Carla Monteiro de. A incorporação de relatos orais como fontes na pesquisa histórica. **Textos e Debates**: Revista do Centro de Ciências Humanas da UFRR, Boa Vista, n. 4, p. 59-66, 1997. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/986/794>. Acesso em: 21 jan. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385 p.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33-41. 277 p.

WOLFROMM, Jean-Didier. Quarenta anos de vida cotidiana. *In*: LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy; DUBY, Georges; CERTEAU, Michel de; VEYNE, Paul; ARIÈS, Philippe; NORA, Pierre. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 65-68. 89 p. (Coleção Lugar da História).

# O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E AS OBRAS DE WES GAMA: POR UM FUTURO ECOLÓGICO

LARA MARINHO SOUZA<sup>47</sup>  
ANA BEATRIZ BERNARDES<sup>48</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca relacionar diversas ações de resistência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) especialmente em Goiás, com o trabalho do artista Wes Gama e da produtora cultural Larissa Pitman. Pretendemos, nesta comunicação, abordar os temas da luta histórica por terras e as formas de resistência: pela ocupação, pela educação, mística, cultura e arte. As fontes escolhidas para iniciar o debate são os cadernos de educação e de formação, do MST e as obras “Sem Privilégios”[figura 1] (2019, mural no Rio de Janeiro) e “Peregrina do Alvorecer”[figura 2] (2022, mural em Goiânia) de Wes Gama.



Figura 4 “Sem Privilégios”, Wes Gama. Mural no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro- RJ, 2019

<sup>47</sup> Graduada licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (FH-UFG-2021).

<sup>48</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em História pela (PPGH-UFG) e graduada licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (FH-UFG-2022) e Mestranda no Programa de Pós Graduação em História pela (PPGH-UFG)



Figura 5 “Peregrina do Alvorecer”, Wes Gama. Mural no centro de Goiânia, GO. 2022

O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) é uma organização que tem como foco a luta histórica pela reforma agrária no Brasil. Este país de dimensões continentais, sofreu um processo de colonização e apropriação de terras, gerando uma concentração fundiária, começando com as sesmarias e chegando aos grandes latifúndios que atualmente pertencem, em grande maioria à agropecuaristas, empresas mineradoras e de celulose, brasileiras e estrangeiras. (Alentejano, p. 7, 2015). E o MST representa um, entre muitos outros, grupo que faz resistência a esse processo histórico de apropriação e acumulação latifundiária de terras.

É relevante lembrar que estas terras mercantilizadas não estavam nem estão vazias. Em seu texto “A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI” de 2015, o professor Paulo Alentejano faz uma ótima introdução à essa discussão, mostrando como ainda no presente, análises quantitativas que mostram que o Brasil é o maior país do mundo



com áreas cultiváveis, corrobora com uma visão de destino triunfal do agronegócio pelo potencial do país, sendo isso uma estratégia capitalista. Essa retórica ignora os diversos povos tradicionais que já vivem nesses lugares ou que estão em peregrinação, “como se nessas terras não houvessem indígenas, quilombolas, geraizeiros, seringueiros, quebradeiras de coco e babaçu e tantos outros que ocupam de maneira diversificada o espaço agrário brasileiro.” (Alentejano, 2015, p. 7).

## COLONIALISMO

Para esse trabalho começamos a trabalhar com os conceitos de “hegemonia” e “contra-hegemonia”. Os trabalhos desenvolvidos pelo MST, são por diversas vezes caracterizados como “contra-hegemônicos”, ou seja, contra a lógica dominante capitalista e neoliberal. Para o intelectual Antônio Gramsci, a “hegemonia” como conceito marxista, vem da ideia de que para além dos mecanismos de coerção e violência física, o Estado detém o poder ideológico, construindo nos indivíduos e coletivos a noção de que os interesses das classes dominantes são os interesses das classes dominadas mesmo que entrem em contradição com a sua vivência prática. Através das mídias, das instituições, de políticas públicas e práticas sociais, a “revolta proletária” seria evitada.

A hegemonia, em Gramsci, se relaciona com um conceito basilar, que é o da dominação do subalterno. Gramsci irá conceituar diversas formas em que esse domínio se dá, desde a dominação Estatal repressiva, até a dominação hegemônica por meio da cultura e do senso comum. Maciel, em “Estado e poder em Gramsci” irá definir esse conceito:

Gramsci parte da visão de que as classes subalternas estão submetidas à ideologia dominante por meio do senso comum, o que as impede de conscientizar-se de sua posição no processo social e as torna submissas ou até mesmo convencidas da validade do sistema de dominação social. Esta situação cria uma contradição entre sua ação prática, definida por sua posição nas relações de produção, e sua consciência teórica, delimitada pela ideologia dominante. Daí uma consciência de si e do mundo acrítica, fragmentada e desagregada. (Maciel, 2004, p. 12)

Pontuamos também, que temos uma perspectiva decolonial sobre a questão da terra e por isso não deixamos de trazer para o histórico colonial europeu que o Brasil tem. Ousando um anacronismo, podemos estender um pouco essa perspectiva da hegemonia desde o período colonial, em que a Coroa Portuguesa utilizava de muitos outros artifícios para sua dominação para além da escravidão e genocídio: através da imposição da língua, de leis, de religião e de costumes, que se moldou uma hegemonia ideológica portuguesa/europeia na colônia. Inclusive

as noções de latifúndio e monocultura são colonizadoras, são saberes eurocêntricos ensinados como únicos corretos e possíveis (Zimmermann, *et al*, 2021).

A colonização europeia e depois o neoliberalismo estadunidense formaram uma "cultura hegemônica", e mercantilizaram a terra, tirando seus sentidos de cultura, pertencimento e sacralidade que muitos povos tradicionais tinham e têm, e que o MST também tenta resgatar em sua própria maneira. De acordo com Gramsci, a classe trabalhadora inserida nessa lógica a-critica de realidade, não sai espontaneamente deste estado, e sim, é necessário a organização de classes. Assim, organizar e ocupar, tem se mostrado, na prática, a forma mais eficaz de enfrentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST possui, portanto, uma perspectiva contra-hegemônica em relação às ideias e práticas difundidas pelo grande capital latifundiário, que, através de uma agenda propagandista, assume ser a única forma eficiente de produção no campo, a mais barata e a que toma os moldes da produção em larga escala, fazendo com que o campo se torne uma adaptação de uma fábrica produtivista e que visa maximizar os lucros. Contudo, a partir da perspectiva contra-hegemônica do MST, percebemos que a noção de "superprodução" campesina é uma falácia. Com a agroecologia, conceito criado à partir da junção de duas ciências: agronomia e ecologia, os produtores, além de produzirem alimentos mais variados, também prezam pelo direito humano à uma alimentação adequada, livre de agrotóxicos e promovem a soberania alimentar, isto é, a capacidade de alimentar-se, de vencer a fome e a pobreza rural (SCHUTTER, p. 21, 2015).

Partimos do ponto que uma luta contra-hegemônica perpassa, também, o enfrentamento ao domínio epistemológico exercido pelas classes dominantes. Por isso, é muito comum que se pense, no marxismo, na importância de indivíduos que, epistemologicamente, repensem as construções ideológicas feitas a nível de senso comum. Esses indivíduos, idealizados por grande parte dos teóricos marxistas, seriam os intelectuais, estudiosos, acadêmicos, aqueles que seriam responsáveis pela liderança da classe operária.

No entanto, é preciso ter um cuidado para não cairmos em um elitismo, ao pensar no perfil dos teóricos-intelectuais, ou até mesmo em uma perspectiva colonial de intelectual. Gramsci irá definir que, aqueles que teorizam a favor da classe dominante, isto é, os teóricos burgueses (intelectuais que pensavam o mundo a favor do capital, interpretando o mundo para favorecer o pensamento hegemônico da burguesia) não são, em sua maioria, burgueses, mas viveram a serviço dessa classe, alguns como: Adam Smith, Stuart Mill, e Max Weber, dentre outros.

Gramsci irá conceituar esses intelectuais burgueses como "intelectuais mecânicos", já que eles não nascem de maneira espontânea. Seus discursos nascem da tentativa de, mecanicamente, mascarar as contradições do capital. Há, ainda, os intelectuais no sentido clássico, definidos pela esquerda marxista até então: os intelectuais tradicionais, aqueles que possuem um distanciamento em relação à dinâmica das classes sociais, guardam uma certa autonomia (Maciel, 2004, p. 10). A partir disso, lançando-se de um conceito inédito, Gramsci falará que os intelectuais não são apenas aqueles que vêm de uma educação acadêmica tradicional. Existe o intelectual, talvez o mais importante dentre eles, que nasce da vivência diária, cotidiana, a partir da racionalização de seu lugar no mundo e percepção de sua posição de explorado.

Em Gramsci todas as pessoas são intelectuais, ainda que nem todos trabalhem diretamente com o intelecto, é por isso que qualquer pessoa, quando começa a questionar seu lugar enquanto explorado se torna um "intelectual orgânico". Os intelectuais orgânicos, de Gramsci, são aqueles que se integram diretamente no processo de organização da hegemonia, aqueles que disputam a narrativa contra a hegemonia dominante, de maneira direta, ajudando a criar a consciência dos interesses que representarão sua classe.

A partir dessa perspectiva podemos analisar a escolha feita pelo Wes Gama e Larissa Pitman, ao definirem os temas dos murais aqui analisados. Independente dos limites da intencionalidade do artista e da produtora, ao fazer essa escolha eles estão agindo como intelectuais orgânicos. Decidir-se por temas políticos, por temas que evidenciam a questão da terra, do movimento dos trabalhadores sem-terra e de um futuro agroecológico, coloca-os na função de disputa de narrativa. Os murais, localizados no centro das grandes cidades, estão localizados em um espaço que anteriormente era marcado pela hegemonia das classes dominantes. Por isso, tal qual os intelectuais orgânicos fazem quando conscientizam sua própria classe, esses murais trazem a reflexão consciente sobre temas outrora apagados, sobre temas que, até então, não foram autorizados a ser colocados à mostra.

## **EDUCAÇÃO LIBERTADORA**

Bernardo Fernandes, em seu livro "a formação do MST no Brasil" pontua muito bem que, os trabalhadores rurais sem-terra não são apenas marginalizados, desapropriados, de ter uma terra - que representa a autonomia e sobrevivência - mas, também são privados, ao ocupar terras improdutivas pertencentes ao grande capital, de direitos básicos, como educação, transporte e saúde (Fernandes, 2000, p. 222).

Frente a isso, o MST tem diversas formas organizadas de se opor e buscar reverter as consequências negativas que o agronegócio traz para essas populações e para o próprio ecossistema por onde passa. A ocupação física do espaço é a principal forma de luta direta do movimento, explicitada pelo lema criado no Encontro Nacional de 1989: “ocupar, resistir e produzir”, mas existem outras formas, igualmente importantes, de organização dos sem-terra, que dão a eles sentido de pertencimento e identidade. Para Fernandes (2000, p. 227) existe toda uma mística, isto é, um sentimento de pertença ao grupo, a cultura e educação, que os forma enquanto companheiros de luta, certos sobre a importância da resistência, apesar da criminalização midiática que o movimento sofre.

O MST busca, desde 1992, quando foi lançado o primeiro boletim da educação, trazer uma educação libertadora, que ensine de maneira prática, criativa e artística. Formando indivíduos capazes de trabalhar no campo e entender a importância da luta e da mística do movimento. A arte é um fator determinante para a educação dos “sem terras”,

Para nós, a arte é como uma arma apontada para o futuro, pois deve estar comprometida com a transformação social e com a crítica ao mundo desagregado regido pelo capital. Por isso, acreditamos que as produções artísticas podem ser formativas pela conscientização a partir do processo coletivo de construção e pela modificação do meio ambiente no qual elas sejam construídas e instaladas. Por exemplo, uma turma pode elaborar e pintar um painel numa das paredes ou muros da escola e essa intervenção vai ficar permanentemente como a memória ativa daquela reflexão e trabalho coletivo. (6º concurso nacional de arte-educação do MST: como fazer a escola transformando a história? setembro de 2006)

## **FUTURO**

Esse é o início de uma extensa investigação que buscamos fazer. Portanto, algumas fontes que queremos investigar ainda não são totalmente acessíveis, como por exemplo, a produção de um material de entrevista com o artista Wes Gama e a produtora e geógrafa Larissa Pitman. Ambos intensamente presentes na cena artística e política goiana. Suas obras são muitas vezes organizadas e pensadas por ela, e executadas por ele, especialmente as que têm algum tipo de financiamento público ou caráter político, mais uma vez reforçando o caráter de “intelectuais orgânicos”.

Mesmo sem as entrevistas organizadas, já podemos mapear a ligação deles com o Movimento: Ambos são militantes da esquerda e frequentam diversos eventos e participam de ações e campanhas de mobilização política. Nas eleições de 2022, declararam voto em suas redes sociais a candidatos ligados ao MST. Também de 2022, a produtora Larissa Pitman fez

um tocante trabalho de curadoria intitulado “Memória e resistência: cartas da terra” em que expôs no centro de Goiânia as cartas trocadas pelo dirigente do MST GO Valdir Misnerovicz com familiares, amigos e membros do MST de todo o Brasil, quando foi preso de 2016 com a acusação de terrorismo por liderar ações do Movimento em Goiás<sup>49</sup>. Além da curadoria e organização da exposição feita por Larissa, a arte de divulgação da noite de abertura ficou por conta do artista Wes Gama [figura 3].



Figura 6 - Folder de divulgação da Mostra Cultural “Memórias e Resistência: cartas da terra” de 2022 com curadoria de Larissa Pitman. Arte do folder de Wes Gama (2022).

<sup>49</sup> SAMPAIO, Cristiane, BORGES, Lizely. STJ concede habeas corpus a preso político do MST de Goiás. **Brasil de Fato**. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/18/stj-concede-habeas-corpus-a-preso-politico-do-mst-de-goias>. Acesso em: 2 de maio de 2023

As outras fontes que vamos começar a trabalhar, que também são obras do casal, são os murais citados anteriormente: “Sem Privilégios” (2019, mural no Rio de Janeiro) peça que fez parte do Festival Arte Core no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; e o recente mural “Peregrina do Alvorecer” (2022, centro de Goiânia), obra trata do acesso à terra e da diáspora que muitas famílias têm de fazer. Começando pela escolha de mídia, o muralismo é umas das formas mais anciãs de artes visuais e por todas as civilizações ocupou papéis distintos. Desde o século XX, muitos movimentos sociais do Sul Global vêm utilizando nessa técnica para expor ideias, fazer denúncias sociais e questionar autoridades,<sup>50</sup> pois é, geralmente feito em grandes centros urbanos em espaços com grande visibilidade e movimentação de pessoas, funcionando como uma técnica extremamente impactante e democrática.

Em “Sem Privilégios” temos como personagens centrais duas mulheres com identificações do MST carregando um carrinho muito característico de catadores ou de retirantes mesmo, pessoas que estão sem acesso à terra e carregam tudo que têm em busca de uma nova perspectiva de futuro. No carrinho há bolsas e caixas, filtro de barro, garrafas, brinquedos, plantas, etc. e também três crianças, remetendo a essa condição de vulnerabilidade familiar.

Já em “Peregrina”, a própria Larissa Pitman comentou sobre a obra dizendo “Num momento em que a fome assola o país, o artista Wes Gama propõe uma reflexão através da imagem de uma mulher cabocla em peregrinação, carregando uma criança junto a uma sacola de alimentos. Uma imagem potente e sensível.”<sup>51</sup> Dando continuidade a esse diálogo sobre o acesso à terra. Esse mural faz parte do circuito de murais<sup>52</sup> pensados por ela em nome da sua produtora chamada “Valenta Brasil”. Esse mural, traz para o centro e visibiliza um debate que, para muitos, poderia ser somente referente ao campo: a degradação do cerrado, a fome e o desmatamento.

Toda essa relação urbano-rural será estudada e aprofundada posteriormente na pesquisa a partir de entrevistas com integrantes do MST, com a Larissa e o Wes Gama. Com os dois, ainda, pretendemos dialogar sobre outros elementos artísticos e simbólicos das obras, tais como seus objetivos políticos e/ou pedagógicos.

E por fim, gostaríamos de levantar o debate de como as obras de Wes Gamas podem ser usadas para expandir o diálogo sobre o acesso à terra, as perspectivas de futuro ligadas à

<sup>50</sup> A título de exemplo dos murais mexicanos do artista Diego Rivera, do Movimento Chicano em Los Angeles nos meados do século XX com Yreina Cervantez, e do boliviano Miguel Alandia Pantoja.

<sup>51</sup> PITMAN, Larissa. **Mural Peregrina do Alvorecer**. Goiânia, 2 jun 2022. Instagram: @valenta\_brasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeT8pVDOB5P>. Acesso em: 30 mar 2023

<sup>52</sup> O circuito se chama Manifesto Urbano e já conta com 5 murais na capital goiana, sendo 4 de Wes Gama.

agroecologia, para além de uma mera ilustração, e sim um documento histórico, afim de questionar a hegemonia cultural. Também vale ressaltar sobre a questão de arte e cultura no MST, que há uma vasta bibliografia de dissertações, teses e artigos que estamos mapeando e a maioria desses trabalhos mostra o quanto o fator cultural é fundamental para o MST, como ferramenta de solidariedade, de construção de consciência de classe e de memórias coletivas, além de dar símbolos estéticos ao movimento. Ou seja, a cultura como parte da dominação hegemônica das classes dominantes, também está sendo tomada e ocupada para reconstruir símbolos relacionáveis e que unifiquem os trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALENTEJANO, P. R. A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI. **Observatório Geográfico América Latina**, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf>. Acesso em: 3 mai 2023.

ALMEIDA, Rosivaldo Pereira de. Educação não-formal: os cadernos de educação do MST e a identidade política dos “sem terra”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.1163.pdf>. Acesso em: 2 mai 2023

BRENNAND, E. M. **“Enquanto governa a maldade, a gente canta a liberdade” Coletivo de Cultura do MST: Caminhos para a criação de uma cultura contra-hegemônica**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo, p. 162, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153343>. Acesso em: 20 abr 2023.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACIEL, D. **Estado e poder em Gramsci**. In: BARBOSA, Walmir (Org.). **Estado e poder político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social**. 1ed. Goiânia: Editora da UCG (Universidade Católica de Goiás), 2004, v. 1, p. 213-249.

PITMAN, Larissa. **Mural Peregrina do Alvorecer**. Goiânia, 2 jun 2022. Instagram: @valenta\_brasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeT8pVD0B5P>. Acesso em: 30 mar 2023.

SAMPAIO, Cristiane, BORGES, Lizely. STJ concede habeas corpus a preso político do MST de Goiás. **Brasil de Fato**. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/18/stj-concede-habeas-corpus-a-preso-politico-do-mst-de-goias>. Acesso em: 2 mai 2023.

**6º Concurso Nacional de Arte-Educação do MST**. mst.org, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 5 mai 2023.

# DECOLONIALIDADE: A LÓGICA DAS RELAÇÕES DE PODER E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO

LILIANE FERREIRA MENDES CAMPOS<sup>53</sup>

O objetivo do presente artigo é apresentar conceito de decolonialidade bem como entender a lógica das relações de poder causadas pelo colonialismo e que se expressa na modernidade, na forma da colonialidade. A metodologia a ser usada será a revisão sistemática sobre o assunto, ancorada nas formulações de autores latino-americanos, aglutinados no paradigma modernidade-colonialidade, e que permitem compreender a lógica das relações coloniais de poder que existiram, e ainda existem, nos países que foram colonizados, mesmo após o fim da colonização e que foram produzidas pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Mediante esta congruência, é importante o estudo sobre o conceito e perspectiva decolonial, desenvolvida por intelectuais, com vistas a construir um referencial teórico contestador deste raciocínio colonial. Diante disto, lança-se a seguinte pergunta: O pensamento decolonial contribui, na prática, para a emancipação da lógica da colonialidade na América Latina? Nota-se que esta concepção contribui, de forma lenta, porém gradual, para a construção de pensamentos e ações que levam à emancipação do pensamento eurocêntrico, mas ainda há muito que se conquistar para que esta emancipação ocorra de fato, pois é possível perceber que persistem a influência e a supremacia na América Latina, não somente eurocêntrica, mas também de países do centro.

**Palavras-chave:** Relações de poder. Eurocentrismo. Colonialidade. Decolonialidade.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objeto de investigação a decolonialidade: a lógica das relações de poder e a busca pela emancipação dos países periféricos. E porque falar de decolonização? Só é possível decolonizar porque houve uma colonização no passado e o fato de os países da América Latina não serem mais colônias não significa que deixaram de ser, pensar e existir como colônias. Mesmo com a conquista da independência, o domínio imposto pelos países ocidentais ainda perdura na América Latina, na forma de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento, o que ainda os mantém numa situação de povos subjugados.

Pode-se sentir os efeitos da colonização ao perceber as desigualdades históricas que se perpetuam nessas sociedades, seja de forma econômica, política, social, cultural, étnico-racial ou de gênero. O ponto de partida é a observação e compreensão que as populações desses países

---

<sup>53</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: lilianemendes.prof@gmail.com.



desenvolveram modos de pensar de forma a reproduzir as “verdades” eurocêntricas repassadas por séculos, num contexto de modernização conservadora, onde se percebe relações de dominação e dependência, as quais reforçam estas desigualdades e violências como características marcantes dos países periféricos e cuja base é colonial.

Este artigo discute sobre a decolonialidade, considerando que esta última busca superar esses impactos e se desprender de uma lógica eurocêntrica que reforça esta visão única da história e que continua a manter o domínio dos países do centro, em relação aos países periféricos.

Como pontua Aníbal Quijano (2005), a colonialidade vai além do colonialismo e não deixa de existir por conta da independência ou descolonização das nações que foram colônias. Isto implica dizer que as relações de exploração, próprias do colonialismo, são reproduzidas pela colonialidade nos dias atuais.

A teoria decolonial, na visão de Walsh (2009), é marcada por lutas contra a violência ocasionada pela hegemonia da ciência colonial/moderna, que teve início na América, no final do século XV, e que chegou, nos séculos seguintes, a quase todos os países.

A decolonialidade, ao reinterpretar e construir novas epistemologias como alternativas à modernidade eurocêntrica, contribui para a emancipação dos países periféricos, em relação aos países do centro, na busca por superação, em relação a esta influência, que mantém a América Latina numa situação colonial, mesmo que não estejam mais sujeitas à administração colonial. A decolonialidade é um pensamento utilizado e defendido por um grupo de intelectuais latino-americanos que tem como objetivo a emancipação do conhecimento eurocêntrico. Para esta análise e revisão teórica, utilizar-se-ão como referenciais os intelectuais do grupo modernidade/colonialidade, especialmente, Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, entre outros.

O cenário que se pode perceber com a dinâmica da colonialidade é que existe a disseminação do ódio, do racismo, da discriminação e da exploração, o que, portanto, demonstra a face perversa da colonialidade. Frente a isto, o pensamento decolonial critica duramente esta colonialidade, o que acaba por fomentar as lutas contra este imperialismo e levar os países periféricos a criar condições para a sua emancipação. Assim, faz-se necessário um esforço para derrotar este pensamento dominante eurocentrado e pensar outras maneiras de existir e de fazer que não seja necessariamente a europeia.

Com base nisto, o presente artigo se propõe a apresentar, em primeiro lugar, uma análise do pensamento decolonial e, em seguida, sobre o conceito de colonialidade do poder.

## PENSAMENTO DECOLONIAL

A colonização da América Latina foi marcada pela destruição da civilização e da cultura dos povos ameríndios que aqui viviam, além de ter sido imposto a cultura do colonizador. A Europa estabeleceu o seu domínio sobre a cultura desses povos e dessa forma passou a exercer o controle sobre as subjetividades articuladas na nova ordem capitalista.

Porque falar de decolonização? Só é possível decolonizar porque houve uma colonização no passado e o fato dos países da América Latina não serem mais colônias, não significa que deixamos de ser, pensar e existir como colônias. Mesmo com a conquista da independência, o domínio imposto pelos países ocidentais ainda perdura na América Latina, seja na forma de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento nos mantendo, ainda, numa situação de povos subjugados. O pensamento decolonial vem difundir ideias para que a América Latina conquiste a sua emancipação em relação aos países do Centro e que se possa ver reconhecido, valorizado e respeitado os povos desses países, bem como o que se produz o conceito de decolonialidade seja entendido.

a despeito de sua diversidade, como um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação (Mota Neto; Streck, 2019, p. 208-209).

O pensamento decolonial surgiu como um movimento para se opor à fundação da modernidade/colonialidade, como defende Mignolo (2007). O pensamento decolonial vai propor uma nova visão para se entender a modernidade procurando romper com a visão eurocêntrica que se perpetuou por séculos na história. Esse termo decolonial ele foi construído depois da construção do termo modernidade colonialidade. “A opção decolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (Mignolo, 2007, p. 41).

O pensamento decolonial propõem uma lógica diferente da lógica da modernidade capitalista. Ela desenvolve um pensamento que dá voz aos povos subalternos. A teoria decolonial é, como disse Walsh (2009), um caminho de luta. Luta contra a violência provocada pela hegemonia da ciência colonial/moderna iniciada na América no final do século XV e levada, nos séculos seguintes, a praticamente todos os rincões do planeta.

A “opção decolonial” é uma construção do grupo de intelectuais latino-americanos as Modernidad/Colonialidad (MC), fundado no fim dos anos 1990, propondo “a radicalização do argumento pós-colonial” (Ballestrin, 2013, p. 89).

A palavra modernidade é entendida pelos intelectuais decoloniais como uma tradução eurocêntrica da modernidade, no qual os europeus excluem os países não europeus desse processo histórico, e devido a essa visão os estudos decoloniais fazem duras críticas e contestam essa versão eurocêntrica da história.

Em julho de 2002, Arturo Escobar, antropólogo colombiano e professor da Universidade da Carolina do Norte, apresentou um trabalho no terceiro Congresso Internacional de Latinoamericanistas, em Amsterdã, intitulado "Mundos e conhecimentos de outro modo", no qual fazia referência ao grupo de pesquisa "Modernidade/Colonialidade". O trabalho apresentado analisava e relatava a perspectiva de um grupo que busca um mundo melhor e um projeto epistemológico novo. Trata-se, em síntese, de uma construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas” (Oliveira; Candau, 2010).

Pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (Mignolo, 2017).

Pode-se compreender que o pensamento decolonial, proposto pelo grupo modernidade colonialidade, propõem uma nova forma de ser, pensar e existir no mundo, para que a América Latina conquiste a sua emancipação, de forma a suplantando a colonialidade, que mantém essa lógica da modernidade capitalista eurocentrada, e que reforça a supremacia europeia, consequentemente mantendo esses povos nessa situação de subjugação a tantos séculos.

## **COLONIALIDADE DO PODER**

O conceito de colonialidade foi criado entre os anos de 1980 e 1990, por Aníbal Quijano, sociólogo peruano que participou do grupo modernidade/colonialidade (Mignolo, 2017). Já a colonialidade do poder é uma definição pautada em um dos elementos basilares do padrão de poder, a classificação social básica e universal da população mundial com base na ideia de “raça” (Mignolo, 2002).

É importante ressaltar que, ao se falar em raça, não há como fugir do questionamento sobre a origem do conceito dela, cuja classificação busca normatizar as diferenças por intermédio da ideia de “um elemento da natureza que tem implicações sociais” (Quijano, 1998, p. 101). O fenômeno do racismo é vastamente investigado, porém são pouquíssimas as discussões em torno da origem do conceito “raça”.

De acordo com Quijano (1998, p. 102), define-se raça como uma moderna ferramenta de dominação social, “constructo ideológico, que nada tem a ver com a estrutura biológica da espécie humana, e tudo a ver, em compensação, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado”.

A ideia e a classificação social de raça surgiram há 500 anos. A raça se mostra como a mais intensa e duradoura expressão da dominação colonial, o que foi imposto a toda a população mundial no decorrer da expansão do colonialismo europeu. Na concepção de Quijano (1998), isto constitui um jogo de imposição ideológica, tida como requisito para a classificação social, disseminada e absorvida de forma universal.

O fenômeno denominado de poder se destaca como uma modalidade de relação social formada pela co-presença constante de três elementos, quais sejam: dominação, exploração e conflito. Estes fatores influenciam as quatro principais áreas da existência social: a) o trabalho; b) o sexo; c) a autoridade coletiva (ou pública); e d) a subjetividade/intersubjetividade, todos com seus recursos e seus produtos. Entretanto os tipos de existência social em cada uma das áreas citadas não originam umas das outras, embora seja inconteste que não existem ou operam de forma individual ou independentes entre si. Em virtude destas particularidades as relações de poder, ou a disputa pelo controle destas áreas ou âmbitos de existência social, apenas podem existir independentemente das outras de maneira intempestiva e precária. Ou seja, estes fatores juntos formam um complexo estrutural, de caráter eminentemente histórico e específico, de modo que se trata de certo padrão histórico de poder (Quijano, 2002).

Na atualidade, o padrão de poder do mundo tem por base a articulação entre a colonialidade do poder (ideia de “raça”), como alicerce do padrão universal de classificação social básica e de dominação social. Além disto, o capitalismo se destaca como padrão universal de exploração social. O Estado, na posição de centro universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica. O eurocentrismo se destaca como um tipo hegemônico de controle da subjetividade/intersubjetividade, principalmente na forma de produzir conhecimento (Quijano, 2002).

Diante disto, ela não tem ligação apenas com uma hierarquia pautada em raça/etnia e trabalho, mas, também, tem relação com questões sexuais, de gênero, de conhecimento, de

linguagem, religiosas etc. Porém, não é possível explicar e transformar este divergente e complicado sistema de hierarquia por meio do padrão infra-estrutura/superestrutura, posto que engloba um múltiplo, desuniforme e difícil processo de compreensão e transformação. Assim sendo, a colonialidade de poder é uma característica da modernidade, ou seja, colonialidade e modernidade são duas faces de uma moeda só. Frente a isto, Dussel (1994) pontua que, se a modernidade se mostra como emancipadora para um, pode não ter a mesma positividade para o outro, haja vista que pode ou não significar a origem de uma violência sacrificial, encoberta por projetos de cristianização, civilização, desenvolvimento e democratização.

Quando se analisa a estrutura da sociedade brasileira, é possível se observar uma clara eternização das hierarquias raciais que existem desde o período da escravidão, de acordo com a perspectiva da colonialidade do poder. Há uma divisão clara pautada nas ocupações realizadas pelos mestiços de pele mais clara, estes que se encontram nas universidades, principalmente nos cursos que ostentam status e prestígio, assim como nos cargos de gestão e chefia, no Judiciário e na política. Já os mestiços mais escuros, representados em todas as funções já citadas e sobrerrepresentados naquelas subalternas, em especial as que ofertam remuneração mais baixas e que requerem força física. Por outro lado, os mestiços mais escuros geralmente são estereotipados ou invisibilizados, nas representações sobre o Brasil moderno (Figueiredo; Grosfoguel, 2009).

Nota-se, então, que o padrão mundial de poder sempre esteve impregnado de todas e cada uma das áreas de existência social, além de se apresentar como a mais intensa e eficiente maneira de dominação social, material e intersubjetiva. Em virtude disto, constituem a base intersubjetiva mais universal de dominação política no âmbito do padrão de poder (Quijano, 2000). Frente a isto, as identidades geoculturais e sociais a nível mundial estão subjugadas à classificação de raça, que culminou com a justificação do poder mundial capitalista eurocentrado, que parte de uma particular distribuição do trabalho no mundo, em que as estruturas de base influenciam até os dias atuais na formação e dinâmica dos Estados modernos (Flores, 2016, p. 109).

Infere-se, assim, que está incluso na colonialidade do poder que se verifica no Brasil, assim como em outros países das Américas. Consoante explicação de Aníbal Quijano (1993, 2000), as independências latino-americanas e norte-americanas, desde o século XVIII, exceto no Haiti, foram “independências coloniais”. Este antagonismo tem relação com o fato de que a luta pela independência dos brancos crioulos, ou mestiços claros, jamais descolonizou a hierarquia étnico-racial do poder político, econômico e social formado no decorrer do colonialismo europeu nas Américas (Figueiredo; Grosfoguel, 2009).

O comentário de Quijano (2000) aborda a falta de argumentos sólidos dos colonizadores, entre as definições de “raça” e de “cor”. Vê-se, então, que não existe na Biologia nenhum comportamento fisiológico diverso entre as chamadas raças, seja no funcionamento mais básico e microscópico dos organismos, seja nos mais complexos. Acredita-se que o código genético traz consigo informações acerca dos elementos corporais externos de cada pessoa, mas que não guarda relação com funções, comportamentos ou características biológicas próprias de certas “raças”. Ainda que houvesse possibilidade de relacionar algumas “cores” com a noção de superioridade com relação a outras, é certo que não teria como fazê-lo. Todavia, isto induz ao reconhecimento de que a divisão de raça ocorre num momento histórico e político em que existia uma necessidade de justificativa de uma série de barbáries cometidas contra aqueles que eram tidos como “o diferente”, o “bizarro”, os “primitivos”, com base em um olhar eurocêntrico e colonial, com vistas a hegemonia e poder.

O Estado independente foi nomeado e gerido pelos descendentes dos espanhóis, portugueses e britânicos nas Américas, de forma a deixar imaculada as hierarquias raciais que existiam. Mesmo que os Estados fossem independentes, nominalmente, dos impérios europeus, na realidade eles eram coloniais com relação a dois processos: as relações de poder na divisão internacional do trabalho no aspecto global, em que os impérios europeus, e mais recentemente o império norte-americano, exploravam a periferia; e as relações de poder raciais e de classe no contexto interno de seu território. Os negros, pardos, mestiços e indígenas permaneceram nas posições mais baixas e mais subjugadas da sociedade (Figueiredo; Grosfoguel, 2009).

A maior parte dos indígenas foram aniquilados no processo de “colonização”, por intermédio da ação de um dos maiores genocídios da história da humanidade, foram expostos à exploração através de relações de subalternidade e servidão, em que eram tidos apenas como uma mão-de-obra descartável. Porém, os negros africanos tinham classificação de sua raça, em que se verifica, desde o início desta classificação, um estágio de desenvolvimento humano primitivo (Flores, 2016).

À medida que foram construindo as relações na América Latina, inclusive no Brasil, o aspecto social dos povos indígenas e negros a todo tempo foi organizada por meio das ideias de inferioridade, de estágio de desenvolvimento primitivo, pautadas pela perspectiva eurocêntrica/etnocêntrica e em função de relações oriundas de todo o processo de Colonialidade do Poder (Segato, 2012).

A concepção do mundo colonial do capitalismo foi substituída por uma estrutura de poder pautada em elementos de suma importância, o que representou uma novidade histórica. Por uma vertente, houve a junção de várias relações de exploração e de trabalho (escravidão,

servidão, reciprocidade, assalariamento, pequena produção mercantil), em torno do capital e de seu mercado. Em contrapartida, nota-se a produção de novas identidades históricas, ‘índio’, ‘negro’, ‘branco’, e ‘mestiço’, impostas depois como as categorias básicas das relações de dominação e como base uma cultura de racismo e etnicismo (Quijano, 2005).

A associação de uma raça a uma posição de trabalho tornou possível aos brancos o privilégio do trabalho assalariado e relegou aos negros e os índios, considerados uma raça inferior, a condição de trabalho escravo ou servidão. Isto culminou na determinação do que Quijano denomina como “geografia social do capitalismo”. Isto implica dizer que todas as maneiras de controle do trabalho assalariado se articulavam em torno do capital, o que faz com que este assumisse posição de domínio sobre aquelas, medida que foi concentrada geograficamente na Europa, fazendo com que o continente europeu se constituísse como o centro do mundo capitalista (Quijano, 2005).

Para além do desenvolvimento de novas identidades históricas, e relações de exploração e de poder modernas, surgiu, ainda, novas relações sociais intersubjetivas, inclusive o racismo. A decomposição do regime de escravidão e senhorio ocorreu, no Brasil, desprovido da destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que salvaguardassem eles na transição para o sistema de trabalho livre. Eximiu-se os senhores da responsabilidade por manter e proteger os libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição se incumbisse de uma responsabilidade especial de prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. Os cidadãos livres foram convertidos, de forma sumária e abrupta, em responsáveis por eles mesmos e por seus dependentes, sem que para tanto tenham meios materiais, diante de uma economia competitiva. Estas particularidades da realidade das pessoas do antigo agente do trabalho escravo deram à abolição características de uma expropriação extrema e cruel, se mostrando, com o tempo, como uma ironia atroz (Fernandes, 2008, p. 29).

Quando se fala em colonialidade do poder, isto leva a uma matriz ou padrão de poder muito complicado, pautado em três pilares: o conhecimento ou epistemologia, a compreensão ou hermenêutica e o sentir (*aesthesis*). Diante disto, estas seriam as possibilidades de entendimento do que se costuma entender por modernidade, que considera aspectos invisibilizados pelo discurso ocidental. Atualmente, a produção do conhecimento científico baseava num único modelo epistemológico, como se o mundo fosse monocultural, que descontextualizou o conhecimento e buscou obstaculizar a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma (Santos, 2010).

O processo de colonização/dominação que iniciou no século XVI nos países europeus, persiste até os dias atuais, em que o principal ator e mantenedor da colonialidade o poder estatal. Isto implica diretamente numa distinção entre colonialismo e colonialidade, em que o colonialismo está ligado à situação de dominação política, econômica e territorial de uma determinada nação com relação a outra de território diversos, como se observa na colonização do Brasil por Portugal ou nas colônias espanholas na América Latina, das colônias inglesas na África etc., superadas pela independência política. Concomitantemente,

a colonialidade do poder se destaca como um dos elementos constitutivos e próprios de um padrão internacional de poder capitalista. O fundamento principal é a imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como centro daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social (Quijano, 2009, p. 73).

Os povos originários não tinham direitos assegurados na prática até o século XXI, motivo pelo qual intensificam suas atitudes em busca da garantia dos direitos, em virtude de saberem quanto a “modernidade” era destruidoras e violenta na relação da separação. Num contexto globalizado, o outro, o diferente, apenas tem espaço como manifestação folclórica, mas não como possibilidade de viver a partir de sua cosmologia e cosmografia. Nesta realidade a violência é a busca por impedir que vivenciam suas próprias práticas. Em meio ao pensamento ideológico ocidental moderno, tanto os de direita, quanto os de esquerda, observa-se pressupostos relativos aos povos indígenas semelhantes. Os indígenas, negros e mestiços têm consciência de que a conquista de seus territórios favorece o rompimento da colonidade do poder. Entrementes, é neste campo que a violência se manifesta mais fortemente, haja vista que é exatamente o espaço em que a sociedade não indígena, especialmente os detentores do poder, mais resistem (Brighenti, 2015).

Por obvio, ainda que seja a mais tirana força da colonização, por intermédio da qual extirpou-se centenas e milhares de indígenas, suas respectivas línguas e seus conhecimentos, conseguiram calar estes povos e saberes. Portanto, a colonialidade do poder é formada pelo padrão de poder que parte do processo conhecido como modernidade, a decolonialidade, ou resistência política, linguística e de desobediência epistêmica. Esta se insere nas relações interculturais e constitui a colonialidade do poder. A interculturalidade crítica, considerada como processo social, político e epistêmico, pode ser tida como o mesmo que decolonialidade, haja vista que, ainda que tenha em conta as relações assimétricas estabelecidas pelo colonizador em termos políticos, sociais e epistêmicos, não se pode negar a influência recíproca exercida



por parte daqueles que foram historicamente subjugados. Frente a isto, a decolonialidade surge concomitantemente com a colonialidade do poder. Os indígenas que sobreviveram, com seus conhecimentos e suas línguas, comprovam a decolonialidade como processo de resistência e afirmação identitária (Nazareno, 2017).

## CONCLUSÃO

A proposta do presente estudo foi discorrer sobre os conceitos de decolonialidade, assim adentrar na discussão acerca da lógica das relações de poder surgidas com o advento do colonialismo e que continuam vigorando, na forma da colonialidade. Frente a esta situação, lançou-se questionamento acerca da contribuição do pensamento decolonial para a emancipação da lógica da colonialidade na América Latina.

Ao empreender estudos junto à literatura, constatou-se que, em que pese as lutas e seu, ainda que discreto, sucesso, após décadas ainda persiste, mesmo que de forma velada, um pensamento colonial, marcado pela dominação de poder dos países do centro, em relação aos países periféricos. Notou-se que a decolonialidade surgiu como um movimento voltado para o combate da colonialidade e os males que ela causa à sociedade. Contudo, muito ainda precisa ser feito para que, de fato, se rompa esta supremacia dos países europeus.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 89-117, 2013.

BRIGHENTI, Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos**, v. 16, n. 32, p. 103-120, set./dez. 2015.

DUSSEL, E. **El Encubrimiento del Otro – Hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: Facultad de Humanidades y Ciencias de la educación, Universidad Mayor de San Andrés, Plural editores, 1994.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FLORES, T. **Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado**. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MIGNOLO, W. “El Potencial Epistemológico de la historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui”. In: MATO, D. (Org.). **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 6, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: GÓMEZ, S. C.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46.

MOTA NETO, J. C. da; STRECK, D. R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019.

NAZARENO, E. Revisitando o debate acerca da modernidade a partir da colonialidade do poder e da decolonialidade. **Revista Nós, Cultura, Estética e Linguagens**, v. 2, n. 2, p. 31-49, 2017.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.). **Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales** (Bueno Aires: ClacsoUnesco, 2000. p. 201-246.

QUIJANO, A. Colonialidad, Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, Lima, v. IX, n. 9, 1998.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. de P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 73.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, a. 17, n. 37, p. 4-28. 2002.

QUIJANO, A. Colonidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectiva latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de: Rose Barboza. **E-Cadernos CES**, v. 18, p. 106-131, 2012.

WALHS, C. Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Abya-Yala: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

# MEMÓRIA DE IMIGRANTES ESPANHÓIS CHEGADOS A GOIÂNIA NA DÉCADA DE 1960: RELATOS SOBRE AS MOTIVAÇÕES PARA EMIGRAR E PROCESSOS DE ACULTURAÇÃO

LIZ FERNANDES DE PAULA<sup>54</sup>

ANTÓN CORBACHO QUINTELA<sup>55</sup>

## INTRODUÇÃO

Segundo o estudo *Panorama da Migração em Goiás*, realizado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB (2014, p. 30), em 2012, sob a classificação “Nacionalidade dos trabalhadores formais estrangeiros por país da Europa em Goiás – 2012”, havia, neste estado, 48 imigrantes espanhóis. É um número relativamente insignificante, mas, de fato, entre os trabalhadores europeus em Goiás, trata-se, na atualidade, do segundo grupo de europeus, só superado numericamente pelos portugueses, com 103 imigrantes. Trata-se, além disso, de um grupo concentrado na capital, Goiânia.

Contudo, esse número é irrisório se comparado com a quantidade de emigrantes goianos na Espanha, isto é, 7.095 (19,95% dos emigrantes de Goiás), um número unicamente superado pelos 8.024 goianos que trabalhavam em 2011 nos Estados Unidos de América (22,56% do total), o país mais atraente para os trabalhadores de Goiás (Instituto..., 2011, p. 14). Esse número – 48 imigrantes espanhóis em Goiás – também é irrisório considerando a quantidade de espanhóis residentes no Brasil; segundo o Governo do Reino de Espanha (Espanha, 2008), em 2008 viviam neste país 65.629 espanhóis (deles, 44,26% galegos – o maior grupo entre as nacionalidades da Espanha presentes no Brasil). Consequentemente, é óbvia a inferência de que Goiás, em nenhum momento, foi um destino para a maioria de trabalhadores espanhóis que vieram ao Brasil na procura de fortuna. Todavia, embora poucos, houve e há espanhóis neste estado.

É preciso esclarecer que as estatísticas, ao apontar o trabalhador estrangeiro, isto é, o imigrante, excluem desse estatuto a categoria de cooperante e missionário. Ao serem contabilizados os estrangeiros, sempre foram diferenciados os estrangeiros temporais dos

---

<sup>54</sup> Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Graduanda em Letras Português.

<sup>55</sup> Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Filologia Galega.

estrangeiros permanentes; englobam o primeiro grupo os turistas, os estudantes, os investigadores e os cooperantes e missionários; ao segundo grupo pertencem os imigrantes – os trabalhadores. Isso tem derivado em que, no caso do Estado de Goiás, nas contagens de imigrantes europeus, não tenham sido incluídas as, aproximadamente, seis dezenas de padres e freiras destinados, ao longo do séc. XX, pelos seus superiores, a Goiás com a finalidade tanto de participar nas pastorais quanto de assumir labores de ensino em colégios das congregações ou ordens religiosas.

O percurso, em Goiás, de uma dessas ordens – a Ordem Sacerdotal Agostiniana – foi exposta no livro *Resenha Histórica: Vicariato da Província de Castela no Brasil (1933-1992)* (Gutiérrez, [s.d.]); essa obra destacou o labor dos agostinianos espanhóis estabelecidos neste estado, predominantemente em Goiânia. Inclusive, um agostiniano, José Ramón Calleja, publicou, em 1935, em Ipameri, um livro de poemas de espanhol em cuja apresentação justificava como se segue a sua decisão de abandonar o uso da língua espanhola em favor do português: “E como a arte de falar, para mim, só pode ser um meio para cumprir minhas obrigações sacerdotais, nem é preciso dizer a qual das duas devo dar preferência, estando como estou no Brasil” (Calleja, 1935, s. p.).

Por sua vez, os padres espanhóis da Companhia de Jesus foram apontados no artigo “Os Jesuítas e a UCG: Três textos” (Vaz, 1979); dentre esses padres, destacou-se especialmente, no campo acadêmico, Luis Palacín Gómez. Palacín optou pelo estudo da história de Goiás e não focou, nos seus trabalhos publicados no Brasil, questões relativas à Espanha. Nem tão sequer, na criação literária, Palacín deixou transparecer a sua origem espanhola; o livro de poemas *Do sempre e do instante: elegias cósmicas* (Palacín, 1977) não mostra marcas das que se possa inferir que Palacín era um estrangeiro.

Essa aculturação revelada por Calleja e por Palacín é também uma característica da família criada em Goiás por um casal de imigrantes espanhóis – a família Garcia – da qual procede o sujeito que, até o momento, entre os descendentes de espanhóis, teve maior relevância no campo político goiano. Paulo Garcia foi prefeito de Goiânia entre 2010 e 2016; os avôs dele foram os imigrantes galegos José Garcia Vieitez e Purificación Garcia Edreira, estabelecidos, na década de 1920, como construtores e comerciantes em Urutaí e, por volta de 1942, em Goiânia. A trajetória desse casal foi sumariamente exposta por Hugo Walter Frota Filho e Ubirajara Galli (2020, p. 296-302); esse casal de galegos, inserido plenamente no campo econômico mediante pequenas empresas, não assinalou a sua procedência estrangeira nos negócios que desenvolveram. Ao respeito, um exemplo bastante revelador foi o, na década de

1950, frequentadíssimo bar aberto pelo casal na Av. Goiás, em Goiânia; esse bar foi chamado Bar Marabá.

Ao fato de os imigrantes espanhóis haverem sido, na Goiânia do séc. XX, muito poucos une-se o parecer, *a priori*, de eles não terem exibido ou explorado marcas externas da sua procedência. Assim, percebe-se que, como estratégia, para a sua inserção nos campos sociais goianos, esses estrangeiros tenderam à aculturação. O terceiro traço observável, derivado dos anteriores, é a não criação de entidades identitárias – clubes, associações, resultando em um conjunto de imigrantes sem aparentes laços entre si. Nesse sentido, com o intuito de verificar a hipótese da aculturação desse pequeno grupo de trabalhadores estrangeiros em Goiânia, e devido à falta de materialidades visíveis, de documentos escritos e de pesquisas prévias, recorreu-se nesta pesquisa a um arquivo de gravações de conversas mantidas, há vinte anos, com alguns desses imigrantes. Visou-se a observar se, nesses diálogos que continham relatos sobre a trajetória de vida dos interlocutores, havia elementos que permitissem recompor o habitus (Bourdieu, 1972) desses trabalhadores e se nesses habitus estava contido um modo de participação na sociedade receptora marcado por uma deliberada vontade de integração e de assimilação nos campos sociais goianos.

## **EXPOSIÇÃO DE RELATOS DE IMIGRANTES GALEGOS EM GOIÂNIA**

Entre agosto de 2002 e julho de 2003, em Goiânia, foram mantidas conversas com cinco imigrantes espanhóis: um imigrante catalão (Ángel), três imigrantes galegos (Diego, José e Manolo) e uma imigrante galega (Erundina). Também se dialogou com filhos de quatro imigrantes espanhóis, já falecidos, e que residiam nessa capital.

O interlocutor dessas nove pessoas foi o Prof. Antón Corbacho Quintela. Em alguns momentos, esses diálogos foram gravados em fitas cassete; no total, são onze horas de gravações. Não havia nenhuma finalidade nesses registros; de fato, só agora, passados vinte anos, esses diálogos são revelados. Simplesmente se achou que esse era o momento de manter e guardar essas conversas. Três dos quatro imigrantes galegos faleceram e o imigrante catalão retornou a Catalunha; dos filhos de imigrantes, três faleceram. Assim, inicialmente, o propósito principal foi o registro de dados e de impressões – o registro da memória, pois havia consciência de que, por uma questão etária, esses sujeitos, quase todos integrantes ou descendentes diretos da imigração espanhola assentada em Goiás na década de 1950, estavam chegando ao final dos seus dias e foi considerado que era importante reunir informações acerca das trajetórias, das experiências e das reflexões de pioneiros de Goiânia que, de outra forma, se poderiam perder.

Esses diálogos mantidos nos anos 2002 e 2003 aconteceram a partir da observação dos apontamentos acerca de como proceder com questionários e entrevistas incluídos por Pierre Bourdieu no capítulo “Compreender” de *A Miséria do mundo* (Bourdieu, 1997, p. 693-736). Nesse sentido, nem se visara a estruturar os diálogos seguindo uma metodologia científica nem foi procurada em nenhum momento a fusão afetiva.

Todavia, evitou-se o impacto na apresentação. O interlocutor não procurou diretamente nenhum dos imigrantes; conseguiu-se que ele fosse apresentado a cada um desses imigrantes por pessoas que os conheciam desde havia muitos anos. Assim, os diálogos foram surgindo de forma amena, na confiança e com o aval que gerava o fato de os intermediadores garantirem que nada do que se pudesse falar seria utilizado pelo interlocutor com fins espúrios ou com o intuito de prejudicar o emissor do discurso. Por outro lado, não se visava à transcrição dos diálogos, pois eles não foram concebidos como entrevistas.

Além disso, influiu, na criação de um ambiente de diálogo, o fato de o interlocutor também ser espanhol, podendo todos se expressar em galego-português e/ou espanhol. O interlocutor era de Vigo, cidade de onde era natural Manolo, e onde embarcaram Diego, Erundina e José. Ademais, no momento dos diálogos, o interlocutor, também imigrante, ou era da geração dos filhos desses trabalhadores estrangeiros ou era muito mais jovem, o qual, parcialmente, incidia em uma circunstância de simples simpatia.

Para reduzir no máximo a violência simbólica que provoca perguntar a alguém sobre a própria vida, o interlocutor não levou perguntas escritas. Limitou-se a dizer, ao longo de cada uma das conversas com os imigrantes, que queria, se fosse possível, saber sobre os seguintes assuntos: (a) Por que se escolheu o Brasil como destino aonde emigrar? (b) Que foi, ao chegar ao Brasil, o que mais surpreendeu e o que causou mais dificuldades no processo de adaptação? (c) Qual foi, na experiência do emigrante, o melhor período econômico que atravessou o Brasil? (d) Por que e como chegou a Goiânia? E (e) Em Goiânia, manteve contato com outros espanhóis? O interlocutor também não interveio procurando que o imigrante, durante o discurso, não criasse elipses, não omitisse dados, não caísse em contradições ou não fosse excessivamente prolixo em detalhes que, para o interlocutor, não eram relevantes. Fugiu-se, além do mais, de perguntas incisivas e não se buscou nem a polêmica nem que o imigrante entrasse em reflexões que pudessem parecer complicadas, incômodas ou dolorosas.

O interlocutor tentou, portanto, evitar intervir nos relatos de cada um dos imigrantes. Aliás, esses relatos fluíram com aparente naturalidade, em parte, possivelmente, devido a que esses imigrantes estavam acostumados a responder a perguntas do tipo. É normal perguntar a

um imigrante por que tomou a decisão de abandonar o seu país e, particularmente, por que optou por Goiânia.

Desses diálogos, para esta comunicação, optou-se pela apresentação, só, dos mantidos com os quatro imigrantes galegos – “Diego”, “Erundina”, “José” e “Manolo”. No momento dos diálogos, esses quatro imigrantes autorizaram a gravação e, se for o caso, o uso para fins acadêmicos dos seus relatos. Contudo, optaremos agora por um relativo anonimato e referir-nos-emos a eles sem mencionar os sobrenomes. Os quatro nasceram na Galiza, estado do Noroeste da Espanha, no norte de Portugal. Nesse estado, há dois idiomas cooficiais: a língua espanhola e a língua galego-portuguesa. Aponta-se agora esse dado porque um deles optou por se expressar em espanhol enquanto os outros três falaram em galego. Em primeiro lugar, referir-nos-emos aos relatos de Diego e Erundina; em um segundo momento, serão expostos os relatos de José e Manolo.

Essa divisão deve-se a que José e Manolo emigraram ao Brasil voluntariamente, como parte de um projeto de vida, enquanto Diego e Erundina vieram a Goiânia por convocação; Diego, menor de idade – 13 anos – quando veio ao Brasil, partiu de navio da Galiza porque o chamaram os pais, trabalhadores rurais já residentes em Jataí; Erundina, porque o pediu o marido, um marceneiro já residente em Goiânia. Diego, procedente do município de Salvaterra (Ponte Vedra, Espanha) desembarcou no Rio de Janeiro no dia 3 de outubro de 1966; Erundina, procedente do município de A Lama (Ponte Vedra, Espanha) chegou a Goiânia em 1951.

O interlocutor conheceu Diego e Erundina porque foi apresentado por amigos desses imigrantes. Diego foi-lhe apresentado por José María del Río y Cascán, espanhol, professor do Departamento de Letras da UFG, aposentado em 1996. O Prof. José María, compadre de Diego, fora pároco em Jataí, onde morou Diego antes de se mudar para Goiânia; o Prof. José María – destinado ao Brasil como missionário, aportara no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1962. O diálogo com Diego teve lugar em um bar do Conjunto Veracruz no dia 9 de março de 2003; nele, também participou o Prof. José María.

Por sua vez, Erundina foi apresentada ao interlocutor por um afilhado dela, o Prof. Juan Bernardino Marques Barrio, docente do IESA/ UFG, falecido em 2017. O Prof. Juan Bernardino, nascido em Goiânia, era filho de um imigrante leonês (Sahagún, León, Espanha) desembarcado no porto de Santos no ano 1951 e residente em Goiânia desde 1953. O diálogo com Erundina, no qual interveio o Prof. Juan Bernardino, aconteceu na residência dela, no Setor Aeroporto, no dia 2 de maio de 2003.



## DIÁLOGO COM O EMIGRANTE GALEGO “DIEGO”

O discurso de Diego, ao evocar a infância, está marcado pelo desconcerto e a revolta por haver tido que seguir uma instrução em relação à qual ele não tinha sido consultado. Isto é, ele não veio ao Brasil por vontade própria; ele era menor de idade, era feliz no meio rural em que passava a infância e foi embarcado por uma decisão tomada pelos pais. A consequência disso é que a sua fala é tomada pelas lembranças de um espaço que ele foi obrigado a abandonar.

A partir do que Diego expressa, infere-se que a vinda dele a Goiás foi efeito da típica cadeia migratória. Primeiro, em 1951, um vizinho da família dele em Salvaterra do Minho (Espanha) emigrara ao Brasil. Esse vizinho, em 1953, conseguiu enviar uma passagem para um tio de Diego, quem, por sua vez, em 1955, chamou o pai de Diego. A mãe de Digo chega ao Brasil em 1957; finalmente, nessa década, seguindo esse processo de chamadas, tirando uma tia surda-muda de Diego por parte de mãe, todos os adultos da família de Diego residiam já no Brasil. Quando a vez de Diego chegou – dia 3 de outubro de 1966, ele tinha 13 anos. Embarcou no porto de Vigo (distante 50 quilômetros de Salvaterra pela estrada de ferro), no navio francês Louis Lumière; guarda boas lembranças da viagem – dez dias e onze noites. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, foi recebido pelos pais, seu padrinho e um tio; do Rio viajaram até Jataí de ônibus. Todavia, sobretudo, recorda a despedida. Em Vigo ficaram no cais a avó, quem o criara, e a tia surda-muda, e guarda a imagem do navio se afastando enquanto ele olhava do convés como o litoral ia ficando cada vez mais distante até desaparecer.

Junto a dois irmãos e dois amigos, também galegos, o pai de Diego formara uma quadrilha que se especializou em pegar empreitas para a construção de pequenas pontes em estradas. Assim, percorreram São Paulo, Mato Grosso e Goiás, onde, em Jataí, o pai de Diego acabou comprando uma chácara a cuja exploração dedicaria o resto da vida. Em Jataí, além da família de Diego, residia outra família de imigrantes espanhóis, procedentes de Andaluzia.

Nos primeiros meses em Jataí, afetavam-lhe muito o calor e os mosquitos – em Salvaterra, disse ele, havia moscas, mas não mordiam. Também não gostava da comida; não gostava de arroz e feijão, nem da carne, pois ele estava acostumado a comer peixe com batatas. A mãe estava muito preocupada com ele, pois ele, no início, recusava-se a aceitar a comida de aqui. Não teve, porém, problemas com a língua; disse que percebeu que havia poucas diferenças entre o galego-português e o português do Brasil.

Diego nunca mais voltou à Galiza; os pais dele, sendo Diego adolescente, voltaram uma vez, devido à herança, para vender as terras e a casa, o qual deixou Diego muito magoado e revoltado, pois ele não queria que vendessem essa casa. É então, após haver comentado alguns

detalhes de como tinha sido a sua chegada ao Brasil e o início da sua adaptação (ou desarraigo) – a *elghorba*, na interpretação de Abdelmalek Sayad (1998), quando Diego desenvolve um longo relato acerca da sua infância em Salvaterra, especialmente na paróquia de São Miguel de Cabreira.

Nesse relato, a avó materna, quem criou Diego, será a grande homenageada. Não conheceu o avô materno, morto durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Além da viúva e de quatro filhos pequenos, o avô materno de Diego deixou dívidas contraídas pelos empréstimos pedidos para as apostas no jogo, que teve que ir pagando em prestações, ao longo de muitos anos, a viúva. Diego lembra que a mãe dele, enquanto morou com ele em Salvaterra, trabalhava como entregadora de pão. Desse início de infância, passada sem a presença do pai, recorda que as pessoas lhe diziam que ele não devia se preocupar, pois o pai dele devia estar ficando rico no Brasil, mas ele já desconfiava, pois um vizinho, de profissão pintor, tinha retornado a Salvaterra sem fortuna alguma.

Na sua infância, Diego ajudava a avó nos trabalhos no campo: ele cavoucava, ele ajudava a cuidar, nas pequenas glebas da família, das plantações de batata e dos pés de uva; ele, com nove anos, no lagar, pisava as uvas para fazer o vinho. Diego também ajudava a cuidar das ovelhas e das cabras e lembra-se de quando havia que arar a terra e de quando havia que levar o carro de bois para, junto a avó e a tia surda-muda, pegar lenha. Também recorda com humor que gostava de, sem permissão, ir pegar e comer os pêssegos na chácara de um vizinho. Uma façanha da sua infância de que estava muito orgulhoso foi a de, cortando os arreios, haver liberado, da canga, a junta de bois em uma ocasião em que, em uma encosta, o carro tinha empinado, correndo os bois o risco de morrer enforcados. À noite, Diego estudava com a luz de um candeeiro; ele tirava boas notas na escola e completou o ensino fundamental, obtendo o diploma. Tinha um cachorro – Lucas, amarelo e branco – e recorda que os nomes dos bois da junta eram Cavaco e Galhardo.

No Brasil, Diego tinha mais cinco irmãos, todos nascidos aqui. Diego foi o primogênito e foi, portanto, o único que permaneceu na Galiza quando os pais emigraram. Diz que sempre reconheceu, na sua avó, a figura da mãe: – Minha mãe foi minha avó. A desconexão forçada com o mundo da sua infância foi muito mal assumida por Diego. Com 16 anos fugiu de casa e foi para a cidade de São Paulo. Um tempo após, acabou regressando a Goiás. Encerrado o relato da sua infância, Diego considera que não tem mais nada a falar. Embora em Salvaterra já não tenha mais casa própria, emociona-se ao falar: – Algum dia regresso lá. Ele, finalmente, foi capaz de se aculturar no Brasil; ele vive do seu trabalho como produtor rural e transportador e aqui formou uma família da qual está orgulhoso. Contudo, o relato dele está marcado pela

exposição do desarraigo. Não qualifica como injusta a decisão – vir ao Brasil – que os pais tomaram em nome dele, mas foi uma decisão que gerou em Diego abalos e graves conflitos e uma inadaptação que lhe custou superar.

## **DIÁLOGO COM A EMIGRANTE GALEGA “ERUNDINA”**

O diálogo com Erundina foi possível devido à intermediação do professor Juan Bernardino Marques Barrio, afilhado dela, quem conduziu o interlocutor até a residência dessa imigrante. O pai do Prof. Juan desembarcara, procedente de Vigo, no porto de Santos em 1951; trabalhou durante dois anos como encarregado em uma fazenda de Minas Gerais e, em 1953, veio de trem, pego em Belo Horizonte, a Goiânia, onde já trabalhavam patrícios dele.

A família do Prof. Juan morou na Rua 55, no antigo Bairro Popular, e o pai abriu um açougue na Rua 3, no Centro. Juan disse que o pai foi o pioneiro na fabricação de mortadela em Goiânia e na venda de frangos limpos. Ele também vendia churros nas festas de Trindade, até onde ia, do Centro de Goiânia, de bicicleta. O pai do Prof. Juan teve sucesso no açougue e, inclusive, pôde comprar um caminhão para fazer as entregas. Essa família relacionava-se com outros imigrantes espanhóis, especialmente com Erundina e o marido dela, Eladio, por serem vizinhos. E também houve muita relação com os padres agostinianos espanhóis, também moradores do Setor Aeroporto. Na casa do Prof. Juan falava-se espanhol e ele lembra que, na casa, sua mãe cozia pão – pão castelhano – todos os dias.

Ao chegarem à residência de Erundina, ela disse ao Prof. Juan e ao interlocutor que ela podia conversar em brasileiro ou em galego. Ela partira da Espanha jovem; na aldeia dela – em um município rural (A Lama [Ponte Vedra, Espanha]) – só se falava galego e ela, em Goiânia, tinha rapidamente esquecido o pouco espanhol que aprendera na escola, na educação primária. O marido dela – Eladio – já falecera; moravam do lado da sede da indústria que eles conseguiram criar em 1953, a “Indústria Espanha Brasil”, no início especializada na fabricação de móveis e carroças, e, na atualidade, em reboques e engates.

O marido de Erundina, natural da paróquia de Aguasantas (Cotovade, Ponte Vedra, Espanha) viera ao Brasil três anos antes – 1949; em Goiânia já morava um irmão dele. Erundina embarcou em Vigo, em um dia muito frio, junto aos quatro filhos pequenos e uma irmã. Foi buscá-los, ao Rio, o marido; a viagem até Goiânia foi de carro. Ninguém da família regressou nunca a Espanha. De fato, Erundina nunca saiu de Goiânia, a não ser em uma viagem de férias até Salvador, onde moravam patrícios amigos.

Erundina disse que, no processo de adaptação, o mais difícil foi se acostumar à comida de aqui. Em relação à língua, embora perceba as diferenças com o galego, não teve problemas para se comunicar. O marido e ela, em casa, falavam em galego com os filhos; de fato, nenhum dos filhos aprendeu a falar espanhol. Sente que os gêmeos não quisessem fazer uma graduação; eles preferiram assumir a indústria do pai. As três filhas, no entanto, estudaram cursos superiores, assim como os netos, fato que enchia de orgulho Erundina. Como a família do Prof. Juan, a família de Erundina teve muito contato com os padres e as freiras da Espanha da Ordem de Santo Agostinho. Durante anos, nas décadas de 1950 e 1960, foi hábito de alguns desses padres irem almoçar na casa de Erundina; todos os filhos dessa família estudaram nos colégios agostinianos.

A aculturação em Goiânia, para Erundina, foi fácil. Embora ela não tivesse a ver com a decisão de emigrar ao Brasil – essa foi uma decisão tomada pelo marido, ela aceitou a decisão como o meio para saírem da miséria que havia na Galiza no pós-guerra. O único de que se lamenta é de haverem vendido as propriedades na Galiza, tanto as dela quanto as do marido. Diz que a responsável foi uma cunhada; eles emitiram um poder e ela vendeu tudo sem lhes remeter o montante correspondente. Terem ficado sem casa e sem terra na Galiza acabou sendo o motivo ou a justificativa para nunca lá regressarem.

## **DIÁLOGO COM O EMIGRANTE GALEGO “JOSÉ”**

O diálogo com José aconteceu na casa dele, no Setor Nova Vila, no dia 22 de fevereiro de 2003; esse encontro fora marcado pelo telefone. Previamente, em 1998, José fora apresentado ao interlocutor pelo Prof. Fernando Plaza Mallea (falecido em 2004), aposentado da Faculdade de Letras/ UFG e da Polícia Civil do Estado de Goiás. Havia décadas que José e Fernando se conheciam.

Frente a Diego e Erundina, a decisão de José de vir ao Brasil não esteve vinculada a motivações familiares. Foi uma decisão pessoal da qual não se arrependia. E, de fato, foi ele quem, já residindo em Goiânia, acabou chamando sua irmã para vir morar com ele aqui (também o tentou com sua mãe e seu pai, mas eles não quiseram vir). Em Goiânia, José casou com uma nipo-brasileira e constituiu uma família.

O Brasil fez parte do projeto de vida de José. Ele formara-se na Galiza como eletricitista (José era natural da paróquia de Santo Estevo de Sueiro, município de Culheredo, na Corunha, Espanha) e, para melhorar de vida, decidiu emigrar; era jovem, solteiro, não tinha filhos, planos profissionais e nada o amarrava à Província da Corunha. A primeira vez que veio ao Brasil foi

em 1952; desembarcou no Rio de Janeiro. Teve que regressar à Corunha em 1956 para, durante quinze meses, prestar o Serviço Militar. Assumiu lá alguns empregos (de electricista e de motorista), mas, em 1958, decidiu emigrar de novo ao Brasil.

Nessa segunda ocasião, veio por meio do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME). Aproveitou que, durante a Presidência de Juscelino Kubitschek, fora feita uma chamada para técnicos estrangeiros. Pagava-se 70% do custo da passagem de ida e os gastos da estadia até o imigrante se colocar em um emprego da sua especialidade. Na Corunha havia um escritório em que uma banca selecionava os candidatos. Os membros dessa banca de seleção eram brasileiros; havia um exame de méritos e um reconhecimento médico. José foi selecionado como apicultor.

Nessa segunda vinda ao Brasil, José desembarcou em Santos. Ficou hospedado em uma pensão, ocupada por espanhóis, de São Paulo até conseguir a sua primeira contratação. Não foi como apicultor. A Empresa Rabelo contratou-o como mecânico para o conserto de motores nas oficinas gerais da empresa em Uberlândia. Estava-se asfaltando o trajeto Uberlândia-Itumbiara e, constantemente, havia que consertar os motores, bombas injetoras e freios de caminhões e, sobretudo, de tratores. A equipe, nessas oficinas, era formada, na sua maioria, por italianos. José diz que se dava muito bem com os colegas e com os chefes, que se destacava pelo serviço bem feito e que não parava de se instruir. Nessas oficinas permaneceu três meses. Quando se completou o asfalto, José teve que procurar um novo emprego. Foi contratado por uma empreiteira para trabalhar em Morrinhos; lá, durante dois meses, consertou as máquinas usadas para asfaltar uma estrada.

Passou depois a Brasília, contratado pela Novacap, durante dois meses, para trabalhar na construção da estação de tratamento de águas, onde, na atualidade, está o Setor das Embaixadas. Seus colegas no serviço continuaram sendo predominantemente os italianos. Morava lá mesmo, no canteiro de obras, em um alojamento junto à estação.

Quando completou o serviço em Brasília, veio a Goiânia, para saber se aqui poderia arrumar emprego. Foi contratado pela empresa de ônibus Expresso Goiás (a oficina estava perto do atual Teatro Inacabado), como mecânico. Dessa empresa passou para outra viação, também como mecânico. Pediu demissão ao saber que o ordenado seria menor que o combinado. Nesse momento, decidiu que nunca mais trabalharia como assalariado. Comprou uma bicicleta e, como ambulante, ia oferecendo os seus serviços de electricista e mecânico, para consertar o que for.

Em 1960, mudou de emprego; leu em um jornal que se procurava um apicultor para uma granja em Aparecida de Goiânia. Foi contratado; teve que cuidar de 80 caixotes de abelhas.

Com o seu trabalho, em um mês, esses caixotes renderam 200 litros de mel e dois queijos de cera. A boa relação que José criou com o proprietário da granja fez com que José se encorajasse para lhe pedir um empréstimo. José decidira criar uma serraria, após haver conversado com um chileno que o aconselhara investir nesse negócio. Foi, então, quando José trouxe, da Galiza, a irmã, Alugou uma casa na Vila Nova e, junto a dois sócios – um leonês e um português, José adquiriu um terreno e as máquinas necessárias para iniciar o serviço. José desentendeu-se dos seus sócios e acabou assumindo sozinho a empresa. A irmã ajudou-o. Comprava troncos – o seu primeiro provedor foi um polonês que vendeu fiado – e fazia tábuas, mourões e postes, especialmente para a CELG e para o DERGO.

José disse que manteve contato com muitos espanhóis. Prestou serviço para João, também galego (de Ourense), proprietário da Casa das Geladeiras, na avenida 24 de outubro, no Setor Campinas. José acha que esse foi o primeiro galego que se estabeleceu em Goiânia; João teria chegado a Goiás fazendo parte das quadrilhas que instalavam os postes do telégrafo. José também conheceu a família Garcia, Eladio (esposo de Erundina) e o pai do Prof. Juan. E prestou serviços para os agostinianos e para os jesuítas. Foi José quem vendeu a madeira com a que se fez a primeira estrutura do antigo Ginásio de Esporte da Universidade Católica. No entanto, não manteve uma boa relação com Garrido, proprietário de sapatarias no Centro. Ele – Garrido – quis criar um Centro Espanhol, mas vinculado ideologicamente à esquerda – Garrido proclamava-se Vice-Cônsul do Governo da República da Espanha no exílio, e José preferia não se envolver com a política.

A serraria de José foi, empresarialmente, um sucesso. Foi fechada a meados da década de 1990 quando José percebeu que era a hora de aposentar. Ele, aos poucos, como investimento, conseguiu adquirir pequenos imóveis que, no momento do diálogo, ele alugava. José sentia orgulho do seu percurso como imigrante e recordava a Presidência de Juscelino Kubitschek como o melhor período que viveu o Brasil. Tinha realizado o seu sonho de fazer a América e gostava de relatar como tinha ido dando os passos; periodicamente, ele voltava à Galiza para passear.

## **DIÁLOGO COM O EMIGRANTE GALEGO “MANOLO”**

Manolo, natural de Vigo (Espanha) desembarcou no porto de Santos em 1952. Em 2003, ele morava em uma casa no Setor Santa Genoveva. A conversa com ele teve lugar nessa residência, no dia 20 de julho de 2003; o interlocutor foi levado até lá, por primeira vez, por José. Semanas depois desse encontro, Manolo marcou dia e horário para uma conversa

demorada. Manolo e José conheciam-se havia décadas. Ao chegar, no primeiro encontro, sem prévio aviso, na casa de Manolo, ele estava lendo um velho livro em alemão. Ele perguntou se os interlocutores queriam conversar em espanhol ou em alemão. Os diálogos, pois, sempre se desenvolveram em língua espanhola.

A decisão de emigrar ao Brasil fez parte de um plano consequência de frustrações e que derivava em renúncias. Manolo estivera, no início da década de 1940, na União Soviética, como soldado da Divisão Azul, o corpo expedicionário de voluntários espanhóis que foram combater na Rússia às ordens da Wehrmacht do III Reich. No regresso da guerra, em Vigo, Manolo não encontrou um emprego satisfatório; ele não se sentia realizado. Decidiu, pois, emigrar ao Brasil, país que tinha aberta a chamada de trabalhadores estrangeiros. Comprou a passagem poupando em segredo. Não podia avisar; ele estava casado e tinha um filho de poucos meses quando embarcou. Sabia que a esposa não o deixaria ir embora. Por isso, com 29-30 anos, embarcou sem se despedir.

Embora tenha desembarcado em Santos, Manolo foi ao Rio de Janeiro para trabalhar; lá morava um parente que trabalhava em um depósito de aves. Manolo acredita que chegou ao Brasil no melhor período político e econômico que teve o país: o último governo de Getúlio Vargas. Permaneceu no Rio quatro meses; não gostou da cidade e regressou a Santos.

De Santos passou à cidade de São Paulo; em São Paulo, morava no bairro do Brás; compartilhava quarto e, durante um tempo, trabalhou em uma fábrica de móveis. No tempo livre, frequentava um clube de alemães perto da avenida Rangel Pestana. Como esporte, gostava do boxe. Tem uma péssima lembrança da comida do dia a dia em São Paulo; não gostava do quiabo, do chuchu, da farinha apimentada nem das carnes servidas. No final da década de 1950 e durante dois anos trabalhou na Volkswagen em São Bernardo do Campo; nessa fábrica, teve boas relações com os técnicos alemães. Depois, de trem, foi até Uberlândia e, de lá, de ônibus, até Itumbiara para trabalhar, durante quatro meses, na usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, especialmente na construção de uma ponte. Como o salário era melhor, foi trabalhar a Brasília com a firma Rabelo.

Em Brasília, Manolo diz que não teve sorte; participou em sociedades que não deram certo, teve um acidente – caiu e ficou meses internado – e, economicamente, se arruinou. Considera que, nesse momento, a vida dele era um fracasso. A parte positiva é que lá casou de novo. Durante os anos prévios no Brasil, Manolo remetera à esposa de Vigo (Espanha) cinco cartas em que explicava o porquê de ele haver emigrado e em que pedia à esposa que, com a criança, viesse junto a ele no Brasil. Como as cartas não foram respondidas e ele precisava de uma mulher do seu lado, casou de novo.

Após o fracasso econômico em Brasília, mudou-se a Goiânia em 1964, sem nenhum dinheiro. No atual Setor Santa Genoveva assentou-se em um terreno; então, a área era mato. Outro galego – Jesús Garrido, proprietário de lojas de calçado no Centro (as sapatarias Alva, Dunga, Popular), tinha comprado, por lá, uma chácara de dois alqueires e meio. Sabendo da presença de Manolo, Jesús Garrido foi falar com ele e ofereceu-lhe que trabalhasse para ele como meeiro. Assim, durante doze anos aproximadamente, Manolo explorou a terra de Garrido, cultivando hortaliças e criando uma granja de frangos. A esposa de Manolo ia vender, em uma carroça, as hortaliças na feira da Vila Nova. Manolo conseguiu poupar e comprou um lote onde construiu uma casa e uma pequena marcenaria. Em Goiânia teve um filho e duas filhas e, no Setor Santa Genoveva, manteve relação com um alemão que fora piloto da Legião Condor durante a Guerra Civil Espanhola.

Em 1997, após 45 anos no Brasil, Manolo, junto a uma filha brasileira, fez uma viagem de uns poucos dias a Espanha. Escreveu a um cunhado do seu primeiro casamento, que morava em Barcelona, para que fizesse de intermediário com a primeira família de Manolo. Assim, Manolo pode se reencontrar, na velha casa familiar, em Vigo, com a esposa e o filho que ele abandonara ao emigrar ao Brasil. A ex-esposa não quis conversar com ele, mas o filho sim. Pai, filho e meia-irmã, passearam juntos durante três dias por Vigo e Santiago de Compostela. Manolo sente-se agradecido pelo comportamento que o filho teve com ele; no entanto, não foi possível restabelecer uma relação com a ex-esposa, quem nem o quis cumprimentar. Em 2003, Manolo ainda planejava uma segunda viagem a Espanha; dessa vez, seria durante mais dias.

## CONCLUSÃO

Em dois dos quatro diálogos apresentados é patente o habitus do imigrante; José e Manolo contam, às vezes com detalhe e como se fosse uma aventura, as dificuldades pelas que tiveram que passar. São trajetórias marcadas pelas tomadas de decisão em que o único importante era saber optar pelo serviço em que se poderiam destacar profissionalmente e fazerem fortuna. Por isso, suas vidas, durante os primeiros anos no Brasil, foram muito instáveis, quase frenéticas. Não se importavam com mudar de emprego e com ter que mudar de localidade, nem com a adequação das moradias que tinham que ocupar. A diferença entre ambos os relatos é que José apresenta uma trajetória de sucesso *in crescendo* enquanto Manolo expressa que se equivocou e fracassou em vários momentos da sua vida e só conseguiu sair da ruína e se estabilizar já velho.



Frente aos relatos de José e Manolo, Diego e Erundina, nos seus discursos, salientam que eles vieram ao Brasil por efeito de uma decisão tomada por outros – os autênticos imigrantes: os pais, no caso de Diego; o marido, no caso de Erundina. Assim, nos seus relatos, Diego e Erundina expressam, sobretudo, como, com maior ou menor revolta e com maior ou menor resignação, se foram adaptando à vida em Goiás que outros escolheram para eles. Ambos salientam a tristeza e a impotência que sentiram quando outros, sem atender ao seu critério, venderam as casas e as terras na Galiza. Para eles, não ter mais casa na Galiza significava o apagamento da possibilidade de um retorno definitivo que, possivelmente, Diego e Erundina, durante muitos anos, desejaram.

Nos quatro casos – os relatos de Diego, Erundina, José e Manolo – são mostrados gradativos processos de aculturação. Nenhum dos quatro imigrantes se sentia, em 2003, deslocado ou inadaptado em Goiás. O mais importante, para os objetivos da pesquisa realizada, foi que nos quatro relatos houve elementos que permitiram concluir que, nas décadas de 1950 e de 1960, se concentraram em Goiânia, aproximadamente, 25 imigrantes espanhóis, em sua maioria galegos. Em alguns momentos, esses imigrantes relacionaram-se com os padres e freiras destinados a Goiânia. Todavia, não houve entre eles nenhuma causa ou interesses compartilhados que provocassem a reunião de todos ao redor de um clube ou associação. Quando um imigrante – Garrido – tentou constituir um clube de espanhóis a desunião entre os imigrantes fez-se patente devido a que eles, politicamente, estavam divididos entre republicanos – a esquerda política – e franquistas – a direita.

Consequentemente, embora eles se conhecessem e mantivessem, entre si, alguns contatos, em nenhum momento se gerou uma colônia coesa ou uma comunidade. O escasso número e a sua plena integração e assimilação nos campos sociais goianienses fizeram com que a imigração espanhola, na Goiânia do século passado, se caracterizasse pela sua invisibilidade. Provavelmente a única materialidade que ainda se pode encontrar dessa presença no Centro de Goiânia seja a Indústria Espanha-Brasil. Contudo, não se pode enunciar que houve um deliberado apagamento das materialidades geradas por um conjunto de imigrantes. Esses imigrantes, em consonância com o seu habitus, procuraram, simplesmente, o sucesso individual sem deixar marcas identitárias nacionais nas suas realizações; tratou-se, pois, de uma invisibilidade proposital.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle**. Genebra: Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CALLEJA, José Ramón. **Cantos de Mi Juventud**. Ypameri, GO: Typographia Minerva, 1935.

**DIEGO BURGO MALLO**. [Entrevista concedida a] Antón Corbacho Quintela. Goiânia, 09 mar. 2003.

**ERUNDINA GARCIA**. [Entrevista concedida a] Antón Corbacho Quintela. Goiânia, 02 maio 2003.

ESPAÑA. **Ministerio de Inclusión, Seguridad Social y Migraciones**. En Brasil viven 65.629 españoles, el 5,49% de los residentes en el exterior, 2008. Disponível em: <https://www.inclusion.gob.es/web/guest/w/en-brasil-viven-65.629-espanoles-el-5-49-de-los-residentes-en-el-exterior>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FROTA FILHO, Hugo Walter; GALLI, Ubirajara. **Rua 20, centro, Goiânia – Goiás: a maternidade do urbanismo goianiense**. Goiânia: Kelps, 2020.

GUTIÉRREZ, Eládio. **Resenha Histórica: Vicariato da Província de Castela no Brasil (1933-1992)**. (s. l.): (s. n.), (s. d.).

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB. **Dinâmica Populacional de Goiás: Análise de Resultados do Censo Demográfico 2010-IBGE, 2011**. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2011/dinamica-populacional-de-goias-uma-analise-do-censo-2010-do-ibge.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB. **Panorama da Migração em Goiás, 2014**. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2014/panorama-da-migracao-em-goias.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

**JOSÉ MARTÍNEZ RUIZ**. [Entrevista concedida a] Antón Corbacho Quintela. Goiânia, 22 fev. 2003.

**MANUEL FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ**. [Entrevista concedida a] Antón Corbacho Quintela. Goiânia, 20 jul. 2003.

PALACIN, Luiz. **Do sempre e do instante: Elegias Cósmicas**. Goiânia: Oriente, 1978.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1998.

VAZ, José Carlos de Lima. Os Jesuítas e a UCG: três textos. **Estudos Goianienses: Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, ano VI, n. 10, p. 31-45, jul.-dez.1979**.

# “HÁ NOS OBJETOS MEMÓRIAS DE VOCÊ”: O TERRENO LITERÁRIO COMO ESPAÇO FRUTÍFERO PARA A REFLEXÃO DA (E NA) HISTÓRIA

LUCAS FERREIRA RODRIGUES<sup>56</sup>

Neste artigo, continuamos a discussão iniciada em “Desenterrando Gigantes” (2022) sobre o intercâmbio entre literatura e história. A partir da imagem-conceito de *empréstimo literário*, construímos uma reflexão sobre uma relação frutífera entre as duas áreas que reconhecem suas fronteiras. Em seguida, inspirados no livro “O avesso da pele” (2020) pensamos sobre a memória, história oral, história do tempo presente e, brevemente, racismo e docência.

**Palavras-chaves:** empréstimo literário; memória; história oral, história presente e racismo.

In this article, we continue the discussion started in “Desenterrando Gigantes” (2022) about the interchange between literature and history. From the concept-image of *literary loan*, we build a reflection on a fruitful relationship between the two areas that recognize their borders. Then, inspired by the book “O avesso da pele” (2020) we thought about memory, oral history, history of the present time and, briefly, racism and teaching.

**Key-words:** literary loan; memory; oral history; present time history and racism.

## NOSSO CAMINHO: SOBRE A TRAJETÓRIA ATÉ A IMAGEM-CONCEITO DO EMPRÉSTIMO LITERÁRIO

O encontro de Alice com o gato de Cheshire é uma cena canônica da literatura ocidental. Comum na vida de um pesquisador. Em nossa trajetória acadêmica, dividimos com Alice a sua honesta e ingênua pergunta: “Que caminho devo tomar para ir embora daqui?”. O que o gato com sabedoria diz: “Depende bastante de para onde você quer ir”. “Não me importa muito para onde... Contanto que eu chegue a algum lugar”. “Mas se não importa para onde”, completa o gato, “então qualquer caminho serve, porque desde que ande bastante em algum lugar você irá chegar”<sup>57</sup>. A moral é uma só, todo percurso ou trajetória nos leva a algum lugar, mesmo que não se saiba onde se quer ir. O nosso problema, porém, nem sempre é idêntico ao de Alice. Às vezes sabemos onde gostaríamos de chegar. Nossa dúvida é “Qual o caminho?”. Essa pergunta é o pontapé de qualquer pesquisa.

---

<sup>56</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em História pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Bolsista CAPES. E-mail: [ferreirarodrigues@discente.ufg.br](mailto:ferreirarodrigues@discente.ufg.br).

<sup>57</sup> Fonte: CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas**; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, pp. 76-77.

Uma cena canônica na vida dos pesquisadores. Inclusive quando eles decidem escrever um artigo. Esse é o nosso caso. Por isso, não poderíamos ignorar nosso trabalho anterior “Desenterrando gigantes: a responsabilidade ética dos historiadores” (2022), uma etapa primordial em nosso *caminho* por uma relação de parceria entre história e literatura. Nos contornos da nossa construção da *imagem-conceito* de “empréstimo literário” mantemos continuidade com a lógica utilizada na apropriação da metáfora do gigante. Naquela ocasião, inspirados pelo livro “*O gigante enterrado*”, do escritor nobel Kazuo Ishiguro, sugerimos sua metáfora como imagem apropriada para pensar a problemática dos temas sensíveis da história no espaço público e em sala de aula. A descrição premonitória de que “O gigante, que estava bem enterrado, agora se remexe”<sup>58</sup> nos soou como alerta para tentativas percíveis de silenciar ou esconder passados dolorosos. Assim, ao destampar os buracos que as ditaduras militares deixaram, os historiadores estariam, por exemplo, a cumprir a sua responsabilidade ética de descobrir os gigantes titãs da história, os passados de dor e violência que não podem ser esquecidos, porque a paz não dura à custa da falseabilidade.

Dessa vez nossa obra literária auxiliar é “O avesso da pele” (2020), do escritor brasileiro Jefferson Tenório. Tomada por si mesma, e nada mais, sua história embora inventada é suficientemente realista e, por isso, pedagógica quanto ao assunto racismo. Um tema não só do debate historiográfico, mas pertinente ao social, a leitura do livro ensina sobre a dura experiência de vida de um negro em meio aos preconceitos esrachados ou “disfarçados” sofridos dia a dia na sociedade civil. Narrado na segunda pessoa do singular (você), o narrador-personagem mantém um tom próprio de uma conversa, bastante íntima, diga-se de passagem, que no início de seu discurso proclama: “Há nos objetos memórias de você” (Tenório, 2020, p. 13). Nessa síntese frasal, nessa exclamação pessoal da nossa personagem, reside uma percepção rica sobre as fontes históricas. Demorou até que os historiadores alcançassem a compreensão ampliada de fonte, não só como escritos oficiais, mas como todo objeto sobre o qual o humano deixou algum vestígio.

Os Annales concordariam que nos objetos existe a memória de alguém. Poderíamos seguir por diversos caminhos, sendo o da “evolução” da historiografia um deles. Mas ainda insistimos na interdisciplinaridade, sem dúvida uma estrada menos percorrida, como cantam os versos do poeta Robert Lee Frost<sup>59</sup>. Todavia, uma estrada que vale a pena ser percorrida, pela

<sup>58</sup> Fonte: ISHIGURO, Kazuo. **O gigante enterrado**. Trad. Sonia Moreira. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 369.

<sup>59</sup> Fonte: FROST, Robert Lee. The road not taken. Disponível em: <https://www.poetryfoundation.org/poems/44272/the-road-not-taken>. Acesso em 28 de out. de 2023.

riqueza criativa, mas também pela riqueza imagética que o empréstimo de cenas e imagens advindas da literatura fornecem ao pensamento conceitual e reflexivo do raciocínio histórico. Faz toda diferença seguir por esse caminho.

## **HISTÓRIA E LITERATURA: NOSSO PRESSUPOSTO PARA UMA RELAÇÃO AMISTOSA**

Antes de colocar em prática o exercício proposto acima é necessário saber em que chão estamos pisando. Há mais ou menos cinquenta anos as fronteiras entre história e literatura tornaram-se ambíguas demais, prejudicando sobretudo esta e obcecando os historiadores com a crise de sua área. O giro linguístico havia desestabilizado a disciplina. Não à toa, o historiador Roger Chartier dedicou um livro inteiro ao desgaste desse solo epistemológico, “À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes” (1998). A imagem sugerida por ele, como indica o título, era a de um historiador executando o seu ofício na margem de um precipício, no iminente risco de cair. Com isso, ele tentava advertir os historiadores contra a erosividade de uma história muito simpática à arte. Novamente, em outra oportunidade, com “A história ou a leitura do tempo” (2007), Roger Chartier posicionou a crise do estatuto científico da história<sup>60</sup> entre relato e conhecimento. De um lado, a irredutibilidade da dimensão retórica recriminava a história ao círculo literário. Em *Comment on écrit l’histoire*<sup>61</sup> (1971), Paul Veyne a circunscreveu como um relato ou trama. Dois anos depois, em 1973, com *Metahistory*<sup>62</sup>, Hayden White foi um pouco mais longe ao equiparar as formas estruturais da imaginação histórica com as quatro figuras da poesia clássica – metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. O controverso – é claro – resultado de sua análise foi a classificação da história como gênero literário<sup>63</sup>. Michel de Certeau foi o mais “conservador”. Em *L’Écriture de l’Histoire*<sup>64</sup> (1975) contentou-se em afirmar que “o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade), mas sob forma de uma narração” (Certeau apud. Chartier, 2010, p. 11). Do outro lado, na antípoda, a história que ao longo dos séculos XVIII e XIX esforçou-se para constituir-se como saber da ordem da ciência, insistia em sua dimensão científica, enxergando com maus olhos o reconhecimento exacerbado de seu aspecto criativo. Diante

<sup>60</sup> Entenda a crise do estatuto científico como uma dúvida à capacidade da história de enunciar verdades.

<sup>61</sup> *Como se escreve a história.*

<sup>62</sup> *Meta-história.*

<sup>63</sup> José D’Assunção Barros, em “História e Pós-modernidade” (2018), sintetiza as ideias de Hayden White como sua apresentação da história como gênero literário e situa-o ao redor de uma acusação que vem sofrendo de cometer “reducionismo estético” contra a história.

<sup>64</sup> *A escrita da história.*

disso, certo é que apesar da variação de grau entre uma posição e outra, era indubitável a presença de uma tensão entre dois traços constitutivos da personalidade da história: o traço da rigidez do método e o traço da flexibilidade da criatividade narrativa. Nas palavras do próprio Chartier,

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência<sup>65</sup> e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e a sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem a ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção. (Chartier, 2010, p. 12)

Desde então, se a historiografia ainda pretendesse enunciar verdades, precisaria lidar com o seu oxímoro, que aglutinava o real (história) com o discurso (grafia/escritura). Nessa esteira insere-se também o brasileiro Durval Muniz Albuquerque. Em seu clássico *História: a arte de inventar o passado*, publicado em 2007, o professor refaz a polêmica do passado inventado em solo tupiniquim. De acordo com ele, com “[...] a emergência de um paradigma ético-estético na pós-modernidade, o conhecimento histórico, a escrita da história muda de estatuto” (Albuquerque, 2019, p. 70), e de paradigma, não mais assentado na cientificidade, e sim nas artes. Continua ele,

Podemos, enfim, livrar-nos da exigência da cientificidade, entendida como produção de um conhecimento capaz de apreender a verdade única do passado, das leis eternas e imutáveis, das organizações estruturais, sistêmicas, o que já foi feito inclusive pelas ciências naturais. Podemos voltar a enfatizar a dimensão artística de nosso conhecimento e da nossa prática. Tomar a História como arte de inventar o passado, a partir dos materiais dispersos deixados por ele. Isso não significa esquecermos nosso compromisso com a produção metódica de um saber, com o estabelecimento de uma pragmática institucional, que ofereça regras para a produção deste conhecimento, pois não devemos abrir mão também da dimensão científica que o nosso ofício possa ter (Albuquerque, 2019, p. 70-71).

Breve panorama de uma questão-problema ainda em debate, seja na Europa ou nas Américas, continuamos encucados em *como* conciliar a história com a virada linguística sem o seu esfacelamento. Albuquerque, poderíamos acusar que da terceira margem do rio<sup>66</sup>, navegou à beira de uma queda d’água. Afinal, como livrar-se da exigência da cientificidade sem esquecer do compromisso com a produção metódica. Mais difícil do que isso, como reivindicar o dom artístico com a apertada liberdade que o método nos dá? O reconhecimento do “criativo” no “historiográfico” não parece para nós fazer dos historiadores artistas. Diria José D’Assunção Barros:

<sup>65</sup> Roger Chartier está chamando de epistemologia da coincidência o pressuposto de que o passado-factual coincide com a descrição do historiador sobre o passado.

<sup>66</sup> Referência à introdução do livro.

Um dos problemas contemporâneos da historiografia que decorrem do retorno da narrativa, da aceitação da dimensão estética da historiografia, e do lugar central que o Discurso passou a ocupar na reflexão historiográfica [...] é o de que a formação do historiador profissional, para dar conta destas questões, precisaria ser cada vez mais complexa, mais interdisciplinar, mais cultivadora de talentos que antes não eram tão exigidos ao historiador em formação, como a velada imposição de que ele se torne um hábil literato, mas sem comprometer a sua capacidade de produzir um legítimo discurso construído à base de “enunciados verdadeiros” (Barros, 20018, p. 58)

Já está notório que o encontro da história com a literatura suscita questões maiores do que conseguiríamos tratar aqui. Por isso, nossa intenção imediata não é o esgotamento do assunto, mas a conscientização da incontornabilidade das aproximações e distâncias entre os dois campos. Não poderíamos encerrar a conversa, porém, estabelecendo divisas fronteiriças austeras entre elas, precisamente porque essas fronteiras mudaram e continuam mudando com o tempo. Conforme argumenta o historiador Allan Megill, em seu capítulo sobre “Literatura e história”, o relacionamento entre ambas foi transformado repetidas vezes no decorrer da história em razão da mutabilidade [dada a historicidade] das duas categorias. Nada disso o impede, contudo, de admitir a contribuição da literatura para com a história através de sua dimensão estética e subjetiva, embora encontre na “evidência” histórica o limite dessa cooperação. Nos colocamos à adjacente de Megill e enfatizamos uma de suas observações preambulares, que “Encontramos muitos fatos nas obras de literatura e muita ficção nas obras de história” (Megill, A. 2016. p. 265). Esse intercâmbio dos fatos e das ficções é o que nos possibilita pensar tanto no empréstimo literário<sup>67</sup> quanto na literatura como terreno fértil para a reflexão historiográfica e para a didática da história, em suas incursões à sala de aula.

Além disso, seria interessante pensarmos no ponto de vista dos teóricos literários. Existe por parte deles uma preocupação – tal como entre os historiadores – com o enfraquecimento da fronteira com a história? Ao que tudo indica não, mas o desenvolvimento dessa questão-problema exigiria mais do que nesta ocasião estamos capazes de oferecer. O que dessa breve exposição deve ficar clara é a nossa posição quanto ao assunto. Que a história não é nem somente um gênero literário, nem é só uma ciência; que a sua narratividade (dimensão narrativa literária) é fundamental, mas que a metodologia é ao mesmo tempo condição de possibilidade para a escrita de um texto historiográfico. Que História e Literatura são como se fossem irmãs, autônomas, briguentas em alguns momentos, mas principalmente amigas, cujo diálogo potencializa uma e outra. Que compartilham a linguagem (código) e divergem quanto à natureza da imaginação – a da história sendo refém dos fatos/evidências. Que procuram ambas servir de

---

<sup>67</sup> Como foi anteriormente explicado, o empréstimo literário é uma expressão que criamos para referir ao uso emprestado de imagens-conceitos da literatura no contexto da historiografia e do ensino de história.

orientação para a vida, mas através de caminhos, estratégias e finalidades particulares. Justamente as particularidades que as mantêm, não importa a virada da vez, cada uma sendo o que é, história sendo história e literatura sendo literatura.

### ***O AVESSE DA PELE* ANALOGAMENTE HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**

Conhecendo o debate teórico e nossa posição, seguimos ao nosso objetivo, a partir de uma obra literária contemporânea alimentar o exercício do pensamento histórico. Trata-se do romance vencedor do Jabuti de 2021, “O avesso da pele”, do escritor carioca radicado em Porto Alegre, Jeferson Tenório, que, como antes fora dito, é narrado na segunda pessoa do singular (você). Essa opção gramatical remete à oralidade. A ausência de parágrafos, que é mais do que um detalhe do corpo textual, provoca a sensação de que todos os capítulos da vida de um negro são ininterruptamente marcados por violências raciais. Sem pausa para respirar, a prosa avança em passos acelerados, corridos e fugidios. Desse modo, tanto a estética quanto a temática poderiam ser enquadradas respectivamente nos domínios da história oral e da história do tempo presente, que perpetua sutil ou escandalosamente um racismo histórico.

No estatuto da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), no capítulo 1, art. 1º, § 1º, lemos que “Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes áreas de conhecimento nas quais essa metodologia é utilizada”<sup>68</sup>. A página inicial do site especifica quais são essas áreas, dentre as quais se destacam, a história, as ciências sociais, a antropologia e a educação<sup>69</sup>, e acrescenta que o uso da história oral na pesquisa corresponde “a realização de entrevistas gravadas com pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida, ou outros aspectos da história contemporânea”<sup>70</sup>. A nossa fonte, importa dizer, não foi extraída de nenhum testemunho oral, nem se enquadra nessas determinações, a não ser analogamente. A estética do texto, isto é, o estilo da narração adotado pelo autor, de maneira analógica remete ao discurso oral, ao testemunho do personagem Pedro, que tenta reconstruir através dos objetos deixados por seu pai Henrique, a sua história e a história dele.

---

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.historiaoral.org.br/estatuto>. Acesso em 28 de julho de 2023.

<sup>69</sup> Disponível em: [https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=24](https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=24). Acesso em 28 de julho de 2023.

<sup>70</sup> *Idem*.



Além disso, nossa fonte é recente, publicada no ano de 2020, e a temática principal, o racismo, embora antiga, permanece atual. Um homem negro sofrer baculejo policial por ser negro é um refrão nas ruas do Brasil. O assassinato, uma tragédia recorrente. A morte de George Perry Floyd enquanto voltava do supermercado, em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020, é apenas um caso, de vários que acontecem, que ganhou repercussão internacional. Publicado alguns meses depois, no dia 10 de agosto, “*O avesso da pele*” é mais verossímil do que uma ficção, ao narrar uma história muito parecida a de Floyd, de um professor de letras assassinado a tiros, a queima roupa em uma operação da polícia porque estava entusiasmado demais com a participação de seus alunos em sala de aula.

No artigo *História, tempo presente e história oral* (2002), a professora Marieta de Moraes Ferreira, lembra que mesmo com o declínio dos pressupostos do *méthode historique* dos historiadores franceses da segunda metade do século XIX e com o advento dos Annales, o século XX, que naquele contexto era o contemporâneo deles, “[...] recebeu o estigma de um objeto de estudo problemático, e a legitimidade de sua abordagem pela história foi constantemente questionada” (Marieta, 2002, p. 318). Com isso, conclui a historiadora, “[...] a história recente tornou-se uma história sem historiadores” (Marieta, 2002, p. 319). Do outro lado do Atlântico, alguns anos depois, tomar a história recente como objeto ainda é desafiador – para não dizer incomum e em alguns casos desaconselhável<sup>71</sup>.

Usar *O Avesso da Pele* como fonte primária para análise histórica tem, portanto, as suas limitações. Por vivermos na mesma época em que o livro foi lançado e em que o enredo se desenrola, não faz sentido, por exemplo, perguntar-se sobre “como era aquela sociedade?” ou “como a obra foi recepcionada?”<sup>72</sup>, porque, primeiro, é a nossa sociedade no presente momento a ser representada e, segundo, somos nós quem a estamos recepcionando, não houve tempo suficiente para responder nenhuma dessas perguntas. A história, entendida não como a ciência do passado, mas como a ciência dos homens do tempo<sup>73</sup>, carrega consigo uma percepção de temporalidade e duração entre o historiador e o que ele está se propondo analisar. A pequena distância temporal a que nos encontramos de nossa fonte, se não nos permite interrogá-la do

---

<sup>71</sup> Pontuamos que existem casos desaconselháveis porque nem sempre os objetivos a serem alcançados em uma pesquisa tipicamente da história recente serão satisfatórios somente a partir da bagagem que a disciplina história oferece. Nesses casos, a interdisciplinaridade pode ser muito importante, bem como a humildade de reconhecer que outras ciências sociais possam entregar melhores resultados.

<sup>72</sup> Poderíamos, como em diversas pesquisas já realizadas sobre o assunto, fazer essas perguntas para livros como “*Dom Casmurro*”, do Machado de Assis, ou “*Senhora*”, de José de Alencar. Esses livros poderiam ser tomados como fontes primárias de análise de gênero, por exemplo, o homem e a mulher nos séculos XIX no Brasil.

<sup>73</sup> Definição dada por Marc Bloch em “A apologia da história: ou o ofício do historiador”.

jeito clássico, possibilita, no mínimo, tomá-la como um terreno fértil para a reflexão sobre a história e o ensino de história.

Estamos convencidos de que as inquietações e dúvidas que o leitor comum pode ter com a leitura de “*O avesso da pele*” podem ser bem respondidas pelos historiadores, porque, apesar da narrativa transcorrer no tempo presente, os seus assuntos são tão históricos, tão atravessados pela historicidade, que seria um prejuízo não conhecer o ponto de vista da história sobre a memória – ainda que de um personagem literário – e o racismo – ainda que nas linhas de um livro.

### **O AVESSE DA PELE, UM TERRENO FÉRTIL PARA A REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA**

“*O avesso da pele*” (2021) serve à reflexão histórica. Logo no início do romance, Pedro, o narrador-personagem, nos revela o motivo de revirar o passado de seu pai assassinado injustamente em um “baculejo” policial. Assim ele diz, “Há nos objetos *memórias* de você, mas parece que tudo que restou deles me agride ou me conforta, porque são sobras de afeto. Em silêncio, esses mesmos objetos me contam sobre você. É com eles que te invento e te recupero” (Tenório, 2020, p. 13). E assim, de repente, Jefferson Tenório, através da voz de Pedro, na literatura, coloca em xeque a possibilidade de narrar o passado de um familiar sem afeição. Cabe aqui um trocadilho etimológico e existencial, o afeto afeta. Se isso é verdade, por que com o historiador seria diferente? Por que para ele seria possível ser neutro, indiferente, imparcial ou objetivo ao revirar um passado que lhe toca, comove e agride? Pode não ser diretamente o seu passado, mas certamente é um que o interessa. O historiador é movido por curiosidade. O passado que ele deseja conhecer é atraente aos seus olhos, por algum motivo, conhecido ou misterioso. Por isso, para o historiador, esse pequeno trecho funciona quase como um aforismo do seu ofício e dos dilemas vividos por ele.

Agora, pois, nós explicamos, ou tentamos explicar, mas o fizemos porque o livro nos deu a oportunidade de falar. Nisso jaz uma das contribuições perenes da literatura para a história, que até aquela do tempo presente pode ofertar, a chance oportuna do historiador de falar. Falar de outro ângulo, quiçá de uma outra duração (média ou longa), em diacronia ou sincronia aos eventos suscitados pelo escritor. Mas como sugerem “*as sobras do afeto*”, a afeição – que nos afeta – é, nesse exercício de historiador, mais uma condição de possibilidade para a imaginação histórica do que um empecilho para ela. Porque, considerando que “*há nos objetos memórias*”, ou colocado de outra forma, se há nos vestígios humanos historicidade, há

material para o historiador trabalhar. Uma conceituação da memória poderia, então, ser evocada. O tema é caro aos historiadores. O famoso medievalista dos annales Jacques Le Goff gastou um livro inteiro sobre *História e Memória* (1988).

Porém, se “*é com eles (objetos) que te invento e te recupero*” já é uma outra questão, que por sinal retoma o tópico apresentado neste artigo sobre história e literatura, pois pressupõe uma atitude de invenção diante dos objetos fontes. Para não cometer injustiças hermenêuticas, cabe lembrar que no livro o autor não teve pretensões maiores do que a exteriorização dos sentimentos de sua personagem diante de uma reflexão não-teórica sobre o passado paterno durante o luto do pai. Apesar disso, a busca da personagem por alento a leva a formular um pensamento naturalmente historiográfico. Em uma outra ocasião do livro, o narrador confessa:

Acho que vocês nunca se preocuparam em organizar uma narrativa para mim. Sei que o tempo foi passando e o que foi dito por vocês, antes de minha memória, foi dito em retalhos. Então precisei juntar os pedaços e inventar uma história. Por isso não estou reconstituindo esta história para você nem para minha mãe, estou reconstituindo essa história para mim. Preciso arrancar a tua ausência do meu corpo e transformá-la em vida. Para isso, não me limito ao que vocês me contaram, nem ao que estes objetos me dizem sobre você. Não acho que devemos lidar apenas com a lógica dos fatos. Prefiro uma verdade inventada, capaz de me pôr de pé. (Tenório, 2020, p. 183)

Novamente, nos vemos diante de uma fala sensível, íntima e profundamente histórica. O historiador não é uma pessoa sem coração para atravessar a dor de um sujeito com elucubrações teóricas da história. O historiador, contudo, ama demais a história para não perceber que como uma motivação dessa ele não pode reconstituir uma história sequer. É importante observar que, se o historiador é afetado por seu objeto de estudo, ele só está em condições de escrever depois que parar de chorar ou gargalhar na cara da fonte. Por outro lado, não é isso o que fazemos, “*juntar os pedaços e inventar uma história*”?

Sem dar por encerrado o assunto anterior, gostaríamos de mostrar mais trechos do livro que poderiam ser usados em nossa reflexão sobre ao menos mais dois temas, o racismo e o ensino. Primeiro, o racismo. No livro. A capa. A pele. A primeira coisa que se vê. A incontornável temática da obra. *O avesso da pele*.

Você sempre dizia que os negros tinham de lutar, pois o mundo branco havia nos tirado quase tudo e que pensar era o que nos restava. **É necessário preservar o avesso**, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor de pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. (Tenório, 2020, p. 61, grifo nosso)

Em um país com mais de séculos de escravidão e tráfico negreiro, há nessa orientação de preservar o avesso um relato de continuidade dessa história de preconceito e raça. A “ruptura”

com o passado de opressão imaginado com o decreto da Lei Áurea, extinguiu o escravo, mas não extirpou a divisão “Casa Grande e Senzala”. Uma intensa bibliografia poderia ser mencionada sobre o assunto, e que serviria para notarmos a urgente necessidade de escrevermos e produzirmos mais, porque continua, continua a existir o racismo.

E a respeito do ensino? Realismo. As histórias sobre o seu pai professor de letras podem despertar lembranças boas e exaustivas em muitos professores. No começo, Pedro, filho do falecido, entendeu a docência como parte da identidade do pai. Por isso, disse:

Há nos cadernos e papéis. Há pastas com provas e redações de seus alunos. Teu caos me comove. Olho para tudo isso e percebo que serão esses objetos que vão me ajudar a narrar o que você era antes de partir. Os mesmos utensílios que te derrotaram e que agora me contam sobre você. (Tenório, 2020, p. 14)

“*Os utensílios que te derrotaram*” em aulas em que foi ignorado e que não conseguiu dar. Mas em aulas, as poucas que o pai de nosso narrador conseguiu dar antes de morrer, o encheram de ânimo. Um período, infelizmente, curto para ele, porque o retrato comum pintado em sua história está contida neste trecho:

Com o passar do tempo o desencanto tomou conta da sua vida. A escola e os anos de prática docente te transformaram num operário. Anos e anos acreditando que você estava fazendo algo de significativo, mas vieram outros anos e anos e soterraram suas expectativas. A precariedade da escola venceu, e você estava cansado. (Tenório, 2020, p. 132)

Um professor “operário” em suas longas jornadas de trabalho, que não é remunerado pelas correções e pelo tempo de preparação da aula em sua casa, que sofre com o desencanto originado, dentre outras razões, pela precariedade da escola. Poderia ser outra descrição, de alguém triunfando sobre as dificuldades docentes, mas essa história não foi assim. Não foi responsável por uma catarse. Esteve assim, “*O avesso da pele*”, também sob esse assunto, mais próximo da realidade histórica do que a gente gostaria que estivesse.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: OU O NOSSO TIRA-TEIMA**

Ao longo deste texto, continuamos um caminho de outras jornadas. Se antes a imagem-conceito do “gigante”, do livro “Gigante Enterrado”, serviu como metáfora dos passados sensíveis da história, dessa vez, o empréstimo literário adveio do livro brasileiro “O avesso da pele”, a partir do qual pudemos refletir sobre a narrativa histórica e *en passant* sobre o racismo e a situação do docente no Brasil. Desse modo, “O avesso da pele” fez mais do que emprestar um aforismo para história na frase “Há nos objetos memórias de você...”, também concedeu

aos historiadores a oportunidade de contribuir com o conhecimento historiográfico nas temáticas desenvolvidas do romance. Assim, esperamos ver diálogos mais frutíferos entre história e literatura, não de pé de guerra, com uma querendo sobrepujar-se sobre a outra, mas em suas fronteiras, cada uma buscando na outra quando possível um auxílio, um *insight*, uma imagem, uma ideia ou uma explicação. Se a nossa leitura estiver correta, as portas estão abertas para novas leituras historiográficas de “O avesso da pele”. Esse é o nosso tira-teima, não deve restar mais dúvidas da competência da história para conversar com os seus contemporâneos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado** (ensaios de teoria da história). 1.ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

BARROS, José D’Assunção. **História e Pós-Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, p. 314-332, 2002.

MEGILL, Allan. Literatura e história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2016. pp. 265-271.

RODRIGUES, Lucas F. **Desenterrando Gigantes: A responsabilidade ética dos historiadores**. Palavras ABEHrtas, n. 5, 2022.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

# HISTÓRIA E MEMÓRIA: A CIDADE DE TRINDADE - GO E O SEU PIONEIRISMO INSTITUCIONAL ESCOLAR

*LUCIANA LUIZA DA SILVA SOARES*<sup>74</sup>

*MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA*<sup>75</sup>

O presente estudo pretende relacionar a história da cidade de Trindade- GO, conhecida mundialmente como a capital da fé, nascida sob a devoção católica ao Divino Pai Eterno, com a criação dos grupos escolares e amplamente mostrar a importância do contexto histórico para a preservação de nossa identidade. Consta-se de um recorte do que se pretende na tese do doutorado, relacionar a história da cidade ao pioneirismo da educação. Para tanto serão necessários para discussão à história individual e coletiva, abordagens sobre memória, contexto das instituições e sua importância para a formação da sociedade. A pesquisa se estruturará no pressuposto de que precisamos conhecer nossas raízes, nossa história, pois dela se manifesta nossa identidade e a escola tem suas raízes históricas de grande relevância para nossa cultura e o conhecimento da comunidade. O aspecto principal tratado aqui é de que a escola é um lugar privilegiado de memória e histórias, prerrogativa base do trabalho que está sendo realizado, buscar as pluralidades de identidades e a diversidade no interior e exterior das instituições que compõem a história de nossa localidade, na busca de um local mais significativo para quem vive nela, ao sentimento de pertencimento, a construção da identidade do contexto educacional. Assim como, também conhecer e ter uma postura crítica frente às fontes da pesquisa, desafiando a sair do senso comum, reconhecendo e enfrentando o desafio de construir o saber que possa contribuir com a pesquisa educacional do município e do país. Portanto realizar o estudo das instituições escolares pioneiras, assim como a preservação e reconstituição de suas memórias é imprescindível para a História da Educação.

**Palavras-chave:** Instituições escolares; história; memória.

## HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE TRINDADE-GO

Fé e devoção são elementos essenciais quando voltamos nossa atenção às origens do município de Trindade - GO. Tratamos da religiosidade forte presente em sua história na crença ao Divino Pai Eterno, conhecida como a Capital da Fé católica dos goianos. Situação que

---

<sup>74</sup> Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação PUC-Goiás; Bolsista Taxa/CAPES; Mestra em Letras-literatura e crítica literária (PUC-Goiás); pós-graduada em Métodos e técnicas de Ensino (Universo); Graduada em Artes Visuais (UFG-Goiás); Graduada em Letras (UEG-Goiás). Professora da Rede Estadual do Município de Trindade - GO. Integrante do Diretório/CNPq- Grupo de pesquisa "Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais. luciana.luiza11@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/4699032396679993> Orcidid <https://orcid.org/0000-0003-0124-5379>

<sup>75</sup> Doutora em História Cultural (UNB); Mestre em História e Filosofia da Educação (UNICAMP); Pedagoga (UCG/PUCGO); Ex-Prof. Adjunta FE/UFG. Atualmente é Prof. Adjunta da PUC Goiás/PPGE. Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Líder do Diretório/CNPq - Grupo de Pesquisa "Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais"- HENCES/HISTEDBR.Zeneide.cma@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5736362178244406>. Orcidid <https://orcid.org/0000-0003-2220-9932>

contribuiu para o desenvolvimento e a estruturação da região, a história desse início tem muito a nos revelar e relacionar a aspectos educacionais será nossa abordagem.

Segundo Jacób (2000, p. 47), a decadência do ciclo do ouro em Goiás, no séc. XIX levou várias pessoas que trabalhavam com a atividade, decidissem voltar para a agricultura e pecuária. Com isso a região, que no momento fazia parte do Distrito de Santa Cruz (1776) iniciou a ter importância socioeconômica para o Estado de Goiás.

Ainda segundo os registros da pesquisa de Jacób (2000, p. 48), relata que em 1810, o alferes Joaquim Gomes da Silva instalou a sede de sua fazenda naquele distrito, onde hoje é conhecido como Goiânia, mas na época conhecida como povoado de Campininha das Flores. Provavelmente foi nesse período entre 1820 a 1830 que o casal Constantino Xavier e Ana Rosa, casal mineiro de agricultores, mudaram para a região próxima ao povoado, onde ficava a margem do Córrego Barro Preta, de água salobra e barro escuro. Local este, que cerca dez anos depois, eles encontraram o medalhão contendo a imagem da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. “A data em que Constantino migrou-se para o vale do Barro Preto é desconhecida. Há quem afirme como no periódico “Santuário de Trindade”, ano III, nº 65 de 01/07/1924 que foi pelos idos de 1930, mas documentalmente nada se encontrou” (Jacób, 2000, p. 49).

Assim iniciou a tradição entre familiares, amigos e vizinhos, reuniam para rezar o terço em louvor ao Divino Pai Eterno. Contudo como os devotos iam aumentando, juntaram para construir a capela e juntamente com Joaquim Vieira e Antônio Vieira da Cunha, resolveram levar o medalhão para ser restaurado em Pirenópolis pelo artista Veiga Valle, que também fez uma réplica em madeira da imagem.

Segundo Gomes (2005, p.21), o crescente número de fiéis atraiu o interesse de representantes da Igreja Católica, que constataram irregularidades e exploração, foi então que o bispo Dom Eduardo Silva nomeou o Padre Francisco Inácio de Souza para administrar a matriz. Em seguida vieram os padres redentoristas vindos da Alemanha para organizarem a romaria, pois a romaria crescera bastante. Porém um conflito com os fazendeiros da região, resultou na saída dos padres em 1900, representando os trabalhos a Campinas.

Os redentoristas que vieram para Goiás eram originários da Baviera, na Alemanha. O primeiro grupo era formado por três sacerdotes, quatro irmãos e um diácono. Eles chegaram à região, em 12 de dezembro de 1894, dia de Nossa Senhora de Guadalupe, por volta do meio-dia e debaixo de chuva forte, depois de terem feito percurso a cavalo, desde Uberaba, MG. (Gomes, 2005, p. 19).

Em seguida a romaria foi transferida para Campininha, proposta por Dom Eduardo, isso já em 1901. Por pouco tempo, pois a comunidade pediu o retorno dos padres para dar continuidade ao evento religioso. Em seguida, 1907, de acordo com a Lei municipal nº 5, de 12 de março de 1909 o Arraial de Barro Preto passa a ser chamada Trindade, e foi somente em 1927 por meio da lei estadual nº 825 de 20 de junho se torna cidade.

## **UM BREVE HISTÓRICO DO PIONERISMO INSTITUCIONAL DE TRINDADE-GO**

[...] As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (Saviani, 2007, p. 4-5)

Segundo Curado (2007), a fundação da primeira escola de Trindade ocorreu no ano de 1905, chamada de Escola Mista de Trindade. Entre 1920 e 1930, algumas escolas rurais municipais também tiveram existência, porém precisam de pesquisas futuras. Em 1921, foi fundada a Escola do Sexo Feminino do Distrito de Trindade, que em 1929 foi elevada para Escola de Primeira Classe. Em sequência, 1927, foi fundado o primeiro Grupo Escolar Senador Ramos Caiado, que depois de 1930, passou a se chamar Grupo Escolar João Pessoa. Em 1930, surgiu a Escola Noturna 13 de maio, depois por volta de 1947 e 1950, o Grupo escolar João pessoa foi mudado o nome para Grupo Escolar Dom Prudêncio. Em 1947, a Escola Normal São João de Corumbaíba transferiu-se para Trindade, hoje com o nome Colégio de Período Integral Divino Pai Eterno. Neste mesmo ano funda-se a Escola Privada Cristo Rei e já em 1960, surge o Colégio Comercial de Trindade. Depois, 1956, Dona Iracy Borges, funda o Jardim de Infância Menino Jesus, e 1958 funda também o Educandário Santa Terezinha, em 1963, o Ginásio Padre Pelágio e em 1960 a Escola José Feliciano, hoje CEPMG Castelo Branco. Em 1970, o Grupo escolar Padre Antão Jorge é fundado e dele o estudo será tratado na sequência desse texto.

## **O GRUPO ESCOLAR PADRE ANTÃO JORGE**

Situado à rua 13-B s/n na Vila Barro Preto em Trindade - GO, tem suas raízes iniciada em conjuntura a história da cidade. Por pertencer a cidade historicamente religiosa, devido a forma de seu surgimento em 1840, o Grupo Escolar Padre Antão Jorge, foi construído em convênio com o MEC e a Prefeitura Municipal, em terreno doado pela prefeitura na gestão do prefeito Pedro Pereira da Silva. O prédio foi entregue em 01 de agosto de 1970, com o nome Grupo Escolar Padre Antão Jorge em homenagem póstuma ao padre redentorista que muito



contribuiu com as obras sociais e pastorais da cidade. No início funcionou com cinco turmas de ensino primário, sendo 138 alunos estando na direção à professora Regina Queiroz de Alcântara.

Não se tem informações precisas, mas com a Lei de criação nº 288/80 passa-se a chamar Escola Municipal Padre Antão Jorge. Pretende-se na sequência das pesquisas identificar seu histórico com mais profundidade e explicações sobre as transições e alterações ocorridas na instituição.

Entidade mantenedora: Prefeitura Municipal de Trindade. Lei de criação: nº288/80. Autorização de funcionamento: Nº 205/2015 CNPJ: 006855590/0001-33 e Lei que regulamenta o Ensino Fundamental de 09 anos: Nº 258/05 Resolução CEE/CEB No 205de 27 de Maio de 2015. INEP:52040046<sup>76</sup>



Imagens retirados do blog da escola: <http://escolamunicipalpadreantaojorge.blogspot.com/2010/02/reforma-da-escola-municipal-padre-antao06.html>

## QUEM FOI PADRE ANTÃO JORGE?

Antão Jorge Hechenblaickner nasceu em 5 de junho de 1880, foi ordenado padre em 1904. De nacionalidade europeia, veio para o Brasil logo após sua ordenação. Utilizava como lema: *Sanctifica te pro Brazilianis, ut etipsisantificentur per te* - escrito em seu diário de viagem e conhecido pela disposição e vontade, não perdia tempo.

Trabalhou como superior de Campinas (GO) e no momento foi colaborador da construção da Igreja Matriz de Trindade-GO e de outras igrejas, como a de Bela Vista de Goiás.

<sup>76</sup> Fonte: <http://escolamunicipalpadreantaojorge.blogspot.com/>

Dedicou-se a pregação de Missões e retiros, principalmente na ocasião da gripe espanhola (1915-1918). Tem sua história marcada por buscas de melhorias aos necessitados, destacando em movimentos de mediação aos governantes e assistência aos pobres.

Foi superior e vigário de Aparecida (1927- 1932) no qual trabalhou intensamente para que Nossa Senhora Aparecida fosse declarada Padroeira do Brasil em 16 de julho de 1930. Participou de rádio e contribuiu com a construção da Basílica de Aparecida. Seus principais trabalhos foram nas regiões de Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul.

“Sempre com seu invejável entusiasmo e extraordinária disposição para o trabalho. Foi ainda diretor espiritual e professor no Seminário Maior de Tietê, participando também da Pastoral da Matriz ou nas Capelas rurais. Rigoroso consigo mesmo, jamais se dispensava do trabalho ou dos exercícios comuns”, conforme os registros da Diocese de Erechim.

Com os confrades, ou com os estranhos, era sempre o religioso equilibrado, simples e atencioso com todos. Duramente provado pela idade e pela esclerose que não lhe permitiam qualquer atividade, passou seus últimos anos na Penha. Mesmo assim trabalhou com seu exemplo de conformidade, profundo espírito de fé e de oração. Nunca se dispensou do Breviário, rezando geralmente de joelhos, na Capela da casa; e quando já não podia mais celebrar, fazia questão de assistir a todas as missas que se celebravam na igreja. Somente pela sua grande energia e profundo espírito de fé pôde suportar esses anos de inatividade, sem uma palavra de queixa ou desânimo. Desse calvário, porém, Deus o tirou chamando-o para a glória eterna no dia 28 de setembro de 1965.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> Fontes: [http://www.a12.com/redentoristas/cssrsp/padres.asp?pad=pe\\_antao\\_jorge\\_hechenblaickner](http://www.a12.com/redentoristas/cssrsp/padres.asp?pad=pe_antao_jorge_hechenblaickner) Tirolês austriaco. / [http://escolamunicipalpadreantaojorge.blogspot.com/2010/02/reforma-da-escola-municipal-padre-antao\\_06.html](http://escolamunicipalpadreantaojorge.blogspot.com/2010/02/reforma-da-escola-municipal-padre-antao_06.html) / <https://www.diocesedeerexim.org.br/noticia/padre-antao-jorge-o-missionario-pioneiro-na-construcao-de-aparecida-16652>



Igreja\_Matriz\_de\_Trindade\_em\_1920.jpg (590 × 390 píxeis, tamanho: 87 kB, tipo MIME: imagem/jpeg)  
 Fonte: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja\\_Matriz\\_de\\_Trindade\\_em\\_1920.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja_Matriz_de_Trindade_em_1920.jpg)



CDM/Santuário Nacional de Aparecida. Fonte: <https://www.a12.com/redentoristas/noticias/padre-antao-jorge-o-missionario-pioneiro-na-construcao-de-aparecida>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendo a escola como um lugar de lembranças e memórias, por isso, na minha concepção, essa abordagem também será buscada para a reflexão que a refere tanto como um espaço de estranhamento, como também aquele que guarda similaridades com o habitat familiar ou doméstico. (Almeida, 2009, p. 36)

Este estudo que está em fase de busca documental e de entrevistas que será parte do trabalho de tese que propõe investigar a “História e Memória: as escolas pioneiras na cidade de Trindade (GO), sua identidade, trajetória e cultura escolar”, a ligação do surgimento de uma cidade na culminância da fé de devotos católicos a imagem do Divino Pai Eterno, desde 1840.

Com a vinda de mais devotos, a igreja católica envia os padres e redentoristas, que foram parte principal a construção da igreja Matriz da cidade de Trindade, mais tarde verificamos ruas, escolas, setores da comunidade com os nomes desses ilustres participantes da história.

Desta forma torna-se eficaz o estudo da problemática acima referida pela falta de materiais concretos que estendem a esse histórico tão importante para o conhecimento dos estudantes das instituições, funcionários, moradores e a quem mais interessar.

## REFERÊNCIAS

A12. **Padre Antônio Jorge, o missionário pioneiro na construção de Aparecida.** Notícias. Disponível em: <https://www.a12.com/redentoristas/noticias/padre-antao-jorge-o-missionario-pioneiro-na-construcao-de-aparecida>. Acesso em: 13/10/2021.

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944).** Tese de Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Orientadora: Doutora Cléria Botelho da Costa. Brasília – DF, 2009. 311 f.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. História da educação em Trindade. **Revista Aphonciência.** 1. ed. Trindade: Gráfica e Editora Carvalho, 2007, v. 003, p. 13-27.

Diário de Trindade. **Igreja Matriz do Divino Pai Eterno, construída em 1912, pelo Pe. Antônio Jorge.** Esta foto é de 1920, na ocasião da emancipação do Povoado de Barro Preto, se transformando na cidade de nome Trindade. [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja\\_Matriz\\_de\\_Trindade\\_em\\_1920.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja_Matriz_de_Trindade_em_1920.jpg) Acesso em 08/09/2021.

Diocese de Orixim. **Padre Antônio Jorge, o missionário pioneiro na construção de Aparecida.** Disponível em : <https://www.diocesedeerexim.org.br/noticia/padre-antao-jorge-o-missionario-pioneiro-na-construcao-de-aparecida-16652> . Acesso em 14/10/2021.

Escola Municipal Padre Antônio Jorge. **Histórico.** Blog criado em 2009. Disponível em: [http://escolamunicipalpadreantaojorge.blogspot.com/2010/02/reforma-da-escola-municipalpadre-antao\\_06.html](http://escolamunicipalpadreantaojorge.blogspot.com/2010/02/reforma-da-escola-municipalpadre-antao_06.html). Acessado em 12/08/2021.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX.** São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

GATTI JR, Décio. **A situação da pesquisa histórica sobre as Instituições Educativas brasileiras.** Disponível em: [http://www.uftmt.br/revista/arquivo/rev17/his\\_educ\\_deciogatti.htm](http://www.uftmt.br/revista/arquivo/rev17/his_educ_deciogatti.htm). Acesso em: 15 ago 2004.

GOMES, Antonio. **O Divino Pai Eterno e o Santuário de Trindade.** Editora: CPP, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. A ordenação do ensino público goiano (1889 – 1930). In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação – A educação e seus sujeitos na história**. Goiânia-GO, 5-8 novembro, 2006. Anais. Goiânia: UCG, 2006. CD-ROM.

JACOB, Amir S. **A Santíssima Trindade de Barro Preto**. Trindade: Redentorista, 2000. Prefeitura de Trindade. História. Disponível em: <https://trindade.go.gov.br/historia/> Acesso em: 17/09/2021

SAVIANI, Demerval. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.] **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba-SP: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 3-27.

## ÀS MULHERES INDÍGENAS; SOBRE PROTAGONISMO DE FALA E AUTOBIOGRAFIA

MÁRCIA MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA<sup>78</sup>

MAGDA SARAT<sup>79</sup>

Nesta carta, endereçada às parentes, mulheres indígenas, intento promover diálogo em torno de trabalhos acadêmicos que põe em evidência a produção autobiográfica de mulheres indígenas, sobre protagonismo de fala de nossas histórias de vida; sobre o lugar de nós mulheres, objeto do saber durante o século XX e que vem reclamando a produção sobre si mesma.

**Palavras – Chave:** Carta, Histórias de vida; autobiografia de mulheres indígenas.

*Universidade Federal de Goiás, 09 de maio de 2023*

Quero saudar minhas parentes que estão nos quatro cantos desse país; que resistem bravamente ao projeto colonial ainda em curso;

Que continuam lutando contra os silêncios, as invisibilidades de nossas histórias, sobre o que pensamos, o que fazemos e vivemos, das sabenças de nossos ancestrais; tenho orgulho de resistir junto a cada uma.

O tempo, senhor de destinos, de encontros/desencontros, de lutas e conquistas.

Novos tempos se avizinham!

Desejo com essa carta dialogar em torno de trabalhos que põe em evidência a produção autobiográfica de mulheres indígenas, sobre protagonismo de fala de nossas histórias de vida; sobre o lugar de nós mulheres, representadas como objetos do saber durante o século XX. Reclamamos a produção de si.

Peço licença às anciãs e aos encantados;

Peço passagem: às mais velhas e todas que me antecederam nas lutas pelos espaços conquistados!

Quando decidi que participaria desse evento, fiz opção pela escrita de uma carta.

Através da carta nos aproximamos, *confluímos!*

Afinal, em tempos de redes sociais, e-mail e outros recursos de comunicação em tempo real, escrever cartas é *resistência!*

Devo lhes confessar: não imaginei que seria mais um exercício cheio de *obstáculos* ...

Gloria Andalzúa (2000, p. 229) fala sobre isso pra nós, mulheres latino-americanas.

Além de renúncias de outras atividades, disciplinar para a leitura e escrita.

Entre tantas formas que procurei para criar disciplina, tempo perdido e tempos frutíferos nas redes sociais; conversas com os colegas de trabalho; leitura e releituras do que estava escrevendo; uma série de observações ao texto que se propunha carta, mas, que na minha crítica se distancia ...

Gloria Andalzúa (2000, p. 230) nos alerta sobre esses *obstáculos*:

---

<sup>78</sup> Doutoranda PPGEduc/UFGD/MS, professora do IFBA/ Campus Valença, Bahia.

<sup>79</sup> Orientadora, Professora da UFGD, MS/CNPq.

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu ...

Certamente, cabe a nós continuarmos resistindo e escrevendo!

Minha opção pela escrita desta carta se dá ainda por dois motivos:

Primeiro, porque a carta é uma das formas de promoção de encontros, de movimentos de resistência de grupos subalternizados e que vem reivindicando o “Bem Viver”.

E o segundo é sobre a boniteza dos encontros, ou melhor, das *confluências* de Nêgo Bispo; sobre a significativa produção de trabalhos com *Cartas dos povos indígenas ao Brasil*, sobre narrativas autobiográficas de homens e mulheres indígenas desenvolvido especialmente na Bahia por Suzane Lima Costa e Rafael Xucuru-Kariri na Universidade Federal da Bahia; sobre a diversidade e qualidade de livros, blogs e revistas que produzidos nas últimas duas décadas em quase todos os cantos desse país.

Nos trabalhos, verifico que, especialmente as mulheres são protagonistas de suas próprias histórias, até então realizadas por estudiosos e interessados na história e na causa indígena. No entanto, bem sabemos como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! (ANDALZÚA, 2000, p. 230).

Nesses tempos, também me torno sujeito e objeto de estudo. Pretendo desenvolver estudo autobiográfico, sobre o que confluuiu ou conflui para meu (re) encontro ancestral. Eu, uma mulher sertaneja, me descubro e insurjo ancestre Payayá em luta e luto acadêmico-político.

Após levantamento em fase inicial, observei que há um número qualitativo e significativo de dissertações e teses de mulheres indígenas, especialmente nas universidades públicas estaduais e federais.

O acesso e a permanência de várias guerreiras à universidade; a continuidade da formação na Pós-Graduação, tudo leva a crer, são consequências dessa feliz realidade.

Apesar das dificuldades, muitas resistem bravamente!

Esse cenário vem nos distanciando de um passado em que Oscar Calavia Sáez (2006) questionou sobre formação do indivíduo ocidental - sobre sua possível tradução ameríndia e sobre as formas pelas quais o sujeito histórico indígena foi construído no Brasil.

Ao comparar Brasil e Estados Unidos ele destacou que “diferentemente do que se constata em nosso país, nos Estados Unidos a autobiografia é um gênero predominantemente produzido pelos indígenas”.

No entanto, nesses tempos, muitas mulheres foram percussoras desse movimento, protagonizando as dores, as alegrias e nossas histórias. Reverência a essas escritoras mulheres, pioneiras, guerreiras de nossa ancestralidade.

A literatura de autoria indígena, necessária para romper com estereótipos e desmistificação de narrativas produzidas por tantas pessoas com seus mais distintos interesses e estilos.

Por questões de limitações de tempo e outras mais, não poderei apresentar aqui as dezenas de livros e trabalhos acadêmicos. Além disso, interessa-me evidenciar trabalhos que tratam de histórias de vida entrelaçadas ao processo de escolarização.

Gostaria de apresentar alguns, também não mais importantes aos demais que, infelizmente, não vou conseguir expor.

Adriana Uassuri de Souza, Juvana Evarista dos Santos e Edileia Santiago Oliveira, publicaram em 2020 sobre *A mulher indígena e o protagonismo da sua própria história de luta e resistência*, aqui nessa universidade no ano de 2020.

Recentemente, no ano passado (2022), foi lançado *Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade* pela editora Amaré e os coletivos, Mulheres em Movimento, Elas, Mulherio das Letras Indígenas. Muitas delas biografadas e organizadoras. Um presente a todas nós!

Num levantamento inicial de trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) que tratam de autobiografia de mulheres indígenas, junto ao Banco de Dados da CAPES e de algumas universidades, por exemplo, fiquei muito esperançosa!

Há um crescente e qualificado interesse, sobretudo de mulheres indígenas para desenvolver estudos autobiográficos, autoetnográficos e etnográficos, fruto da continuidade da formação acadêmica. Como destaquei acima, farei aqui breve citação de alguns.

Em 2017, Mirna Kambeba Omágua-Yetê Anaquiri defendeu sua dissertação, *Que Memórias me Atravessam? meu percurso de estudante indígena*; defendida no Programa de Pós Graduação em Arte e Cultura Visual, na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal aqui de Goiás.

Não bastasse os dilemas pessoais, essa guerreira teve que enfrentar os dilemas da pandemia da COVID-19.

Felizmente, com a força ancestral que nos move, Mirna continua sua formação e, ano passado, conclui mais um belíssimo trabalho, *Venho do povo das águas: uma travessia autobiográfica nas culturas indígenas e formação docente*, aqui nessa mesma Universidade, também na Faculdade de Artes Visuais, pelo Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual. Certamente, é e será referência para todas nós.

Quero aqui registrar que esses trabalhos são de uma boniteza, delicadeza, arte e muito compromisso com todas nós. Especialmente sua tese de doutorado

Parabéns, Mirna Anaquiri e todas as pessoas que você mesma registra como co responsáveis pelo resultado!

A universidade, que vem sendo povoada por nós, continua produzindo!

Ainda no ano de 2018, Célia Nunes Correa (Célia Xakriabá) defendeu sua dissertação de mestrado, *O Barro, o Genipapo e o Giz no Fazer Epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*, tratando dos saberes e os fazeres presentes em seu território. Segundo a parente, o título se refere a esse trânsito de ciclos de saberes que envolve as diferentes agências (e agentes) pelas quais se produz o conhecimento, constituindo um fazer epistemológico de autoria Xakriabá.

Ao longo do referido estudo, tratou ainda de evidenciar como a (re) territorialização constitui um eixo troncal na experiência Xakriabá e como a escola se compromete com práticas que propõem um deslocamento do aprender por meio do que é vivido no corpo do território, ou no corpo-território; como a escola interage dentro da comunidade e como esta tem se comprometido na interlocução com outras narrativas e narradores que tem como matriz formadora o saber fazer pela ciência do território. Mais uma referência!

No ano de 2021, em plena pandemia da COVID-19, guerreiras mulheres continuam fortes, apesar das incertezas diretas provocadas pelo momento, defenderam seus trabalhos acadêmicos, fruto de suas pesquisas de Mestrado e/ou doutorado. Dentre os vários, destaque para os trabalhos de Adriana Pesca (Hitxá Pataxó) *ARTESANIAS INDÍGENAS DE UMA ESCRITA-ABRAÇO E SEUS TRANSBORDAMENTOS*;

Os sites e blogs são espaços reveladores do movimento de mulheres indígenas, sobretudo. Nesses últimos anos mulheres das mais diferentes idades vêm ocupando os espaços no ensino superior, principalmente, utilizando o aprendizado como ferramenta de luta e invertendo essa produção do saber até então.

Dentre tantos, destaque para *Vozes de Mulheres Indígenas*. “O projeto resultou na elaboração da Pauta Nacional das Mulheres Indígenas e, respondendo às reivindicações



das mulheres indígenas (...) A iniciativa alcançou 104 povos em todo o Brasil” (Site Vozes de Mulheres Indígenas, 2022).

Esses sites e Blogs têm fomentado o empoderamento, a mobilização social e a participação política de mulheres indígenas das mais de trezentas etnias no Brasil em formato digital. Esses recursos vêm se constituindo espaços internos de tomada de decisão, exclusivamente por mulheres indígenas. O projeto permitiu que, durante um ano e meio, um grupo de mulheres líderes coletassem informações em comunidades indígenas por todo o Brasil e constituíssem, pela primeira vez, uma pauta nacional comum das mulheres indígenas brasileiras. Exemplo disso é A Marcha das Mulheres Indígenas e o Acampamento Terra Livre, mais conhecido pela sigla ATL.

Destaque para o site *As Cartas dos Povos Indígenas ao Brasil*; do Núcleo de Estudos das Produções Autorais Indígenas – NEAI, vinculado a UFBA – Universidade Federal da Bahia.

O site *TUCUM*, uma plataforma voltada para a divulgação de conteúdo pela re-existência dos povos indígenas do Brasil, destaca as lutas e as narrativas ancestrais das *Mulheres Indígenas na Sociedade*.

O Blog Thyndewa. Org é uma iniciativa para a promoção da cultura da paz como caminho para a transformação social, a favor da VIDA e de todos os seres IRMANADOS.

Destaco ainda o OPARÁ/UNEB, um Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação entre as cidades baianas de Euclides da Cunha, Paulo Afonso e Juazeiro.

O OPARÁ,

Surgiu em 2008 a partir de um grande encontro de pesquisadores, pesquisadoras, estudantes, representantes dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais com o objetivo de tornar-se um espaço acadêmico capaz de fortalecer, incentivar as pesquisas, a formação continuada e dinâmica dos Povos Tradicionais, Indígenas e lideranças de Movimentos Sociais em relação à afirmação, conhecimento e valorização dos seus saberes e fazeres, como forma de empoderamento das identidades e dos seus patrimônios bioculturais, contribuindo assim para uma permanente construção da cidadania ativa, de uma prática social que promova a cultura dos direitos humanos para todos os setores da sociedade (OPARA, 2023).

Esse Centro foi e continua responsável pelo primeiro curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena da Bahia e, posteriormente, os cursos de Licenciatura Intercultural. Além de produção de material didático, incluindo literatura para atendimento da educação básica, também disponível no site em formato digital.

Dentre uma infinidade de livros, encontro recentemente, Mayá, Maria Muniz de Andrade, uma professora, mãe, mulher indígena Pataxó Hã Hã Hãe do sul da Bahia, no livro, *A Escola da Reconquista* (2021). Seu objetivo é recontar a história que foi contada por não indígenas. Por isso, aposta que “tem índio ainda contando a história do que quer, como quer caminhar, como quer viver; como quer viver nesse Brasil frustrado, arrasado”. O povo indígena, afirma a guerreira Maria Muniz, está reconquistando, guerreando, lutando pelos seus direitos, pois “a história verdadeira os europeus não contaram e nem contam ainda hoje”. É um livro organizado por Rosângela Pereira de Tugny e publicado pela *Teia dos Povos*; um movimento que vem publicando de forma independente suas produções.

Parentes, muito feliz com outra produção recente de mulheres que resistem e lutam pelo processo de demarcação do território da escrita; que lutam por visibilidade e igualdade, contra a “invisibilidade” de autoria de mulheres indígenas na literatura. Refiro-me à

história de vida, de luta, resistência e vivência de nove mulheres, bravas guerreiras do Rio Negro, Amazonas, do povo Baré, Tuyuka, Piratapuaia, Baniwa, Pankararu, Kaingang, organizado pelas parentes Braulina Baniwa, Jozileia Kaingang e Lucinha Tremembé no ano de 2020.

Temos também as produções das Alines:

**Aline Pachamama (Puri)**, *Pachamama: A Poesia é a Alma de Quem Escreve* (2015); *Mulheres Guerreiras* (2018) e *Taynôh: o menino que tinha cem anos* (2019).

Aline Ngrenhtabare Kayapó lança no ano de 2019, *Nós (Amor originário)*.

E Aline Tremembé, *Raízes do Meu Ser: Meu Passado - Presente Indígena*” lançado em 2019 e o *Livro sem Letras* (2021).

Aurita Tabajara, produziu, *Coração na aldeia, pés no mundo, lançado em 2018*.

*Dentre as produções de Célia Xakriabá, destaque para as obras: O barro, o jenipapo e O giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada e Brasília inspira poesia* (poesia publicada).

*Nãna e os Potes de Barro, de Chirley Pankarará, foi lançado em 2019*.

**Denízia Kawany Fulkaxo (Kariri-Xocó)** lançou *Contos Kariri-Xocó: contos indígenas em 2014 e Kariri-Xocó: contos indígenas vol. 2 em 2019*.

Eva Potiguara lançou suas obras: *Do casulo à borboleta: a poesia da resiliência e da autoformação humana e Gatos diversos*.

As obras de Eliane Potiguara, uma das autoras indígenas percussoras em nosso país, destaque para: *Metade cara, metade máscara; O coco que guardava a noite; O pássaro encantado; A cura da terra*, entre outras.

Zélia Puri, lançou no ano de 2018, *Coleção Semear; Amor em pecado e Descaminhos*.

As minhas xarás, **Márcia Wayna Kambeba e suas obras**, *Ay Kakyrytama: eu moro na cidade e O lugar do saber em 2018*;

E **Márcia Mura**, lançou *O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia* (2013).

Minhas parentes, acho que me empolguei!

*Enfim, as demais que não estão citadas nesta carta e as tantas obras daquelas parentes autoras que não aparecem ocorre, mais uma vez quero pontuar, por falta de espaço.*

*Se fosse aqui catalogar as dezenas de autoras indígenas, certamente, essa carta viraria um “cartão”!*

*Mas, peço licença mais uma vez para pontuar somente uma última obra. Juro! Eu, Rigoberta Menchú Assim Nasceu a minha Consciência”*. Um livro publicado no ano de 1983 pela antropóloga Elizabeth Burgos-Debray depois de realização de muitas horas de conversa com Rigoberta Menchu ao longo de uma semana.

A obra foi considerada relevante esforço de documentar a realidade das populações indígenas no território guatemalteco em plena guerra civil. Apresenta aspectos da vida de uma mulher quetchua e liderança indígena tratando de temas como: família, educação, marcha campesina, matrimônio, maternidade e exílio ao longo dos trinta e três capítulos, compondo sua autobiografia.

Destaque para a experiência de luta de uma jovem mulher contra a opressão e a violência na Guatemala, sobre como uma mulher indígena resiste frente ao Estado neoliberal dos anos 1980.

Minha recente aquisição!!

Parentes, sem querer, terei que terminar sem concluir ...

Desejo que essa carta possa provocar em cada uma de nós, mulheres indígenas, estudantes, escritoras, a curiosidade de procurar, rever, reler as tantas publicações que não couberam aqui.

Ainda bem!

Ficaremos com esse dever!

Abraço a cada uma e que possamos continuar escrevendo sobre nós, sobre nossas sabenças e, juntas, mudarmos mais uma página de nossa história.

Seguiremos!

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Muniz de (Mayá). **A Escola da Reconquista**. Org. Rosângela P. de Tugny. Arataca, Bahia: Teia dos Povos, 2021.

ANAQUIRI, Mirna Kambeba Omágua-Yetê. **Que memórias me atravessam? Meu percurso de estudante indígena**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

ANAQUIRI, Mirna Kambeba Omágua – Yetê. **Venho do Povo das Águas: Uma Travessia Autobiográfica nas Culturas Indígenas e Formação Docente**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual, Goiânia, 2022.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Revista **Estudos Feministas**, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em 17 de abril de 2023.

BURGOS, Elizabeth. **Meu Nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha Consciência**. Editora Paz e Terra, 1993.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2018. 218 p.

FULNI-Ô. **Índios na Visão dos Índios**. Ideia e direção: Sebastian Gerlic. Coordenação: Águia Dourada (Associação Multicultural Indígena do Nordeste: Wakai, Lympo e Iraci. FazCultura, Bahia, 2001.

POTIGUARA, Eva & RATTON (Orgs.), Vanessa. **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. 1ª ed. - Guarujá, SP: Amare, 2022.

SÁEZ, Oscar Calavia. Autobiografia e Sujeito Histórico Indígena. **Revista Novos Estudos**, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/8whFqFTq6RxJ3MMf5RDZkPL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 de junho de 2022.

Universidade Federal da Bahia (UFBA). NEAI, **Núcleo de Estudos das Produções Autorais Indígenas**. As Cartas Indígenas ao Brasil. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br>. Acesso em 17 de abril de 2023. Acesso em 17 de abril de 2023.

Nêgo Bispo. **Sobre o conceito de Confluência**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fi-4T8tdYDY>. Acesso em 06 de junho de 2022.

**OPARÁ, Centro de Pesquisa em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação.** UNEB, Universidade do Estado da Bahia. disponível em: <https://www.oparauneb.com/>. Acesso em 24 de abril de 2023.

**TUCUM. Plataforma de Conteúdo pela Re-Existência dos Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <https://site.tucumbrasil.com>. Acesso em 05 de julho de 2022.

**THYDÊWÁ.** Disponível em: <https://www.thydewa.org/que-somos>. Acesso em 05 de julho de 2022.

**VOZES DE MULHERES INDÍGENAS.** Disponível em: **VOZES - ONU MULHERES** ([vozasmulheresindigenas.org.br](http://vozasmulheresindigenas.org.br)). Acesso em 02 de junho de 2022.

# FOLIA DO DIVINO EM MATRINCHÃ (GO) E SEUS RITUAIS FINAIS NO DISTRITO DE JEROAQUARA (SANTA RITA)

MARIA JOAQUINA MARQUES DA SILVA<sup>80</sup>

Folia do Divino Espírito Santo, em Matrinchã/GO, é uma das manifestações do catolicismo popular festejada em vários estados do Brasil. Sua origem encontra-se no final do século XIII e início do século XIV, em Portugal, durante o reinado de Dom Diniz e foi instituída por sua esposa, rainha santa Isabel, na cidade de Alenquer. Denominada festa de Pentecostes, comemorada cinquenta dias após a páscoa, quando o Espírito Santo – terceira pessoa da Santíssima Trindade – desceu sobre a virgem Maria e os apóstolos. Com o objetivo de analisar um dos três dias finais do ritual dessa celebração em Santa Rita (antigo arraial aurífero e atualmente Jeroaquara, distrito de Faina (GO)), optou-se em focar a folia de Nossa Senhora do Rosário, observando os principais elementos característicos e a importância dessa celebração na construção da identidade dos seguidores desta celebração.

**Palavras-chaves:** Patrimônio Cultural, Folia do Divino e folia de Nossa Senhora do Rosário.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intuito expor parte do ritual da folia do Divino Espírito Santo em Matrinchã (GO). Essa celebração tem seu início no território de Matrinchã e finaliza no município de Faina (GO). Neste texto, o foco é a folia de Nossa Senhora do Rosário, que acontece junto à folia Divino, patrimônio imaterial da região.

Nos últimos anos do século XX, ocorreu um aumento das produções historiográficas relacionadas às problemáticas de produzir marcos, conservar e proteger objetos, monumentos, espaços culturais que remetem à memória, à identidade de um grupo ou de uma sociedade. Izabela Tamaso, afirma que “95 % dos museus nasceram no pós-guerra e os sítios históricos se multiplicam aos milhares, os anos 90 foram marcados pela intensificação dos processos de patrimonialização em todo mundo” (2007, p. 20).

O debate referente às políticas de normatização do patrimônio cultural brasileiro ganhou destaque a partir da década de 1930. Ao lado de políticos, os intelectuais Mário de Andrade e

---

<sup>80</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás /Campus Jussara (2009) e em Pedagogia, pelo Vale do Acaraú /CE (2015). Especialista em História e Sociedade pela FMB e em Cultura, Identidade e Região/ UEG. Prof.<sup>a</sup> efetiva da prefeitura municipal de Faina/GO e membra da Comunidade Quilombola do São Félix em Matrinchã/GO. Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, UEG/Cora Coralina. maria\_marquesa1975@hotmail.com. Orientador: Prf<sup>o</sup>. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos

Aloisio Magalhães tiveram, em períodos distintos, papéis preponderantes na elaboração de políticas públicas que visassem a preservação deste patrimônio.

Andrade foi um estudioso etnográfico que, em suas viagens pelas regiões brasileiras, procurou analisar os costumes, as danças, as festas, os modos de fazer as comidas, os remédios e as plantas medicinais das classes populares.

Com toda essa preocupação de conhecer e preservar a diversidade brasileira, Mário de Andrade elaborou, em março de 1936, um anteprojeto, o qual possibilitou posteriormente as bases legais para criação de um órgão público que zelasse dos bens patrimoniais e, em parte, fundamentar o Decreto-Lei nº 25, de trinta de novembro de 1937, que deu base legal ao Sphan, como enfatiza Chuva:

foi a primeira norma jurídica a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento. Esse é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído pelo Sphan” (Chuva, 2017, p.146).

O anteprojeto foi a gênese da base legal que estruturou e definiu como patrimônio artístico nacional inúmeros bens materiais e imateriais. Esse esboço do projeto indicou caminhos para legalização do patrimônio cultural brasileiro. A concepção de Mário de Andrade em relação à definição de Patrimônio Artístico Nacional era heterogênea, pluralista, diversificada, completamente oposta aos ideais do grupo modernista, como ressalta o autor:

Naquele momento, as ações do Ministério da Educação e Saúde, sob o qual o SPHAN estava subordinado, voltaram-se predominantemente para a uniformização e padronização da educação e da cultura nacional, afirmando o uso da língua portuguesa e difundindo costumes e valores morais e cívicos de uma civilização branca e católica (Freitas, 1994, p. 79).

As medidas dos grupos que comandavam os órgãos estatais não seguiram os caminhos direcionados pelos trabalhos desenvolvidos por Mário de Andrade. Nesse viés, os intelectuais modernistas responsáveis pelas políticas de preservação patrimonial tiveram uma visão limitada sobre a concepção idealizada e a definição de Patrimônio Artístico Nacional defendida por Andrade. Até a década de 1970, a legitimação de uma política patrimonial privilegiava a arte elitizada e arquitetura barroca voltada para o Estado Português. Após a década de 1970, aos poucos as políticas patrimoniais foram reformuladas, inserindo a defesa dos referenciais culturais imateriais sobre a liderança do intelectual Aloisio Magalhães, que criou o Centro Nacional de Referência Cultural que passou a incluir os costumes populares, principalmente as celebrações, os rituais, os modos de saber fazer das comidas, remédios entre outros.

Na mesma perspectiva, referente à renovação das leis patrimoniais, a atual Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 216 contribuiu significativamente na ampliação do conceito de patrimônio cultural: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória” (Brasil, 1988).

A Constituição da República Federativa do Brasil traz uma definição do conceito patrimônio cultural bastante abrangente, reafirmando os pensamentos dos estudiosos Mário de Andrade e Aloisio Magalhães. Esta lei trouxe um marco histórico que veio para desconstruir a ideia de patrimônio como apenas pedra e cal e reafirmar juridicamente a importância dos costumes dos povos indígenas, dos afro-brasileiros e da sociedade como um todo.

Ao reforçar a noção sobre patrimônio cultural para além da visão dos grandes monumentos históricos elitizados, Chuva (2012) afirma que “a noção de patrimônio cultural se tornou maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas nem sempre harmoniosas ou coerentes entre si” (p. 152). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) deixa claro que: “O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (IPHAN, 2012, p.12.). Desta forma, seguindo a temática, Chuva (2012) enfatiza que:

Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural (p. 163).

A autora mostra que as diretrizes de patrimonialização dos bens culturais precisam ser pautadas nos valores atribuídos pelos homens que fazem parte de um determinado grupo ou comunidade da qual os bens culturais fazem parte. Sendo assim, levando em consideração o objeto de estudo, pagar uma promessa é considerado pelos devotos dos santos algo relevante, é como pagar uma dívida. Assim sendo, a pessoa denominada rainha de Nossa Senhora do Rosário é caracterizada por vestimentas específicas: vestido longo azul claro, coroa e salva de prata. O rei da folia, o homem que acompanha a santa, também é bem arrumado com terno e coroa. O casal é levado em cortejo de casa à igreja, dentro de um cercado (quadro) feito com madeira fina e

roliça, enfeitado com papel crepom colorido, sustentado por quatro pessoas, uma em cada canto. Os foliões acompanham tocando os instrumentos como a sanfona, os violões, as violas, sem cantar, todos seguindo a bandeira do Divino conduzida a frente por porta bandeiras. Após a celebração de uma missa, o cortejo retorna a casa da rainha, onde é servido um café da manhã, o vinho, a pinga e um forrózinho breve; logo o povo se espalha e é concedido um intervalo.

Após o almoço, acontece a folia de rua de N. S. do Rosário. Ela sai da igreja e retorna para sua entrega no mesmo dia, os foliões saem cantando de casa em casa, nos botecos (onde houver um grupo de pessoas reunidas, eles cantam sem a bandeira do Divino). Neste ritual, a folia tem o objetivo de angariar dinheiro, o qual é dividido em 20% para as salvistas – duas mulheres que saem junto com a folia, vão a frente pedindo dinheiro e perguntando se as pessoas aceitam a folia de N.S. Rosário – e 80% ficam para igreja. O ritual é encerrado por volta das 18h. Às 19h30min., o cortejo com N. S. do Rosário retorna à igreja para realização de uma segunda. Logo após, na porta da igreja, acontece um leilão da escolha da rainha do Divino.

Este leilão funciona da seguinte forma: são escolhidas antecipadamente duas moças de locais diferentes para ser a rainha, essas meninas têm a obrigação de angariar fundo para o referido leilão; dessa forma, a pessoa que conseguir maior quantidade de verbas com as prendas arrecadadas será a rainha do Divino. No ano de 2022, as meninas foram uma de Matrinchã e a outra Jeroaquara (Santa Rita), esta conseguiu maior quantidade de dinheiro. Um detalhe interessante é que de todo o dinheiro arrecado durante o festejo em homenagem a Nossa Senhora do Rosário destina-se a maior porcentagem para igreja (tanto o dinheiro coletado durante a folia de rua da santa NSR, onde as salvistas passam pedindo, quanto o lucro obtido pelo leilão das prendas conseguidas pelas meninas que buscam o título de rainha do Divino; tudo é somado e dividido em 20% para as meninas e 80% ficam com o casal festeiro, o qual doa para igreja).

Durante os rituais da folia de rua em homenagem à santa, dona Maria Antônia C. da Mata demonstra cuidado muito especial com os detalhes do cortejo, pois acompanha e observa os dois cortejos na parte da manhã e na noite do sábado. O cuidado com a moça que está representando a santa é minucioso: “a santa não pode ir à calçada para igreja. Onde está a coroa da santinha? E a salva? A santa não pode ir assim pra a igreja”, fala ela, nervosa, passando as mãos na cabeça; “[...] as pessoas de hoje não têm fé, não entendi o significado da festa, faz as coisas de qualquer maneira”, afirma a mesma. Mesmo contrariada porque Nossa Senhora não está com os acessórios adequados, ela segue o cortejo no período da manhã e, quando termina o ritual, ela conversa com a moça e a sua família sobre a relevância de usar os acessórios adequados. Nesse momento, eles tentam explicar que não teriam encontrado a coroa, a salva e o cetro, porque estava trancado no baú na sacristia da igreja e a pessoa responsável pela chave não teria disponibilizado os objetos.



À noite, a moça estava com os acessórios e dona Maria estava mais tranquila, como podemos visualizar nas fotos abaixo.



Figura 1 e 2: Cortejo de Nossa Senhora do Rosário.  
Fonte: Acervo da pesquisadora /2022

De acordo com o historiador inglês Peter Burke (2004), “as imagens valem mais do que mil palavras, se soubermos analisá-las.” Nesta tentativa de compreendermos os significados dos rituais da folia de rua de N.S. Rosário, percebemos que esse ritual tem suas particularidades e significados múltiplos dependendo da pessoa e de sua crença. Para dona Maria Antônia Costa da Mata, essa devoção tem um significado espiritual que só ela pode explicar:

Antigamente nossos antepassados, no tempo da escravidão, os nossos irmãos não tinham uma imagem para adorar, eis iam escondidos rezar na gruta, até eis arrumar uma santa só para eis, [...] ai quando eis começaram, a poder ir na igreja, aí eles começou a carregar a coroa na cabeça, para homenagear a nossa senhora do Rosário. Assim, eles começaram a carregar a coroa, mas teve gente que falava que era pra homenagear o português, o homem branco, só que não era para representar os portugueses. Não é isso, eis carregava a coroa para agradecer Santa, eis sabia quem usava a coroa era o rei e eis eram obrigados ajoelhar nos pés do seu Senhor, aí eis queria mostrar que a santinha é a mãe de Jesus, ela merecia tudo, ela era igual. Não, melhor que os homens grande que usava coroa. Por isso que a nossa senhora do Rosário é festejada junta do espírito santo, sabe por quê? Porque foi o espírito santo que anunciou a Maria, a preferida para conceber o Jesus, nosso Salvador. Maria foi uma grande apóstola, a mulher preferida pelo Espírito Santo para ser a mãe do nosso salvador (Mata, 2022).

Considerando os relatos citados, somados às observações realizadas no decorrer dessa celebração, foi possível conhecer a complexidade do costume local para alguns participantes, tais como os anciãos e anciãs da família Quintanilha. Os rituais em homenagens à santa são momentos

muito sérios e sagrados, já que remetem à memória dos antepassados. Dona Maria Antônia Costa da Mata, por meio de suas expressões verbais e não verbais, autoidentifica-se como mulher negra, descendente de escravizados, com orgulho de sua origem. Contribuindo com pensamento, as autoras Martha Campos Abreu e Lívia Nascimento Monteiro salientam que: “Herdeiros do legado dos africanos aqui chegaram escravizados, seus descendentes souberam honrar a memória dos antepassados e negociar as transformações urbanas e culturais, atualizando repertórios e pautas de luta e inserção social” (Abreu e Monteiro, 2020, p. 243).

Dona Maria Antônia, ao relembrar as histórias de sua família e do processo de fundação do distrito de Jeroaquara (Santa Rita), menciona os vestígios da mineração, descreve os muros de pedras, um círculo feito com pedras-sabão, salão de batuque (denominado por ela provavelmente foi lugar de ritual dos escravizados), os casarões, os objetos de ouro como a coroa do rei, cedro, as imagens de santos, o terço que tinha na igreja e sumiu sem deixar vestígios, os índios que moravam na beira do córrego Vermelho, as folias (tanto do Divino como a de Reis, que girava mais de um mês). Ressaltando as afirmativas acima, o historiador francês e idealizador da terceira geração dos Annales, Pierre Nora (1993), salienta que:

A memória é a vida, sempre carrega por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (p. 9).

A partir das contribuições acima, percebe-se que as recordações da devota dona Maria Antônia, são vivas, reais. Ela fala com muita cautela dos objetos de ouro que sumiram da igreja após o padre se reunir com líderes da comunidade de Santa Rita. Em relação a essa problemática de encobrir os fatos, o autor Michael Pollak destaca que “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’, com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente, não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (1989, p. 6).

Ela faz questão de falar da devoção que tem a N.S. Rosário, da crença que os antigos tinham nos santos e que povo de hoje não tem. Ela afirma o tempo todo, no decorrer de nossas conversas, que a fé em Nossa Senhora e no Divino foi sua base de sustentação para chegar aos 70 anos com lucidez, foi um milagre, segundo ela afirma:

Já passei por muitas dificuldades para criar meus filhos, hoje estou aqui cuidando da minha mãe acamada, caduca (doença de Alzheimer), com 94 anos, mas meus irmãos do passado sofreram muito mais que nois, eles não tinham

direito a nada, só trabaivam, nem rezar podia e vencemos graças a nossa fé no Deus vivo e em Nossa Senhora (Mata, 2022).

Sob o ponto de vista dos seguidores dos costumes da folia do Divino em Matrinchã, há os que participam dos rituais realmente com o intuito de “buscar restabelecer elos entre a dimensão humana e a divina” (Gonçalves, 2020, p. 181). Por outro lado, têm os interessados em comercializar produtos variados (como os vendedores de espertinhos, salgadinhos, bebidas alcoólicas, os donos dos botecos, barraquinha de camelô, a tenda do forró) e os leigos que são ligados diretamente a igreja, que participam dos rituais e trabalham com intuito de angariar dinheiro para a paróquia (como, por exemplo, os responsáveis pelo leilão da rainha do Divino que aconteceu após a missa de encerramento do cortejo de N.S. Rosário no sábado à noite). Isso deixa transparecer os jogos de interesses entre os que participam pela fé, pela devoção e os que buscam diversões ou meios de ganhar dinheiro, como ressalta a autora Janice Gonçalves, no texto *Patrimônio e Festas Religiosas*:

Festas são momentos de sociabilidade que envolvem comemoração, pois promovem ou avivam a memória de um acontecimento (recente ou longínquo). Com frequência, associadas a ocasiões de alegria, são, em sua diversidade, veículos de múltiplos sentimentos, afetos, e comportamentos, que tanto podem afirmar traços indeníveis e relações de pertencimento como repor tensões, desigualdades e distinções sociais (Gonçalves, 2020, p. 181).

As pesquisas de campo durante a folia do Divino em Matrinchã possibilitaram aproximação direta nos momentos de socializações deste festejo, permitindo-nos perceber os comportamentos, os sentimentos e os interesses diferentes de cada indivíduo presente, ficando claro como algumas pessoas envolvidas nestas comemorações festivas trabalham dia e noite na organização e ornamentação dos ritos com muita satisfação, felizes e sem reclamar, só pedindo ou agradecendo aos santos para que tudo ocorra bem.

As pessoas envolvidas diretamente na organização dos rituais, nas preparações dos alimentos, nas limpezas das vasilhas (que geralmente são muitas grandes), nas preparações dos lugares (como a igreja e os locais onde acontecem os rituais), nas confecções dos arcos e altares para receber a folia, compõem detalhes importantíssimos que exigem muito trabalho, responsabilidade e têm sua relevância para que a festa aconteça.

Geralmente, essas pessoas trabalham coletivamente sem nenhum tipo de remuneração econômica, a única recompensa é espiritual, segundo a líder da cozinha, dona Rosalina L. da Mata<sup>4</sup>, com mais de 70 anos. Afirmou que ajuda nas folias desde quando era criança, mas o lugar que ela mais gosta de ajudar é na preparação dos alimentos antes e durante a festa, sendo ‘o principal tempero das comidas a fé viva no Espírito Santo’.

Conversando com a senhora Elivaine José Leite<sup>5</sup>, moradora do distrito citado, participante ativa da liturgia da igreja e das festas religiosas locais, instiguei-a a relatar quais eram os motivos e diferenças entre a rainhas de N. S. de Rosário e a rainha do Divino. Como já citei anteriormente, no sábado, durante o encerramento dos festejos em homenagem à santa citada, há um leilão na porta da igreja à noite. Nesse momento, escolhem a rainha do Divino, cujo título é disputado por duas moças e aquela que conseguir maior quantidade de prendas revertidas em dinheiro, durante o leilão, receberá uma faixa como rainha do Divino e 20% do lucro do leilão; já que 80% da verba fica a critério do festeiro que pode doar para igreja ou ficar para cobrir os gastos da festa.

A entrevistada citada, afirmou que esse leilão da Rainha do Divino não tem nada a ver com a festa de N.S. do Rosário: “pois bem, a folia de rua em homenagem à santa é um costume antigo do povo daqui”. “A formação do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, apresenta algumas peculiaridades [...] uma expressão religiosa do catolicismo negro. Predominantemente de origem banto, com alguma pitada de elementos de outras culturas negras e das indígenas locais” (Rios, 2006, p. 67).

A ideia do autor confirma a fala da entrevistada em relação à crença dos escravizados e à santa citada. Assim, ela prossegue relatando: eles tinham muita fé na santa e faziam a festa dela junto com a festa do Divino, por isso que temos esse costume até hoje. Antigamente a festa de N. S. e o desfile do imperador eram muito pomposos, pois a família Jardim, Souza e da Mata eram poderosas. Na época que faziam a festa, caracterizava as pessoas que faziam partes dos cortejos, vestiam as mulheres negras iguais escravas, usavam os vestidos iguais os das baianas e enrolavam os panos nas cabeças, ficavam iguais às mucamas.

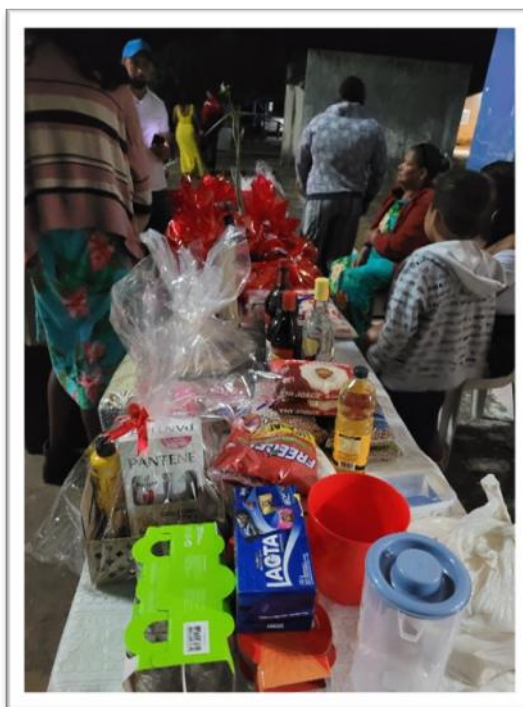
Em relação ao leilão do Divino, que acontece junto da festa da santa, é uma forma de aproveitar as pessoas reunidas para vender as prendas, mas... as rainhas do Divino não têm nada a ver com a rainha de N. S. do Rosário. A rainha de Divino é escolhida pela quantidade de dinheiro que consegue e a rainha de Nossa Senhora é escolhida porque alguém está cumprindo promessa. Sendo assim, o ritual tem vínculo maior com a parte religiosa do que com o profano, apesar de que, na hora do café na casa da rainha, estão explícitas nas fotos as bebidas alcoólicas que são naturais nos ritos. Como enfatiza Carlos Rodrigo Brandão, no livro *Memória do Sagrado estudos de religião e ritual*, rituais e eventos são colocados em uma escala que vai desde um campo legalmente conhecido como religioso até um campo tido como de puro profano (a “festa” da Festa) (Brandão, 1985 p.162).

Embasados na ideia do autor percebe-se que os rituais da folia do Divino caminham entre o plano espiritual e o mundano como está visível nas imagens das prendas do leilão, as quais

variam entre os litros de pingas, vinhos, vasilhas, chocolates, frangos, pernis de porco assado, toalhas bordadas com o nome do Divino, imagens de santos, terços, porco vivo, galinha, bezerro, óleo de cozinha, cesta de variedades, tudo comercializados naturalmente na porta da igreja com a presença do sacerdote.



Figuras 3: Café da manhã da rainha.  
Fonte: Acervo da pesquisadora /2022



Figuras 3: Café da manhã da rainha.  
Fonte: Acervo da pesquisadora /2022

As imagens reforçam as particularidades dos costumes dessa folia que começa em alguns municípios e finaliza em outros. A figura 3 mostra o café da rainha de N. S. Rosário, após missa do sábado, no qual são servidas algumas quitandas, café, leite, vinho e pinga. A figura 4 mostra as prendas arrecadas pela rainha do Divino para o leilão acontecido no mesmo dia à noite.

Uma das principais diferenças que acontecem nessa folia do Divino, em Matrinchã, das outras folias que conhecemos por meio da historiografia brasileira, é que essa inicia-se em um local e finaliza em outro: o território é diferente. Outro ponto de relevância é o encontro das três folias neste distrito, mas que começa em cidades diferentes, quais sejam Matrinchã, Araguapaz antigo (Cavalo Queimado) e Faina. E, por último, são os três dias consecutivos de ritos e rituais que marcam a finalização da folia; como, por exemplo, os rituais de folia de rua de N. S. do Rosário que acontecem e juntam-se à folia do Divino, como enfatiza a família Quintanilha. A folia de N. S. do Rosário sempre aconteceu no final da folia do Divino em Santa Rita, antigamente eram oito dias de festa; agora, apenas três.

Levando em consideração as análises das narrativas das pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente com Folia do Divino em Matrinchã, busquei conhecer e compreender os processos de formações socioculturais desses povos e, principalmente, os ritos e rituais desse festejo. Por meio dos depoimentos, ficam visíveis as particularidades de cada rito e as crenças de cada pessoa envolvida nesta tradição.

Sendo assim, nas falas dos mais idosos da família Quintanilha, subentende-se que são realmente devotos, cultivam as crenças pautadas nos dons do Divino Espírito Santo, afirmando que as graças que receberam e recebem de Deus, são inexplicáveis, como bem diz a devota senhora Maria Antônia da Mata: “muita gente fala fulano gosta demais de folia, bem eu não importo que fala de mim, porque eu gosto muito mesmo da folia; mas quem não gosta de uma folia, não gosta de Maria, do Espírito Santo, dos Três Reis Santos e de nada da anunciação de Jesus. E quem é nós sem Jesus? Sem Maria? E sem o Espírito Santo que é um Deus verdadeiro? Porque isso são a Santíssima Trindade e ninguém conseguiu destrinchar esse mistério. Porque são as três pessoas em uma só, então nois tem que seguir o seu ensinamento e nois aprendeu tudo isso na folia, então ela é muita coisa na vida da gente”.

Em suma, compreende-se que essa manifestação cultural contribui com a formação da identidade dos seus seguidores, com a manutenção dos costumes e, conseqüentemente, com a preservação do patrimônio cultural da comunidade matrinchaense. Tal como afirma Tomaz Tadeu da Silva: “A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem” (2000, p. 78).

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MONTEIRO, L. N. Patrimônios afro-brasileiros. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.) **Dicionário temático de patrimônio**: Debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 241-243.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **MEMÓRIA DO SAGRADO** Estudos de religião e ritual. Ed. Paulinas, de São Paulo. 1985. Disponível em: [www.apartilhadavida.com.br](http://www.apartilhadavida.com.br). [www.sitiodarosadosventos.com.br](http://www.sitiodarosadosventos.com.br). Acessados outubro 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 2007. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao\\_federal\\_art\\_216](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216). Acesso em: 07 de junho de 2022.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (Anos 1930 - 1940), 2º ed. Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In Marcia Chuva. História e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, 2012, p.149-166

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: Dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. **46ª Reunião Anual da SBPC**. Vitória, 17 a 22 de julho de 1994. P. 71-93. Disponível: <file:///C:/Users/Maria/Desktop/RELAT%C3%93RIO%20TECNICO/FREITAS>. Acesso em: dezembro 2022.

GONÇALVES, J. Patrimônio e Festas Religiosas. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.) **Dicionário temático de patrimônio**: Debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 181-183.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. - 3. ed. – Brasília, DF: Iphan, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: maio de 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. RJ, vol.2, n.3, 1989, p.3-15

RIOS, Sebastião. Os cantos da Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e da Folia de Rei. **SOCIEDADE E CULTURA**, V. 9, N. 1, p. 65- 76, jan./jun. 2006

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. In: Tomaz Thdeu da Silva (org.) - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.72-103.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. 2007. 787 f. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível: <file:///Tese%20Izabela%20Tamaso.pdf>. Acesso em: outubro de 2022.



# MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS AO CONGRESSO NACIONAL (1986 / 2023)

MARY JONES ROCHA DA SILVA<sup>81</sup>

MARIA CRISTINA NUNES FERREIRA NETO<sup>82</sup>

O artigo aborda a presença e o papel das mulheres indígenas nos espaços de poder. Através de uma análise crítica das barreiras históricas, sociais e políticas enfrentadas por essas mulheres, o texto evidencia a importância da participação e representatividade feminina nos espaços de decisão. São apresentados exemplos de lideranças femininas indígenas que lutam por seus direitos e por um espaço mais igualitário na política, na academia e na sociedade em geral. Ao destacar suas conquistas e desafios, o artigo enfatiza a necessidade de políticas públicas e medidas concretas que assegurem a inclusão e participação plena dessas mulheres nos processos de tomada de decisão. Conclui-se que a presença das mulheres indígenas nos espaços de poder é fundamental para a promoção da diversidade, da justiça social e da equidade de gênero.

**Palavras-chaves:** Mulheres Indígenas, Espaços de Poder, Representatividade

The article addresses the presence and role of indigenous women in spaces of power. Through a critical analysis of the historical, social and political barriers faced by these women, the text highlights the importance of female participation and representation in decision-making spaces. Examples of indigenous female leaders who fight for their rights and for a more equal space in politics, academia and society in general are presented. By highlighting their achievements and challenges, the article emphasizes the need for public policies and concrete measures to ensure the inclusion and full participation of these women in decision-making processes. It is concluded that the presence of indigenous women in spaces of power is fundamental for the promotion of diversity, social justice and gender equity

**Keywords:** Indigenous women, Spaces of power, representativeness

## INTRODUÇÃO

Mesmo ciente da luta difícil que iria enfrentar tanto na cidade como em meio ao movimento indígena por ser mulher, sabendo que me encontrava numa sociedade que privilegia o domínio político masculino, eu nunca me senti intimidada. Continuamente me incentivei a iniciar minha luta ali decretando para mim mesma que iria enfrentar as dificuldades de cabeça erguida (Duarte, 2017, p. 35-36)

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo da participação das mulheres indígenas nos espaços de poder, tanto em nível local quanto nacional.

---

<sup>81</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; Especialista em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes e Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Inclusiva. Mestranda do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Capes. E-mail: maryjonesrv@gmail.com.

<sup>82</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas. Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas. É professora adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO).

Esse fenômeno reflete uma mudança nas estruturas de poder tradicionais e uma crescente conscientização sobre a importância da representação e participação das mulheres indígenas na tomada de decisões que afetam suas comunidades.

O presente artigo visa analisar e discutir o papel das mulheres indígenas nos espaços de poder, considerando os desafios que enfrentam, as conquistas alcançadas e as perspectivas futuras.

Com base em dados e relatos de ativistas, políticas indígenas e pesquisadoras do tema, este artigo pretende oferecer uma compreensão aprofundada do papel das mulheres indígenas na construção de um Brasil mais inclusivo e igualitário, destacando suas conquistas, lutas e a necessidade contínua de apoio e empoderamento.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico, do presente artigo, foi estruturado em 5 tópicos: Histórico da participação das mulheres indígenas nos espaços de poder; Desafios enfrentados pelas mulheres indígenas nos espaços de poder; Impacto da participação das mulheres indígenas nos espaços de poder; Desafios futuros e perspectivas:

### **HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER**

Segundo Daniel Munduruku, o movimento indígena são —os indígenas em movimento, ou (apud Luciano Baniwa, 2007, p. 128). Toda estrutura organizacional de um povo representa um movimento indígena, uma vez que, em cada aldeia, tanto as crianças como as mulheres, os líderes espirituais e até mesmo o representante de uma organização política indígena, todos fazem parte do movimento e são o movimento indígena. Gersem Luciano Baniwa pontua que:

[...] as lideranças indígenas brasileiras, de forma sábia, gostam de afirmar que existe sim um movimento indígena, aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas, na perspectiva de uma luta articulada em níveis locais, regionais, nacional e internacional em torno dos direitos e interesses comuns frente a outros segmentos e interesses nacionais e regionais (Luciano Baniwa, 2007, p. 128-129).

A participação das mulheres indígenas nos espaços de poder ao longo da história tem sido desafiadora, com muitas barreiras e desigualdades a serem superadas. No entanto, ao longo das últimas décadas, tem havido um aumento significativo na conscientização e no reconhecimento do papel fundamental das mulheres indígenas na governança e na tomada de decisões. Antes da

colonização, muitas sociedades indígenas possuíam estruturas sociais equitativas, onde as mulheres desempenhavam papéis importantes na tomada de decisões e na liderança comunitária. No entanto, com a chegada dos colonizadores e a imposição de sistemas patriarcais, as mulheres indígenas foram marginalizadas e suas vozes foram frequentemente silenciadas.

Durante grande parte do século XX, as mulheres indígenas enfrentaram desafios significativos para acessar espaços de poder e influência. Elas enfrentaram discriminação de gênero e racial, bem como a falta de representação política. No entanto, houve líderes indígenas pioneiras que começaram a quebrar essas barreiras e a abrir caminho para as gerações futuras.

A partir da década de 1970, movimentos indígenas e feministas começaram a se fortalecer, e as mulheres indígenas se uniram para lutar por seus direitos e pela representação política. Elas estiveram envolvidas em protestos, mobilizações e ações coletivas para reivindicar suas terras, a preservação de suas culturas e o fim da violência e discriminação. Esses esforços foram fundamentais para aumentar a conscientização sobre as questões enfrentadas pelas mulheres indígenas e para promover sua participação nos espaços de poder.

Nas últimas décadas, tem havido um aumento significativo na representação política das mulheres indígenas em vários países. No Brasil, por exemplo, a eleição de Joênia Wapichana, em 2018, como a primeira mulher indígena a ser eleita para o Congresso Nacional, marcou um marco histórico. No Canadá, Jody Wilson-Raybould, uma mulher indígena, ocupou cargos de destaque no governo, incluindo o de Ministra da Justiça.

Além da representação política, as mulheres indígenas também têm desempenhado um papel crucial na defesa de seus direitos e na promoção do desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Elas estão envolvidas em organizações indígenas, movimentos sociais e iniciativas de base que buscam fortalecer suas comunidades, preservar suas culturas e proteger o meio ambiente.

Embora muito progresso tenha sido feito, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. As mulheres indígenas continuam enfrentando altos índices de violência, discriminação e desigualdade em muitos países. É fundamental continuar apoiando e fortalecendo a participação das mulheres indígenas nos espaços de poder, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas perspectivas sejam levadas em consideração na tomada de decisões

## **DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER**

A luta das mulheres indígenas pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento de seus direitos tem sido uma batalha árdua e complexa ao longo da história. Quando analisamos a presença dessas mulheres nos espaços de poder, encontramos uma série de desafios que refletem as desigualdades estruturais presentes em nossa sociedade.

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres indígenas nos espaços de poder é a falta de representatividade. Apesar de constituir uma parte significativa da população, suas vozes e perspectivas são frequentemente marginalizadas e sub-representadas. Isso ocorre tanto em instâncias políticas quanto em outros espaços de tomada de decisão, o que resulta em políticas e medidas que muitas vezes ignoram as necessidades e realidades dessas mulheres.

Além da falta de representatividade, as mulheres indígenas também enfrentam obstáculos relacionados à discriminação étnica e de gênero. A interseccionalidade dessas duas formas de opressão resulta em uma experiência única de exclusão e desvalorização. Muitas vezes, são alvos de estereótipos negativos, preconceitos e estigmas, o que dificulta sua ascensão e participação plena nos espaços de poder.

Outro desafio importante é a falta de acesso à educação e formação adequada. A educação desempenha um papel fundamental no empoderamento das mulheres indígenas, permitindo-lhes adquirir habilidades e conhecimentos necessários para ocupar posições de liderança. No entanto, a disparidade educacional entre as comunidades indígenas e o restante da população muitas vezes limita as oportunidades para essas mulheres, impedindo-as de competir em igualdade de condições.

A violência de gênero também é uma questão crítica enfrentada pelas mulheres indígenas. Elas estão sujeitas a altos índices de violência doméstica, abuso sexual e exploração, muitas vezes perpetuados por estruturas patriarcais e pela falta de políticas de proteção adequadas. Essa violência não só afeta sua segurança e bem-estar, mas também limita sua capacidade de participação ativa na esfera pública.

É importante destacar que, apesar dos desafios enfrentados, as mulheres indígenas têm demonstrado uma resiliência extraordinária e uma determinação incansável na busca por justiça e igualdade. Organizações e movimentos liderados por essas mulheres têm surgido em todo o mundo, buscando fortalecer a voz e os direitos das comunidades indígenas.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço conjunto da sociedade como um todo. É crucial promover a inclusão e a representatividade das mulheres indígenas nos espaços de poder, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Além disso, é fundamental investir em educação, combater a discriminação de gênero e étnica, e implementar políticas de proteção contra a violência de gênero

De acordo com Poliene Bicalho talvez a maior contribuição tenha sido a percepção de que, em meio às diferenças étnicas, havia um problema comum a todos, que era , a necessidade de se organizar e lutar pela conquista do direito de cidadão e do direito à diferença junto ao Estado e à comunidade nacional além de promoverem um ambiente de conhecimento entre a realidade dos diversos povos indígenas seus próprios direitos (2010, p. 175)

## **IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER**

A participação das mulheres indígenas nos espaços de poder tem se tornado um tema cada vez mais relevante e impactante nos dias de hoje. Historicamente, as mulheres indígenas foram marginalizadas e excluídas das decisões políticas e sociais, enfrentando inúmeras formas de discriminação e opressão. No entanto, nas últimas décadas, elas têm conquistado espaços e assumido papéis de liderança em suas comunidades e na sociedade em geral, trazendo consigo uma série de transformações positivas.

Uma das principais mudanças advindas da participação das mulheres indígenas nos espaços de poder é a ampliação da representatividade. Ao ocupar cargos políticos, liderar movimentos sociais e se envolver em decisões importantes, essas mulheres passam a ser vozes ativas e visíveis em questões que afetam diretamente suas comunidades. Elas trazem consigo uma perspectiva única, baseada em suas experiências, cultura e valores, o que enriquece os debates e contribui para a construção de soluções mais inclusivas e sustentáveis.

Além disso, a presença das mulheres indígenas nos espaços de poder contribui para a quebra de estereótipos e preconceitos. Ao ocuparem posições de destaque, elas desafiam a visão tradicionalmente estereotipada das mulheres indígenas como passivas e submissas, mostrando sua capacidade de liderança, inteligência e habilidades diversas. Isso não apenas fortalece a autoestima das mulheres indígenas, mas também promove uma mudança de mentalidade na sociedade em geral, inspirando outras mulheres e desafiando a invisibilidade e o silenciamento histórico que enfrentaram.

Outro aspecto fundamental do impacto da participação das mulheres indígenas nos espaços de poder é o fortalecimento da luta pelos direitos indígenas e pela preservação do meio ambiente. As mulheres indígenas têm sido protagonistas na defesa de suas terras, recursos naturais e conhecimentos tradicionais, enfrentando ameaças como o desmatamento, a exploração predatória e as mudanças climáticas. Com sua presença nos espaços de poder, elas conseguem

amplificar suas vozes e demandas, garantindo que suas comunidades sejam ouvidas e respeitadas, além de contribuírem para a promoção da sustentabilidade e da justiça ambiental.

No entanto, é importante ressaltar que a participação das mulheres indígenas nos espaços de poder ainda enfrenta desafios significativos. Elas continuam sendo alvo de discriminação e violência, enfrentam obstáculos estruturais e culturais e muitas vezes têm seu acesso a recursos e oportunidades limitado. Para garantir uma participação plena e igualitária, é necessário que sejam adotadas políticas e medidas específicas de empoderamento, capacitação e inclusão, levando em consideração suas necessidades e realidades particulares.

Em suma, o impacto da participação das mulheres indígenas nos espaços de poder é profundo e positivo. Elas trazem uma perspectiva única, combatem estereótipos, fortalecem a luta pelos seus direitos e de seu povo.

## **DESAFIOS FUTUROS E PERSPECTIVAS**

A luta das mulheres indígenas nos espaços de poder tem sido uma batalha árdua, repleta de desafios, mas também carregada de perspectivas promissoras para o futuro. Essas mulheres têm enfrentado diversas barreiras ao longo da história, tanto dentro de suas comunidades como na sociedade em geral. No entanto, elas têm mostrado uma resiliência inabalável e uma determinação incansável para alcançar a igualdade de gênero e o reconhecimento de seus direitos.

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres indígenas é a persistência de estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Muitas vezes, elas são vistas apenas como objetos exóticos ou romantizados, relegadas a um papel secundário e silenciadas em questões políticas e de tomada de decisões. Esse tipo de marginalização cria uma desigualdade estrutural que dificulta sua participação efetiva nos espaços de poder.

Outro desafio significativo é a falta de representatividade política. As mulheres indígenas são sub-representadas nos órgãos de governo e nas instâncias de tomada de decisões, tanto em nível local como nacional. A ausência de suas vozes nessas esferas impede a inclusão de suas perspectivas únicas e impede a implementação de políticas que abordem de forma adequada as questões enfrentadas por suas comunidades.

Além disso, as mulheres indígenas frequentemente enfrentam obstáculos socioeconômicos, como a falta de acesso à educação de qualidade, saúde precária e condições de vida desfavoráveis. Esses fatores contribuem para perpetuar a desigualdade de gênero e dificultam sua mobilidade social. A superação dessas desigualdades estruturais é essencial para

que as mulheres indígenas possam assumir papéis de liderança e participar plenamente dos espaços de poder.

Apesar dos desafios, as perspectivas futuras para a luta das mulheres indígenas nos espaços de poder são encorajadoras. Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo na mobilização e organização dessas mulheres, bem como na conscientização da sociedade em relação às suas demandas e direitos. Movimentos liderados por mulheres indígenas, como o movimento das guerreiras da floresta, têm ganhado destaque e trazido visibilidade para suas lutas.

Além disso, organismos internacionais têm reconhecido cada vez mais a importância da inclusão das mulheres indígenas nos processos de tomada de decisões. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, por exemplo, reafirma o direito das mulheres indígenas à participação plena e efetiva em todos os assuntos que afetam suas vidas. Esse reconhecimento impulsiona a criação de políticas e programas que visam promover sua inclusão e fortalecer seu protagonismo.

Para garantir um futuro mais justo e igualitário, é fundamental que sejam tomadas medidas concretas para enfrentar os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas nos espaços de poder.

## **MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA**

Com o fortalecimento do movimento indígena a partir da constituinte, as associações, departamentos de mulheres também se fortaleceram e, em 1990, foi o momento em que elas eclodiram dentro das organizações indígenas já estabelecidas (Sacchi, 2003).

Segundo Sacchi logo após a constituição de 1988 os movimentos indígenas de mulheres vão se fortalecer principalmente dentro das organizações que já existiam. Embora tenhamos a convicção de que a cultura indígena não de poder a mulher, o resultado das eleições d 2018 mostraram o contrário.

Como podemos perceber:

A presença das mulheres indígenas na arena política, portanto, tem complexificado a configuração de identidades étnicas e de gênero no contexto atual do movimento indígena. Neste processo, reestruturam as estratégias de representação política e almejam o diálogo com os diversos segmentos (obtendo conhecimento do mundo não indígena) para, deste modo, viabilizarem suas demandas num campo de interesses e universos simbólicos distintos (Sacchi, 2003, p. 103).

Agora para as eleições de 2022 tivemos quatro mulheres indígenas eleitas para a Câmara dos Deputados: Sônia Guajajara (PSOL) e Juliana Cardoso (PT), em São Paulo; Célia Xakriabá (PSOL) em Minas Gerais; e Silvia Waiãpi (PL), no Amapá. Momento como esse so mostra que os indígenas reafirmam a sua luta por espaço na sociedade e também demonstram o interesse em fazer parte da democracia nacional, mesmo que a democracia tenha sido posta em cheque nos últimos anos.

As mulheres indígenas têm exercido função fundamental para a estruturação do movimento indígena e isso é materializado através de suas candidaturas e consequentes vitórias. Quando as mulheres participam da política e das organizações indígenas elas evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas (Sacchi, 2003).

## CONCLUSÃO

Ao analisar a trajetória das mulheres indígenas até a chegada ao Congresso Nacional, é evidente que elas têm enfrentado uma série de desafios e obstáculos. No entanto, apesar das dificuldades, essas mulheres têm demonstrado uma resiliência extraordinária, conquistando seu espaço e fazendo valer suas vozes dentro do cenário político brasileiro.

A história das mulheres indígenas no Brasil é marcada por séculos de marginalização, discriminação e invisibilidade. Suas vozes foram sistematicamente silenciadas, suas culturas foram subjugadas e seus direitos foram negados. No entanto, nas últimas décadas, as mulheres indígenas têm se organizado e lutado incansavelmente por seus direitos e pelo reconhecimento de suas identidades.

A entrada dessas mulheres no Congresso Nacional representa um marco importante na luta pela igualdade de gênero e pela representatividade indígena na política. Elas têm trazido perspectivas únicas e conhecimentos profundos sobre as questões que afetam as comunidades indígenas, incluindo a defesa dos direitos territoriais, a preservação do meio ambiente, a promoção da cultura e a garantia do acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

Essas mulheres têm se destacado não apenas pela sua coragem e determinação, mas também pela sua capacidade de construir alianças e formar redes de apoio dentro e fora do Congresso. Elas têm utilizado seus mandatos para denunciar violações de direitos humanos,



combater o preconceito e promover mudanças legislativas necessárias para garantir a proteção e o bem-estar das comunidades indígenas.

No entanto, é importante ressaltar que a jornada das mulheres indígenas no Congresso Nacional está longe de ser fácil. Elas continuam enfrentando resistências e barreiras estruturais que limitam seu poder de atuação e influência política. A falta de representatividade indígena nas instâncias de poder, a discriminação racial e de gênero e as disputas políticas internas são apenas alguns dos desafios que precisam ser superados para que essas mulheres possam exercer plenamente seu papel como legisladoras.

Apesar dos desafios, a presença das mulheres indígenas no Congresso Nacional é um sinal de esperança e transformação. Elas estão abrindo caminhos para que outras mulheres indígenas possam seguir seus passos, inspirando-as a se envolverem na política e a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Em última análise, a trajetória das mulheres indígenas até o Congresso Nacional é um testemunho poderoso de sua resiliência, persistência e luta pela igualdade e justiça. Elas estão desafiando estereótipos, rompendo barreiras e redefinindo a narrativa sobre a participação política das mulheres indígenas no Brasil. Seu trabalho é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e diversa, na qual todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APIB, (2017). **Carta aos Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/2017/01/31/carta-aos-povosindigenas-do-brasil-por-um-parlament-o-cada-vez-mais-indigena/>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BANIWA, André Fernando (2011) Participação política e políticas públicas para os povos indígenas no Brasil. In: CARDENÁS, Víctor Hugo et al. (orgs.). **Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina**. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, pp. 65 - 91.

BICALHO, Poliene S. dos Santos (2010). **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970 – 2009)**. Tese de doutorado, Orientadora: Albeno Miriam F. Menezes, Programa de PósGraduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília.

Duarte, N. (2017). Minha vida como estudante no mundo dos brancos. **Revista de Antropologia**, 60(1), 35-46. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132066>.

HABERMAS, Jürgen (2002). **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola.

HABERMAS, Jürgen. (2011). A participação indígena no contexto dos governos Lula. In: ISA. **Povos Indígenas no Brasil 2006 – 2010**. São Paulo: CEDI, p. 91 - 96.

LUCIANO BANIWA, Gersem José dos Santos (2006). **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC/UNESCO/ LACED/Museu Nacional.

LUCIANO BANIWA, Gersem José dos Santos; OLIVEIRA, Jô Cardoso de.; HOFFMAN, Maria Barroso (orgs.) (2010). **Olhares indígenas contemporâneos, Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas – CINEP**.

LUCIANO BANIWA, Gersem José dos Santos (2011). **Educação para manejo e domesticação do mundo. Entre a escola ideal e a escola real**. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de doutorado, Orientador: Professor Doutor Stephen Grant Baines. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008. Disponível em: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS\\_pt.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf). Acessado em 25 abril 2023.

VERDUM, Ricardo (2009). Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina**. Brasília: INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, pp. 63 – 90.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 28 abr. 2023.

XAKRIABÁ, Célia C. (2018, mar 29). **Célia Xakriabá defende produção acadêmica indígena**. Entrevista. UnBTV Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=gdIEP0v0CW8>

## SITES CONSULTADOS

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (<http://www.apib.org.br/institucional/>)  
 Centro de Trabalho Indigenista. (<http://www.trabalhoindigenista.org.br>)  
 Conselho Indígena de Roraima. (<http://www.cir.org.br/portal/>)  
 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. (<http://www.coiab.com.br/>)  
 Fundação Nacional do Índio. (<http://www.funai.gov.br/>)  
 Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (MN/UFRJ). (<http://www.laced.mn.ufrj.br/laced.htm>)  
 Organização das Nações Unidas. ([www.un.org](http://www.un.org))

## **AS FEIRAS LIVRES DA PRAÇA DO BICALHO E DAS ENTREQUADRAS DA QND DE TAGUATINGA NORTE: ESPAÇOS DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA CIDADE**

*MAYARA FREIRE COSTA<sup>83</sup>*

As práticas cotidianas dos trabalhadores das feiras livres da Praça do Bicalho e das entrequadras da QND são parte significativa dos estudos que orientam as relações de ocupação da Região Administrativa de Taguatinga. Nesta pesquisa, o foco temático não diz respeito somente ao trabalho dos feirantes, mas os laços de sociabilidade que estes também tecem juntamente com seus fregueses no cotidiano das cidades. Parte considerável dos feirantes e frequentadores que colaboraram com as entrevistas são moradores e moradoras de Taguatinga, possuindo memórias e intensas relações com esta Região Administrativa.

A faixa etária escolhida para compor esse grupo de entrevistados varia dos 18 aos 74 anos, o que confere riqueza e dinamicidade nas narrativas que são produzidas e no que diz respeito às representações construídas sobre a cidade. Não somente as entrevistas produzidas através de roteiro semi-estruturado, mas trago também as entrevistas que compõe o Arquivo Público do DF como um dos motes de discussão sobre como a cidade é apresentada e representada. E assim, este capítulo propõe-se a pensar sobre as relações destes indivíduos com a cidade, as suas artes de fazer (Certeau, 1994), bem como as memórias vividas nesses espaços e como são percebidas em suas narrativas.

Para tecer essa discussão as entrevistas são linguagens ativas de sujeitos que vivem esta estrutura e que dão compreensão histórica da interação social, neste caso feirantes e frequentadores são os indivíduos que vivem e interagem com estes espaços. A atenção que dou a estas entrevistas, parte de um processo dinâmico de visitas e revisitas aos depoimentos, no intuito de compreender como se dão essas práticas do cotidiano enquanto resultado da interação entre sujeitos, experiências e espaços.

Tendo como ponto de partida as entrevistas concedidas, é importante considerar o feirante enquanto participante ativo das dinâmicas urbanas, seja enquanto elaborador das práticas de vendas, sociabilidades que são parte da vida nas cidades, que conforme Vedana

---

<sup>83</sup> Mestranda em História Cultural na Universidade de Brasília. É professora de História na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

(2008) suas táticas e formas de reelaborar o seu trabalho são influenciadas pelas mudanças e o crescimento das cidades. Sobre o trabalho feirante no espaço urbano, considera que:

Esse trabalhador do mercado, da mesma forma, usa suas habilidades de conversação, ao longo dos dias de feira, para se especializar e construir sua clientela, intensificando sua experiência urbana de trabalho na rua. Podemos argumentar que esses mesmos produtos podem ser vistos e adquiridos em supermercados, que prescindem da atuação desse trabalhador. Refiro-me, todavia, mais às representações simbólicas que a feira livre enseja, devido à forma como esses produtos são apresentados e comercializados, do que à dimensão de uma razão prática, relacionada à aquisição de alimentos hortifrutigranjeiros. Se feiras livres e mercados de rua ainda fazem parte da paisagem urbana é porque essa forma de comercializar alimentos permanece plena de sentido para seus habitués, trabalhadores ou fregueses. (Vedana, 1993, p. 46)

Nessa colocação de Vedana (2013) sobre a importância das feiras livres como mercados de rua, percebe-se a relação intensa entre feirantes e fregueses como fatores da construção de sociabilidade da cidade, pois essa forma de comercializar, ainda que ocorram mudanças ao longo do tempo, ainda fazem sentido e compõem o meio urbano. A importância desse comércio para as cidades alcança também as necessidades de abastecimento de seus habitantes, ainda que coexistam com grandes supermercados, que muitas vezes possuem preços e promoções em dias específicos, porém a feira comercializa produtos que atendem necessidades do que os fregueses que buscam principalmente pelas verduras e folhagens frescas. Na fala abaixo, a feirante Maria das Dores traz uma reflexão sobre as razões pelas quais os moradores das quadras ao redor da feira preferem os produtos oferecidos ali do que os do mercado:

[...] A mercadoria é mais durável, ela tem mais...é mais tempo de durabilidade, tanto faz na geladeira ou fora..a mercadoria da gente é totalmente fresca, ela é fresca de fato, não tem aproveita...você não aproveita nada daqui o que sobrar aqui hoje você ou doa ou vende bem barato, porque a gente não aproveita uma mercadoria de uma feira pra outra. Agora o sacolão e o mercado não ele aproveita ali no dia a dia, a gente não você não vai pegar uma mercadoria que sobrou pra tentar revender no outro que a mercadoria já...só ela você pode até aproveitar, mas se você botar na banca o calor do dia e as pessoas pegando a gente já acha que ela não tá boa, ela tem que tá perfeita pra gente vender e a gente tem essa mania de perfeição pra agradar o cliente e pra ter mais durabilidade e o cliente sempre volta. A mercadoria dura 7 dias, 8 dias a do mercado do sacolão, mas não é fresco, aqui foi tirado ontem e é vendido hoje e se souber lavar dura muito tempo...né? A gente não fala isso pra querer ser melhor que os sacolões e supermercado, mas é porque a gente realmente lida direto com a mercadoria e com o produtor, você não tem aquele atravessador...você vai no produtor e olha o produto na horta pra depois. E o produtor já chama a gente de safo, feirante é bicho safo..ele entra na horta pra

ver qual que ele quer e o que tiver errado ele deixa a mercadoria lá mas ele não leva. (Maria Das Dores, 2022)<sup>84</sup>

A fala acima foi motivada, não somente pela pergunta feita a D. Maria das Dores, mas também pela própria visão que a feirante tem sobre a importância e predileção dos produtos oferecidos na sua banca e nas dos outros colegas feirantes. Ainda relata que é necessário ter um certo cuidado no manuseio das verduras e folhagens para que se conserve a qualidade, o que não é realizado em supermercados com o mesmo cuidado que o feirante possui. Na sequência de sua fala, ainda relata que “a gente vai direto no produtor,, tem gente aqui que meia noite tá nas hortas, a pessoa tirou 6 ou 7 horas da tarde, meia noite quando termina de montar a parte grossa, é que eles vão lá e busca”.<sup>85</sup> Observa-se que há uma preocupação em buscar o produto o mais tarde possível na horta para conservar o frescor que agrada o cliente, fazendo com que retorne na semana seguinte. Sobre o que é vendido em sua banca, a feirante afirma “frutas e verduras em geral aqui sai tudo, o mais procurado mesmo é o cheiro verde e alface. É bem procurado, você pode trazer 5, 10 caixas que vai baixando o preço, vai baixando ou subindo e ele vai vender, a época de vender melhor é agora.”<sup>86</sup>

Enquanto fazia a entrevista com Maria das Dores estávamos sentadas em caixotes de madeira utilizados para carregar as folhagens, que ofereciam segurança e resistência para nos acomodar enquanto nossa conversa acontecia. E assim, vários clientes e amigos da feirante passavam e a cumprimentavam calorosamente, um deles chama-se Divino que é seu amigo de longa data, considerado por ela como um “patrimônio da feira”, aquele que “sabe tudo e todas as coisas”. Maria das Dores convidou Divino para participar da conversa, e assim ele logo se aproximou de nós numa demonstração de interesse sobre o que estávamos conversando. Quando é perguntado a ele sobre a preferência das pessoas em fazer compras nas feiras, tive a seguinte resposta:

A característica principal da feira hoje é a variedade de produtos encontrados pelos moradores, né? Porque a maioria das feiras permanentes hoje que nós temos no Distrito Federal nenhuma tem mais essa questão de variedade encontrada na Feira do Bicalho, né? E a Feira do Bicalho é uma feira tradicional porque é onde se encontra também vários amigos, né? Quando a gente vem pra cá a gente encontra amigos, bate papo, quer dizer, é um encontro de gerações da cidade de Taguatinga e até de Brasília, né? Porque muitas pessoas saem daqui, mas vem fazer compras aqui. Eu tenho amigos de

---

<sup>84</sup> Pergunta: **Por que a senhora acha que as pessoas preferem comprar na feira do que nos mercados?** Resposta a partir do minuto 12:03 do áudio registrado dia 21 de agosto de 2022.

<sup>85</sup> Extensão da pergunta anterior. Resposta a partir do minuto 13:31 do áudio registrado dia 21 de agosto de 2022.

<sup>86</sup> Pergunta: **O que é vendido na banca da senhora e o que é mais vendido nessa feira? Qual é a referência de vendas aqui?** Resposta a partir do minuto 32: 45 do áudio registrado dia 21 de agosto de 2022.

Aguas Claras do Plano Piloto que fazem compra na praça do Bicalho por causa da variedade e dos preços que elas encontram (Divino, 2022)<sup>87</sup>

A fala de Divino reafirma o que Maria das Dores havia dito sobre o diferencial das compras realizadas nas feiras, o deslocamento das pessoas que moram em outras localidades para consumir o que é oferecido na Feira do Bicalho. Após responder a pergunta, notei em Divino curiosidade e interesse em participar da pesquisa, Maria das Dores me disse que ele seria uma pessoa ideal para ser entrevistado, fiz o convite e este de prontidão aceitou. No dia em que esta entrevista foi gravada, a feirante Maria das Dores estava na Feira da Praça do Bicalho, por volta do meio-dia e devido ao avanço do horário via a necessidade de vender todas as suas folhagens para não perder o produto. Neste caso, todo esforço para, nas palavras de Maria das Dores, “fazer dinheiro” é válido, inclusive vender as folhagens pela metade do preço e assim finalizar o trabalho com saldo positivo de vendas. Sentindo que o meu tempo disponibilizado já estava se esgotando, comuniquei que já estava nas últimas perguntas e o roteiro já se encaminhava para as considerações finais, então a indaguei sobre a forma como avaliava suas vendas em sua banca e se houveram mudança ao longo dos anos no modo em conduzi-las, tive a seguinte a seguinte resposta

Tem dois tipos de avaliação da venda na feira, a época da falta e a época da cheia, quando tá chovendo a mercadoria dobra de preço, quando tá na seca a mercadoria fica metade menos da outra metade ainda que fica tudo barato. Então pra avaliar pra mim tá bom, porque eu consigo vender quando tá ruim e quando tá bom, é meu meio de me manter a minha casa, as minhas coisas é exatamente a feira, tiro ali o meu ganha pão, não tenho outra palavra pra falar...é meu ganha pão a feira. Pra mim a avaliação dela é sempre boa, mesmo quando alguém diz que não vendeu nada, ela sempre dá pra você pagar uma coisa, pagar uma mercadoria, ter crédito pra pagar de novo e continuar trabalhando, circulando...não dá pra ficar parado, mas você não para com ela é um círculo você vai comprando e vendendo, o que sobra você doa ou vende mais barato, mas você vai levando. Assim eu vejo a feira (Maria Das Dores, 2022)<sup>88</sup>

No processo de transcrever uma entrevista, reler e revisitar estes depoimentos faço algumas reflexões sobre o que foi apontado, expressado como representação da vivência do ser feirante numa Região Administrativa como Taguatinga. Nesta resposta a entrevistada coloca como estabeleceu a sua dinâmica de vendas, que segundo ela segue “circulando, não dá pra

<sup>87</sup> Pergunta: **Divino, você tem uma ideia porque as pessoas preferem fazer compra nas feiras do que nos mercados? E qual é a marca registrada da feira, a característica principal dela.** Resposta a partir do minuto 7:05 do áudio registrado dia 21 de agosto de 2022.

<sup>88</sup> Pergunta: **Como a senhora avalia as suas vendas na sua banca? Houve alguma mudança no seu jeito de vender ao longo desses anos?** Resposta a partir do minuto 15:24 do áudio registrado dia 21 de agosto de 2022.

ficar parado” (Maria Das Dores, 2022), onde a dinâmica do saber fazer (Certeau, 1994), amplia as possibilidades da circulação da mercadoria o que gera a manutenção de seu trabalho e também seu sustento conforme mencionado pela própria Maria das Dores.

Divino Rosa de Souza é natural de Anápolis e chegou em Taguatinga em 1967, onde inicialmente trabalhou como ajudante de seu pai que era carroceiro. Juntamente com seus pais e irmãos moraram, inicialmente, numa invasão onde localiza-se hoje as Ferragens Pinheiro.<sup>89</sup> Divino é entendido pelos feirantes e também frequentadores das duas feiras como um grande articulador comunitário, devido a sua atuação contundente em manter diálogo entre comunidade e o Poder Público. Com relação a sua atuação como líder de associação dos feirantes, comentou que

[...] eu fui agraciado desde o ano de 1999 eu fui nomeado diretor Regional de Serviços Públicos de Taguatinga, onde eu fui diretor de feiras, bancas, quiosques, banca de jornal, ambulante. Então o que marcou com questão foi essa, né? Eu fui premiado com a minha história com os feirantes com essa nomeação pra diretor. (Divino, 2022)<sup>90</sup>

Enquanto respondia as perguntas feitas através do roteiro, noto que Divino extrapola, por sua vontade, o que é perguntado como forma de registrar aquilo que considera importante. Noto em sua fala e mesmo em sua postura um certo tom heroico e um profundo envolvimento em tudo aquilo que afirma sobre as feiras em Taguatinga, que considera parte significativa da formação que teve em sua vida. É nítido também a gratidão que deve aos feirantes quando o escolheram para representá-los. São nesses espaços de resistência que se forjam identidades dos sujeitos, seja como trabalhadores ou como lideranças, que segundo Gupta e Ferguson “constroem e reconstroem a identidade dos sujeitos. Os efeitos da resistência sobre a identidade dos sujeitos podem ser profundamente transformadores” (Gupta; Ferguson, 1997, p. 19) Através das lembranças e memórias desses feirantes, bem como as suas trajetórias e vivências nas feiras, onde a cada dia reelaboram seus saberes para prosseguirem em suas atividades, é preciso pensar a cidade a partir dos indivíduos que a compõe. É o feirante que traz para o espaço urbano o seu modo de uso e apropriação, onde (re) cria suas táticas e estratégias, elaborando suas representações autorrepresentações a partir de seu próprio entendimento e relação com o

<sup>89</sup> Informações retiradas da resposta a pergunta: **Divino, você poderia me falar seu nome completo, cidade de onde veio, a sua história com o Distrito Federal e também com Taguatinga?** Resposta a partir do minuto 19:04 do áudio registrado no dia 21 de agosto de 2022.

<sup>90</sup> Pergunta: **Divino, me diga o que a feira representa na sua vida e qual foi o fato marcante, algo que ficou registrado na sua memória ocorrido aqui na feira?** Resposta a partir do minuto 23:19 .do áudio registrado no dia 21 de agosto de 2022.

espaço citadino. Se as feiras livres da Praça do Bicalho e das entrequadradas da QND ainda fazem parte e compõem a paisagem urbana de Taguatinga é que essa forma de comercializar, que foi descrita na narrativa de seus personagens, permanece ainda repleta de importância para seus habitantes, feirantes e clientes das duas feiras.

Divino quando conta sobre a sua chegada em Taguatinga é perceptível sua estrutura de emoções em torno desse assunto, no trecho em que diz “Aqui eu fui ajudante eu e meu pai sendo carroceiro, porque ele era carroceiro. Taguatinga me deu a vida de luta eu sou formado em Educação Física, sou advogado e devo isso a nossa cidade Taguatinga” (Divino, 2022)<sup>91</sup>. Ao indagá-lo sobre a importância da feira pra história de Taguatinga, de modo a ouvir como estabelece a ligação de importância da feira com a cidade, assim responde

Olha a importância é gigante como eu falei nós temos uma média de 5 mil pessoas em dia de domingo, né? É uma feira aonde a maioria das pessoas faz suas compras semanais. Agora quanto a ligação não tem nenhuma ligação com nada que possa ter vindo não...Ela começou com a necessidade de pessoas que queriam trabalhar na época. (Divino, 2022)<sup>92</sup>

Essa percepção de Divino sobre a circulação de massas de pessoas na busca pelos produtos da feira, é a forma como representa a importância deste comércio informal para cidade, devido a dinâmica do fluxo de pessoas nesta Região Administrativa, o que a torna ainda mais atrativa para esse comércio de feiras livres, sendo assim importantes lugares de geração de renda.

Aqui menciono outro entrevistado, Seu Manoel, que possui uma banca de queijos e doces na Feira do Bicalho e também na Feira da QND. Sua chegada em Taguatinga se deu em 1984, período em que as feiras já estavam estabelecidas, e assim conta a sua experiência de chegada

Rapaz eu cheguei aqui em 84 e já existia essas feira tudo, mas de 84 pra cá eu tô trabaiano nos mermo lugar...nunca mudou. Mas antes d’eu chegar era noutros lugar...eu fui criado nos sítio, né? Trabaiano assim eu criei sete filho e graças a Deus meu ganho de vida tenho aposentadoria, minhas rendazinha, né e tá dando pra viver. Graças a Deus meus filho tudo trabaia, é tudo comerciante de feira...tudo comerciante. Graças a Deus eu não tenho do que me queixar não, vim mimbora da minha terra do Piauí... é com essas criança

---

<sup>91</sup> Pergunta: **Divino, você poderia me falar seu nome completo, cidade de onde veio, a sua história com o Distrito Federal e também com Taguatinga?** Resposta a partir do minuto 35:56 do áudio registrado no dia 21 de agosto de 2022

<sup>92</sup> Pergunta: **Divino, qual seria a importância da feira pra história de Taguatinga e a feira tá ligada a alguma festividade popular daqui da cidade?** Resposta a partir do minuto 42: 10 do áudio registrado no dia 21 de agosto de 2022.



aqui, tive muita dificuldade na vida, não achava quem me alugasse casa pra eu morar mas eu venci tudo, Graças a Deus! E hoje eu tenho minha própria casa, né? E hoje meus filho tá tudo bem. Eu tenho lote, minha moradia (Manoel, 2022)<sup>93</sup>

Seu Manoel fala sobre a conquista de sua moradia como uma vitória alcançada resultado do seu trabalho em Taguatinga, por ter passado dificuldades em alugar uma moradia enquanto ainda tinha crianças pequenas que dependiam exclusivamente de sua renda. As falas acima demonstram que existem relações afetivas com Taguatinga e não somente o material resultante do trabalho nas feiras, haja vista que boa parte dos feirantes constituiu família, estabeleceram moradias nesta Região Administrativa, por isso não se pode desconsiderar essas experiências de chegada, suas trajetórias e a instituição dos modos de vida próprios de cada indivíduo, pois são fatores que moldam as relações com a cidade.

Deste modo, entende-se que as cidades não são somente definidas pelo seu crescimento quantitativo, mas podem ser pensadas a partir de suas dinâmicas, e como um espaço que está em processo contínuo de práticas cotidianas, interações entre indivíduos e espaço ocupado, são os indivíduos que nela habita e a definem. Em sua obra *Antropologia da Cidade: lugares, situações e movimentos*, o autor Michel Agier (2011), considera que

Cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo... Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e à sua experiência de cidades. A cidade já não é considerada “uma coisa” que eu possa ver nem “um objeto” que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo descomposto, um holograma perceptível, “apreensível” e vivido em situação (Agier, 2011, p. 38)

Sendo assim, uma cidade é definida também pelos indivíduos que a compõem, seus grupos sociais com suas atividades desenvolvidas, aqui no caso em estudo, refiro-me aos feirantes e frequentadores desses espaços. Observando as falas e as experiências destes sujeitos, entende-se a interligação entre Taguatinga e as feiras do Bicalho e das entrequadras da QND não somente nos surgimento entre feira e cidade, mas também um enlace que permanece ainda nos dias atuais. A conexão entre esses indivíduos, feira e cidade é notória nas respostas dos interlocutores, uma vez que a maioria dos feirantes fixaram moradia em Taguatinga e possuem como renda aquilo o que é resultante das suas vendas.

---

<sup>93</sup> Pergunta: **Seu Manoel, o senhor poderia me contar sobre a sua chegada aqui na feira, em Taguatinga e como ela surgiu?** Resposta a partir do minuto 07:45 do áudio registrado no dia 21 de agosto de 2022.

Partindo da ideia de compreender a cidade de forma mais ampliada entendendo seu cotidiano, dinâmicas e atividades econômicas, Weber (1979) aponta que não é somente um elemento que dá a forma de uma cidade, mas são conjuntos de fatores, culturais, políticos e econômicos que delinham seus formatos. Aponta também que o surgimento das cidades está ligada as interações que seus comerciantes faziam com relação a negociação das mercadorias. Porém, não me ateno aqui a formação de Taguatinga puramente como necessidade de estabelecimento de trocas comerciais, mas sim a uma perspectiva mais ampla que é desvelada no decorrer deste capítulo e presente na narrativa produzida pelos entrevistados.

A cidade é entendida sob um ponto vista que considera elementos heterogêneos, onde as relações sociais são complexas, segundo Weber (1999) geram estruturas como família, Estado e economia de mercado, sendo assim configurações que ocorrem somente no mundo Ocidental. Quando Weber faz suas reflexões sobre as feiras aponta que as atividades comerciais não são ocasionais, mas possuem certa regularidade na região, por isso são elementos fundamentais para atender as demandas dos moradores

Assim, trago novamente as proposições de Certeau (1996) colocando que as cidades são delineadas pelas trajetórias de seus moradores, que desdobram nesses espaços seus usos e práticas cotidianas. Essas “práticas cotidianas” a que se refere seriam as formas de viver, organizar, os saberes e fazeres expressos nas maneiras desses sujeitos, suas negociações nesse espaço de comércio (Certeau, 1996). Poder realizar as entrevistas, em sua maioria, no próprio ambiente das duas feiras atentou-me para perceber a realidade de uma forma própria de comércio (táticas e estratégias já citadas no primeiro capítulo) e como a interação destes grupos formata o espaço da Região Administrativa de Taguatinga. Sobre essas formas de viver e organizar o trabalho nas feiras, Seu Manoel aponta que

Tudo fruto do trabalho da feira, viu! Nunca fiz outra coisa a não ser trabalhar na feira...é mas a feira é dura, você trabalhá de 4 hora da manhã às 6 da noite...é direto sem parar. Mas eu era jovem e guentei, hoje tô com 75 ano e entreguei a feira pro filho, mas eu ainda tenho parte, né? Mas Graças a Deus eu não tenho nada de que me queixar...Brasília é uma mãe, né? (Manoel, 2022)<sup>94</sup>

Seu Manoel conta sobre as dificuldades que enfrentou em sua rotina em dias de feira, acordando ainda muito cedo para montar a estrutura de sua banca de queijos, doces e temperos na feira da Praça do Bicalho. A rotina de Seu Manoel acaba por ser a rotina de muitos feirantes,

---

<sup>94</sup> Pergunta: **Tudo isso é fruto do trabalho da feira?** Resposta a partir do minuto 40:03 do áudio registrado no dia 21 de agosto de 2022.

que movimentam aquele espaço de domingo no caso da Feira do Bicalho. Cabe considerar que essa localidade da feira é caracterizado por uma grande circulação de pessoas de segunda a sábado, que interagem com as estruturas da cidade ao redor, refiro-me a escola Centro de Ensino Fundamental 11, a Unidade Básica de Saúde nº 2 de Taguatinga, as farmácias, lojas de móveis e eletrônicos, decoração, tecidos, buffet, posto de gasolina, bares e restaurantes que compõem a quadra comercial.

Em dias de domingo, com a montagem da feira, a dinâmica de ocupação da rua também se altera, uma vez que a maioria dos estabelecimentos citados acima encontram-se fechados, cedendo lugar ao espaço ocupado pelas inúmeras bancas, que começa movimentar a cidade logo as 4 da manhã, e assim percebe-se uma outra intensa forma de ocupar as ruas, constituindo assim no que Certeau (1994) considera como “espaço praticado” no cotidiano da cidade. Com relação às dinâmicas desse espaço praticado, Seu Elmiro da Cunha descreve a rotina de montagem e ocupação das feiras

Ainda hoje nas nossas feiras volantes ou feiras livres continuam esse mesmo processo, é por isso que disse pra você que é muito dispendioso para nós feirantes, que nós temos que chegar quatro e meia na feira para a gente descarregar o carro, montar as barracas, para até as seis horas já está com tudo pronto, faça chuva ou faça sol. (Elmiro da Cunha, 2003)<sup>95</sup>

Conforme pode-se observar, a entrevista de Seu Elmiro, foi produzida pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, no ano de 2003. Estas entrevistas pensadas sob o viés institucional são aqui elencadas como parte constitutiva do trabalho, onde pode-se pensar as origens das feiras do Bicalho e das entrequadras da QND, e posteriormente também serão colocadas como objetos de análise, enquanto fontes produzidas. Escolhi a fala de Seu Elmiro como contraposição à dos demais feirantes que descrevi desde o início deste capítulo, por ser resultante de um outro processo de entrevista sendo produto do Programa de História Oral do ArPDF, sua fala está numa outra temporalidade dos depoimentos (18 anos de diferença), além do que Seu Elmiro saiu das feiras livres e foi trabalhar na Feira Permanente de Taguatinga, o que suscita numa outra perspectiva que de certo modo se complementa com os demais feirantes conferindo pluralidade a narrativa que compõem este trabalho. As entrevistas foram produzidas pela iniciativa do próprio Arquivo Público para fornecer subsídios de pesquisa

---

<sup>95</sup> Pergunta: **Antigamente vocês armavam e desarmavam as barracas e as mercadorias como que é ficavam lá?** Entrevista realizada por Helcy de Fátima Bonifácio Perez Nunes e Marta Meneleu Brandão Gracindo aos 13 dias do mês de outubro de 2003 em sua residência, com início às 13 horas e 52 minutos. Produzida pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral. Linha Formação das Feiras Livres.

para os usuários do órgão, facilitando a pesquisa histórica e divulgando o acervo que está disponível para o público externo. Sobre o Programa de História Oral do ArPDF, Isabel Escobar Crescêncio (2013) coloca que:

Dessa maneira, o Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal caracteriza-se por prever a constituição de um acervo de depoimentos com a finalidade de proporcionar maior acesso ao público pesquisador que frequenta o ArPDF, ressaltando a necessidade de resguardar os direitos do entrevistado. O Programa de História Oral, junto ao trabalho desenvolvido pelos historiadores, objetiva a produção de documentos sonoros a partir da utilização da técnica e dos recursos apropriados, transcrição, edição, publicação e, principalmente, proporcionar o acesso público aos documentos. (Crescêncio, 2013, p. 5)

O objetivo do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal em produzir estas entrevistas é ampliar as perspectivas do que se tem como documentos oficiais relativos à construção de Brasília, ouvindo atores sociais que conectam suas práticas comerciais com as histórias de suas cidades satélites, contribuindo significativamente para a compreensão do passado devido as múltiplas representações que constroem da narrativa de si.

A fala destes feirantes reflete aquilo o que viveram bem como suas lembranças de fatos que presenciaram, interagiram e conferiram sentido a suas percepções sobre o espaço que ocupam. Estes elementos são aqui elencados no sentido de que a memória é a experiência narrada por estes indivíduos. Porém existem algumas distinções entre vivências e memórias, Janaina Amado (1995) coloca que

Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, a concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência. (Amado, 1995, p.131)

Com estas reflexões de Janaina Amado é necessário entender o que difere aquilo que foi vivido do que foi recordado, entre o que se passou e a recordação que se tem que do que passou. A memória não pode ser colocada como pura e simples narrativa, mas ela atribui sentidos aquilo que foi vivido na tentativa de recuperar os acontecimentos pessoais, nos permite analisar as combinações de tempos. Sendo assim, a entrevista é uma dinâmica, uma força ativa da memória, uma vez que não apenas ouço o que me diz o entrevistado, mas também ouço os tempos que reverberam em sua fala, e assim são analisadas as várias camadas do relato.

Pensando sobre esse processo dinâmico da entrevista, o roteiro que elaborei não segue um padrão sistêmico de perguntas padrões, mas sim perguntas abertas, onde fiquei atentas as

massas de memória que se desdobravam diante de mim. Com relação as subjetividades contidas nos depoimentos e o olhar sensível que deve ter o historiador não somente interpretar, mas também compreender estruturas de emoções que se tornam emergentes naquilo que é narrado, é necessário perceber que sentidos são dados pelo entrevistado. O exercício de olhar a subjetividade como âmago da memória e, conseqüentemente, do esquecimento e, principalmente das experiências do indivíduo, indicam horizontes diversos e também coletivos. E assim são os múltiplos tempos que se formam durante a entrevista, onde o passado narrado não existe mais, mas a memória do passado ativa o presente, onde o ato interpretativo não está separado da subjetividade que é uma força processual (Amado, 1995), por isso não segue uma lógica tradicional, mas sim uma lógica simbólica. Essa dimensão simbólica presente nas entrevistas, direciona o historiador a compreender os múltiplos significados que os grupos sociais atribuem as suas experiências. Para Janaina Amado (1995) é necessário que o historiador considere estas dimensões

Negligenciar essa dimensão é revelar-se ingênuo ou positivista. Ignorá-la, como querem as concepções tradicionais da história, relegando a plano secundário as relações entre memória e vivência, entre tempos, entre indivíduos e grupos sociais e entre culturas, é o mesmo que reduzir a história a uma sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e externas; é o mesmo que imobilizar o passado nas cadeias do concreto, do "real", em que, supostamente, residiria sua "verdadeira natureza", que caberia aos historiadores "resgatar" para a posteridade. (Amado, 1995, p. 135)

Portanto, servir-se das memórias desses indivíduos como mera sequências de falas que sustentam um evento ou fato, seria desconsiderar a riqueza simbólica desses depoimentos, que oferecem muitos elementos que dão riqueza a narrativa. As experiências desses feirantes são dimensões do mundo vivido, compõem sua compreensão de mundo. Neste sentido, Ivone Cordeiro Barbosa coloca que

Pensar no trabalho do historiador, sob esta perspectiva, nos permite discutir sua inserção social, como também a interpretação enquanto postura metodológica adequada na e para a produção do conhecimento histórico, uma vez que, assim, fica resguardada uma das características fundamentais que é a de reconhecer esse conhecimento como imbuído de historicidade. O pressuposto básico dessa concepção é por um lado, estabelecer uma crítica radical da noção de universalidade, que supõe a existência de um ser humano universal e a existência de um sentido único para a vida e para a história e, de outro, resgatar a diferença, a multiplicidade e pluralidade das experiências. (Barbosa, 1997, p. 299)

As colocações de Ivone Cordeiro ampliam e aprofundam ainda mais a importância do historiador em servir-se das dimensões simbólicas dessas fontes orais em *A experiência humana e o ato de narrar: Ricouer e o lugar da interpretação*, onde o testemunho oral não encerra-se somente como uma fonte de informação sobre eventos históricos, mas é principalmente uma possibilidade de analisar as atitudes e ações do narrador relacionadas a sua subjetividade que configuram o mundo vivido e sua interpretação. Nesse ponto faço minhas reflexões não somente com o que é colocado pelos entrevistados, mas também sobre minha postura enquanto pesquisadora deste cotidiano da feira, onde devo extrapolar os parâmetros da objetividade, alcançados esses feirantes sobre suas experiências de vida, pensando também sobre o lugar de onde falo e as questões teóricas que trago enquanto bagagem acadêmica de referenciais de pesquisa.

Lendo estas entrevistas após o processo de transcrição, a experiência vivida e narrada se apresenta como um mundo a ser explorado, não somente pelo que está posto, mas também sobre como me coloco diante desses depoimentos. Compreendo que minha inserção nesta pesquisa é anterior a realização desta, uma vez que partiu das minhas seleções temáticas e afinidades com o ambiente pesquisado, e por isso coloco estas fontes em constante estado de indagação a todo momento em que revisito-as. E assim, não busco ler somente a realidade ao meu redor para comprovar padrões culturais dominantes, mas entender estas memórias como um processo em trânsito e assim perceber as sutilezas, os horizontes diversos e também coletivos dentro de cada depoimento.

As memórias individuais possuem diversos pontos de referência que a estruturam e também as inserem numa memória coletiva que torna-se parte de um determinado grupo social. De acordo com Ulpiano Meneses (1992)

[...] É um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados. Melhor que grupos, é preferível falar de redes de interrelações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser reavivada. É, por isso, que é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas. (Meneses, 1992, p. 15)

A narrativa produzida pelos atores sociais envolvidos não nos dá a cronologia, mas sim uma experiência temporal, onde os tempos residuais se forjam no momento das entrevistas, e assim o passado não existe mais, mas essa subjetividade do passado ativa o presente. Segundo Maurice Halbwachs (2003) acerca da memória coletiva, onde as percepções individuais não

são as únicas condicionantes a modelar as concepções de mundo, mas são influenciadas pelas vivências com outras pessoas que compõem o mesmo ambiente. Sendo assim, as percepções individuais são constructos grupais, resultado da relação que se tem com o meio. As entrevistas realizadas com feirantes e frequentadores das feiras, foram importantes materiais que possibilitaram o acesso às narrativas de memórias, sob a perspectiva daqueles que formam aquele meio, desenvolvem seus ofícios, modos de fazer e de se organizarem.

De acordo com Benjamin (1994) a memória coloca-se como instrumento por meio do qual grupos e indivíduos marginalizados participam ativamente de modo a transformar o presente. Ao utilizar este procedimento, pretendo aqui não “dar voz” aos feirantes, mas sim dialogar com estas memórias e percebê-las como fecundo campo analítico de estudo de representações e identidades que são formadas no ambiente feirante. Trabalhar com memórias que envolvem atores sociais em suas tramas é compreender que os sujeitos estão constantemente relacionando-se com o lugar e a paisagem da memória. Acontecimentos relacionados a formação da Feira livre do Bicalho, que vão desde a sua origem que acompanhou o crescimento de Taguatinga, as tentativas de serem retirados deste ambiente conforme uma possibilidade de ordenamento daquele espaço urbano, que os colocaria numa feira permanente, os laços de afetividade com o espaço, a preferência pelos produtos oferecidos pelos feirantes, as dinâmicas sociais e culturais estabelecidas neste espaço, são parte do processo histórico vivenciados por estes indivíduos e que manifestam sua necessidade de pertença ao local.

E é neste sentido que Portelli (1997) traz a História Oral como uma prática de encontro e alteridade onde “durante todo tempo enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer e de modelar o seu próprio discurso a partir das percepções” (Portelli, 1997, p. 20). A História Oral provoca um encontro de realidades, uma imersão na visão de mundo do outro onde pratico o exercício de não ser somente uma acadêmica, mas coloco-me como indivíduo num lugar de escuta e ressignificação daquilo que meu entrevistado me traz como as confissões mais íntimas sobre a realidade vivida. Trabalhar com as memórias produzidas pela História Oral é entender como o historiador tece a sua narrativa a partir do campo do sensível, observando as nuances que se desdobram. E essa atenção ao campo do sensível é uma relação dialógica onde todos são autores de uma narrativa, onde aquilo o que foi provocado pelo pesquisador também torna-o parte deste mesmo processo historicamente construído.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, v. 14, p. 125-136, 1995.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

CRESCENCIO, Isabel Escobar. **Chás da Memória no Arquivo Público do Distrito Federal: experiências de rememoração da história e a construção de uma História Pública**.

GUPTA, A; FERGUSON, J. **Culture, power, place: explorations in critical anthropology**. London: Duke University Press, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

MENESES, Ulpiano. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

PORTELLI, Alessandro et al. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, 1997.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da Cidade. In: **O Fenômeno Urbano**, Otávio Velho (organizador). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.



# HISTÓRIA ORAL - CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EXPOSIÇÕES NO MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ

MICHAEL DOUGLAS DOS SANTOS<sup>96</sup>

As reflexões em torno do campo da História Oral têm sido debatidas amplamente por pesquisadores que vislumbram nessa determinada área uma potencialidade para além dos debates acadêmicos, seja nos museus, nos meios de comunicação, em centros comunitários e outras instituições (FREITAS, 2006). Reconhecemos que a metodologia da História Oral não é específica à comunidade acadêmica, pois abre-se o leque de possibilidades para seu uso, seja no contexto social de uma população, ou de outros temas contemporâneos. A História Oral suscita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores e, nesse sentido, podemos nos atentar aos lugares de memória e às narrativas empregadas nesses espaços. Este artigo tem como objetivo contextualizar o surgimento da História Oral, e também a utilização teórica e metodológica desse campo como possibilidade para fazer um levantamento de fontes orais, suscitar debates em torno dos museus, bem como compor o acervo (Acervo de fontes orais) dessas instituições de memória. Ademais, as reflexões serão suscitadas a partir de teóricos(as) como Freitas (2006), Amado (1997), Thomson (1997), Salvatici (2005) e Calvo (2004). Outro ponto a refletirmos é a utilização metodológica da história oral para a concepção de exposições museais, especificamente na exposição “13 de Maio - Negros e Negras na história de Jataí” (2019) no Museu Histórico de Jataí - MHJ, que desde a sua fundação e, em algumas ocasiões, fez o uso necessário desse campo teórico e metodológico com a intenção de contribuir para a construção de uma memória/história local.

**Palavras-Chave:** História Oral, Memória e Museu.

## INTRODUÇÃO

“Mas, afinal, o que será essa tal de História Oral? Seria mais correto falar História Oral ou Fontes Oraais?” (Freitas, 2006, p. 5). Início este artigo com os referidos apontamentos suscitados no texto de Sônia Maria de Freitas “História Oral: possibilidades e procedimentos” (2006), o mesmo aborda as questões que perpassam ao se trabalhar com esse campo teórico e metodológico. Entretanto, antes de nos aprofundarmos nas questões que serão levantadas no decorrer do artigo, será preciso uma breve contextualização das reflexões que a História Oral tem possibilitado para as pesquisas, seja no contexto acadêmico, ou não.

---

<sup>96</sup> Universidade Federal de Goiás; Mestrando no Programa de Pós-graduação em História - PPGH UFG; Email: michaeldouglas017@gmail.com. Bolsista - CAPES.

Silvia Salvatici em seu artigo “Memórias de gênero: Reflexões sobre a história oral de mulheres”<sup>97</sup> reflete sobre a “época das origens” em que a autora aborda os tensionamentos inerentes ao campo da História Oral. Os debates acerca de gênero e sexualidade por muito tempo estiveram fora dos palcos da história positivista, que acionou uma escrita pautada em documentos oficiais, ou seja, a historiografia dada a época se voltava apenas para os documentos escritos, “geralmente considerados as únicas fontes válidas para a história” (Salvatici, 2005, p. 30).

Nesse sentido, Salvatici nos direciona para uma outra forma de pensar e escrever as narrativas históricas, ou seja, pensar uma “história vinda de baixo”. Tal apontamento se concentra em uma inserção de vozes que faltavam na escrita da história, ou seja, se atentando também para a história das mulheres, pois havia uma falta de protagonismo na reconstrução do passado. Fato que decorre principalmente da exclusão das mesmas nos documentos “oficiais”.

Ademais, a História Oral e a História das Mulheres têm mudanças significativas, além de similaridades nos propósitos e objetivos, produzidos a partir dos movimentos sociais e políticos da década de 1960. Entretanto, a História das Mulheres e a História Oral, por mais que se entrecruzam em determinados momentos, ainda sim, tomam caminhos diferentes, pois, as mulheres passam a reivindicar suas narrativas através da História Oral, ampliando positivamente o cenário da pesquisa histórica, seja no campo de investigação ou metodológico:

Historiadores orais buscaram inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo”, enquanto as feministas desejaram demonstrar o papel vital empenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas. (Salvatici, 2005, p. 29)

Outro ponto a destacarmos sobre a História Oral é a questão das pluralidades (conceito chave na História das Mulheres) e da subjetividade, que tornou-se uma preocupação e um interesse primordial dentro do desenvolvimento da história oral. Nesse sentido, a pluralidade destaca que há possibilidades de haver diferenças fundamentais nas estruturas de classe sociais, gênero, religiões, ocupações ou nações (Salvatici, 2005).

Acerca da subjetividade destaca-se o impacto das narrativas centradas nas histórias das mulheres à escrita da História Oral. A princípio as entrevistas, ou depoimentos foram considerados um problema que precisaria ser descortinado através da crítica desses

---

<sup>97</sup> A autora elenca as memórias femininas no pós-guerra, e abarca os diferentes contextos sobre as narrativas protagonizadas por essas mulheres, especificamente na deportação (por terem diferentes orientações políticas) durante o período nazista.

testemunhos, ou seja, verificar a veracidade através de outras fontes. Destarte, em 1980 as questões imbricadas na subjetividade conferem à História Oral um sinal de força para a modificação da consciência histórica. Tal fato implica à forma a qual as histórias são lembradas ou esquecidas, “isto significa que a atenção passou a ser dada menos ao que é dito, e mais ou modo como as histórias são narradas” (Salvatici, 2005, p. 33).

Ademais, percebe-se que a História das Mulheres confere à História Oral avanços significativos, seja no aspecto teórico ou metodológico. Nesse sentido, também torna-se um campo para apresentar as narrativas que permaneceram por muito tempo à margem das histórias tradicionais, ou “oficiais”. Podemos por exemplo destacar trabalhos que em suas empreitadas se voltam a refletir sobre ex-cativos, trabalhadores do campo, pescadores, aspectos culturais e religiosos de uma sociedade, ou mesmo, sobre os viveres urbanos e das disputas de narrativas por esses agentes sociais, este último abordado por Célia Rocha Calvo em seu artigo “Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia” (2004).

A História Oral, como afirma Salvatici (2005), permitiu que as experiências coletivas e individuais do passado fossem reconhecidas como parte da história, no sentido de que a universalidade torna-se um desafio em meio às contradições do discurso público, ou seja, o campo da História Oral envolve questões plurais e subjetivas e, como afirma Alistair Thomson (1997) envolve também questões éticas e epistemológicas.

A partir da contextualização sobre o campo da História Oral e das contribuições empenhadas pelas mulheres para este campo do saber, iremos nos direcionar no decorrer do texto para a utilização metodológica e teórica para o levantamento de acervos museológicos, especificamente na construção de um catálogo de entrevistas e depoimentos. Pois, entendemos que este campo reverbera em possibilidades, seja para a escrita de narrativas, ou construção de memórias nas instituições museológicas, neste caso, das exposições organizadas pelos museus.

## **DIFERENTES EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS NA HISTÓRIA ORAL**

De acordo com Alistair Thomson (1997) na década de 1970, o campo da História Oral na Inglaterra e Austrália, foi marcado por grandes influências da crítica historiadores que trabalhavam com o uso de documentos textuais. Os argumentos apontados pelos críticos, foi de que a memória não poderia ser considerada como uma fonte histórica, dado as suas inconsistências, pois, “fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da própria idade

avançada” (Thomson, 1997, p.51), além das tendências pessoais do entrevistador e entrevistado e “da influência das versões coletivas e individuais do passado” (Thomson, 1997, p.51).

Ainda de acordo com Thomson, as críticas ferrenhas dos historiadores mais apegados aos princípios positivistas, se referem também a democratização do trabalho do historiador, que estaria sendo facilitada pelos grupos de História Oral, fora o desdém e discriminação com os trabalhos de História Oral voltado para as “histórias vinda de baixo”. Embora os documentos textuais trabalhados por historiadores do campo positivista, haja vista, também incorporam seleções e tendências, historiadores do campo da História Oral desenvolveram os primeiros Manuais de História Oral com critérios para avaliar a confiabilidade das memórias orais.

Os Manuais de História Oral desenvolvidos pelos teóricos desse campo, se apoiaram em outras áreas do conhecimento, como a Antropologia e Psicologia Social, para assim verificar e determinar as fantasias e tendências da memória, bem como a "importância da retrospectiva e a influência do entrevistador no processo de afloramento das lembranças" (Thomson, 1997, p. 52). Ancoraram também na Sociologia e, “adotaram métodos de amostragem representativa e com base em documentos históricos textuais, criaram regras para a verificação da confiabilidade e coerência intrínseca de suas fontes” (Thomson, 1997, p. 52), ou seja, tal método reverbera na possibilidade de interpretar as reminiscências, e também do entrecruzamento de outras fontes históricas, e assim, verificar as ocorrências do passado.

A forte tendência de defender a História Oral e o seu uso como fonte histórica para descobrir o que “verdadeiramente aconteceu” levou ao descaso dos testemunhos orais, pois, na busca por uma história isolada, se deixava de lado as “distorções” da memória, seja individual ou coletiva, bem como o seu processo de afloramento das lembranças, e que variam de acordo com a interpretação do passado de cada agente social. Tal “distorção” da memória poderia não ser enquadrado como um problema, mas como um recurso.

Tais críticas levaram o Grupo de Memória Popular Britânico<sup>98</sup>, na década de 1980, a pensar nas reminiscências pessoais e coletivas e das ligações com o nacionalismo, nostalgia e reminiscência (Thomson, 1997). Nesse momento, outros historiadores também fazem suas investidas no campo da História Oral ao analisar os processos subjetivos da memória, bem como a relação entre narrativa, identidade e memória. No Brasil, de acordo com Alistair Thomson — que reitera a fala de Paul Thompson no editorial *Oral History* de 1889 — aponta que os colegas brasileiros “estavam tomando o mesmo rumo” (Thomson, 1997, p. 53) nos debates suscitados no campo da História Oral.

---

<sup>98</sup> O grupo é do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham. In: (Thomson, 1997).

De acordo com a Sônia Maria de Freitas (2006) entre as experiências com História Oral no Brasil, é de grande relevância o trabalho realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, fundado em 1975, e ligado a Fundação Getúlio Vargas - FGV:

O CPDOC é o melhor exemplo da bem-sucedida experiência com História Oral no Brasil, tanto pela qualidade de seu acervo, constituído principalmente de entrevistas com personalidades da história política contemporânea do país, quanto pela realização de comunicações, palestras e edições de obras sobre a teoria e metodologia da História Oral [...] É inegável o interesse que a história oral vem despertando no pesquisador brasileiro. Entretanto, do ponto de vista teórico-metodológico, a literatura disponível é ainda escassa e deixa muito a desejar [...] entretanto, podemos assinalar que nos trabalhos publicados percebe-se a existência de diferentes posturas metodológicas. (Freitas, 2006, p. 15)

A primeira experiência com a História Oral no Brasil ocorreu no Museu da Imagem e do Som - MIS/SP, em 1971. Destarte, a partir de 1990 os debates se afluíram nas universidades, centro de estudos e pesquisas, o que de certa forma possibilitou à divulgação do campo teórico e metodológico da História Oral no Brasil. Os encontros dedicados aos debates demonstraram uma quantidade significativa de trabalhos que utilizavam a História Oral como instrumento de pesquisa e como fonte documental:

Foram identificados 125 projetos de História Oral em desenvolvimento, sendo 49 projetos individuais e 76 institucionais, de um total de 220 participantes. Esses dados são relevantes, pois comprovaram o interesse despertado em um número significativo de pesquisadores, em um encontro pioneiro no gênero, em São Paulo (Freitas, 2006, p. 16)

Reiterando os apontamentos de Freitas (2006), o CPDOC foi um importante centro de pesquisa no trato com a História Oral no Brasil, ademais, podemos destacar também o Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI, fundado em 1982 na Universidade Federal de Fluminense - UFF. Os respectivos grupos de trabalhos têm diferentes abordagens e metodologias no trato com a História Oral, o CPDOC por exemplo, tem um acervo repleto de entrevistas com figuras públicas, de importância nacional. Já o LABHOI, se envereda pelas histórias de vida em que “é feita a reconstituição do passado, efetuado pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo” (Freitas, 2006, p. 8). Podemos destacar os grupos de pesquisas voltados ao estudo da história e da memória da escravidão, do patrimônio imaterial afro-brasileiro e para a metodologia da História Oral<sup>99</sup>.

<sup>99</sup> O LABHOI-UFJF mantém interface com o grupo de pesquisa Afrikas que se propõe a desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à história e culturas africanas. O grupo tem buscado realizar pesquisas sobre as diferentes experiências e práticas sócio-políticas e culturais dos africanos e de seus

Ademais, os debates em torno da História Oral suscitam também um olhar para as outras memórias que foram colocadas à margem, à beira do esquecimento, e não se restringem apenas às histórias de vida, Freitas aponta que “um projeto de História Oral pode ser desenvolvido em diferentes contextos, enquanto iniciativa individual ou trabalho coletivo” (FREITAS, 2006, p. 8). Célia Rocha Calvo em seu artigo “Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia” (2004) vai refletir sobre as experiências de trabalhadores e aposentados (Entre eles: Operários, Ferroviários e Motorista de Cargas etc.) em relação às mudanças na cidade de Uberlândia - MG no contexto de chegada da industrialização.

Calvo (2004) faz uma relação entre história e memória, e busca compreender outras narrativas em meio a tantas memórias, em que a autora aponta um campo de tensões e disputas em torno do “direito ao passado”. Por um lado, alguns moradores enxergam o processo de mudança da cidade (Industrialização) como uma forma de progresso, revolução, no entanto outros interpretam como um passado ruim, uma lembrança de uma vida boa. Ademais, esse trabalho realizado por Calvo faz o uso metodológico e teórico da História Oral para agenciar as “histórias de vida”, não obstante, ao evidenciar as experiências dos trabalhadores urbanos, Calvo traz à tona narrativas até então silenciadas em Uberlândia.

Outro ponto importante para os debates em torno da História Oral, se refere aos preceitos éticos no uso dos conceitos e das metodologias desse determinado campo. Janaina Amado em seu artigo “A culpa nossa de cada dia: ética e história oral” (1997), destaca as ligações entre ética e História Oral, dimensionando as relações entre historiadores e seus entrevistados. Ademais, a ética perpassa pelos historiadores e dos trabalhos com fontes textuais, no entanto “pessoas não são papéis”, destacando as palavras de Janaína Amado.

O historiador ao trabalhar com a História Oral deve estar atento para as questões éticas que perpassam toda a construção do trabalho, desde o momento de realização da entrevista até a escrita final (divulgação) da pesquisa, pois exige um cuidado e trato com as histórias que foram contadas pelos entrevistados. De acordo com Amado (1997):

A forte ligação da ética com a História Oral evidencia-se, ainda, nos procedimentos metodológicos e técnicos que constituem a prática da disciplina: a necessidade de o historiador ser fiel não apenas às palavras dos informantes, mas ao sentido da entrevista, evitando, por exemplo, citar trechos onde apenas uma parte das opiniões é revelada, para não lhes alterar o significado global; a necessidade de o historiador explicitar, para os informantes, os objetivos do trabalho e os possíveis usos que fará da

---

descendentes na África e em outras áreas geográficas. Alguns dos temas mais discutidos são: raça, gênero, parentesco, religiosidade, justiça, entre outros. Acesso in: <https://www.ufjf.br/labhoi/>.

entrevista; a necessidade de respeitar as solicitações dos entrevistados, como o resguardo da identidade (via uso de pseudônimo e/ou ocultamento de informações que possam levar à identificação do informante); a necessidade de diferenciar a fala de cada um dos entrevistados, evitando diluí-los em um conjunto homogêneo, indiferenciado internamente; a necessidade de diferenciar claramente a voz do historiador das dos entrevistados, etc. (Amado, 1997, p. 149)

Janáina Amado (1995) reflete também que as entrevistas não só podem, como devem, ser utilizadas como fontes de informação, e tratadas com o mesmo rigor de um documento histórico, “submetidas a contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo” (Amado, 1995, p. 134). Ainda de acordo com Amado, as entrevistas têm uma dimensão simbólica e que exige do historiador conhecer e estudar, pois faz parte da história:

Mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. Negligenciar essa dimensão é revelar-se ingênuo ou positivista. Ignorar, como querem as concepções tradicionais da história, relegando a plano secundário as relações entre memória e vivência, entre tempos, entre indivíduos e grupos sociais e entre culturas, é o mesmo que reduzir a história a uma sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e externas; é o mesmo que imobilizar o passado nas cadeias do concreto, do "real", em que, supostamente, residiria sua "verdadeira natureza", que caberia aos historiadores "resgatar" para a posteridade (Amado, 1995, p. 135).

Reiterando, os apontamentos suscitados até o momento, os mesmos demonstram a importância dos debates e contribuições que o campo da História Oral tem proporcionado para as questões históricas e historiográficas, bem como sua “importância [...] para reconstituição de acontecimentos do passado recente” (Amado, 1995, p. 135). Ademais, esse campo viabiliza um olhar para as narrativas silenciadas, às memórias ausentes, aos agentes sociais e das experiências individuais e coletivas vivenciadas, e requer do historiador comprometimento ao realizar esse trabalho, cuidado, ética, respeito com a história do entrevistado, e tato para lidar com as experiências individuais ou coletivas desses sujeitos.

## MUSEU E HISTÓRIA ORAL - POR OUTRAS NARRATIVAS

Sônia Maria de Freitas (2006) ao refletir acerca dos projetos que podem ser desenvolvidos a partir do uso teórico e metodológico da História Oral, seja na perspectiva individual ou coletiva, aponta que também podem ser realizados em diferentes contextos e espaços, como nos “centros comunitários, [...] museus convencionais, museus itinerantes ou por museus de rua e por outras instituições” (Freitas, 2006, p. 9). E como destacamos anteriormente, uma das primeiras experiências com a História Oral ocorreu no Museu da Imagem e do Som em São Paulo.

É notável que os trabalhos desenvolvidos com o suporte teórico e metodológico da História Oral tem adentrado outros espaços além da área acadêmica, seja nos meios de comunicação (emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas), na imprensa escrita ou nas instituições de memória. Ademais, em relação aos apontamentos que foram suscitados até o momento nos apresenta um leque de possibilidades, outro exemplo é a História Oral temática, em que “a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem característica de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante” (Freitas, 2006, p. 8).

Os debates em torno da História Oral têm se ampliado positivamente em diversas regiões do Brasil (principalmente nas universidades) abordando os aspectos locais e regionais, bem como dos sujeitos pertencentes a esses espaços. Podemos destacar os trabalhos realizados no Museu Histórico de Jataí - MHJ<sup>100</sup> em colaboração com a Universidade Federal de Goiás - UFG, e que reverberou no projeto de pesquisa “Cultura: momentos do fazer que registram história”<sup>101</sup> (1996):

A pesquisa realizada apresentou um envolvimento substantivo dos idosos, participantes com a ideia de resgate do passado, tendo como referência institucional o museu [...] a preocupação da equipe se dirigiu para a questão [...] da “perda da memória” e sobre os fatores que a determinavam no contexto social escolhido - município de Jataí (Rodrigues, 2000, p. 22).

Em continuidade ao projeto e, acerca dos objetivos traçados, em 1999 foi ofertado no Museu Histórico de Jataí o curso de extensão “História Oral e Museu”, em que a proposta foi de contribuir para a promoção e estabelecimento de um diálogo permanente e dinâmico entre a

---

<sup>100</sup> O MHJ fica localizado na cidade de Jataí, na região Sudoeste de Goiás. Jataí é uma cidade em que o processo de ocupação da região por não-indígenas se dá na metade do século XIX.

<sup>101</sup> O Museu Histórico de Jataí foi fundado em 1994 e o projeto de pesquisa foi uma iniciativa para colaborar com o processo de formação do museu, utilizando a metodologia da História Oral.



sociedade jataiense, sua história local e regional e dos espaços de memória da cidade - MHJ (Rodrigues, 2000).

Foram realizadas entrevistas com as seguintes temáticas: “Sulistas e gaúchos no sudoeste goiano”, “História de Jataí” e “As várias faces da integração - as relações entre agricultores e indústria no Sudoeste Goiano”. Os primeiros contatos do MHJ com a História Oral também possibilitaram a construção de exposições de diversas temáticas, desde as fazendas até a urbanização de Jataí, mas principalmente das “histórias de Jataí”.

No entanto, é necessárias algumas considerações acerca dessas exposições que foram construídas com o passar dos anos na instituição. Desde 1994, as exposições cuja temática intentam construir uma narrativa, uma memória e uma representação do passado jataiense, quase sempre retratou uma história pautada nos “pioneiros”<sup>102</sup> e nas ações desses sujeitos, colocando à margem as experiências de outros agentes sociais: Indígenas, Mulheres e os Negros e Negras.

Podemos inferir que mesmo com a utilização metodológica da História Oral e dos debates realizados nesse campo (que vinham se afluindo no Brasil), os primeiros trabalhos realizados no MHJ se voltaram apenas para uma parte da população, ignorando outras experiências que fugissem do contexto da história retratada na obra memorialista “Pioneiros” (1954), presentes e enraizados no imaginário local.

A exemplo, podemos destacar a exposição “Jatahy: histórias pra contar” exposta entre os anos de 1995 a 2015, e que foi construída através de fotografias, documentos e também dos depoimentos orais. No entanto, a exposição também reverberou na construção de silenciamentos e ausências de sujeitos não pertencentes à elite, e que foram fincados na memória coletiva da cidade, ocasionando a exclusão da população negra nas narrativas suscitadas nas exposições sobre as “histórias de Jataí” no MHJ.

Ademais, nos últimos anos as pesquisas desenvolvidas sobre a população negra em Jataí apontam as lacunas deixadas por Basileu Toledo França em “Pioneiros” (1954), e reverberadas nas exposições do MHJ. Entre essas pesquisas, podemos destacar os trabalhos realizados por Murilo Borges Silva (2011)<sup>103</sup> e Lucas Rodrigues do Carmo (2021)<sup>104</sup>, ambos investigam as experiências de escravizados em Jataí, antes e no pós- abolição, apontando as dinâmicas da

---

<sup>102</sup> “Pioneiros” (1954) de Basileu Toledo França. Resumindo, a obra de Basileu Toledo França faz a associação da urbanização de Jataí aos feitos de uma elite local, em que se destacam famílias abonadas, dando enfoque aos chefes de famílias e senhores de escravos, como os Vilelas e Carvalhos, relegando à subalternidade a população negra e indígena.

<sup>103</sup> Pelos caminhos da abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí (2011).

<sup>104</sup> Notas sobre história única, racismo e o silenciamento das experiências negras em pioneiros (1954) de Basileu Toledo França (2021).

escravidão no contexto local e as experiências desses sujeitos em conquista de sua liberdade e também da resistências desses cativos em relação a escravização.

Outro ponto importante foi a relação desenvolvida entre o MHJ com curso de história da Universidade Federal de Jataí, pois, as pesquisas e debates desenvolvidos sobre a população negra na universidade fizeram com o que museu se voltasse para as outras narrativas que estavam ausentes nas memórias suscitadas nas exposições construídas nos primeiros anos da instituição (1994 -2015).

Desde 2016 denota-se que o Museu Histórico de Jataí, através de suas exposições e atividades propostas ao seu público em geral, passou a romper também com a narrativa de Basileu Toledo França<sup>105</sup>. Nesse mesmo ano ocorre a exposição “Os últimos anos de escravidão em Goiás: Conflitos, acordos e expectativas nos caminhos da abolição” (2016), organizada pelo Professor Murilo Borges Silva. Já em 2017 foi apresentada a exposição “Terreiros de Fé”, organizada com a Professora Clarissa Adjuto Ulhoa. E em 2019, a exposição em colaboração com o Professor Adailton Silva, por título “O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí” (2019).

A exposição sobre o Clube 13 de Maio foi construída através da consulta a documentos (Atas de reuniões), fotografias, e também dos jornais<sup>106</sup> que circulavam na região, e destaca os personagens que compuseram a história do clube ou “O Clube dos Pretos”, nome também identificado nas fontes. Embora focada no clube, a exposição procurou conectar histórias de muitos outros negros e negras que viveram em Jataí, destacando outros sujeitos que estiveram à frente da direção do clube.

Para a concepção da exposição também foi de suma importância o uso teórico e metodológico da História Oral, pois foram levantados depoimentos e entrevistas orais com os antigos frequentadores do clube. Entre os entrevistados(as), a maioria eram idosos, ou seja, os membros mais antigos. As entrevistas coletadas também foram entrecruzadas com as outras fontes, como os jornais, fotografias, além dos estudos/pesquisas teóricos e metodológicos acerca da historiografia local.

Percebe-se que o Museu Histórico de Jataí vem contribuindo para a construção de uma memória local, bem como de identidades e representações, seja sobre o contexto local ou dos

---

<sup>105</sup> Esse rompimento com a narrativa de “Pioneiros” (1954), inferimos ser devido a criação do curso de história na cidade em 2006, e das relações dos professores e pesquisadores do curso com o MHJ, movimentos sociais municipais, o que reverberou em pesquisas e exposições que intentam romper com a narrativa proposta por França, entendemos sua obra como uma fonte, mas que também é passível a crítica.

<sup>106</sup> O acervo que contém as memórias sobre o clube 13 de Maio foi doado por Mário Pretinho, sobrinho neto de Francisco Rezende de Moraes, um dos primeiros diretores do Clube 13 de Maio.

sujeitos pertencentes às histórias do município - Jataí. Outro ponto é que o uso da História Oral no MHJ<sup>107</sup> também foi de suma importância para suscitar as narrativas que seriam contadas e ressignificadas na instituição, principalmente sobre a população negra, e que pouco teve espaço nas exposições iniciais do museu.

Ademais, os museus empenham um papel importante em evidenciar as narrativas que serão expostas ao seu público visitante, mas podemos inferir que o mesmo também não foge à característica da memória, criar lembranças e esquecimentos em torno dos objetos, sujeitos e narrativas que sustentam a memória coletiva e individual (de um determinado local, ou região) preservada nessas instituições de memória. Por isso é preciso estar atento ao que se preserva ou exclui das narrativas que serão expostas nessas instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiterando, as reflexões que perpassam pelo campo teórico e metodológico da História Oral têm contribuindo gradativamente para ampliar as vozes silenciadas nas narrativas "oficiais" e "tradicionais". Ou seja, vem possibilitando um debate profundo, bem como um avanço nos termos conceituais e metodológicos nas reflexões suscitadas nesse determinado campo, e tem ganhando uma credibilidade nos meios acadêmicos, mas não somente nesses espaços, adentrando também os meios de comunicação, como jornais e TV, na mídia em geral e nas instituições.

Entendemos que a História Oral desde o seu surgimento (assim como outras áreas do conhecimento) obteve mudanças significativas que contribuíram para a melhoria e desenvolvimento de pesquisas que tendiam a abordar as "histórias de vida", seja no aspecto individual ou coletivo. Ademais as contribuições das mulheres (feministas) na década de 60/70 também foram de suma importância para este campo, tanto nos conceitos teóricos, como nos aspectos metodológicos.

A respeito do uso da História Oral no MHJ para a concepção de memórias, histórias e representações do passado jataiense, é possível notar que o museu vem se afinado com este campo do saber desde o seu fundamento em 1994, mas precisamente a partir de 1996. Porém o olhar do museu se direcionava apenas à uma visão tradicional da história jataiense, o que de certa forma vem se alterando a partir de 2016, e assim em 2019 a instituição voltou a fazer o uso teórico e metodológico da História Oral para montar um acervo de entrevistas com sujeitos

---

<sup>107</sup> O MHJ agora tem um acervo de entrevistas sobre o Clube 13 de Maio, e das experiências dos frequentadores (em sua maioria negros e negras jataienses).

negros e negras e das experiências em torno do “Clube dos Pretos”, reverberando na construção da exposição “O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí” (2019).

Concluindo, este artigo não tem intenções de se aprofundar nas questões teóricas e metodológicas da História Oral, visto que se trata de um contato “recente”. Porém é evidente as contribuições proporcionadas através dos debates realizados pelos teóricos da área, como Alessandro Portelli, Janaína Amado, Silvia Salvatici, Sônia Maria de Freitas, Célia Rocha Calvo e Alistair Thomson, bem como dos centros de estudos e pesquisas como o CPDOC e o LABHOI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, pp. 145-155, 1997.

AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, Unesp, n. 14, pp. 125-136, 1995.

CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. Pp. 155-172.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia: Editora UFG, 1995.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

**MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ: FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS**. O Museu Histórico de Jataí e seu Acervo Jataí-GO, 2016.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, UFF, v.1, n.o 2, pp. 59-72, 1996.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. Museu e História Oral: Formação de novos acervos e construção de novos sujeitos. **Boletim: Museu Histórico De Jataí: Francisco Honório De Campos**. Livraria e Papelaria Encontro, Ano 2 - n. 1, Jataí, 2000.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**. São Paulo, ABHO, v. 8, n. 1, pp. 29-42, 2005.

SILVA, Murilo Borges. **Pelos Caminhos da Abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, n.o 15, pp. 51-71, abril de 1997.

## PROTAGONISTA: POR UM FEMINISMO LATINO-AMERICANO

MILLENA GONÇALVES MAGALHÃES BRANDÃO<sup>108</sup>

Lélia Gonzalez (1935-1995) foi escritora, professora, filósofa, geógrafa e antropóloga. Como mulher negra, intelectual e ativista, protagonizou a luta antirracista no Brasil e fora dele, se tornando a intelectual mais importante do século XX, buscando discutir o racismo, e as consequências dele para a população negra e a necessidade de políticas públicas para combatê-lo.

Lélia Gonzalez nasceu Lélia de Almeida, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 01 de fevereiro de 1935. Tornou-se Gonzalez quando adulta, depois do casamento. Era a penúltima filha de uma família pobre com 18 filhos. O pai, Acácio Joaquim de Almeida, era ferroviário e morreu quando ela era ainda criança. A mãe, Urcinda Seraphina de Almeida, era trabalhadora doméstica de origem indígena. Como era costume na época, em famílias numerosas, os irmãos mais velhos acabavam cuidando dos menores, e com a família de Lélia ocorreu o mesmo. A irmã mais velha tornou-se, então, responsável por ela. Segundo Viana, Lélia conseguiu estudar mais do que os irmãos, que, em sua maioria, só terminaram a escola primária. Isso ocorreu graças à ajuda de uma família italiana, para qual a mãe trabalhava, que resolveu custear a sua educação. Apesar de ter dado prosseguimento aos estudos, isso não impediu que ela fosse obrigada, por um tempo, ainda muito nova, a trabalhar como babá. Dessa forma, também vivenciou a experiência de grande parte das mulheres negras brasileiras: a execução do trabalho doméstico. Em 1942, um dos irmãos, Jaime de Almeida, começou a jogar no Flamengo e, tendo se estabilizado no futebol, conseguiu trazer a família de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Dando prosseguimento aos estudos. (Viana, 2007)

Segundo Viana, Lélia terminou o Ensino Médio no Colégio Pedro II (RJ) no ano de 1954, quatro anos depois, graduou-se em História e Geografia. Em 1962, tornou-se bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara, atual UERJ (Viana, 2006, p. 49).

Participou da fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, sigla mais tarde reduzida para MNU), em 1978, na cidade de São Paulo. Criticava a ideia da democracia racial no Brasil, demonstrando através da realidade dos fatos sua inexistência, cobrava com urgência políticas públicas em benefício da comunidade afro-brasileira.

Lélia Gonzalez fala sobre racismo/classe social, defendendo que o racismo é um dos critérios mais importantes, utilizados pelo poder, para distribuir as posições de classe social, ele

---

<sup>108</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História.

também define o espaço e território que serão ocupados pelos grupos brancos e negros e o acesso à educação, moradia, trabalho e etc.

No Brasil, a sutileza do discurso ideológico, que “não existe racismo”, “todos somos iguais”, normaliza um arcabouço de práticas racistas, um grave problema quando acreditamos que somos todos iguais, pois o racismo se enraíza na ignorância do ofendido/dominado. É importante destacar a eficácia da estrutura do racismo, na divisão racial do trabalho e nas formações socioeconômicas capitalistas.

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, desembarcam por aqui em 1.560, os primeiros humanos africanos escravizados, trazidos pelos portugueses (Alencastro, 2018). Os escravizados são peças, coisas não humanas, não compreendem qualquer língua civilizada (europeia). Serão explorados, vilipendiados e mortos, segundo a deliberação de seus algozes, conforme seu destino.

Mas, de onde vem essa infame ideia de supremacia ou inferiorização de pessoas, grupos sociais, etnias ou raças? Qual suporte teórico, empírico, científico para embasar essa ideia?

Na Antiguidade, não se falava em raças, mas o conceito básico era a distinção entre gregos e bárbaros, questionamento que surgiu na Grécia visando distinguir gregos de outros povos.

Diacordo com Pagden (1982, p. 15-7), bárbaro é um termo usado como o contrário de cidadão, civita ou político, já que os gregos consideravam os bárbaros desprovidos de inteligência, ética, moralidade, conseqüentemente inabilitados de criar uma sociedade com leis, regras e costumes.

Percebe-se que teorias racistas são criadas sem qualquer demonstração lógico/racional ou científica, surge de preconceitos que dão forma aos medos, angústias e vazios, produzidos pelo etnocentrismo que confirma a discriminação racial fantasiada de entendimento, racionalidade ou mesmo civilidade.

O caráter religioso é também utilizado para separar e hierarquizar os indivíduos e grupos, exemplo disso, é a valorização de religiões “cristãs”, versus o desrespeito as de origem africana. Todavia, na origem do termo religião “religare” (latim), a essência do seu significado seria reunir, entrelaçar, completar, unificar. Religar aquelas e aqueles que por alguma circunstância estariam distantes, separados.

Lélia fala de um senso comum plantado no Brasil, trazido pelos colonizadores acerca dos povos africanos escravizados, que se estabeleceu e permanece, introjetado (camuflado) até nossos dias:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (Gonzales, 2020, p. 69).

A necessidade de mão-de-obra para a produção agrícola na colônia, aliada a ideia de lucro, foi sem dúvida a razão de retirar mulheres e homens livres de seu continente, sua cultura, de suas famílias e história

A escravização de humanos por humanos, tendo como fundamento a supremacia de uma raça sobre outra foi chamada de darwinismo social. É uma adaptação da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (biólogo) para o âmbito social. Nela, os mais fortes de cada espécie, se adaptam ao meio ambiente, conseguem sobreviver e prosseguir com sua linhagem.

No darwinismo social, somente as sociedades civilizadas europeias estariam aptas a perpetuar sua existência por estarem no patamar mais elevado de civilização, dominariam e evoluiriam. Daí a superioridade branca, masculina, europeia, sobre os povos africanos negros. A raça branca levaria civilização, religião (a única verdadeira) e conhecimento científico para os demais povos.

Apesar de tudo que vemos, ouvimos e vivemos, ainda existe aquela fala: o racismo é coisa do passado e hoje não existe mais. Vejamos o que diz Gonzalez:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, *quando se esforça*, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 2020, p. 69).

A autora, se coloca de forma irônica e sarcástica, pois, como mulher preta (como ela dizia) sabia bem as faces do racismo, que tentam ocultar, e discriminação sofrida pela população negra e parda em terras tupiniquins. O sarcasmo aponta para a persistência, até o presente, de certos modelos de classificação da humanidade que, mesmo sem recorrer objetivamente a determinismos raciais, trazem consigo os estigmas da desigualdade.

Lélia relembra um pouco de sua história pessoal, fala sobre o racismo e não aceitação de sua relação matrimonial por parte da família de seu esposo:

Mas eu fico me lembrando, por exemplo, quando terminando o curso de filosofia na Universidade do Rio de Janeiro, eu me caso com um colega branco — daí o meu nome, Gonzalez — e, de repente, não morava com a família, mas habituada à minha família negra, onde todo mundo briga, mas faz as pazes e essas coisas todas, insisti para que ele retornasse ao seio de sua família. E sabem como me aceitaram? Como um caso — como se costuma dizer — de concubinagem, até o momento em que verificaram que nós estávamos legalmente casados. Enquanto eu era a concubina negra de um jovem rapaz branco, que amanhã vai se casar com uma moça de boa família, no dia seguinte, quando souberam do casamento, daí em diante eu virei negra suja, prostituta, e coisas tais. (Gonzales, 2020)

O racismo marca vidas perdidas por balas (violências e homicídios), segregações e discriminações. Não é acaso, nem queixa, tampouco mania de perseguição. É bem real, pois mantém negras e negros em situações sociais desiguais e inferiores. Apesar disso, recentemente no país, tem crescido uma onda que quer retrair a verdade a uma série de “achismos” e ideologismos de matriz fascista.

No Brasil, o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição legal da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses. (Gonzalez, 2020).

**O preconceito** é o julgamento sem o prévio conhecimento a respeito de uma pessoa em determinado momento ou realidade, trazendo assim, uma ideia senso comum que fortalece estereótipos.

Já na **discriminação racial**, há uma clara quebra do princípio constitucional da igualdade (isonomia) art. 5º caput, onde uma boa definição conceitual se encontra na lei 12.288/2010 apelidada de Estatuto da Igualdade Racial, que se destina a garantir à população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos e individuais, coletivos e difusos. Vejamos:

I — Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.



O racismo é o preconceito saindo do plano abstrato do pensar se materializando no plano das ações, seja do Estado, sociais e por fim, nas ações individuais baseadas em intangíveis, voláteis e irracionais ideias. O racismo atinge a vítima na sua honra, na sua imagem, na sua personalidade e cidadania.

Segundo o professor, jurista e ministro Silvio Almeida, quando se admite a existência do racismo, cria-se automaticamente a obrigação moral de agir contra ele:

A negação é essencial para a continuidade do racismo. Ele só consegue funcionar e se reproduzir sem embaraço quando é negado, naturalizado, incorporado ao nosso cotidiano como algo normal. Não sendo o racismo reconhecido, é como se o problema não existisse e nenhuma mudança fosse necessária. A tomada de consciência, portanto, é um ponto de partida fundamental. (Agência Senado, 2020)

De acordo com o advogado e sociólogo José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, os brasileiros veem no seu cotidiano, divulgados nos jornais, tv, redes sociais e internet atos e posturas racistas, todavia, atribuem como situações isoladas ou atípicas, que não condizem com a democracia racial que vivemos. Infelizmente estas ações racistas só são marcantes naquele que sofre o crime de racismo. Segundo José Vicente:

Os brasileiros entendem que é lá fora que existe ódio racial, não aqui. Acreditam que no Brasil vivemos numa democracia racial, miscigenados, felizes e sem conflito. Essa é a perversidade do nosso racismo. Ele foi construído de uma forma tão habilidosa que os brasileiros chegam ao ponto de não quererem ou não conseguirem enxergar a realidade gritante que está bem diante dos seus olhos. (Agência Senado, 2020)

As pessoas no senso comum entendem o racismo de uma maneira simplista, acreditando que ele acontece em ocasiões onde a pessoa preta é impedida de entrar no elevador social, no clube, seguida e revistada ao sair da loja, apelidada de forma pejorativa onde o seu tom de pele é o que chama a atenção, seja com gracejos ou piadas. revistada ao sair da loja ou insultada com palavras pejorativas que remetem à cor da pele.

Muitos desses casos não são tratados como racismo, mas como injúria racial, pois, como já foi dito, seria um caso isolado referente a uma pessoa vitimada, diferente do coletivo de pessoas negras que não são agredidas por atos discriminatórios.

Mas, o que seria injúria racial, qual a diferença do racismo?

Embora impliquem possibilidade de incidência da responsabilidade penal, os conceitos jurídicos de injúria racial e racismo são diferentes. O primeiro está

contido no Código Penal brasileiro e o segundo, previsto na Lei n. 7.716/1989. Enquanto a injúria racial consiste em ofender a honra de alguém se valendo de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, o crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. Ao contrário da injúria racial, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível. (Revista CNJ, 2023)

No Brasil, ser negro significa ser mais pobre do que o branco, ter menos escolaridade, receber salário menor, ser mais rejeitado pelo mercado de trabalho, ter menos oportunidades de ascensão profissional e social, dificilmente chegar à cúpula do poder público e aos postos de comando da iniciativa privada, estar entre os principais ocupantes dos subempregos, ter menos acesso aos serviços de saúde, ser vítima preferencial da violência urbana, ter mais chances de ir para a prisão, morrer mais cedo.

Vejamos alguns dados que reafirmam aquilo que entendemos:

| <b>Raio X do racismo no Brasil</b>              |   |
|---|---|
| <b>População brasileira</b>                     |   |
| 55% da população se autodeclara preta ou parda. |   |
| <b>Pessoas mortas por assassinato</b>           | <b>Ocupantes de cargos de gerência</b>    |
| 71% são negras                                  | 30% são negras                            |
| <b>Pessoas mortas em ações policiais</b>        | <b>Deputados federais eleitos em 2018</b> |
| 76% são negras                                  | 24% são negros                            |
| <b>População carcerária</b>                     | <b>Juízes de tribunal superior</b>        |
| 64% são negras                                  | 9% são negros                             |
| <b>Renda média mensal</b>                       |   |
| R\$ 2.796 (Branco) - R\$ 1.608 (Negro)          |   |
| <b>Analfabetos*</b>                             |   |
| 4% dos Brancos 9% dos Negros                    |   |
| * pessoas com 15 anos de idade ou mais          |   |
| <b>Pessoas que vivem sem rede de esgoto</b>     |   |
| 27% dos Brancos 43% dos Negros                  |   |

## Raio X do racismo no Brasil

### Mortes por ano

#### até 14 anos de idade

19.100 Brancos - 25.600 Negros

#### de 15 a 29 anos de idade

20.300 Brancos - 48.700 Negros

#### de 30 a 59 anos de idade

124.500 Brancos - 170.100 Negros

Fontes: Ipea, CNJ, IBGE e Ministério da Saúde

Agência Senado 2023

O primeiro passo, se não o mais importante acerca do combate ao racismo, é mostrar que depende do fim de sua negação, torná-lo evidente, entender que ele existe e por isso deve ser combatido na sua estrutura. Quando a negação impera, a realidade é entendida como normal e inevitável, fruto da desigualdade de cada indivíduo, e não fruto de uma estrutura social escravagista que perdura até hoje, uma vez que não houve nenhuma ação efetiva do Estado e da sociedade brasileira para corrigir tais desigualdades sociais oriundas dos quase 400 anos de escravização negra neste país.

No decorrer dos períodos colonial e imperial, foi a escravidão que se encarregou de posicionar os negros e os brancos em mundos diferentes. Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, os brancos criaram mecanismos menos explícitos do que as senzalas e os grilhões para manter os negros num lugar de subordinação.

As pessoas de pele negra puderam deixar a servidão, mas não receberam os instrumentos necessários para protagonizarem sua existência com dignidade. Eles não ganharam terra, nem escola, tampouco prosperaram os planos de indenizá-los pelos anos de cativeiro. Restringiram-lhes até mesmo o trabalho. Para as plantações de café e as primeiras indústrias, o governo preferiu incentivar a imigração de trabalhadores brancos europeus. Restou a população negra alforriada a expulsão para as periferias das cidades.

Lélia como mulher negra, intelectual e ativista, protagonizou a luta antirracista no Brasil e fora dele, se tornando a intelectual mais importante do século XX, buscando discutir o

racismo, e as consequências dele para a população negra, a necessidade de políticas públicas para combatê-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO, 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BITTENCOURT, Adalzira. **Pequeno dicionário de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1969-1972, vol. I, II e III.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. Selo Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo – SP: Editora Ática, 2004.

CONCEIÇÃO, Raquel Suely Cardoso da. **O Pensamento Feminista Negro: contribuições de Patrícia Hill Collins**. Texto de dissertação apresentado à banca de defesa do Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. 2018.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante. **Enciclopédia da Literatura Brasileira**. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, Vol I. p.335.

DELEUZE, Gilles. **Conversações. 1972-1990**. Trad. Peter Pal Perlbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FONTÃO, Luciene. **Nos passos de Antonieta: escrever uma vida**. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista. **O Pasquim**. São Paulo, n. 871, p. 8-10, 1986. Entrevista concedida a Jaguar.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca>.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?selectaction=&coobra=35625> Acesso: 10 abril de 2023.

# O PAPEL DA HISTÓRIA ORAL NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE AS MOSTRAS DE TEATRO EM ANÁPOLIS NA DÉCADA DE 1980

*MOISÉS DE OLIVEIRA MELO<sup>109</sup>*

Durante a década de 1980 ocorreu a institucionalização das mostras de teatro na cidade de Anápolis. De modo que, a partir de 1984 as mostras passaram a acontecer anualmente. Nesse sentido, esse artigo busca ressaltar o papel da História oral na construção da memória sobre essas mostras de teatro que foram realizadas na cidade de Anápolis entre os anos de 1984 e 1987. Nesse sentido, para a construção do artigo será realizado entrevistas com os atores e espectadores que presenciaram a institucionalização das mostras de teatro na cidade de Anápolis. Por outro serão utilizados como fontes documentais arquivos de jornais e referências bibliográficas sobre o tema, tais como o jornal gazeta popular armazenado no museu histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho, bem como, os livros a história do teatro em Anápolis de Fernandes (2011) e memória do teatro Goiano: a cena no interior de Zorzetti (2014), dado que essas obras ocupam o espaço das únicas referências na área de artes cênicas sobre o tema. Quanto a história oral a referência principal é obra de Meihy e Holanda (2020). Por fim, ressalta-se que esse artigo reflete a importância da utilização de fontes orais para construção de pesquisas que agreguem valor a história do teatro goiano, sobretudo aquele realizado na cidade de Anápolis em meados da década de 1980.

**Palavras-Chave:** Memória, História, Teatro.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi escrito a partir da pesquisa que está sendo realizada no programa de pós-graduação *stricto sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) sobre o teatrólogo Goiano Ademir Faleiros. Esse artigo está inserido no simpósio temático 4 – Fontes orais, usos do passado e ensino de história: Articulações e encontros no XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste: oralidades dissidentes, narrativas plurais.

De forma que, esse estudo visa a compreensão do cenário teatral em Anápolis durante as décadas de 1980, o papel do teatro engajado em uma cidade como Anápolis e a função social do teatro de abertura durante o processo de institucionalização das mostras de teatro na cidade.

Nesse sentido, esse artigo apresenta como problemática central o papel da História oral na construção e na formação da memória coletiva e individual do município, sobre essas mostras de teatro que foram realizadas na cidade de Anápolis entre os anos de 1984 e 1987.

O objetivo deste artigo é ressaltar as questões em torno do processo de institucionalização e apogeu do teatro na cidade de Anápolis em meados da década de 1980. Ressalta-se ainda,

---

<sup>109</sup> Licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás. É Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Faz parte desde 19 de Junho de 2017, como pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Homem, o Trabalho e a Educação Profissional Tecnológica PANECÁSTICA, realizado no Instituto Federal de Goiás - Campus Anápolis, no qual se dedica a leituras, estudos, pesquisas e produção acadêmica sobre as relações entre a Gestão e Organização do trabalho pedagógico na EPT, os princípios e as concepções da Educação Profissional e Tecnológica. É professor contratado da Rede Estadual de Educação em Goiás. Email: moisesccsurf@hotmail.com

que esse artigo reflete a importância da utilização de fontes orais para construção de pesquisas que agreguem valor a história do teatro goiano, sobretudo, aquele realizado na cidade de Anápolis em meados da década de 1980. Destaca-se também, a importância do estudo sobre a historiografia do teatro em Goiás, buscando compreender como era o teatro em Anápolis e em Goiás durante a década de 1980, a realização das mostras teatrais na cidade e a formação e organização dos diversos grupos de teatro que brilharam na cena teatral na cidade nesse período, como o Grupo de Teatro Pessoal do Abre Porta, o TEMA – Teatro Moderno de Anápolis e o Grupo Teatral do Sesc.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

A análise metodológica terá como cerne, o uso de uma documentação escrita, jornais que possam descrever o contexto histórico e cultural da cidade, bem como, o uso de fontes orais, assim como atores e pessoas de destaque que participaram e/ou presenciaram parte da cena teatral em Anápolis e Goiás durante as décadas de 1980, buscando contribuir para o debate sobre o campo teatral no estado.

O processo metodológico desse trabalho será feito pela elaboração da pesquisa bibliográfica, selecionando obras que são pertinentes ao tema estudado. Cabe ressaltar ainda, que a metodologia de pesquisa tem como base fundamental a História cultural que confere uma reconstrução da história, sobretudo, dos discursos, imagens e práticas sociais. De tal maneira, que ao usar a História cultural é possível demonstrar o caminho percorrido para realizar a análise das obras com sensibilidade, mas sem deixar de lado o rigor e a segurança presentes em uma pesquisa em História. De modo que, com base perspectiva teórica é possível uma análise sobre a construção do conceito de documento a partir do ponto de vista da cultura, uma vez “todos os aspectos da sociedade, inclusive o político, e mesmo os caracteres individuais, se manifestam em termos culturais (...)” (Pesavento, 2005, p. 22).

## **MEMÓRIA, HISTÓRIA E TEATRO NA CIDADE DE ANÁPOLIS EM MEADOS DA DÉCADA DE 1980**

A memória representa parte da essência do passado. De modo que, sua função social é unir o começo e o fim, o passado e o presente. Nesse sentido, a memória detém um papel de sedimentar o passado sobre o tempo e no tempo refazendo a história vivida. Assim, a memória recupera o tempo, refaz o passado, mantendo, portando, uma relação com o ausente e com o possível, possibilitando também uma relação com a lembrança, como destaca Bosi (1994, p.21) “Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem frágida”.

Tendo também o papel de unir o começo e o fim, alargar as margens do presente e estabelecer um vínculo com outra época, uma ressonância dos significados do passado, uma tecelagem que une os fios da história. Dessa maneira, entender as relações do movimento teatral na cidade de Anápolis com o tempo significa compreender a relação entre memória e teatro a partir de uma percepção dialética do passado e do presente. Dado que, o contexto histórico evoca uma memória sobre os homens daquele tempo. Assim, as fontes orais seriam um testemunho ocular desse contexto, um documento que “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento”. (Le Goff, 1992, p. 10).

Assim, por meio da memória e das fontes orais é possível uma construção da oposição entre presente e passado, das mudanças e propriamente da consciência do tempo histórico. O tempo histórico encontra num nível muito sofisticado, o velho da memória, que atravessa a história e a alimenta”. (Le Goff, 1992, p. 13).

Dessa maneira, com o propósito de trabalhar a memória sobre o movimento teatral na cidade de Anápolis foi utilizado fontes orais como documentos históricos, isto é, um registo de um vestígio do passado a partir da oralidade humana. Nesse caso, “a história oral<sup>2</sup> se apresenta como a solução moderna disposta a influir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidade humana. (Meihy e Holanda, 2020, p. 9). A história oral, como um recurso moderno, é uma história viva e é fruto das relações no tempo presente.

(...) Independente do aspecto questionador que se estabelece entre a história feita por historiadores e demais cientistas sociais e profissionais e a tradição sobre os fatos, busca-se fazer uma “outra história”, versão que tenha sua gênese diferenciada do conjunto estabelecido oficialmente. Ao se materializar em documento escrito, porém, a história oral ganha objetividade de qualquer outro documento grafado ou de análise historiográfica, porém deve ser interpretada sob o crivo da subjetividade que a produziu. (Meihy; Holanda, 2020, p. 26).

Em entrevista realizada com umas das atoras e diretoras que foi atuante na década de 1980 em Anápolis está faz relato sobre o contexto histórico de apogeu e florescimento do teatro amador na cidade que:

[...] 1970, final de 1970 e 1980, não é? Mas teve. Teve um movimento grandioso por causa daqueles grupos. Mas não era só na comunidade mesmo. Nós, na década de 1980 e íamos buscar a nível nacional conhecimento. Intercâmbio. É então. Por isso, que teve esse movimento. Muito grande hoje, porque a gente lutava contra a ditadura [...].

De maneira que, em Anápolis, nos fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, ocorreu a realização de diversas mostras de teatro, sendo a primeira realizada oficialmente em 1979. De modo que, às mostras, são organizadas a partir das mudanças ocorridas no teatro brasileiro a nível nacional e no teatro goiano a nível estadual, marcado sobretudo pelo florescer



de uma nova geração de atores e/ou dramaturgos. E, nesse contexto que ocorre a efervescência do teatro na cidade, influenciado pela luta contra ditadura e pelo anseio de jovens atores preocupados com a cultura do município.

Essa nova geração foi fruto de um contexto rico e singular das décadas de 1950 e 1960, contexto esse assinalado pelo domínio e efervescência da leitura, do cinema, da atuação política desses atores e da economia Anapolina que despontava como o mais importante entreposto comercial do estado de Goiás e da criação de diversos grupos de teatro, tais como o Teatro Portugal, T.I.C.O – Teatro Independente do círculo Operário, Grupo Great Einstein, Palladium – Teatro da Igreja São Sebastião, Elencultura de Teatro – E.C.T., Combate – Companhia Bancária de Teatro, Grupo Teatral do Sesc – G.T.S. e Grupo de Teatro Jomar Piantino.

Para Zorzetti (2008), o ano de 1969 marca a inauguração e escalada no teatro Anapolino, já que é nesse ano que é realizado a mostra “A primeira quinzena do teatro em Anápolis”, dando origem, dado ao sucesso, em 1970 do Primeiro Festival de Teatro. Nessa época, antes de ser conhecida como a Manchêster goiana Anápolis ficou famosa pelo título da “Capital da arte Cênica de Goiás”.

Havia na cidade uma disposição para o teatro, para ser ator, para ser atriz. Disposição essa construída pelos vários grupos reunidos em torno da ideia e da paixão de fazer teatro. Foram realizados ao todo três Festivais de teatro amador, sendo a última realizada em 1972.

Na década de 1970 surge então um teatro vivo e aberto, que conta com atores jovens e universitários chocando com um público tradicional. Com grandes esforços dos jovens atores, um trabalho sério e comprometido, a década de 1980 veio confirmar a simpatia do público pelas tendências modernas e pelos atores da época. (Fernandes, 2007, p. 71).

Em julho de 1979, com o empenho de diversos atores anapolinos é realizada no Sesc I Mostra de Teatro de Anápolis, já no ano seguinte e durante toda a década de 1980 há no país, um forte fervor em torno do teatro amador, dado a participação do teatro como uma força motriz dentro do processo de abertura política do Brasil. Nesse sentido, pode-se falar que havia um teatro amador nacionalmente organizado em torno da confederação nacional de teatro, com a Fateg em Goiânia e com a Atanaem Anápolis. Sobre o teatro amador, a entrevistada relata que:

Para Anápolis, o teatro amador era muito forte. Inclusive nós criamos a atana (associação do teatro amador de anápolis) então, o teatro amador ele tinha uma força muito grande. Primeiro, porque nós não tínhamos grana, não é? Segundo, porque não tinha formação, não tinha formação nenhuma. Nós éramos autodidatas, não é? Aí depois nós fomos buscar os conhecimentos [...]

De tal maneira, que os anos de 1970 e 1980 foram marcados por um período de apogeu do teatro amador na cidade de Anápolis e no estado de Goiás, de modo que, durante a década

1970 tem-se a criação de diversos grupos teatrais na cidade, bem como, ocorre a organização e a realização dos Festivais independentes de Teatro de Anápolis (FITA), as Semanas do Teatro Amador de Anápolis, a I Jornada de Cultura em 1976 e a I Mostra de Teatro de Anápolis em 1979. Destaca-se, a criação do grupo Teatral do Sesc (G.T.S) como um meio encontrado pelos atores e diretores da época para centralizar em único grupo de teatro a formação, preparação, diretores e o ensaio dos atores. Como Destaca Silva Júnior (2014, p.35) no Livro *GTS- Grupo Teatral do Sesc: um marco no teatro anapolino*.

E assim nasceu o GTS – Grupo Teatral do SESC. Os dois diretores mobilizaram a classe teatral da cidade para arremontar o maior número possível de pessoas para fazer parte daquele projeto. Finalmente, conseguiram arremontar vinte e seis pessoas. Depois de uma primeira reunião como grupo, ficou decidido que seria feito um trabalho de preparação dos atores e técnicos, antes de pensar em montagem de qualquer espetáculo, no que todos concordaram.

Tendo essa vista esses acontecimentos, é criada em Anápolis a ATANA (Associação do Teatro Amador em Anápolis), por meio da união dos atores das décadas de 1960, 1970 e 1980 na cidade, visando a uma troca maior de experiências e a realização plena do teatro, marcando por consequência o momento na história da cidade, visto atualmente como de apogeu da prática e execução do teatro em Anápolis. É também na década de 1980, mais precisamente em 1989, que é criada a Escola de Teatro de Anápolis (ETA) visando promover e propagar a realização do teatro.

A década de 1980 marca o apogeu da realização do teatro amador na cidade de Anápolis. De forma que, a partir de 1984 têm a institucionalização das Mostras teatrais na cidade, a construção e inauguração do anfiteatro do centro administrativo em 1985. Sobre, o Periódico Jornalístico *Gazeta Popular* em uma matéria com o título “Grupos Teatrais em movimentação” publicada em 17 de junho de 1984 descreve a abertura das comemorações do aniversário da cidade por meio da realização da II Mostra de Teatro que naquele momento foi organizada pela Secretaria Municipal de esportes e Cultura. A mostra reuniu no total 15 Grupos de Teatro, sendo 11 de Anápolis, 03 de Goiânia e 1 de Quirinópolis, havendo ainda um destaque as peças que seriam apresentadas na mostra. Como Destaca a Notícia:

Estarão em apresentação no auditório do centro administrativo, as seguintes peças: Bola de Cristal (Teatro Urgente), A pata do Elefante (Teatral Zero), É Vivendo que se aprende (Pé no chão), Carrossel Azul (Infantil), Os Deuses Riem (T.E.Q), O Quarto (Teatro Bandeirantes), Alienação (Grupo Apocalipse), Flor do Sertão (Teatro Gauss), Amar a oito mãos (T.E.M.A), Nó cego (Pessoal do abre porta), Romão e Julinha (Infantil), A beata Maria do Egito (Gloriarte), O Doutor Latifúndio (Teatral Esperança); e finalmente As criadas (Urano Teatro Experimental). (*Gazeta Popular*, Ano I, N° 24, 1984, p. 2)

Dado que, no período de 1984 a 1990 foram realizadas 6 mostras de teatro na cidade, ou

seja, é também em meados da década de 1980 que as mostras passama acontecer anualmente em Anápolis. Ainda sobre o segundo entrevistado relata que:

[...] O teatro passa a ter uma cena muito forte na cidade nos anos de 1980 1990. Principalmente, né? Porque você tem junto com a Ademir veio outras pessoas, que é o caso da Ana Queiroz, que é professora até hoje na escola de teatro, né? É o caso de Francisco Irene, que foi uma das que pensou a escola de teatro. Foi diretora da escola de teatro. É o caso de Jonathas Tavares, não é? E junto, paralelo a isso [...].

Pode-se ressaltar, que durante a década de 1980 ocorreu o processo de institucionalização das mostras de teatro na cidade de Anápolis, bem como, ocorreu também a formação e organização dos diversos grupos de teatro que brilharam na cena teatral na cidade nesse período, como o Grupo de Teatro Pessoal do Abre Porta, o TEMA – Teatro Moderno de Anápolis e o Grupo Teatral do Sesc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se afirmar que durante a década de 1980 ocorreu um amadurecimento dos grupos teatrais da cidade de Anápolis, bem como, uma profissionalização dos atores e diretores e a receptividade do público anapolino, etc. De modo que, foi possível identificar também uma grande influência do teatro brasileiro de reabertura, a “cultura de oposição” presente no teatro da cidade naquele.

. Por outro lado, pode-se afirmar também que havia um destaque positivo em relação ao amadurecimento dos grupos teatrais da cidade de Anápolis, a profissionalização dos atores e diretores e a receptividade do público na cidade. Destaca-se também, a importância de pensar a arte enquanto documento e fonte de análise para pensar um momento histórico.

## REFERÊNCIAS

### I - Fontes documentais

GRUPOS TEATRAIS EM MOVIMENTAÇÃO. **Gazeta Popular**. Anápolis, 17 de Junho de 1984. Página 4, Ano 1º, Nº 24.

### II – Fontes orais

FALEIROS, Alberto. **Alberto Marques Faleiros**: depoimento [agosto 2022]. Entrevistador: M. Melo. Anápolis, GO. 2022. 35 minutos. Entrevista concedida no dia 25 de agosto de 2022.

FREDERICO, Anna. **Anna Queiroz Frederico**: depoimento [março 2023]. Entrevistador: M. Melo. Anápolis, GO. 2023. 60 minutos. Entrevista concedida no dia 08 de março de 2023.

### III – Obras

CUNHA, Natalina Fernandes. **A história do teatro em Anápolis. 1982 – 2007.** Natalina Fernandes da Cunha – Goiânia: Kelps, 2011.

FARIA, João Roberto Gomes de; GUINSBURG, Jacó. **História do teatro brasileiro.** volume II. - São Paulo: Perspectiva: Edições Secsp, 2013.

GARCIA, Miliandre. **Censura, resistência e teatro na ditadura militar.** Revista Concinnitas, v. 19, n. 33, p.144-177, 2018.

GUINSBURG, Jacó, PATRIOTA, Rosângela. **Teatro Brasileiro: ideias de uma história.** - 1.ed. - São Paulo: Perspectiva, 2012.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, Emblemas. Sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179, 1989.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória.** 2013.

MACHADO, Maria Clara. PATRIOTA, Rosângela (orgs). **Histórias & historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação.** Uberlândia, 2003.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do Teatro Brasileiro.** 3 edição, Difusão Europeia do livro, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Historia Oral: como fazer, como pensar.** - 2.ed., 8º reimpressão. - São Paulo, Contexto, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro.** - 1. ed., 8º reimpressão. - São Paulo: Editora Contexto, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 3.ed., 1º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2014, 302 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. **O Historiador e sua fontes.** - 1. ed., 7º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021.

ZORZETTI, Hugo. **Memória do Teatro goiano: A cena do interior.** Goiânia: Kelps, 200.

# JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS: O ARISTOCRÁTICO PRIMEIRO CLUBE SOCIAL E ESPORTIVO DE GOIÂNIA

NATANE RINCON AZEVEDO<sup>110</sup>

O Jóquei Clube de Goiás foi o primeiro clube esportivo e social fundado em Goiânia. O clube localizava-se na Rua 8, do Setor Central. Atualmente, a sua sede social continua nessa localização, porém, na década de 1970, o clube demoliu o prédio da sua primeira sede social e construiu outra no mesmo local. Em 2017, esse prédio poderia ser vendido e demolido. Por esse motivo, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) entrou com o pedido de tombamento da sede do Jóquei Clube de Goiás no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa segunda sede não é o objeto deste artigo. Entretanto, esses eventos receberam ampla cobertura dos jornais goianienses, como *O Popular*<sup>111</sup> e *Jornal Opção*<sup>112</sup>.

A narrativa midiática tem um importante papel na difusão do conhecimento histórico, assim, houve uma construção de uma edificação como um patrimônio cultural, sendo pertencente à história e à memória de Goiânia, principalmente por conta do espaço ocupado pela primeira sede na história da cidade (Azevedo, 2023)<sup>113</sup>. Dessa maneira, o objetivo deste artigo é investigar os vestígios da história do clube nos depoimentos dos moradores pioneiros de Goiânia disponíveis em livros de memória e também na representação do *Jornal de Notícias* (GO), na década de 1950, dos eventos realizados nesse local. Qual o local ocupado por esse clube na história das primeiras décadas de Goiânia? Os principais aportes teóricos sobre representação foram Chartier (2002), Hall (2016) e Traquina (2012, 2016).

Conforme Chartier (2002), a história cultural objetiva identificar o modo como em um determinado lugar e momento foi construída uma determinada realidade social. Portanto, a representação seria o “instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objecto ausente através de sua substituição por uma <<imagem>> capaz de o reconstituir em memória

---

<sup>110</sup> Jornalista (FASAM), Especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (UFG) e Doutoranda em História (PPGH-UFG). Bolsista CAPES. E-mail: natyrincon@gmail.com

<sup>111</sup> O Popular foi fundado em abril de 1938, pelos irmãos Joaquim Câmara Filho, Vicente Rebouças Câmara e Jaime Câmara. Esse é um dos principais e mais influentes jornais de Goiás. O periódico pertence ao Grupo Jaime Câmara, um conglomerado de mídia formado por 24 veículos de comunicação em Goiás, no Tocantins e no Distrito Federal. O grupo também é dono da TV Anhanguera.

<sup>112</sup> Em 21 de dezembro de 1975, o Jornal Opção foi fundado pelo jornalista Herbert de Moraes Ribeiro. O jornal começou com uma periodicidade semanária, mas acabou consolidando-se como um jornal diário graças à Internet. O jornal tinha como proposta possuir espaços dedicados aos jornalismo especializados, como político, opinativo e cultural.

<sup>113</sup> Este artigo foi baseado na minha Dissertação de Mestrado (Azevedo, 2023).

e de o figurar tal como ele é” (Chartier, 2002, p. 20). As representações do mundo social seriam sempre determinadas pelos interesses dos grupos, sendo que foram estes que as forjaram. Elas se inseriam em um campo de concorrências e de competições “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, 2002, p. 17), ou seja, em lutas de representações. Hall (2016), por sua vez, considerava que representar “envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (Hall, 2016, p. 30). Dessa forma, as representações então seriam uma parte do processo de produção e de compartilhamento dos significados entre os membros de uma cultura. Assim, a produção dos significados dos conceitos mentais faria parte do processo de comunicação.

Segundo Traquina (2016) os jornalistas seriam participantes ativos nesse processo de construção da realidade. Isso porque “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 2016, p. 224). Ainda com base em Traquina (2016), as decisões tomadas pelos jornalistas no processo de produção das notícias também levariam em consideração o contexto da organização. Os acontecimentos seriam a matéria-prima do jornalismo que resultariam nas notícias, sendo que estas envolveriam uma seleção do que seria uma matéria-prima digna de ser noticiável.

Embora sendo índice do real, as notícias registram as formas literárias e as narrativas (news frames) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? O quê? Onde? Quanto?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo aliás orientado pela narrativa escolhida – são alguns exemplos de como a notícia, criando o acontecimento, constrói a realidade (Carey, 1986). Como escreve Robert Karl Manoff (1986), a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. As narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação (Gamson, 1984). [...] As formas literárias e as narrativas garantem que o jornalista, sobre a pressão tirânica do fator tempo, consegue transformar, quase instantaneamente, um acontecimento numa notícia. (Traquina, 2016, p. 225).

Além disso, o eixo central do campo jornalístico é o fator tempo, afinal, o “trabalho jornalístico é uma atividade prática e cotidiana orientada para cumprir as horas de fechamento” (Traquina, 2016, p. 226). De acordo com Silva (2007), a mídia efetuará um recorte sobre o

presente, influenciando tanto no que é considerado fato como no que é considerado um acontecimento histórico. Assim, a narrativa midiática poderia se tornar lugar da história ou lugar da memória, pois essa narrativa pode construir novos sentidos sobre o passado. Portanto, quais foram as semelhanças, as lacunas e as diferenças das representações atuais do *O Popular* e do *Jornal Opção* do Jôquei Clube de Goiás em relação aos depoimentos dos moradores e à representação do *Jornal de Notícias* (GO)?

Em primeiro lugar, os jornais revisitaram a “história” do Jôquei Clube de Goiás e entrevistaram pessoas que guardavam o Jôquei Clube nas suas memórias. Logo, *O Popular*, por exemplo, representou o Jôquei como o local dos “carnavais mais memoráveis de Goiânia nas décadas de 1940 a 1970 poderão dar lugar aos cultos evangélicos nos próximos anos” (Abreu, 2017, [Online]). O periódico usou uma arte gráfica para resumir a história do clube:

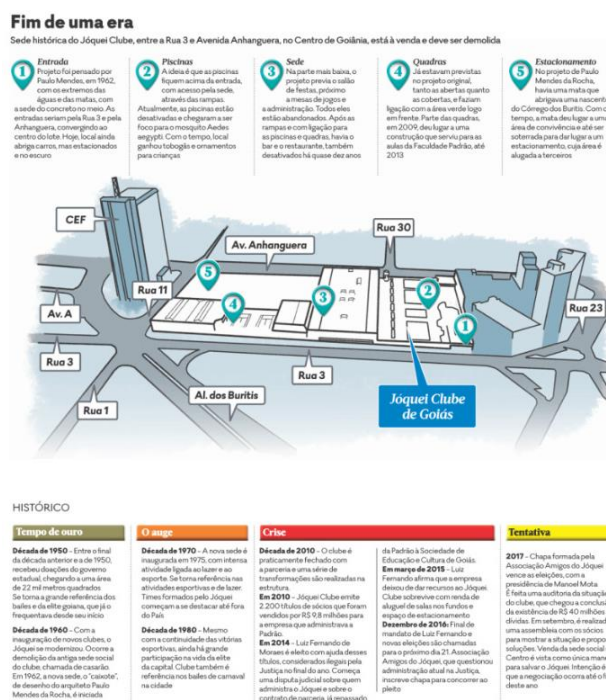


Gráfico “Fim de uma era” (*O Popular*, 29 de novembro de 2017). “Década de 1950 – Entre o final da década anterior e a de 1950, recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 22 mil metros quadrados. Se torna a grande referência dos bailes e da elite goiana, que já o frequentava desde seu início” (*O Popular*, 2017, [Online])

Assim, para *O Popular*, o Jôquei Clube de Goiás na sua primeira sede social teria sido a grande referência dos bailes e da elite goiana. O jornal esclareceu que essa mesma elite já o frequentava desde a sua inauguração. A narrativa do *Jornal Opção* trouxe informações similares ao *O Popular*. Possivelmente, houve uma influência da narrativa do *O Popular*, já que o gráfico do *O Popular* antecedeu o resumo do outro jornal. Ambos colocaram o início da “crise” do

clube na década de 1990. Entretanto *O Popular* destacou a década de 1950 como o “Tempo de ouro” do Jóquei, portanto com a primeira sede, enquanto o *Jornal Opção* enfatizou o auge do clube entre 1975 e 1980, já na sua segunda sede social:

O Jóquei Clube surgiu na época de Pedro Ludovico Teixeira, existente desde 1937, foi o primeiro clube a ser fundado na nova capital, o Jóquei Clube de Goiás, inauguração oficialmente apenas na década de 40, com a presença do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. **Entre a década de 1940 e 1950 recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 22 mil metros quadrado, tornando-se a grande referência de eventos da elite goiana.** Com anos de uso, o local se modernizou e, em 1962, uma nova sede, o chamado “caixote”, de desenho do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, foi iniciada e inaugurada em 1975. Entre estes anos de 1975 e os anos 80, o clube passou pelo auge e uma intensa atividade ligada ao lazer e ao esporte, tornando-se referência nacional, já que times formados pelo Jóquei começam a se destacar até fora do País. No anos 90 é que o local começa a ser deixado de lado. Com o fim das atividades esportivas profissionais e festas realizadas em outros locais maiores e mais modernos, o clube começa a acumular dívidas e questionamentos jurídicos. Daí em diante, a crise se instalou, transformando a construção em um grande fantasma no centro da cidade. (Sampaio, 2018, [Online]) (grifo meu).

Ambos apontaram que o clube recebeu uma área doada de 22 mil metros quadrados do governo estadual. Este artigo pretende investigar a relação da primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás com o espaço urbano goianiense. Também parte da premissa de que o Jóquei Clube de Goiás tinha um papel maior como clube social da elite do que como um espaço esportivo. Além disso, ao tratarem da doação de terras, *O Popular* e o *Jornal Opção* deixaram de fora as questões políticas por trás dessa doação. Com essa finalidade, o próximo tópico analisa os depoimentos dos moradores pioneiros e a cobertura do *Jornal de Notícias (GO)*<sup>114</sup> da primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás.

## O “ARISTOCRÁTICO”

De acordo com Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016), embora os discursos ufanistas dos políticos e dos jornalistas da época buscassem identificar Goiânia com a modernização, os

<sup>114</sup> O *Jornal de Notícias (GO)* foi um jornal goiano da década de 1950, dirigido pelo jornalista, professor e servidor público Alfredo Nasser (1905-1965). Nasser fora duas vezes deputado estadual em Goiás e também duas vezes deputado federal por Goiás, além de senador também por Goiás. Ele participara da campanha da Aliança Liberal, na qual apoiara a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em 1935, fez parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Enquanto era diretor do jornal, também exercera cargos públicos, por exemplo, era membro do Conselho Nacional de Economia. Alfredo Nasser foi nomeado ministro da Justiça em 12 de outubro de 1961, o que pode explicar o fim das atividades do *Jornal de Notícias (GO)*. As edições do jornal presentes neste artigo foram encontradas no arquivo digital da Biblioteca Nacional.



depoimentos dos moradores pioneiros – os primeiros habitantes de Goiânia – revelavam outra imagem da cidade fundada na década de 1930. Uma cidade em que animais selvagens caminhavam pelas ruas, em que faltava infraestrutura básica, além de ocorrerem constantes quedas de energia, porque o sistema só se estabeleceria no final da década de 1950. Isso pode ser observado no depoimento da moradora pioneira Mariana Augusta Fleury Curado sobre uma festa no Jóquei Clube, então nomeado Automóvel Clube:

A energia elétrica era deficiente, rara a festa em que a luz se mantinha até o fim. Em certa ocasião, houve um baile muito badalado, todas as moças iriam de vestido cor-de-rosa. O baile foi ao Automóvel Clube. Em meio à alegria geral, a beleza das moças trazendo vestidos rosa e, quando as danças estavam no auge, a luz pifou. Houve um rebuliço. Escuridão total. Nisto uma pequena claridade era uma senhora, segurando uma vela que mal ilumina em seu redor, aflita a perguntar: "Vocês viram minha filha? Ela está com um vestido cor-de-rosa", explicava para melhor identificação. Apesar das risadas altas que se seguiram à pergunta, a senhora teimava: "Viram minha filha? Ela está de vestido cor-de-rosa"... (Teles, 1986, p. 112 e 113).

Oliveira (1999) defende que haveria três “imagens” conflitantes de Goiânia ao longo da sua história: a de uma cidade provinciana [1933-1960], a de uma cidade moderna ou uma metrópole [1960-1980] e de uma cidade pós-moderna [a partir de 1980]. Essas imagens partiriam de determinadas características culturais predominantes em períodos e discursos sobre a cidade. A relação entre a imagem e a cultura da cidade nem sempre se completava, ocasionando em colisões entre elas. A consequência dessa representação imagética múltipla no âmbito mental dos habitantes de Goiânia era a ambiguidade. O período de interesse deste trabalho é o da cidade provinciana [1933-1960]. A hipótese deste artigo é que o Jóquei Clube de Goiás oferecia um lazer provinciano ao mesmo tempo em que representaria também um “lazer moderno” para a população da então jovem capital goiana:

Ao lado das relações sociais novas, havia as relações tradicionais típicas das cidades interioranas goianas. Ao lado das casas e prédios em *Art déco*, havia as casas do estilo colonial e os ranchos da maioria dos habitantes da cidade. **Enfim, havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60 [...] Enfim, as principais formas de lazer da Goiânia pré-anos 60 ou eram uma apropriação dos hábitos antigos de Campinas (festas religiosas, banhos de rios, caça e pesca), ou eram formas novas (os clubes sociais, réveillions, footing, etc.). Estas últimas, apesar de terem uma aparência moderna, eram sempre deformadas pela mentalidade provinciana dominante.** Qualquer que fosse a situação, as formas de lazer em Goiânia eram assentadas no pressuposto do conhecimento mútuo. O conhecimento era o fator que possibilitava tanto a distinção entre ricos e pobres, como a distinção entre os de Goiânia e os de Campinas ou os do Bairro Operário. Distinção que, apesar de não ser absoluta, caracterizou

também esse aspecto da vida cultural de Goiânia, nesse período. (Oliveira, 1999, p. 29 e 58) (grifo meu).

Dessa maneira, Oliveira (1999) considera Goiânia uma cidade culturalmente provinciana até a década de 1960. Esse termo se liga aos conceitos de tradição, de comunidade e de cidade pequena. Assim, os valores dos habitantes são fundamentais para a análise do autor, pois para Oliveira (1999) não bastava considerar os aspectos materiais e estruturais da cidade para compreendê-la. Similarmente, Michel de Certeau (1998) compreende o espaço urbano por meio das práticas organizadoras da cidade habitada. Assim, a cidade seria composta por “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra” (Certeau, 1998, 171). Além disso, para o autor, as experiências individuais influenciariam na percepção de um determinado lugar. Especialmente se houverem memórias de infância relacionadas ao local, pois criariam no espaço urbano planejado uma cidade metafórica, “uma enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura e de repente sacudida por uma força que desafia os cálculos” (Certeau, 1998, p. 191). Na busca pela cidade habitada, Lima Filho (2007) investigou os mapas de memória individual dos moradores pioneiros<sup>115</sup> da capital:

Os “mapas de memórias” são produtos de atores e autores interessados em interpretar a cidade em que vivem, numa espécie de contraposição à cidade moderna, que é produto de um urbanismo fisicista e formalista, que, apesar toda a sua monumentalidade, tem sido um paradoxal mundo de transitoriedades, abrigando não muito mais do que a irrelevância. [...] o que se admite a seguir é que os “mapas de memórias” não necessariamente solucionam consensos, nem mesmo evocam “imagens públicas” como se elas devessem ser obrigatórias em estudos urbanos. [...] A essa criação de imagens mentais intensamente presentes aos sentidos, nítidas, claramente identificadas, estruturadas e úteis ao ambiente denominamos de “mapas de memórias” (Medeiros, 2007, p. 217).

O Jóquei Clube de Goiás apareceu no mapa de memória da professora Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas: “Jóquei Clube: festas, encontros com amigos, esporte” (Medeiros, 2007, p. 222). Nos mapas mentais dos moradores pioneiros, Medeiros (2007) verificou que as memórias individuais se misturavam com as memórias coletivas. No depoimento de Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas havia uma explicação para cada lugar de memória. Era o caso do Jóquei Clube, que para ela era um local de festas, de se encontrar com os amigos e de

---

<sup>115</sup> Lima Filho (2007) usa “moradores pioneiros” para definir os habitantes das primeiras três décadas de Goiânia.

praticar esportes. A imagem da cidade, como argumentou Certeau (1998), estaria intimamente conectada com as suas vivências cotidianas na vida dos moradores.

Nesse contexto, o então Automóvel Clube de Goiás teve o lançamento da sua pedra fundamental em 28 de agosto de 1935. Em julho de 1943, mudara de nome para Jóquei Clube de Goiás. De acordo com Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016), era um clube social da elite, com festas fechadas. O clube era frequentado por funcionários públicos mais graduados, políticos e alguns fazendeiros. Esses “formavam uma espécie de aristocracia fechada, com um divertimento próprio (como as festas no Automóvel Clube ou nas casas de famílias)” (Arrais, Alencar Arrais, Oliveira, 2016, p. 127). O lazer dos pobres, segundo os autores, era diferente. Lima Filho (2007) pontua que Goiânia já nascera elitizada, com divisões sociais claras, o que pode ser observado no depoimento de um dos moradores pioneiros da cidade:

Nos anos Dourados, nos anos 50 nós dizíamos assim: Goiânia está dividida, da Av. Paranaíba para cima, que é o Palácio, era a nata da sociedade que morava, da Av. Paranaíba, era a classe média baixa. Então, as pessoas tinham essa rivalidade. Então você queria falar alguma coisa, negativa de alguém, Ah fulano é... não é do lado Sul. Ela mora além da Avenida Paranaíba. A Avenida Paranaíba era um divisor, um divisor entre as classes sociais e até hoje isso existe. Você mora onde? Ah no bairro do buraco? Sempre existiu. E Botafogo, ali eram invasores, eram lavradores, empregadas domésticas [...]. (Nize de Freitas, 19/9/2006). (Lima Filho, 2007, p. 252).

Segundo Oliveira (1999), essa rivalidade também transcorria no Jóquei Clube de Goiás: moradores de Campinas<sup>116</sup> não poderiam participar dos bailes de carnaval do clube. O Jóquei Clube de Goiás “foi o ponto de encontro da elite social de Goiânia. Ser sócio desse clube era uma marca distintiva de status social. Ele também servia para discriminar a população de Campinas, impedida de participar dos famosos bailes de carnavais da época” (Oliveira, 1999, p. 45). Na Goiânia até a década de 1960, os membros da elite apresentavam as filhas para a “sociedade” no Jóquei Clube de Goiás, que também realizava concursos de *Miss Brotinho* e de homens mais elegantes. O carnaval no Jóquei apareceu na descrição de duas moradoras pioneiras, Maria Lucy Veiga Teixeira e Edith Amaral Ferreira:

Em Goiânia eu fazia parte dos blocos. Um detalhe interessante que eu achava era quanto aos bailes do Jóquei. A gente voltava para casa ali pelas cinco, seis horas da manhã. E a gente vinha assim tão cansada, que tirava o sapato.

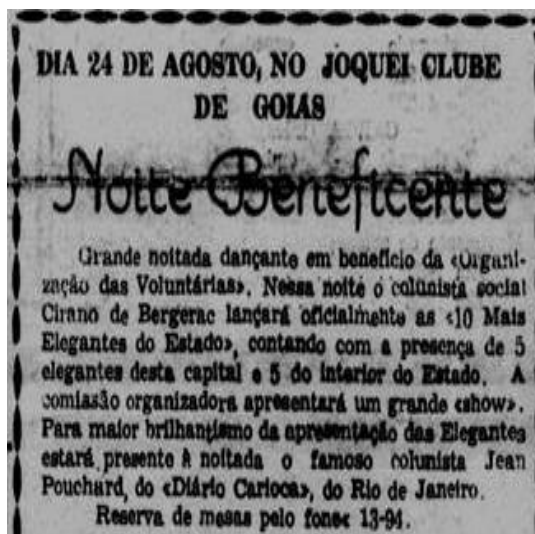
---

<sup>116</sup> Campinas antecede Goiânia. O interventor Pedro Ludovico Teixeira escolheu Campinas como o local para abrigar a nova capital de Goiás. Entre os locais observados, a cidade atendia todas as condições desejadas: água, bom clima e topografia adequada, seguindo as concepções urbanísticas do período (Arrais et al, 2016). Posteriormente, Campinas se tornou um bairro de Goiânia.

Carregava os sapatos nos dedos e vinha descalça. Mas assim... Numa alegria aqui em Goiânia, no começo. Todo mundo se conhecia, era muito bom. Eu me lembro que nas festas de reveillon [SIC] a gente ia de mesa em mesa cumprimentando as pessoas quando era meia-noite. E todo mundo se cumprimentava porque todo mundo se conhecia. Era muito bom. E a gente voltava para casa sem medo de assalto, sem medo de nada. Que hoje a gente não pode fazer nada. (Santana et al, 2007, p. 185-186).

Antes de me casar, até brinquei muito no Jóquei, no carnaval. Estava o Pedro Ludovico, aquela coisa toda, até brinquei com o Pedro ali. A gente conhecia todo mundo, sabe? Você podia ficar bem à vontade, você conhecia todo mundo. Hoje eu não conheço mais ninguém. Antigamente era gostoso, a gente saía cumprimentando todo mundo, a gente conhecia as festinhas no Jóquei, era o único lugar de festa que tinha era o Jóquei. (Santana et al, 2007, p. 186).

Conforme Santana, Bonett e Macêdo (2007), o Jóquei Clube de Goiás era o espaço mais famoso para o carnaval goianiense e também para a festa de fim de ano nas três primeiras décadas de Goiânia. Os moradores pioneiros descreveram festas de “réveillon”, carnavais e bailes. Também era o local em que a elite organizava alguns eventos sociais de caridade. Por exemplo, Gerciana Borges Teixeira, esposa do interventor Pedro Ludovico, organizara uma campanha social no Jóquei Clube em 1941. O réveillon também era como a moradora pioneira Moema de Castro e Silva Oliva lembrava-se do clube “Festas de fim de ano eram no Jóquei” (Santana et al, 2007, p. 187). A moradora pioneira também descreveu uma ocasião em que o pai de uma amiga filmara o carnaval na cidade. “Meninos e meninas no Jóquei, a coisa mais bonitinha. E nós lá, 8 anos, 9 anos, no carnaval do Jóquei! É uma coisa interessante, porque reproduz o Jóquei como ele era” (Santana et al, 2007, p. 185). Esses eventos também apareciam no *Jornal de Notícias* (GO), como foi o caso da Noite Beneficente e as apresentações da pianista Belkiss Spenzieri no Jóquei Clube.



Esse evento apareceu em várias edições do jornal, incluindo um anúncio na capa da edição 00181, de 4 de agosto de 1957.

Nesse jornal, o clube apareceu principalmente na coluna “Gente bem”, do colunista Cirano de Bergerac<sup>117</sup>, que usava o apelido “O aristocrático” para se referir ao clube. Entre os principais eventos divulgados nessa coluna, havia apresentações musicais, os bailes de caridade, concursos de miss, apresentações de moças para a sociedade, manhãs e “jantares-dançantes”, além, é claro, dos carnavais e anos novos. O clube também realizava eventos em parceria com outras entidades, como a Festa dos Namorados com o Grêmio Carlos Gomes, eventos beneficentes com o Clube Social Feminino e a Organização das Voluntárias.

Assim como ocorreu com a *Noite Beneficente*, o Jóquei Clube também publicou anúncios no *Jornal de Notícias* (GO) para divulgar os detalhes do baile de carnaval. Em 31 de janeiro de 1958, o clube anunciou o início dos ensaios para a festa e o preço das mesas individuais: entre Cr\$1.500,00 e Cr\$2.000,00. Também aproveitou para informar que exigiria carteiras de identificação para a entrada no clube. Esse mesmo aviso estava nas edições 00231, 00232, 00233 e 00234.

Na Biblioteca Nacional há mais de uma centena de edições do *Jornal de Notícias* (GO) com menção ao Jóquei Clube. Entre essas, havia poucas menções às atividades esportivas ocorridas no clube. Na edição 00240, o jornal divulgou uma convocação para uma reunião da equipe de basquete do Jóquei Clube de Goiás, pelo Diretor Geral de Esportes, Dr. Aladio Teixeira, e por João Jardim Peclat, Diretor do Departamento de Basquetebol, para o planejamento do ano de 1958. Nessa reunião, Giovane Peclat teria salientado que seria “exigida

<sup>117</sup> Pseudônimo de Jovecy Fleury de Amorim.

rigorosa disciplina dos atletas. Disse que irá fazer um corte dos elementos inscritos no quadro de atletas do Jóquei, elementos êstes [SIC] que não aparecem nos treinos e não levam a sério os seus compromissos” (Jornal De Notícias (GO), 1958, edição 00241, p. 6). Já entre as referências ao Jóquei Clube presentes no trabalho de Santana, Bonett e Macêdo (2007), que realizaram entrevistas junto aos moradores pioneiros da capital, há uma única menção a uma atividade esportiva no local, no depoimento de Marilda de Godoi Carvalho, que considerava o Jóquei como um espaço de lazer:

Quando fundaram o Automóvel Club, que depois trocou para Jóquei, foi também uma maravilha! Eu mesma, em solteira, jogava basquete lá. A filha do Pedro, a Lívia, era uma pessoa muito modesta, ela... participava dos bandos. Nesse tempo, a gente já morava numa casa na Rua 7. Nós íamos em bando de noite jogar basquete lá. Todas já terminando o Curso Normal, já tendo outras atividades. E também... meu marido mesmo quando chegou aqui jogava tênis lá. (Santana, Bonett, Macêdo, 2007, p. 186).

Retomando o *Jornal de Notícias* (GO), embora elogiasse os eventos do clube, para os quais costumava ser convidado, o colunista Cirano de Bergerac também criticou “o preço exorbitante” do clube social. “O Jóquei Clube de Goiás, apesar de toda a renda, só promove para seus associados, as seguintes festas: Carnaval (mesa com preço exorbitante), Festa Junina e o “Reveillon”.” (Bergerac, 1958, edição 00284, p. 2). Na edição 00413, de 30 de janeiro de 1959, o colunista informava o aumento da mensalidade dos sócios contribuintes para Cr\$ 200,00. Já as mesas para o réveillon custariam Cr\$ 1.000,00 em 1959 (Bergerac, 1959, edição 00651, p. 3). Ainda sobre o Jóquei na década de 1950, o jornalista Lourival Batista Pereira rememorou que já nessa década o “Clube mais frequentado era a Associação Bancária de Goiânia. O Jóquei Clube de Goiás passava por uma fase de baixo astral, mal funcionava. Os jovens preferiam a Associação Bancária de Goiânia” (Goiânia, 1985, p. 257). O morador pioneiro Francisco Ludovico de Almeida, que fora presidente do clube na década de 1950, ofereceu um relato semelhante. Em 1943, o “ponto de encontro” dos médicos de Goiânia seria o Jóquei Clube, porém posteriormente:

Nessa fase pioneira de nossa medicina que se organizava, a base social de Goiânia, continuava sendo o Jóquei Clube de Goiás, mas a boate do Lago das Rosas representava uma boa alternativa para os prolongamentos da noite. [...] Depois daquela fase inicial, onde era possível fixar pontos de convergência social e mesmo de encontros, o desenvolvimento da cidade foi de tal intensidade que todos nós nos diluímos e apenas em alguns fatos ligados à atividade profissional podemos nos situar. (Goiânia, 1985, p. 238 e 239).

Por fim, tanto *O Popular* como o *Jornal Opção* mencionaram a doação de uma área de 22 mil metros quadrados do governo estadual para o Jóquei Clube de Goiás. Esses eventos também apareceram no *Jornal de Notícias* (GO). Francisco Ludovico de Almeida era justamente o então presidente do clube. A capa do dia destacava a realização de um almoço tradicional nas dependências do Jóquei Clube de Goiás. Na ocasião, o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, e o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno assinaram a doação das terras para o clube.

A reunião contou com a presença do Governador do Estado, sr. José Ludovico de Almeida [SIC], autoridades, secretariado de estado, representantes da imprensa e senhoras da sociedade. Na ocasião procedeu a assinatura pelo senhor Governador e o engenheiro Abe'ardo Coimbra Bueno [SIC] do terreno doado pelo Estado ao Jóquei Clube de Goiás bem assim como da parte pertencente a firma Coimbra Bueno. (*Jornal de Notícias* (GO), 1957, edição 00127, p.1)

O engenheiro Abelardo Coimbra Bueno ressaltou “a significação da doação à mais velha entidade social de Goiânia” (*Jornal de Notícias* (GO), 1957, edição 00127, p. 1). Essa notícia também apontava que o presidente do Jóquei Clube de Goiás, Francisco Ludovico de Almeida, era filho do governador José Ludovico de Almeida. Por sua vez, o governador era sobrinho de Pedro Ludovico Teixeira, que fora interventor em Goiás na Era Vargas e, posteriormente, fora eleito governador do mesmo estado. Este artigo parte do pressuposto de que haveria uma relação entre este grupo político e o Jóquei Clube de Goiás antes mesmo da construção desse clube social. Por exemplo, o depoimento do morador pioneiro Acary de Passos Oliveira sugeriu que Pedro Ludovico doara a área para a construção do Jóquei Clube de Goiás:

Para possibilitar as reuniões em família, foi fundado o Automóvel Clube, atual Jóquei Clube. Dr. Pedro doou a área, dr. Carlos de Freitas, que era o primeiro presidente, tinha uma cerâmica e ele trazia o material de construção, dirigindo ele mesmo o caminhão, e eu, deputado Oscar Campos, Irani Ferreira, engenheiro Oscar Niedemayer e outros, descarregávamos o caminhão, e assim fizemos o automóvel clube. Quando havia festas as nossas esposas é que iam para cozinha. (Teles, 1986, p. 14).

Isso também apareceu no depoimento de outro morador pioneiro, Paulo Fleury da Silva e Sousa, que participou da construção do Jóquei Clube. O morador pioneiro afirmou que Pedro Ludovico teria acompanhado de perto a construção do clube. “Pedro Ludovico olhava a construção de Goiânia sob todos os aspectos, haja vista o seu entusiasmo na construção do Automóvel Clube, [...] Jóquei Clube de Goiás” (Teles, 1986, p. 116). No livro *Sete décadas de*

*Goiânia*, o jornalista Hélio Rocha defende que Pedro Ludovico teria pedido donativos para a criação do Jóquei para o governo federal.

Por que razão o Automóvel Clube tornou-se Jóquei Clube? A explicação exige um recuo até a origem do clube. Os estatutos haviam sido aprovados no dia 29 de agosto de 1935, antes, pois, da mudança definitiva da capital, pelos primeiros associados (cada ação custou o valor de um conto de réis), cujo procurador legal era Licardino de Oliveira Ney. Os sócios-pioneiros do Automóvel Clube outorgaram a Pedro Ludovico a condição de presidente de honra da primeira diretoria. Numa viagem ao Rio, na qual foi recebido pelo ministro da Fazenda, o gaúcho Oswaldo Aranha, Ludovico pediu também uma ajuda para o clube, mas quanto a isto não teve resposta imediata. Algumas semanas depois, o ministro lhe comunica que o governo federal poderia ajudar, sim, mas desde que o clube investisse em hipismo, pois havia verba disponível para apoiar projetos de criação de cavalos de raça e de corrida. Mudou-se a denominação e, como Jóquei Clube, a ajuda federal foi viabilizada. No governo Coimbra Bueno (1947-1950), o clube recebeu do Estado duas doações: a antiga piscina de sua primeira sede social, na Avenida Anhanguera, e o terreno do Hipódromo da Lagoinha. (Rocha, 2003, p. 80).

Portanto, o Jóquei Clube de Goiás possuía uma ligação intrínseca com o grupo político de Pedro Ludovico Teixeira. Ao longo das décadas, também recebera doações, em dinheiro e terras, dos governos nacional e estadual, apesar da crescente dívida de IPTU com a Prefeitura de Goiânia desde pelo menos a década de 1950 (Azevedo, 2023). Essa informação não esteve presente nas representações desse acontecimento pelo *O Popular* (2017) e pelo *Jornal Opção* (2018). Por fim, o clube era um importante local de lazer para a elite de Goiânia, sendo o primeiro clube social e esportivo da jovem capital goiana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação do Jóquei Clube de Goiás com o espaço urbano de Goiânia nas primeiras três décadas era complexa. O clube apareceu frequentemente nas memórias dos moradores pioneiros e em um jornal da década de 1950. Entretanto, não era qualquer morador da capital de Goiás que entrava no clube. A sua mensalidade e os seus famosos réveillons e carnavais custavam um valor “exorbitante” até mesmo para o colunista que cobria com elogios as festas do clube. Afinal, as representações posteriores do *O Popular* e do *Jornal Opção* enfatizaram que o público do Jóquei Clube nesta época era a elite goianiense. Embora tal fato possa ter mudado a partir da década de 1970, já com a sua segunda social.

A primeira sede social possuía uma ligação profunda com o grupo político de Pedro Ludovico Teixeira. Na mesma medida, o clube abrigava concursos de *Miss Brotinho* e



apresentava “moças” para a sociedade. Qual sociedade? Certamente a elite vinculada a esse grupo político, com uma delimitação de quem poderia entrar no clube. O basquete, que viria a se destacar internacionalmente com a segunda sede, já era o esporte mais presente nas notícias esportivas sobre o Jóquei Clube na década de 1950. Contudo, raramente eram essas que apareciam no *Jornal de Notícias* (GO) ou nas memórias dos moradores pioneiros. Mais frequentes eram as menções aos eventos sociais realizados nas dependências.

Dessa maneira, na busca por compreender a relação do Jóquei Clube de Goiás com o espaço urbano goianiense, para então poder conectá-la com a história e a memória da cidade, o primeiro passo é considerá-lo mais como um clube social do que como um clube esportivo na sua primeira sede, ou seja, nas primeiras décadas da capital. Além disso, compreender o lugar da primeira sede do Jóquei Clube de Goiás na história de Goiânia é essencial para a percepção dos vestígios do passado que ainda hoje contribuem para a aura entorno do clube, que levaram os jornais atuais a considerá-lo um possível patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Vandr . Sede do J quei Clube está   venda. **O Popular Online**, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/sede-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A1-%C3%A0-venda-1.1406071>. Acesso em 19 de dez. 2021.

ABREU, Vandr . Proposta para o J quei Clube em Goiânia é utilizar área ao lado da sede para gerar renda. **O Popular Online**, 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/proposta-para-o-j%C3%B3quei-clube-em-goi%C3%A2nia-%C3%A9-utilizar-%C3%A1rea-ao-lado-da-sede-para-gerar-renda-1.1865873>. Acesso em 19 de dez. 2021.

ARAÚJO, Márcia. **Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?** Disserta o (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, Programa de Pesquisa e Pós-Gradua o em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

ARRAIS, Cristiano Alencar; ARRAIS, Tadeu Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **O século XX em Goiás: o advento da moderniza o**. Goiânia: C none Editorial, 2016.

AZEVEDO, Natane Rincon. **A representa o do movimento para salvar o J quei Clube de Goiás pela imprensa goiana**. Disserta o (Mestrado em História). Faculdade de História (FH), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A inven o do cotidiano: Artes de fazer**. 3 ed. Editora Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representa es**. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. **Memória cultural: ensaios da história de um povo**. Goiânia: Gráfica Ipiranga, 1985.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicurl, 2016.

**JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)**. Biblioteca Nacional Digital. disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 19 de jan. 2022.

JORDANO, Lucas. **Parecer para solicitação de tombamento do edifício sede do Jôquei Clube de Goiás**. Goiânia, 2017.

LIMA FILHO, Manuel F. **Múltiplos olhares sobre Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

LIMA FILHO, Manuel F. **Trilhas patrimoniais de Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

SAMPAIO, Nathan. Eleição da diretoria do Jôquei Clube coloca em questão o futuro do local. **Jornal Opção**, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/eleicao-da-diretoria-do-joquei-clube-coloca-em-questao-o-futuro-do-local-155629/>. Acesso em 19 de jan. 2021.

SANTANA, Francis; BONETT, Maria Cristina; MACÊDO, Maurides. **Pioneiros: compondo o passado**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SILVA, Ciro Augusto de O. **Primeiros traços e formas urbanos de Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SILVA, Sônia M. Os historiadores e os “fazedores de história”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. **OP SIS**, Catalão (GO), vol.7, n.9, p.187-198, jul./dez. 2007.

TELES, José Mendonça (org.). **Memórias goianienses**. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986. Edições do Jornal de Notícias (GO) disponíveis na Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em 5 jan. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **As notícias**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Florianópolis: Insular, 2016.

# HISTÓRIA E MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL MANOEL AYRES – RIO VERDE GO

*NÍVEA OLIVEIRA COUTO DE JESUS<sup>118</sup>*

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos sobre as instituições escolares se constituem em fontes essenciais para a produção de pesquisas, que permitem responder perguntas sobre o processo de ensino, a cultura escolar, e conseqüentemente a História da Educação (Furtado, 2011). Segundo a autora pode-se encontrar no contexto dessas instituições diversas fontes de informação, como por exemplo: fotografias da escola, jornais da época, legislação, documentos pertencentes à escola, entre outras fontes, e mais recentemente produzir e explorar fontes a partir da metodologia da História Oral. Portanto, as diversas fontes e possibilidades permitem:

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores) organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (Buffa, 2005, p. 27).

A importância de se pesquisar instituições escolares se justifica pelo fato de haver um universo amplo e diferenciado de instituições educacionais e estas pertencerem a redes de escolas públicas e privadas, e se distribuírem em diferentes níveis e modalidades de ensino; cada uma tem uma origem muito peculiar, os motivos pelos quais elas passam a existir são os mais diferenciados, a origem de cada instituição quando decifrada oferecem várias surpresas. (Sanfelice, 2006).

O público de uma instituição escolar traz para dentro dela [...] certa cultura e um conjunto de valores que podem estar muito próximos ou muito distantes da cultura escolar oficial. Isto faz com que os desafios pedagógicos de cada instituição sejam únicos, o que interfere profundamente no projeto pedagógico de cada unidade escolar. (Sanfelice, 2006, p. 23).

---

<sup>118</sup> Doutoranda em Educação pela PUC GOIÁS. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Considerando o ambiente da instituição escolar, tanto no que se refere aos arquivos documentais, como as memórias das pessoas que constituíram sua história como um lugar rico de possibilidades, surge a ideia de narrar a história e memória do Colégio Estadual Manoel Ayres.

### COMO TUDO COMEÇOU...

O Colégio Estadual Manoel Ayres foi inaugurado no dia 06 de abril de 1968 com o nome de Grupo Escolar Manoel Ayres. Contava com 04 salas de aula, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 sala para professores e 01 sala para coordenação, iniciou seu funcionamento com 350 alunos. Sua Lei de criação é nº 9970 de 14/01/68, e seu nome é em homenagem ao ilustre Senhor Manoel Ayres Silva Primo. A imagem abaixo corresponde a placa de inauguração da escola, na época Grupo Escolar Manoel Ayres. O governador era Otávio Lage de Siqueira e o prefeito municipal Eurico Veloso do Carmo.

Foto1 Placa de inauguração da escola.



Fonte: Arquivos da autora. 2023.

A implantação dos grupos escolares no Brasil foi um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização das massas. E a escola primária foi um instrumento de divulgação dos valores republicanos.

Em Goiás, a legislação em vigor até 1918 ainda estava regulada nas leis do final do século XIX e a realidade da instrução primária era descrita como precária, deficitária, inexistente, um mito. Conforme ALVES (2007), até o momento – 1918 a instrução primária em Goiás não sofrera grandes alterações, no que tange à expansão da rede escolar e ao atendimento às crianças, a formação dos professores, ou mesmo nos aspectos metodológicos e de organização das escolas primárias do estado.

Manoel Ayres Silva Primo nasceu em 26 de dezembro de 1880, na cidade de Carolina, no Estado do Maranhão, filho de Simplício Alves da Silva e Ana de Oliveira e Silva, ambos de tradicionais famílias da região. Fez seus estudos na mesma cidade, músico em sua mocidade, tocava vários instrumentos tendo predileção pelo Pistom.

Após muitas viagens pelos Estados do Norte, fixou residência em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, onde exerceu várias funções públicas, dentre elas a de Juiz e posteriormente a de Intendente. Foi chefe político, grande comerciante, exportador de borracha, pelas resinas.

Casou-se em 1910, com Miryan Moreira Ayres na cidade de Conceição do Araguaia. Com a queda do preço da borracha, perdeu os seus haveres e mudou-se para Couto Magalhães, onde exerceu a função de farmacêutico.

Em 1919, mudou-se para Cassununga, Estado de Mato Grosso, onde também foi político de renome. Transferiu-se para Goiás em 1925, vindo residir-se em Montividiu, município de Rio Verde. Sempre foi político e altamente caridoso. Foi em tudo, um exemplo de honestidade e distinção.

Mudou-se para Rio Verde em setembro de 1937, onde faleceu em 31 de outubro de 1967. Teve seis filhos: Agenor Ayres da Silva, Antenor Ayres da Silva, Jandira Alves Moreira Cruvinel, Simplício Ayres Moreira, Antônio Moreira Ayres e Adilson Ayres Moreira.

O Colégio Estadual Manoel está localizado a Rua Nivaldo Ribeiro, nº 458 no Bairro Jardim América, na cidade de Rio Verde. Devido ao espaço insuficiente para atender a clientela, teve sua ampliação em 1983 e passou a ter a seguinte estrutura informática, almoxarifado, 02 banheiros (1 feminino e 1 masculino), 01 pátio coberto, sendo de construção de alvenaria. De acordo a ex-diretora Ana Nunes Lopes em entrevista, na sua gestão foi construído o segundo pavilhão, pois enfrentou inúmeros desafios quanto ao espaço físico para atender a demanda de alunos. Neste período o governador do Estado de Goiás era Iris Rezende.

Na época não foi fácil quando eu assumi, porque peguei a escola com salas que tinham 90 alunos matriculados, outras com 80, 70 e eu não sabia o que fazer. Tive que buscar junto a Secretaria da Educação uma alternativa para estar atendendo a demanda. Entramos com o turno intermediário que não foi fácil, muito complicado, você sabe. Mas daí corri atrás da Secretaria da Educação e solicitei a ampliação da escola, a construção do outro pavilhão. Graças a Deus fui atendida prontamente, até porque na época eu tinha um irmão que era superintendente da Secretaria da Educação do Estado e ele me ajudou muito junto ao governador e ao secretário. (Entrevista, Ana Nunes Lopes. 2023)

Em 2019 foram construídas duas salas de aula, sala dos professores e contina. Em 2022 a quadra de esportes foi reconstruída com cobertura. Atualmente, conta com 10 salas de aulas, oferecendo o Ensino Médio no turno matutino e o Ensino Fundamental (Anos Finais) no turno vespertino. A escola recebe orientações pedagógicas e técnico administrativas da SEDUC - Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Ao longo de seus 55 anos o Colégio Estadual Manoel Ayres teve dez diretores escolares, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 Relação dos diretores escolares desde a fundação aos dias atuais.

| <b>Nome</b>                         | <b>Início</b> | <b>Término</b> |
|-------------------------------------|---------------|----------------|
| Nusa Machado                        | 1968          | 1982           |
| Ana Nunes Lopes                     | 1982          | 1986           |
| Aneide Pereira da Silva             | 1991          | 1996           |
| Liamar Ferreira de Castro           | 1997          | 1998           |
| Fátima Almeida Baraúna              | 1999          | 2000           |
| Liamar Ferreira de Castro           | 2001          | 2005           |
| Cleunides Vieira e Souza            | 2005          | 2007           |
| Dalva Abadia Andrade Ferreira       | 2007          | 2009           |
| Elândia de Melo Ferreira de Almeida | 2009          | 2015           |
| Huainer Vieira Beirigo              | 2015          | 2023           |

Quadro construído pela autora. 2023.

O quadro 1 apresenta a relação nominal e cronológica dos diretores que atuaram no Colégio Estadual Manoel Ayres desde a fundação até o momento atual apresentando o período em que estiveram na direção.

O cargo de diretor escolar foi por indicação política até o ano de 2000. A partir daí, após várias reivindicações e movimentos do SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás passou a ocorrer de forma democrática tendo a participação da comunidade escolar. No decorrer dos anos as regras foram sofrendo alterações e no atual governo do Estado de Goiás os diretores foram reconduzidos, ou seja, tiveram seus mandatos prorrogados. As eleições para diretores escolares estão previstas para o dia 18 de abril de 2023.

O quadro 2 exibe a imagem de todos os diretores escolares do Colégio Estadual Manoel Ayres e seus respectivos nomes. Segundo MIGNOT (2001), as fotografias contam histórias, revelam o ambiente, falam sobre as pessoas. Funcionam como artifícios para fixar a memória, evitar o esquecimento, garantir um lugar na posteridade. Emolduram o tempo. Organizam experiências. Acusam a passagem vertiginosa da vida.

A galeria de fotos dos diretores escolares desde a fundação aos dias atuais é uma forma de resgatar a memória de importantes personagens que colaboraram e participaram da

construção da História da instituição escolar. A foto 2 Nusa Machado foi obtida no arquivo escolar da EMEF Nusa Machado. A foto 3 Ana Nunes Lopes, foto 6 Fátima Almeida Baraúna e foto 9 Elândia de Melo Ferreira de Almeida foram adquiridas por meio do contato via WhatsApp com as respectivas pessoas. A foto 4 Aneide Pereira da Silva, foto 8 Dalva Abadia Andrade Ferreira e foto 10 Huainer Vieira Beirigo foram encontradas nos arquivos da instituição escolar pesquisada. A foto 5 Liamar Ferreira de Castro foi conseguida por meio da própria pessoa que a levou até a pesquisadora. A foto 7 Cleunides Vieira e Souza foi adquirida por intermédio da de uma aluna que é neta da ex-diretora.

Quadro2 Galeria de fotos dos diretores escolares desde a fundação aos dias atuais.

| <b>Galeria de fotos</b>   |   |   |
|---|---|---|
|   |   |   |
| Foto 2 Nusa Machado   | Foto 3 Ana Nunes Lopes  | Foto 4 Aneide Pereira da Silva  |
|  |  |  |
| Foto 5 Liamar Ferreira de Castro  | Foto 6 Fátima Almeida Baraúna   | Foto 7 Cleunides Vieira e Souza   |
|  |  |  |
| Foto 8 Dalva Abadia Andrade Ferreira  | Foto 9 Elândia de Melo Ferreira de Almeida  | Foto 10 Huainer Vieira Beirigo  |

Quadro construído pela autora. 2023.

## A ESCOLA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL

As instituições escolares são espaços repletos de memória. Por meio de vestígios em sua documentação e das narrativas dos sujeitos que vivenciaram determinado período é possível refletir sobre o ensino e o modo de pensar e agir de uma época. Esta perspectiva possibilita entender o espaço escolar como um lugar de memória, colaborando para a criação de identidade e laços de afetividade.

A metodologia da História Oral busca registrar a memória viva, significa esboçar pontos importantes que de outra forma ficam à margem da história oficial ou das evidências objetivas dos historiadores. As fontes orais correspondem a fatos não registrados por outros tipos de documentos. Na atualidade, a documentação oral é largamente empregada no Brasil por aqueles que trabalham a História do Tempo Presente, porém, pressupõe o desafio de estudar a Memória e suas relações com a História.

Os desafios apontados não desmerecem ou desqualificam as potencialidades informativas e interpretativas do trabalho com História Oral. Como indica Delgado (2006, p. 20), o fato de a história oral possibilitar o registro da narrativa e dos sentimentos do homem comum – que pode, em decorrência, reconhecer-se como sujeito integrante do movimento da História – é por si mesmo um estímulo inquestionável, que tende a mobilizar pesquisadores.

Quando eu era criança e chegava para a aula, a diretora ficava de pé, ela tinha uma mania de abaixando e levando a cabeça (*gestos com a cabeça*), e a gente morria de medo dela. Me lembro de estar sentada na segunda sala caladinha. Nós chegávamos, sentávamo-nos na cadeira e ficávamos caladinhos. Porque ninguém podia conversar com outro colega nem trocar informação. A gente ficava sentado esperando o professor passar o que era para ser feito. O recreio era sala por sala. A gente saía na fila e a professora chamava a fila das meninas e a fila dos meninos. Quando a gente ia ao banheiro, a professora ficava esperando. Íamos no banheiro, tomávamos água e depois voltávamos para fila e em seguida para a sala de aula. Na época não tinha lanche, era muito tradicional. (Entrevista, Maria De Fátima de Souza Godoi. 2023)

As narrativas da ex-aluna e atual coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Manoel Ayres, a professora Maria de Fátima de Souza Godoi, refletem o ensino tradicional de um período em que o aluno era apenas receptor e a aprendizagem era mecânica e sem significado. A depoente teve seu ensino primário, hoje Anos iniciais do ensino Fundamental, de forma tradicional marcado por lembranças um tanto quanto negativas, conforme o depoimento abaixo.



Eu fui aluna do CE Manoel Ayres e me sinto orgulha de ter sido aluna dessa unidade escolar. Minhas lembranças aqui de anos anteriores é era uma escola bem tradicional. Na época a diretora era a Nusa Machado. Os professores não tinham muitos recursos, usavam apenas o giz e apropria fala. O ensino era por memorização e eu como aluna não me sentia bem na escola [...]. Me lembro que tinha uma cartilha. Cartilha Suave. A professora chamava o aluno sem explicar nada. Chamava e mandava ler a cartilha (risos). O aluno que não conseguia, ela ficava muito brava. Lembro que a gente não tinha a cartilha, mas eu ficava com tanto medo. Uma vez decorei um texto para quando a professora chamasse eu desse conta de ler e ela não ficasse tão brava comigo. Era tudo decorado para aprender. (Entrevista, Maria de Fátima de Souza Godoi. 2023)

No campo da história, os trabalhos de Maurice Halbwachs (1990) contribuem para compreender a relação existente entre a sociedade e a memória pessoal. O autor considera que a memória aparentemente mais particular nos conduz indefectivelmente a um grupo social humano. Ou seja, a lembrança do indivíduo está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto dessas relações que se constroem as lembranças. O rememorar como ato individual só é possível na urdidura das memórias dos diferentes grupos com a qual o sujeito se relaciona. Portanto, a memória do sujeito fica impregnada das memórias dos seres humanos que o rodeiam, mesmo que não se tenha consciência da presença deles. Como afirma (Hobsbawm, 1998, p. 22),

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade de que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humano é situar-se em relação a seu passado (ou da comunidade) ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

A história Oral até pouco tempo tinha pouca força no meio acadêmico em relação aos documentos escritos. Contudo, devido as dificuldades de preservação e organização dos arquivos percebeu-se que a memória poderia ser uma fonte rica para suprir eventuais carências por fontes, bem como complementar um rol de fontes para dar amplitude aos estudos referentes a História e Memória. Conforme Febvre, a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se os não houver

(Febvre, 1989, p. 95). Assim, por meio de relatos escritos alicerçado nas narrativas orais é possível a reconstrução e interpretação do passado.

Neste sentido, a história oral foi de fundamental importância para rememorar a história e memória do Colégio Estadual Manoel Ayres, sendo a fonte primária que possibilitou o alcance das informações que não foram encontradas no arquivo escolar.

Meihy (1994, p. 52) esclarece que a História Oral como metodologia apareceu após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, após o surgimento de tecnologia eletrônica que possibilitou criar e difundir gravadores de áudio portáteis. Dito de outro modo, o uso da História Oral como método de pesquisa se tornou possível em meados da década de 1960, com a possibilidade de gravar a fala e reproduzir a gravação na medida da necessidade. Poder ouvir e reouvir, com a possibilidade de pausar, retroceder ou avançar a gravação criou condições para que o relato gravado pudesse ser posto no papel em forma de escrita e ser lido como tal, ou seja, ser lido como documento.

Segundo Ferreira e Amado (2006), num estudo que adote a História Oral, esta tem de ser o centro, não complemento. Neste sentido, a História Oral possibilita escrever a história daqueles e daquilo que supostamente não têm passado por falta de documentos e que, logo, seriam excluídos da escrita da história.

Conforme Alberti (2004), a História Oral pode ser empregada em disciplinas diversas que se valem da entrevista com participantes selecionados para desenvolver uma pesquisa sistemática ou com testemunhas de dado acontecimento ou dada situação (a testemunha ocular). Assim, na condição de metodologia, a História Oral permite abordar o objeto estudado pelo ponto de vista da produção, no presente, de um documento escrito que vale como fonte.

Convém dizer, à luz de Alberti (2004, p. 19), que o produto da História Oral não se pretende como verdade absoluta, antes, pretende-se como possibilidade de verdade. A história produzida com base em tal metodologia seria uma variante do passado, uma história possível, plausível, verossímil. Como sintetiza Alberti, não mais o passado tal como efetivamente ocorreu, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado.

A história oral parte da reflexão teórico-metodológica à prática do trabalho de campo, da entrevista e transcrição do arquivamento e conservação. O uso da História Oral, bem como das narrativas que dela se originam, estimulam a escrita de uma História que não é uma representação exata do que ocorreu, mas colabora em compreender a forma como o passado chega até o presente. O que o historiador escreve não é aquilo que se passou expressamente e, sim, uma produção discursiva.

Atendendo os pressupostos da História Oral foi enviado o termo de cessão autorizando a divulgação das entrevistas realizadas para compor o texto. A entrevista realizada com a ex-diretora Ana Nunes Lopes foi realizada de forma virtual e gravada. Já entrevista com ex-aluna e coordenadora pedagógica Maria de Fátima de Souza Godoi foi realizada pessoalmente gravada em vídeo.

A história oral, enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico, reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, bem como suas particularidades devem ser conhecidas e respeitadas.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As narrativas apontam uma série de elementos que compõem o cotidiano escolar, como normas, as travessuras, os medos, os sonhos realizados ou não, as frustrações, as decepções, as mágoas, entre tantos outros sentimentos que muitas vezes não podem ser descritos com palavras, mas são perceptíveis em olhares, gestos, tons de fala propiciados pela metodologia da História Oral. Portanto os estudos da memória são, assim como os documentos escritos, fontes essenciais para se conhecer a história das instituições escolares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na primeira república**. Belo Horizonte, 208p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FURTADO, A. C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2 n. 2, n. 2, p. 145-159, 2011. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v2i2p145-159. Acesso em: 31 mar. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1998.

MIGNOT, Ana Crystina Venâncio. Eternizando a imagem pioneira. In ALVES, N. & SGARBI, P. (orgs). **Espaços e imagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANFELICE, J.L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M.I.M. [et.al.] (orgs.) **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007. (coleção memória da educação). p. 75-94.

### **Fontes Orais**

GODOI. Maria de Fátima de Souza. **Entrevista** concedida dia 24/03/2023. Ex-aluna e atualmente coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Manoel Ayres.

LOPES. Ana Nunes. **Entrevista** concedida no dia 04/04/023. Ex-diretora do Colégio Estadual Manoel Ayres.

# **“QUE EU NÃO PERCA A FÉ, A ESPERANÇA E O AMOR POR DEUS E PELA VIDA”: UMA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ORAÇÃO ENVIADOS AO SANTUÁRIO BASÍLICA DO DIVINO PAI ETERNO DE TRINDADE, GOIÁS, BRASIL NA INTERFACE ENTRE MEMÓRIA, ORALIDADE E CATOLICISMO POPULAR**

*PAULO AFONSO TAVARES<sup>119</sup>*

## **INTRODUÇÃO**

A religião ou religiosidade popular é frequentemente vista como a religião das classes subalternas, uma religião tradicional e folclórica, praticada pelo homem médio que não possui uma formação teológica especializada. Para essas classes populares, os gestos rituais, atos de culto, peregrinações, festas, relatos e celebrações são práticas consideradas próprias e distintas da religiosidade católica oficial ou de outras classes sociais. Essas práticas são marcadas por uma linguagem, gestos concretos, intensidade emocional e participativa que refletem a tradição e a cultura popular dessas classes. A religiosidade popular é uma forma de expressão da fé que se diferencia da religiosidade oficial, mas que também pode coexistir com esta, promovendo uma influência mútua (Coelho, 2017).

O catolicismo popular é uma forma de religiosidade que se desenvolveu a partir da cultura e das tradições populares. É marcado pela transmissão oral de ensinamentos, histórias, lendas e crenças, que são passados de geração em geração. A tradição oral é uma das características mais marcantes do catolicismo popular, uma vez que muitas dessas crenças e práticas não estão presentes nos livros sagrados da religião católica, mas são transmitidas oralmente devido à falta de acesso à educação formal e às limitações de recursos materiais. A tradição oral é uma forma de preservar e transmitir a cultura popular, e é uma maneira importante de as comunidades manterem vivas suas identidades e tradições. Além disso, a tradição oral permite a adaptação e a flexibilidade das práticas

---

<sup>119</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Ciências da Religião e mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (PUC Goiás) e Filosofia (Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG). E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com.

religiosas, permitindo que se ajustem às necessidades e realidades locais.

Uma expressão significativa dessa religiosidade popular no Brasil é a devoção ao Divino Pai Eterno. A cidade de Trindade, localizada no estado de Goiás, é um importante centro de peregrinação para milhares de fiéis que visitam anualmente o Santuário Basílica do Divino Pai Eterno. A imagem do Pai Eterno é vista como um protetor e um consolador divino, capaz de conceder graças e milagres. A devoção ao Divino Pai Eterno é um exemplo de como a religiosidade popular se funde com a fé católica, criando uma prática religiosa única e significativa para muitos brasileiros.

Nesse contexto, buscando estabelecer inter-relações entre memória, oralidade e catolicismo popular, este artigo de cunho qualitativo (Creswell, 2013) objetiva analisar alguns pedidos de oração enviados por fiéis afiliados à Associação dos Filhos do Pai Eterno (AFIPE), a qual colabora no apostolado missionário do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, em Trindade, Goiás, Brasil, na difusão da devoção ao Divino Pai Eterno nos veículos de comunicação. Quando se fala em memória como a capacidade de armazenar informações, está-se referindo a um conjunto de funções mentais que permitem ao ser humano acessar e revisitar impressões e dados do passado ou que são interpretados como passados (Le Goff, 1990). Para Assmann (2006), a memória tem duas bases: uma neural e outra social. Ela é um fenômeno que ocorre no contexto social e, por essa razão, não é limitada a um aprofundamento no nosso interior. Ela possui uma estrutura que é determinada socialmente e conecta-nos ao mundo do grupo e da sociedade. Apenas nos sonhos essa estrutura é afrouxada, mas mesmo assim, pode ser influenciada pela relação com o grupo.

A memória é um elemento fundamental para a construção da História, uma vez que se confunde com o registro documental, com a preservação de monumentos e com a tradição oral. Quando historiadores passaram a considerar a memória como objeto de estudo da História, a principal área que a trabalhou foi a História Oral. Nesse campo, muitos pesquisadores têm-se preocupado em entender as formas como a memória age e como ela influencia a compreensão do passado e do presente. No entanto, a memória não é apenas individual, mas também coletiva, composta por lembranças que pertencem a uma comunidade ou grupo. O estudo da memória coletiva começou a ser desenvolvido através da investigação oral, e apresenta características específicas, como a tendência a se concentrar em lembranças do cotidiano do grupo, em vez de acontecimentos históricos importantes. A memória coletiva também costuma idealizar o passado, simplificando a noção de tempo e se baseando em imagens e paisagens. O esquecimento, tanto

voluntário quanto involuntário, é outro aspecto importante da memória coletiva, que está em constante reelaboração dos fatos (Silva; Silva, 2009).

Dentro desse contexto, a religião pode ter um papel significativo na formação e preservação da memória de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Ela é portadora de um campo vasto de experiências e de mnemotécnicas, tendo destaque no cultivo da memória episódica, voltada para as experiências vividas, e da memória semântica, que se manifesta no processo da aprendizagem. Para Assmann (2006), a religião é uma experiência singular capaz de reunir e dar diferentes tons próprios aos dois tipos de memória. Muitas religiões têm rituais e práticas que são projetados para ajudar as pessoas a lembrar-se de eventos importantes ou histórias sagradas. Por exemplo, o cristianismo tem a prática da eucaristia, em que o pão e o vinho são consumidos em memória da última ceia de Jesus. O judaísmo tem o *Sêder de Pessach*, em que a história da libertação dos judeus da escravidão no Egito é recontada e celebrada. Além disso, a maioria das religiões tem escrituras sagradas que contêm histórias e ensinamentos importantes. Essas escrituras são frequentemente estudadas e memorizadas por membros da religião, o que ajuda a garantir que essas histórias e ensinamentos sejam passados de geração em geração. Por fim, há muitas práticas de adoração que são projetadas para ajudar as pessoas a se conectarem com o sagrado e a lembrar de suas crenças e valores. Por exemplo, a oração diária pode ajudar as pessoas a manter suas crenças em mente e a reforçar sua conexão com o divino. Assim, a religião pode ajudar a manter a memória coletiva viva e a preservar histórias e tradições importantes ao longo do tempo.

Nesse sentido, é possível analisar os pedidos de oração enviados à AFIPE como documentos que revelam aspectos importantes da memória, crenças, valores e experiências pessoais dos fiéis, materializando o imaginário que está no campo da oralidade. Tendo isso em vista, neste trabalho, serão analisados 30 pedidos de oração, na interface entre memória, oralidade e religião popular. A partir dessa perspectiva, os pedidos de oração serão considerados uma materialização do imaginário católico coletivo que está no campo da oralidade. Embora esses pedidos sejam feitos por escrito, eles refletem a tradição oral de solicitar a intervenção divina para resolver problemas pessoais e comunitários, prática comum em muitas comunidades católicas. Consoante Assmann (2004), a escrita é principalmente um meio de armazenamento de dados, uma forma de registro que ajuda a preservar a memória de uma sociedade. Ele introduz o termo “cultura-baseada-na-memória” (*Erinnerungskult*) para referir-se ao conjunto de

circunstâncias que permitem que a escrita mantenha sua legibilidade a longo prazo e que dão à situação de comunicação sua elasticidade. O autor enfatiza que a escrita não é um meio de comunicação em si, mas um sistema de notação que serve à memória e só funciona em conjunto com uma cultura que valoriza e preserva a memória. Ele argumenta que essa cultura é essencial para garantir a legibilidade duradoura dos textos e permite que as pessoas “habitem” os textos, ou seja, que usem a escrita como um meio de comunicação em uma comunidade humana.

Assim, os pedidos de oração podem ser vistos como uma forma de preservar a memória coletiva da comunidade que envia os pedidos, refletindo as necessidades e preocupações daqueles que os enviam e atuando como uma expressão da fé e da devoção ao Divino Pai Eterno. Em nossa análise, serão considerados aspectos como a linguagem utilizada, as imagens e símbolos presentes, as formas de expressão da fé e as histórias pessoais contadas pelos fiéis. Ao analisar esses pedidos de oração, será possível compreender como a religiosidade é vivenciada e expressa pelos fiéis, além de identificar temas e preocupações que são comuns a diferentes pessoas e que se relacionam com aspectos sociais, culturais e históricos mais amplos.

Saliente-se que os pedidos de oração que serão analisados neste trabalho não foram selecionados por nós, senão pela diretoria da AFIPE que, gentilmente, nos deu acesso ao material de análise contendo 30 pedidos de oração enviados por devotos afiliados à Associação. É importante destacar também que, para preservar a identidade dos devotos, foram omitidos os seus nomes e as cidades de origem. Na análise, serão utilizadas apenas as iniciais dos nomes, o sexo e o estado de origem dos fiéis, de forma a garantir a confidencialidade das informações. Essa decisão de preservar a identidade dos fiéis se justifica pela sensibilidade do tema e pelo respeito à privacidade das pessoas envolvidas. A análise dos pedidos de oração será focada nos aspectos linguísticos, simbólicos e narrativos dos pedidos, e não na identificação dos fiéis que os deixaram.

## **DEVOÇÃO AO DIVINO PAI ETERNO EM TRINDADE (GO)**

Existem três versões sobre o início da devoção ao Divino Pai Eterno, que deu origem ao município de Trindade. A primeira e mais conhecida versão relata que um casal de agricultores, Constantino Xavier e Ana Rosa, encontrou um medalhão de barro com a imagem da Santíssima Trindade. Na segunda versão, menos divulgada, conta-se que o mesmo casal trouxe o medalhão de Minas Gerais, chegando em Goiás por volta de 1830. Na terceira e última versão, Constantino, ao querer construir uma capela, perguntou a um sacerdote qual era o santo mais forte, e a resposta foi



que era a Santíssima Trindade, a figura representada no medalhão e na imagem de madeira de Veiga Valle, que simboliza Deus (Pai Eterno), Deus Filho (Jesus Cristo) e Deus Espírito Santo coroando a Virgem Maria (Santos, 1978).

Segundo Tavares (2018), não há certeza sobre qual das três versões é a verdadeira, mas é sabido que a devoção começou com a reza do terço aos sábados na casa do casal de agricultores. Com o tempo, mais e mais fiéis começaram a se dirigir para a região onde o medalhão foi encontrado, com inúmeros deslocamentos de carros de boi vindos do interior do estado, transportando os sertanejos rumo à casa do casal aos sábados, o que já marcava a tradição rural nos primeiros anos da Romaria do Divino Pai Eterno (Maia, 2004; Maia; Coelho, 2006).

Com o rápido crescimento do movimento religioso, o casal de agricultores percebeu que não seria possível acomodar todos os fiéis em sua casa. Como solução, eles construíram um rancho que abrigava o local onde o medalhão havia sido encontrado e, em 1843, foi realizada a primeira celebração oficial. Essa celebração incluiu missas e procissões, bem como a presença de comerciantes que arrecadavam fundos para a construção de uma capela onde o medalhão seria exposto. Desde o início, práticas sagradas e profanas (religiosas e comerciais) se misturaram ao longo da história. Os deslocamentos dos carros de boi, a música interiorana e a chegada dos fiéis de joelhos também estiveram presentes na primeira edição da festa (Maia, 2004; Maia; Coelho, 2006).

De acordo com Arrais, Oliveira e Arrais (2016), a administração da Romaria do Divino Pai Eterno foi inicialmente conduzida pelos leigos da Irmandade do Divino Pai Eterno até 1894. No entanto, após assumir o bispado de Goiás em 1891, Dom Eduardo Duarte e Silva decidiu tomar o controle da Romaria e seus recursos financeiros, o que gerou conflitos com o chefe político local. Essa mudança resultou na transferência da Romaria de Trindade para Campinas por alguns anos (1899-1902). Posteriormente, o bispo conseguiu que os padres alemães da Congregação dos Redentoristas assumissem o controle da Romaria a partir de 1894. Com o tempo, os redentoristas ganharam a admiração do povo e se tornaram uma das principais referências do catolicismo em Goiás.

O catolicismo popular de Trindade é marcado por uma relação de proximidade e intimidade dos devotos com o Divino Pai Eterno, a quem recorrem em busca de ajuda para si mesmos e para a comunidade. Os romeiros formam uma comunidade solidária, que se fortalece na presença do ser divino e encontra forças para enfrentar as dificuldades da vida com dignidade. Essa devoção é abraçada por pessoas de diferentes classes sociais, incluindo os mais humildes e necessitados, bem como os mais abastados. O catolicismo popular em Trindade é, portanto, caracterizado pela (Silva, 2005). Assim, o catolicismo popular da cidade de Trindade caracteriza-se por ser

- a) [...] uma religião humanista voltada para o homem, em oposição à autoridade, voltada para Deus.
- b) [...] uma religião Messiânica, que visa bens materiais, em oposição à Religião Salvífica que visa bens eternos.
- c) [...] um catolicismo Rural com formas elementares de culto e contaminado por elementos estranhos ao cristianismo, em oposição ao Catolicismo Puro ou Eclesial.
- d) [...] um Catolicismo Popular, de constelação devocional e protetora, em oposição ao Catolicismo Oficial de constelação sacramental e evangélica essenciais.
- e) [...] um Catolicismo de religiosidade vertical, em oposição ao Catolicismo de religiosidade horizontal que é Eclesiástico e Oficial.
- f) [...] um Catolicismo em que predomina o providencialismo, nas classes incultas, e o ritualismo, nas classes mais cultas, em oposição ao Catolicismo dinâmico da Igreja Conciliar.
- g) [...] um Catolicismo em que a Prática e a mentalidade religiosa não se afinam com as correspondentes do Catolicismo Eclesiástico. (SANTOS, 1978, p. 207-208)

A partir de 1843, com o fortalecimento da fé dos fiéis, foram construídas capelas cada vez maiores até que, em 1912, sob iniciativa do Missionário Redentorista Pe. Anton Georg Hechenblaickner, mais conhecido como Pe. Antão Jorge, inaugurou-se o primeiro Santuário do Divino Pai Eterno, que é hoje conhecido como Santuário Velho ou Santuário Matriz, e é a sede da Paróquia do Divino Pai Eterno. Em 1943, durante o centenário da Romaria, D. Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás à época, lançou a pedra fundamental do atual Santuário, mas a obra ainda não havia saído dos alicerces em 1955, apesar de todos os esforços. Em 1957, com a criação e instalação da Arquidiocese de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos propôs um projeto para a construção, que começou a ser utilizada em 1974 para realização de novenas e da Festa do Divino Pai Eterno. Em 1994, o templo foi reformado com ajuda dos romeiros e devotos, fortalecendo a Romaria e o reconhecimento da Casa do Pai. Em 4 de abril de 2006, o então Papa Bento XVI concedeu o título de Basílica Menor ao Santuário, atendendo a um pedido do arcebispo de Goiânia, D. Washington Cruz CP (Tavares, 2016).

Em 18 de novembro do mesmo ano, a Sacrossanta Basílica foi instalada, tornando-se a única basílica do mundo dedicada ao Divino Pai Eterno. No ano de 2012, quando o Santuário completou 100 anos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou-o como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No ano seguinte, em 2013, o Santuário recebeu outro tombamento, desta vez como Patrimônio Cultural Material do Brasil. Em 2011, deu-se início ao processo de construção da Nova e Definitiva Casa do Pai, com o objetivo de melhor acolher os devotos. As obras começaram no ano seguinte, em 2012 e, até o presente momento, a construção segue em andamento, sendo financiada pelos próprios fiéis (Tavares, 2016).

Os fiéis contribuem financeiramente de diversas maneiras para a construção da Nova e

Definitiva Casa do Pai, incluindo o pagamento de um boleto bancário enviado pelos Correios, que não tem um valor específico e pode ser pago com qualquer quantia. Além do boleto, os fiéis recebem uma carta religiosa, com diferentes mensagens e testemunhos de outros devotos. Há também uma seção destinada à escrita de pedidos de oração com o nome dos fiéis, permitindo que eles enviem suas intenções ao Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, onde orações serão feitas por eles e por sua família. Uma ficha de cadastro também está disponível para que novos “devotos evangelizadores” possam se cadastrar ou para que os cadastros dos fiéis sejam atualizados. Os pedidos de oração e a ficha de cadastro podem ser enviados pelos Correios.

## ANÁLISES E DISCUSSÕES

Nas palavras de Magalhães (2014),

Lembrar significa sempre trazer à tona, dar destaque a coisas, pensamentos, acontecimentos, preservar práticas e verdades, mas também negar, esconder, deixar rastros, tomar decisões excludentes, selecionar. Daí que os fatores constitutivos da memória se tornam decisivos no processo de socialização, sendo esta não somente uma base da memória, mas uma função da própria memória. Se temos memória semântica é porque pertencemos a socializações específicas, estas são possíveis porque a própria memória as exige e as fabrica. (p. 8)

Embora nesse trecho o autor não mencione explicitamente a religião, podemos relacioná-la a ela de várias maneiras. Em primeiro lugar, a religião é frequentemente uma parte importante da socialização de uma pessoa. Por meio da religião, muitas pessoas aprendem valores, crenças e práticas que são passadas de geração em geração. A memória é crucial para essa transmissão intergeracional, pois permite que as pessoas lembrem-se das práticas e ensinamentos que receberam. Além disso, a religião, muitas vezes, tem uma forte tradição de lembrança e preservação do passado. Os rituais e celebrações religiosas também são muitas vezes projetados para lembrar e celebrar eventos importantes do passado.

No entanto, a lembrança e a preservação da memória também podem ter um lado obscuro na religião. Por exemplo, algumas tradições religiosas podem negar ou esconder certas verdades ou fatos históricos que não se encaixam em suas crenças ou narrativas. A seleção e a exclusão de certos elementos da memória podem ser usadas para sustentar certas visões de mundo ou para justificar certas práticas religiosas. Portanto, pode-se dizer que a relação entre a memória e a religião é complexa e multifacetada. A memória pode ser uma ferramenta poderosa para a transmissão e

preservação da tradição religiosa, mas também pode ser usada para apoiar agendas excludentes ou para encobrir verdades inconvenientes.

Nesse sentido, os pedidos de oração dos fiéis afiliados à AFIPE podem revelar várias informações sobre a cultura, a memória e as práticas sociais dessa comunidade. Eles refletem suas preocupações e necessidades específicas, como problemas de saúde, desemprego, problemas familiares, entre outros. Isso pode dar uma ideia de quais são as questões que mais afetam os membros da comunidade católica em questão. Eles também revelam a importância que os devotos do Divino Pai Eterno atribuem à sua intercessão, mostrando a relevância dessa figura na vida espiritual das pessoas. Além disso, os pedidos de oração podem ser vistos como uma expressão da fé e da esperança, mostrando que, apesar das dificuldades e desafios, a comunidade continua acreditando na força da oração e na intercessão divina. Isso pode ser uma fonte de conforto e inspiração para seus membros, especialmente em momentos de crise ou sofrimento.

Após a análise e processamento dos 30 pedidos de oração da AFIPE, pôde-se observar que a maioria deles foi enviada por fiéis do sexo feminino (25 pedidos) e que os principais temas presentes são saúde e família:

Peço que Deus me dê **saúde** para trabalhar, calma, paciência, humildade, coragem, que Ele esteja sempre comigo, me protegendo, (inelegível), me guiando, que Deus me dê forças para não desistir, esperança, coragem. Que eu não perca a fé, a esperança e o amor por Deus e pela vida. (M., sexo feminino, Minas Gerais)

Divino Pai Eterno, eu vos peço vossas bênçãos [sic] para mim e minha **família**. Peço perdão de todos meus pecados, peço vossa [ilegível], peço **saúde** para mim e toda minha **família**. Agradeço por tudo. Obrigado. P. (P., sexo masculino, Minas Gerais)

Quero pedir bênçãos [sic] na minha vida e para minha **família**. Que todos nós rezamos pelo Brasil e aquele que precise de ajuda e de oração, [ilegível] quero falar que estou muito feliz e ansiosa para volta do Padre Robson. Quero agradecer todas as bênçãos [sic] na minha vida e que Deus abençoe vocês, pois vocês levam fé e esperança a cada **família**. (J., sexo feminino, Bahia)

Peço bênção sobre minha **irmã** A. que está acamada, preciso forças para cuidar dela, tenho problemas também de **saúde**, preciso mais **saúde** para cuidar dela. Peço para meus **filhos** R., R., R., **saúde**, paz, amor em Deus. Amém. (M., sexo feminino, Espírito Santo)

Peço oração pela minha **saúde** e pela **saúde** do meu **marido** A. e que nessas orações estou pedindo pelo meu **filho** R. para que seja curado do vício da bebida alcoólica. Peço também orações para minha **filha** R. que seja curada de uma dor na costa [sic], peço pela minha **filha** B. que vai resolver uma causa na justiça, que de [sic] tudo certo e tudo em paz. E pela **saúde** de todos da minha **família**. (M., sexo feminino, Paraná)

Eu peso [sic] a bença [sic] a paz, saúde para toda minha **família**, meus **filhos** e meus **netos** e **bisnetos**, que o Divino Pai Eterno nos ajuda com **saúde** e peso [sic] para os pobri [sic] e **doenti** [sic] os que não tem ondi [sic] morar vivi nas ruas sofrendo. Eu peso [sic] para Deus apiedai [sic] nosso Brasil e livrai nos [sic] de todos perigo [sic] afastai todas as **doensas** [sic] que entritese [sic] nos amém”. (H., sexo feminino, São Paulo)

Alguns pedidos também pedem bênçãos e orações pelo Brasil, pela paz no mundo, pela cura das doenças emergentes, pela vida profissional, pela educação, etc:

Divino Pai Eterno abençoe nosso país **Brasil. Paz p/ o mundo**. Minha conversão e de toda minha família. Obrigado por todas as graças recebidas. São muitas. Obrigada. Obrigada. Obrigada. (C., sexo feminino, Minas Gerais)

Queria pedir pela saúde da minha família. Pela recuperação da minha visão. Pela **paz no mundo** e pela **cura de todas as doenças que aparecem no mundo**. (L., sexo masculino, São Paulo)

Peço saúde e proteção para minha família. Peço **prosperidade nos estudos e trabalhos** para meus filhos e netos. Peço a benção de Deus sobre todos os familiares. (D., sexo feminino, Santa Catarina)

Esses pedidos demonstram a profunda devoção dos fiéis ao Divino Pai Eterno e expressam o desejo de proteção, cura e bem-estar, revelando a importância da família e da comunidade na vida dos devotos. Os pedidos também mostram um forte sentimento de gratidão, com muitos devotos agradecendo por bênçãos recebidas. Eles refletem igualmente o imaginário da comunidade quanto à imagem de um Deus amoroso e protetor que ouve suas orações e concede seus pedidos. As solicitações também demonstram a forte relação dos devotos com a AFIPE, que lhes oferece um espaço para expressar sua fé e devoção. As demandas muitas vezes também incluem palavras como paz, perdão e conversão, o que indica uma busca por paz interior e espiritualidade: muitos fiéis pedem perdão por seus pecados. Eles frequentemente se referem a Deus como Divino Pai Eterno, expressando sua confiança em sua proteção e orientação e pedindo força, esperança e coragem para enfrentar as dificuldades da vida.

Os pedidos são escritos de forma simples e direta, sem muitos detalhes ou elaborações, indicando que a intenção principal é transmitir suas necessidades e desejos para o Divino Pai Eterno. Outrossim, são patentes as várias marcas da oralidade, como: (a) abreviações e contrações de palavras (“pra” por “para”); (b) mistura de formas pronominais (uso de “vós” e formas correlatas ao lado de formas verbais correspondentes a “você”); (c) supressão de letras e acentos (“bençãos” por “bênçãos”, “bença” por “bênção”); (d) erros de ortografia e de concordância (“entristese” por “entristece”, “ajuda” por “ajude”, “peso” por “peço”, “abençoa” por “abençoe”, “rezamos” por “rezemos”, “pobri” por “pobre”, “doenti” por “doente”, “ondi” por “onde”, “vivi” por “vivem”, etc); (e) frases curtas e simplificadas, sem muita elaboração ou subordinação (“Paz p/ o mundo” por “Desejo paz para o mundo”, “Pela paz no mundo” por “Quero pedir orações pela paz no mundo”, “Minha conversão e de toda minha família” por “Peço minha conversão e de toda a minha família”):

Eu **peso** [sic] a **bença** [sic] a paz, saúde para toda minha família, meus filhos e meus netos e bisnetos, que o Divino Pai Eterno nos **ajuda** com saúde e **peso** [sic] para os **pobri** [sic] e **doenti** [sic] os que não tem **ondi** [sic] morar **vivi** nas ruas sofrendo. Eu **peso** [sic] para Deus apiedai [sic] nosso Brasil e livrai nos [sic] de todos perigo [sic] afastai todas as **doensas** [sic] que **entristese** [sic] nos amém”. (H., sexo feminino, São Paulo)

“Divino Pai Eterno abençoe nosso país Brasil. **Paz p/ o mundo. Minha conversão e de toda minha família.** Obrigado por todas as graças recebidas. São muitas. Obrigada. Obrigada. Obrigada” (C., sexo feminino, Minas Gerais)

Divino Pai Eterno peço a **vossa bênção** para mim, e toda minha família, meus filhos, meus netos, genro, noras. Peço que **dê** a todos saúde e paz, que **protejei** [sic] livrando de todo mal e fortalecendo, e fortificando todos, neste ano que começa. Divino Pai Eterno **tenha** piedade de nós, **dê** saúde, inteligência e sabedoria a todos amém e prosperidade. Amém. (M., sexo feminino, Minas Gerais)

Em termos de imagens e símbolos, os devotos amiúde fazem referência ao Divino Pai Eterno ou a Deus, mas também mencionam outras figuras divinas e religiosas, como o Papa, o Padre Pelágio, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Eles também citam o purgatório e pedem orações pelas almas que ali se encontram:

Peço oração por todas as famílias, pelo **Papa**, por bispos e padres. Peço paz e saúde a todas as pessoas. (C., sexo feminino, Rio Grande do Sul)

Aqui coloco as minhas intenções e meus pedidos. Eu peço a graça que Deus permaneça cada vez mais comigo. E eu nele e em toda a minha família. Que nunca me deixe errar o caminho da salvação. E peço também pela minha saúde. E peço a Deus que os pais de família que lutem para a educação de seus filhos. E agradeço

a Deus, e o **Padre Pelágio**, pelas graças alcançadas. E por todas almas do **purgatório**. (M., sexo feminino, Santa Catarina)

Peço que rezem por mim e minha família. Que o **Divino Pai Eterno** nos abençoe e a **mãe do Perpétuo Socorro**. Amém. (A., sexo feminino, São Paulo)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, no geral, os pedidos de oração para a AFIPE refletem uma forte fé e uma busca por paz, proteção e orientação divina. Eles também mostram uma preocupação com a saúde e o bem-estar de suas famílias e com a situação do Brasil e do mundo em geral. Os pedidos de agradecimento por graças recebidas e a solicitação de perdão por pecados cometidos indicam a memória como uma ferramenta importante para a prática religiosa. Os pedidos de saúde e bem-estar para a família também podem estar relacionados com a memória afetiva das relações familiares, reforçando a importância dos vínculos afetivos e de lembranças de momentos especiais em conjunto. De igual maneira, as solicitações pelo mundo, pela paz e pela cura de doenças demonstram a memória coletiva e histórica presente nas crenças religiosas, com o desejo de um mundo melhor e a rememoração de questões sociais importantes.

Embora tenha sido analisado um corpus relativamente pequeno de textos, o fato de 25 dos 30 pedidos de oração serem de fiéis do sexo feminino, enquanto apenas 5 são de devotos do sexo masculino, pode indicar que mulheres tendem a se envolver mais com a religião e a oração do que os homens. Também pode sugerir que elas são mais propensas a buscar conforto e apoio na religião e na oração, principalmente em momentos de necessidade, como quando elas ou seus entes queridos estão enfrentando problemas de saúde ou familiares. Isso pode ser devido aos papéis e expectativas tradicionais colocados nas mulheres sobre a priorização do cuidado com suas famílias e a manutenção de relacionamentos. Além disso, isso pode refletir a influência de fatores culturais e sociais que podem encorajar as mulheres a recorrer à religião e à oração como fonte de empoderamento e agência em determinadas situações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliézer; ARRAIS, Tadeu. **O século XX em Goiás: o advento da Modernização**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

ASSMANN, Jan. **Religion and cultural memory**. Redwood City: Stanford University Press, 2006.

COELHO, Miguel Alexandre Batista. **Religiosidade popular: tradições, práticas e mitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Teologia), Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22995/1/0.%20Disser%20ta%20C3%A7%C3%A3o%20final.%20Miguel%20Coelho%20%5B2057503%5D.pdf>. Acesso em 3 fev. 2023.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Antonio Carlos de Melo. Religião e Memória Cultural: Reflexões sobre a obra de Jan Assmann. **Observatório da Religião**, [s. l.], v. 1, n. 1, jan./jun. 2014. p. 6-13. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/Religiao/article/download/292/256>. Acesso em 26 mar. 2023.

MAIA, Carlos Eduardo S. *Vox Populi Dei!* A romanização e as reformas das “Festas de Santo” (Implicações nas práticas espaciais das Festas do Divino Espírito Santo e do Divino Pai Eterno de Goiás). **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. 2004. p. 89-106. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/7871/5694>. Acesso em 24 mar. 2023.

MAIA, Carlos Eduardo S.; COELHO, Tito Oliveira. Tradições da roça na Festa do Divino Pai Eterno em Trindade (GO): COMÉRCIO PERIÓDICO E ROMARIA DE CARROS DE BOIS. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 3, 2006. p. 103-122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/artic%20le/view/90/89>. Acesso em 24 mar. 2023.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Trindade de Goiás – uma cidade santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia 1978. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20886-teses-e-dissertacoes-1978>. Acesso em 24 mar. 2023.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Memória. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de termos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 275- 279.

TAVARES, Paulo Afonso. **O Divino Pai Eterno na sociedade em visa de mediação: A RECONFIGURAÇÃO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DO Santuário Basílica de Trindade PELO DISPOSITIVO MIDIÁTICO TELEVISIVO**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3634/2/PAULO%20AFONSO%20TAVARES.pdf>. Acesso em 24 mar. 2023.

TAVARES, Paulo Afonso. Romanização da romaria do Divino Pai Eterno de Trindade: contribuições e implicações para um debate historiográfico. In: SEMANA DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA, 7., 2018, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: IFG, 2018. p. 1-16. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Paulo-Afonso-Tavares.pdf>. Acesso em 24 mar. 2023.



# MEMÓRIA DOS PRACINHAS DE ANÁPOLIS E CORUMBÁ DE GOIÁS: O DEBATE ENTRE FONTES DIRETAS E INDIRETAS E SEU SENTIDO NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA

RAFAEL OLIVEIRA FARIA<sup>120</sup>

O presente trabalho tem o intuito de analisar os diferentes usos simbólicos da memória sobre os pracinhas que têm seus nomes registrados no monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás. Será problematizado a relevância da memória como uma representação social fundamentada ao longo do tempo que representa a imagem dos soldados brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Através dessa temática, há de usar como metodologia a utilização das fontes diretas, comparando-as com as fontes indiretas, e o sentido da entrevista em relação a ambas; e como estas três se situam na equação da memória e da História. O objetivo geral consiste na reflexão de como as fontes orais relacionadas com as fontes oficiais (escritas por instituições de Estado) podem contribuir para a compreensão da ação dos pracinhas goianos na II Guerra Mundial; e em relação aos objetivos específicos, terão como destaque mostrar a diferença de memória e História, e a ligação dessas duas áreas que podem trazer uma reflexão não somente limitada a história militar oficial. A hipótese será mostrar o sentido social que essa análise proporciona no ensino e na ação do historiador ao usar as entrevistas com pessoas que indiretamente estão relacionadas ao fato histórico, e consequentemente inserindo a contribuição da consciência popular no emaranhado de fontes para a pesquisa.

A história oficial trabalhada pelos aparelhos institucionais das forças armadas brasileiras mostram uma narrativa caracterizada pelas fontes diretas ( registros de Estado e de natureza militar) trazendo a ideia dos soldados brasileiros como heróis de guerra. Nesse sentido, será comparado com as fontes indiretas na compreensão do fato histórico através da contribuição de relatos sobre o trauma e heroísmos de guerra, no qual se trata de registros de memória dos parentes dos pracinhas que foram para o *front*. Analisando o clivo desses documentos, poderá ser mostrado a relevância dos registros da memória (algo subjetivo) no ônus da historiografia, objetivamente fundamentada.

**Palavras chave:** pracinhas, memória, heroísmo, trauma;

## INTRODUÇÃO

*Aquela criatura minúscula, cabelos negros volumosos e anelados, rosto perdido num infinito de contradições, seguia falante e viva, abraçada ao seu inseparável fuzil.*

Solemar Oliveira, Literatura Portátil: Mini-Histórias, 2021: p. 21

---

<sup>120</sup> Mestre no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás e licenciado em História na Universidade Estadual de Goiás.

Na Segunda Guerra Mundial, uma das maiores guerras da história, o Brasil foi um país que participou nos palcos do conflito na luta contra as tropas nazistas. Na memória dos pracinhas (soldados brasileiros que lutaram na guerra), uns dos registros que se conservam de modo concreto – isto é, através de uma edificação – são os monumentos: a cidade de Anápolis, no estado de Goiás, ostenta o Monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás. Esse memorial destaca o símbolo da luta dos soldados dessas duas cidades pelo Brasil em um conflito a milhares de quilômetros do sertão goiano. No entanto, essa edificação é uma das fontes do estudo do fato histórico.

Como a história desses pracinhas é mostrada no nosso contexto social e cultural? A instituição das Forças Armadas Brasileiras caracteriza o heroísmo dos bravos soldados brasileiros na luta contra o fascismo. Mas como foi a experiência desses homens no conflito efervescendo no continente europeu? Há a imagem socialmente e historicamente construída do que concerne a guerra, no qual muitas instituições dominantes destacam uma visão heroica, porém a experiência dos soldados que atuaram no *front* é bem mais complexa que isso. A problemática do atual trabalho é fazer uma comparação dos registros históricos oficiais (os destacados pelo exército brasileiro sobre o fato) e a memória dos pracinhas anapolinos e corumbaenses que tiveram sua vida marcada pela violência da guerra. No qual, através de uma hipótese, estes sofreram uma experiência traumática que deixou marcas profundas.



Figura 1: Foto do monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás – GO. FARIA, Rafael O. A participação dos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás na II Guerra Mundial entre a memória heroica e a memória traumática [manuscrito] : entre a memória heroica e a memória traumática /Rafael Oliveira Faria. - 2022.

A base da atual pesquisa é o monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás, em que é uma das principais fontes para pensar o fato. O monumento se situa no centro da cidade de Anápolis – GO, e representa um lugar de memória, isto é, a conservação de um acontecimento marcante concretizada materialmente para evitar o esquecimento. Neste memorial está situado o nome dos soldados brasileiros dessas duas cidades que lutaram no *front*. Segundo Pierre Nora, os

Lugares portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (Nora, 1993, p.22)

O simbolismo do lugar de memória está justamente na concepção de materializar o ideal – ostentar um passado importante para a comunidade – para que as futuras gerações tenham conhecimento do acontecido de modo bastante prático: através de uma edificação pública em um centro urbano. Nesse quesito, há a diferenciação das fontes diretas e indiretas na pesquisa historiográfica: as fontes diretas são aquelas que conservam o fato ao criar registros oficiais e concretos, como por exemplo (na atual pesquisa) um monumento ou a documentação dos feitos dos pracinhas nos anais do exército brasileiro; e as indiretas, que seriam fontes orais e entrevistas com os familiares e amigos desses homens que trazem a luz uma memória mais particular. As fontes indiretas abarcam um emaranhado de registros que vão além dos oficiais.

Um pouco como as boas regras da crítica histórica de antigamente, que distinguiam sabiamente as “fontes diretas”, isto é, aquelas que uma sociedade voluntariamente produziu para serem reproduzidas como tal – uma lei, uma obra de arte, por exemplo - e a massa indefinida de “fontes indiretas”, isto é todos os testemunhos deixados por uma época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. (Nora, 1993: p. 22)

Para ter uma interpretação mais heterodoxa do fato, tanto as fontes diretas quanto indiretas serão analisadas para obter uma melhor síntese do fato histórico na dialética do heroísmo e trauma de guerra.

É mister conceituar nessa introdução sobre o que é a História comparada com a memória. Longe de serem o mesmo, ambas carregam características bem diferentes: enquanto uma representa a problematização (científica) dos fatos passados, a outra se trata de uma imagem volátil e líquida de um passado recente ou distante – subjetivada pelo locutor que a carrega.

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (Nora, 1993, p. 9)

Nesse sentido, na pesquisa intelectualizada da História, há como a memória ser utilizada como uma fonte para pensar e analisar certo fato do passado, porém é fundamental que o historiador atente ao fato de que registros de memória podem ter diferentes sentidos vindos dos locutores que a conservam sobre um mesmo acontecimento. Para isso, é de suma relevância fazer uma comparação das fontes. Nesse atual trabalho serão analisadas diferentes interpretações sobre alguns pracinhas de Anápolis e Corumbá que lutaram pelo Brasil no *front* – tanto escritos desses sobre a experiência quanto relatos de seus parentes - que destacam tanto a visão heroica como a traumática.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma interpretação oficial das forças armadas brasileiras criou a imagem do herói nacional que lutava pela liberdade da Europa contra os nazistas na Segunda Grande Guerra. Isto é, ostentar que o Brasil teve um papel importante na maior guerra da história da humanidade. De acordo com os registros do Exército, o Brasil rendeu a 148ª divisão de infantaria do exército alemão no *front* italiano – país que foi o palco da Força Excepcionária Brasileira (FEB).

A trajetória da Força Expedicionária Brasileira, durante os combates na Segunda Guerra Mundial, reservou momentos marcantes. Uma dessas

ocasiões ocorreu entre os dias 29 e 30 de abril de 1945, quando a FEB forçou a rendição de quase 20 mil soldados inimigos, a maioria deles da 148ª Divisão de Infantaria do Exército da Alemanha. Essa foi a única unidade alemã a render-se integralmente no Teatro de Operações do Norte da Itália antes do armistício de 2 de maio daquele ano. Um feito memorável dos nossos pracinhas, que cruzaram o Atlântico para lutar contra o nazifascismo e pela liberdade (rendição da 148ª DI à Força Expedicionária Brasileira, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro: braço forte - mão amiga).

Se se trata de um fato que desperta o orgulho nacional e o patriotismo, pode até ser, porém, é uma interpretação que seria superficial limitar-se apenas a ela. As forças armadas brasileiras como instituições dominantes tendem a destacar esse fato para se mostrarem como agentes da liberdade do povo brasileiro, destacando o quão são fortes por terem feito os nazistas abaixarem suas armas em nome da nação. Entretanto, estes relatos escondem o trauma que um homem passa no campo de batalha, encobrendo com essa visão exaltadora. Nesse sentido, as baixas – mortes em combate – são justificadas.

Os mortos em ação são identificados de um modo respeitosos: como heróis, vítimas, mártires, vencedores, pessoas da família, possivelmente também como os derrotados; além disso, como possuidores de honra, fé, glória, lealdade, dever; e, finalmente, como guardiões e protetores da pátria, da humanidade, da justiça, da liberdade, do proletariado ou de uma forma particular de governo. A lista poderia ser ampliada. (Koselleck, 2002, p. 286)

A morte em combate acaba se tornando um mal necessário para o fim de proteger a nação e sua soberania. Os filhos da mãe pátria que lutaram por ela tiveram a maior honra possível se morrerem por ela. O turbilhão de experiências que uma guerra pode trazer a uma pessoa, em um ambiente em que a morte, o terror e o sofrimento são preponderantes, pode marcar a sua vida com cicatrizes não só físicas, mas também psicológicas. Walter Benjamin faz uma análise desse fenômeno nos soldados que voltaram da Primeira Grande Guerra.

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. (Benjamin, 1987, p.198)

O intuito é buscar saber se esse fenômeno narrado por Benjamin ocorreu com os pracinhas anapolinos e corumbaenses ao lidarem com a triste realidade da guerra. E para isso, o contato com a família desses homens é preponderante.

Kropp narra em *Nada de novo no front* “É assim que eles pensam; pensam assim os cem mil Kantoreks! ‘Juventude de ferro.’ Juventude? Não temos mais de vinte anos. Mas quanto a sermos jovens? Quanto a mocidade? Isso já acabou a muito tempo.” (REMARQUE, 2005: p. 15) quando ele e Paul Baumer e outros companheiros de armas analisam a afirmação de seu professor ao animar e influenciar seus alunos a servirem a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. A experiência de um jovem moço obtida na brutalidade da guerra faz com que seja morta essa mocidade pelo excesso de realidade que esses garotos viram que vale mais de 30 anos de vida de um home comum, por isso Kropp ainda conclui “Somos uns velhos”.

No decorrer da pesquisa que deu origem a esse artigo, foi possível ter contato com familiares de alguns pracinhas de Anápolis e Corumbá que atuaram na Segunda Guerra Mundial, dentre eles, será mostrado sobre os relatos de três: Jofre Martins de Oliveira, Wilson Moreira de Andrade e Altino Silvestre Soares. Os dois primeiros anapolinos e o terceiro corumbaenses com seus nomes escritos no Monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás.

O primeiro, Jofre Martins de Oliveira, foi possível ter conhecimento dele através do seu filho, Antônio Martins Sobrinho, cidadão anapolino. Jofre, soldado de identidade 2G-128066, e do 11º regimento. Data de embarque e desembarque dia 22 de setembro de 1944 e regressou no dia 17 de setembro de 1945. (JOFRE Martins. Banco de dados da FEB), foi para o *front* na Itália no período da campanha da FEB. (Data de nascimento e morte desconhecidas).

Os relatos que foram obtidos através de Antônio sobre a experiência de seu pai no campo de batalha são muito curiosos.

Foi, é muito sofrido pra família porque nós convivemos com neuroses de guerra. Quando é... chegou uma certa idade que nós estávamos já crianças, a família e tudo, ele começou a ter convulsão de neurose de guerra, aí vinha porque ele sonha e tudo, lembrando e tudo, e ele participava na linha de frente, trabalhava com morteiro e ele contava muitas histórias né, de amigo dele que foi todo espedaçado, estilhaço pra todo lado do corpo de amigo em tudo né. E ele também bombardeava lá, tudo. Na tomada do Monte Castelo, ele participou né, ele contava muitas histórias pra gente não era pelo... não prolongava muito porque ele não gostava muito, que ele ficava muito agitado quando era pra falar sobre guerra. [...] Tivemos muitas etapas na vida, que tivemos que conviver com a neurose de guerra dele, que ele lembrava e tudo. [...] ele mandava a gente pegar e agachar dentro de casa, esconder que o inimigo estava chegando, e aquilo ali... andou internado várias vezes no sanatório por causa dessas neuroses de guerra né. (Informação verbal) (Sobrinho, 2021)

O soldado Jofre Martins de Oliveira, no período operador de morteiros que atuou nos palcos de Monte Castelo (uma das maiores batalhas travadas entre a FEB e o exército nazista) conta histórias de mutilações no *front* que marcaram o imaginário de sua família. Segundo seu filho Antônio, seu pai sofreu uma espécie de “neurose de guerra” que mesmo após o término do conflito deixou marcas severas em sua vida.

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (Pollak, 1989, p. 8-9)

A compreendida “neurose de guerra” pode ser explicada através dessa afirmação de Pollak: o evento traumático tende a voltar em *flash-backs* como uma ferida aberta que ainda não foi remediada, um portal entre o presente e o passado. Pode-se observar um fenômeno parecido com o observado por Benjamin.

Se trata de uma fonte oral, obtida através da entrevista que destaca uma memória que pode ser usada como documento da História para pensar os pracinhas. Distante da visão exaltadora do exército brasileiro, há um evento traumático obtido por meio de um documento não oficial.

O segundo pracinha, Wilson Moreira de Andrade nasceu em Patos de Minas em 1920 e também foi para os campos de batalha na Itália. Ao regressar, se instalou em Anápolis na reserva do Exército Nacional. Atualmente falecido (data desconhecida). Wilson, após sua aposentadoria se dedicou a literatura, como poeta e compositor. (SOUSA, Salomão. Poesia Goiana. Organização de Salomão Sousa. Wilson Moreira de Andrade Antonio Miranda.). Em uma de suas obras, “Descargas de um Subconsciente”, o pracinha conta suas experiências no *front*.

Quando fui ordenado pelos meus superiores hierárquicos, para acompanhar ( com meu grupo de telefonistas ao Capitão Faria, um dos heróis da F.E.B.) e verificar as perdas sofridas em nossa primeira ofensiva contra os alemães que se achavam na defensiva muito acima de nós no Monte Castelo, constatamos logo que havia mais de quarenta pracinhas mortos, encontrados empilhados no sopé do famigerado morro, a espera das viaturas da Cruz Vermelha que iriam levá-los depois para o cemitério (Campo Santo de Pistóia), onde seriam enterrados.

Era como se fosse um gado sem serventia alguma, por estar mutilado, quebrado e arreventado por minas anti-pessoais, morteiros e granadas dos perigosos guerreiros inimigos, sem possibilidades de recuperação alguma.

Angústia, sensação de perda e muitas lágrimas, tomaram conta de nossos corações, sem meio de serem contidas.

Em compensação, ao regressarmos para o Brasil, no Rio de Janeiro, choramos também de alegria e felicidade, por sermos recebidos como heróis, por aqueles brasileiros que souberam valorizar seus irmãos que foram lutar no exterior, para salvar e guardar a honra ultrajada de nossa Pátria, que é o melhor país do mundo, a Pátria do Evangelho e ainda o Coração e Pulmão do Planeta Terra. (Andrade, 2001, p. 113)

Mais uma vez uma narração da batalha de Monte Castelo, em que as baixas das tropas brasileiras são destacadas. O peso da violência e das perdas é mensurado nesse relato escrito: em que o choro e a tristeza são sentimentos marcantes nessa experiência. Entretanto, em contrapartida, a alegria e a honra em que os pracinhas foram recebidos ao regressarem ao Brasil confortou o coração cicatrizado deles, em que um sentido patriótico é sublimado pelo autor.

Através desse documento, foi relatado quando o heroísmo se encontra com o trauma de guerra: muitos pracinhas que tiveram suas vidas machucadas (físico e psicologicamente) pelo horror do conflito armado buscaram consolo no respeito e valor que um ex-combatente merece por ter dado sua vida pela nação. Não se trata de uma exaltação puramente patriótica, mas sim o sublime do respeito e o terror que essa realidade submeteu esses homens (em qualquer país que atuou no *front*) quando é analisada por um observador. No qual é um erro limitar a uma visão superficial dos símbolos pátrios.

O terceiro pracinha, Altino Silvestre Soares, oriundo de Corumbá de Goiás nasceu na Fazenda Prata em 21 de dezembro de 1919. Altino serviu o quarto regimento de infantaria do Ministério da Guerra no período de 01/11/1941 à 25/10/1944 (Cardoso, Marx S. Altino Silvestre Soares, uma história de vida! Youtube.). Através do historiador corumbaense Ramir Curado, que entrevistou Altino quando ele ainda era vivo - que faleceu em 2016 com seus 100 anos de idade (CURADO, Medium: 2016) – foi possível saber alguns detalhes de sua vida no *front*. Dentre os relatos consta:

Quando eu vi aqueles que foram lá (regressando) faltando um braço. O soldado tomava um tiro no braço eles faziam era amputar o braço e mandavam embora para o Brasil. O navio que ia levar os soldados que iam lutar trazia de volta aqueles escancelados. Muitos morreram lá. Disse o Joaquim de Bastos que muitos morreram de frio. Que teve um soldado que foi ferido na perna e a Cruz Vermelha não foi buscá-los e eles acabaram morrendo de frio. Passou um mês, eles voltaram lá, estava aquele monte de gelo e, dentro dele, o defunto. (Soares apud Curado, p. 7)

Outra realidade que os pracinhas tiveram que enfrentar na guerra era o frio do inverno europeu: pessoas nascidas e criadas no interior de um país tropical não são acostumadas com o inverno do hemisfério norte. Em meio ao violento inimigo, esses soldados também tiveram que



lidar com um clima extremamente diferente daquele em que eles estavam acostumados. Pode-se ver mais uma vez o destaque da visão traumática que esses homens viveram.

## CONCLUSÃO

Enfim, no presente trabalho pôde ser debatido um clivo das fontes (diretas e indiretas) para ter uma melhor compreensão da memória e da história dos pracinhas. Ao mostrar o documento das forças armadas, foi verificada uma interpretação de uma instituição social dominante que visou heroizar e exaltar os grandes feitos dos pracinhas na guerra da Europa. Entretanto, essa visão esconde a violência, o terror e o trauma que esses homens passaram, no qual foi ostentada através de outros documentos: os relatos orais obtidos com Jofre Martins de Oliveira e Altino Silvestre Soares, e escritos de Wilson Moreira de Andrade – tendo como mote da pesquisa o Monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás.

A relevância dessa pesquisa foi mostrada no quão é importante para o historiador não somente se limitar a fontes oficiais (diretas) para fazer a pesquisa de um fato. Nesse sentido, através da comparação das fontes (no qual a memória foi muito relevante na análise) pode-se ter uma compreensão melhor do tema, com isso desenvolvendo uma visão crítica do aluno (pesquisador) em relação às fontes.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wilson M. **Descargas de um Subconsciente**. 1ª EDIÇÃO – 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Mágica e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura/ Volume 1/ 3ª edição**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

CARDOSO, Marx S. Altino Silvestre Soares, uma história de vida! **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHx0Orw5knY>. Acesso no dia 14 de março de 2021. Acesso no dia 14 de março de 2021.

CURADO, Ramir. ALTINO, A MORTE E A VIDA DE UM GRANDE HOMEM. **Medium**: 2016. Pode ser encontrado em: <https://medium.com/@ramircurado/altino-a-morte-e-a-vida-de-um-grande-homem-fec00f412fc5>. Acesso no dia 14 de março de 2021.

FARIA, Rafael O. **Foto do monumento aos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás – GO**. A participação dos pracinhas de Anápolis e Corumbá de Goiás na II Guerra Mundial entre a memória heroica e a memória traumática [manuscrito]: entre a memória heroica e a memória traumática /Rafael Oliveira Faria. - 2022.

JOFRE Martins. **Banco de dados da FEB**. Pode ser encontrado no link: <https://bancodeda.dosfeb.com.br/?soldiers=12039>. Acesso no dia 15 de novembro de 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual History**: Timing History, Spacing Concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002. Tradução da obra pelo autor.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. Tradução por Yara Aun Khoury. São Paulo: Departamento de História, PUC-SP, 1993.

OLIVEIRA, Solemar. **Literatura Portátil**: mini-histórias / Solemar Oliveira; ilustrações Cecília Camimura, - Goiânia, Go: Eureka Comunicações, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REMARQUE, Erich Maria, 1898-1970. **Nada de novo no front** / Erich Maria Remarque; tradução de Helen Rumjanek. — Porto Alegre: L&PM, 2004. 224 p.; 18 cm. — (Coleção L&PM Pocket) Edição digital: 152 p., folha A5

**RENDIÇÃO da 148a Di à Força Expedicionária Brasileira**, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro: braço forte - mão amiga. Publicado em: 29 ABR 2019. Pode ser encontrado em: [http://www.eb.mil.br/exercitobrasileiro?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=%2Fexercitobrasileiro%3Fp\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dmaximized%26p\\_p\\_mode%3Dview%26\\_3\\_struts\\_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26\\_3\\_keywords%3Dextracinchas%26\\_3\\_groupId%3D0&\\_101\\_assetEntryId=9817686&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=8032597&\\_101\\_urlTitle=rendicao-da-148-di-a-forcaexpedicionariabrasilei1&\\_101\\_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercitobrasileiro%3Fp\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dmaximized%26p\\_p\\_mode%3Dview%26\\_3\\_keywords%3Drendi%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bda%2B148%25C2%25AA%2Bdi%26\\_3\\_groupId%3D0%26\\_3\\_struts\\_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true](http://www.eb.mil.br/exercitobrasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2Fexercitobrasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_keywords%3Dextracinchas%26_3_groupId%3D0&_101_assetEntryId=9817686&_101_type=content&_101_groupId=8032597&_101_urlTitle=rendicao-da-148-di-a-forcaexpedicionariabrasilei1&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercitobrasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Drendi%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bda%2B148%25C2%25AA%2Bdi%26_3_groupId%3D0%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true). Acesso no dia 10 de janeiro de 2021.

SOBRINHO, Antônio Martins. **Entrevista**. [ago. 2021]. Entrevistador: Rafael Oliveira Faria. Anápolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (09m5s). A entrevista foi efetuada na Distribuidora e Oficina Elétrica Martins, no qual Antônio Martins Sobrinho é dono.

SOUSA, Salomão. **Poesia Goiana**. Organização de Salomão Sousa. Wilson Moreira de Andrade Antonio Miranda. Pode ser encontrado no link: [http://www.antoniomiranda.com.br/poesia\\_brasis/goias/WILSON%20MOREIRA%20DE%20ANDRADE.html](http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/goias/WILSON%20MOREIRA%20DE%20ANDRADE.html). Acesso no dia 8 de Maio de 2022.

# “RETRATOS DO BENZER”: VALORIZAÇÃO ATRAVÉS DA ORALIDADE

RAÍSSA SANTOS JOSÉ<sup>121</sup>

LUCINETE APARECIDA DE MORAIS<sup>122</sup>

O referido trabalho tem como objetivo de analisar a metodologia aplicada na realização do projeto Retratos do Benzer contemplado pelo Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás. Em busca de benzedeadas e benzedores para a valorização e a sensibilização do ato de benzer que são práticas de longa tradição na sociedade brasileira foram e são usadas como tratamentos alternativos à medicina oficial e derivam de conhecimentos ancestrais que reúnem saberes práticos em relação ao ambiente natural – especialmente as propriedades curativas das plantas e outras derivadas da fauna – com rituais, crenças e valores vivenciados no catolicismo popular assim como em religiões espiritualistas, indígenas e afros, predominante nas regiões interioranas e nas periferias das cidades brasileiras. O projeto Retratos do Benzer objetivou o mapeamento de 20 benzedores em 08 cidades goianas a partir da história oral como metodologia para valorizar tal tradição repassada de geração a geração. Esse primeiro mapeamento resultou num foto-livro “Retratos do Benzer” e num livro de oralidades “Se Benze” que valorizam as benzedeadas e benzedores entrevistados. A continuidade da pesquisa visa um futuro registro desse ofício e prática do benzimento aliado ao estudo do conhecimento das práticas terapêuticas no Estado de Goiás. O projeto tem a intenção de promover um estudo para reconhecimento e ao mesmo tempo gerar ações de salvaguarda importantes para essa manifestação cultural popular que está em processo de desaparecimento, devido a idade dos mestres do benzimento e a falta de políticas públicas voltadas para a valorização desse saber-fazer.

**Palavras-chaves:** Ato de Benzer. História Oral. Mapeamento. Patrimônio Imaterial

***BENZE-d-eira***

*Quando criança fugia para a casa de uma vizinha  
Com quintal grande muitas arvores e plantas  
Pessoas esperavam por sua vez  
para receber o bem dizer  
daquela senhora idosa vestido simples  
lenço na cabeça e semblante tranqüilo*

---

<sup>121</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação: Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina. Especialista em Tutoria em Educação a Distância, Docência no Ensino Superior e Gestão de Projetos Sociais, pela Faculdade Faveni e Faculdade Metropolitana. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Atuei como pesquisadora assistente durante o processo da Pandemia, dos projetos de fomento pelo Fundo de Arte e Cultura /GO.

<sup>122</sup> Doutoranda e mestra em Antropologia Social, especialista em Direitos Sociais do Campo pela Universidade Federal de Goiás e licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás – unidade Cora Coralina. Idealizadora e coordenadora do projeto Retratos do Benzer. Pesquisadora em Visualidades, Patrimônios, Reconhecimentos e Direitos. Atualmente é professora substituta do curso de História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus Araguaína e dedica aos estudos de antropologia visual e o compartilhamento do campo e seus efeitos no doutorado.

*Fui a muitas benzedeadas e benzedores  
 Levei minhas crias para se benzer  
 Cobreiro quebrando mau olhado  
 Arruda alecrim louro manjerição  
 Espada de São Jorge e guiné  
 Para limpeza e proteção*

*Rezas ervas banhos chás  
 Cuidados  
 Também de si  
 Cura quem veio antes  
 E para as de amanhã  
 Caminhar amorosa leve e livre*

Lucinete Aparecida de Moraes, 28 de abril de 2022.

## INTRODUÇÃO

O projeto Retratos do Benzer foi aprovado pelo Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás, no Edital de Fomento as Artes Visuais/2018 com objetivo de mapear inicialmente de 20 benzedeadas e benzedores entre as capitais do Estado. (De Goiás a Goiânia).

Em 2020 inicia-se os campos, mas com a chegada da Pandemia da Covid-19 foi necessário replanejar o mapeamento. O projeto passou por oito cidades – a região metropolitana e interior - Cidade de Goiás, Itauçu, Itaguari, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goianira e Goiânia, e denominados esse campo de Trilha do Benzer.

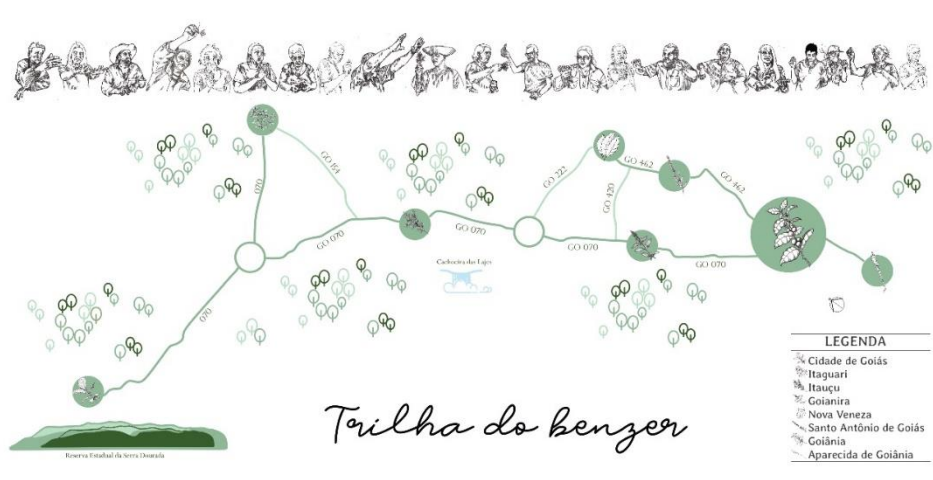


IMAGEM 01: CAMINHO PERCORRIDO PELAS PESQUISADORAS. Autoria da Imagem: Nayara Gonçalves

Em cumprimento dos protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) as medidas sanitárias foram providenciadas em razão do bem-estar das nossas mestras e mestres e também da equipe executora do mapeamento.

O percurso metodológico se deu pela História Oral, na aplicação dos métodos da história de vida e também a temática, no caso o que liga os interlocutores – a prática do benzer.

Uma das características apreendidas/observadas nos campos envolve o sincretismo religioso, católicos, espíritas que são guiados por entidades como caboclos e pretos velhos, umbandistas entre outros. Como instrumentos para uma maior conexão entre o indivíduo que procuram pelas mestras e mestres, pode-se notar que a maioria desses, tinham em seu domínio um lugar reservado ao cultivo de plantas com poder de curar o corpo e a alma.

A seguir será analisado a importância do mapeamento dentro da valorização da memória através da oralidade.

## **RETRATOS DO BENZER: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL**

A patrimonialização de culturas que ao longo dos anos mostram ter sido adaptadas pelo próprio homem, em prol de um bem maior, e repassando conhecimentos de geração a geração, por saberes, que pelo fato da globalização, não podem ser esfacelados pelo tempo.

A prática do benzimento, pelo próprio IPHAN, é um saber não oficializado, assim como o reconhecimento das suas mestras e mestres, portadores dos saberes do benzer repassados por gerações.

Sobre o Patrimônio Cultural Imaterial, de acordo com especificações do IPHAN (2012), são saberes, fazeres de um povo:

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. (IPHAN, 2012, p. 14)

Esse conjunto de saberes, fazeres, práticas de um povo que pelo processo de registro e valorização da ampla diversidade cultural brasileira, é notório, que a concepção da imaterialidade, vai além do conceito destinado ao que venha ser o patrimônio cultural material.

Importante ressaltar que dentro dessa prática o benzimento dentro da modalidade de registro direcionado para esse tipo de prática, em busca do reconhecimento dentro da história oficial, construída pelo decorrer do tempo.

Em alguns Estados brasileiros, como Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo há estudos e projetos de leis realizados em prol desse reconhecimento perante a comunidade em que esse detentor do saber esteja inserido. (Oliveira, 2019).

Em Goiás, a proposta de reconhecimento veio através da metodologia do mapeamento, através da oralidade da história temática e de vida. Reconhecer aqueles que são apontados pela própria comunidade, como pessoas que tem em seu domínio modos particulares arraigados a cultura popular brasileira para bendizer o outro com o dom da cura do corpo e alma.

O contato do homem com eventos classificados como sobrenaturais realmente é algo que o acompanha, e ainda se explica a mitologia através da espiritualidade.

Nem todos os indivíduos de fato tinham o acesso a centros médicos, e muitos não podiam arcar com os custos desses profissionais e a medicação recomendada pelo mesmo. Nesse contexto há recorrência por mulheres e homens que tinham o dom da cura do corpo e da alma. (Cunha, 2018).

Um conhecimento que é transmitido de geração em geração pela oralidade. Entende-se que o contato maior com aquele que pratica o ofício, juntamente com a comunidade em que está inserido, e seguindo as suas doutrinas religiosas:

Graças à diversidade cultural, o Brasil tornou-se um país cuja história foi sendo construída a partir de contribuições deixadas por diversos povos que por aqui passaram, deixando marcas relevantes na memória da nossa história. Assim, com o passar dos anos, foram surgindo outras maneiras de expressão da fé, como por exemplo, o ato de benzer. Nas cidades interioranas ainda é muito comum a prática da benzeção, quando se acredita que existe algum mal, físico ou psíquico, que atormenta um consulente. (Cunha, 2018, p. 28)

Pela diversidade cultural, entende-se que a história brasileira foi construída por diversos povos que se tornaram relevantes para a memória brasileira, novas formas de expressão de fé surgiram no território e o ato de benzer e se tornou ainda uma prática

muito comum em cidades interioranas, onde essas mestras e esses mestres são referências em seus territórios e bendizem contra qualquer tipo de mal.

O mapeamento levantou que esse tipo de prática cultural-religiosa tem resistido ao processo de globalização, e mesmo, com a crescente onda das novas tecnologias, a fé ainda é elemento essencial para resistir as intemperes do tempo.

Em cada campo reafirma-se por parte dos portadores do ofício de benzer a preocupação na continuidade desse conhecimento, e como dito por alguns, a sua própria força, para indivíduos que possuam uma relação consanguínea (mãe e filha).

Faz parte da cultura popular o repasse de seus saberes no intuito de perpetuar suas memórias, mantendo vivo o que é essencial para a identidade de um povo. Assim, o repasse das práticas de rezas, tal como a iniciação de uma benzedeira, se dá oralmente através de pessoas intimamente ligadas a ela. A iniciação das benzedeiras acontece de diferentes formas, podendo acontecer através de uma revelação em um sonho ou, em casos mais raros, quando o dom é despertado em um momento de desespero, como alguma doença incurável que esteja desenganada pelos médicos e que acabe se curando, através da sua fé (OLIVEIRA, 1985; QUINTANA, 1989). Porém, na maioria das vezes, a iniciação acontece com o repasse das tradições entre pessoas intimamente ligadas (geralmente da família: mãe e filha, avó e neta etc.), como uma herança vocacional. (Cunha, 2018, p. 35)

O ato desse saber-fazer dentro de uma prática cultural-religiosa, e ainda compreendido como uma espécie de herança vocacional, vai além de um fato do senso-comum, visto hoje vários pesquisadores, intelectuais, artistas e profissionais da saúde buscam explicações através de sonhos, tão reverenciados na cultura indígena e afrodisaporica como os ensinamentos transmitidos pela oralidade.

Como exemplo dessa transmissão de saberes pela oralidade, as práticas integrativas e complementares da saúde, são comuns em várias cidades interioranas espalhadas pelo país.

## **O BENZIMENTO E AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DA SAÚDE**

Os benzimentos são práticas, de longa tradição na sociedade brasileira, foram e são usadas como tratamentos alternativos à medicina oficial e derivam de conhecimentos ancestrais, que reúnem saberes práticos em relação ao ambiente natural – especialmente as propriedades curativas das plantas e outras derivadas da fauna – com rituais, crenças e

valores vivenciados principalmente no catolicismo popular, assim como em religiões espiritualistas, indígenas e afros, predominante nas regiões interioranas e nas periferias das cidades brasileiras.

As benzedeadas e benzedores encaram seu ofício como um serviço assumido por tradição, na crença do bem que fazem aos outros. Não cobram pelos serviços prestados. Não oferecem seus serviços, mas recebem todos aqueles que os procuram para a cura dos males e angústias.

A maneira que se benze, bem como os objetos utilizados, de diferentes maneiras, visa principalmente a cura do corpo e da alma como explica o benzedor Celino, 51 anos, morador da cidade de Goiás, na Comunidade Quilombola Alto Santana:

Tinha muito benzedor que usava o símbolo como um raminho, folha de arruda ou guiné, até mesmo o fedegoso. Tem outros que benze, igual o cobreiro, usa o talinho da mamona. Agora da minha parte, se tiver o rosário pela simples féda pessoa. Um simples gesto já serve... porque o escudo a gente sabe que tem sempre ao redor, a aura toda formada, né? Porque um gesto que você faz é um símbolo do pensamento elevado ao Pai criador (Entrevista concedida por Celino, 2017)

O projeto RETRATOS DO BENZER se desdobra na missão do mapeamento de práticas populares de saúde conhecidas como benzeção ou benzimento, juntamente com a identificação de seus detentores no Estado de Goiás.

Em 2019 foi criado o Projeto de Lei aprovada/sancionada como Lei nº 224 – Criação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares, de autoria da Secretaria Municipal de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Iolanda Aquino, vereadora na época. O elemento primordial na lei é que considera que as práticas integrativas e complementares devem ser de acordo com a vocação da sociedade vilaboense, e, uma das vocações a ser considerada é a prática do benzimento, numa versão ampliada e atualizada como benzedeadas, curandeiras, raizeiras, parteiras, rezadeiras, mateiro, missionária, irmã de oração, passista, dentre outros. “Elas tinham uma preocupação grande de fazer o bem. As benzedeadas fundamentalmente são pessoas do bem”, sendo possível a integração da medicina popular e do oficial.

O exemplo de Goiás pode ser replicado em outros municípios o que necessita de articulação entre a pesquisa, ensino e extensão das instituições de ensino e prefeituras municipais.

Se não houver esse registro as próximas gerações não terão acesso a esse tipo de informação. O projeto tem a intenção de promover um estudo para reconhecimento e ao



mesmo tempo gerar ações de salvaguarda importantes para essa manifestação cultural popular que está em processo de desaparecimento, devido a idade dos mestres do benzimento e a falta de políticas públicas voltadas para a valorização desse saber-fazer.

A proposta contribui para a autoestima das benzedeadas e benzedores, incentiva a criação da rede goiana do benzer que leva a considerá-los agentes de saúde popular, como Maria Luzia, educadora de saúde popular CPT | Casa da Agricultura Familiar e reconhecê-los como mestres e mestras da cultura popular.

## **A PRÁTICA DO BENZIMENTO E SEUS DESAFIOS**

O mapeamento foi responsável por desdobrar a pesquisa também no campo jurídico, pois já que a intenção é o registro oficial pelo IPHAN foi na própria constituição que buscamos aporte teórico para defesa do ato de benzer como patrimônio imaterial brasileiro.

O benzimento pelos participantes do mapeamento é visto como uma referência cultural que é tudo aquilo que faz parte da cultura de uma comunidade.

O projeto é apoiado na Constituição Federal do Brasil no artigo 215, 1º parágrafo em que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”

Então, o ato de benzer é praticado pelos povos originários ritualizados pelo pajé, também nas comunidades afro-brasileiras, como nos terreiros e templos de umbanda, os templos religiosos como os centros espíritas através de passes, o Vale do Amanhecer em diversos rituais, como os ciganos. A pandemia oportunizou que realizássemos as fotoentrevistas nas casas das mestras e mestres do benzimento. A maioria dos participantes da trilha do Benzer são ligados ao catolicismo popular, com elementos do sincretismo religioso. Alguns declarados, outros em segredo.

O desaparecimento da prática de benzimento é constatado durante o mapeamento pela idade avançada das benzedeadas e benzedores entrevistados, sendo que cinco morreram no processo da pesquisa, três desses faleceram após as entrevistas e duas não conseguimos entrevista-las. Fica a homenagem em formato imagem-texto de dona Joana, 86 anos e Maria Pires, 92 anos.

Para além da idade, também a falta de interesse pelas novas gerações devido o processo de globalização e a urbanização das cidades. O mapeamento também considerou

como resultado de análise a questão sócio territorial e quanto mais para o interior e a periferia há mais benzedoiras e benzedores.

A terceira inquietação da dificuldade de continuidade da prática de benzimento pela sociedade contemporânea, se verifica a partir da instrumentalização jurídica e se deu pelos artigos 284 e 283 do código penal criado em 11 de outubro de 1890 e perdura até hoje, como podemos observar:

Art. 284 - Exercer o curandeirismo: I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio; III - fazendo diagnósticos: Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

283 do Código Penal. Trata-se de fraude, de engodo, por meio do qual a pessoa normalmente busca alcançar algum tipo de vantagem econômica (ainda que isso não seja necessário à caracterização do delito), atentando contra a saúde pública. A pena prevista para o delito é a detenção de três meses a um ano, além de multa.

O passado dos indígenas e negros, escravizados e tratados como inferiores em condições precárias na época em que o Brasil era colônia dos portugueses influenciou sim, na atualidade. Muitos descendentes sem memória e história de suas origens, chamados por camponeses, sertanejos, meeiros também são resultados da negligência do Estado Brasileiro, que se ocupou com os grandes centros e as elites econômicas do país.

Muitas práticas de medicina popular com o uso das plantas para chás, banhos, emplastos, limpezas, rezas, com conhecimento ancestral para tratamento da saúde familiar e comunitária foram desarticuladas com os artigos acima expostos, e assim muitos desses detentores de saberes e fazeres, ligados aos povos que também fazem a história desse país, mas foram exterminados, inferiorizados, invisibilizados, apagados da história oficial da nação.

Será que retomar os estudos de patrimonialização do saber/fazer das mestras e mestres do benzimento não seria também revisar o código penal, sobretudo os artigos 284 e 283 que contribuíram para ação etnocida dos saberes e fazeres dos povos originários, afro-brasileiros, e outras comunidades populares e tradicionais do Brasil?

Não seria hora de re-pensar o ato de benzer a serviço da saúde pública? Já que nossas plantas são pirateadas e transformadas em produtos farmacológicos, que só ganham os grandes industriais.

Que existe um Brasil Profundo longe do acesso às inúmeras especialidades na saúde pública e que muitos pacientes indígenas, por exemplo, têm negado o direito de auxílio espiritual do pajé nas unidades de saúde. Isso parece contraditório, pois no tópico anterior demonstramos que as PIC'S estão inseridas no SUS ou seria uma política intencional higienista e demarcação do efeito colonial da medicina tradicional?

Os artigos nos levaram ao arquivo do Museu das Bandeiras através da colaboradora de Nayara Gonçalves, artista visual, arquiteta e assistente do museu. Alguns dos documentos que o projeto teve acesso demonstram queixas criminais contra uma mulher, designadas nos autos como cigana. Outro documento aponta um homem feiticeiro e que fazia garrafadas. A queixa é a mesma – charlatanaria. Outro documento aponta uma mulher que reclamou os serviços da cigana, mesmo com a efetiva realização da demanda. Tais documentos são da década de 1940, com ocorrência na cidade de Goiás.

Irônico esse dado no documento histórico levantado porque a cidade de Goiás foi o município que encontramos mais benzedeadas e benzedores. Foram aproximadamente 24 mapeados, mas que apenas nove foram entrevistados para essa primeira e inaugural etapa do mapeamento Retratos do Benzer.

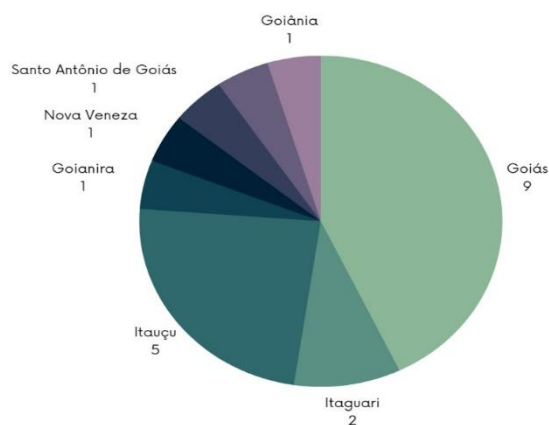


IMAGEM 02: Benzedeadas e Benzedores Mapeados no projeto. Foto: Fernando Arkanjo. Feitura do Gráfico: Lucinete Moraes

E, por fim, o ultimo questionamento é a falta de Política Pública voltada para a valorização do saber/fazer das benzedeadas e benzedores que envelhecem, muitos em condições precárias de dignidade humana, outros com recursos de familiares por falta de aposentadoria.

Há uma certa dificuldade de sensibilizar vários setores da sociedade em prol a valorização do ato de benzer, começamos por aqui, nesse artigo, afim de problematizar alguns dados levantados e busca de parcerias para continuidade da pesquisa.

## RETRATOS DO BENZER E OS PRIMEIROS RESULTADOS

Retratos do Benzer é um projeto de mapeamento de benzedeadas e benzedores no Estado de Goiás em que unimos a tradição do bem dizer com as possibilidades contemporâneas das artes visuais que resultaram no fotolivro com o mesmo título do projeto. Fomos acolhidos por 20 benzedeadas e benzedores na primeira trilha do benzer em 08 cidades goianas. Do desejo de mapear esses tesouros vivos, aprendemos mais sobre diversidade, acessibilidade, geracionalidade e territorialidade.

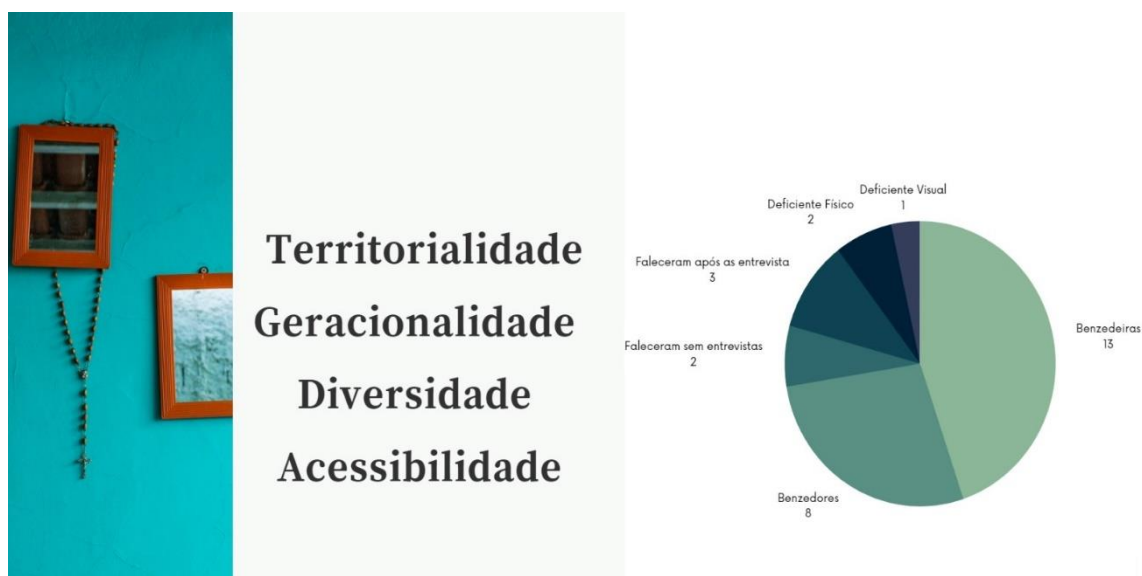


Imagem 03: Territorialidade, Geracionalidade, Diversidade, Acessibilidade. Foto: Fernando Arkanjo.  
Feitura do Gráfico: Lucinete Morais

O projeto teve duração de dois anos (2020 – 2022) durante a pandemia da Covid-19, contou com 09 pessoas na equipe, 03 pesquisadoras, 05 fotógrafos e 01 artista visual responsável pela identidade visual e diagramação do projeto sob a coordenação de Lucinete Aparecida de Morais.

Produzimos 20 fotoentrevistas que gerou 6046 fotografias brutas, 204 fotografias selecionadas, 20 Áudios entrevistas, 20 Ilustrações dos benzedores, 09 carimbos ilustrativos, 01/500 mapa – trilha do benzer; 01/500 cartão postal; 01/500 fotolivro

Retratos do Benzer<sup>123</sup>; 01/500 livro de oralidades Se Benze<sup>124</sup>; 01 making off<sup>125</sup> que lançamos em espécie de trilha de devolutiva para as benzedeadas, os benzedores, familiares, e demais pessoas interessadas na temática, como estudiosos, pesquisadores, praticantes, professores, legisladores, executivos do governo, televisão, a fim de divulgar o trabalho e a sensibilização do reconhecimento do saber-fazer das mestras e mestres do benzimento no estado de Goiás.

## SE BENZE EM CONSIDERAÇÕES

Muitos dessas mestras e mestres começaram a exercer ofício ainda na infância, por influência de indivíduos que tenham em especial uma relação consanguínea com a mestra e o mestre.

A transmissão desse saber ocorre através da oralidade, onde não encontramos durante a realização dos campos nenhum tipo de registro documental (como cadernos de oração, ou agendas com anotações de utilização das ervas medicinais ou até mesmo receita de remédios caseiros).

Como procedimento metodológico para a realização das etapas propostas pelo projeto Retratos do Benzer, além do mapeamento, o uso da história oral se torna essencial para aprofundamento na história temática e na história de vida das mestras e dos mestres que se entrelaçaram pelo benzimento levando em consideração que boa parte de suas vidas foram dedicadas ao exercício do ofício de bendizer ao próximo.

Deixemos vocês com os links de parte da pesquisa, o que conseguimos trazer a público e fica o convite para se juntar a nós na rede de pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO; Ricardo Vieiralves de; **Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T7jwRjYsTwBvyCZjGFcpgWB/?lang=pt&format=pdf>; Acesso em: 09. Abr. 2023

CUNNHA; Celina Gontijo; **A Prática da Benzedeadora: memória e tradição oral em terras mineiras;** Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10284>

<sup>123</sup> [https://www.academia.edu/94559698/Retratos\\_do\\_Benzer](https://www.academia.edu/94559698/Retratos_do_Benzer)

<sup>124</sup> [https://www.academia.edu/94559965/Se\\_Benze](https://www.academia.edu/94559965/Se_Benze)

<sup>125</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=zvnQH8IR-l8>

/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\_Pr%C3%A1ticaBenzedeiraMem%C3%B3ria.pdf;  
Acesso em: 28. Abr. 2023

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012. 36 p

**Lei nº 224 / 2019;** Criação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares; Prefeitura Municipal de Goiás

OLIVEIRA, Monique Andressa de. **“Mulheres de fé”**: o repertório de saberes e fazeres de benzedoras em Matinhos, litoral do Paraná / Monique Andressa de Oliveira; orientadora Ana Elisa de Castro Freitas; coorientadora Claudemira Vieira Gusmão Lopes. – 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.

### **Fonte Oral**

**Entrevista** com o Benzedor Celino da Comunidade Quilombola Alto de Santana; Realizada em 2017.

# A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA CASA DA PONTE – ITAUCU/GO: A HISTÓRIA ORAL COMO MEIO DE SALVAGUARDA DA HISTÓRIA LOCAL

*RAÍSSA SANTOS JOSÉ<sup>126</sup>*

O referido trabalho tem como objetivo as metodologias aplicadas a história oral, como um processo de salvaguarda da história local. Uma casa que desde o processo de emancipação do município de Itauçu, em 11 de outubro de 1948, saindo do domínio de Currálinho (atual município de Itaberaí), passa a assumir, vários papéis na história da sociedade itauçuense, de uma casa que abrigou um importante coronel, donos de umas mais expansivas plantações de café, de escola multisseriada, ainda caindo as intemperes do tempo e, atualmente sediando um museu comunitário. A história do município, apresenta lacunas e que muitas vezes acabam sendo preenchidas pelas histórias vivenciadas, e contadas pelos moradores, um importante processo metodológico que a história oral pode trazer como meios de salvaguarda, e preenchendo lacunas, que nem sempre a própria academia possa preencher para que a valorização história venha a ser evidenciada. Compreender que não somente de registros documentais que se faça a história, populares também mostram que a valorização dessa memória através da história oral e na maioria das pessoas que demonstram a sua participação dentro da construção de um lugar de memória, preenchendo lacunas esfaceladas.

**Palavras-chaves:** Casa da Ponte. História Oral. Museu. Salvaguarda

## INTRODUÇÃO

O referido artigo, pretende analisar as metodologias aplicadas a história oral, para salvaguardar a memória local. O patrimônio cultural, nomeado pelos populares, como Casa da Ponte — Itauçu / GO, que fica as margens de um dos principais afluentes do Rio Meia Ponte, o Rio Maria da Silva, em um lugar privilegiado do município.

A Casa da Ponte, com um estilo arquitetônico, que para época passa a ser irreverente, destoando das demais casas comporem, o então Povoado de Catingueiro Grande, mostrando que mesmo assumindo diferentes papéis ao longo da construção histórica do povoado, até virar município, a importância deste patrimônio cultural material, foi essencial para a formação territorial urbana itauçuense.

Através da história oral, como formas metodológicas compreende-se que a valorização da memória local, referente ao patrimônio cultural Casa da Ponte, torna-se essencial para a

---

<sup>126</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação: Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina. Especialista em Tutoria em Educação a Distância, Docência no Ensino Superior e Gestão de Projetos Sociais, pela Faculdade Faveni e Faculdade Metropolitana. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Membro do Movimento Casa da Ponte / Itauçu-GO, atuação em trabalho voluntário.

compreensão de uma história que está além dos registros escritos e ainda mostrando que dentro desse processo de valorização da memória, pelos olhares de populares que presenciaram fatos e momentos que passaram despercebidos aos registros (documentos, cartas entre outros).

Será analisado o contexto histórico do patrimônio cultural material em seu espaço geográfico urbano, Itauçu.

## **A CASA DA PONTE / ITAUÇU-GO: O LUGAR DE MEMÓRIA DA HISTÓRIA LOCAL**

A Casa da Ponte — Itauçu / GO, se localiza no município de Itauçu, localizado a cerca de a 60 km de Goiânia, uma casa, com construção estilo colonial, e que nos limites territoriais itauçuense, é o marco histórico do município.

Os responsáveis pela construção do imóvel com a sua irreverência colonial, onde toda a obra do conjunto arquitetônico realmente destoava do restante das outras casas que no mesmo período da construção, em 1932 destoava das outras construções residenciais do município. (Goiás, 2000)

O casal de libaneses, Gabriel José (atuando na região como mascate), e a sua esposa Sara Antônio José, construíram a casa com a finalidade de ali ser uma escola, com a construção original de quatro cômodos para que ali pudesse ser uma escola multisseriada atendendo as crianças do então Povoado Catingueiro Grande. (José, 2017).

Com a chegada dos imigrantes, em especial dos Estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, chamando a atenção, pelos viajantes que passaram pela região, a antiga capital do Estado de Goiás, (Vila Boa de Goiás), em especial para a realização de atividades comerciais. (Borges, 2005).

Pela descrição da região de Catingueiro Grande, de acordo com Edmundo Pinheiro de Abreu, entendendo o povoamento da região, passa a ocorrer a partir de 1924, no Povoado Catingueiro Grande, era um dos sete distritos, pertencente ao município de Curralinho, (atual município de Itaberaí). (Abreu, 1978).

Um pouco da descrição de como é o território e a primeira atuação da Casa da Ponte / Itauçu — GO, nota-se que da escola, e logo após uma reforma em que o imóvel, tornou-se a residência de uma das figuras mais emblemáticas da história local, que foi o Cel. Ernesto Baptista Magalhães, natural do interior do Estado de Minas Gerais. (Borges, 2005).

O Cel. Ernesto Batista Magalhães, adentra as terras do Povoado de Catingueiro Grande, em 1924, com o espírito empreendedor e visionário, movimenta toda a região com o plantio de



café, contabilizando 200 mil pés de café na região, produto econômico esse, além de proporcionar a primeira indústria de beneficiamento, e a geração de empregos, aumentando o contingente populacional. (José, 2017).

Por todas as movimentações, realizadas pelo senhor Ernesto Batista Magalhães, nos limites territoriais do então Povoado Catingueiro Grande, mostra que o imóvel, passa a ser reconhecido por populares, como o principal marco da história de Itauçu, uma casa que por alguns (era) realmente considerada uma ‘mansão’, por se destoar da construção predominante local.

De residência a museu comunitário, anos a fio, uma casa em que as intemperes do tempo, mesmo passando por uma reforma, para que a escola realmente pudesse virar de fato uma residência e atender as necessidades do senhor Ernesto, que nesse momento já encontrava com a saúde fragilizada.

Residência de outros populares e propriedade de uma empresa que vinha do Estado de Minas Gerais, a casa de fato precisa de cuidados imediatos, antes que viesse ruir.

Nomes, nesse processo de luta, em prol da valorização da cultura, história local deve ser rememorada, como Chafi José, José Braga Coelho e Rui França Barbosa, e entre outros que deram base ao Movimento Casa da Ponte, que a partir de 2016, pelas movimentações nas redes sociais, e reuniões entre os filhos da terra, mostram que o movimento, passa a ganhar força e voz na comunidade.

Como um processo de salvaguarda da memória local, entende-se que a apropriação metodológica para meios de salvaguardar a memória local, onde a história oral, valoriza a história da comunidade, entre a história temática e de vida, se fazem necessária perante os artefatos de valorização da memória de uma comunidade.

## **A HISTÓRIA ORAL COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA**

A história oral, dentro do projeto de pesquisa do mestrado, intitulado como: “Casa da Ponte – Itauçu / GO: símbolo de resistência para a construção do espaço de memória de uma cidade do sertão goiano”, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Estadual de Goiás, e como metodologia escolhida, é a história oral, onde foram priorizados a história temática, que acaba sendo influenciada também pela história de vida.

A história oral, no percurso da pesquisa, veio auxiliar a compreensão da patrimônio cultural, que é a Casa da Ponte, como um lugar de memória para a comunidade local.

Segundo Alves (2016), mostra que a história oral, enquanto procedimento metodológico, compreende-se que a busca de escutar as vozes ocultas do sujeito perante a história, e como a história temática da Casa da Ponte – Itauçu / Goiás, sobre as diferentes identidades que o patrimônio cultural material da comunidade assumiu ao longo dos anos:

A HO preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (Guedes-Pinto, 2002, p. 95)

Por possibilidades de se ter pessoas, que são excluídas da história institucionalizada, somente os grandes nomes que realmente falam e são priorizados dentro de uma história visionada por heróis.

Aqueles que viveram e presenciaram a construção deste patrimônio cultural material, que para a comunidade passa a ser elencado como o marco histórico, representando a formação espacial do município, uma casa que por diferentes momentos, passa a assumir papéis importantes para a história local.

Por muitos, rememorada, como a residência do Senhor Ernesto Magalhães, ali passara os seus últimos dias de vida, outros populares trazem consigo lembranças de figuras lendárias como Chico Papo, sem uma origem certa, esperado todo dia, o seu café da manhã em baixo de uma árvore, que era trazido pela senhora Ernestina, a filha do senhor Ernesto.

Outras lembranças que foram relatadas em momentos que a história institucional do município, em suas particularidades realmente omitiram. Detalhes e relatos afetivos que não se encontram na proposta de documentos históricos, valorizados pela história oficial.

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos. Vale mostrar aqui a evolução de uma prática importante que compõe parte da historiografia contemporânea. (Matos, De Senna, 2011, p. 96)

A nova forma metodológica, trazendo as novas nuances da historiografia, permite com que o próprio historiador possa ir além das fontes convencionais, com clareza de detalhes em que os mesmos não possam trazer, onde a história oral, passa a ser considerada uma evolução para a historiografia contemporânea.

Importante compreender que a história oral, se concentra na memória humana, onde a história de vida nesse quesito, passa a se “confundir” com a história pesquisada, sendo testemunha ocular da história. (Matos, De Senna, 2011).

Nessa linha, a história oral, conforme a citação, centra-se na memória humana e sua capacidade de recordar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. [...] Vale dizer que, de certa forma, filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos, que nos é significativo. Talvez não possamos impedir que certas lembranças afluam, mas podemos controlar a forma como essas lembranças saíam da esfera do íntimo, do privado, e ganharão vida própria no público. (Matos, De Senna, 2011, p. 96)

A rememoração do passado, realizada pelo ser humano, e os seus relatos, descritos através da própria oralidade, passa a ser compreender que a memória, por si só, é a presença do passado, como uma construção intelectual do mesmo, como fragmentos representativos, que não pode ser compreendido em sua totalidade.

A lembrança nesse exercício de relatos, passa a ser filtrada e dando a real significância para o que possa ser analisado como importante, e lembranças que estavam ocultas dentro de um íntimo ganharam forma e voz em uma história que está vindo a público.

Enaltece que a Casa da Ponte – Itauçu/ GO, interpretada como um lugar de memória, que de acordo com Pierre Nora (1993), tanto a história como a memória, são elementos essenciais para que a compreensão do passado, possa ser confundida com uma memória esfacelada, sendo a partir desse esfacelamento, ocorre o despertar para uma memória suficiente, onde pelo sentimento de continuidade.

Memória, pelo momento de compreender pela historiografia, onde esses locais de memória passam a ser vislumbrados como um espaço de inteira importância para uma determinada comunidade, ainda por artefatos que a metodologia com história oral, além pela história temática, passa a ser compreendido como uma proposta de interpretação que está para além da história oficial.

Pessoas da própria comunidade, mostraram a importância da casa, pela história oral temática e a história oral de vida, foi identificado em que diferentes momentos a casa realmente fizeram parte das lembranças que estejam ligadas entre a infância e adolescência e com as histórias que foram lembradas com saudosismo pelos entrevistados.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (Thompson, 2002, p. 44).

A história do patrimônio cultural itauçuense veio pelos menos favorecidos, por aqueles que por algum tempo realmente passaram parte da sua vida pela casa, a comunidade por anos assistiu as transformações e a realização de ações com que fizeram a comunidade, estabelecesse um elo de ligação entre o passado e o futuro e assim, passa a ser com a instauração do museu comunitário. (Ataíde, 2016).

Não somente a representa o momento de valorização da memória local, a ainda mostrando que através da história oral, venha a propor momentos desafiador, para a formação do indivíduo em colaboração ao lugar em que ele se encontra e a necessidade de um maior esclarecimento, em relação a pesquisa relacionada, de como a Casa da Ponte – Itauçu, passa a ser essencial para o processo de valorização da memória e isso, vem a ser decorrente a história temática como meio metodológico empregado pela história oral.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-las, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele (Portelli, 1997, p. 13).

A história oral, mesmo sendo contemplada como uma ciência e que envolva áreas do conhecimento como a sociologia, antropologia, até mesmo a história, mostra que os padrões culturais, sociais e até mesmo histórico, passa a ser aprofundados através de conversas com pessoas, que além de mostrar o seu sentimento de pertencimento em apropriação ao bem cultural entende-se que a valorização da memória é realmente possível através da oralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oral, como metodologia para a pesquisa histórica contemporânea passa a ser o principal meio de estímulos da memória do ser humano, onde as lembranças que não trabalhadas em sua totalidade, passam, a ter a significação total, pela “nuance” da pesquisa.

Sendo mesmo figuras emblemáticas ou populares da Casa da Ponte – Itauçu/GO, mostra que a memória dessas pessoas que estando ou não na chamada história oficial, mostram que esse lugar de memória, fizeram parte de algum momento da sua vida.

O processo de valorização dessa memória, que envolva a Casa da Ponte – Itauçu/ GO, o que a metodologia de história oral realmente possa proporcionar e de fato, sendo a partir da memória do ser humano e não sendo um processo completo, e sim referenciadas por fragmentos, que vão além de documentos ou outros registros históricos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Edmundo Pinheiro de. **Currallinho: Seus Costumes e sua Gente**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. Anais eletrônicos da **IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História. Universidade Federal de Uberlândia** – Campus Pontal, Ituiutaba-MG, 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

ATAÍDE, Marlene Almeida de. **Um diálogo com a história oral: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa?** Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13198/10323>. Acesso em: 06. mai. 2023.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Itauçu: sonhos, utopias, e frustrações no movimento camponês**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005.

ESTADO DE GOIÁS. **Se Liga no Futuro** – Itauçu, Goiânia, 2000.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

JOSÉ, Chafí. **Nada é mais como antes**. Editora Kelps. 2017.

MATOS, Júlia Silveira; DE SENNA, Adriana Kivanski; História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 03. mai. 2023.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fanelon. In: **Proj. História**, São Paulo (14), fev. 1997, p. 25-39.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.

## CHICA MACHADO E A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA FRENTE AO APAGAMENTO DA HISTÓRIA

RENATA ROSA FRANCO<sup>127</sup>

Chica Machado foi vendida e escravizada no Goiás Colonial, mas, contrariando as expectativas, ela se torna abastada e exerce tal influência econômica, política e social, que é transformada em mito pela tradição oral local. Tais memórias se constituem em conhecimento incorporado, que se institui por meio dos corpos em performance, possibilitando-nos entender as memórias que afloram das narrativas da população do município de Cocal-GO, como um saber performado por meio da contação de histórias. Ao pensar que nosso presente ocidental é herdeiro de um pensamento que, ironicamente, cristalizou a ideia de um tempo em contínuo progresso, marcado pela primazia da escrita, bem como de uma razão que justifica a instrumentalização de corpos como descartáveis, o fato de as histórias sobre Chica ainda estarem presentes, a despeito de tudo, é um anúncio, uma denúncia, uma forma de exigir reconhecimento e de insistir também em um tipo de reciprocidade ou intersubjetividade, que reconhece que nós não existimos como seres individuais, mas como seres relacionais, como corpos que se afetam, como corpos integrados à natureza, como pessoas que contam histórias, cantam, dançam, cozinham, celebram e, assim, produzem conhecimento. Nesse sentido, investigaremos como essa memória incorporada reflete um reviver de experiências e deixa à mostra a tecitura de uma trama que liga as diversas temporalidades, espaços, sujeitos e grupos, oferecendo-nos uma outra versão de nossa própria cultura.

**Palavras-chave:** Chica Machado, temporalidade, oralidade, memória.

A presença das mulheres é algo quase invisível em fontes, arquivos e narrativas históricas, especialmente em períodos anteriores ao século XIX, isso porque elas eram excluídas dos documentos escritos, geralmente considerados as únicas fontes válidas para a história. Como observa Michelle Perrot (2005), esse século inova com uma irrupção da presença feminina em locais que lhe eram interditos. Apesar disso, o lugar destinado à mulher parte das representações de quem produz a história, ou seja, dos homens na sua totalidade.

Segundo Dias (1984), esse esquecimento das mulheres na história oficialmente produzida é ideológico. A manutenção de sinais do protagonismo feminino na informalidade de suas trajetórias é importante para a manutenção de um sistema que perdura ao longo dos séculos por meio da família, das religiões, dos sistemas políticos e dos códigos de comportamento. E embora as mulheres não estejam sozinhas nesse mecanismo de esquecimento, o silêncio pesa mais profundamente sobre elas, devido à desigualdade dos sexos que estrutura o passado das sociedades (Perrot, 2005).

Tal silêncio tem sido gradativamente rompido pela busca de fontes variadas como arquivos particulares (correspondências ou diários pessoais), entrevistas, interpretações e

---

<sup>127</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais / Faculdade de Ciências Sociais / UFG.

olhares plurais sobre os dados e documentos históricos, artifício comumente usado pela história oral.

Silvia Salvatici (2005), afirma que a história oral e a história das mulheres mostram similitudes em seus propósitos, objetivos e campos de interesse, que, em linhas gerais, seria trazer ao primeiro plano figuras negligenciadas pela “história oficial”.

Entre afastamentos e aproximações, a história oral e a história das mulheres influenciaram-se mutuamente, em especial nos campos da investigação e da metodologia, pois construíram um espaço para a expressão de uma pluralidade de vozes e de subjetividades, que permitiu o entendimento da memória como parte de uma maneira de pensar que se forma pela experiência individual e coletiva. Tais testemunhos tornam-se especialmente importantes porque dão materialidade às pessoas “esquecidas” e suas experiências, mantendo-as no mundo vivido por meio de lembranças, da vivência cotidiana, da transmissão de valores e de práticas simbólicas.

...a história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória. As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltaram a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. A história oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas. (Salvatici, 2005, p. 36).

Pensando na democratização da memória, acrescentamos outra camada à essa discussão, pois, quando as mulheres finalmente aparecem nos registros históricos, são majoritariamente mulheres brancas abastadas. As mulheres negras, em especial as escravizadas, foram quase que completamente apagadas. Sendo assim, persistem “zonas mudas” e um “oceano de silêncio” em relação ao passado, devido à desigualdade no compartilhamento da memória e, sobretudo, da história, como afirma Michelle Perrot (2005).

Pesquisando sobre o apagamento histórico das mulheres goianas e nos questionando sobre o porquê de seus nomes serem citados tão escassamente, enquanto os nomes das famílias dos principais coronéis de Goiás serem mantidos onipresentes não somente nos livros dedicados à história de Goiás, mas nomeando ruas, praças, terminais de ônibus, escolas e outros, percebemos que esse fenômeno se aprofunda quanto mais recuamos ao Goiás Colonial.



Pesquisar esse tempo histórico, tendo como centralidade uma mulher negra escravizada significa, garimpar em meio a um universo de “esquecimentos”. No entanto, o que nos motiva a empreender uma nova bandeira pela Província de Goyaz é a descoberta de algo ainda mais precioso que ouro, uma riqueza preservada por quase 300 anos na oralidade do povoado de Cocal, próximo à região de Niquelândia, a 375 km de Goiânia. Trata-se da trajetória de Francisca Machado Ferreira, popularmente conhecida como Chica Machado.

Chica saiu da condição de cativa para a posição de mulher abastada, respeitada socialmente, admirada pelos escravizados que libertou, possuidora de grande influência econômica e política na região.

Estamos no início de nossa jornada e, como esperado, partimos com escassez de documentos sobre ela. Nessa perspectiva, consideramos como objetos de análise a revisão bibliográfica, os documentos e/ou vestígios históricos existentes, como também o livro “Chica Machado: um mito goiano”, de Adélia Freitas<sup>128</sup> (2012), neste caso observamos os limites e as proximidades da história e da ficção, mas compreendemos que essa literatura tenta mobilizar uma memória coletiva, que reconhecemos como uma escrita da história. Mas nossa principal fonte se baseia nas narrativas orais dos cocalenses que, presumimos ser descendentes de escravos que foram libertos, que fugiram ou que foram abandonados e permaneceram ali após a decadência da mineração. Essas pessoas possuem memórias constituídas a partir das heranças familiares e comunitárias das histórias contadas sobre os feitos de Chica Machado. Sendo assim, compreendemos que

enquanto metodologia norteadora da pesquisa histórica, a tradição oral propaga a história dos que foram silenciados, abre espaço para memórias adquiridas em determinados períodos e espaços históricos a partir da tradição familiar de transmissão de histórias dos ancestrais. (Carvalho, 2022, p. 104)

Entendemos que as lembranças individuais compartilhadas podem se tornar lembranças coletivas, que a memória é uma experiência temporal, emanada da capacidade humana de conservar laços com o passado e reconhecer nele experiências do vivido. Conforme nos aponta Regina Vasconcelos (2004), devemos ter em vista a maneira como as pessoas “lidam com suas experiências atuais e as maneiras como essas experiências orientam o sentido que constroem para seu passado” (p. 260). Sendo assim, as lacunas de informações do passado podem ser preenchidas a partir da interpretação da vivência dessa comunidade nos dias de hoje. Esse recurso heurístico tem validade na medida em que reconhecemos que há estruturas sociais e

---

<sup>128</sup> Primeira pessoa a realizar o registro escrito dessa história, que foi lançada em formato de romance histórico em 2012.

objetivas que perduram pelo tempo e espaço e que resistem nas práticas, ao mesmo tempo que se adaptam à lógica hegemônica.

Jacques Le Goff (1990) diz que o passado desfruta de uma longa duração, uma vez que seu ponto de referência é o presente. Com essa afirmação, entendemos que a relação entre oralidade, memória e história, passado e presente, está no centro de nossa análise e indica como é possível examinar as nuances do lugar de enunciação negado na historiografia oficial.

Por esse viés, situamos as narrativas da comunidade de Cocal numa perspectiva de longa duração, entendendo-as como memórias transgeracionais. Segundo Carvalho (2022), “as memórias transgeracionais sobre o tempo dos antigos expressam e se reproduzem culturalmente através das narrativas orais aprendidas histórica e socialmente pelo grupo familiar que as detêm e difunde” (p. 107).

Sendo assim, a perspectiva transgeracional da memória diz respeito às narrações dos sujeitos em âmbito familiar, mas também a heranças de distintas gerações de um grupo ou comunidade, bem como às heranças e relações estabelecidas com os diferentes grupos e comunidades em que entram em contato. As memórias transgeracionais refletem a “revivescência das experiências”, os saberes e fazeres, a tecitura da trama que liga as diversas temporalidades, espaços, sujeitos e grupos que permanecem nas lembranças, garantindo “a continuidade dos saberes e dos conhecimentos transmitidos pela ancestralidade” (Carvalho, 2022, p. 107).

Portanto, os registros dessas narrativas e sua análise condizem com a metodologia da história oral. Então, utilizaremos seus procedimentos para apreender informações, saberes, modos de vida e outros aspectos da história de Chica e da escravidão que os ascendentes dos cocalenses testemunharam e/ou transmitiram.

Mas para isso, precisamos estar conscientes de como essa experiência da rememoração é atravessada por uma combinação entre a presença e o artifício, o espontâneo e o construído. “O caminho do pesquisador se cruza com o caminho do narrador em momentos imprevisíveis e a história de vida coletada é o resultado dessas eventualidades” (Portelli, 2004, p. 298). No jogo da entrevista os narradores são eles mesmos, mas também um outro. Há que se levar em consideração o momento de vida do entrevistado; as circunstâncias do relato; a presença da pesquisadora; o modo como as pessoas contam suas histórias; o que se esforçam para lembrar e afirmar e o que é esquecido ou omitido. Não que esses elementos arruinem o relato, apenas o modificam (Portelli, 2004).

Devemos, portanto, ultrapassar a mera transcrição de falas e levar em conta seu sentido, “deixar que nosso discurso seja contaminado - hibridizado, mestiçado e ‘miscigenado’” (p.

313), apropriarmo-nos das palavras dos narradores para que se tornem parte de nosso discurso, “modificar nosso procedimento narrativo” (p. 313), de modo que “nossa história seja autêntica, lógica, confiável e documentada como deveria ser um livro de história. Mas que contenha também a história dialógica da sua formação e a experiência daqueles que a fazem” (Portelli, 2004, p. 313).

É esta relação que permite romper a estrita cronologia dos fatos e desconstruir a crônica do tempo (das instituições de poder/saber), juntando elementos distantes e díspares, para encher de sentidos o espaço do esquecimento.

### **CHICA MACHADO NA PROVÍNCIA DE GOYAZ**

A história da escravizada da nação Mina, trazida a Goiás nos idos de 1700, foi ouvida por Adélia Freitas pela primeira vez em 2000, quando ela estava em Cocal, antiga mina de ouro situada a 27 km de Niquelândia, realizando uma pesquisa científica para a sua dissertação de mestrado na área de Linguística. Em participações na TV UFG (2019) e no programa Goiás Encanto & Prosa (2021), a autora conta que o que a atraiu à região foi a conservação linguística dessa população, que até 2003 não tinha acesso a luz elétrica e que contava somente com o rádio como veículo de comunicação de massa. Adélia pesquisava sobre a variedade linguística na língua falada em Cocal e pretendia saber o que havia do português de Portugal ainda preservado nessa comunidade.

Para isso ela gravava e transcrevia as falas das pessoas, registrando as narrativas em situação informal de uso. A autora esperava ouvir muitas histórias sobre ouro enterrado em locais desconhecidos, assombrações - o que realmente existiu -, mas o que chamou sua atenção foi a predominância da história de Chica Machado, presente em todas as faixas etárias. Segundo a pesquisadora, eles usavam como estratégia narrativa a história da escravizada, com orgulho de quem ela era.

Observando a riqueza dessa história com características mitológicas, Adélia ficou intrigada pelo fato de ter sido conservada por quase três séculos, mesmo restrita praticamente àquela comunidade. A partir daí ela iniciou uma pesquisa documental sobre Chica Machado, encontrando sua presença em livros que tratavam da história de Goiás, como nos relatos das viagens de Saint-Hilaire e Pohl, entre os séculos XVIII e início do XIX. Os demais historiadores bebem nessa fonte, mas falam de Chica Machado como mãe de dois padres que foram figuras importantes no Estado, o padre Silvestre e o padre Manoel Álvares.

O que mais ressaltou à pesquisadora foi a narrativa atípica sobre Chica que, a despeito de ser mulher, negra e escravizada, foi quem permaneceu na história ao invés de seu marido, um homem branco, europeu, letrado. Era ela quem sempre figurava como referência: os padres eram os filhos da Chica, o português era o marido da Chica e não o contrário. Os cocalenses apontavam para as serras e diziam que tudo lhe pertencia, que ela era muito rica, que foi ela quem comprou e libertou mais de cem escravizados. Era ela quem tinha amigos fazendeiros na Bahia com quem negociava e, por vezes, aconselhava.

Como uma mulher, que naquela época “valia menos que nada”, especialmente sendo negra e tendo sido escravizada, tinha amigos fazendeiros com quem negociava? Fazendeiros que se consultavam com ela? Segundo os cocalenses ninguém na região fazia negócio, casamento ou começava uma missa sem a presença e a anuência de Chica Machado.

O ponto alto dos relatos é a coroação simbólica de Chica. No povoado havia uma única igreja, a de São Joaquim, frequentada apenas por brancos. Chica era a única pessoa negra que podia entrar, sendo assim, construiu a igreja de Nossa Senhora das Mercês, ricamente ornamentada, para que as pessoas negras também pudessem frequentar a igreja. Com o tempo, a igreja de Nossa Senhora das Mercês tornou-se parada para os romeiros de Muquém<sup>129</sup>, sendo que os cantos e as danças incorporados aos cultos pelos negros, tornaram-se um grande atrativo, encantando inclusive os jovens fiéis de São Joaquim. Contam que todos aguardavam a entrada de Chica na igreja das Mercês. Ela vinha carregada em uma liteira por seis negros fortes, pois era obesa, e atravessava o corredor central da igreja, onde os demais negros se posicionavam em ambos os lados, jogando ouro em pó para que ela passasse. Somente após sua entrada é que a missa começava.

Com a queda da produção aurífera, surgiu uma lenda entre os brancos, inclusive fazendeiros e poderosos da região: se recolhessem o ouro em pó que Chica pisasse, para passá-lo pelo corpo, eles atrairiam a sorte dela. Sendo assim, a igreja de São Joaquim ficou praticamente vazia, pois os jovens iam à igreja das Mercês pela música e os homens pelo ouro. Dizem que ela recebia homens que vinham enviados pelos coronéis da Bahia para descobrirem que segredo tinha aquela mulher e por quê ela era tão próspera. Chica surpreendia os homens da época por ser uma mulher que conquistou influência política e tinha astúcia nos negócios, o que eles atribuíam à sorte, em um Goiás provincial, escravagista e patriarcal.

---

<sup>129</sup> A Romaria de Nossa Senhora da Abadia do Muquém é a segunda maior do Estado de Goiás e atrai pessoas de todo o país. Realizada na primeira quinzena de agosto, a Romaria de Muquém, que acontece no povoado de mesmo nome, no município de Niquelândia, distante 360 km da capital Goiânia, ocorre desde a segunda metade do século 18. A festa é descrita na obra “Ermilão de Muquém”, de Bernardo Guimarães, considerado o primeiro romance regionalista brasileiro. Fonte: Alego. <https://portal.al.go.leg.br/noticias/116755/romaria-de-muquem>.

Chica continua surpreendendo porque persiste no tempo, remexendo na história regida por uma oligarquia rural ainda composta pelas mesmas famílias, muitas com os mesmos nomes dos bandeirantes do século XVIII, para atualizá-la.

Por meio de sua trajetória é possível acessar uma memória coletiva que questiona a história oficial, interseccionando a história das mulheres negras escravizadas na época da exploração aurífera em Goiás, à expansão mundial de um capitalismo eurocentrado e à imposição colonial de gênero. Essas conexões por sua vez se inter cruzam com questões econômicas, governamentais, ambientais, de crenças e de conhecimento, que ditam nossa forma de estar no mundo (Lugones, 2014).

## GOIÁS COLONIAL E AS MULHERES

Durante a febre do ouro, Goiás recebeu significativo número de africanos. Conforme levanta Maria Lemke (2011), em 1767, Goiás respondeu por 1/3 do total dos africanos escravizados despachados de Salvador, tendo sido a terceira localidade que mais recebeu pessoas para serem escravizadas, atrás de Minas Gerais e Rio de Janeiro, embora os números desses dois sejam muito maiores em termos absolutos.

Entre esses escravizados desembarcou Chica Machado, possivelmente vinda da Costa da Mina por volta de 1750, como afirma Silva (2012). Recentemente, estudos têm demonstrado a predominância dos *mina*, entre os adultos batizados nas regiões de mineração. Lemke (2011) apurou que tal preferência estaria ligada à crença em suas altas habilidades para encontrar ouro.

Nas Minas Gerais acreditava-se que ter uma escrava *mina* como concubina dava mais sorte ao minerador. Lá, essa crença se estendeu também aos escravizados e estaria relacionada aos conhecimentos ancestrais trazidos da África. (Lemke, 2011, p. 9)

A descoberta da mina de Cocal, para onde foi levada Chica depois de comprada pelo comerciante português Manoel Álvares da Silva, está inserida no suspiro final do período de extração aurífera em Goiás.

Chica chegou a Goiás destituída de sua identidade. Adélia (Goiás Encanto & Prosa, 2021) conta que pesquisou nas prelaças tentando encontrar vestígios de sua origem, pois as paróquias naquela época desempenhavam o papel cartorário, mas sem sucesso. Chegou a ir a Lisboa, na Biblioteca Nacional, onde descobriu a existência de várias arcas levadas do Brasil a Portugal, ainda lacradas, sem passarem por um processo de catalogação de seu conteúdo, sem acesso público.

O batismo com um nome cristão e o apagamento de sua origem africana era procedimento padrão para a maioria das pessoas escravizadas e aí está a maior dificuldade para tentar rastrear suas origens. Esse processo de desidentificação a que eram/são submetidas as pessoas negras, compõe a racionalidade colonial racista.

Perder o nome e sobrenome significava, desse modo, cortar o caule da árvore existencial, determinando às vidas rompidas, uma morte lenta, desnutrida e seca. Era o mesmo que retirar o Ser dos perímetros da humanidade, haja vista que sucumbindo sua cultura, suas histórias, suas crenças, seus processos afirmativos de tornar-se pessoa, o que restava era apenas um espectro fantasmagórico da pessoa que um dia foram. (Du Bois *apud* Missiatto, 2021)

Tal despersonalização sistematiza um agir que irá desembocar no “esquecimento” dessas pessoas como sujeitos da história em Goiás.

A persistência de Chica no imaginário das pessoas de Cocal subverte essa lógica. Em sua narração do “passado”, os cocalenses (re)significam o vivido, recompondo traços de experiências marcadas por lutas, derrotas e conquistas. Sendo assim, entendemos a figura histórico-mítica de Chica Machado como “parte da história do imaginário” (Passerini, 1993, p. 32) dos cocalenses. Segundo Luisa Passerini,

Evelyne Patlagean definiu o imaginário como “o campo de representações que vai além dos limites de experiência factual e das associações dedutivas a ela ligadas”. O lugar do mito é evidente. Tal história, da forma mais simples, construiria um inventário de períodos e temas; mas, também, mostraria como diferentes tipos de mitos se relacionam com contextos sócio-históricos e institucionais. (Passerini, 1993, p. 32)

A narrativa que envolve Chica Machado permite-nos observar a mulher nessa sociedade, e, mais especificamente, a mulher negra escravizada, por ângulos que fogem ao estabelecido pelo discurso oficial.

Segundo a lógica operante nesse período, pessoas indígenas e negras faziam parte do não humano, havia uma desumanização do ser que o sujeitava à exclusão e à exploração. Essa situação de desumanização e exploração era a condição geral das mulheres negras nessa sociedade escravocrata.

Privadas da liberdade, apartadas do lugar de nascimento e sujeitas às vontades de senhores e sinhás, permaneciam à margem dos acordos nupciais, mas formavam famílias e laços de compadrio no ambiente adverso da escravidão. Forçadas à reprodução, à lactação, à prostituição, as negras escravas também eram submetidas à labuta do roçado, ao trabalho da construção civil, às lides do serviço doméstico ou à refrega do comércio ambulante, conforme determinado pelos proprietários. (Santos, 2020, s.n.)

Trata-se de uma sociedade baseada em uma estrutura social altamente hierárquica e rígida, na qual as mulheres em geral eram sujeitadas a um controle severo. Nessa sociedade a figura feminina era, na esmagadora maioria dos casos, submetida à ordem patriarcal e permanecia na subalternidade, mas, ainda assim, encontrava brechas para uma (re)existência.

Ao iniciar nossos estudos, entendemos que deveríamos pensar as mulheres negras escravizadas de modo mais complexo e fluido, no sentido de caminhar por e entre interseccionalidades. Tal perspectiva não pretende minimizar as atrocidades perpetradas contra essas mulheres, mas intenta mirá-las sob óticas diversas.

Desse modo, partindo da história de Chica, é possível observar as mulheres escravizadas a partir de suas lógicas de resistência que em muitos casos envolvia suicídios, infanticídios, assassinatos, revoltas, fugas e sabotagens, mas em outros se dava por ações mais sutis. “Incluía, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como transmissão desse conhecimento aos demais” (Davis, 2016, p. 34). Segundo relatos dos cocalenses, após fugir de seu senhor, Chica aprendeu a ler e escrever com uma escravizada doméstica e isso lhe deu vantagem na realização de transações comerciais.

É possível ainda analisar as mulheres negras por sua percepção política, econômica e social (Silva, 2019). Havia mulheres escravizadas que trabalhavam nas ruas como “ganhadeiras”<sup>130</sup> e, dentre essas, algumas conseguiram comprar sua alforria e a de outros escravizados. Outras, forras, conseguiram a façanha de constituir alguma fortuna, o que implicou em sua mobilidade social e na de suas redes familiares. Algumas, pelo trabalho, dinheiro e relações sociais, adquiriram a imagem de mulher honrada, o que nesse caso não se relacionava necessariamente a questões sexuais, mas a uma “posição de respeito” forjada no seio da sociedade escravista. Outras envolveram-se em “desordens” e movimentos abolicionistas.

Novamente voltamos aos relatos sobre Chica Machado que conseguiu construir uma enorme fortuna, sendo considerada uma pessoa muito influente na região que abrange o norte de Goiás e sudoeste da Bahia. Os filhos de Chica foram enviados para estudar no Rio de Janeiro e, posteriormente, alcançaram posições de prestígio em Goiás. Padre Silvestre, por exemplo,

---

<sup>130</sup> Segundo Santos (2020) as ganhadeiras ou escravas de ganho eram mulheres que trabalhavam como cozinheiras, amas de leite, lavadeiras, engomadeiras e vendedeiras de alimentos crus ou cozidos e movimentavam a vida urbana das vilas e cidades coloniais, auferindo somas diárias significativas para os donos. Havia um acordo prévio no qual a renda proveniente do trabalho realizado era entregue ao senhor, mas o montante obtido além da quantia fixada pertencia à escrava de ganho, que podia ou não viver sob o mesmo teto do proprietário. Embora a mão de obra masculina fosse mais valorizada do que a feminina, quando o assunto era o comércio ambulante, os senhores tinham franca preferência pelas mulheres.

foi o primeiro deputado por Goiás, negro que falava quatro idiomas e participou da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, ainda no Império, em 1823.

Pesquisando o contexto histórico em que ela viveu, alcançamos também certas especificidades sobre a vida das mulheres em Goiás, no período colonial, que nos escapavam. Cláudia Lemes (S.D.) defende que a situação de subordinação feminina não cabia a toda a Colônia.

Esta situação não se repete em Goiás, cravado no centro do país, fazendo parte da Província de São Paulo até 1749 e também em outras províncias distantes do litoral do Brasil, devido ao isolamento vivido até meados do XIX. Essas províncias serão portadoras de outras vivências, outras experiências, decorrentes do tipo de economia desenvolvida (mineração e depois pecuária extensiva e agricultura). Os modelos familiares preconizados pela Igreja e governo serão nestas outras localidades muito mais flexíveis. (Lemes, s.d., p.14)

Lemes (S.D) e Lemke (2012) lançam um olhar para as relações familiares estabelecidas nessa época, que difere do olhar dos viajantes que passaram por Goiás a partir do século XIX e que acabou sendo reproduzido em historiografias posteriores. Segundo as autoras, há relatos de mulheres que participavam ativamente no trabalho ao lado dos maridos, bem como na administração dos bens e propriedades da família quando estes estavam ausentes, muitas, pelas circunstâncias, acabaram assumindo papéis que eram tidos como exclusivos dos homens.

Um grande exemplo são as mulheres que exercem a atividade de tropeiras, que conduziam boiadas pelas estradas, vendiam e compravam gado e outros gêneros de extrema necessidade, como o sal. Em Goiás, o Livro das Entradas informa dados de tropeiras assíduas. (Lemes, p. 23)

Levantamos ainda a existência do que poderíamos chamar de feminismo de terreiro, um desses poucos espaços de atuação que surgiram no contexto da ocupação do centro-oeste brasileiro, a partir da inserção das/os negras/os em Irmandades e Confrarias. Segundo as pesquisadoras Thais Marinho e Rosinalda Simoni (2021), as irmandades eram associações religiosas leigas mantidas por fiéis, que realizavam as atividades de assistência religiosa, como procissões e enterros, além de serem locais de reuniões e assembleias. Podemos fazer um paralelo com a igreja de Nossa Senhora das Mercês, construída por Chica para que os negros frequentassem. Embora não se constituísse como uma irmandade, era um espaço onde as pessoas negras podiam manifestar sua fé e acessarem os atendimentos ligados à religião. Essas instituições,

ocuparam o vazio deixado por um clero insuficiente, negligente e ineficaz. As irmandades, representando uma religiosidade coletiva, abrem espaços para



formas de religiosidade popular por meio das quais homens e as mulheres constituem sua própria identidade e seu enraizamento” (Moraes *apud* Marinho; Simoni, 2021, p. 35).

Chica Machado faz parte de uma constelação de mulheres que romperam com as concepções sociais vigentes do que era ser mulher e negra, dentre elas estão Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Chica da Silva (ainda que sua figura mítica possa parecer mais adaptada à lógica colonial), bem como outras menos conhecidas como Esperança Garcia, que em 1770 escreveu uma carta endereçada ao governador da Província do Piauí relatando toda violência física e simbólica sofrida juntamente com seus filhos e suas companheiras e Gertrudes Maria que apelou civilmente contra sua penhora entre 1828 a 1842.

Embora silenciadas pela história oficial, essas mulheres não deixaram de protagonizar a história. Apesar das inimagináveis brutalidades e torturas a que eram submetidas, encontraram espaço para ser agentes, revelando-nos práticas alternativas na relação do nosso “eu” com o “outro”, fazendo-nos perceber a existência de outras racionalidades em nosso próprio passado e, por fim, permitindo-nos (re)descobrir nossa tradição cultural.

Enfim, as narrativas sobre Chica Machado convocam memórias, história e saberes que fissuram a racionalidade hegemônica e nos oferecem uma outra versão de nossa própria cultura e a do passado. Por isso consideramos ser importante registrar e analisar essas histórias, pois, segundo Portelli (1997), “se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas” (p.16).

Sendo assim, entendo que ativar a memória dos cocalenses em suas ambiguidades identitárias, que são também nossas em vários sentidos, é refletir sobre a história a partir de lentes plurais que mirem os povos silenciados e apagados da formação de Goiás e do Brasil.

## **MEMÓRIAS INSURGENTES**

Nesses quase três séculos de história que abarcam o período em que Chica Machado viveu até os dias atuais, muitas narrativas foram contadas e recontadas à exaustão, muitas memórias foram apagadas, outras tantas se adaptaram e resistiram. Permanências e transformações foram superpostas neste chão cultural.

Para acessar os textos que sobreviveram a esses tempos múltiplos e concomitantes, por meio da história oral, é necessário um encontro com o outro que nos permita nos enxergar nesse

“outro” e que coloque “o tempo em nós mesmos e nós mesmos no tempo” (Portelli, 2004, p. 313). É necessário permitir ser afetado.

Quando as pessoas narram sobre Chica e as experiências de seus ancestrais nesse mundo, elas dão um outro ou um novo significado às experiências do tempo presente. Isso ocorre porque

a transmissão das experiências, dos costumes, dos modos de fazer e saber é um processo consciente, ocorre em nível verbal e com expressão corporal durante as narrativas das histórias, nas quais os detentores do conhecimento apreendido estão envolvidos numa cadeia genealógica, cultural e social de significantes. (Carvalho, 2022, p. 106).

Em nosso trajeto, para tentar alcançar essas temporalidades, pretendemos fazer um cruzamento entre as histórias ouvidas e registradas por Adélia Freitas há mais de 20 anos atrás e as histórias que persistem hoje sobre Chica Machado entre os cocalenses. Verificar como a narrativa sobre ela está presente e quanto sofreu modificações após a chegada da luz elétrica e a inserção da televisão, celular e internet na comunidade. Realizar o entrecruzamento das histórias narradas sobre Chica, a escravidão, os costumes, o que nos conta os documentos oficiais e o que nos conta a vivência da comunidade. Investigar de que forma essa narrativa oral funciona como estratégia comunicativa de representação do cocalense, de Cocal e de Goiás. De que modo a teia que entrelaça temporalidades, espaços, sujeitos e grupos garante a continuidade dos saberes e mantém vivas as experiências da ancestralidade. Como essas histórias implicam em processos de (re)existência desses corpos e em saídas para a recomposição de uma concepção do que é ser goiana.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. História oral e memórias transgeracionais para o estudo da escravidão e pós-abolição. **História Oral**, v. 25, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] - Campinas, SP Editora UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

GOIÁS ENCANTO & PROSA. **O talento de Walter Carvalho e Adélia Freitas no Goiás Encanto & Prosa**. Youtube. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Vdf-UgCAv5g>. Acesso em 06-02-2023.

LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. **O olhar sobre a mulher goiana na bagagem dos viajantes**. s.d. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/14\\_ClaudiaLemes\\_OOlarSobreAMulherGoiana.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/14_ClaudiaLemes_OOlarSobreAMulherGoiana.pdf). Acesso em: 22/06/2022.

LEMKE, Maria. **Os mina na pia de batismo da Catedral de Sant'anna: Goiás no tráfico atlântico 1762-1820**. Porto Alegre-RS, 2011. Artigo apresentado no 5º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional. Acesso em 12-06-2022, Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/lemke%20maria.pdf>.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social** – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História (UFG), Goiânia-GO, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: Debate Colonialidade do Gênero e Feminismos Descoloniais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis - SC, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MARINHO, Thais Alves; SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. Decolonialidade e mulheres negras em Goiás: do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, Juiz de Fora, v. 24, n.1, jan./jun. 2021, p. 23-52. Disponível em: <file:///C:/Users/Renata/Downloads/32146-Texto%20do%20artigo-153927-1-10-20220205.pdf>. Acesso em 22/06/2022.

MISSIATO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.13, n.24, Jan/Jul.2021 – ISSN- 2177-4129. Acesso em 14-06-2022, <file:///C:/Users/Renata/Downloads/20210-70883-1-PB.pdf>

PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em história oral. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, (10), dez. 1993

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004. 314 p.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, (15), dez. 1997.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v.8, n.1, p. 29-42, jan-jun. 2005.

SANTOS, Georgina. Papéis passados: a história das mulheres a partir da documentação arquivística. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira – Mulheres na colônia**. 2020. Disponível em: [http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5347&Itemid=460](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5347&Itemid=460). Acesso em: 21/06/2022.

SILVA, Adélia Freitas da. **Chica Machado: um mito goiano**. Goiânia: Ed. PUC-GO / Kelps, 2012.

SILVA, Murilo Borges. **Mulheres negras e plurais: gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX**. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História (UFU), Uberlândia-MG, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2411>. Acesso em 12-06-2022.

TV UFG. **Livro resgata história de negra escravizada em Niquelândia (GO)**. Youtube. 2019. Disponível em: [https://youtu.be/LJZU6vcX\\_vE](https://youtu.be/LJZU6vcX_vE). Acesso em 12-02-2023.

VASCONCELOS, Regina I. V. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004. 314 p.

# A MEMÓRIA COLETIVA DA LAGOA DO MATO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS QUADROS SOCIAIS

ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA<sup>131</sup>

JOSÉ ALVES DIAS<sup>132</sup>

A trajetória da comunidade da Lagoa do Mato, em Paramirim, Bahia, é concebida por meio da memória e da história de vida particular e coletiva e das relações e interações com a vida social do grupo. O presente estudo pretende analisar os quadros sociais da memória, mobilizados e constituídos das narrativas de homens e mulheres da Lagoa do Mato. Por ser um estudo da memória coletiva/social, conforme Halbwachs (2004; 1990), adotamos como recurso metodológico a História Oral que está diretamente associada à noção de memória, pois é uma abordagem do passado realizada no tempo presente, logo, apoia-se em testemunhos. Para obtenção das informações, a pesquisa de campo foi realizada a partir de questionários como instrumento de coleta. As conclusões parciais, pautadas nas falas dos informantes, permitem constatar que existem vários quadros sociais da memória representados nas relações entre os grupos e nas vivências que contemplam: famílias, pessoas, classe social, tradição, lugar, entre outros. Esses quadros evidenciam como era compartilhado o modo de vida na Lagoa do Mato e a relação dos diversos grupos. Não obstante ter sido uma comunidade removida do seu território, é possível constatar, ainda, a existência de marcos que permanecem vivos através das recordações. Eles integram o presente e o passado, projetando o futuro, ressignificando a memória e a história.

**Palavras-chave:** Quadros sociais da memória, Lagoa do Mato, História Oral.

## INTRODUÇÃO

A memória social pode ser evocada, individual ou coletivamente, mobilizada e ancorada no esteio das relações sociais e apresenta, entre as várias funcionalidades, a de recordar como um fenômeno existencial do tempo passado e do presente pode ser crucial nas interações humanas. Evocar uma lembrança permite recuperar a experiência do que permaneceu vivo, esquecido ou silenciado. Assim, a

[...] nossa experiência do presente fica, portanto, inscrita na experiência passada. A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, nesse sentido, um com o outro, isto porque a memória é continuamente testada na vida cotidiana. (Fentress; Wickham, 1992, p. 39).

---

<sup>131</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: roseramos41@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2833-9730.

<sup>132</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Titular do Departamento de História, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: josé.dias@uesb.edu.br. ORCID: 0000-0003-2236-9354.

Para contextualizar o estudo aqui proposto, tendo por base a história de vida dos moradores da Lagoa do Mato em Paramirim-BA, tomamos como exemplo a desapropriação de 52 (cinquenta e duas) famílias que lá viviam e que, de acordo com a CODEVASF (2021), foram removidas. Conseqüentemente, perderam seu maior patrimônio, nos aspectos materiais e simbólicos, visto que a memória do presente também está inscrita nas raízes do passado, porque é ele que existe no presente, isto é, o passado coexiste na consciência do grupo. Assim sendo, “[...] recordar para um indivíduo é reconstruir o passado a partir dos quadros sociais existentes em seu grupo” (Halbwachs, 2004, p. 372).

Desse modo, a concepção acerca do tempo social que envolve as experiências já vivenciadas seria exterior às durações vividas pelas consciências. Halbwachs (1990) apreende a noção de tempo como duração, mas debruça-se sobre o estudo a partir dos quadros sociais da memória, situando a temporalidade nos grupos e nas relações. O conceito a partir do qual é introduzida a discussão do espaço é compreendido em sua dimensão material. Os quadros sociais da memória representam “[...] um conjunto de pontos de referência” (Halbwachs, 2004, p. 373).

O ponto inicial para compreender esse fenômeno centra-se na questão de que o indivíduo recorda e, necessariamente, está inserido e localizado em grupos de referência. A teoria halbwachiana pensa a memória a partir de seus quadros sociais que constituem um conjunto de referências estáveis que determinam a existência e a manutenção de toda formação social, baseada na vivência em sociedade (Halbwachs, 2004). Desse modo, é importante ressaltar que a experiência sobre a memória dos atingidos de barragem, colhida e examinada neste estudo, foi abordada para compreender como os quadros sociais da memória são mobilizados e constituídos a partir da história de vida de homens e de mulheres da Lagoa do Mato.

## **METODOLOGIA**

Adotamos como recurso metodológico a História Oral, associada à noção de memória, pois é uma abordagem do passado realizada no tempo presente, logo, apoia-se em testemunhos e depoimentos orais. Como objeto de pesquisa ou de análise, Le Goff (1990) afirma que a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais, pois vem, por intermédio da recordação das testemunhas, possibilitando a manifestação de fontes normalmente excluídas dos relatos oficiais.

A História Oral neste estudo visa trazer à tona as memórias, através das narrativas sobre a história de vida da comunidade da Lagoa do Mato, retratadas na vivência pessoal ou de grupo, contadas pelos próprios ex-moradores e estudadas dentro dos contextos social, econômico, político e histórico. De acordo com Alberti (2008, p. 155), a História Oral “[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX”. O que define esse método é, exatamente, a realização das entrevistas e dos relatos de acontecimentos e de conjunturas do passado e do presente.

A História Oral mostra-se bastante fértil na tarefa de investigação da memória social, como é nosso caso, e caracteriza-se como um método valioso para a construção do conhecimento sobre o passado, partindo das memórias individuais como via de acesso para a reconstituição das memórias dos grupos.

Usaremos como amostra os dados referentes aos participantes que responderam ao questionário, no total de 34 (trinta e quatro), sendo que 55,9% dos participantes são deslocados; 23,5% não deslocados; outros 20,6% da amostra são correspondentes aos representantes da Câmara de Vereadores, da Prefeitura Municipal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim (STRP) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG).

Com relação aos instrumentos de coleta de dados<sup>133</sup>, utilizamos o questionário misto que foi constituído de 15 (quinze) questões 05 (cinco) discursivas e 10 (dez) de múltipla escolha, desenvolvido e aplicado via Google Forms, cujo compartilhamento do link se deu via Whatsapp. No texto de abertura, havia um convite aos participantes e informações acerca da pesquisa. O questionário ficou disponível durante um mês, entre 25 de outubro e 25 de novembro de 2021<sup>134</sup>.

Com a obtenção das narrativas, prosseguimos com a transcrição e interpretação dos dados. Conforme Minayo (1994), essas fases na pesquisa social apresentam algumas finalidades: a de estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao processo teórico-metodológico.

---

<sup>133</sup> Com aprovação do projeto da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob o número: 4.755.363, e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética CAAE 46863621.30000.0055. Seguimos os trâmites, informamos e solicitamos aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do termo de autorização para uso de imagem e de depoimentos.

<sup>134</sup> O anonimato dos informantes foi garantido, eles foram identificados por um código formado pelas iniciais da palavra "deslocados" (DES), com uma numeração que seguiu uma ordem classificada aleatoriamente, tomando por base a quantidade de questionários. Em seguida, utilizamos a numeração 2021, que se refere ao ano em que se deu o preenchimento dos dados, ficando assim (Des01, 2021).

No tocante às interpretações das histórias de vida, as fontes foram transcritas, selecionadas, categorizadas, analisadas e discutidas, ou seja, foram materiais que ainda receberam um tratamento analítico baseado na memória. Após as análises dos questionários, fizemos um comparativo para cruzar as informações, para maior suporte e, com isso, confrontar as informações obtidas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta pesquisa, os dados empíricos colhidos através dos relatos orais foram examinados pelo conjunto de categorias da memória social. Ela é concebida por nós através da memória e da história de vida particular e coletiva da comunidade.

Percebemos nas falas dos informantes que existem vários quadros sociais da memória, representados nas várias relações entre os grupos de convivências. Eles nos levam à reflexão de elementos que certificam como era compartilhado o modo de vida na Lagoa do Mato e da relação dos diversos grupos com o trabalho, com o lazer, com a tradição, com a moradia e com a infância.

### **FAMÍLIA**

A família é um quadro social da memória imprescindível para afirmar a tradição, posto que elementos comuns da cultura e dos hábitos aparecem e são mantidos nas relações de parentesco. No tocante à compreensão da tradição familiar, Halbwachs (2004) utiliza esse exemplo como o primeiro grupo social a acolher as memórias, sendo, portanto, um quadro elementar inspirador à formação do coletivo.

Ao escrever sobre a trajetória da comunidade da Lagoa do Mato, notamos que os ex-moradores, ao serem indagados, falam sobre as “[...] lembranças dos rios, dos riachos, das plantações com meus pais, das brincadeiras, da luz de querosene, enfim, muitas coisas que recordo de lá” (Des01, 2021). É nessa perspectiva que surge a reflexão sobre os dilemas presenciados pela comunidade Lagoa do Mato ao ser desapropriada e arrancada de sua realidade material e simbólica, uma vez que a trajetória de cada um estava marcada nesse espaço e no contexto familiar, envolvendo suas tradições. É possível ver alguns depoimentos que relatam “[...] muitas lembranças de tomar banho de rio, andar de carro de boi, ir pra roça com meus pais, são tantas!” (Des09, 2021).



Ao reunir o conjunto de relatos orais que permitiu identificar a história de vida dessas famílias entrelaçadas por recordações de vivências e situações por conviverem na comunidade, destacamos o seguinte depoimento:

Me lembro muito da liberdade que a gente tinha. Rio com águas correntes, limpas e próximas das casas. O rio que ficava à margem do terreno onde nós morávamos, tinha a liberdade de pescar, tomar banho sem perturbação. Não pagava água, não comprava arroz, feijão, milho, verduras, frutas, leite, porque produzíamos nosso próprio alimento (Des06, 2021).

Ao recordar de como era o cotidiano, o que significava dizer que também estava ancorado nos grupos de pertencimento, um informante expressa sentimento de saudade, “das roças e dos rios” (Des07, 2021), a outra sente-se repleta de “várias lembranças boas” (Des03, 2021).

Esses relatos demonstram que há uma sucessão de acontecimentos tecidos no seio familiar, nas relações e nos laços de parentesco e de convívio como fenômenos intrínsecos de uma comunidade em que os moradores compartilham momentos comuns. Em outras palavras, a vida estava unida por elementos referentes ao lugar físico; o sentido dela, nesse caso, ligava ao rio, a referência central de existência, percebido em falas do tipo: “[...] tomava banho e lavava roupa no rio, fazia moagem (fazia rapadura). A vida era mais simples, porém tínhamos mais liberdade” (Des14, 2021).

Assim, os ribeirinhos compartilhavam experiências similares no rio que lhes dava sentido para viver, sobre o qual desenvolviam a pesca, entre outras atividades domésticas e de plantio. Tudo isso faz-nos pensar que o modo de vida que os moradores tinham era motivo de orgulho, apesar das dificuldades que a vida material os impunha.

O contexto familiar dessa comunidade nos fornece importantes pistas, e, nessa dinâmica, a memória ocupa um lugar fundamental, tendo um modo particular de mobilização que permite garantir a continuidade, a sucessão da cultura, dos hábitos que resumem nos detalhes sobre diversos momentos da vida. Os elementos da Lagoa do Mato (trabalho, lazer, moradia, escola, infância, cultura, religião) são lembrados e compartilhados no contexto social.

Como já mencionado, é importante ressaltar que as características peculiares da Lagoa do Mato, segundo dois informantes, constituíam-se da “liberdade”, do “sossego”, da “tranquilidade” e da “paz” (Des03, 2021; Des15, 2021), o que denota uma nítida percepção de sentimentos de prazer ao recordar como era a comunidade que ainda preservava seu aspecto natural e acolhedor. Era um espaço com singularidades, fato esse que fazia com que os moradores alimentassem sensação de bem-estar. Essas lembranças desencadeiam um passado

que está evidenciado no que esses moradores viveram e nas relações que se estabeleceram no tempo e no espaço.

Como ponto comum nos relatos, com relação ao vínculo familiar, ainda podemos dizer que as atividades referentes ao trabalho não eram tidas como fáceis, do ponto de vista do esforço físico, porém não havia por parte dos entrevistados lamentações da atividade laboral (Des14, 2021; Des15, 2021). Homens, mulheres e crianças trabalhavam na moagem e na fabricação artesanal de caldo de cana, rapadura e mel. As atividades desenvolvidas na moagem também eram um momento de confraternização, de estreitar os laços entre os grupos, pois cada família cuidava e monitorava uma parte da produção, a exemplo de plantar a cana, colher e produzir a rapadura, era um trabalho em colaboração com as famílias da comunidade. Por vezes, a maneira como eles faziam parte da comunidade garantia o sustento e a reprodução material.

Essa pluralidade de memórias que já existia em certo sentido na Lagoa do Mato (grupo doméstico, grupo familiar, grupo rural) constituía os elementos da sua materialidade, era a forma concreta dessa classe trabalhadora defender seu sustento com os diversos tipos de atividades realizadas na comunidade.

O modo de vida na Lagoa do Mato é confirmado pelos informantes como um lugar apropriado às atividades agrícolas, apresentando um elevado potencial para o desenvolvimento de uma produção bastante diversificada. Como pode ser observado, há uma recordação saliente quando rememora: “ir pra roça com meus pais”, “das farturas existentes”, “não comprava arroz, feijão, milho, verduras, frutas, leite, porque produzíamos nosso próprio alimento” (Des06, 2021). É o coração falando mais alto .

Além das entrevistas e dos relatos colhidos na íntegra, vários componentes sobre a história dos ex-moradores da Lagoa do Mato, características da região e aspectos culturais foram coletados através de registros em diários de campo, feitos por nós. Esse instrumento potencializa a compreensão dos quadros sociais identificados na comunidade, tanto nas narrativas informais quanto nas formais, evidenciando a memória coletiva presente neles. Logo, as anotações captaram discursos que afirmavam a fertilidade das terras localizadas em torno do rio Paramirim, assim como suas contribuições para uma vida com abundância, sobressaindo um modo particular de viver, um pertencimento a um local e uma comunidade.

Tendo em vista que era o desenvolvimento da agricultura de subsistência que garantia o sustento de suas famílias e da comunidade, as necessidades materiais eram supridas com produções que eram desenvolvidas normalmente nas pequenas propriedades. Portanto, eram exemplos de uma classe social que estabelecia suas relações de trabalho. Muito do que era plantado, por vezes, era também trocado dentro da própria comunidade.

## INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Dadas as circunstâncias dos testemunhos, entrelaçados no tripé família, trabalho e lazer, constatamos que tais relações são fundamentais no entendimento da análise das histórias de vida que apontam para a realidade e a interpretação da própria trajetória. Interessa-nos analisar as lembranças que mobilizam a memória para compreendermos que não é uma busca descompromissada das influências do presente de quem rememora, é, sobretudo, a manifestação do que se viveu, é o próprio contexto dos fatos. Portanto, o relato que segue apresenta a trajetória de uma vida, que se refere a,

Doce infância e adolescência [...] para ir a escola, fazia o percurso a pé mais ou menos uma hora de caminha e era feito com alegria pois era diversão momentos de brincadeiras não tinha essa de pais levar os filhos para a escola quem cuidava era os mais velhos não importava se fosse parente ou não. Me lembro dos professores: Dona Edite, professor Miguel, Joel de Nina, José Carlos e Alcides. Saudades daquele tempo em que os pais tinham tempo para conversar com os filhos onde o celular e TV não fazia parte da família nas noites de lua cheia onde meu pai botava o couro de boi no terreiro da sala e debaixo daquela lua contava história e nos ensinava os nomes das estrelas, tempo onde o doce que a gente tinha era rapadura e melado de cana, no café da manhã era batata, mandioca, farofa de ovo e pão só nos domingos. Nossos brinquedos eram cavalos de pau, boneca de espiga de milho, bola de pano. As brincadeiras em grupos eram esconde-esconde, cantigas de roda, passar anel, sem falar nos banhos de rio, este, era nosso chuveiro. As necessidades biológicas eram feitas a céu aberto. A casa de adobão, fogão a lenha e colchão de palha com todas essas precariedades eu vivia no meu paraíso. Da adolescência tenho saudades dos bailes iluminados com lampiões a gás e lamparina de querosene e animados ao toque de sanfona ou toca-disco. Saudades dos reisados e das novenas de natal. Enfim saudade do meu pedaço de chão, minhas casinhas, meu umbuzeiros, minhas mangueiras até do que era dificuldade saudade da minha volta do Rio. Hoje a minha infância e adolescência estão debaixo das águas do Zabumbão (DES10, 2021).

Esse relato recupera os fatos e oferece a possibilidade de conhecer uma dessas histórias. As recordações remetem aos momentos em que o informante se conectava pelo que havia em comum entre os elos da comunidade que nutria a cultura e os hábitos, a história e a memória. Esses depoimentos fornecem, assim, informações sobre os grupos; a recordação de um lugar que ainda reportava à sensação de ser seguro e calmo. Os discursos priorizam a ideia da família como laços de reciprocidade e, também, a interpretação da vida familiar como o espaço privilegiado dos encontros.

Existiam relações de proximidade entre os familiares, os amigos, os colegas de trabalho e os vizinhos, evidências apresentadas no depoimento acima. Essas recordações marcaram,

afloraram os sentimentos e as sensações, entre tantas outras impressões que são evidenciadas e que tiveram ou têm importância afetiva na vida da ex-moradora da Lagoa do Mato. De todos esses momentos, as lembranças remetem a um passado considerado característico de cada grupo em particular, a realidade descrita constitui-se em imagens concebidas no passado, mas que estão vivas em cada um.

Com base ainda no informante citado anteriormente, notamos que a experiência de ter crescido na Lagoa do Mato resultou em uma doce infância vivida com “[...] brincadeiras em grupos, esconde-esconde, cantigas de roda, passa anel, sem falar nos banhos de rio, este era nosso chuveiro” (Des10, 2021).

Nesse relato, encontram-se fatos de contemplação marcados pelas recordações, o que tem um papel essencial na formação dos indivíduos e de suas vivências. Por outro lado, as brincadeiras promovem a interação social comum às crianças da comunidade. Logo, as memórias particulares dão possibilidades de construir uma totalidade de sentido, em um dispositivo simbólico dos indivíduos que constituem a extraordinária força das relações com o seu próximo.

Destacam-se, nesse ponto, as considerações feitas por Fentress e Wickham (1992), no tocante ao compartilhamento das recordações, enquanto fio de acesso para a memória social. Entendemos que as falas que remetem à lembrança da infância indicam a interação dos indivíduos com o espaço físico, a terra, e, assim, com o pertencimento a ela, como certa extensão do seu ser. O contato, desde criança, com o espaço fez com que se tornassem parte dela, simbolicamente.

Nessa perspectiva, a labuta na terra era mais que um trabalho para sobrevivência, passava uma sensação de pertencimento a ela. Dessa forma, podemos inferir que aqui são nascidas as emoções para com a localidade. A terra cuidou dos moradores da Lagoa do Mato, e eles cuidaram dela até a CODEVASF retirá-los de lá, foi um ato de fragmentar a individualidade e a coletividade daquele povo, uma vez que os grupos se encontravam interligados por meio dos aspectos físicos e emocionais. Para elucidar, apossamo-nos do seguinte depoimento: “Nós trabalhamos muito, desde criança já começava a trabalhar” (Des10, 2021).

Dessa maneira, o fato de a criança brincar e trabalhar na roça configurou-se como um evento comum. Contudo, também era responsável pelo desenvolvimento de tarefas no seio familiar, até mesmo para apreender o senso de responsabilidade e de partilha que remete a um passado onde infância e trabalho se misturavam, trazendo elementos de atividades colaborativas para que as crianças da Lagoa do Mato pudessem contribuir com os afazeres e aprender, desde cedo, a importância do trabalho como ofício da vida na roça.

Em suma, concluímos que na comunidade da Lagoa do Mato há uma evidente construção dos quadros sociais da memória, compartilhados pelos grupos através das relações em que esses mesmos grupos mantinham em comum necessário para uma memória social da comunidade.

## CONCLUSÃO

O esforço em trazer à tona a história de vida dos moradores da comunidade Lagoa do Mato reverberou, através de relatos, um misto de sentimentos produzidos por pessoas que tiveram suas vidas transformadas. A circunstância do deslocamento alterou a vivência, os sonhos, os projetos, além das relações de solidariedade e fraternidade entre homens e mulheres daqueles aglomerados. Outrossim, uma situação agravante foi o fato de terem alterações nos afazeres, no trabalho, nas atividades compatíveis com a demanda do meio rural, o que impactou o ideário de uma vida comunitária e das condições de sobrevivência. Contudo, a partir dos testemunhos, constatamos a existência de quadros sociais que permanecem vivos através das recordações que integram o presente ao passado e projetam o futuro, dando significado e sentido à memória e à história da Lagoa do Mato.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes orais: História dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2008.
- CODEVASF – **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.** Pagamento de Indenização. 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2006/pagamento-de-indenizacao/?searchterm=barragem%20do%20zabumb%20C3%A3o>. Acesso em: 20 Abr. 2021.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado.** Lisboa: Teorema, 1992.
- HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria.** Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción; Universidade de la Concepción: Caracas; Universidade Central de Venezuela, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

# PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

RUAN LUCAS MARCIANO<sup>135</sup>

O presente estudo busca propor o debate no qual relaciona o Ensino de História à potencialidade de aprendizado de estudantes do ensino básico em contato com pesquisas historiográficas. A separação entre pesquisa e ensino apresenta uma lacuna possível no processo de ensino e aprendizagem, uma vez distanciados esses dois mundos, o não contato de estudantes que ainda não foram inseridos em ambientes de produção acadêmica aloca socialmente a produção de conhecimento histórico a um espaço distante das escolas. Tal inquietação surgiu durante o cumprimento da matéria do Programa de Pós-graduação em História da UFG, com título Didática da História. Resumidamente, um dos exercícios solicitados a nós, alunos do programa, fora o de apresentar nossos temas de pesquisa, os quais em sua maioria não estavam inseridos no eixo temático da Didática da História, a estudantes da rede de ensino básico. Imprevistamente, os estudantes demonstraram anseio, curiosidade, opiniões, proposições e inquietações que esfacelaram inúmeras concepções quanto à relação entre ensino e pesquisa, dos alunos da disciplina de Didática da História que participaram dessa breve inserção de temas acadêmicos no ensino básico. Quem poderia definir, em termos de currículo, o sentido abrangente de cultura que pressupõe que todos os sujeitos - estudantes - compartilham o mesmo sentido do conteúdo, considerando as incontáveis maneiras de se lidar com o tempo histórico produzidas em espaços sociais tão amplos como as salas de aula brasileiras? Uma das pequenas possibilidades adquiridas pelos relatos do exercício comporta que o distanciamento de interesse entre os temas de pesquisas acadêmicas e estudantes pode não ser tão extenso. Esse texto não está alicerçado em argumentos conclusivos, contrariamente, ele se propõe ao questionamento das ordens discursivas. Não se trata de deslegitimação do papel do historiador, mas de incorporar o próprio método de produção historiográfica como uma potencial ferramenta de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Pesquisa, Historiografia, Discurso.

## HISTÓRIA: O ABANDONO E A RETOMADA À VIDA PRÁTICA

Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo “tal como ele foi”. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (Erinnerung) quando ela surge como um clarão num momento de perigo (Benjamim, 2012, p. 11)

Porque articular o passado historicamente pode ser um bom ponto de partida para o presente texto. Os debates que circundam o Ensino de História focalizam, sobretudo, na importância da História na vida prática dos sujeitos. Pesquisadores e pesquisadoras da ciência histórica brasileira como Saddi (2010), Schmidt (1999), Nicolini (2019), entre outros, instigam tais debates a partir dos pressupostos de Jörn Rüsen (2001) (2007), Lee (2003), Seixas (2012) e demais que se debruçaram sobre o Ensino de História.

---

<sup>135</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História, mestrando pelo PPGH-UFG. Bolsista FAPEG. Orientador: Profº Dr. Cristiano Nicolini.

Torna-se mais oportuna a discussão quando nos questionamos; para quê se estuda a história? Quem consumirá as inúmeras linhas produzidas por historiadores e historiadoras? Quando iniciamos uma guinada ao passado, visitamos um outro estranho “numa espécie de casa de gente desconhecida” (Lee, 2003, p. 19), a diferença desta visita pode ser identificada pela relação individual com o passado. Ou seja, um(a) historiador(a) observará o passado pelo presente com uma série de ferramentas epistemológicas que lhe darão abrangência e sentido a partir daquele contato. Diferentemente, estudantes do ensino básico formarão sentido a partir de sua vivência que, assim como historiadores(as), são instigados pelas Carências de Orientação no tempo. A diferença entre essas duas relações é objetiva, porém substancial. O historiador verá o passado pelo prisma do ofício, da teoria, da metodologia, das fontes; um estudante produzirá sentido pelo conteúdo histórico destacado pelo(a) professor(a) em sala de aula.

E onde ficam nossas pesquisas? Elas produzem efeitos em sala de aula? Pesquisar a Cadeia da Cidade de Goiás, no século XIX, interessaria somente aos pares ou é capaz produzir sentido prático também aos estudantes?<sup>136</sup> Nesse sentido, o texto pode se desdobrar em um olhar para si. Um percurso possível é compreender como a divisão entre pesquisa e docência, possivelmente, dificultou a relação entre esses dois campos. Schmidt (2009) afere que:

Há de se destacar que, nesse processo, as formas de escolarização provocaram um distanciamento entre a História como ciência e sua organização para fins de ensino, constituindo uma espécie de “especialização técnica”. Um dos elementos dessa especialização foi o fato de que o aprendizado passou a ser visto como um processo passível de ser dirigido, controlado e essencialmente prescritivo, como, a indicada na proposta de “transposição didática”. [...] a transposição didática fundamenta-se na perspectiva da aprendizagem baseada no desenvolvimento de habilidades cognitivas universais, cuja referência é a pedagogia por objetivos e/ou pedagogia das competências (Schmidt, 2009, p. 10-11).

Contextualizando a argumentação da autora, após o “esvaziamento” do que conhecemos como História *Magistra vitae*, a ciência histórica se apresenta como elemento contraditório que “se tornou incapaz de perceber os elementos didáticos que compõem a sua própria disciplina” (Saddi, 2010, p. 68). Tal sentido fora sintoma direto das composições teóricas e metodológicas da História no século XIX; ela deixa de ser “espaço de experiência” no qual ensinava pelo prisma dos exemplos; Saddi (2010, p. 69) apontou esse movimento como “esvaziamento do antigo topos”. A cientificação do passado, nesse sentido, fora responsável pela separação da

---

<sup>136</sup> O tema em questão trata-se da pesquisa em andamento pelo Programa de Pós-graduação da UFG. Tais questionamentos surgiram a partir da matéria didática da História, na qual apresentamos, brevemente, nossos temas de pesquisas acadêmicas – que em sua maioria não dialogavam diretamente com a didática da História – a crianças e adolescentes do ensino básico. A Cadeia em questão fora uma das pesquisas.

História com a vida prática, pois a especialização, o método e a incrementação narrativa faziam parte de um ofício restrito – do historiador – (Idem). Complementa o autor:

Ou seja, a história deixou de responder às necessidades práticas dos homens, perdendo a sua tarefa de ensino e aprendizado, para se dirigir exclusivamente a sua tarefa de ensino e aprendizado, para se dirigir exclusivamente ao grupo de pesquisadores especializados. Ela não legitimava-se mais por suas funções de orientação, mas simplesmente pelo fato de existir (Saddi, 2010, p. 70).

Mesmo após identificada essa lacuna disciplinar, o Ensino de História ainda seria visto como subárea. Para Saddi (2010) esse efeito pôde ser observado na sociedade alemã, na qual “a crise estava ligada ao fato de que nem a Ciência da História nem o Ensino de História estavam em condições de atender às demandas e necessidades” (Idem, p. 71). Ou seja, nos anos 60 e 70, a disciplina que tenta explicar o passado a partir do presente estava prestando contas à sociedade; ora, nada mais oportuno que em um momento de crise haja replanejamento, reestruturação e reflexão. Aquilo que autores como Rüsen (2001) destacaram como Didática da História, surge a partir da crise do Ensino de História; simplificada, a DH abrange e retira do baú uma relação perdida da história com os sujeitos. Complementa Saddi (2010):

No âmbito da Teoria da História, a reflexão sobre os fatores e fundamentos da Ciência Histórica possibilitou a superação da redução dos estudos históricos à metodologia da pesquisa. Ao retornar às categorias interesses e funções, a Ciência Histórica a ser pensada em seu vínculo com a vida prática, tanto surgindo de carências de orientação temporal quanto exercendo funções de orientação temporal (Idem, 71-72).

A Didática da História se relaciona à filosofia da História e a teoria, se estendendo aos campos epistemológicos que envolvem o processo de ensino e aprendizado histórico. Nesse ponto, trata-se não de compreender os fatos assim como foram realizados no passado, mas, pensar historicamente a partir das aulas a fim de suprir as carências de orientação dos sujeitos no presente. A amplitude dessa nova relação, da História científica e Didática da História, produziu novas concepções e, ao que nos interessa, encurtou aquilo que motivou este texto; A História desce da torre marfim e “significa que a didática da história deixa de ser concebida como um simples repertório de técnicas de ensino-aprendizagem, para se constituir como um campo de reflexão sobre os vínculos entre o conhecimento histórico e a vida prática” (Mendes, 2022, p. 92).

Oportunamente, a perspectiva ruseniana propõe uma abordagem diferente do que se conhece como didática. A Didática da História busca atravessar a vida prática dos sujeitos, isso significa não apenas mudança de sentido semântico, mas, prático. A Didática da História parte



do pressuposto de intensificação relacional entre teoria, metodologia e ensino; de acordo com Mendes (2022, p. 102) Rüsen “propõe que o método dialético faça uma combinação entre a hermenêutica da intenção dos agentes e a analítica dos condicionantes estruturais”. A hermenêutica responsável pela compreensão da experiência, relacionaria às diferentes intenções de “situações imprevisíveis”; a função analítica vincularia “o tempo” e como as diversas experiências passadas “dependem de circunstâncias e condições externas ao agir humano” (Idem, 102). Todavia, ambas as funções tomadas isoladamente não são suficientemente abrangentes, tampouco conseguem contemplar o que se espera do processo de ensino e aprendizado. Nesse caso, não se trata de escolha, mas de complementação metodológica. Com efeito:

Caso o pesquisador/professor empregue apenas a hermenêutica em sua explicação, corre o risco de negligenciar os condicionantes materiais que delimitam o significado e as intenções da experiência humana. Por outro lado, uma abordagem estritamente analítica pode “naturalizar a experiência histórica, negando aos agentes históricos a possibilidade de liberdade ou escolha diante das condições materiais dadas. Por isso, Rüsen propõe o método dialético como uma alternativa à oposição que aparentemente existe entre o método hermenêutico e o método analítico. Na perspectiva dialética, o tempo é experimentado como uma determinação mútua entre as condições objetivas e as intenções subjetivas, e algumas coisas são possíveis em determinado contexto e explicáveis mediante a coordenação entre tais condições e intenções (Mendes, 2022, p. 103)

A partir do que fora discutido acima, percebe-se a retomada da proximidade entre o Ensino de História e a Teoria da História. Mesmo com a intensificação das discussões que incorporam uma relação mais essencialista da Didática da História com a pesquisa científica, o ensino permanece distanciado do campo responsável por desenvolver análises historiográficas.

## **DIDÁTICA RECONSTRUTIVISTA: APROXIMAÇÕES ENTRE ENSINO E PESQUISA HISTÓRICA**

O conceito de “transposição didática” que, ao longo dos debates educacionais do final do século XX, trazia a premissa de abranger o conhecimento em sala de aula considerando também, por exemplo, elementos externos ao ambiente escolar fora incorporado ao ensino no Brasil, em meados das décadas de 80 e 90. Outrossim, autoras como Schmidt (2020) problematizam o conceito por interpelar a permanência de práticas que desconsideram a atividade docente como participante na construção do conhecimento. Ou seja, o conceito baseava-se, a partir dos autores que o debatiam, “na diferenciação das funções entre o saber

científico e o saber escolar” (Schmidt, 2020, p. 25). Portanto, apesar de versar quanto aos elementos externos à escola, a transposição didática demarca o limite entre o escolar e o científico. Com efeito, a transposição didática ainda tinha em seu horizonte outras particularidades:

Parece haver uma conformidade com a ideia de que o professor seria o transmissor de um saber, evidentemente, um transmissor qualificado, que é produzido em outras instâncias, diminuindo suas chances de se tornar o produtor do conhecimento histórico, por exemplo, reelaborando constructos teóricos a partir de suas experiências e inserções na prática social (Schmidt, 2020, p. 26).

A transposição didática partiria da construção do conhecimento unilateral, fixando a ideia de que os estudantes seriam sujeitos à espera da formação cidadã. Os diferentes usos daquilo que poderia ser a didática, fora realizado a partir de uma externalidade que interferiria diretamente em sala de aula – o conhecimento acadêmico, porém, ignorando as relações sociais e construção de conhecimento produzidas a partir da relação entre professores e estudantes –, as dinâmicas que antecedem o conhecimento em sala de aula passariam por dois momentos; i) o conhecimento científico/acadêmico, responsável por “produzir” conhecimento, refinaria a percepção do que é conhecido como passado, com isso, a editoração dos livros didáticos condensaria o conhecimento científico; ii) o(a) professor(a), dotado(a) das metodologias, transporia aos estudantes o conhecimento histórico que se esperava nesse período baseado no currículo escolar. Essa relação torna-se ainda mais intensa quando se considera todos os desdobramentos na composição de livros didáticos e as disputas que entremeiam sua construção (Mendes, 2022).

Na percepção do que viria a ser a Didática da História, o *modus* de pensamento histórico não é criado a partir de subterfúgios epistemológicos, de separações entre o ensino e a ciência histórica. Autoras como Schmidt (2020) aprofundaram as discussões no que tange a formação dos sujeitos e o pensamento histórico; a Didática Reconstructivista da História considera que a relação entre professores/professoras de História e estudantes, seria responsável pela reconstrução do passado através de epistemologias da própria História. Para tanto, a autora se apropria de conceitos e categorias elaboradas pela DH e, sobremaneira, amplia as dinâmicas possíveis em sala de aula. Aponta a autora:

Reconstruir o passado na aula de História, este é o ponto de partida da Didática da Reconstructivista da História. O diálogo entre a História como ciência e a Didática da História, na perspectiva de que o passado não é uma construção, mas uma reconstrução, significa, entre outros, assumir o princípio da existência dos acontecimentos do passado e a possibilidade de serem

reconstruídos metodicamente. Significa também aderir ao pressuposto da narrativa como forma e função da aprendizagem histórica, considerando que a atribuição de significados e sentido pelo conhecimento histórico relacionam-se ao entendimento de que a consciência histórica é o ponto de partida e de chegada da aprendizagem (Schmidt, 2020, p. 73).

A proposta dialogista, mencionada pela autora, tem impacto direto no que concerne ao Ensino de História. Ela – a Didática da História – “propõe, assim, um contraponto ao princípio de que a relação pedagógica seja produzida pelo princípio da transposição do conhecimento científico para o conhecimento escolar e se anuncia a possibilidade de construção do passado” (Schmidt, 2021, p. 169). Isso significa que ela considera o próprio ensinar, bem como o aprender, parte da reconstrução do conhecimento histórico, admitindo as diversas relações estabelecidas por esse movimento.

A autora incorpora a partir da matriz da Didática da História, elaborada por Rüsen, a noção de dialogismo. Não nos aprofundaremos em tais elementos, há autores que se debruçaram sobre e, possivelmente garantirão uma maior apreensão dessa matriz – um exemplo legítimo é o próprio texto supracitado. Nesse sentido, Schmidt (2021) busca, nos textos de Mikhail Bakhtin, o conceito de dialogismo, no qual reforça que “a interação dos interlocutores é o fundamento da linguagem” (Idem, p. 172); a relação entre os diferentes sujeitos produzem narrativas próprias e, admitidamente, considera que todo discurso atrelado ao conhecimento ou qualquer área social, estabelece uma relação entre interlocutores – mesmo que um deles não possa emitir discursos verbais ou escritos – “nenhum discurso é individual” (Idem). Mas o que a noção dialógica insere? Para a autora, o dialogismo pode contribuir com a “Consciência Histórica” dos sujeitos “incluindo um polo da práxis e do dialogismo” (Ibidem). Acrescenta a autora que a tipologia Consciência Histórica Dialógica atribui sentido prático e crítico.

#### Questões:

“As questões estão relacionadas ao horizonte social dos sujeitos, gerando contrapontos e consensos, com a finalidade de analisar e superar situações de dominação e de gerar possibilidades de emancipação”

#### Pensamento Histórico:

“As habilidades não são apenas categorias que constituem formas de pensar historicamente. São estratégias do pensamento histórico que articulam conceitos, conteúdos, categorias e princípios com vistas a construir atribuição de sentidos”

### Orientação:

“Além de continuidades e mudanças, a orientação temporal deve reconstruir as relações presente, passado e futuro com o objetivo de apreender as rupturas e redimir o passado à luz das lutas e sofrimentos do presentes esperanças do futuro”

### Narrativa:

“É construída a partir do diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos. Entre outros aspectos constitutivos deste diálogo estão os significados e a atribuição de sentido, a intersubjetividade que constrói os próprios sujeitos produtores da narrativa, e os tipos de sociabilidade efetivadas na e pela relação entre os sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e dos sujeitos com a sociedade”<sup>137</sup>

Essa aproximação entre o ensino e teoria, sobretudo, alonga a percepção que temos quanto ao processo de aprendizado histórico. Isso parece estabelecer um olhar para si, do papel enquanto historiadores e historiadoras; a organização sistemática do conhecimento histórico dos pesquisadores/professores, nesse sentido, precisa ser ainda mais intensificada. Como observou-se, ela necessita de uma relação íntima com conceitos, categorias, metodologias, teorias do Ensino de História e da Pesquisa Historiográfica. Justamente por expor essa busca pelo aperfeiçoamento do Ensino de História enquanto emancipador, o conhecimento é produzido, ou melhor, reconstruído, pela relação com o outro. Com efeito, a autora tece quanto a organização do ensino e aprendizagem:

As formas de organizar o ensino e a aprendizagem referem-se ao momento em que, tanto quem ensina, quanto quem aprende, assumem o estatuto narrativístico da ciência da história para apresentar o produto da relação com o conhecimento histórico. O retorno à vida prática indica o momento em que o conhecimento ensinado e aprendido revela o significado e sentido de orientação temporal que têm para os envolvidos no processo de ensino e aprendizado, ou seja, os professores e os alunos, indica-se, aqui, o cerne da matriz rüseniana da Didática da História, o processo dialógico de construção de sentidos, a partir do conhecimento que produz o envolvimento dos sujeitos no seu próprio autoconhecimento, no conhecimento do outro e do mundo, bem como a ação com vistas à transformar o mundo em que vive. Ressalta-se que aprender a pensar historicamente não prescinde da escolha do conteúdo ou do passado que se quer aprender, para que o processo de subjetivação na relação com o conhecimento seja significativo e tenha sentido para os envolvidos na relação ensino e aprendizagem (Schmidt, 2021, p. 180).

No entremeio do conhecimento científico e do aprendizado, os sujeitos interlocutores produzem sentido àquilo que observam e refletem. Até no silêncio o discurso pode ser

---

<sup>137</sup> Schmidt, 2021 baseado em LEVESQUE, Stéphane; CLARK, Penney. Historical Thinking: Definitions and Educational Applications. In: METZER, Scott Alan; HARRIS, Lauren McArthur (Eds.). The Wiley International Handbook of History Teaching and Learning. Wiley-Blackwell, 2018, pp. 119 148.

produzido, a descida da torre de marfim é um indício de que a história, enquanto ciência do passado humano, deve produzir efeito prático nos sujeitos, ou seja, contrariamente, ela não deve pressupor o silêncio como ponto de partida, mas, o diálogo e a produção do discurso emancipador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chafurdar na concepção da Didática Reconstructivista da História, observamos que a aproximação da História com os sujeitos/estudantes, fora essencial no que se refere à retomada do sentido prático da disciplina. Ainda assim, podemos nos questionar quanto ao processo de ensino e aprendizado histórico em um limite; o ensino, mesmo que se pense e relacione a própria epistemologia do conhecimento histórico à didática, permanece distanciado das pesquisas acadêmicas em decorrência da formação discursiva que a própria escola incorporou ao longo do tempo.

Mesmo com a amplitude dos debates que a Didática da História tem tomado ao longo das últimas décadas, o conhecimento científico ainda enfrenta barreiras sociais e formativas. A transposição didática, mesmo que já indesejável do ponto de vista do ensino de História, produziu efeitos ainda orgânicos na sociedade brasileira. Debates como o dialogismo proposto por Schmidt (2021) estão na esteira de possíveis caminhos no âmbito do ensino de História, por se comprometer com a ultrapassagem de conceitos como o de transposição. O texto em questão, pouco resolve este problema, mas elenca argumentos que, possivelmente, mais a frente serão retomados a partir de pesquisas densificadas.

Por outro ângulo, parte das inquietações esboçadas no início do texto foram contempladas. O próprio movimento discursivo e problemático da função da História na vida prática dos sujeitos, revela que essa aproximação entre pesquisa e ensino tem surtido efeitos. Quando se admite que a reconstrução do conhecimento histórico está atrelada ao uso das ferramentas epistemológicas da História, isso inclui que os sujeitos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizado necessitam dessa aproximação – entre sala e academia. O professor, nesse sentido, se apropriará de ferramentas lapidadas pela pesquisa – conceitos, categorias, metodologias e teorias – ao mesmo tempo que formulará, a partir do dialogismo, noções próprias atravessadas pelas trocas em sala de aula. Ele é, nesse meandro, agente duplo; mediador e pesquisador do ambiente social no qual esse diálogo ocorre.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte, Autêntica, 2022.

MAYNARD, Dilton Cândido et. al. **Fontes para o ensino da História do tempo presente**. Edupe, 2022.

MENDES, Bruno. **Limiar**: Estudos de teoria, metodologia e ensino de História. Cegraf UFG, 2022.

NICOLINI, Cristiano. **Entre Histórias e memórias**: o pensamento histórico e as narrativas sobre regionalidade na educação básica do Vale do Taquari-Rs. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 261, 2019.

SADDI, Rafael. Didática da História como sub disciplina da ciência histórica. **História & ensino**, Londrina, v. 16, n.1, p. 61-80, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/13724/5/Artigo%20%20Rafael%20Saddi%20Teixeira%20%20%20-%202010.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SCHIMDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Didática reconstrutivista da história**. Editora CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no ensino de História: “a captura lógica” da realidade social. **História & ensino**, Londrina, v. 5, p. 147-163, 1999. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12443>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Didática reconstrutivista da História e a formação da consciência histórica dialógica. **Revista territórios & Fronteiras**. Cuiabá, v. 14, n. 12, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/11> Acesso em: 22 mai. 2023.

# ESTÁTUAS COMO NARRATIVAS HISTÓRICAS: ANÁLISE DA ESCULTURA PRODUZIDA POR JOSÉ CARLOS DA SILVA E SUA REPRESENTATIVIDADE SOCIAL

SILVIA AYABE<sup>138</sup>

Neste trabalho, propõe-se a análise das histórias contadas por meio de uma escultura produzida pelo artista plástico José Carlos da Silva, também conhecido como "Índio", que atualmente encontra-se exposta no Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande - Mato Grosso do Sul. As estátuas não são apenas ícones estéticos, mas também podem misturar-se com a história de um lugar, como é o caso dessa escultura. O museu, que está localizado onde anteriormente havia a Fazenda Bálsamo e ilustra a história da família Pereira, tem como objetivo manter viva a história dos primeiros moradores da região. A visita oferece ao público a oportunidade de conhecer a pequena casa, os móveis e objetos da família, permitindo que se tenha uma ideia de como as pessoas viviam no final do século XVIII e início do século XIX. No entanto, a versão apresentada sobre a importância dessa estátua na visita guiada, nos livros memorialistas e até mesmo em alguns escritos acadêmicos acaba por desvalorizar a participação das mulheres, dos escravizados, dos quilombolas e dos indígenas na formação da cidade. Com base na contextualização do papel social e simbólico das estátuas em espaços públicos, pretende-se explorar a arte como vetor de mudança, por meio de uma breve revisão bibliográfica de artigos e textos que enfocam a problemática de estátuas de personalidades controversas que ainda são preservadas e mantidas em espaços públicos, e como o poder público, os cidadãos e os professores de história vêm lidando com essa questão nos últimos anos. Utilizar-se-ão escritos memorialistas, pois o público amplo continua buscando em obras que se dizem históricas a verossimilhança. Seguindo esse pensamento, acredita-se que os escritos memorialistas configuram mais uma maneira de manter viva a importância da preservação de patrimônios culturais locais e a valorização desses por parte da população. Isso não significa que a própria escrita do que os autores cunham como monografias com circulação restrita não possa ser repensada à luz dos conhecimentos acadêmicos. Essa difusão, que é inegavelmente mais facilitada para o público local quando comparada aos escritos da academia, pode se aliar às novas informações e produzir materiais ricos e inclusivos, com a possibilidade de proporcionar identificação a uma maior diversidade da população local.

**Palavras-chave:** Estátua. Memória. Educação.

Tendo como norte a perspectiva de Myrian Sepúlveda dos Santos, analiso os processos históricos e sociais que dão a base do discurso museal presente no Museu José Antônio Pereira, localizado em Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Aqui os usos do passado são ponderados pois deixaram de existir apenas no campo do individual e privado das memórias afetivas de uma família e passaram a pautar toda a construção da identidade local, dada a impossibilidade de recorrer ao passado de forma neutra, seus usos podem estar engajados em diferentes direções, todas elas com propósitos, evidentes ou não. Busco revelar o papel desempenhado por diversas linguagens museológicas (visita guiada, apresentação digital e online, formas de

---

<sup>138</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e bolsista CAPES

colecionamento, tipos de objetos materiais, classificação, exibição) que circulam para além dos muros acadêmicos tendo um efeito mais direto sobre a produção de conhecimento histórico e, conseqüentemente, nas formas de percepção dos cidadãos sobre a cidade e sobre sua própria identidade. No caso desse artigo, devido ao espaço diminuto, realizo análise da estátua presente no citado museu.

Sendo este um trabalho que se embasa em um recorte espacial bastante específico cabe, portanto, uma introdução sobre tais elementos. Diversos escritos de historiadores brasileiros se definem ou, são definidos por pares, como sendo da área de História Regional. Ao realizar uma rápida consulta<sup>139</sup> no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é possível encontrar diversas equipes que incluem o regional em seu nome, procurando validar sua existência, cito aqui alguns desses: Desenvolvimento Regional na Construção de Sociedade Sustentável na Amazônia (Universidade Federal do Amazonas), Análise Regional da Dinâmica da Paisagem (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE), Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional (UNIOESTE), Formação sócio-histórica regional (Universidade de Santa Cruz do Sul) e outros. O próprio Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, tem como área de concentração: História, Região e Identidades.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p.55), o interesse na temática se encontra mais visível naquelas universidades tidas como “periféricas”, “tanto em relação ao processo histórico, quanto à produção historiográfica do país”. Esse acontecimento é atribuído ao fato de serem regiões com muito ainda a ser explorado, contudo, muitos desses estudos trabalham partindo dos problemas que acontecem na localidade e não problematizando a própria construção ou invenção de fronteiras e identidades.

Porém, isso não significa o fim da discussão sobre a validade dessas definições, visto que, muitos outros profissionais não a consideram válida. A justificativa para isso é a de que a história ocorre na região, mas não existe qualquer história da região, tudo seria História do Brasil. Para outros, como Targa (1991), a região existe somente diante de outras regiões, e todas elas se encontram dentro de um quadro de totalidade no qual se inserem, o estudo do regional, então, seria comparativo.

Albuquerque Júnior (2008, p. 56), acusa os historiadores de, quase sempre, negligenciar que o espaço é também uma dimensão constituinte dos próprios eventos históricos. Portanto, partindo dessa análise, minha pesquisa foi feita trabalhando a região como espaço vivo, rico e

---

<sup>139</sup> Pesquisa feita no dia 18 de Dezembro de 2021.



dialético. Em uma constante busca de evitar a confusão que é, buscando criticar a estabelecida história oficial, acabar por reforçá-la, alimentá-la ou legitimá-la. Portanto, concordo com Viscardi (1997) que ao tratar a região como um recorte, a história regional não se constitui propriamente em um método, para a autora, tampouco possui um corpo teórico próprio e devidamente sistematizado.

A região é sustentada pelos discursos que lhe definem, porém, estes são passíveis de revisão, não podem e não devem ser vistos como limitados. Dessa forma acredito que uma pesquisa em história regional consiste em uma opção de recorte espacial do objeto estudado, compactuando com os autores citados, trabalho a região como lugar de desconstrução, questionando a naturalidade de sua existência.

Em diversos momentos no Brasil, seus intelectuais procuraram constituir uma identidade comum a todos os brasileiros, no despontar da República, com o surgimento de novos grupos políticos, ambientes e contextos sociais diferentes incentivaram a busca por novos sustentáculos de uma identidade nacional. Essa movimentação se repete de forma muito parecida em diversas cidades e estados brasileiros, não sendo diferente em Mato Grosso do Sul, tendo como momento de demanda por uma identidade forjada a divisão do estado no ano de 1977. Transformado em seu território, porém, com a manutenção da elite governante, se transforma a necessidade de rituais, símbolos oficiais, bandeira, hino, datas festivas e outras ações que perseguiam alguma forma de coesão social. Com esse novo estado, surge também uma jovem capital.

Para trabalhar as dimensões de espaço e do tempo, na arquitetura e na narrativa, Paul Ricoeur (1998) nos mostra que o espaço se dá a ler e o tempo se dá a ver. Dessa forma, seria papel do historiador resgatar a alteridade do passado de uma cidade por meio das representações de tempo e espaço que a mesma oferece.

Já os estudos sobre museus vem se multiplicando na última década, tanto no campo da própria museologia, quanto entre profissionais da História e Sociologia. Esse diálogo interdisciplinar nos proporcionou ricas pesquisas que articulam a configuração dos museus brasileiros, sua constituição e, até mesmo, sua relação com as academias e instituições escolares.

Além disso, por ter nascido e vivido a maior parte da minha vida em Campo Grande minha pesquisa pode, erroneamente, ser considerada um estudo “na” cidade, porém, o afastamento como método historiográfico me permite um estudo da cidade.

## **BREVE HISTÓRIA DA REGIÃO**

Secularmente ocupada por densas populações ameríndias, a região que hoje é conhecida como estado de Mato Grosso recebeu seus primeiros habitantes luso-brasileiros após conflitos ocorridos em Minas Gerais, o levante entre paulistas e emboabas que resultou na sedição de Vila Rica<sup>140</sup> acabou por promover a dispersão desses grupos para os sertões do território da América Portuguesa. Já na recém invadida região as relações com os povos originários foram marcadas por tragédias, alianças e negociações. Essas terras eram habitadas por incontáveis etnias indígenas, segundo Rosa (2003, p.36) “O que sabemos hoje ainda mal desenha a diversidade de domínios indígenas no espaço reterritorializado como termo da vila do Cuiabá. Os nomes-de-etnia (etnônimos), adulterados e incompletos, permitem apenas vislumbrar o universo multicultural desta parte mais central”.

Os indígenas realizavam fugas, ataques a monções, roubo de ouro dos garimpeiros, destruição de povoados e, até mesmo, alianças com padres jesuítas na formação de aldeamentos, como formas de impedir que o colonizador tivesse acesso a suas terras, além disso, realizavam trocas desses produtos por armas ou outras mercadorias. Dentre todas as populações originárias apontadas na historiografia, não existe um número exato para determinar a quantidade de indígenas e, nem mesmo, as diversas etnias existentes.

Para Rosa (2003, p.11) “Heterogênea, desigual, escravista mercantil, de “antigo regime”, a sociedade colonial que se formou aqui no século XVIII especializou suas diferenças, contradições. Mas também suas combinações táticas, acordos ocasionais, fugazes alianças”. A vida urbana era intimamente ligada a rotina rural, à mineração tornava muitos habitantes apenas passageiros e as monções movimentavam essas pessoas. O autor ainda aponta que

Em 1740 existiam mais de dois mil índios administrados, no termo da Vila Real. A população do termo era mais ou menos seis mil pessoas, os índios sendo 35 por cento desse total. Não se sabe ainda quantos viviam na vila. Mas trabalharam na construção do espaço edificado em seu território invadido, moraram nele, percorreram-no de ponta a ponta. (Rosa, 2003, p.37)

Para Luiza Volpato (1987, p.147), a sociedade de Mato Grosso do século XVIII era marcada pela militarização e pelos problemas impostos por estar localizada em fronteira territorial com colônias de domínio hispânico, assim, os moradores eram submetidos a uma

---

<sup>140</sup> Revolta ou sedição de Vila Rica foi um conflito ocorrido nas Minas (atual cidade de Ouro Preto – Minas Gerais) no início do século XVIII, o alvo eram as casas de fundição que seriam instaladas a mando da Coroa Portuguesa para ter um melhor controle do ouro, taxas de exploração, comercialização e circulação entre os habitantes das vilas. Porém, a criação de novos impostos e a rigidez de sua cobrança não atraíam os trabalhadores das Minas, originando a tensão que acabaria em Revolta. Sobre esse tema ver: Almada, M., & Monteiro, R. B. (2019). O Discurso e a Notícia: manuscritos sobre a revolta de 1720 atribuídos a Pedro Miguel de Almeida, 3 o conde de Assumar. Tempo, 2019.

vida de dificuldades. Argumentos questionados por Carlos Alberto Rosa (1996, p. 15), o autor defender que a existência do mundo urbano coloca em dúvidas a pobreza e miséria defendidas por Volpato. Sua análise foi baseada na tese do “antigo sistema colonial”, estudando as manifestações de urbanidade que moviam a Vila Real do Cuiabá através dos aparatos administrativos, das propriedades rurais e urbanas, das festas, das irmandades, das ações tidas como profanas, e outros.

A movimentação de pessoas no sul do então estado de Mato Grosso, começa mais tardiamente, apenas após o fim da Guerra do Paraguai quando se espalham as notícias sobre os grandes campos de vacaria e terras devolutas presentes nessa região. Com esses relatos se multiplicando, se intensifica o processo de imigração, feito, principalmente por: cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos. Esse início de povoamento, suas causas e consequências já se diferem muito do norte do Estado, nos dando certeza de histórias já bem distantes.

Campo Grande não começou diferente de qualquer expressão urbana portuguesa, seguiu o padrão europeu/eclesiástico de construções urbanas com o centro marcado por uma edificação religiosa cristã. Organizada pelas câmaras, a vila era ponto central da religião e política do sul de Mato Grosso. A região permaneceu em constante movimento após alcançar o status de vila e, dessa forma, o espaço urbano foi sendo construído por população pequena, mas diversificada. Ao receber a visita do arcebispo de Cuiabá, Dom Carlos Luiz D’Amour, em 1886, foi feito o seguinte relato

O arraial denominado Campo Grande, há uns dez anos atrás não era conhecido; não havia ali viva alma nem sombra do que hoje é – uma povoação pequena, mas que promete um futuro imenso crescendo espantosamente como vai de dia para dia. Está situada nas vertentes principais do Anhanduhy e confluência do Aquidauana, que se lança no Paraguai, abaixo da serra do Rabicho. Consta 86 casas, quase todas de telha, sem ordem alguma de arruamento, e ocupa um lugar alto, plano, de vista magnífica. A pequena Igreja foi construída em 1876 (época em que se começou o povoado), pelo Sr. José Antônio Pereira, a quem o povo auxiliou com serviços e esmolas, não entrando nessas obras um aceno ao menos do governo provincial. [...] Há um pequeno cemitério cercado de madeira. A não ser o instrumento de nossa redenção, que eleva-se grosseiramente talhado, traduzido a aspirar ao céu, nada mais tem digno de menção. (Leite, 1977, p.182)

Essa descrição memorialística descreve como se iniciou o arraial de Campo Grande, Souza acrescenta que essa igreja inaugural se localizava onde atualmente se encontra a praça Ary Coelho (Souza, 2010, p. 17)

Em torno de 1872, o primeiro cemitério de Campo Grande foi fundado junto com o povoado. Sua localização ficava no ponto mais central da cidade, na atual região da Praça Ary Coelho.

[...] Em Campo Grande, o cronista Paulo Coelho Machado relata que no ano de 1887, tendo em vista a expansão da cidade para o norte, uma reunião da comunidade decidiu o destino do velho cemitério que se localizava na região central, atual Praça Ary Coelho, criado desde a fundação do povoado. Estava a uma distância máxima de quinhentos metros da antiga Igreja de Santo Antônio, em local baixo e não elevado, muito próximo das casas. (Souza, 2010, p. 31)

O sul de Mato Grosso desde o início do seu povoamento feito, principalmente, por famílias paulistas e mineiras no início do século XIX já enfrentava conflitos envolvendo posse de terras. No começo esses combates eram travados contra os indígenas (verdadeiros donos daquelas terras), porém, os invasores brancos com o aparelho governamental<sup>141</sup> do seu lado invadiam terras originárias com documentos de posse em mãos.

### **EXPLORANDO O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA**

No espaço anteriormente ocupado pela Fazenda Bálsamo, hoje se encontra o Museu José Antônio Pereira. Localizado na Avenida Guaicurus, sem número – Jardim Monte Alegre, Campo Grande – Mato Grosso do Sul, o local aceita visitas de terça a domingo, e não cobra taxa para entrada. É um recinto grande e aconchegante, com uma imensa potencialidade em dialogar com o público, entrelaçando educação transformadora e lazer.

Ilustrando a história da família Pereira, o museu possui o intuito de manter vivo o histórico de seus antecedentes. Antiga residência de Antônio Luiz, filho do tido como fundador de Campo Grande, pela história oficial, a visita oferece ao público a oportunidade de conhecer a pequena casa, os móveis e objetos da família, disponibilizando a ideia de como viviam as pessoas dessa época. Influenciando na formação patrimonial, na garantia da memória e na construção da identidade regional é um museu que tenta superar a conotação de “depósito de tesouros” aproximando o seu acervo museológico aos seus usuários. A identidade regional surge aqui não como aspecto único, e sim, como complementar de toda uma identidade cultural, buscando criar uma sensação maior de pertencimento.

Reformado no ano de 1999 o espaço, que atualmente é gerido pela prefeitura, ganha um certo ar de abandono. A visita guiada não possui suporte histórico ou pedagógico, um grande prejuízo para o maior público deste museu: escolas públicas de ensino básico. Em nossas visitas ao local, presenciamos crianças e professores totalmente alheios aos bens culturais que ali são apresentados, deste modo, contribuindo para o desinteresse dos alunos em relação ao

---

<sup>141</sup> Em 1874, uma Lei do Império, autoriza a “arredar índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família”

patrimônio. Sendo o espaço museológico um ambiente não formal de educação, é necessário que se crie uma proposta pedagógica para a visita dos alunos. Apoiando-se em percepções tanto da História quanto da Pedagogia juntamente com o entendimento das práticas de organização e gestão do espaço, que necessita de um planejamento mais adequado. É a partir dessa base, de sua natureza e funções, que o trabalho do docente que visita o local será aprimorado.

Assim, fica evidente que um dos maiores desafios observados no Museu José Antônio Pereira, trata da elaboração e execução de projetos que busquem um melhor atendimento ao público, uma abordagem sobre a relação entre patrimônio, memória e a mediação destas para a construção da identidade. É urgente uma ação educativa que promova uma reflexão, esclarecendo a sociedade a importância da preservação desse bem cultural, que conforme Souza Filho, “é aquele bem jurídico que, alpe de ser objeto de direito, está protegido por ser representativo, evocativo ou identificador de uma expressão cultural relevante.” É importante ressaltar que velhas identidades calcadas no ser masculino/herói, que tanto tempo predominaram no mundo social, caíram em declínio, dando espaço a novas identidades de um indivíduo mais fragmentado e moderno. Utilizar dessa ideia como prática museológica, pode tornar a visita mais atrativa para uma quantidade maior de pessoas.

## **A ESTÁTUA**

Em frente à casa de pau a pique, está a estátua de Antônio Luiz, Anna Luzia, e Carlinda Contar. Respectivamente filho, nora e neta de José Antônio Pereira. É uma estátua com muitas histórias contraditórias, diversos sites, notícias e teses a tratam como sendo do próprio José Antônio Pereira. Feita pelo artista plástico José Carlos da Silva, conhecido como “Índio”, foi entregue ao museu na década de 80. Relatos de sua esposa – dados a revista Vozes das Artes Plásticas, contam que o artista acordava antes das quatro da madrugada para “bater pedra”. Moradores do bairro Coophasul, em Campo Grande, tiveram sua casa visitada por artistas, aprendizes, e compradores de todos os tipos.



Figura 7- Arquivo ARCA

Conhecido como um dos maiores expoentes da arte sul-mato-grossense o Índio é fruto do romance entre um marinheiro do Arsenal de Marinha de Ladário (Mato Grosso), e uma índia da tribo Pareci. Nascido em 4 de novembro de 1948, em Corumbá (Mato Grosso), foi deixado com sua avó paterna quando ainda era um bebê. Trabalhou por quase toda a sua vida como marceneiro, na cidade de Aquidauana (Mato Grosso do Sul), ao abandonar a profissão esculpiu sua primeira obra de arte em arenito, no ano de 1976. Já no ano seguinte foi integrar o time dos restauradores do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ensinando sua arte a todos que desejassem aprendê-la.

Índio demonstrava preocupação em preservar a formação da pedra, resultando em uma obra que seguia as formas do mármore, chegou a vender seu carro para viajar à Europa e conhecer a obra-prima do arquiteto catalão Antoni Gaudí, ficou ali por duas semanas, tempo suficiente para receber propostas de trabalho. Em sua volta ao Brasil, para buscar a família que levaria consigo para a Europa o escultor acabou falecendo vítima de um acidente de trânsito, em novembro de 1991, na cidade de Campo Grande.



Figura 2 - Imagem que inspirou a escultura feita por índio (arquivo do museu)

No centro dessa imagem encontram-se Antônio Luiz Pereira, Ana Luísa de Souza e sua filha Carlinda Pereira Contar. Nessa ocasião o casal comemorava as suas bodas de ouro, foi se utilizando dessa imagem que Índio criou sua famosa escultura.

A própria estátua, primeira figura visível logo na entrada do museu, pode ser utilizada de uma melhor forma na visita guiada. Os guias possuem pouquíssimas informações sobre o objeto, passando por ele de forma rápida e rasa. Até oferecem informações mais concretas de Antônio Luiz Pereira, porém, quando se trata de falar sobre o artista, sobre Ana Luísa de Souza ou sobre Carlinda Contar padecem na falta de informação. Sendo a figura feminina mais uma vez tratada como secundária, desvalorizada como sujeito integrado. O museu não acompanhou as mudanças da sociedade, estático ele se torna desinteressante para as novas gerações que são cada vez mais caracterizadas pela diferença, apenas mais um local de “coisas velhas”, fugindo da proposta que apresenta no seu discurso.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, 10(17), 55–67, 2008.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Patrimônio cultural material e imaterial. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

LEITE, Aureliano. **O Brigadeiro Couto Magalhaes**. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1977.

RICOEUR, Paul. In: **Urbanisme**, n. 303, nov/dez, pp. 44-51. Arquitetura e narratividade, 1998.  
ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. **A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Print, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado nos museus históricos Rio de Janeiro**: Garamond/MinC/Iphan, 2006.

SOUZA, Antônio Fernandes de. **A Invasão Paraguaia em Mato Grosso**. Cuiabá: Avelino Siqueira, 2002.

SOUZA, Marina de Mello. Catolicismo Negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. **Revista Afro-Ásia**. Salvador, n. 28, p. 125-146, 2002.

SOUZA, Marina de Melo e. **Reis negros no Brasil escravista, história da festa de coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARGA, Lidz Roberto Pecoits. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre. 12 (1):265-271.1991.

TARGA, Luiz R.P. Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional”. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. 1997. “História, Região E Poder: A Busca De Interfaces metodológicas”. **Locus: Revista De História**, 3, (1).

VISCARDI, Claudio. **História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas**. Locus. Juiz de Fora.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero; EdUFMT, 1993.

### **Fontes**

**Vozes das Artes Plásticas/ Fabio Pellegrini, Daniel Reino (Orgs)**. Campo Grande: FCMS, 2013.



# NARRATIVAS DA VIAGEM DE BELO HORIZONTE À APARECIDA DO TABOADO: DIÁRIO DE BORDO DAS IRMÃS BATISTINAS

*TÂNIA REGINA ZIMMERMANN*<sup>142</sup>

*IRIS CRISTINA GOMES DO NASCIMENTO FERREIRA*<sup>143</sup>

O presente trabalho é parte de uma pesquisa sobre Irmãs Batistinas mulheres freiras que saíram da cidade de Belo Horizonte MG, da congregação de São João Batista, em busca de novos desafios educacionais no Colégio Cônego Afonso Maria Fusco da cidade de Aparecido do Taboada, MS. O objeto deste estudo são as “narrativas contidas em diário e serão estudadas na perspectiva de gênero e da memória fazendo par com estudos de Joan Scott, Margareth Rago e Michelle Perrot. A proposta abordada neste trabalho é o de compreender aspectos ligados a esse trajeto dessas mulheres, narrados durante a viagem, entender como foi essa experiência dessa viagem, os percalços enfrentados no decorrer, do percurso, até a chegada. A metodologia eleita é a pesquisa bibliográfica e interpretativista das representações de memórias femininas a partir de uma perspectiva de gênero. Esses dados são reveladores das desigualdades sociais estruturadas pelo classicismo, racismo e pelas relações de gênero. Nesse sentido, foi importante as discussões para entender o percurso que se seguiu durante a viagem. Como resultado observamos uma escrita com detalhes dessa viagem e durante toda a escrita desse diário, que foi escrito por uma mulher freira a caminho de uma nova missão na cidade, cuja autora não se identifica. O diário original encontra-se em Belo Horizonte na Casa Provincial das Batistinas.

**Palavras-chave:** História de mulheres; Diário de bordo; Experiências Vividas.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender narrativas deixadas em um diário de bordo que descreve com detalhes uma trajetória em um recorte de tempo 1963 a 1974 com essa análise dessa trajetória de viagem de mulheres que saíram de suas cidades em busca de novos horizontes, uma época na qual as mulheres viviam sobre a vigilância disciplinar de seus pais.

A motivação de análise nessas narrativas deixadas nesse diário contribui para compreender esse caminho dessas mulheres, enquanto mulheres numa sociedade ainda patriarcal, Ecléa Bosi em seu livro intitulado Lembranças de Velhos, fala das raízes cruéis onde mulheres, crianças e velhos não são classes, são antes aspectos embutidos por entre as classes sociais. (Bosi,1987, p. 01).

Essas mulheres eram as freiras Madre Agostina D’Amico, Maria Rosária, Maria das Dores Barbosa, Artemísia Borges e a neo professora irmã Valéria Guimarães. No entanto, não temos a

---

<sup>142</sup> E-mail: taniazimmermann@gmail.com.

<sup>143</sup> E-mail: irisferreira66@hotmail.com.

autoria desse diário. Este diário foi encontrado em 2014 com uma das viagens feita a Belo Horizonte nas coletas de fontes.

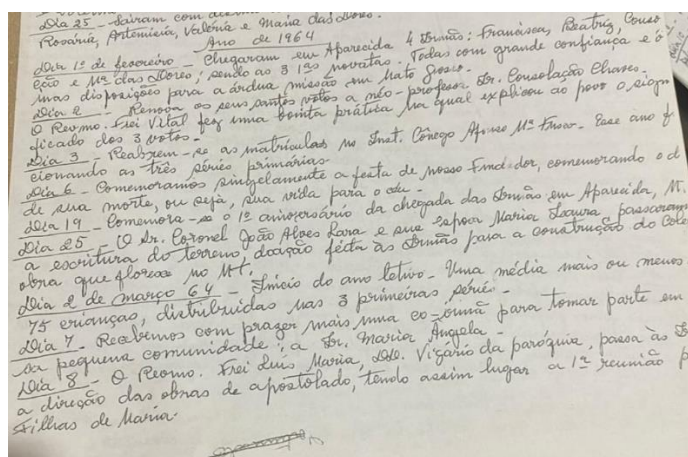
Durante muito tempo há registros de atuação das congregações e ordens católicas que atuaram na educação no país, como também das primeiras instituições protestantes a partir da metade do século XIX, como o exemplo de presbiterianos, batistas e metodistas, entre outras.

## TRAJETO DAS BATISTINAS MULHERES RELIGIOSAS RUMO APARECIDA DO TABOADO

O diário conta que a saída de Belo Horizonte se deu no dia 18 de fevereiro de 1963, o diário vai relatando as primeiras freiras que pegaram o trem rumo a Aparecida do Taboado, afim de estender suas obras de apostolado nesta cidade a superiora Madre Agostina D'Amico, irmãs Maria Rosária Maria das Dores Barbosa, Artemísia Borges e a neo professora irmã Valéria Guimarães, essas mulheres deixaram suas famílias para abrir uma escola e ali começar a alfabetizar e evangelizar crianças nessa cidade.

Entre as religiões e as mulheres, as relações têm sido, sempre e em toda parte, ambivalentes e paradoxais. Isso porque as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres: as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos. (Perrot, 2019, p. 83).

A partir do regime republicano houve um significativo aumento da ação católica educacional idealizada por não liberais, sabe-se que para uma maior compreensão é preciso buscar em documentos que fornecem a base do conhecimento e a partir das fontes encontradas que poderemos conhecer um pouco mais como foi esse trajeto dessas mulheres, rumo a uma nova cidade, o que traz nas páginas desse diário?



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Escrever essas trajetórias tem sido um caminho percorrido com muito cuidado, visto se tratar de história de mulheres freiras sendo esses documentos até mesmo de caráter privado correspondência, diários. Esse diário deixado com uma escrita cheia de muitas informações, notícias de acontecimentos da época, traz em seu conteúdo momentos de alegrias e momentos de dor, suas narrativas vão se desenhando em um início cheio de expectativas e vai se desenrolando a um final sem muitos detalhes.

A chegada delas e sua estadia vão se desenrolando nas páginas que se segue, as festas que elas mesmas organizavam, toda trajetória desde feitiço das roupas usadas pelos alunos, até mesmo as danças, comidas.

A produção deste artigo espera contribuir com a historiografia deste trabalho, afim de buscar esses textos que foram sendo escritos de forma narrada acontecimentos e vivências nesse espaço de tempo.

A escrita vem preparando o terreno para assim construir novos caminhos novos objetos e novas abordagens, a serem pensadas nessas narrativas. Em uma das narrativas do diário ao chegarem na cidade foram recebidas por muitas autoridades locais, quando as visitas se retiraram, fala se da comida que iriam comer, tais como “restos mortais” da merenda trazida de Belo Horizonte.

Esse diário foi coletado depois uma busca incessante viagens à cidade de Aparecida do Taboado (MS), também a Belo Horizonte onde se encontra a sede das Batistinas.

## **DIALOGANDO COM AS FONTES**

O diário escrito à mão em folha de papel A4 vai narrando pontos importantes para a escrita desta história na cidade de Aparecida do Taboado, o mesmo fala da abertura da escola até seu fechamento, narrando os acontecimentos mês a mês, é uma fonte de grande relevância.

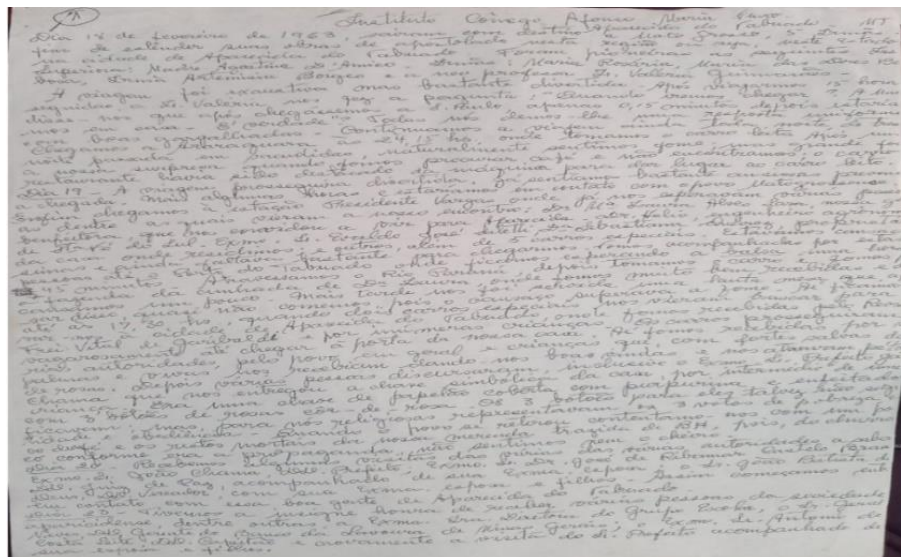
Ao se debruçar sobre determinados objetos ou temas, para costurar fontes que se encontra de forma fragmentada dispersa, como normalmente aconteceu com escolas fechadas, materiais, livros, currículos, só resta fazer essas leituras.

Reconstruir essas histórias de mulheres num esforço de compreender a vida e a presença dessas mulheres que deixaram lares, famílias, coirmãs é o que pretende se fazer na escrita da tese, enquanto o diário será uma fonte importante para ajudar a compreender essas inquietações nessa trajetória.

De acordo com as narrativas de alguma forma essas mulheres se aventuraram em nome da fé e de um ideal, são pontos importantes para serem analisados e suas ações de escolarização

de crianças numa região. Buscar conhecer e compreender quais foram as dificuldades encontradas nessa mudança de vida.

Imagem 01: Página 01 do Diário



Fonte: Arquivo pessoal da autora

As fontes para a história das mulheres estão em toda parte, é encontrada em diários como nesse caso, misturadas às fontes dos homens, mas existem algumas bibliotecas ou acervos especializados, onde podem ser encontradas essas fontes que retrata a história de mulheres ainda muito pouco exploradas.

A biblioteca nacional é “o mar das histórias”, a mãe da história das mulheres, abriga livros delas e sobre elas. (Perrot, 2019, p. 36).

A escrita da história dessas mulheres vai se desvendando enquanto elas escrevem sobre suas vivências, suas angústias vividas nesse tempo.

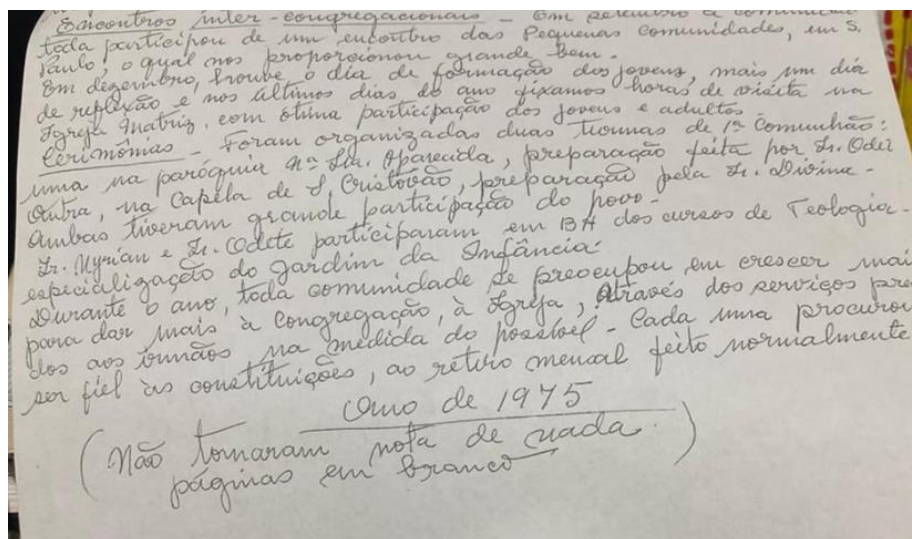
A chegada a cidade foi cheia de muitas visitas, narrativas segue relatando que benfeitores como chamavam as pessoas que doaram eletro domésticos, etc. A prefeitura fez a instalação da luz elétrica na casa das Batistinas.

As narrativas deixadas no diário falam dos sonhos, alegrias, os medos, histórias vividas por essas mulheres, religiosas que deixaram famílias, amigos em busca de estender suas obras de apostolado nessa cidade, e assim foram fixadas suas moradas.

As irmãs Batistinas são integrantes da congregação de São João Batista, cuja sede encontra-se em Belo Horizonte (MG), onde encontra-se a casa de recolhimento das idosas.

## DIÁRIO COMO FONTE

No decorrer da escrita dialogando com as fontes nesse caso um diário, aos poucos essa história vai tomando forma os primeiros meses e anos a seguirem, segundo essas narrativas a pós a chegada das Batistinas foi grande a procura por vagas, levando a necessidade de aumentar as salas de aula, e a pensarem numa construção do prédio definitivo, o mais rápido possível. As escritas dessas mulheres poesias, romances, meditação, que foram fontes de pesquisas para essas escritas. (Perrot, 2019, p. 31).



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O diário narra que o colégio abriu suas portas aos alunos no mês de março de 1963, sendo que as irmãs chegaram à cidade no dia 19 às 17h30min, informações essas que constam no diário, o prefeito da cidade João Alves Lara doou o terreno para construção do convento e escola (anexos), e que muito contribuiu para a construção da mesma, com doações para leilão realizados em prol da construção.

Esses leilões eram organizados pelas Batistinas com ajuda de toda a população, e fazendeiros da redondeza.

As narrativas do processo de construção do prédio levou as Batistinas a fazerem festas para arrecadação de prendas e assim envolvendo a sociedade, os fazendeiros da região doaram várias prendas, também com o mesmo propósito, grande era alegria daquele povo.

Portanto, esta é uma importante contribuição para o campo da pesquisa, sobretudo devido às novas perspectivas de estudo adotadas, nos últimos anos, por essa área do conhecimento, os estudos biográficos, cartas, diários têm sido de grandes contribuições, pesquisas que abordam narrativas.

Imagem 02: Prédio em construção bem avançada.



Fonte: Acervo Pessoal das Batistinas

O diário narra a chegada das irmãs na cidade de Aparecida do Taboado, foi marcada por grande movimentação, as irmãs foram recebidas por autoridades, muitas pessoas e crianças, foram recebidas com chuvas de pétalas de rosa.

Nos relatos do diário o reconhecimento da ação católica e educacional na cidade e o trabalho das irmãs Batistinas eram intensos, com muitas atividades. Sobre pesquisas relacionadas às mulheres, acredita-se que elas “têm um aporte específico na construção da cultura e da linguagem devido as diferenças de gênero construídos social e culturalmente” (Zimmemann, 2004, p.08).

A viagem foi exaustiva, mas bastante divertida, após viajar 15 horas seguidas, a irmã Valéria fez a pergunta de quando iríamos chegar.

As narrativas que estão impressos nesse diário, mostra uma viagem longa, com muitas expectativas de chegar nesse lugar novo, nessa casa que a esperavam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo com as fontes é importante para a escrita, com esse trabalho espera-se contribuir com a história dessas mulheres na cidade de Aparecida do Tabuado, a releitura dessas narrativas, é possível compreender os aspectos relacionados ao trajeto percorrido durante a viagem e até a chegada com grandes entusiasmos na perspectiva de uma vida nova, com novos desafios, mulheres que deixaram um lugar, em busca de outro e ali fixaram morada.

Conclui-se que segundo relato da viagem, foi exaustiva, mas bastante divertida. Após viajar 15 horas seguidas no trem a irmã Valéria fez a pergunta sobre a possível chegada o destino. Os relatos impressos no diário, mostrou uma viagem longa, com muitas expectativas de chegar nesse lugar novo, nessa casa que a esperavam. Ainda no carro depois de uma noite em sacudidas chegaram na cidade de Araraquara e trocaram o carro passando para o carro leito, muito mais confortável afinal já sentia o cansaço. Para pôr o carro leito foi tirado o carro restaurante quando sentiram fome, grande foi a surpresa quando souberam que não havia mais o restaurante, que havia cedido o lugar para o carro leito.

As expectativas ao longo da viagem relatadas com detalhes de informações depois aos capítulos que se seguem sendo anotados dias, meses e anos, com a vivência com a sociedade, onde viveram ali por aproximadamente dez anos à frente desse colégio.

Espera-se que os dados revelem os percursos, aspectos que se relacionam entre si, para conhecer o contexto histórico, com a finalidade de identificar a constituição de histórias de vidas e suas trajetórias, buscando conhecer as biografias das participantes da pesquisa. Esse diário é parte das fontes que estão sendo analisadas para só então começar escrever a tese de mestrado.

Dialogando com as fontes da pesquisa anterior, onde o início se deu com a iniciação científica ainda na graduação, a história dessas mulheres ainda está por fazer.

De acordo com as narrativas essas mulheres se aventuraram em nome da fé e de um ideal, são pontos importantes analisados e suas ações de escolarização de crianças nessa região, por um período de aproximadamente dez anos.

O diário finaliza suas narrativas no ano de 1974 com a seguinte frase em 1975, “Não tomaram nota de nada. Páginas em branco”. Com essa frase o diário é finalizado”

**REFERÊNCIAS**

FERREIRA, Iris Cristina Gomes do Nascimento. **Aparecida do Tabuado: A trajetória do Colégio Cônego Afonso Maria Fusco 1963-1970**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

PERROT, MICHELLE. **Minha História das mulheres**. Tradução Ângela M.S. Correa. 2. ed, São Paulo, Contexto, 2019.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. UFMG/CNPq/FAPEMIG. Rev. bras. linguist. apl. 8 (2), 2008.

GISELA, Bock. **História, História das Mulheres, História do Gênero**. Departamento de História e Civilização, Instituto Universitário Europeu, Florença. Universidade de Bielefeld. Penélope. Fazer e Desfazer História, nº 4, nov.1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SOLIGO, R. Uma forma narrativa privilegiada na pesquisa: a carta. In: BRAGANÇA, I. F. S.; NACAYAMA, B. C. M. S.; TINTI, D. S. (org.). **Narrativas, formação e trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2018. p. 63-72.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**, São Paulo, Contexto, 2020.

ZIMMERMANN, Tania e Márcia Medeiros **Biografia e Gênero: repensando o feminino**, Revista de História Regional 9(1): 31-44, Verão 2004.

MALUF, Marina. **Ruídos de Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. UFMG/CNPq/FAPEMIG. Rev. bras. linguist. apl. 8 (2), 2008.



# A LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TRADIÇÃO ORAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

THALIA DA COSTA CARVALHO<sup>144</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo relata as experiências e reflexões a partir das atividades desenvolvidas na pesquisa de campo no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de uma licenciatura intercultural, voltada para a formação de professores indígenas, para atender as demandas de povos indígenas habitantes das regiões dos rios Araguaia e Tocantins. A pesquisa de campo em questão se trata da execução de um projeto de pesquisa para o mestrado em História- PPGH/UFG, na qual é buscado evidenciar os saberes, as culturas e as novas práticas pedagógicas desta licenciatura e em como podemos criar diálogos possível com a História.

O Núcleo Takinahakỹ construiu, ao longo de sua trajetória, desde 2007, uma proposta pedagógica intercultural e contextualizada, em que se proporciona a livre construção de conhecimentos a partir das manifestações e experiências culturais e históricas de cada povo presente neste espaço de formação acadêmica. Embora se construa dentro de um ambiente academicizado, esta licenciatura trabalha dentro de propostas bilíngues e diferenciadas, considerando as diferentes realidades socioculturais, cosmológicas e sistemas de conhecimentos, por este motivo, se denomina como uma licenciatura intercultural. Dentro desta perspectiva, a licenciatura intercultural do Núcleo Takinahakỹ trabalha com os Temas Contextuais, que ao contrário de como se constitui uma disciplina, estes têm como ponto inicial os saberes tradicionais e a construção de conhecimentos por meio do diálogo com os saberes conhecidos como “universais”<sup>145</sup>.

As reflexões apresentadas decorrem da experiência de trabalho com o tema contextual *Tempo Espaço e interculturalidades*, que compõe parte da matriz curricular da licenciatura intercultural. Na metodologia, realizei uma análise geral das experiências e dos relatos dos

---

<sup>144</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

<sup>145</sup> Faz-se necessário problematizar adiante esta utilização do conceito de “conhecimentos universais”, muito utilizado no PPP. Este conceito aparentemente coloca a Europa como o centro do conhecimento. Ao construir a noção de universalidade a partir de uma única experiência particular (sendo a europeia), excluem-se as outras formas de conhecimento externas a este padrão ocidental, pois o conhecimento “universal” parte de uma particularidade, e não do todo.

alunos, contudo, é importante ressaltar que, por questões éticas e de respeito à privacidade dos alunos indígenas, não foi possível utilizar diretamente os relatos orais compartilhados por eles na escrita deste trabalho. A preservação da integridade cultural e identitária dos participantes é uma prioridade, e qualquer divulgação de suas histórias exigiria consentimento prévio e cuidados adequados para garantir a proteção dos direitos e interesses desses indivíduos. Assim, neste artigo, são apresentadas reflexões gerais e baseadas em experiências coletivas, sem citar especificamente relatos orais ou histórias de alunos indígenas do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena. Em vista disso, a importância de preservar a confidencialidade e o respeito às vozes e narrativas indígenas é fundamental para uma abordagem ética e empática na pesquisa acadêmica.

No presente artigo, serão abordadas diferentes seções para uma análise abrangente do tema em questão. Na primeira parte faremos uma discussão acerca da tradição oral como possibilidade de escrita das histórias indígenas e as recentes contribuições da etno-história. Na segunda parte será evidenciada as experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do tema contextual e apresentarei algumas reflexões acerca da importância da formação de professores e da educação escolar indígena para o resgate e valorização das tradições orais. Por último, faremos uma breve discussão acerca das possibilidades e desafios da aproximação da História Oral com a tradição oral indígena e suas contribuições para a escrita das histórias indígenas.

## **A TRADIÇÃO ORAL COMO POSSIBILIDADE DE ESCRITA DAS HISTÓRIAS INDÍGENAS**

O conhecimento historiográfico, por muito tempo, recebeu o peso do olhar da suposta “superioridade” europeia sobre os demais povos do mundo. Varnhagen (1877), membro de uma das primeiras instituições que exerceu funções na historiografia brasileira- o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)- comparava os povos indígenas à barbárie e ao atraso, afirmando que para “tais povos na infância, não há história” (Varnhagen, 1877, p. 23). Para o autor, só haveria história para aqueles “civilizados”, concordando, então, com os parâmetros europeus de civilização.

Isso reforçava a própria historiografia brasileira como um espelho do pensamento eurocêntrico e do sentimento de superioridade em relação ao indígena. A narrativa historiográfica operou por meio do silenciamento e invisibilização dos povos indígenas, reforçando um padrão hegemônico da historicidade. Só haveria história para aquelas

civilizações letradas que utilizam o recurso da escrita. As sociedades ágrafas, oriundas das tradições orais, não seriam contempladas pela historiografia.

No entanto, embora as comunidades tradicionais tenham ficado inicialmente sem receber atenção na composição da produção historiográfica brasileira, suas histórias e memórias se mantiveram vivas através das inúmeras gerações da tradição oral. A tradição oral não funciona apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um instrumento de preservação da história e da sabedoria dos ancestrais (Vansina, 1982, p. 157, apud Freitas, 2006, p. 7). Todos os costumes, cantigas, brincadeiras e histórias foram preservados e transmitidos de geração em geração, evidenciando, neste sentido, a resistência e a manutenção da tradição cultural desde o primeiro contato com a colonização.

Entre os povos indígenas, a tradição de contar e ouvir histórias possui uma grande relevância para a manutenção e fortalecimento dos saberes tradicionais. A invenção da escrita é um traço estranho ao mundo indígena, isso é evidenciado na fala de Davi Kopenawa, quando diz que “o branco desenha suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Há muito tempo guardamos as palavras de nossos antepassados dentro de nós e as continuamos passando para nossos filhos” (Kopenawa apud Novaes, 1999, p. 21). Dentro desta perspectiva, Freitas (2006) também destaca que,

Assim, numa sociedade oral, por tradição "tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido", enquanto que "numa sociedade que adota a escrita, somente as memórias menos importantes são deixadas à tradição". (Vansina, 1982, p. 157, apud Freitas, 2006, p. 7).

Neste sentido, em uma concepção diferente dos ocidentais, para os povos indígenas, a tradição oral é um fator constituinte da memória. São memórias milenares que os povos tradicionais tiveram a capacidade de organizar a transmissão de saberes de geração em geração através da oralidade.

Apesar de a historiografia ter se mantido distante das narrativas indígenas, a ampliação da utilização de fontes históricas nas últimas décadas que pretendia caminhar para além das fontes escritas trouxe-nos novos horizontes para a utilização de documentos visuais, sonoros, audiovisuais e orais. Neste sentido, com o intuito de aproximação aos demais grupos invisibilizados, o uso da oralidade tem contribuído muito para enriquecimento do trabalho do historiador e também para contribuir para a visibilização daqueles que foram silenciados nas narrativas historiográficas. Silvia Salvatici (2005) nos esclarece que a história oral foi um

movimento de busca pela história oculta. Historiadores orais passaram a buscar inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, na finalidade de criar uma nova “história vinda de baixo”.

Em vista disso, em busca de novos métodos que abranja as vozes dos povos invisibilizados, surgiu a etno-história, que, segundo Cavalcante (2011), é um método de análise que parte de uma metodologia interdisciplinar que aproxima conceitos da história, antropologia, arqueologia e linguística. Esta perspectiva etno-histórica enfoca de maneira privilegiada a abordagem *êmica*, que diferentemente da abordagem *ética*, que se refere às representações feitas a partir de interpretações externas, esta, portanto, abre espaço para os indígenas criarem representações de si mesmos. Neste sentido, a etno-história é “entendida no seu sentido próprio de auto-concepções da história forjadas pelas diferentes sociedades indígenas [...]” (Castro; Cunha, 1993, p. 12).

Dentro do contexto da etno-história, compreende-se aqui que o “objeto de estudo” torna-se um “sujeito” importante para o processo histórico. Quijano (1992) nos aponta a problemática que engloba a ideia de “objeto” e “sujeito” como uma questão de dominação colonial. Nesta concepção eurocêntrica, apenas a cultura europeia e racional poderia conter “sujeitos”, já as demais, “não-racionalizadas”, não podem nem se almejar a condição de “sujeitos”, apenas “objetos” de estudo ou práticas de dominação. Essa perspectiva de “sujeito” e “objeto” estabeleceu uma relação de dominação entre a cultura europeia e as outras culturas, bloqueando, em consequência, toda a relação de comunicação e intercâmbio de conhecimentos (Quijano, 1992).

Pablo A. Pozzi (2013), ao traçar os desafios da história oral na América Latina, destaca que ao afirmar que a história oral tende a fortalecer os diferentes sujeitos, afirmamos também que a fonte oral se constrói a partir do historiador e do sujeito historiado. Dentro desta perspectiva, se quebra a ideia de monopólio profissional, pois os historiadores não são os únicos “fazedores de história”, já que, a análise do historiador, inevitavelmente deve levar em conta os pontos de vistas dos sujeitos estudados.

Nesta perspectiva, a etno-história não se trata apenas de evidenciar as vozes dos povos estudados, mas compreender tais locutores como sujeitos que possuem interesses, ideologias, posicionamentos e histórias. Em muitos casos, etno-história é também um movimento de subverter-se à maneira linear com a qual se está acostumado a pensar a história, a partir da historicidade ocidental, visto que, a visão que os nativos constroem sobre sua própria trajetória, é impregnada por complexas representações simbólicas não passíveis de serem ordenadas em termos temporais ocidentais (Cavalcante, 2011).

Além das transformações historiográficas das últimas décadas, o crescimento da participação de indígenas em cursos superiores, abriu espaço para a escrita de suas próprias histórias. Muitos desses intelectuais indígenas, ao se dedicarem aos estudos da história, da antropologia, da linguagem e da educação escolar indígena, geraram novas pesquisas que contribuiriam às narrativas históricas de seu próprio povo. Isso evidencia o estudo da História Oral pelos próprios indígenas.

Dentro deste campo de produções indígenas, cabe destacar as obras *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil hoje* (2006) do professor, filósofo e doutor em antropologia, Gersem Baniwa; *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio kaká werá* (1998), de Kaká Werá Jecupé, um grande escritor e ambientalista; *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020) do líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro Ailton Krenak; *O Mundo Tukano antes dos Brancos* (2017) do escritor e ativista indígena Álvaro Tukano; e diversos títulos de obras literárias de Daniel Munduruku (*Vozes ancestrais* (2016), *Contos indígenas brasileiros* (2004), *Memórias de índio: uma quase autobiografia* (2019), etc.), grande escritor formado em Filosofia, Licenciatura em História e Psicologia.

Essas obras são de suma importância para traçar a própria experiência indígena nas narrativas históricas. Desse modo, essas obras trazem um grande diferencial ao considerar o significativo avanço do protagonismo indígena na escrita e pesquisa acadêmica. Isso revela também a possibilidade de uma História Oral construída pelo olhar dos povos indígenas.

## **A LICENCIATURA INTERCULTURAL: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES ORAIS INDÍGENAS**

A licenciatura Intercultural do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Goiás-UFG, é um curso que trabalha a partir de propostas pedagógicas interculturais e para a sua consolidação, perpassou por uma longa trajetória de luta e resistência para se efetivar dentro da universidade. Segundo o PPC (2019) a licenciatura intercultural está sob a direção da Faculdade Letras da UFG e foi fundada no ano de 2007 com a colaboração de diferentes especialistas indígenas e não indígenas. Esta licenciatura nasceu a partir da necessidade de atender as demandas de povos indígenas habitantes das regiões dos rios Araguaia e Tocantins, com a finalidade de formar professores indígenas para atuarem nas escolas de suas aldeias, priorizando a implantação de programas de valorização de suas línguas e culturas tradicionais. Atualmente o curso atende quase 300 estudantes pertencentes a sete

Territórios Etnoeducacionais, dos estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins e parte de Minas Gerais.

O curso possui uma estrutura curricular dividido entre a Matriz de Formação Básica e as Matrizes Específicas. A Matriz de formação Básica tem como proposta o fornecimento de subsídios para a produção de material didático, construção de metodologias de ensino, construção de projetos pedagógicos e outros que contemplem a realidade social dessas diferentes comunidades indígenas. Já as Matrizes Específicas são aquelas em que o aluno irá optar por fazer durante o curso, sendo elas: Ciências da Natureza, Ciências da Cultura e Ciências da Linguagem. Os conteúdos que conformam essas matrizes podem compor diferentes áreas de conhecimentos dito “universais”, mas sem perder diferentes saberes conforme cada comunidade indígena (PPC, 2019).

Dentro de cada matriz, são trabalhados os Temas Contextuais, uma proposta político-pedagógica que confronta a ideia de disciplinas, que dentro da lógica academicista, recorta e fragmenta o saber. Por este ponto de vista, os Temas Contextuais é uma proposta que considera a concepção de mundo dos povos indígenas, que atua de maneira interdisciplinar. Estes buscam o alargamento dos conhecimentos, dissolvendo, portanto, as hierarquias construídas a partir da colonialidade do saber. Podemos dizer que a Pedagogia da Retomada e a Pedagogia da Contextualização- nas quais a experiência com a educação escolar indígena tem como prisma a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade- foram fontes inspiradoras para a criação dos Temas Contextuais (Pimentel Da Silva; Santos; Herbetta, 2019).

Conforme Lacerda (2021), o conceito de retomada ficou comumente usado como expressão para expressar a ação da comunidade indígena na recuperação de suas terras, já que, “retomar” significa “tomar novamente ou recuperar”. Mais tarde a ideia de retomada foi tomando significados mais complexos, pois não se tratava mais apenas de recuperar as terras invadidas, mas também passa a ter um sentido de transformação emancipatória. “A expressão de ‘retomada’ tem sido ligada à ideia de redescoberta, revalorização de retorno à utilização de saberes e práticas culturais tidas como tradicionais ou ancestrais” (Lacerda, 2021, p. 2015), ou seja, é o processo de retomada da língua, dos saberes ancestrais, das práticas culturais e até mesmo da própria identidade tradicional. Já a Pedagogia da Contextualização nasce a partir deste reconhecimento de diferentes contextos de produção de conhecimento, ou seja, significa “esticar” os diferentes saberes e conectá-los (Pereira, 2015). Por esse motivo, para a promoção de uma educação intercultural, primeiramente se faz necessária a existência de “novos arcabouços teóricos, capazes de trazer para essa construção, os saberes indígenas” (Pimentel da Silva, 2017) que estiveram por tanto tempo silenciados.

Neste sentido, os Temas Contextuais surgem baseados a partir da Pedagogia da Contextualização, potencializam movimentações epistêmicas e se colocam em um profundo diálogo entre os saberes do conhecimento ocidental e disciplinar e os saberes indígenas que foram historicamente silenciados em processos de produção epistemológica no interior das universidades. Ou seja, pode ser entendido como um movimento de trocas de saberes que acontecem em contextos pedagógicos (Dias, 2020). Luciana Dias (2020) destaca que os temas contextuais se apresentam no contexto da Educação Intercultural como alternativas às limitações e enquadramentos disciplinares que foram herdados da ciência moderna e ocidental. Desta forma, este modelo pedagógico acaba denunciando um padrão de hierarquização de saberes e indivíduos estabelecidos pelo modelo eurocêntrico de ensino.

O tema contextual *Tempo, Espaço e Interculturalidades* tem como proposta central discutir na ótica transdisciplinar as diferentes temporalidades e espacialidades provenientes das diversas leituras de mundo existentes, portanto, dialogam com a ideia de medições de tempo em função da ocupação do espaço e da cultura. Nesta perspectiva, os objetivos deste tema contextual buscam problematizar como a categoria tempo tornou-se central no projeto de dominação colonial ocidental. Busca-se, portanto, situar diferentes perspectivas que partem do espaço e não do tempo na construção de narrativas e analisar as contribuições do enfoque enativo para a constituição do ser.

Quando trabalhado o tema contextual *Tempo, Espaço e Interculturalidades*, buscamos potencializar movimentações epistêmicas, colocando-as em um profundo diálogo entre os saberes do conhecimento ocidental e disciplinar e os saberes indígenas que foram historicamente silenciados. A contextualização, neste sentido, partiu de um movimento de trocas dos diferentes saberes de povos indígenas em diálogo com os saberes ditos “universais”.

O desenvolvimento deste tema contextual revelou as diferentes experiências e cosmologias de alunos representantes de diversos povos, enfatizando as suas diferentes maneiras de vivenciarem os espaços e as temporalidades e em como suas narrativas se estruturam a partir dessas concepções.

Neste sentido, busca-se aqui descrever as experiências de interculturalidade obtidas durante o desenvolvimento do tema contextual, que colaboraram para uma intensa reflexão e debates acerca das discussões interepistêmicas e decoloniais que evidenciam a importância da oralidade no decorrer do tema contextual.

Durante o desenvolvimento do tema contextual, percebemos a grande presença da oralidade. Em cada etapa do plano os alunos usavam o espaço para contar suas histórias do passado, sobre suas tradições e ancestralidades. Em vários momentos de suas falas, os alunos

relatavam em como a memória dos anciãos são importantes para a preservação da cultura indígena. Os conhecimentos ocidentais não estão registrados em sua forma escrita, mas sim na tradição oral, neste sentido, os anciões, velhos sábios são sempre citados ou lembrados como mestres guardiões do conhecimento por terem um papel fundamental na formação das gerações mais jovens e na transmissão dos saberes tradicionais.

O Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena é um espaço que busca promover a formação de professores indígenas, reconhecendo e valorizando suas tradições culturais e conhecimentos ancestrais. Durante a prática dos temas contextuais oferecida pela licenciatura, os alunos indígenas têm a oportunidade de compartilhar suas histórias, cantar, falar sobre suas tradições e lendas, colocando em prática suas oralidades indígenas.

Em uma das atividades do tema contextual em que é solicitado aos alunos contar a história do primeiro contato com os não indígenas, a maioria dos alunos sempre citam um avô, uma avó ou um ancião/anciã de sua aldeia. Neste sentido, é importante perceber a oralidade é um importante instrumento de acesso às memórias desses anciãos e anciãs como fontes de conhecimento histórico.

As práticas dos temas contextuais no Núcleo Takinahaky oferecem um ambiente propício para que os alunos indígenas expressem suas vivências, sabedorias e memórias coletivas. Contar histórias é uma tradição ancestral presente em muitas culturas indígenas, sendo uma forma de transmitir conhecimentos, valores e identidades. Ao compartilhar suas histórias, os alunos estão resgatando e fortalecendo suas próprias narrativas, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de uma nova história pelos olhos dos povos indígenas.

Além das narrativas, as cantorias desempenham um papel fundamental nas práticas dos temas contextuais. Através da música e da poesia, os alunos indígenas expressam sua cultura de maneira viva e autêntica. Neste sentido, as cantorias proporcionam um espaço para a transmissão oral de conhecimentos, além de fortalecerem a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento.

Durante as experiências do tema contextual, foi observado que ao compartilharem suas tradições, os alunos indígenas resgatam uma história que foi, por muito tempo, marginalizada e invisibilizada. Essas histórias são fontes riquíssimas de informações sobre a cosmovisão, a espiritualidade, a organização social e o conhecimento tradicional dos povos indígenas. Ao integrar essas narrativas à História Oral, é possível construir uma nova perspectiva historiográfica, mais inclusiva e plural, que amplie a compreensão da diversidade cultural e dos processos históricos.



Em muitos casos, os indígenas traziam em seus relatos histórias milenares, evidenciando, neste sentido, como a oralidade, entre os povos indígenas, é um fator constituinte da preservação da memória. Memórias que datam, por exemplo, do século XVII, dos primeiros contatos dos bandeirantes paulistas com as populações indígenas da região do Rio Araguaia, foram transmitidas de geração em geração através da tradição oral.

Em muitas narrativas, ficou evidente a presença dos indígenas mais velhos na transmissão das histórias que são contadas em gerações. Destaca-se que, entre os povos Xavante, os mais velhos contam suas histórias antigas no centro comunitário e na educação escolar indígena, na qual têm participação na formação dos jovens indígenas. Outro aspecto que evidencia a importância da oralidade dos anciãos no campo da educação escolar indígena é que, na maioria dos trabalhos realizados em sala de aula, os professores indígenas sempre fazem questão de levar os mais velhos para ensinar as crianças e contar as histórias de seu povo por meio das práticas da tradição oral. Dentro dessa perspectiva, tivemos muitos relatos de alunos que destacaram a importância da educação intercultural como forma de valorização da oralidade, assim como a valorização das histórias indígenas.

Porém, com os atuais tempos globalizantes, os indígenas mais jovens estão se sentindo atraídos pelas tecnologias e pelo mundo do consumo, o que gera grandes preocupações entre os mais velhos, principalmente os professores que relataram narrativas semelhantes em relação a isso. Nesse sentido, os povos indígenas enfrentam um grande desafio em lidar com essas transformações e criar estratégias para a permanência e valorização da cultura, das tradições e das memórias indígenas. Segundo alguns estudantes Ikpeng, além da valorização das tradições orais, na qual os anciãos são convidados a participar das aulas da educação escolar indígena para ensinar e transmitir os conhecimentos das gerações antigas, a educação escolar indígena também pode possibilitar novas estratégias de atualização dos saberes e preservação dos mesmos.

Considerando isso, é importante ressaltar a importância da educação escolar indígena, na qual a valorização da prática da oralidade, como lugar por excelência de transmissão dos saberes indígenas, também possibilita que suas próprias histórias sejam registradas por meio da escrita. Inevitavelmente, o papel da escrita foi gradualmente assumido na educação escolar, e, nesse sentido, o registro dos conhecimentos também pode ser ocupado pelos povos indígenas e não ser uma prática exclusivamente ocidental. Por essa perspectiva, os professores indígenas acreditam que, diante das profundas transformações do mundo, a documentação dos saberes por meio da escrita pode e deve também ser uma prática indígena, para que os

professores/pesquisadores indígenas construam, eles mesmos, suas próprias escritas, dando visibilidade às suas memórias e histórias (Macêdo; Leitão, 2021, p. 26701).

## **HISTÓRIA ORAL E ORALIDADES INDÍGENAS: POSSIBILIDADES E DASAFIOS**

A constituição da memória por meio das práticas de tradição oral nos faz compreender a grande importância de sua presença na educação escolar indígena. A continuidade das tradições orais na escola indígena é essencial para a valorização das práticas de oralidade em língua materna, como também a preservação dos saberes das tradições indígenas.

De acordo com Portelli (2004), o ato de contar as histórias por meio da oralidade, é uma importante arma contra a ameaça do tempo. A oralidade preserva o narrador do esquecimento e constrói um legado que é deixado para o futuro, é neste sentido que muitas sociedades tradicionais confiam a palavra e a preservação das memórias a indivíduos ou famílias específicas como o caso dos *griots* na cultura africana ou pajés/anciãos na cultura indígena.

Porém, a perda dos antigos territórios, o ingresso das igrejas, a inserção do sistema de trabalho e a imposição da educação escolar de práticas eurocêntricas causaram a perda ou desuso da língua materna e afetou as normas nativas de transmissão dos conhecimentos e das culturas. A concepção de *ouvir os velhos* foi perdendo espaço ao mundo globalizado. A transmissão e manutenção dos saberes indígenas precisam ser, através das práticas orais, organizados em seus espaços, neste sentido, a educação intercultural deve ser um espaço de retomada para possibilitar a valorização da tradição oral.

Evidencia-se, neste sentido, que a valorização das práticas da oralidade entre os povos indígenas pode possibilitar uma aproximação com a História Oral. A construção da história a partir dos usos da oralidade contribui para um diálogo com o Outro. A História Oral aponta a necessidade de um comprometimento com a experiência de vida desse Outro (FREITAS, 2004). Portanto, com os usos de fontes orais, passa a ser um dever dos historiadores dar visibilidade àqueles que foram por tanto tempo subalternizados no processo colonizador.

[...] a experiência de se deslocar do etnocentrismo e de apreender que há muitas outras soluções possíveis para o viver e outras saídas para a escrita da história vivida. Escrever história, a partir do ponto de vista dos grupos indígenas, enfatiza-se, é também um dever dos historiadores. As vozes indígenas têm sido condenadas ao silêncio, por meio do genocídio sofrido pelos índios, da invisibilização ou de um sistemático processo de se ignorar sua presença pretérita e presente. (Silva; Silva, 2010, p. 47).

A tradição oral dá a possibilidade de acesso às narrativas silenciadas, dentro desta perspectiva, ao narrar suas experiências de vida, o sujeito narrador partilha seus saberes mais íntimos, silenciados, e sagrados (Domingues; Pinto; Docema, 2019). Neste sentido, Domingues e Carroza (2013) nos aponta que, a história oral tem sido uma grande contribuição ao estudo das experiências dos diferentes povos, abrindo um caminho de conhecimento e possibilidades de valorização de grupos sociais que permaneciam invisíveis na documentação escrita.

Pablo Pozzi (2013) nos afirma que as tradições orais retêm uma força poderosa na cultura social. Em sociedades na qual as tradições dos povos indígenas se mantem vivas, é evidente que é impossível estudar os processos históricos sem recorrer a fontes orais. As riquezas de fontes orais tem o efeito de nos fazer questionar muitas das nossas interpretações sobre a história, principalmente interpretações históricas de narrativas que foram construídas a partir de um olhar singularizado e eurocêntrico. Dentro desta perspectiva, durante as experiências nos temas contextuais do Núcleo Takinahakỹ, ouvimos histórias de memórias milenares que nunca estiveram em um livro didático ou texto historiográfico. São histórias que pesquisadores ainda não tiveram acesso, devido ao fato das práticas historiográficas estarem mais voltadas às fontes escritas.

Compreendendo, portanto, as necessidades e possibilidades da aproximação da história oral com as tradições orais indígenas, compreende-se também a multiplicidade de desafios para a construção de novas abordagens historiográficas interculturais. Principalmente ao que tange a ética do trabalho de campo e o exercício da profissão, Portelli (1997) defende o respeito pessoal por aqueles que trabalhamos, bem como deixar de lado a crença totalitária de que a ciência nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por esta perspectiva, dentro de questionamentos éticos em pesquisa de história oral com povos tradicionais, é sempre relevante se perguntar

os nomes dos entrevistados são públicos ou devemos usar pseudônimos? O uso que fazemos da entrevista é guiada por quais critérios? Como incidem as questões sócio-culturais de gênero, raça e classe na construção dos testemunhos? Como incide a subjetividade própria do entrevistador, por exemplo, quando se entrevista uma pessoa pertencente aos povos indígenas? Sem mencionar preconceitos, percepções, ou relacionamentos de deferência. (Pozzi, 2013, p. 8-9)

Outro ponto que pode ser abordado é a influência do trabalho acadêmico sobre as ações do grupo pesquisado. Além de visibilizar os sujeitos, é importante também o pesquisador pensar de que forma este ato pode contribuir significativamente para as demandas dos grupos. Janaína Amado (1997) defende que às vezes, escrever as histórias dos povos indígenas pode ter um

papel decisivo para que os objetivos políticos destes sejam alcançados, sendo, portanto, uma ação que provoca contribuições voltadas para os mesmos. A história oral se dedica à história de setores subalternos, neste sentido, Pozzi (2013) salienta que a história oral e a tradição oral, além de servirem de fundamento para a escrita da história, podem servir também para combater as injustiças do passado.

Povos que foram conquistados ou colonizados, no presente recorrem à sua tradição oral e resgatam sua memória para reivindicar direitos territoriais, linguísticas ou para recuperar uma identidade cultural própria. Sobreviventes da luta contra os regimes militares ou opressivos, hoje questionam a história oficial com suas memórias subterrâneas e reivindicam o reconhecimento social e a punição legal dos responsáveis por violações dos direitos humanos. Ainda que de maneira menos dramática, as pessoas comuns exigem respeito por suas memórias e tradições. (Pozzi, 2013, p. 3-4).

Considerando esse cenário, a história oral intervém no âmbito jurídico-legal constituindo as evidências necessárias que sustentam as demandas de restituição dos povos, seja pela luta de terra, educação ou dignidade (Pozzi, 2013).

Dentro do contexto da proximidade da História Oral com as tradições da oralidade, podemos considerar também a grande importância da formação de professores indígenas para lidar com este diálogo. O Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena pode cumprir um papel fundamental que vai além da formação de professores, contribuindo também para a revalorização da cultura e dos diferentes saberes e histórias indígenas. A formação de professores indígenas no âmbito da interculturalidade crítica possibilita também que os mesmos sejam grandes pesquisadores. Segundo Luciana Leite (2017) ao registrarem e pesquisarem, os professores indígenas se libertam de instituições hierarquizantes que por tanto tempo estiveram marcadas pelos padrões do colonizador.

A busca e pesquisa pelos seus territórios, línguas e saberes da tradição, acabaria gerando uma retomada de suas próprias práticas culturais. Dentro desta perspectiva, construiria, neste sentido, uma História Oral baseada na interculturalidade crítica, que Catherine Walsh (2010) defende como uma nova prática de um projeto de reexistência e alteridade, ou seja, uma interculturalidade que parte da transformação das estruturas coloniais e hierarquizantes. A construção de uma História Oral intercultural poderia ser um trabalho desafiador, que procuraria, neste sentido, derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade e a educação escolar indígena seria um espaço ideal para esta retomada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores indígenas e a construção de uma educação escolar intercultural, podem se tornar instrumentos importantes para a valorização das práticas das tradições orais, das memórias e da língua materna. Evidencia-se neste sentido, o papel legítimo do Núcleo Takinahakỹ que, por meio da prática da licenciatura intercultural, consegue desenvolver propostas pedagógicas riquíssimas que oferecem o arcabouço necessário para o resgate e valorização dos conhecimentos indígenas. Além das atribuições das valorizações das práticas da oralidade que são evidenciados pelos indígenas dentro da educação intercultural, a formação pesquisadores indígenas pode também gerar grandes possibilidades para que os indígenas escrevam suas próprias histórias através das memórias transmitidas pelos seus anciãos.

A aproximação da História Oral com a tradição da oralidade indígena, não se trata de “dar voz” aos que foram silenciados ao longo da escrita historiográfica brasileira, mas evidenciar suas vozes ao construir um diálogo intercultural simétrico, em que sejam privilegiadas as trocas mútuas e igualitárias. Seria, portanto, um esforço de colaboração entre historiadores e professores/pesquisadores indígenas para a escrita das histórias indígenas, possibilitando ainda mais a valorização dos conhecimentos tradicionais e a participação dos sábios anciãos transmissores de memórias. Em vista disso, defendemos aqui uma História Oral intercultural, na qual, buscaria desconstruir as estruturas sociais, epistêmicas e hierarquizantes que foram por tanto tempo mantidas pela colonialidade.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janáina. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, pp. 145-155, 1997.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

CASTRO, E. V.; CUNHA, M. C. (Orgs.) **Amazônia Etnologia e História Indígena**. São Paulo: NHII/USP: FAPESP, 1993.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa**. História (São Paulo), São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

DIAS, Luciana de Oliveira. **Tema contextual como possibilidade transdisciplinar na**

**educação intercultural.** Revista de História de Araguaína, v.12, nº1, 2020.

DOMINGUES, A. S; CARROZZA, G. **História, memória e discurso.** Revista Tempos Históricos, 2013, v. 17, p.141-161, 2 semestres de 2013. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/9883>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

DOMINGUES, Andrea Silva; PINTO, Benedita C. M; DOCEMA, Danilo G. **Espaço discursivo e/ou prática de linguagem? o Festejo da Santa e da Congada em Espírito Santo do Dourado – MG.** Linguagens: Revista de Letras, Artes e Comunicação. Blumenau-SC, v. 13, n. 2, pp. 334-350, 2019.

FREITAS, Edinaldo. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena. In: **História Oral**, São Paulo, n. 7, p. 181-97, jun. 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio.** São Paulo: Peirópolis, 1998.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Rosane Freire. **A “Pedagogia Retomada”:** uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil. Revista Interterritórios, Caruaru, Brasil, V.7, N. 13, 2021.

LEITE, Luciana. **História escolar e pesquisas didáticas: a formação do professor pesquisador no ensino de História.** Revista Articulado e Construindo Saberes, Goiânia, v. 2, 2017.

MACÊDO, Maurides. LEITÃO, Rosani Moreira. **Memória, documentação de saberes e formação de professores / pesquisadores indígenas.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p. 26694-26707, 2021.

MUNDURUKU, Daniel. **Contos Indígenas Brasileiros.** 2ª edição, São Paulo: Global, 2004.

MUNDURUKU, Daniel. **Memórias de índio:** uma quase autobiografia. 2ª edição, São Paulo: UK'A Editorial, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes Ancestrais:** dez contos indígenas. 1ª edição, São Paulo: FTD, 2016.

NOVAES, Adauto (org.) - **A Outra Margem do Ocidente,** São Paulo: Minc - Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

PEREIRA, D. R. S. **“Temos que ajuntar o conhecimento”:** professores indígenas e interculturalidade. Dissertação de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. A Pedagogia da Retomada: decolonização de saberes. Revista Articulado e Construindo Saberes, Goiânia, v.2, n.1, p. 204-216, 2017.

PIMENTEL DA SILVA, M.S; SANTOS, L.A; HERBETTA, A.F. **Saberes pedagógicos**. Goiânia : Gráfica UFG, 2019.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. pp. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, n.º 15, pp. 13-33, abril de 1997.

POZZI, Pablo. Os desafios da história oral na América Latina. Datiloscrito, 2013[?].

PPP. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Intercultural**. UFG, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**. São Paulo, ABHO, v. 8, n. 1, pp. 29-42, 2005.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. **História indígena, antropologia e fontes orais**: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. *História Oral*, v. 13, n. 1, 2010.

TUKANO, Álvaro. **O mundo tukano antes dos brancos: um mestre tukano**. Vol. 1. Brasília: Editora Ayó. 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro, 2ª edição, 1877.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIANA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine (Orgs.). **Construyendo Interculturalidade Crítica**. Bolívia: Convenio Andrés Bello, 2010.

# RITUAIS PARA IEMANJÁ ÀS MARGENS DO RIO PARAGUAI NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS

THAYLLA GIOVANA PEREIRA DA SILVA<sup>146</sup>

ÁLVARO BANDUCCI JÚNIOR<sup>147</sup>

Esse trabalho possui o objetivo de fazer considerações sobre Iemanjá, orixá cultuada por religiões afro-brasileiras e africanas buscando compreender os rituais de devoção a Iemanjá às margens do Rio Paraguai na cidade de Corumbá – MS a capital do Pantanal, abordando as relações místicas e religiosas que permeiam o imaginário e cotidiano dos moradores locais e filhos de santo em casas afro-religiosas da região. A prainha do Porto Geral é um espaço de movimentação entre banhistas, turistas, pescadores, vendedores ambulantes e entre tantos outros grupos sociais que acessam o espaço estão os religiosos que buscam presentear Iemanjá. As louvações de final de ano para Iemanjá em Corumbá iniciam a partir do dia 29 de dezembro na prainha do Porto Geral e vão até o dia 31 de dezembro e também podemos presenciar no dia 02 de fevereiro a movimentação religiosa, todavia é na semana do réveillon que o local abrange maior fluxo de pessoas, sendo religiosos ou não, para os devotos é junto as águas sagradas que se inicia um novo ano, cumprindo suas obrigações e agradecendo a senhora do Oris: Iemanjá.

**Palavras-chaves:** Iemanjá; Corumbá; Memória;

## INTRODUÇÃO

Ao trabalhar com religiões afro-brasileiras nos deparamos com a ausência de fontes escritas ou tidas como “oficiais”, por terem como princípio a oralidade e o partilhar do saber ancestral através da palavra falada como uma forma de manter o axé e as tradições em constante troca e dinamismo. “A tradição oral é, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência natural, aprendizado de ofício, história, divertimento e recreação” (Lopes; Simas, 2021, p. 41) Tendo em vista as dificuldades com a escassez de fontes documentais, a utilização da história oral é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, compreendendo e adaptando as necessidades vinculadas ao campo de pesquisas das religiões afro-brasileiras, a história e a antropologia estão em constante diálogo no trabalho, utilizando de entrevistas, diálogos com interlocutores e a própria vivência de trabalho de campo, mas mantendo a história oral e a descrição etnográfica como base para compreender a memória dos agentes religiosos, buscando abranger novas possibilidades acerca das narrativas e interpretações sobre a vivência mística e religiosa atrelada as influências afro-religiosas na região de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

---

<sup>146</sup> Bolsista CAPES, mestranda em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>147</sup> Doutor em Antropologia Social pela UNICAMP, atua como professor associado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



A religião, assim como à memória, faz parte de uma construção que constitui subjetividades, as religiões afro-brasileiras formam-se entre a expansão da fé e disputas ideológicas, portanto devem ser analisadas como objeto político que sob um dado comando tornam-se frutos de conquista e dominação, devem ser compreendidas através das relações entre as fronteiras como influência nas práticas culturais. Dentro dos limites deste trabalho buscamos analisar os sentidos e particularidades produzidas na vida dos sujeitos e suas representações, pois pensar trajetórias favorece a valorização e preservação da memória, a relações entre humanos e entidades, mas principalmente serve para ampliarmos as perspectivas sobre a relação entre Iemanjá, as águas doces e devotos, pois as águas do Rio Paraguai representam um espaço de fé e demarcam a materialização da divindade e sua relação com seus filhos, Iemanjá que dá vida as águas e é a própria água, pois independentemente de serem doces ou salgadas, a água é a presença materializada do sagrado.

Sabe-se que Iemanjá é a Orixá mais popular no imaginário e religiosidade dos brasileiros, seus devotos estão ao redor de todo país, seu reconhecimento é notório por ser considerada protetora dos navegantes e pescadores, a senhora dos Oris que protege seus filhos e crianças. A figura feminina é algo comum entre os povos do continente africano, sua representação geralmente está atrelada a maternidade, fertilidade e aos rios, porém seus aspectos ultrapassam ao estigma de mãe e percebemos que a força e temor também fazem parte de suas características. Iemanjá como conhecemos no Brasil vem de “Yemoja” que na lógica linguística Iorubá é a contração entre de Yeye (mãe) Omo (filho) Ejá (peixe) ou seja, “Mãe cujos filhos são peixes” e apesar de ser reconhecida como zelosa e conselheira, na obra *“Mitologia dos Orixás”* Reginaldo Prandi ressalta no itã *“Iemanjá vinga seu filho e destrói a primeira humanidade”* a fúria de Iemanjá ao inundar a terra por água salgada e a primeira humanidade reconheceu o preço de sua vingança ao ser completamente aniquilada.

Iemanjá é uma Orixá africana que chegou ao “novo mundo” ao longo do processo de escravização e seu culto foi estabelecido e celebrado por seus filhos que rendem homenagens a senhora das cabeças, Iemanjá adentra na Umbanda como símbolo de feminilidade sincretizada com a padroeira católica do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, entretanto em diversas partes do país é vinculada a Nossa Senhora dos Navegantes, Nossa Senhora da Conceição, entre tantas outras representações de Nossa Senhora. Na cidade de Corumbá é atrelada a Nossa Senhora da Candelária, a padroeira da cidade que é homenageada assim como Iemanjá no dia 02 de fevereiro. As representações de Iemanjá em santas católicas unem os atributos de criação, temor, ancestralidade, mas principalmente a ideia de “pureza”, a Iemanjá que ao atravessar o atlântico com a população escravizada possuía características sensuais, sendo reconhecida entre

as Yámi Oxorongá como um símbolo ancestral temido e respeitado pelo poder que possui, portanto, Iemanjá ao ser sincretizada com a Santa católica tem suas características suavizadas para ser atrelada aos aspectos de pureza e doçura.

Em *“O presente à Mãe D'Água. Configurações e trajetórias dos presentes à Iemanjá no Rio Vermelho”* a antropóloga Denise Santos se refere a própria festa de dois de fevereiro como o “presente” a Iemanjá, sendo considerado um espaço de devoção para entregar as dádivas, seguindo o contexto de relatos e diálogos com interlocutores a autora discorre sobre a historicidade da festa e através da escrita etnográfica aliada ao trabalho de campo e procurou compreender o processo de preparação do presente e a festa em seus detalhes que através das memórias e relatos dos pescadores locais compôs seu material e eixo de pesquisa na região do Rio Vermelho – Salvador/BA. Sabe-se que Iemanjá vive nas profundezas dos rios e mares e um dos significados de seu nome é “mãe cujo os filhos são peixes” conhecida por ser protetora dos navegantes e pescadores, e foi pelos pescadores locais do Rio Vermelho em Salvador - Bahia que iniciou a atual festa de dois de fevereiro, cuja era chamada de “presente a mãe d’água” até a década de 1950.

Dois de Fevereiro é considerado oficialmente pelo calendário das religiões afro-brasileiras como o dia de Iemanjá, portanto é um dia específico para os filhos de santo cumprirem suas obrigações que possuem variações em cada casa de axé, sendo uma das celebrações para Iemanjá mais conhecida no país. Os devotos geralmente vestidos das cores branco e azul deslocam-se até o Rio Vermelho para oferecer seus presentes a rainha do mar, dois de fevereiro em Salvador é representado por sua resistência e movimentação, tamanha é sua proporção que as praias da capital baiana são ocupadas por pessoas de todas regiões do Brasil com o intuito de festejar e celebrar a rainha do mar, algo importante de ser ressaltado é a presença de “expectadores” pessoas que partilham do local pelo simples ato da festa que se tornou uma peça importante da cultura baiana.

## **LOUVAÇÕES PARA IEMANJÁ EM CORUMBÁ – MS**

O Rio Paraguai percorre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, também passa pela Bolívia, Paraguai e desagua na Argentina, um rio fronteiro que atravessa o cerrado, pantanal e o chaco. É do Rio Paraguai que muitas famílias tiram seu sustento diário, através do turismo e da pesca. A cidade de Corumbá – MS é banhada pelas águas do Rio Paraguai tornando-o um atrativo turístico e comercial, é na região baixa da cidade que se estabelece o Porto Geral, espaço rodeado por ladeiras e comércio de pesca, sendo a região do Porto Geral

um espaço que transcende a pesca, mas que atrela a movimentação cultural, o lazer e manifestações religiosas à Beira-Rio.

O Rio Paraguai, desempenha um papel significativo em rituais religiosos, especialmente em religiões afro-brasileiras na qual diversos Orixás e entidades são conectados diretamente às águas doces e salgadas, proporcionando um simbolismo religioso entre material e espiritual aos praticantes locais. Apesar deste trabalho falar exclusivamente sobre as louvações para Iemanjá, é necessário fazer um adendo compreendendo que muitas casas durante o ano novo também oferecem barcas para Oxum que está vinculada aos rios e uma das casas que acompanhei dedicou uma barca para Ogum, sendo essa oferecida antes “fazendo frente” para a barca de Iemanjá que é entregue logo em seguida

Dia 31 de dezembro é celebrado a virada do ano novo, cada família e indivíduo possui seus próprios ritos simbolizando a passagem do ano velho para o ano novo, que são expressos através de roupas novas, uma mesa farta de comida, parentes e amigos ao redor, esse é um modo tradicional de celebrar a virada do ano em diversas partes do mundo, comemorando com fogos de artifícios às 00h, sendo enfim dia 01 de janeiro. Uma das maneiras mais conhecidas de celebrar o ano novo é nas praias pelo Brasil, sendo uma época de alta temporada nas regiões litorâneas do país. O ambiente produz diferentes sentidos ao ser ocupado por turistas e moradores locais que buscam o lazer, enquanto no mesmo espaço o contexto religioso é marcado por rituais de devoção e agradecimentos a Iemanjá e todo povo d'água, todavia, ao tratarmos das praias, uma das simpatias mais populares realizadas por devotos ou não, é pular três ondinhas para realizar os pedidos para o ano seguinte.

As louvações para Iemanjá em Corumbá iniciam a partir do dia 29 de dezembro na prainha do Porto Geral e vão até o dia 31 de dezembro e também podemos presenciar no dia 02 de fevereiro a movimentação religiosa na prainha do Porto Geral, todavia é na semana do réveillon que o local recebe maior fluxo de pessoas, sendo religiosos ou não. Ao conversar com os religiosos a interpretação é quase sempre a mesma “A semana do ano novo é um momento de agradecer, enquanto dia 02 de fevereiro é para realizar pedidos”, todavia, determinadas casas e lideranças religiosas preferem fazer suas entregas no próprio terreiro, tendo em vista as dificuldades de mobilidade, impedimentos relacionados a saúde ou até mesmo por vontade própria e não descem ao Porto Geral.

**Figura 1** – Escultura de Iemanjá na prainha do Porto Geral



Fonte: Compilação da autora

Para a maioria dos devotos é junto as águas sagradas que se inicia um novo ano, cumprindo suas obrigações, oferecendo rosas brancas, acendendo velas, lançando barquinhos contendo diversos objetos que simbolizam pedidos e agradecimentos, por Iemanjá ser a senhora dos oris, muitos entregam nas barcas uma mecha de cabelo e pentes pedindo para que ela afaste os pensamentos ruins e traga firmeza para o ori, os significados e pedidos são variados e depende da fé e necessidade de cada pessoa.

Em *Floresta de Símbolos* Victor Turner faz um estudo antropológico abordando análises teóricas sobre simbolismos através organização local e dos rituais do povo Ndembu através das cerimônias ou rituais destinados a marcar as transições e fase da vida, os “Rituais de crise de vida” marcam um momento de transição da vida ou de status social, em nossa sociedade esse marco pode ser reconhecido por intermédio de rituais simbólicos como: formatura, casamentos, batismos entre outros, que reafirmam um ciclo da vida que começa ou termina, na qual as mudanças não atingem apenas o indivíduo, mas o coletivo em determinados aspectos. Todavia, o ano novo pode ser considerado como um rito de passagem, sendo um momento que perpassa o tempo e espaço, seguindo tradições e simbologias religiosas para iniciar da melhor maneira possível o ano seguinte, com sorte, um amor, realização profissional, entre tantos outros anseios, sendo para os religiosos um momento de agradecimento e entregas de obrigações a mãe d’água.

Durante as louvações de ano novo, o espaço é tomado por religiosos que chegam na parte da tarde para demarcar o território para sua casa, com fitas, cadeiras e objetos que possam

distanciar uma casa da outra, cada terreiro e barracão possui seus próprios fundamentos e organização, apesar das entregas e trabalhos acontecerem no mesmo local, não é possível comparar uma casa com a outra. Os trabalhos normalmente começam após às 18h, com diversos representantes afro-religiosos presentes, no primeiro impacto percebe-se uma divisão bem organizada entre as casas, nas quais cada uma abre individualmente seus trabalhos, iniciando rezas e defumações, posteriormente o médiuns incorporam e os guias dão passes a comunidade ali presente que se organizam em filas separadas, em seus diversos sentidos e narrativas as louvações para Iemanjá compõe o sentido de dádiva, como fenômeno que agrega a diversidade da vida social.

O autor Pollak analisa a construção da identidade a partir de elementos fundamentais, principalmente a fronteira física que perpassa o sentido moral e psicológico e ressalta “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992,p.204) portanto, a memória e identidade são aspectos negociáveis que devem ser confrontados, assim como o sentimento de identidade herdado que auxilia a organização da memória coletiva constituindo valores e disputas, pois indivíduos que vivenciaram determinado momento e pertencem a um grupo social, estão ligados a “mesma memória” porém, sabe-se que a memória é específica e cabe a cada indivíduo a sua interpretação do passado, a memória é um fenômeno dinâmico em constante transformação, próprio de cada pessoa, sendo individual ou coletivo, seus principais elementos são os acontecimentos vivenciado pelo indivíduo ou “vivências por tabela” que são eventos vivenciados por determinados grupos à qual o indivíduo sinta-se pertencente.

Quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (Pollak, 1992, p.5)

Durante o trabalho de campo foram realizadas diversas entrevistas com lideranças afro-religiosas locais, entre eles: mães e pais de santo, filhos de santo, ogãs e a comunidade não religiosa que apesar não de praticar a religião, colaboraram através de relatos e memórias de pessoas que acompanham as louvações “por tabela” o diálogo atrelado a vivência de campo foram essenciais para a observação e o desenvolvimento da pesquisa.

Ao analisar essas diversas perspectivas e observar as movimentações políticas da cidade, é notório que atualmente a umbanda em Corumbá movimentou a vida social, não apenas através das festas e rituais públicos, mas por existirem centenas de terreiros, compreendemos sua importância para construção da identidade local, as lideranças religiosas estão sempre presentes em assembleias públicas, possuindo um papel efetivo no desenvolvimento cultural e político da cidade, todavia, ao questionar sobre como eram as louvações em tempos passados todos que tive a oportunidade de conversar relataram que se sentiam marginalizados socialmente, durante o século passado os trabalhos eram realizados muitas vezes às escondidas e ressaltaram que a região do Porto Geral não havia iluminação e também corriam um certo risco por conta do preconceito religioso, porém, as louvações para Iemanjá de final de ano eram caracterizadas por encontros, comunicações e construção de memórias entre os precursores da Umbanda na cidade, era um momento que as casas se encontravam não apenas para abrir os trabalhos e realizar suas obrigações, mas para rever amigos e conhecidos que muitas vezes não se encontravam durante o ano, portanto a louvação no Porto Geral servia para promover trocas e reencontros elucidando o evento em seu contexto humano, social e religioso. Sendo esse apontamento um elemento constituído através da memória individual e coletiva vivida por determinado grupo, mas também uma memória herdada, pois muitas vezes é uma história contada por pessoas que não dividiram o mesmo espaço-tempo, mas foi vivenciado pelo grupo ao qual se sentem pertencer, acontecimentos que Pollak aborda como “vividos por tabela”.

## CONCLUSÃO

As religiões de matrizes africanas possuem a oralidade como aliada para repassar conhecimentos e fundamentos religiosos, mas utilizam também da memória e oralidade para contar a história de seus ancestrais, pois grande parte da comunidade que vivenciou e estabeleceram muitos rituais públicos conhecidos na cidade já vieram a falecer, mas seus ensinamentos e histórias são repassadas por familiares, filhos e netos e conhecidos.

O ambiente e os interlocutores são rodeados de narrativas e memórias seletivas narradas pelos interlocutores a partir da construção ou reconstrução dos eventos, deste modo podemos compreender a constituição da identidade a partir de elementos fundamentais, a maioria dos agentes religiosos entrevistados também ressaltaram as diferenças das louvações que são feitas atualmente, os trabalhos são realizados abertamente e contam minimamente com auxílio da prefeitura em relação a segurança, iluminação e algumas tendas são disponibilizadas, em muitos casos o momento de encontro descrito anteriormente prevalece, mas também reflete alguns

conflitos que permeiam o espaço físico e as diversas representações de umbanda, candomblé e quimbanda na cidade, pois cada casa possui seus fundamentos e direcionamentos espirituais, portando compreende-se que a louvação para Iemanjá transcende a religiosidade, mas vincula a comunidade através de encontros utilizando da fé como um elemento de união para cumprir com o intuito principal de ocupar a prainha: louvar a Iemanjá.

## REFERÊNCIAS

- LOPES, N.; SIMAS, L. **Filosofias africanas: uma introdução**. – 3a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista de Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro. v.5. n. 10, 1992.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANTOS, DENISE DA SILVA. **O presente à Mãe D'Água. Configurações e trajetórias dos presentes à Iemanjá no Rio Vermelho**!. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Isaías Alves - FFCH-UFBA, 2018.
- TURNER, Víctor. **“Betwixt and between: o período liminar nos ‘ritos de passagem”**. **In: Floresta de símbolos – Aspectos do Ritual Ndembu**. Niterói: EdUFF, 2005
- VALLADO, Armando. **Iemanjá: “mãe dos peixes, dos deuses, dos seres humanos”** 1.ed – Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- VIEGAS, ANA CLAUDIA MARQUES. **A religiosidade afro-brasileira na fronteira entre Brasil-Bolívia: Corumbá - Puerto Quijarro - Puerto Suárez**! Mestrado Profissional em ESTUDOS FRONTEIRIÇOS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Corumbá Biblioteca, 2015.

# “SOU MULHER, SOU BENZEDEIRA”: A CONSTRUÇÃO DO SAGRADO E DOS ESPAÇOS DE FÉ

*VERÔNICA TELES DOS SANTOS SILVA<sup>148</sup>*

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho é parte da pesquisa realizada no trabalho de conclusão do curso em história realizado no ano de 2022, intitulado “Benzedeiras de Goiás: resistência e memória popular” constando no segundo capítulo apresentando e buscando compreender as benzedeadas e seus espaços de atuação na promoção da fé através de seus rituais. Tal trabalho foi apresentado no XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste, no simpósio temático “Territorialidades: diásporas e permanências em narrativas orais” sendo apresentado no dia 09 de maio de 2023.

Objetiva-se através desse debate, trazer uma explanação sobre as mulheres benzedeadas, apresentando seus espaços de atuação e realização das práticas ritualísticas como espaços e ambientes de promoção de fé, tentando compreender como o sagrado se articula nesses ambientes e em suas práticas.

A prática e os usos de benzimentos em determinado período eram bastante procurados devido a falta de médicos preparados e a falta de desenvolvimento da medicina e dos medicamentos, onde restava apenas buscar recorrer o uso de plantas medicinais e as benzedeadas, como é apresentado por Miranda (2017, p. 75), onde as práticas ritualísticas promoviam o bem-estar de todos utilizando de elementos do sagrado.

Mesmo com as mudanças sociais e a presença de novos elementos de promoção da saúde, pode-se perceber que grande parte da população ainda recorre as práticas de medicina integrativa e de elementos naturais na promoção da saúde e bem-estar, e na manutenção do cosmos, onde a magia é elemento primordial na promoção da manutenção do caos e daquilo que causa danos na sociedade (Azevedo, Lemos, 2018, p. 30)

As benzedeadas atuam nos espaços, como promotoras da manutenção do cosmos e promovendo o bem-estar de toda comunidade sem qualquer distinção, onde passam a crescer nos ambientes urbanos e permanecendo as suas tradições mesmo com os processos de geração

---

<sup>148</sup> Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É discente no mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É bolsista pela CAPES/PROSUC.



de novas tecnologias, onde essas mulheres utilizam de rezas e de elementos naturais, buscando reestabelecer a saúde daqueles que a procuram (Farinha, 2012, p. 04)

Eliade (2001, p. 17) apresenta que o sagrado pode ser chamado também como hierofanias ou seja há a compreensão que determinados locais podem ser considerados como sagrados, devido as suas representações a presença divina que ali se apresentam, dando como exemplo a passagem bíblica em que Deus fala com Moises e fala para ele retirar suas sandálias pois o espaço onde ele está é sagrado, um local que permeia entre o que é terreno e o que é celeste, onde o sagrado pode ser visto nesse sentido como algo central e que dá sentido a vida e ao cotidiano, permeando em todos os espaços de convivência.

Sabendo desses aspectos, questiona-se: como o sagrado permeia os espaços o cotidiano e as práticas das benzedeadas? Quais são os espaços de fé que se realizam esses rituais e práticas espirituais?

Gera-se como suposição, de que o sagrado permeia diversos aspectos das ações humanas, desde o simples ato de preparar um alimento, até um ato de cuidado com o próximo. No caso das benzedeadas, suas ações permeiam o sagrado, ao realizarem determinadas práticas direcionando suas ações para força divina, ou seja, o sagrado está em tudo aquilo que remete a identidade e que dá uma direção. Os espaços de atuação das benzedeadas, podem ser desde o seu quintal, até nas escolas, em um local preparado com altar e saltos, onde o sagrado as acompanha sempre.

No tópico 1 intitulado “Territorialidade como formação da identidade” será apresentado a compreensão do que se trata o território nos aspectos culturais e identitários apresentando uma abordagem de Saquet e Briskievicz (2020) que trazem essa definição em diferentes aspectos, tanto na compreensão de território e poder, como na questão da sacralidade presente nos territórios e nos espaços.

No tópico 2 intitulado “O ato de benzer e suas significações, será apresentado as noções do que é o ato de benzer e como essa prática é realizada pelas benzedeadas, compreendendo desde os aspectos simbólicos até as preces e o uso de plantas medicinais na promoção da saúde e bem-estar

Por fim, no tópico 3 intitulado “Os espaços das realizações dos benzimentos” será feita uma abordagem descrevendo como podem ser compreendido o sagrado nos espaços onde são realizados os benzimentos, utilizando como elemento base, as ideias de Eliade (2001) que em seu livro “O sagrado e o profano” apresenta as compreensões do sagrado em diferentes aspectos.

## TERRITORIALIDADE COMO FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Ao tratar sobre território, geralmente em muitas das compreensões e denominações, há um entendimento como um pedaço de terra, um espaço de convivência, ou um elemento de poder e dominação. Essa foi a compreensão inicial concebida pelos colonizadores, onde o próprio termo cultura referia-se a aquele que cultiva, que habita ou que domina um determinado território, onde o processo de dominação separava e dividia determinados territórios. Essa concepção é apresentada por Bossi (1992, p. 12) onde possui a terra, era um elemento de poder e de posse.

Diferente dos aspectos colonizadores, a compreensão de território não é algo estagnado, mas flexível e possuindo diferentes significados que vão muito além da posse de terras e da questão de poder político e social. Territorialidade pode ser referido e compreendido a questão social, onde refere-se a diferentes tipos de compreensão de território, podendo ser objeto, sujeito, função, onde segundo Briskievicz, Saquet (2009, p. 04):

Numa concepção similar, também na França, Paul Allié focaliza a definição de território numa perspectiva jurídico-política e identifica três escolas de tratamento teórico do território como categoria jurídica: a) a do território-objeto; b) a do território-sujeito e, c) a do território-função. No território como objeto do Estado, o território é considerado o “objeto de um direito especial de soberania, assimilável a um direito real do Estado sobre o solo nacional, distinto do poder deste sobre as pessoas” (apud HAESBAERT, 1997, p. 35). No território como sujeito do Estado, o território é um dos elementos constitutivos do Estado, “o modo de existência do Estado no espaço” (Idem, p. 12). Já o território como função do Estado corresponde a um espaço utilizado como meio (mediador) de ação do Estado.

Nesse sentido o território pode ser compreendido em diferentes dimensões. Focalizando nas questões identitárias, a compreensão que pode se ter é que o território possui raízes e sentidos de identidade ao se referir como um elemento de referência sendo aquele em que remete aos ancestrais, aos antepassados, e o território sagrado, sendo esse referente a religião e a política, sendo também as festas e as cerimônias onde se efetivam os aspectos da sacralidade (Briskievicz, Saquet, 2009, p. 7).

Na concepção de Eliade (2001, p. 23) o sagrado se encontra presente no território ao realizar a consagração de determinados territórios ocupando, habitando esse local e assim criando suas raízes de identidade e formação cultural:

É importante compreender que a cosmização dos territórios desconhecidos é sempre uma consagração: organizando um espaço, reitera-se a obra exemplar dos deuses. A relação íntima entre cosmização e consagração atesta se já aos níveis elementares de cultura, por exemplo entre os nômades australianos cuja

economia se encontra ainda no estágio da colheita e da caça miúda. Segundo as tradições dos achilpa, uma tribo Arunta, o Ser divino Numbakula “cosmizou”, nos tempos míticos, o futuro território da tribo, criou seu Antepassado e fundou suas instituições. Do tronco de uma árvore da goma, Numbakula moldou o poste sagrado (kauwa auwa) e, depois de o ter unido com sangue, trepou por ele e desapareceu no Céu. Esse poste representa um eixo cósmico, pois foi à volta dele que o território se tornou habitável, transformou-se num “mundo”.

Nesse sentido pode-se compreender que os territórios sagrados se apresentam em diferentes elementos. As benzedeadas em sua perspectiva podem ser vistas na questão da territorialidade ao escolherem determinados locais para realizarem as práticas de benzimento, sendo tidos como locais sagrados e assim necessitam de uma preparação específica antes mesmo da realização dos rituais, como é apresentado por Azevedo (2017, p. 112), as benzedeadas possuem a noção de territorialidade muito além da questão territorial, mas as suas orações, a forma como são realizados os benzimentos, as práticas e elementos simbólicos, todos eles perpassam a questão de identidade territorial, sendo elementos que perpassam os ambientes de convivência e que remetem as tradições e costumes. Portanto compreende-se a noção de territorialidade como um elemento de memória, identitário e que traz consigo elementos do sagrado ao trazer o sentido e a centralidade para a vida humana. Sendo apresentadas as concepções sobre a territorialidade, passamos a tratar sobre o ato de benzer e seus significados.

## **O ATO DE BENZER E SUAS SIGNIFICAÇÕES**

As benzedeadas, são mulheres simples, geralmente moradoras de regiões urbanas, mas também localizadas em regiões rurais, que realizam suas práticas em diferentes ambientes, seja em sua casa, no seu quintal, em espaços religiosos, ou no seu cotidiano, elas prezam pelo bem-estar coletivo, e atendem a todos sem qualquer distinção e sem realizar cobranças pelos serviços prestados (Farinha, 2012, p. 75).

Há a diversidade de crenças e de espiritualidades em que elas creem, havendo uma diversidade cultural e de identidades na promoção e na realização de seus rituais. A escolha dos locais onde são realizadas as práticas de benzimento podem variar dependendo daquilo que deve ser curado, e dependendo das condições, escutando as necessidades daqueles que as procuram e observando suas maiores dificuldades, onde perpassa o cuidado e a sensibilidade em escutar o paciente, fazendo assim uma interligação com o sagrado, em buscar de trazer a reorganização da vida e estabelecer o cuidado. (Azevedo, 2017, p. 30).

Para compreender como se dá a interligação entre o sagrado e a vida cotidiana, apresenta-se uma oração retirada de uma entrevista feita por Azevedo (2017):

Com dois te botaram, com três Jesus benzeria, com as palavras de Deus Pai, o Espírito Santo e a Virgem Maria. Fulano, se tu tiver olhado nos seus cabelos, se botaram no seu tamanho, se botaram no seu corpo, na sua boniteza, na sua feiura, no seu trabalho, na sua preguiça, na sua riqueza, na sua pobreza, na sua inveja, na sua sabedoria, na sua alegria, na sua doença, na sua tristeza (Azevedo, 2017, p. 35)

Nessa oração pode-se perceber a importância dos santos e da trindade para as benzedeadas, sendo eles aqueles que realizam as graças e promovem assim a cura de diferentes aspectos, nesse caso a oração vai muito além da busca pela cura de doenças, mas a busca de promover o bem-estar em diferentes áreas, dentre elas na questão da espiritualidade. Os elementos que permeiam as práticas de benzimentos, são elementos simbólicos que referem-se a fé e ao sagrado, como é apresentado por Croatto (2010, p. 87) em que demonstra que os símbolos possuem significados e definições diferentes, onde esses símbolos remetem ao sagrado ou seja, aquilo que muitas vezes não pode ser tocado, mas que pode ser sentido a sua presença, o que explica o porque das benzedeadas utilizarem as imagens de santos e elementos como terços, crucifixos, elementos da natureza e dentre outros que trazem a simbologia daquilo que é transcendente e que vai além da existência humana.

Sendo apresentados os aspectos que permeiam as práticas dos benzimentos, apresenta-se agora os aspectos dos espaços onde são realizados os benzimentos.

## **OS ESPAÇOS DAS REALIZAÇÕES DOS BENZIMENTOS**

O local onde são realizados os benzimentos, podem ser variados, desde as casas das benzedeadas, ao quintal, todos os espaços perpassam pelo sagrado, onde elas compreendem de diferentes maneiras as práticas de benzimento e seus sentidos. As benzedeadas se valem de rezas e do uso de terços e de elementos como terços, rezas e preces que perpassam o seu cotidiano e que as dão a força necessária para realizar os rituais e as práticas de cura (Farinha, 2012, p. 17)

A prática de benzer refere-se também na escolha do espaço onde será realizado o benzimento por conta das energias que permeiam o espaço onde é realizado. Segundo uma pesquisa feita por Azevedo (2014), as benzedeadas podem realizar seus benzimentos desde em sua casa, no quintal, dentro de seu quarto, até em espaços de sua convivência, muitas benzedeadas realizando suas práticas em seus ambientes de trabalho como escolas e locais específicos, isso dependendo das necessidades que as pessoas procuram ser atendidas:

As casas das benzedadeiras possuem ainda um *imago mundi*, um local específico eleito por elas, aparentemente de forma intuitiva, em que situam a cadeira onde o benzido se assenta. Esse local varia de acordo com o tipo de oração e mal a ser tratado. Em casos de pragas, infestações, câncer, a oração é feita no espaço fora da casa, no quintal. Casos mais leves como mal olhado e quebranto, as benzeções podem ser feitas na varanda das casas. Casos como o de tratamento do mal de simioto<sup>12</sup> são tratados dentro de casa. (Azevedo, Azevedo, 2014, p. 58)

Nesse trecho apresentado por Azevedo 2014, pode-se perceber a conexão em que se estabelece entre os espaços onde são realizadas as práticas de benzimento, onde ao sentar-se e preparar-se para receber as bençãos dos rituais, a benzedeira, juntamente com a pessoa que está sendo atendida, se conectam com as divindades, e assim através da fé se idealiza a cura e o bem-estar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, percebe-se que o ato de benzer perpassa todo o cotidiano e os espaços de convivência das benzedadeiras, onde o sagrado está presente não somente nos templos religiosos, mas também nos espaços do cotidiano da sociedade mesmo com os processos de globalização e o crescimento das novas tecnologias

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Gilson Xavier; LEMOS, Carolina Teles. **As benzedadeiras na tecitura da cultura, religião e medicina populares**. Goiânia: Editora Garcia. 2018

AZEVEDO, Gilson Xavier de; AZEVEDO, Janice A Fernandes. Benzedadeiras em Mircea Eliade, uma aproximação possível. **Protestantismo em Revista**, S.L, v. 35, n. 1, p. 55-64, set. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/1919/2276>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BOSI, Alfredo. **Colônia, culto e cultura**. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 11-63. Disponível em <https://aulasdathaisunitau.files.wordpress.com/2018/08/colc3b4nia-culto-e-culturalalfredo-bosi.pdf> Acesso em: 17, abri. 2023

BRISKIEVICZ, Michele; SAQUET, Marcos Aurelio. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol. 1, 2009. Disponível em: <7437-Texto do Artigo-27248-27141-10-20200316.pdf> Acesso em: 23 de março 2023.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução a fenomenologia da religião**. 3.ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FARINHA, Allyne Chaveiro. **A benzedeira “Renovada”**: Uma análise das práticas de benzimento em Anápolis” 2012. Disponível em: Acesso em: 13 set. 2022.

# A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE ENSINO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF

VINÍCIUS JOSÉ DUARTE DE OLIVEIRA<sup>149</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é um desdobramento da minha dissertação de mestrado intitulada de “O Processo de Construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF como possibilidade para o Ensino de História”. Defendi-a em abril de 2022 pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) pertencente ao polo da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob a orientação do Prof. Dr. Jiani Langaro.

Essa dissertação consiste em uma pesquisa-ação<sup>150</sup> realizada com os alunos dos 1<sup>os</sup> anos do Ensino Médio das turmas A ao F do Centro Educacional 06 de Ceilândia, Distrito Federal. Devido a pandemia de Covid-19, a pesquisa-ação foi realizada remotamente durante o primeiro semestre de 2021 via *Google Meet*. Ela consiste em várias etapas: aplicação de questionário; realização de visitas remotas à museus; coleta de acervo; realização de entrevistas; e por último a criação do Museu Virtual. Todas as etapas tiveram a participação direta dos estudantes, mas a etapa que destacarei neste artigo será a de entrevistas realizadas pelos discentes.

A história oral vem se consolidando como metodologia de pesquisa nas últimas décadas. As desconfiças iniciais que questionavam as possibilidades dessa metodologia aparentam cada vez mais superadas. No entanto, neste artigo pretendo abordá-la focada em outro aspecto, a história oral como metodologia de ensino. Para tal, recorro principalmente à obra “História Oral na sala de aula” de Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães (2015). Porém, antes de prosseguirmos, é necessário situar sócio historicamente a cidade de Ceilândia, Distrito Federal.

---

<sup>149</sup> Professor de História pela Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal e mestre em Ensino de História pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, polo Universidade Federal de Goiás.

<sup>150</sup> Entende-se por pesquisa-ação a pesquisa baseada na intervenção prática e planejada do pesquisador dentro de uma problemática social. Essa intervenção tem o intuito de mobilizar outros participantes que, além de serem objetos de estudo, também atuam de forma ativa na pesquisa, influenciando os procedimentos e os resultados dela.

## SITUANDO CEILÂNDIA

Oficialmente não há distinção entre o Distrito Federal e Brasília. Essa unidade federativa é dividida em 35 Regiões Administrativas (RAs). Cada Região possui o seu próprio administrador de livre nomeação do Governador do DF. A Região Administrativa onde se localiza a Esplanada dos Ministérios e outros órgãos importantes para a política brasileira é a RA 1 chamada de Plano Piloto. Algumas dessas regiões são popularmente conhecidas como cidades satélites.

A transferência da capital para o interior do Brasil vinha sendo discutida desde o Brasil Colônia, e tal discussão se mantém no Império, mas é apenas em 1891, com a primeira Constituição Republicana, que tal projeto passa a ter um embasamento legal (BRASIL, 1891). Entretanto, apenas em 1956, na presidência de Juscelino Kubitschek, tal projeto começou a ser aplicado.

Brasília foi concebida dentro de um contexto de forte presença da ideologia nacional desenvolvimentista e de relativa democracia. A nova capital além de símbolo da modernidade nacional deveria ser também promotora de desenvolvimento e progresso principalmente nas áreas interioranas. Conforme James Holston (2010, p. 12): “Brasília foi construída para ser mais do que o simples símbolo dessa nova era. Seu projeto e sua construção tinham a intenção de criar essa nova era, transformando a sociedade brasileira”. Porém as contradições desse projeto começaram a aparecer antes mesmo dessa cidade.

Estimava que após o término das obras os trabalhadores que migraram para a cidade retornariam para os seus estados de origem o que não ocorreu. Comumente chamados de candangos, tais trabalhadores se instalaram em área próximas aos antigos canteiros de obras, morando próximos as áreas centrais que eram destinadas a outros moradores ou à especulação imobiliária. Desse modo, inicia-se um processo estatal de segregação socioespacial. Tais trabalhadores foram removidos para áreas periféricas dando início as cidades satélites, entre elas Ceilândia.

Ceilândia surgiu de um processo que removeu 80.000 famílias das chamadas invasões do IAPI para a área da antiga Fazenda Guariroba em 1971. O próprio nome da cidade deriva da sigla CEI que significa Campanha de Erradicação de Invasões. O poder público alegou que tais moradias ameaçavam os recursos hídricos do Distrito Federal, mas segundo vasta biografia, a remoção tinha o intuito de deixar as áreas centrais destinadas a outros moradores e à especulação imobiliária, removendo essas famílias para 35 quilômetros de distância do Plano Piloto (Ammann, 1987; Gouvêa, 1995; Lauriano, 2015; Maniçoba, 2019; Resende, 2010).



Aos chegarem nos seus novos lotes de terra, as famílias removidas se depararam com uma situação bem diferente daquela anunciada pelos agentes públicos envolvidos na remoção. A cidade de Ceilândia não tinha rede de esgoto, não tinha água encanada, nem rede elétrica, tampouco as ruas eram pavimentadas. A água encanada só foi ofertada seis anos depois, a rede de esgoto começou a ser instalada apenas em 1983 (Resende, 2010).

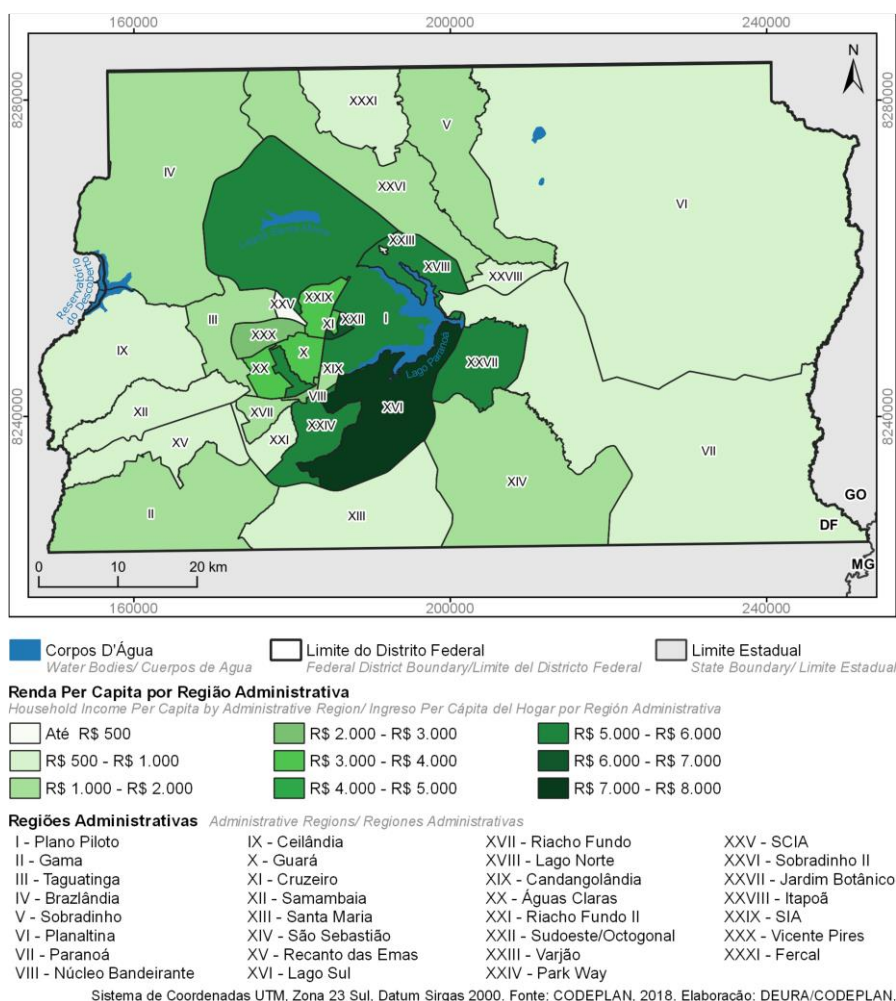
A violência empregada nas remoções dos trabalhadores para as áreas periféricas e em outros episódios da história brasiliense é ignorada ou minimizada pela história tradicional. Os espaços oficiais de memória, como o Memorial JK, optam por privilegiar uma história que valoriza a construção de Brasília como uma grande missão, uma grande empreitada sinônimo de progresso e modernidade. Empreitada promovida e liderada, segundo essa perspectiva, pelo grande herói e ex-presidente Juscelino Kubitschek.

A infraestrutura de Ceilândia melhorou bastante nas últimas décadas, a grande maioria das residências possuem saneamento básico, rede elétrica e outros. Contudo, ainda é perceptível uma grande desigualdade socioespacial no Distrito Federal, em geral as áreas mais afastadas do Plano Piloto possuem indicadores socioeconômicos inferiores às demais. Como podemos observar abaixo.

Ceilândia ainda convive com os preconceitos e estereótipos reforçados pela imprensa, rendendo-lhe a fama de cidade perigosa e violenta. As pesquisas de Danielle de Carvalho Lopes (2007), de Marina Scheffer de Araújo (2018), de Sandra Rodrigues Sampaio Campêlo e Denize Elena Garcia Silva (2017) chegaram à mesma conclusão: há uma tendência entre os jornais locais de publicarem materiais que reforçam os aspectos negativos da cidade, e entre eles, a violência. Não se trata aqui de negar tais problemas, mas apenas denunciar que eles ganham um espaço na mídia bem maior do que as pautas positivas.

Em suma, o Distrito Federal é marcado por uma grande desigualdade socioespacial. Essa desigualdade, em parte, é naturalizada pela chamada história tradicional que busca ser unívoca, negando ou minimizando as contradições presentes na história de Brasília e ofuscando a participação dos sujeitos comuns nesse processo. Considerando tal contexto, propus a pesquisa em sala de aula como meio para os estudantes problematizarem as narrativas tradicionais e desnaturalizarem as desigualdades vigentes.

### Renda Per Capita do Distrito Federal por Região Administrativa em 2018



Fonte: ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 10.

## A PESQUISA EM SALA DE AULA

Há um certo consenso entre os historiadores que a história é uma construção que envolve aspectos metodológicos e éticos, intenções e tensões em torno do que se deve ser lembrado ou esquecido. Contudo, tais aspectos possuem pouca visibilidade na Educação Básica, em geral introduzimos determinado conteúdo, falamos de suas principais características e de seus desdobramentos, sendo todo o processo de construção daquele conhecimento é negligenciado. Desse modo, os estudantes podem não desenvolver uma compreensão crítica dessas narrativas, naturalizando discursos elitistas e excludentes muito comuns na história de Brasília.

Frequentemente, quando cobramos uma atividade de pesquisa aos nossos alunos, ela se limita a busca de certas respostas relacionadas a esse tema como, por exemplo, as principais características de um determinado evento histórico. Porém, tais respostas já existem e

normalmente são encontradas com facilidade na *internet*, ou seja, não há a construção de um conhecimento novo, típico de uma pesquisa, e sim uma transposição dessa informação. Como observa Ricci:

Na verdade, pesquisa aqui se reduz a cópia ou transcrição, atividade esvaziada de sentido ou significado para os alunos e os professores. Aliás, a palavra pesquisa significa busca com investigação, seguindo os vestígios, indagando, o que já se contrapõe à mera transposição de informações. (2007, p. 11)

Ressalvo que o *novo* aqui precisa ser relativizado, não se trata de uma produção inédita e com rigor acadêmico, mas de um conhecimento que é novo para o estudante, uma conclusão elaborada a partir da reflexão e ação discente (Langaro, 2018). As limitações dos alunos, causadas pela ausência de um conhecimento específico que os historiadores devem ter, precisam ser consideradas. Porém, segundo Alberti: “Cabe a nós, professores, fazer com que nossos alunos e alunas aprendam que o conhecimento sobre o passado, ao contrário do que sugerem muitos livros didáticos, não existe sem pesquisa” (2015, p. 9).

A pesquisa em sala de aula se mostra ainda mais fundamental com o avanço de discursos negacionistas e revisionismos meramente ideológicos que são propagados principalmente na internet. Tais discursos visam reforçar uma perspectiva conservadora da história brasileira ignorando as violências destinadas a certos grupos na história. Compreendendo os procedimentos de pesquisa e de validação do conhecimento científico, os alunos compreenderiam que as divergências nos discursos históricos não são meramente uma questão de opinião ou de ponto de vista. Um conhecimento é considerado válido e outro não, porque um foi construído com seriedade e responsabilidade ética e epistemológica. Não se trata de afirmar que existem verdades absolutas e inquestionáveis, mas certas informações não são baseadas em achismos sem fundamentos.

Visando dirimir parcialmente tal situação, propus que os estudantes dos primeiros anos do Ensino Médio do Centro Educacional 06 construíssem o Museu Virtual de Ceilândia-DF ao longo do primeiro semestre de 2021. Desse modo, os estudantes compreenderiam, a partir da prática, que as narrativas históricas são construções que necessitam da intervenção humana. Tal intervenção não é neutra e imparcial, ela requer escolhas, recortes e intenções. Se ensinar História também é ensinar o seu método, o uso de fontes é fundamental para isso. Boa parte das fontes tradicionais relacionadas à história de Brasília são excludentes e preconceituosas, portanto a história oral se mostrou a metodologia mais viável para essa pesquisa.

## A HISTÓRIA ORAL NA SALA DE AULA

Considerando as possibilidades da história oral no ensino de História, observei que essa metodologia se mostrava a mais viável para a coleta e a produção de conhecimentos pelos alunos, pois realçava ainda mais o protagonismo discente nessa pesquisa-ação. Se os documentos históricos de outra natureza carecem da interpretação do historiador, as fontes orais carecem do historiador para a sua própria existência, sendo este corresponsável pela sua produção.

Por se tratar de uma cidade que teve a sua formação baseada na marginalização de seus moradores, as fontes consideradas tradicionais não conseguem abarcar toda a complexidade das histórias presentes em Ceilândia. Muitas negligenciaram os próprios ceilandenses dos processos históricos, favorecendo os sujeitos considerados ilustres. Ou ainda, reforçam os estereótipos de cidade violenta e perigosa. Como podemos observar nas imagens abaixo.

Assentamento da pedra fundamental de Ceilândia pelo Governador Hélio Prates em 1971



Fonte: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, 2019.

Matéria do Jornal “Correio do Planalto” (19/11/1975)

# ESTAMOS NA CEILÂNDIA: COMEÇA O SHOW DA MORTE

Entre barracos pobres, portas constantemente abertas, todas elas de tábuas podres, os restos de caixas, passa o cheiro acre da morte, invadindo as vielas, os lares pobres e as ruas sem pavimentação da Ceilândia. Aqui, o crime aumenta e está alerta nas ruas, em cada bar de madeira, miseráveis, onde homens desorientados buscam a fuga na cachaça. Ai, quase sempre encontram a morte. Quase tudo é triste na Ceilândia. O medo que seus moradores têm de passear, de sair à noite de casa, de conversar, de encontrar com estranhos. As ruas sujas, sem uma calçada, sem um fio branco, sem um marco de civilização. Apenas pés descalços de homens perdidos, prováveis marginais e criminosos desesperados. Na Ceilândia não se bebe água.

faz pouco, não deve ter condições reais de fazer muito, já que são incontroláveis os problemas de uma comunidade embotada pelas condições precárias de uma vida, por si só, difícil. As crianças da Ceilândia precisam se matar para terem uma diversão: sangrenta, inocentemente injusta. As donas de casa, na luta pelo almoço, pela família, pela dormida não são respeitadas no seu dia-a-dia. O dinheiro falta e a pobreza acomoda-se em suas mãos calejadas, para depois forçar-lhes uma lágrima no rosto perdido na esperança. E tudo aqui, salvo o sonho das pessoas, é morte. Os registros criminosos, no dia-a-dia, aumentam. Matam para roubar, matam por matar, matam por bebedeira.

Texto de Fernando Coelho  
Fotos de Geraldo Antunes

Aqui, num piscar de olhos, o sangue começa a correr, provocado pelas facadas, pelos tiros, pelas pauladas, pelas mordidas.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO COMUNITÁRIO DA CEILÂNDIA, 1975.

A história oral também dialoga com facilidade com a história local pois ambas buscam ampliar as possibilidades de análise para além de grandes modelos explicativos e generalistas. Em geral, buscam pluralizar e democratizar as narrativas históricas. Ressalvo que a história local não se trata apenas de repetir em escala menor os mesmos procedimentos, ela possui demandas e métodos específicos, frequentemente o método selecionado para tal abordagem é a história oral.

A história local possui um grande potencial didático e político. Didático pois exige um grau menor de abstração por parte dos estudantes, já que os processos históricos a serem analisados estão presentes no seu cotidiano e próximo a eles. Conforme Rafael Samuel, a história local se “encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ela pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos” (1990, p. 220). O seu potencial político se deve porque é no âmbito da localidade que inicialmente as crianças e adolescentes desenvolvem a ideia de cidadania, de mobilização popular e de reivindicação de direitos (Fernandes, 2010).

Por uma questão de disponibilidade de tempo e de calendário escolar eu tinha apenas uma aula de 50 minutos para explicar o que era a história oral e como os alunos realizariam as suas entrevistas. Portanto precisei ser bastante objetivo, abordando apenas o que julguei mais

essencial: a definição do que era a história oral e como eles realizariam as entrevistas. Esse último ponto foi dividido em três tópicos: antes da entrevista; durante a entrevista; e depois da entrevista.

Por último, o mais importante é que os alunos compreendessem que não se buscava uma verdade histórica, factual e absoluta com a história oral, e sim como as experiências passadas dos entrevistados se organizavam em suas memórias e como essas memórias se manifestavam através da oralidade. Conforme Alessandro Portelli (1996, p. 60):

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (...), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (...). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.

Ainda foi disponibilizado um roteiro semiaberto para que os alunos pudessem utilizar e garantir uma proximidade temática entre as entrevistas. As primeiras perguntas eram mais gerais e tinham o intuito de familiarizar estudantes e entrevistados com a proposta do projeto. As perguntas seguintes almejavam traçar uma relação entre as histórias dos entrevistados e a história de Ceilândia, como eles percebiam as mudanças e as permanências na cidade.

## **RESULTADOS**

Ao todo foram realizadas 35 entrevistas de um total de 250 alunos matriculados. O grande percentual de estudantes que não realizou a atividade já era esperado pela condição remota que foi realizado o projeto. Se a baixa adesão já era esperada por mim, o tamanho reduzido das entrevistas não, a grande maioria ficou curta, apenas nove entrevistas passaram dos 10 minutos e apenas duas passaram dos 20 minutos, uma entrevista chegou a ter apenas um minuto de duração. Era notório o desconforto dos estudantes, muitos se limitaram a ler as perguntas previstas no roteiro semiaberto.

Como o intuito dessas entrevistas era compor o acervo do Museu Virtual de Ceilândia-DF, foi solicitado que os estudantes gravassem as entrevistas, além dos áudios teríamos também

vídeos. Dessa forma, alguns gestos poderiam auxiliar na interpretação das informações. Um dos objetivos dos museus é o entretenimento e o lazer, portanto as entrevistas com vídeos seriam mais atraentes para os visitantes do Museu.

Em geral, os entrevistados tiveram mais facilidades em relatarem as mudanças do que as permanências na história ceilandense. Entre as mudanças, muitos focaram nas melhorias da infraestrutura da cidade, como a pavimentação das ruas, as obras de saneamento básico e oferta de serviços, principalmente a disponibilidade de escolas próximas às suas casas. Entre as permanências, muitos relataram que a violência é um problema que ainda persiste.

Apenas dois entrevistados não focaram nas questões relacionadas à infraestrutura da cidade. O *rapper* Bruno Viana relatou que o preconceito contra Ceilândia diminuiu graças principalmente a educação e a cultura. Já o ator e diretor de teatro Paulo Roberto dos Santos afirmou que atualmente os jovens ceilandenses possuem mais espaços e meios para se expressarem como os vários grupos de teatro que existem na cidade.

Em geral, os entrevistados possuem uma perspectiva positiva de Ceilândia, nenhum relatou que não gosta de morar na cidade ou que pretende se mudar. Muitos percebem Ceilândia como o lugar que foi possível adquirirem a sua casa própria, formarem as suas famílias e criarem os seus filhos.

É observável também que fluxo migratório para a cidade de Ceilândia é contínuo, a data que os entrevistados provenientes de outras localidades mudaram para Ceilândia varia bastante. Alguns se mudaram no início de sua construção em 1971, outros nas décadas seguintes e parte dos entrevistados se mudaram recentemente.

Destaco ainda a entrevista cedida por Maria do Espírito Santo do Nascimento para o seu filho Pablo Henrique do Nascimento. Frequentemente, quando pesquisamos fluxos migratórios recorremos a processos socioeconômicos complexos ligados às desigualdades regionais. Porém, a história oral nos permite utilizar que outras metodologias de pesquisa não abarcariam. Maria do Espírito Santo relata que a sua irmã deveria se mudar para Ceilândia para morar com uma outra irmã que já residia na cidade. Porém, no dia da viagem a sua irmã se escondeu, pois não queria se mudar. Na ausência dela e com as passagens já compradas, os pais de Maria do Espírito Santo a obrigaram a ir no lugar de sua irmã.

Creio que a falta de prática dos alunos, juntamente com a condição remota que tais atividades foram solicitadas colaboraram para que o resultado atingido tenha sido parcialmente satisfatório, pois o tamanho limitado das entrevistas não contemplou elementos que poderiam ser interessantes para o projeto. Essas entrevistas e outros materiais produzidos e coletados por

mim e pelos estudantes estão disponíveis no acervo do Museu Virtual de Ceilândia-DF hospedado no site: [www.museuvirtualdeceilandia.com.br](http://www.museuvirtualdeceilandia.com.br).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da condição remota desta pesquisa-ação e de outras adversidades supracitadas, a história oral se mostrou uma metodologia de ensino frutífera considerando o caso analisado. Essa metodologia possibilitou que os estudantes compreendessem que o conhecimento histórico é fruto da investigação humana, neste caso, fruto de suas próprias investigações em parceria com os seus entrevistados.

A história oral também possibilitou que os estudantes compreendessem melhor os processos históricos presentes nas histórias de Ceilândia, as mudanças e as permanências nesses processos. Não a partir de narrativas elitizadas, mas a partir dos conhecimentos e das memórias dos sujeitos comuns, possibilitando narrativas mais plurais e diversificadas que não negam os problemas presentes na cidade, porém não se limitam a reforçar estereótipos e preconceitos em relação a Ceilândia.

Por último, a história oral possibilitou que os familiares dos estudantes participassem da sua vida escolar. Ficou perceptível que, em muitos casos, os entrevistados estavam contentes em concederem as suas entrevistas, sentindo-se valorizados e mais próximos dos seus filhos.

## REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA. Ceilândia 48 anos: pedra fundamental é lançada por Hélio Prates. **Ceilândia**, 2019. Disponível em: <https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/03/25/ceilandia-48-anos-pedra-fundamental-e-lancada-por-helio-prates/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

ALBERTI, Verena. **Ensino de história e fontes históricas**. In: VII Encontro Nacional de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 26 a 28, nov., 2015.

AMMANN, Safira Bezerra. **Os Incansáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

ARAÚJO, Marina Scheffer. **A cidade não é uma só: um documentário sobre Ceilândia a partir dos moradores da região**. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicador Organizacional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

ATLAS DO DISTRITO FEDERAL. Meio socioeconômico. Caderno 05. **Codeplan**, 2020. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2020-Cap%C3%ADtulo-5.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.



BRASIL. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 14 dez. 2020.

CAMPÊLO, Sandra Rodrigues Sampaio; SILVA, Denize Elena Garcia. Ceilândia retratada nos jornais: análise crítica do discurso midiático. **ReDCen**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 47-67, 2017.

COELHO, Fernando. Estamos na Ceilândia: começa o show da morte. **O Correio do Planalto**, Brasília, p. 8-9, nov., 1975.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um Lugar na Escola para a História Local. **Ensino em Revista**, ago., 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>. Acesso em: 16 mai. 2021.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social - uma avaliação da ação governamental na área da habitação**. São Paulo: Annablume, 1995.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. 2. ed. São Paulo: Schwarcz LTDA, 2010.

LANGARO, Jiani Fernando. O ensino de história, entre o local e o global: relato de experiência docente e esboço de uma metodologia para sala de aula. In: KMITTA, Ilyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; FACHIN, Viviane Scalon (orgs). **A história no entretecer das práticas de ensino**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

LAURIANO, William. Gentrificação da cidade modernista: Brasília. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, ed. 33, p. 155-178, maio, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/issue/view/1393>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LOPES, Danielle de Carvalho. **Uma análise de conteúdo das notícias do Correio Braziliense sobre Ceilândia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

MANIÇOBA, Regina de Souza. Criação de Regiões Administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos. **Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/33529/27132>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RESENDE, Mara. Movimentos de moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

RICCI, Cláudia Sapag. **Pesquisa como ensino: textos de apoio. Propostas de trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAMUEL, Raphael. Documentação: História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, set.1989/fev.1990, 1990.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

# ANAIS

## XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO-OESTE

Oralidades dissidentes,  
Narrativas plurais

ISBN 978-650091203-6



9 786500 912036

